

Estruturas Morfológicas

Unidades e Hierarquias nas Palavras do
Português

Lisboa, 1994

Alina Villalva

Dicento

Conteúdo

1. INTRODUÇÃO	5
2. MORFOLOGIA GENERATIVA	12
2.1. HALLE (1973).....	14
2.2. O LUGAR DA MORFOLOGIA NA GRAMÁTICA	16
2.2.1. MORFOLOGIA REPARTIDA	17
2.2.2. MORFOLOGIA LEXICAL.....	20
2.2.3. A MORFOLOGIA NO ‘PÓS-LEXICALISMO’	30
2.3. ESTRUTURAS MORFOLÓGICAS E FORMAÇÃO DE PALAVRAS.....	32
2.3.1. HIPÓTESE DE ORDENAÇÃO POR NÍVEIS	33
2.3.2. ARONOFF (1976)	39
2.3.3. MORFOLOGIA X-BARRA.....	43
3. CONSTITUINTES MORFOLÓGICOS	59
3.1. ESTRUTURA MORFEMÁTICA E ESTRUTURA MORFOLÓGICA	60
3.1.1. OS ARGUMENTOS DE ARONOFF (1976).....	61
3.1.2. MORFEMAS vs CONSTITUINTES MORFOLÓGICOS.....	65
3.1.3. RESUMO.....	82
3.2. AVALIAÇÃO DA HIPÓTESE DE BASE-PALAVRA	83
3.3. IDENTIFICAÇÃO DAS FORMAS DE BASE.....	86
3.3.1. RADICAL, TEMA E PALAVRA	87
3.3.2. CONDIÇÃO SOBRE A BASE	91
3.3.3. SISTEMA DE CONJUGAÇÕES VERBAIS DO PORTUGUÊS.....	93
3.3.4. TEMAS VERBAIS.....	98
3.3.5. RESUMO.....	105
3.4. REGRAS DE TRUNCAMENTO.....	107
3.4.1. TRUNCAMENTO DE CONSTITUINTES TEMÁTICOS.....	107
3.4.2. TRUNCAMENTO DE SUFIXOS DERIVACIONAIS	117
3.4.3. HAPLOGRAFIA.....	131
3.4.4. RESUMO.....	137
3.5. SUMÁRIO	138
4. ESTRUTURAS DE SUFIXAÇÃO.....	140
4.1. PROPRIEDADES DOS SUFIXOS	141
4.1.1. CATEGORIAS MORFO-SINTÁCTICAS FLEXIONAIS	145

4.1.2. AMÁLGAMAS	147
4.1.3. CATEGORIA SINTÁCTICA.....	148
4.1.4. COMPOSICIONALIDADE	150
4.1.5. CATEGORIA MORFOLÓGICA	154
4.1.6. PRODUTIVIDADE.....	159
4.1.7. PERIFERICIDADE	161
4.1.8. RESUMO.....	166
4.2. NÚMERO E GÉNERO.....	168
4.2.1. FLEXÃO DE NÚMERO	169
4.2.2. CONTRASTES DE GÉNERO	171
4.2.3. GÉNERO E CLASSES TEMÁTICAS.....	182
4.2.4. RESUMO.....	191
4.3. REPRESENTAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE SUFIXAÇÃO.....	192
4.3.1. FLEXÃO.....	193
4.3.2. SUFIXAÇÃO EM XM-BARRA	198
4.3.3. PERCOLAÇÃO.....	202
4.3.4. RESUMO.....	220
4.4. SUMÁRIO	221
4.3. REPRESENTAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE SUFIXAÇÃO.....	222
4.3.1. FLEXÃO.....	223
4.3.2. SUFIXAÇÃO EM XM-BARRA	227
4.3.3. PERCOLAÇÃO.....	231
4.3.4. RESUMO.....	249
4.4. SUMÁRIO	250
5. MODIFICAÇÃO MORFOLÓGICA	252
5.1. ESPECIFICIDADE DA SUFIXAÇÃO AVALIATIVA	253
5.2. MODIFICAÇÃO AVALIATIVA	261
5.3. HETEROGENEIDADE DA SUFIXAÇÃO AVALIATIVA	268
5.3.1. SUFIXOS AVALIATIVOS.....	273
5.3.2. SUFIXOS Z-AVALIATIVOS	277
5.3.3. AVALIATIVOS VS Z-AVALIATIVOS	279
5.3.4. SUFIXOS PSEUDO-AVALIATIVOS.....	290
5.4. SUMÁRIO	293

6. ESTRUTURAS DE COMPOSIÇÃO	295
6.1. COMPOSIÇÃO MORFOLÓGICA	299
6.1.1. CONCATENAÇÃO DE RADICAIS	301
6.1.2. VOGAL DE LIGAÇÃO	314
6.1.3. ESTRUTURAS DE MODIFICAÇÃO	322
6.1.4. ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO	326
6.1.5. RESUMO	328
6.2. COMPOSIÇÃO SINTÁCTICA	329
6.2.1. BASE = EXPRESSÃO SINTÁCTICA	330
6.2.2. COMPOSTOS SINTÁCTICOS = X^0	338
6.2.3. REANÁLISE E ADJUNÇÃO DE X^0 A X^0	347
6.2.4. RESUMO	352
6.3. SUMÁRIO	353
7. CONCLUSÃO	355
NOTAS	358



1. INTRODUÇÃO

Este texto constituiu a dissertação de doutoramento em linguística que, em 1994, submeti à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, na sequência de um trabalho de descrição e análise de estruturas morfológicas do Português, desenvolvido com base nos pressupostos e programa da Teoria Generativa, assim apresentados em Chomsky (1986: 3-4):

«The generative grammar of a particular language (where "generative" means nothing more than "explicit") is a theory that is concerned with [...] those aspects of form and meaning that are determined by the "language faculty", which is understood to be a particular component of the human mind. [...] The nature of this faculty is the subject matter of a general theory of linguistic structure that aims to discover the framework of principles and elements common to attainable human languages; this theory is now often called "universal grammar" (UG). [...] One might think of this faculty as [...] a device that converts experience into a system of knowledge attained: knowledge of one or another language [...]: its nature, origins and use.»

A investigação que desenvolvi integrou-se, pois, num quadro teórico preciso, dele herdando um modelo de gramática que em larga medida determinou as direcções que tomou. No momento da sua conclusão, a situação da investigação em gramática generativa era, porém, bem mais complexa, como se podia perceber pelo anúncio do 18º colóquio do GLOW (realizado em Maio-Junho de 1995):

«Recent developments in Generative Grammar (like the *Minimalist Program*, *Antisymmetric Syntax*, or *Optimality Theory*) have caused major upheavals in virtually every domain of syntax and phonology»

Ainda nesse texto, o convite à discussão sobre primitivos teóricos e a interrogação final também são reveladores:

«Generative Grammar as part of a theory of mind places a heavy justificational burden on any attempt to tackle such questions. Moreover, with the advent of more and more elaborate structures (how 'bare' they may ever be), many of the established tests and argumentations no longer seem to be conclusive. So thinking about *primitives* implies thinking about *methodology*: What counts as an argument? Is (*virtual*) *conceptional*

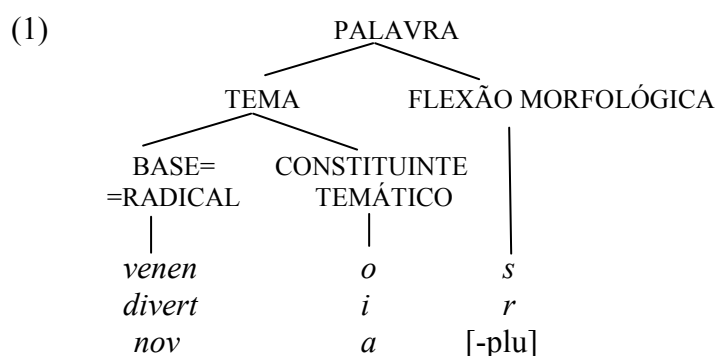
necessity sufficient (or even necessary)? How to compare and/or decide between conflicting proposals?»

Nesse momento em que tudo era posto em questão e em que os argumentos de autoridade perdiam credibilidade, não foi fácil concluir o meu trabalho. A investigação em morfologia generativa, no entanto, foi sempre um pouco marginal e frequentemente pouco ortodoxa, pelo que, afinal, o risco não foi então maior do que no passado.

O trabalho aqui apresentado procura, antes de mais, contribuir para a compreensão da natureza das estruturas morfológicas, através da identificação dos seus constituintes e das relações que estabelecem entre si. Assim, no **capítulo 2**, discuto alguns dos seus referenciais teóricos. Nesse sentido, apresento o modelo precursor de Halle (1973) e alguns dos desenvolvimentos posteriores que se ocuparam, por um lado, da delimitação do domínio da formação de palavras e da sua integração num modelo de gramática, e, por outro, da identificação dos dispositivos que regulam esses processos. Esta apresentação tem por objectivo fundamentar as posições que adopto como resposta às insuficiências dos modelos que repartem a morfologia pelas diversas componentes da gramática, e as daqueles que a circunscrevem ao domínio do léxico, defendendo, em alternativa, que a formação de palavras está a cargo do sistema computacional (cf. Chomsky 1993), por intermédio de um algoritmo inversamente simétrico ao algoritmo que gera estruturas sintácticas (assumindo que este corresponde à versão da Teoria X-Barra apresentada por Sportiche 1989), e que designo por teoria XM-Barra. Esta hipótese assegura a distinção entre estruturas sintácticas e morfológicas, mas também permite relacioná-las.

Nos capítulos seguintes apresento a descrição de algumas das estruturas morfológicas do Português que motivaram esta análise. Assim, no **capítulo 3** trato da identificação dos constituintes morfológicos, assumindo, tal como Aronoff (1976), que as estruturas morfológicas não são determinadas pela sequência de morfemas que integram as palavras. Em contrapartida, defendo que todas as palavras têm uma estrutura básica formada por um radical,

um constituinte temático e um constituinte flexional, hierarquicamente relacionados do seguinte modo:



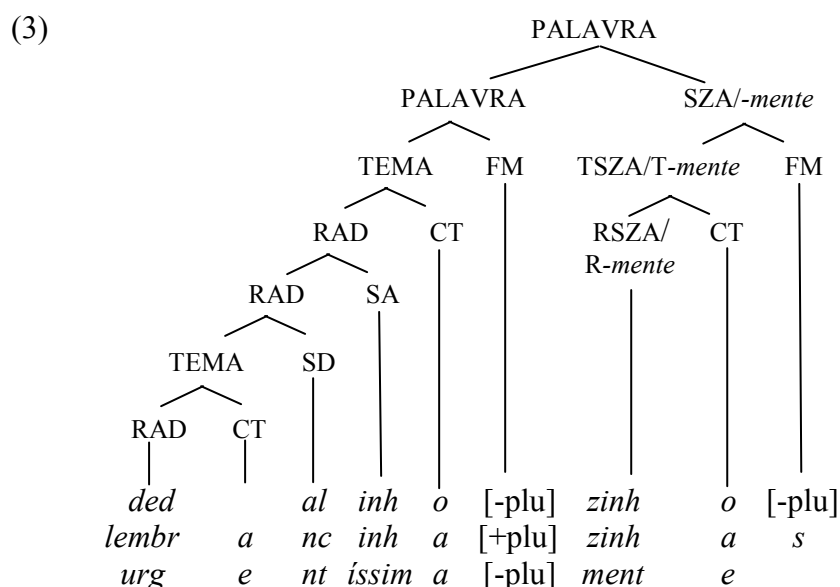
Esta representação da estrutura morfológica básica permite, por outro lado, uma melhor caracterização das formas de base das palavras geradas por afixação: com efeito, em Português, a base pode ser um radical (cf. 2a), um tema (cf. 2b), ou uma palavra flexionada (cf. 2c). Esta constatação é formalizada na Condição sobre a Base.

- (2)
- a. [venen]_{RN} *oso*
 - b. [diverti]_{TV} *mento*
 - c. [nova]_{ADJ[+fem, -plu]} *mente*

Nos **capítulos 4 e 5** apresento uma descrição das estruturas de sufixação no Português, que assenta na identificação das propriedades dos diferentes tipos de sufixos. Assim, proponho uma distinção entre (i) sufixos que são predicadores transitivos, dado que subcategorizam obrigatoriamente um complemento (radical, tema ou palavra), correspondendo aos chamados sufixos derivacionais; (ii) sufixos que são especificadores morfo-sintáticos do tema e correspondem aos sufixos flexionais; e (iii) sufixos que são modificadores, como os sufixos avaliativos.

Por outro lado, dadas as propriedades dos sufixos de flexão, defendo que, em Português, o género não é realizado flexionalmente. Tal como a vogal temática que identifica a conjugação

verbal, a sequência habitualmente referida como morfema de género corresponde a um especificador morfológico do radical, que identificarei como índice temático. A conjugação desta distinção entre as diversas categorias de sufixos com a identificação rigorosa da forma de base permite construir a seguinte hipótese de representação comum a todas as estruturas de sufixação:



Esta representação das estruturas morfológicas é gerada pela teoria XM-barras que, como já referi, corresponde a uma imagem em espelho da versão de Sportiche (1989) para as estruturas sintáticas:

(4) a. **X-Barra (estruturas sintáticas)**

X^{\max}	->	especificador de X^{\max}	X''
X''	->	especificador de X''	X'
X'	->	$X^0 (=X^{\max})$	complemento

b. **XM-Barra (estruturas morfológicas)**

$XM^{\max} (=X^0)$	->	XM''	especificador de XM^{\max}
XM''	->	XM'	especificador de XM''
XM'	->	complemento	XM^0

Nesta versão integro ainda a possibilidade de incorporar estruturas de adjunção a XM^0 e a XM^{\max} , sem qualquer restrição sobre a relação de precedência entre o núcleo e o adjunto, dada a existência de modificadores realizados por sufixação (cf. *livrozinho*), e de modificadores realizados por prefixação (cf. *mini-livro*, *super-livro*).

No **capítulo 6** ocupo-me das estruturas de composição. Defendo, por um lado, a existência de compostos morfológicos cuja estrutura é gerada segundo os princípios da teoria XM-Barra (cf. 4b), por adjunção à esquerda (cf. *tóxico-dependência*), ou por conjunção (cf. *sócio-cultural*). E por outro lado, admito a existência de compostos sintáticos que têm uma estrutura sintática de adjunção à direita (cf. *palavra-chave*), de complementação (cf. *abre-latas*), ou de conjunção (cf. *saia-casaco*, *vaivém*), coincidente com a estrutura morfológica nos casos em que a categoria do núcleo sintático é idêntica à categoria do composto (cf. *palavra-chave*, *saia-casaco*), mas diferente nos casos que envolvem reanálise categorial (cf. *abre-latas*, *vaivém*). A existência deste tipo de estruturas configura um processo morfo-sintático de formação de palavras, o que reforça a hipótese de geração das estruturas morfológicas pelo sistema computacional.

Quanto ao modo de apresentação deste trabalho, cabe aqui informar que as notas se encontram no final de cada capítulo, que as referências bibliográficas estão no final do texto e que os livros e artigos são citados pela data da sua primeira publicação e pela data da edição que utilizei.

Uma outra observação diz respeito à grafia dos exemplos que, de um modo geral, corresponde à sua forma ortográfica. Nos casos em que tal se justifica, por clarificar o que pretendo referir ou demonstrar, recorro à transcrição fonética.



Registo, seguidamente, as abreviaturas e siglas que mais frequentemente utilizo ao longo deste trabalho.

ADJ	adjectivo
ADV	advérbio
compl	complemento
conj-imperf	imperfeito do conjuntivo
CT	constituente temático
DELP	<i>Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa</i> =Machado (1952, 1977)
DIM	diminutivo
DPE	<i>Dicionário da Língua Portuguesa</i> = Costa e Melo (19??)
FM	flexão morfológica
ind-pres	presente do indicativo
inf	infinitivo
IT	índice temático
mod	modificador
N	nome
Nº	número
OBL	oblíquo
OD	objecto directo
PN	pessoa-número
RAD	radical
RADJ	radical adjectival
RN	radical nominal
RSZA	radical do sufixo Z-avaliativo
RV	radical verbal
SA	sufixo avaliativo
SADJ	sintagma adjectival
SD	sufixo derivacional
SF	sufixo flexional
SN	sintagma nominal
SP	sintagma preposicional
SPE	<i>The Sound Pattern of English</i> (= Chomsky e Halle 1968)
sufADJ	sufixo de adjectivalização
sufN	sufixo de nominalização
sufV	sufixo de verbalização
SZA	sufixo Z-avaliativo
T	tema
TADJ	tema adjectival
TC	termo coordenado
TMA	tempo-modo-aspecto
TN	tema nominal
TSZA	tema do sufixo Z-avaliativo



TV	tema verbal
V	verbo
VL	vogal de ligação
VT	vogal temática
3ª plu	terceira pessoa do plural
3ª sing	terceira pessoa do singular
[-fem]	masculino
[+fem]	feminino
[+N]	adjectivo / nome
[-plu]	singular
[+plu]	plural
[1ª conj]	primeira conjugação
[2ª conj]	segunda conjugação
[3ª conj]	terceira conjugação



2. MORFOLOGIA GENERATIVA

Nas suas formulações iniciais, a teoria generativa não reconhece a especificidade das palavras enquanto unidades gramaticais de análise. Esta situação sugeriu a Aronoff (1976: 4) o seguinte comentário:

«within the generative framework, morphology was for a long time quite successfully ignored. There was a good ideological reason for this: in its zeal, post-*Syntactic Structures* linguists saw phonology and syntax everywhere, with the result that morphology was lost somewhere in between».

Também Anderson (1982: 571) caracteriza o período inicial da gramática generativa (1955-1970) pelo «precipitous decline of the study of morphology»: repartidos os princípios da formação de palavras pelos que se ocupam da distribuição dos morfemas (sintaxe) e pelos que tratam da sua variação formal (fonologia), conclui este autor, «morphologists could safely go to the beach».

A diluição da morfologia na sintaxe e na fonologia é, no entanto, problemática. Por um lado, o tratamento sintático da formação de palavras (derivação e composição) revelou-se inadequado¹, por violar o princípio de recuperabilidade do material apagado pelas transformações², por ser incapaz de atribuir propriedades idiossincráticas às estruturas geradas³, e por não conseguir impedir a sobregeração⁴. Por outro lado, a conversão de informações codificadas por traços em sequências fonológicas, que Chomsky e Halle (1968: 7-14) remetem para um módulo de 'interface' entre a sintaxe e a fonologia constituído pelas chamadas regras de reajustamento, implica a duplicação do léxico.

A hipótese lexicalista de Chomsky (1970) procurou resolver estas questões, isolando as formas linguísticas em que se verificam relações sistemáticas e regulares (exemplificadas pela nominalização gerundiva em Inglês) e que, nesta análise, podem ser transformacionalmente geradas pela sintaxe, das que dependem de relações idiossincráticas, consequentemente imprevisíveis, e que são remetidas para o léxico (cf. outros tipos de nominalização). Assim, a hipótese lexicalista criou condições para o desenvolvimento da investigação sobre a morfologia das línguas naturais enquanto domínio autónomo no quadro do programa generativo. Este capítulo apresenta uma breve discussão de algumas das propostas que marcaram o curso da investigação em morfologia.

O modelo de Halle (1973) ocupa-se da flexão e da derivação, considerando tratar-se de processos resultantes da intervenção de um conjunto de regras de formação de palavras que, juntamente com um inventário de morfemas e com um filtro, constitui um submódulo do léxico, a que dá o nome de morfologia. Por outro lado, este modelo apresenta um modo de relacionamento entre a morfologia, o léxico e as restantes componentes da gramática, nomeadamente a sintaxe e a fonologia.

Esta proposta de Halle (1973) está, de algum modo, no centro de diversas discussões. Com efeito, se o tratamento da derivação no léxico tem sido globalmente aceite, o da flexão e o da composição são objecto de diversas hipóteses. Esta dissensão deu lugar ao aparecimento de duas correntes de opinião: os defensores da Hipótese Lexicalista Fraca consideram que a flexão não é processada no léxico, mas sim na sintaxe ou na fonologia pós-sintáctica; os defensores da Hipótese Lexicalista Forte, argumentando que a flexão e a derivação não são processos distintos, consideram que tanto uma como outra são processadas no léxico. As deficiências destas duas versões da morfologia lexicalista impedem, no entanto, a adopção de qualquer uma delas. Em 2.2.3. apresento um modelo alternativo, que pretende resolver satisfatoriamente as questões que se colocam à teoria morfológica.

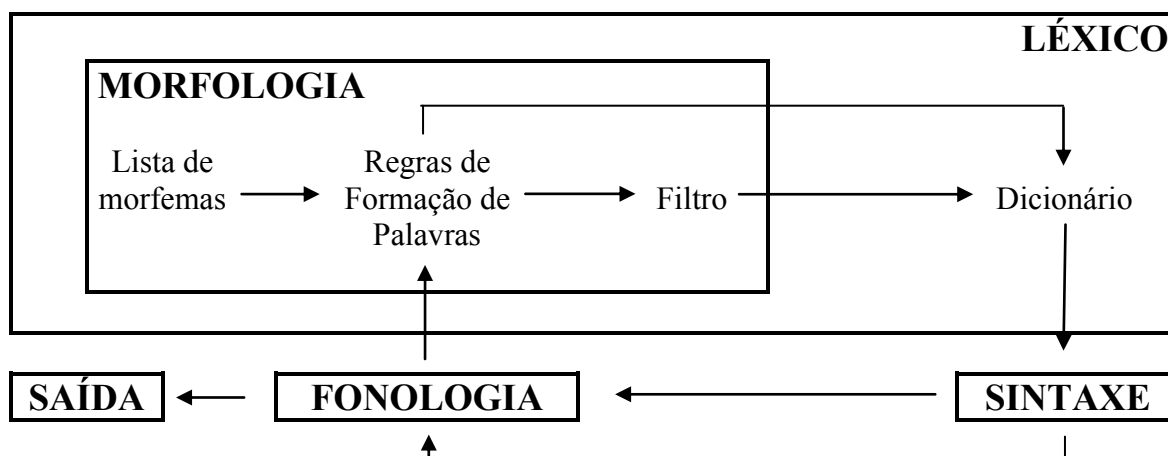
Uma segunda ordem de questões suscitadas pelo trabalho de Halle (1973) relaciona-se com o modo como a estrutura interna e a formação de palavras são concebidos. Em alternativa ao seu modelo surgiram, no domínio da derivação, propostas que restringem a aplicação das regras morfológicas, fazendo apelo a uma classificação dos afixos que está na base de um princípio de ordenação dos diversos processos morfológicos (cf. Siegel 1974, 1979). No entanto, a chamada Hipótese de Ordenação por Níveis, contrariamente ao que se propõe, não restringe as possibilidades de coocorrência dos afixos e é geradora de análises conflitantes. Outros autores, como Aronoff (1976), defenderam que a formação de palavras derivadas é realizada por regras transformacionais que têm lugar no léxico. Este tratamento da formação de palavras é, porém, pouco económico e as hipóteses apresentadas são falsificadas pelos dados. Em alternativa surgiram outras propostas que se propõem dar conta da análise da estrutura interna e da formação de palavras num quadro que integra diferentes versões da teoria X-Barra (cf. Williams (1981), Lieber (1980)⁵, Selkirk (1982), Di Sciullo e Williams (1987) e Lieber (1992)). A estes autores, cujas propostas ficam aqui sumariamente apresentadas, devo os fundamentos do modelo que desenvolvo nos capítulos seguintes.

2.1. HALLE (1973)

O trabalho de Halle (1973) apresenta-se como uma proposta de explicitação do conhecimento que os falantes possuem sobre as palavras existentes numa dada língua, sobre os morfemas que as constituem e sobre o modo como estes constituintes se relacionam e organizam, e que permite quer a análise de palavras existentes, quer a formação de novas palavras. Este trabalho integra ainda uma hipótese sobre a interacção entre a teoria da formação de palavras e a teoria da gramática, localizando a morfologia no léxico e estabelecendo modos de relação entre as diversas componentes, nomeadamente a morfologia, a sintaxe e a fonologia.

Segundo Halle (1973: 8), a morfologia é constituída por três componentes: uma lista de morfemas, um conjunto de regras de formação de palavras e um filtro. O modelo proposto pode ser esquematizado do seguinte modo:

(1)



A lista de morfemas inclui radicais verbais, nominais e adjectivais, e afixos derivacionais e flexionais, aos quais está associada informação gramatical, como a categoria sintáctica ou o tipo de flexão, e informação idiossincrática (relacionada por exemplo com a etimologia dos morfemas). O módulo de regras de formação de palavras, que se ocupa quer da derivação quer da flexão, selecciona elementos na lista de morfemas e estipula as sequências bem formadas, determinando as suas propriedades não-idiossincráticas e gerando livremente todas as palavras possíveis, de acordo com as suas especificações, por concatenação de afixos e radicais ou

palavras. Este modo de operação das regras conduz a uma forte sobregeração, controlada por um filtro, que actua sobre o resultado das regras de formação de palavras, fornece a informação idiossincrática fonológica e/ou semântica relevante, e marca as palavras possíveis mas não-existentes com o traço [-inserção lexical], que assegura a sua não-ocorrência. Assim, o filtro marcaria a forma *nicety* como excepção à 'Trisyllabic Shortening Rule' de Chomsky e Halle (1968: 181), e formas como *derival* ou *arrivation* como palavras possíveis mas inexistentes no Inglês.

O conjunto de todas as palavras geradas pela morfologia e acessíveis à inserção lexical, ou seja, o repositório das palavras existentes - subconjunto das palavras potenciais - é registado num módulo, subordinado a uma organização por paradigmas de palavras, a que Halle (1973: 6) dá o nome de dicionário. O dicionário constitui, pois, o alvo dos processos morfológicos, mas, considerando que as palavras existentes podem estar na base de novas derivações (cf. *arrive* _V -> *arrival* _N) e que a existência de uma palavra pode bloquear a existência de outra (cf. *arrival* vs **arrivation*), Halle (1973: 10) propõe ainda que o módulo de regras de formação de palavras tenha acesso ao dicionário.

Quanto à interacção da morfologia com a sintaxe, Halle (1973: 9) considera que as transformações de inserção lexical seleccionam no dicionário os paradigmas de formas flexionadas que preenchem posições estruturais no nível subjacente das representações sintácticas, e que, identificada a forma flexionada requerida pela configuração sintáctica de superfície, sejam as restantes eliminadas por uma convenção geral. Por último, Halle (1973: 13) sugere que o módulo de regras de formação de palavras deve ter acesso à componente fonológica, dado que a intervenção de algumas dessas regras é condicionada pela operação de processos fonológicos (cf. **laxen* vs *soften*).

Como corolário do modelo que apresenta, Halle (1973: 15) chama a atenção para a especificidade das regras de formação de palavras, que, contrariamente às regras sintácticas e fonológicas, têm acesso a diferentes níveis da derivação (estas regras têm acesso à lista de morfemas, ao filtro, ao dicionário e às regras fonológicas), funcionando não como regras, mas sim como restrições derivacionais sobre a formação de palavras, ou seja, como condições que nenhuma sequência gramatical de morfemas pode violar e cuja aplicação não é ordenada mas simultânea. Segundo Halle, esta perspectiva é ainda reforçada pelo facto de a componente morfológica só ser activada quando um falante ouve uma palavra pela primeira vez ou

pretende formar uma nova palavra, ou seja, as palavras são geradas uma única vez e registadas no dicionário que se encontra na memória permanente dos falantes.

Cabe aqui notar que a relevância da proposta de Halle (1973) não está tanto na sua adequação técnica⁶, mas mais no seu carácter programático. Com efeito, o próprio autor refere que

«while I am not in a position to claim that I have succeeded in achieving a breakthrough in this area, I hope that I have developed enough of a structure to facilitate discussion and to attract others into research on this topic.»

Com efeito, o conhecimento das estruturas morfológicas e das suas relações com as estruturas sintácticas e fonológicas desenvolveu-se ao longo destes últimos vinte anos passando frequentemente pelas questões enunciadas por Halle, quer pela rejeição das soluções que propôs, quer pela confirmação das suas hipóteses. Nas secções seguintes procurarei sistematizar esses percursos e situar o trabalho que apresento.

2.2. O LUGAR DA MORFOLOGIA NA GRAMÁTICA

O lugar que a morfologia ocupa num modelo de gramática, a sua existência como uma componente autónoma ou as relações que mantém com os restantes módulos são questões cuja resposta está em larga medida dependente do que se toma como modelo de gramática e do que se considera ser o seu domínio próprio. Assim, a inclusão / exclusão da flexão e da composição no quadro dos processos morfológicos constitui um dos factores que condicionam a resposta teórica às questões acima enunciadas.

A delimitação do âmbito de estudo da morfologia tem, de facto, ocupado um largo espaço de reflexão e as posições em confronto têm sido basicamente duas. Se a flexão e/ou a composição não são consideradas como processos (estritamente) morfológicos, posição defendida pela chamada Hipótese Lexicalista Fraca, então a morfologia não constitui uma componente autónoma, sendo antes um domínio fragmentado e repartido por diversas componentes da gramática. Se, pelo contrário, a flexão e a composição são consideradas, a par da derivação, como processos (estritamente) morfológicos, então a morfologia constitui um domínio autónomo, que, segundo a chamada Hipótese Lexicalista Forte, se localiza no léxico,

precedendo todas as restantes componentes da gramática. Estas duas posições, que seguidamente apresento, são igualmente problemáticas, o que, em larga medida, se deve ao facto de se integrarem num modelo de gramática que preconiza uma ordenação estrita entre as suas componentes.

2.2.1. MORFOLOGIA REPARTIDA

A hipótese lexicalista de Chomsky (1970), apesar da afirmação de que «syntactic rules cannot make reference to any aspect of the internal structure of a word», consagra o tratamento sintáctico da flexão, considerando-a como um processo regular e sistemático, e não refere a composição. Note-se que a esta posição não é certamente alheio, como refere Lieber (1980: 10), o facto de a investigação dominante no quadro da teoria generativa se basear predominantemente em dados do Inglês:

«In general, the question of the place of inflectional morphology in generative grammar was neglected, a neglect that at least partially stemmed from the fact that English, the language on which most of the pioneering work in generative theory was done, is very poor in inflection. On the one hand, a great deal of progress can be made in the study of English even if inflection is completely ignored. On the other hand, the study of the insignificant amount of inflection that there is in English yields little insight into the sort of theoretical mechanisms necessary for treating inflectional word formation in general.»

Em morfologia, esta posição toma o nome de Hipótese Lexicalista Fraca e pressupõe uma clara distinção entre flexão e derivação. Essa distinção foi traçada, entre outros, por Siegel (1974, 1979) e Anderson (1982), mas não é óbvio que constitua base suficiente para, como pretendem alguns autores (cf. Siegel 1974, 1979), remeter o processamento da flexão para a sintaxe, ou, como defendem outros (cf. Anderson 1982), para a fonologia pós-sintáctica. Com efeito, referindo a perifericidade dos afixos flexionais relativamente aos afixos derivacionais, Siegel (1974, 1979) conclui que esta linearização é consequência da posterioridade da sintaxe (onde operaria a flexão) relativamente ao léxico (onde operaria a derivação). Esta conclusão não é, porém, legítima. Com efeito, os dados do Português mostram que o sufixo derivacional *-mente* se associa a formas flexionadas (cf. *claramente*), e que o mesmo se verifica com sufixos como *-zinho* (cf. *cançõezinhas*). Assim, para manter a hipótese de Siegel (1974, 1979) seria necessário admitir ou que a formação de advérbios em *-mente* e de palavras que integram avaliativos como *-zinho* são processos excepcionais (o que é uma solução pouco satisfatória

dado o seu elevado índice de produtividade), ou que as formas flexionadas devem voltar ao léxico para participar nesses processos de formação de palavras (o que não é desejável dado que essas formas não estão lexicalizadas⁷), ou ainda que, tal como a flexão, estes processos operam na sintaxe (hipótese totalmente imotivada). Quanto a Anderson (1982), a sua proposta de localização da derivação no léxico e da flexão na fonologia pós-sintáctica assenta no pressuposto de que a morfologia derivacional não interage com a sintaxe, enquanto que a flexão é a morfologia sintacticamente relevante. Este é, porém, um falso pressuposto: a categoria sintáctica, o género e categorias morfo-semânticas como [\pm animado] ou [\pm contável], que são sintacticamente relevantes, são propriedades determinadas pelos afixos derivacionais. Consequentemente, esta posição de Anderson (1982) não é sustentável. Por outro lado, Anderson (1988: 25) considera que a interacção entre a sintaxe e a estrutura das palavras é visível (i) nas suas propriedades configuracionais, dado que a forma da palavra depende da posição que ocupa na frase (cf. flexão de caso no SN ou a flexão de tempo no verbo de uma frase relativa), (ii) nos efeitos da concordância, porque a forma da palavra é determinada pelas propriedades de outra palavra que ocorre na mesma estrutura sintáctica, (iii) nas suas propriedades inerentes, como o género, já que essa informação pode desencadear concordância, e (iv) nas suas propriedades sintagmáticas, porque a informação associada a um nó sintagmático, como o tempo, é realizada numa das palavras. Segundo este autor, só a estrutura morfológica da flexão é visível na sintaxe. Note-se, no entanto, que as propriedades configuracionais nem sempre têm uma realização morfológica específica. Em Português, estão nessas circunstâncias o número e o género dos constituintes nominais coordenados:

- (2) a. [Os animais]_[+plu] [fugiram]_[+plu]
 [[A osga]_[-plu] e [a lagartixa]_[-plu]]_[+plu] [fugiram]_[+plu]
- b. [Os alunos]_[-fem] [inscritos]_[-fem]
 [As alunas]_[+fem] [inscritas]_[+fem]
 [[Os alunos]_[-fem] e [as alunas]_[+fem]]_[-fem] [inscritos]_[-fem]

Por outro lado, a presença de sufixos de flexão pode ser exigida pela posição em que uma dada palavra ocorre numa configuração sintáctica, ou seja, por concordância, mas também pode ser livremente seleccionada, quando as palavras ocorrem em posições não controladas relativamente às categorias morfo-sintácticas em causa (cf. o número no SN objecto directo).

As propostas da Fonologia Lexical, que de algum modo retiram à componente fonológica pós-sintáctica a capacidade de intervir no domínio estrito da palavra (que é o domínio de intervenção da flexão), estão certamente na origem da reformulação do modelo de Anderson (1982), apresentada em Anderson (1988). Anderson (1988: 41) defende, então, que a realização das propriedades flexionais tem lugar em dois diferentes domínios da gramática: as propriedades idiossincráticas estão presentes na representação lexical dos respectivos radicais (ex. *mouse*, *mice*), mas as restantes propriedades são introduzidas pelas regras de flexão que operam sobre um par constituído por um radical seleccionado no léxico e por uma representação morfo-sintáctica, ou seja, uma especificação, na estrutura sintáctica, das propriedades flexionais da palavra. O autor pretende, deste modo, manter a afirmação de que a perifericidade da flexão é uma consequência do seu modo de operação: o material introduzido pelas regras de flexão, a partir das propriedades atribuídas pela sintaxe à representação morfo-sintáctica da palavra pressupõe, mas não é pressuposto pelo material que está presente na forma lexical. Assim, só a flexão irregular pode ocorrer no interior de palavras derivadas ou compostas. E o material homófono de marcadores de flexão só pode ocorrer se for introduzido por razões semânticas ou puramente derivacionais. Na análise da flexão de número e da formação de diminutivos em Yiddish, Perlmutter (1988: 93-94) adopta esta versão reformulada, considerando, também, que a flexão é a morfologia sintacticamente relevante: quando a flexão é irregular está presente no léxico, quando é regular é extralexical⁸, ou seja, processada por regras que só operam depois da inserção lexical em estruturas sintácticas. Perlmutter (1988: 95) caracteriza a então chamada Hipótese da Morfologia Repartida do seguinte modo:

- (3) a. A morfologia derivacional, os radicais (incluindo os radicais supletivos) e as formas flexionadas irregulares (incluindo as formas supletivas) estão registados no léxico.
- b. A flexão regular e produtiva é extralexical.

No entanto, esta nova versão também não resolve satisfatoriamente os casos do Português anteriormente referidos. A ocorrência de flexão não-periférica, em palavras como *claramente* ou *cançõezinhas*, não pode ser explicada pelo facto de se tratar de flexão irregular, nem parece resultar de qualquer exigência semântica ou derivacional. Trata-se, pelo contrário, de exemplos de flexão interna que este modelo não tem capacidade para descrever. Em suma, a Hipótese Lexicalista Fraca, ou Hipótese da Morfologia Repartida, não é sustentável, e

sobretudo não decorre da distinção entre flexão e derivação, que, como procurarei demonstrar em 4.1., tem outros fundamentos e é pertinente e necessária.

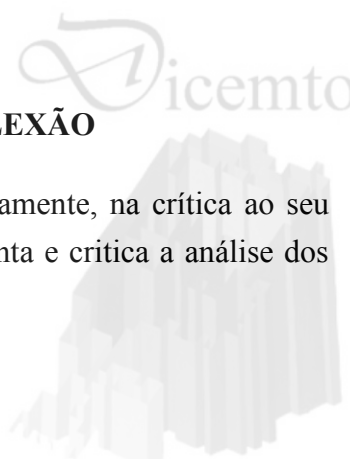
2.2.2. MORFOLOGIA LEXICAL

Jackendoff (1972: 13) é o autor da primeira proposta de extensão da Hipótese Lexicalista de Chomsky (1970). De acordo com esta Hipótese Lexicalista Alargada, as transformações só podem operar sobre unidades lexicais para realizar a adjunção de afixos flexionais. Às transformações é, pois, negada não só a possibilidade de formar palavras derivadas, como na proposta de Chomsky (1970), mas também a capacidade de alterar as etiquetas dos nós que dominam as unidades lexicais, excluindo, conseqüentemente, o tratamento transformacional da composição. Como referi em 2.1., esta posição é desenvolvida por Halle (1973: 6), que defende que a lista de morfemas deve incluir quer os afixos derivacionais, quer os flexionais (ou desinências), e que o módulo de regras de formação de palavras deve tratar de modo semelhante a morfologia derivacional e a morfologia flexional, com base no argumento de que o seu comportamento não é distinto. Esta posição, conhecida por Hipótese Lexicalista Forte, ou Morfologia Lexical, é desenvolvida por Jackendoff (1975) na chamada Teoria da Entrada Lexical Plena, segundo a qual todas as palavras - flexionadas, derivadas e compostas - estão registadas no léxico e são relacionadas por idênticas regras de redundância lexical.

Os argumentos utilizados em defesa desta hipótese são de vária ordem, distribuindo-se fundamentalmente pela defesa da inadequação do tratamento sintáctico da flexão (cf. Lapointe 1978 e 1980, Brame 1978, Selkirk 1982), e da composição (cf. Allen 1978, Roeper e Siegel 1978), pela colecção de contra-exemplos ao princípio da perifericidade da flexão (cf. Bochner 1984, Rice 1985, Bleser e Bayer 1988), e pela defesa da identidade formal dos processos flexionais e derivacionais (cf. Halle 1973, Jackendoff 1975, Lieber 1980, Williams 1981 ou Di Sciullo e Williams 1987).

2.2.2.1. CONTRA O PROCESSAMENTO SINTÁCTICO DA FLEXÃO

A defesa do processamento lexical da flexão tem consistido, basicamente, na crítica ao seu processamento sintáctico. Lapointe (1978: 1), por exemplo, apresenta e critica a análise dos



verbos auxiliares do Inglês proposta em Chomsky (1957), que envolve uma transformação de Salto de Afixo e regras de reajustamento morfológico que convertem sequências de palavras e afixos flexionais abstractos em palavras flexionadas. Segundo Lapointe (1978: 2-3), o modo de operação das regras de substituição ou supressão do afixo abstracto, com ou sem alteração parcial ou total da forma de base - que são condicionadas pela própria sequência à qual se aplicam, como no caso dos verbos cuja forma do particípio passado não é [tema verbal + DO] (cf. *visto*, *entregue*), ou de verbos cuja defectividade é supletivamente anulada (cf. *ir*, *fui*, *vou*) - é o modo típico de operação das regras lexicais de formação de palavras semi-produtivas, e não das regras de reajustamento que compatibilizam a estrutura sintáctica de superfície aos requisitos da componente fonológica. Em alternativa, Lapointe (1978: 8) adopta a chamada Hipótese Lexical Forte, formulada nos seguintes termos:

(4) Nenhuma transformação sintáctica pode afectar estruturas lexicais⁹

De acordo com esta hipótese, as transformações sintácticas não podem realizar operações morfológicas, o que implica que a flexão seja processada no léxico e que as palavras presentes na estrutura (sintáctica) subjacente sejam palavras flexionadas. Lapointe (1980) retoma a análise do sistema dos verbos auxiliares em Inglês, e reafirma as vantagens da existência de regras morfológicas de flexão que possibilitem a inserção de palavras flexionadas directamente nas estruturas de base. Este autor (cf. Lapointe 1980: 222) decide, no entanto, reformular a Hipótese Lexical Forte, de modo a impedir, não apenas as transformações, mas qualquer regra sintáctica (regras de estrutura sintagmática, transformações sintácticas, filtros sintácticos e regras de reajustamento sintáctico) de referir, e consequentemente modificar directamente, qualquer elemento da estrutura morfológica das palavras (traços morfológicos, e a categoria lexical, ou o que essa categoria domina). A esta nova versão Lapointe (1980: 222, 230) dá o nome de Hipótese Lexical Generalizada.

Brame (1978: 5-6) também rejeita o processamento sintáctico da flexão. Este autor apresenta a chamada Hipótese de Base, segundo a qual as estruturas que não fazem um uso crucial de variáveis, ou seja, as estruturas que, até aí, a gramática generativa derivava por transformações locais (cf. *Equi*, *Passiva* ou *Salto de Afixo*), são geradas por regras de estrutura sintagmática, ou seja, directamente na base. A Hipótese de Base assenta numa condição sobre as transformações, a que Brame (1978: 19) dá o nome de *Spelling Prohibition*, e segundo a qual «transformations cannot spell out morphological material (or effect the spelling out)».

Consequentemente, Brame (1978: 10) considera que o processamento da flexão é lexical, ou seja, que as palavras inseridas nas estruturas de base são palavras flexionadas.

Por último, Selkirk (1982: 69) também recusa a hipótese de tratamento transformacional da flexão, considerando que ela não permite explicar a inexistência de processos de apagamento ou inversão de constituintes de palavras, e propondo, em alternativa, que a flexão seja gerada por um sistema de regras de reescrita da estrutura de palavra, na componente morfológica. No entanto, Selkirk (1982: 70) considera que a Hipótese Lexical Generalizada de Lapointe (1980: 222) é demasiado forte, adoptando uma condição que impede as regras transformacionais sintácticas de manipular (por movimento ou por apagamento) a estrutura da palavra, o que exclui a transformação de Salto de Afixo, mas não impede regras de interpretação de analisar uma mesma descrição estrutural e de estabelecer, no exemplo dado pela autora, relações anafóricas entre constituintes de palavra e elementos da frase. Essa condição é formulada nos seguintes termos:

(5) **CONDIÇÃO SOBRE A AUTONOMIA DA ESTRUTURA DA PALAVRA**

Nenhuma transformação de movimento ou de apagamento pode envolver categorias pertencentes às estrutura-P e estrutura-F¹⁰.

Note-se que o processamento lexical da flexão, preconizado por autores como Lapointe (1978), Brame (1978), Lapointe (1980) ou Selkirk (1982), na sequência de Halle (1973), pressupõe a existência de um mecanismo de verificação da adequação das propriedades flexionais das unidades lexicais às posições sintácticas em que são inseridas. As soluções propostas nem sempre são coincidentes. Assim, tal como Halle (1973), Jackendoff (1975: 665) considera que a inserção lexical insere todo o paradigma flexional na estrutura sintáctica subjacente, competindo às regras de concordância actuar como um filtro que exclui as formas inadequadas. Na opinião de Selkirk (1982: 70), pelo contrário, o tratamento morfológico da flexão não impede que seja a sintaxe a definir a selecção de uma dada forma flexionada na frase, devendo a inserção lexical proceder à verificação da compatibilidade dos traços de flexão associados a cada palavra flexionada com os que caracterizam a posição sintáctica que deverá ocupar. Qualquer que seja a solução adoptada, importa notar que, nos modelos que adoptam a Morfologia Lexical, os fenómenos de regência e de concordância são tratados por um processo de unificação de traços (cf. Spencer 1991: 206-207). Assim, a representação lexical inclui informação flexional codificada através de traços, os mesmos sobre os quais as representações sintácticas operam. A inserção lexical verifica a compatibilidade desses traços.

Em suma, do ponto de vista da economia do modelo, o processamento lexical da flexão constitui uma hipótese interessante, dado que permite um tratamento homogêneo dos processos de afixação, e a resolução das questões relacionadas com a existência de casos de flexão 'irregular' e de paradigmas defectivos, mas, num modelo de gramática em que o léxico precede a sintaxe, esta hipótese não é isenta de problemas. Com efeito, a impossibilidade de acesso da sintaxe à estrutura interna das palavras, subjacente à Hipótese Lexicalista Forte, é desejável dada a inexistência de operações de movimento dos constituintes morfológicos, mas a impossibilidade de acesso da morfologia a palavras que têm uma estrutura sintáctica, como se verifica em alguns compostos (cf. capítulo 6), e que também é decorrente desta hipótese, é uma consequência indesejável.

2.2.2.2. O PROCESSAMENTO LEXICAL DA COMPOSIÇÃO

Para autores como Roeper e Siegel (1978) ou Allen (1978), e à semelhança de Jackendoff (1972), a Hipótese Lexicalista Forte também consagra o processamento lexical da composição. Com efeito, estes autores defendem que as regras de formação de palavras só podem seleccionar, como bases, unidades pertencentes a categorias principais, excluindo deste modo as categorias sintagmáticas (eg. SAdj, SN, SV). Esta restrição, conhecida por 'No Phrase Constraint' é, no entanto, bastante problemática para a análise de compostos como os que se encontram em (6a), e cujo comportamento, contrariamente ao de compostos como (6b), faz apelo a princípios sintácticos (cf. Eliseu e Villalva 1991, Villalva 1992a):

- (6) a. *palavra-chave*
guarda-chuva
- b. *biblioteca*
tóxico-dependência

A exigência de processamento lexical de todos os compostos tem, de facto, consequências indesejáveis, como a importação de princípios sintácticos para o léxico. Botha (1984: 137), dando-lhes o nome de Posição Lexicalista Alargada, resume as várias versões da Hipótese Lexicalista Forte do seguinte modo:

- (7) a. As palavras derivadas, flexionadas e compostas são formadas por regras lexicais e não por regras sintáticas.
- b. As regras lexicais não podem seleccionar unidades sintáticas para formar palavras morfologicamente complexas.
- c. As regras lexicais estão localizadas numa componente lexical autónoma, ou seja, no léxico.

Botha (1984: 141) assinala os problemas que (7b) levanta à análise de muitos compostos, nomeadamente problemas (i) de adequação empírica, resultantes da violação da Condição de Composicionalidade¹¹ (cf. *one-handed* 'maneta'), (ii) de redundância conceptual, em consequência da duplicação dos dispositivos sintáticos no léxico, e (iii) de perda de generalização, impedindo a explicitação da relação existente entre estruturas obviamente relacionadas (ex. compostos e estruturas sintagmáticas). Segundo Botha (1984: 141-144), a motivação empírica que esteve na origem do abandono das hipóteses de tratamento transformacional sintático das palavras derivadas não é detectável na proibição de gerar palavras a partir de unidades sintáticas, tendo sido preterida em função de uma motivação puramente formal¹²: a necessidade de postular uma condição como (7b), segundo a qual nenhum mecanismo sintático pode intervir na especificação das propriedades de palavras morfologicamente complexas, é resultante do modo como é concebida a relação entre léxico e sintaxe, ou seja, é consequência de um modelo de gramática que manifesta «an empirically unmotivated, formalistic kind of modularity», responsável pelas próprias insuficiências da Morfologia Lexicalista. Nestas circunstâncias, refere Botha (1984), não é de estranhar que a 'No Phrase Constraint' tenha vindo a ser rejeitada por vários autores (cf. Bauer 1978, Carroll 1979, Botha 1981 e Kageyama 1982), em favor da hipótese de aplicação de processos de formação de palavras a unidades sintáticas (cf. Carroll 1979, Botha 1981 ou Williams 1981, Kiparsky 1982a), hipótese também por mim defendida em anteriores trabalhos (cf. Eliseu e Villalva 1991, Villalva 1992a).

Em suma, a crítica e recusa do tratamento sintático da flexão e da composição consistem em avanços consideráveis, e que são devidos ao programa da Morfologia Lexical. As propostas daí decorrentes, ou seja, a defesa do processamento da flexão e da composição no léxico, não servem, no entanto, como alternativa.

2.2.2.3. FLEXÃO E DERIVAÇÃO

Um outro tipo de argumentos invocados pelos defensores da Hipótese Lexicalista Forte assenta na identidade formal dos processos de flexão e de derivação. Com efeito, e tal como referi em 2.1., Halle (1973: 6) defende que o módulo de regras de formação de palavras deve tratar de modo semelhante a morfologia derivacional e a morfologia flexional, com base no argumento de que o seu comportamento não é distinto. Este autor considera nomeadamente que à flexão também podem estar associadas propriedades idiossincráticas, fonológicas ou semânticas, e que também neste domínio se regista a existência de paradigmas defectivos, factores que impossibilitam o tratamento transformacional destes processos, já que são os mesmos que deram origem à exclusão da hipótese de formação transformacional sintáctica de palavras derivadas. Nesta linha, Jackendoff (1975: 641, 657) elabora a Teoria da Entrada Lexical Plena, que pretende descrever adequadamente as idiossincrasias e as inter-relações das palavras no léxico, considerando que todas as palavras existentes (e apenas as palavras) possuem uma especificação lexical completa (o que dispensa o recurso a qualquer filtro) e que as suas inter-relações são expressas por Regras de Redundância Lexical, que incluem a representação dos afixos. Consequentemente, para Jackendoff (1975: 665) todas as formas flexionadas estão registadas no léxico e são relacionadas por regras de redundância lexical idênticas às que relacionam derivados e compostos.

Numa perspectiva mais radical, Williams (1981: 264, 273) defende não só que a flexão é processada no léxico, mas também que não há qualquer diferença entre a morfologia flexional e a morfologia derivacional: tanto uma quanto a outra envolvem processos de afixação e são realizadas pelas mesmas regras. Esta teoria unificada da morfologia afixional (cf. Williams 1981: 246), para a qual são fundamentais as versões dos conceitos de relação lexical e de paradigma apresentados pelo autor, não é compatível com um processamento da flexão e da derivação em diferentes componentes da gramática. Segundo Williams (1981: 252), a Hipótese Lexicalista Estrita prevê a existência de duas teorias - a teoria das frases (sintaxe) e a teoria das palavras (morfologia) - que possuem vocabulários teóricos distintos, excepto no que diz respeito às categorias e subcategorias lexicais (os exemplos apresentados são N, V, A e [\pm tempo]). Neste quadro, não é, pois, possível enunciar regras sintácticas que refiram a estrutura interna das palavras, já que essa estrutura é definida por termos (ie. radical, afixo, etc) que não fazem parte do vocabulário teórico da sintaxe. Esta identidade formal entre flexão e derivação, como pressuposto da Hipótese Lexicalista Forte, tem sido defendida sobretudo com base em contra-exemplos ao princípio de perifericidade da flexão relativamente à derivação. Lieber

(1980), Bochner (1984), Rice (1985) e Bleser e Bayer (1988), entre outros, referem exemplos deste tipo em línguas como o Alemão, o Georgiano, o Inglês Antigo, o Latim, o Slave (língua ameríndia athabaska), o Tagalog e o Yiddish.

• Com efeito, Lieber (1980: 53-54) refere, especificamente, que a existência de palavras derivadas e compostas geradas a partir de formas que exibem os alomorfes requeridos pela flexão em línguas como o Alemão, o Inglês Antigo, o Latim, e o Tagalog demonstram que os paradigmas de flexão são gerados no léxico. Relativamente ao Alemão, Lieber (1980: 30) mostra que os alomorfes de flexão de alguns nomes ocorrem na formação de alguns tipos de compostos:

(8)	a.	<i>Buch</i>	'livro'
		<i>Bücher</i>	'livros'
		<i>Folge</i>	'série'
		<i>Bücherfolge</i>	'série de livros (coleção de livros)'
	b.	<i>Auge</i>	'olho'
		<i>Augen</i>	'olhos'
		<i>Arzt</i>	'médico'
		<i>Augenarzt</i>	'médico dos olhos (oftalmologista)'

Um outro exemplo citado por Lieber (1980: 45-47) diz respeito à formação de deverbais em Latim. Segundo esta autora, os verbos latinos são formados por um radical (ex. *am-*) que alterna com uma outra forma que inclui a vogal temática (ex. *ama-*), circunstância que não é independentemente predizível, pelo que a informação deve ser dada na entrada lexical da cada forma verbal. A presença da vogal temática em adjetivos, nomes ou verbos deverbais (exs. *moribundus*, *certamen*, *dormito*) mostraria, pois, que as formas do tema verbal têm de estar registadas no léxico¹³.

Lieber (1980: 51-54) cita ainda um exemplo de uma língua não indo-europeia, o Tagalog, que também diz respeito à formação de deverbais. Em Tagalog, os verbos são formados por um radical e por um afixo marcador de tópico que indica qual é o argumento do verbo que ocupa a posição de tópico de frase. Esta informação faz parte da especificação lexical de cada verbo:

(9)	<i>mag</i> Tópico-sujeito - <i>bukas</i>	'abrir'
-----	--	---------

pag Tópico-sujeito - *bilih* 'vender'

Os nomes deverbais formados com base no radical referem 'o objecto da acção designada pelo verbo', mas os que são formados com base na forma verbal constituída pelo radical e pelo sufixo marcador de tópico sujeito são nomes agentivos:

(10) [*bilih*]_V [*in*]_N 'objecto comprável'

[*taga* [*pag-bilih*]_V]_N 'vendedor'

Lieber (1980: 53) conclui, então, que a flexão deve ser tratada no léxico como um processo lexical de formação de palavras.

• Bochner (1984: 419) também considera que a localização da derivação e da flexão em diferentes componentes da gramática, nomeadamente antes e depois da inserção lexical, é inadequada dado que a derivação pode seleccionar bases flexionadas. Este autor cita três exemplos de flexão não periférica: os verbos prefixados em Georgiano, os diminutivos e os advérbios de modo em Yiddish, e os verbos moderados em Tagalog. Quanto aos verbos prefixados em Georgiano, Bochner (1984: 413) afirma que os prefixos que os integram são derivacionais, porque não são relevantes na sintaxe¹⁴, e que, numa fase anterior da língua eram advérbios independentes. Estes prefixos precedem os prefixos marcadores de concordância de pessoa-número, ou seja, os prefixos flexionais precedem os prefixos derivacionais.

Por outro lado, em Yiddish, a formação de diminutivos de nomes masculinos de origem hebraica-aramaica (cf. 11a), ou dos nomes de origem germânica cujo plural é também formado por adjunção do sufixo *-im* (cf. 11b), recorre, no plural, à forma de base flexionada no plural, e a sufixos derivacionais, que não têm relevância sintáctica:

(11) a. *xet* *xatoim* *xet*↯ *xatoimlex*
 'pecado' 'pecados' 'pecaquinho' 'pecaquinhos'

b. *nar* *naronim* *nar*↯ *naronimlex*
 'tonto' 'tontos' 'tontinho' 'tontinhos'

Bochner (1984: 416) faz notar que nenhum dos restantes processos de pluralização admite a presença de dois marcadores de número nos diminutivos, ainda que, em qualquer dos casos, as formas do plural tenham propriedades idiossincráticas.

Bochner (1984: 417) refere ainda a formação de advérbios de modo, em Yiddish, por adjunção do sufixo *-vayz*. Este sufixo, que tem origem no nome germânico *Weise* 'modo', associa-se quer a nomes flexionados no singular, quer a nomes flexionados no plural, o que motiva diferentes interpretações semânticas:

- (12) a. *kind* *kinvayz*
 'criança' 'como uma criança'
- b. *s&tik* *s&tiker* *s&tikervayz*
 'bocado' 'bocados' 'bocado porocado'
- s&ure* *s&ures* *s&uresvayz*
 'linha' 'linhas' 'linha a linha'

Por último, Bochner (1984: 418) refere a formação de verbos moderados, em Tagalog, que é realizada por duplicação das duas últimas sílabas do verbo base:

- (13) *linis*
 'radical do verbo limpar'
- | | |
|--|--|
| <i>maglinis</i>
'limpar _{Tópico-Sujeito} ' | <i>maglinislinis</i>
'limpar um pouco _{Tópico-Sujeito} ' |
| <i>linisin</i>
'limpar _{Tópico-Objecto} ' | <i>linislinisin</i>
'limpar um pouco _{Tópico-Objecto} ' |

Há, no entanto, um grupo de verbos que sofre a aplicação de um processo fonológico de supressão da segunda vogal do radical, sempre que o sufixo marcador de Tópico-Objecto (*-in* ou *-an*) está presente. Nestes casos, e contrariamente aos anteriores, a formação do verbo moderado não exclui o sufixo flexional, pelo que deve ser analisada como um processo derivacional posterior à flexão:

- (14) *tingin*
 'radical do verbo ver'
- tumingin*
 'ver_{Tópico-Sujeito}'



tingnan
‘ver_{Tópico-Objecto}’

tingnantingnan
‘ver um pouco_{Tópico-Objecto}’

• Rice (1985: 156, 161) também defende o tratamento lexical da flexão com base em dados do Slave, referindo que, nesta língua, há um conjunto de afixos flexionais (pronomes sujeito, objecto e deícticos) que não ocupam uma posição periférica relativamente a alguns afixos derivacionais. Por outro lado, Rice (1985: 160) refere uma regra de nominalização deverbal, que recorre à adjunção de um sufixo flexional (pronome deíctico sujeito indefinido) ao verbo, e de um sufixo derivacional à forma verbal flexionada. Rice (1985: 156) conclui, então, que alguma flexão regular tem de preceder a derivação.

• Por último, Bleser e Bayer (1988: 46) referem que, em Alemão, os sufixos flexionais de número precedem os sufixos diminutivos:

(15)	<i>Kind</i> ‘criança	<i>er</i> [+plu]	<i>lein</i> DIM’
	<i>Lied</i> ‘canção	<i>er</i> [+plu]	<i>chen</i> DIM’

Tendo em conta a sua diversidade, os dados aqui apresentados não podem, pois, ser considerados como excepções ao princípio de perifericidade da flexão, mas sim como exemplos de processos morfológicos que seleccionam ou operam sobre formas flexionadas. O mesmo se verifica em Português, na formação de advérbios em *-mente* e na modificação Z-avaliativa, demonstrando claramente que a flexão e os restantes processos morfológicos não obedecem a uma ordenação estrita. No entanto, não é óbvio que desta conclusão se possa extrair que os processos de flexão e de derivação são formalmente idênticos. Com efeito, há, entre os defensores da Morfologia Lexical, quem não considere ser possível prescindir da distinção entre flexão e derivação. Para Selkirk (1982), a distinção é dada pelas próprias regras de formação de palavras e pela especificação das categorias e subcategorias morfológicas. Para Kiparsky (1982b) e Mohanan (1982), a distinção deve ser feita no léxico por atribuição de diferentes níveis aos diferentes processos morfológicos, para permitir a interacção com os processos fonológicos. Quanto a Scalise (1988: 567), este autor considera que, apesar de ser possível admitir que o princípio de perifericidade da flexão tenha excepções, é necessário definir se essas excepções estão no 'core' ou na periferia da gramática, e que é preferível mantê-lo, dado que, em sua opinião, não é possível demonstrar que a flexão e a derivação

interagem livremente. Por outro lado, evidências externas permitem defender que a flexão é um processo lexical distinto da derivação. Com efeito, Badecker e Caramazza (1989: 108, 111) analisam as perturbações provocadas por um hematoma cerebral agudo no discurso de um indivíduo de 68 anos, falante de Italiano, concluindo que essas perturbações consistiam, fundamentalmente, na omissão ou selecção inadequada de 'morfemas gramaticais livres' e num número significativo de erros de concordância sujeito/verbo, determinante/nome e nome/adjectivo. Os autores referem ainda que, em comparação com os erros de flexão, a percentagem que envolve morfologia derivacional é negligenciável, e que a capacidade de produção de frases é normal. Badecker e Caramazza (1989: 112) defendem ainda que os erros flexionais são resultantes de uma disfunção que afecta os mecanismos lexicais de formação de palavras flexionadas, dado que os erros não ocorrem apenas na produção de frases em discurso espontâneo, mas também em exercícios de repetição de palavras isoladas (nomeadamente em listas de adjectivos flexionados aleatoriamente em género e número que o paciente repete preferencialmente na forma do masculino singular). Segundo Badecker e Caramazza (1989: 113-114), estes resultados demonstram que o tipo de erros produzido pelo paciente é predominantemente determinado pelo estatuto morfológico da palavra. Por outro lado, o facto de a produção de palavras derivadas não ser afectada de modo semelhante indica, segundo estes autores, que a flexão e a derivação devem ser consideradas como processos distintos. A distinção entre flexão e derivação foi por mim assumida em trabalho anterior (cf. Villalva 1986). Nos capítulos 4 e 5 retomo esta posição.

2.2.3. A MORFOLOGIA NO 'PÓS-LEXICALISMO'

Segundo Carstairs-McCarthy (1992: 90), o trabalho de Chomsky (1970) influenciou de tal modo a investigação dominante na morfologia que a hipótese de haver qualquer intervenção da sintaxe na formação de palavras (na derivação e frequentemente na flexão e na composição) foi rejeitada durante cerca de quinze anos, sendo todos estes processos localizados no léxico. Com efeito, o processamento da morfologia derivacional no léxico foi determinante na prevalência das hipóteses que defendem idêntica localização para a flexão e para a composição, impedindo assim qualquer tipo de intervenção da sintaxe, mesmo quando essa intervenção se afigura indispensável.

Com efeito, a Morfologia Generativa tem procurado demonstrar que a derivação, a flexão e a composição são áreas distintas mas relacionadas e que, conjuntamente, formam o domínio da formação de palavras. No entanto, a tentativa de encaixar a morfologia num modelo de gramática concebido na pressuposição da sua inexistência tem dado lugar a vários caminhos sem saída.

No quadro do Programa Minimalista (cf. Chomsky 1993), a situação é, de algum modo, distinta. O modelo apresentado considera que

«a language consists of two components: a lexicon and a computational system. The lexicon specifies the items that enter into the computational system, with their idiosyncratic properties. The computational system uses these elements to generate derivations and SDs» [=structural descriptions]

(Chomsky 1993: 2)

A interacção entre estas duas componentes é descrita do seguinte modo:

«UG must provide means to present an array of items from the lexicon in a form accessible to the computational system. We may take this form to be some version of X-bar theory. [...] The computational system selects an item X from the lexicon and projects it to an X-bar structure. [...] Computation proceeds in parallel, selecting from the lexicon freely at any point»

(Chomsky 1993: 6, 21, 22)

Por outro lado, este modelo determina que

«UG provides a fixed system of principles and a finite array of finitely valued parameters. The language-particular rules reduce to choice of values for these parameters. [...] Invariant principles determine what counts as a possible derivation and a possible derived object (linguistic expression, SD)»

(Chomsky 1993: 4, 5)

É neste quadro que inscrevo o trabalho que aqui apresento: o léxico regista unidades morfologicamente inanalísáveis, integrando radicais, prefixos, sufixos e qualquer forma que, por lexicalização, tenha perdido a sua composicionalidade morfológica. Estas unidades são seleccionadas por uma versão da teoria X-barras, que designarei por XM-barras (cf. 4.3.3.), e que é responsável pela geração de estruturas morfológicas, sobre as quais operam condições de verificação. Consequentemente, as questões que se colocavam às duas versões contraditórias da Hipótese Lexicalista tornam-se irrelevantes. A distinção entre flexão e

derivação é totalmente independente da relação entre a morfologia e a sintaxe, sendo antes uma consequência da função que estes afixos ocupam na estrutura, o que também determina a sua linearização. Por outro lado, este modelo permite restringir o âmbito de aplicação das condições sintácticas às projecções de átomos sintácticos, ou seja, a projecções de categorias X^0 (eg. ADJ, N, V), e o âmbito das condições morfológicas a projecções de átomos morfológicos (XM^0), ou seja, a projecções do núcleo das palavras. Note-se que estas restrições sobre o âmbito de aplicação das condições sintácticas e morfológicas não impedem que algumas expressões linguísticas tenham uma estrutura híbrida (sintáctica e morfológica), o que se verifica em compostos como *palavra-chave* ou *abre-latas*, que são analisados no capítulo 6.

2.3. ESTRUTURAS MORFOLÓGICAS E FORMAÇÃO DE PALAVRAS

Nesta secção apresento algumas propostas de análise da estrutura interna das palavras e alguns modelos de descrição dos processos morfológicos. A chamada Hipótese de Ordenação por Níveis, proposta por Siegel (1974, 1979) e Allen (1978), subordina a estrutura interna das palavras derivadas às propriedades fonológicas dos afixos e pretende restringir a capacidade geradora do léxico, dispensando a existência de condições sobre a afixação. No entanto, os critérios propostos para a distribuição dos afixos por dois diferentes níveis são problemáticos dado que quase se sobrepõem à distinção, independentemente necessária, entre prefixos e sufixos. Por outro lado, a ordenação dos processos morfológicos que assenta na distinção entre afixos de nível I e afixos de nível II, revela-se inadequada aos dados, motivando a rejeição desta hipótese. O modelo proposto por Aronoff (1976), inscrito no quadro da Hipótese Lexicalista Fraca, exemplifica o tratamento da formação de palavras derivadas por regras transformacionais. A rejeição deste modelo relaciona-se com o facto de integrar regras dependentes do contexto, que sobrecarregando o sistema, não permitem captar as generalizações que caracterizam as estruturas morfológicas. Por último, em 2.3.3., discuto algumas das propostas que preconizam a adopção da teoria X-barra em morfologia, e que se dedicam sobretudo à identificação do constituinte morfológico que desempenha a função de núcleo de palavra. Ainda que as propostas apresentadas (cf. Williams 1981, Lieber 1980, Di

Sciullo e Williams 1987 e Lieber 1992) contenham, a meu ver, inadequações que impedem a sua aceitação, é neste quadro geral que desenvolvo a minha análise nos capítulos seguintes.

2.3.1. HIPÓTESE DE ORDENAÇÃO POR NÍVEIS

A Hipótese de Ordenação por Níveis, ou Teoria Morfológica dos Estratos, proposta por Siegel (1974, 1979) e Allen (1978), inscreve-se no quadro da Hipótese Lexicalista Fraca, e pretende identificar as restrições que condicionam a intervenção dos processos morfológicos. Segundo Siegel (1974, 1979: 26-27), a distinção estabelecida no *SPE* entre fronteiras de morfema (+) e fronteiras de palavra (#), permite caracterizar dois tipos de afixos: os afixos de Nível I, introduzidos por +, e os afixos de Nível II, introduzidos por #. Ainda segundo Siegel (1974, 1979: 102), é o modo de aplicação das regras de acentuação o que permite distinguir as duas classes de afixos: as palavras derivadas por afixação de Nível I submetem-se às regras cíclicas de acentuação, enquanto que as palavras derivadas por afixação de Nível II não se submetem a essas mesmas regras, considerando a autora que a sua formação é posterior. Por outras palavras, os afixos de Nível I determinam a posição do acento (ie. podem receber o acento ou provocar uma deslocação do acento da base para a direita), enquanto que os afixos de Nível II são neutros quanto ao acento (ie. não podem receber o acento nem provocam qualquer deslocação do acento da base). A existência de quatro subclasses de afixos (prefixos I, prefixos II, sufixos I e sufixos II), e de dois tipos de bases (radicais e palavras), permite a Siegel (1974, 1979: 148-151) prever a possibilidade de existência de oito diferentes estruturas.

(16)	a.	[# [PREFIXO +] [RADICAL] #]	cf. <i>imply</i>	'implicar'
	b.	[# [PREFIXO #] [RADICAL] #]		
	c.	[# [RADICAL] [+ SUFIXO] #]	cf. <i>hesitant</i>	'hesitante'
	d.	[# [RADICAL] [# SUFIXO] #]	cf. <i>winsome</i>	'atraente'
	e.	[# [PREFIXO +] [# PALAVRA #] #]	cf. <i>inequality</i>	'desigualdade'
	f.	[# [PREFIXO #] [# PALAVRA #] #]	cf. <i>superman</i>	'super-homem'
	g.	[# [# PALAVRA #] [+ SUFIXO] #]	cf. <i>simplify</i>	'simplificar'
	h.	[# [# PALAVRA #] [# SUFIXO] #]	cf. <i>hapiness</i>	'felicidade'

Siegel (1974, 1979) nota que, em Inglês, a estrutura (16b) não é atestada e que (16d) regista apenas a ocorrência de um pequeno número de palavras, concluindo que os afixos de Nível I se podem associar a radicais ou palavras, enquanto que os afixos de Nível II só se associam a

palavras. A conjugação dos dois critérios (acentuação e categoria morfológica da base) permite a Siegel (1974, 1979: 153) propor um princípio que preconiza a perifericidade dos afixos de Nível II relativamente aos afixos de Nível I¹⁵:

(17)	afixos +	÷	
	palavras não derivadas		Afixação +
	radicais	"	┘
			Regras cíclicas de acentuação
		┘	
	afixos #	∅	Afixação #

A aplicação da Hipótese de Ordenação por Níveis ao Português, bem como a outras línguas, incluindo o Inglês que esteve na origem das propostas de Siegel (1974, 1979) e Allen (1978), depara, no entanto, com sérios problemas. Uma das questões mais complexas na avaliação destas hipóteses decorre da classificação dos afixos. Considere-se em primeiro lugar o critério que diz respeito à acentuação. As regras gerais da acentuação em Português (cf. Pardal 1973, 1977 e Mateus 1983) demonstram que as palavras complexas são acentuadas de modo idêntico ao das palavras simples. Consequentemente, o lugar do acento numa palavra que contém um prefixo é idêntico ao da sua palavra base, quer o prefixo exiba (ou possa exibir), quer não exiba uma vogal tónica própria¹⁶:

(18)	a.	<i>mercado</i>	<i>hipermercado</i>	cf.	<i>hiperónimo</i>
		<i>produção</i>	<i>pós-produção</i>	cf.	<i>posposição</i>
		<i>história</i>	<i>pré-história</i>	cf.	<i>previsão</i>
	b.	<i>fazer</i>	<i>desfazer</i>		
		<i>suportável</i>	<i>insuportável</i>		
		<i>começar</i>	<i>recomeçar</i>		

Na perspectiva de Siegel (1974, 1979) este comportamento indicia que os prefixos são neutros quanto ao acento, e que, portanto, são afixos de Nível II. Quanto aos sufixos, constata-se que, de um modo geral, eles contêm a sílaba tónica (cf. 19). Uma vez mais, esta é uma situação prevista pela regra geral da acentuação:

(19)	<i>folha</i>	<i>folhagem</i>
	<i>barulho</i>	<i>barulhento</i>
	<i>fácil</i>	<i>facilidade</i>



Na perspectiva de Siegel (1974, 1979), estes são sufixos de Nível I, dado que o lugar do acento na forma de base e na forma derivada é diferente. Em alguns casos, o acento recai sobre a última vogal da base, e não sobre a vogal do sufixo, podendo afectar uma sílaba diferente da que afecta na base (cf. 20a) ou a mesma sílaba (cf. 20b), mas esta situação também decorre da regra geral da acentuação, ou melhor, de uma propriedade idiossincrática da vogal do sufixo, que não pode receber o acento. Consequentemente, a acentuação destas palavras não pode ser interpretada como uma consequência do tipo de sufixo. Segundo os critérios de Siegel (1974, 1979), estes sufixos também são de nível I.

- (20) a. *demónio* *demoníaco*
 símbolo *simbólico*
 ácido *acídulo*
- b. *terra* *térreo*
 eficaz *eficácia*
 ovo *óvulo*
 cone *cónico*

Por outro lado, note-se que os sufixos se associam a radicais, temas ou palavras. Nos dois primeiros casos, trata-se de formas que não têm realização fonética enquanto tais, pelo que não é possível identificar a posição do acento. É o que se verifica nos casos referidos em (19) e (20), onde a forma de base é um radical, e também em (21), onde a forma de base é um tema verbal. Note-se que nos derivados deverbais de (21) se verifica que a vogal acentuada é, em alguns casos, a vogal temática (cf. 21a), e noutros é a vogal do sufixo (cf. 21b). A acentuação destas palavras obedece, uma vez mais, aos princípios da regra geral da acentuação. Considerando que estes sufixos determinam a posição do acento das palavras derivadas em que ocorrem, parece não haver razão para que não pertençam ao mesmo nível que os sufixos anteriormente considerados, ou seja, trata-se de sufixos de Nível I.

- (21) a. *ignora* *ignorância*
 representa *representante*
 assinala *assinalável*
- b. *continua* *continuação*
 escorrega *escorregadio*
 contenta *contentamento*



Por último, há um pequeno conjunto de sufixos, como *-zinho* e *-mente*, que contêm uma sílaba tónica e se associam a uma palavra também acentuada. Tal como em alguns compostos, a regra de acentuação opera duas vezes sobre as palavras que os integram. Segundo os critérios de Siegel (1974, 1979), estes são os únicos sufixos que podem ser classificados como sufixos de nível II.

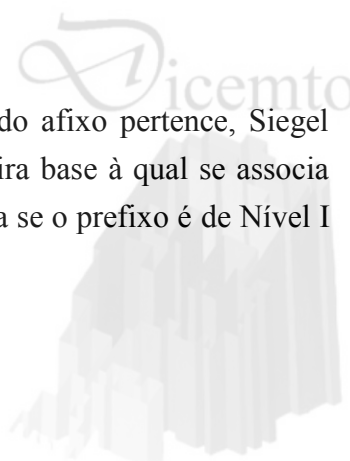
- (22) *inevitável* *inevitavelmente*
calor *calorzinho*
palavra-chave

Verifica-se, assim, que, em Português, quase todos os sufixos (cf. 19 e 20) são afixos de nível I, e os prefixos (cf. 18) são afixos de nível II. Por outras palavras, esta classificação reforça a distinção independentemente existente entre prefixos e sufixos. Quanto a sufixos como *-zinho* e *-mente*, que constituem o conjunto de sufixos de nível II (cf. 22), sabe-se que outras propriedades permitem identificá-los (cf. capítulos 4 e 5). Esta distinção não permite, pois, identificar diferentes níveis de afixos.

O segundo critério referido por Siegel diz respeito à categoria morfológica da base seleccionada pelos afixos. Como já referi, em Português, os sufixos derivacionais associam-se a radicais ou temas, enquanto que os prefixos e sufixos como *-zinho* e *-mente* se associam a palavras flexionadas (cf. capítulos 4 e 5). Pode, assim, constatar-se que este critério se sobrepõe ao anterior, pelo que a categoria morfológica da base não define o nível dos afixos:

- (23) a. [*simbol*]_{RN} *ico*
 [*ignora*]_{TV} *ncia*
 b. *in* [*perdoável*]_{ADJ}
 [[*nova*]_{ADJ[+fem]} [*mente*]]
 [[*macia*]_{ADJ[+fem]} [*zinha*]]

Como terceiro critério para a identificação da classe a que um dado afixo pertence, Siegel (1974, 1979: 147) refere que, numa expressão coordenada, a primeira base à qual se associa um prefixo de Nível II é omitida (cf. 24a), mas que tal não se verifica se o prefixo é de Nível I (cf. 24b).



- (24) a. *mono- and tri-syllabic* lit. 'mono e tri-silábico'
pro- and en-clitics lit. 'pró e enclíticos'
- b. **ex- and se-cretions* lit. 'ex e secreções'
**mono- and rhino-cerous* lit. 'mono e rinoceronte'

Note-se, porém, que os casos considerados em (24a) integram como base uma palavra existente, mas os de (24b) incluem uma forma que não existe como palavra autónoma (cf. **cretions*, **cerous*). Por outro lado, Siegel (1974, 1979: 137-138, 150) classifica como prefixos de Nível II os que ocorrem em palavras como *disorganize*, *disequilibrium*, *dehumanize* ou *rewash*, mas estes prefixos não permitem o mesmo tipo de elipse (cf. **dis and reorganize*). Independentemente, pois, da aceitação de duas classes de afixos, a análise dos dados que Siegel (1974, 1979) apresenta não parece ser aceitável.

A Hipótese de Ordenação por Níveis tem ainda outras consequências relativamente à co-ocorrência de afixos, que interessa avaliar. Com efeito, de acordo com esta hipótese, as configurações representadas em (25a) são legítimas, enquanto que aquelas que figuram em (25b) são ilegítimas porque violam o Princípio de Ordenação por Níveis, segundo o qual a adjunção dos afixos de nível I (prefixos ou sufixos) tem de preceder a adjunção dos afixos de nível II (prefixos ou sufixos).

- (25) a. 1. [PREFIXO # [PREFIXO + BASE]]
 2. [[PREFIXO + BASE] SUFIXO #]
 3. [PREFIXO + [PREFIXO + BASE]]
 4. [PREFIXO + [BASE SUFIXO +]]
 5. [[PREFIXO + BASE] SUFIXO +]
 6. [[BASE SUFIXO +] SUFIXO #] cf. *carinhosamente, aumentozinho*
 7. [[BASE SUFIXO #] SUFIXO #]
 8. [PREFIXO # [BASE SUFIXO +]] cf. *invencível*
 9. [[BASE SUFIXO +] SUFIXO +] cf. *formalização*
 10. [PREFIXO # [PREFIXO # BASE]] cf. *redesmontar*
 11. [PREFIXO # [BASE SUFIXO #]] cf. *ex-ministrozinho*
 12. [[PREFIXO # BASE] SUFIXO #] cf. *ex-ministrozinho*
- b. 1. *[PREFIXO + [PREFIXO # BASE]]



2. *[PREFIXO + [BASE SUFIXO #]]
3. * [[BASE SUFIXO #] SUFIXO +]
4. * [[PREFIXO # BASE] SUFIXO +] cf. *desmontável*

Relativamente ao Português, constata-se que as configurações legítimas (25a1) a (25a5) são impossíveis, porque não existem prefixos de nível I, razão que motiva igualmente a não ocorrência das configurações (25b1) e (25b2). Esta constatação põe em causa a validade do princípio de ordenação. Mais ainda, a configuração (25a6) é possível (cf. *carinhosamente, aumentozinho*) mas limitada pela existência de um pequeno número de sufixos de Nível II, e a Hipótese de Ordenação por Níveis não prediz que estes sufixos ocorram obrigatoriamente em posição final, o que se verifica e explica a não ocorrência da configuração (25a7) e da configuração (25b3). Por outro lado, a estrutura (25a8) está atestada em Português (cf. *invencível*), mas a configuração (25b4) também o está. Assim, a uma forma como *desmontável*, a Hipótese de Ordenação por Níveis, dadas as propriedades dos afixos em causa, atribui a representação (26a). Sabe-se, no entanto, que a estrutura interna de *desmontável* não é aquela que a Hipótese de Ordenação por Níveis sanciona (cf. Mateus, Andrade, Viana e Villalva 1990), mas sim (26b). Esta representação viola a hipótese de ordenação por níveis, dado que a prefixação de Nível II precede a sufixação de Nível I:

- (26) a. [[*des*] [[[*mont*]_{RV} [*á*]_{VT}] _{TV} [*vel*]_{ADJ}] _{ADJ}] _{ADJ}
- b. [[[*des*] [[*mont*]_{RV} [*á*]_{VT}] _{TV}] _{TV} [*vel*]_{ADJ}] _{ADJ}

Quanto às configurações legítimas (25a9) e (25a10), elas ocorrem em Português (cf. *formalização, redemontar*) e representam, respectivamente, o caso típico de co-ocorrência de sufixos e o único caso possível de co-ocorrência de prefixos. Com efeito, a Hipótese de Ordenação por Níveis dá conta da ordenação relativa básica dos afixos neutros quanto ao acento, relativamente aos que são sensíveis ao acento, mas, como refere Scalise (1984: 83), nada diz quanto às restrições de co-ocorrência dos afixos pertencentes a um mesmo nível. Por último, as configurações legítimas (25a11) e (25a12) são atestadas simultaneamente por palavras estruturalmente ambíguas, como *ex-ministrozinho*, visto que as duas representações são possíveis:

- (27) [[*ex*] [*ministrozinho*]]
 [[*ex-ministro*] [*zinho*]]

Note-se, por último, que a Hipótese Alargada de Ordenação por Níveis prevê não só que a afixação de Nível I preceda a afixação de Nível II, como ainda que nenhum processo derivacional possa operar sobre compostos e que nenhuma palavra flexionada possa estar na base de um processo de derivação ou de composição. Todas estas previsões são falsificadas por dados do Português:

- (28) * $[[des] [organização]]$ cf. $[[desorganiza] [ção]]$
 * $[[luso] [africanidade]]$ cf. $[[luso african] [idade]]$
 $[[[maci][a]]_{ADJ[+fem, -plu]} [zinha]]$
 $[[[abre]_{Vind-pres, 3^a\ sing} [latas]]$

Estes são casos típicos de paradoxos de parentetização gerados pela própria teoria, e não ocorrem exclusivamente em Português. Note-se, aliás, que em Inglês, língua que esteve na base da formulação desta hipótese, as configurações ilegítimas (25b1) e (25b2) não estão atestadas, mas (25b3) e (25b4) registam inúmeras ocorrências de que *organization*, *availability*, *modernistic*, *ungrammaticality* são exemplos (*-ize*, *-abil*, *-ist*, *un-* são afixos de nível II, enquanto que *-ation*, *-ity*, *-ic* são sufixos de nível I).

Em suma, tal como o filtro de Halle (1973), a Hipótese de Ordenação por Níveis não constitui um mecanismo adequado à restrição dos processos morfológicos. O primeiro consiste num dispositivo casualista e que actua a posteriori, não tendo capacidade para evitar a sobregeração. O segundo, para além da falta de critérios rigorosos que permitam classificar os afixos, faz previsões que não são confirmadas pelos dados, e é gerador de descrições estruturais conflitantes. As restrições aos processos morfológicos que, em alternativa, defenderei baseiam-se na função que os constituintes ocupam na estrutura das palavras (predicador, especificador morfológico, especificador morfo-sintáctico ou modificador) e nos princípios da teoria XM-barras, que referirei em 2.3.3., e apresentarei nos capítulos 4 e 5.

2.3.2. ARONOFF (1976)

Recuperando o conceito saussuriano de signo, Aronoff (1976) delimita o objecto de estudo da morfologia, identificando-o como o conjunto de signos constituídos por signos mais elementares¹⁷, que formam unidades sintácticas com a propriedade de serem ilhas anafóricas¹⁸.

A teoria morfológica de Aronoff (1976) propõe-se, pois, descrever a formação e analisar o conjunto das palavras derivadas complexas¹⁹. Na verdade, o trabalho de Aronoff (1976) apresenta-se como um trabalho de síntese, integrando muitas das propostas de Halle (1973), Siegel (1974, 1979) e Jackendoff (1975), ainda que por vezes reformuladas. Tal como os referidos autores, Aronoff (1976) propõe a existência de uma morfologia autónoma, no quadro da hipótese lexicalista, observando as suas relações com a sintaxe e com a fonologia²⁰.

O modelo de Aronoff (1976) pressupõe a existência de uma lista de palavras, de regras de formação de palavras (que são, também, regras de análise de palavras), e de regras de reajustamento. A lista de palavras inclui todas as palavras existentes simples ou complexas, desde que não sejam geradas por processos regulares e produtivos. As palavras geradas por processos inteiramente produtivos não são registadas no léxico (cf. Aronoff 1976: 45). Os afixos, pelo contrário, não são unidades lexicais mas sim um dos elementos das regras de formação de palavras, que especificam a sua forma fonológica e a sua posição relativamente à base. Consequentemente, Aronoff (1976: 68) defende que as regras de formação de palavras são transformações, dado que integram uma operação fonológica, que consiste geralmente na adjunção de um afixo a uma base. A forma fonológica do afixo está completamente especificada na regra, mas pode ter realizações diferentes determinadas pela morfologia da base e que são introduzidas por regras de reajustamento (alomorfia).

Por outro lado, as regras de formação de palavras especificam o conjunto das unidades lexicais sobre as quais podem operar. Essa especificação obedece à Hipótese de Base-Palavra, ou seja, tem de reconhecer essa base como uma palavra pertencente a uma categoria principal (ADJ, ADV, N ou V). Mas essa não é a única informação a que as regras de formação de palavras têm acesso. Segundo Aronoff (1976: 46), estas regras são sensíveis a toda a informação que está contida na base que seleccionam, ou seja, às suas propriedades fonológicas, morfológicas, sintácticas e semânticas, mas, sendo regras lexicais, não podem referir regras sintácticas, fonológicas ou semânticas que operam posteriormente.

Aronoff (1976: 48) considera, ainda, que, tipicamente, cada regra selecciona bases pertencentes a uma única categoria, condição que designa por Hipótese de Base-Única. É possível que uma regra seleccione bases pertencentes a duas categorias, como adjetivos e nomes, porque estas duas classes partilham o traço [+N], mas não é permitido que uma única regra seleccione adjetivos, nomes e verbos, visto que estas três classes não são subsumíveis numa única propriedade. Quando esta situação se verifica, Aronoff (1976) defende que se trata

de regras distintas que envolvem afixos homófonos ou de regras pouco produtivas, cujo comportamento tende a ser pouco coerente.

As regras de formação de palavras especificam ainda a categoria sintáctica e a estrutura de subcategorização da nova palavra, bem como o seu significado, que é função do significado da base. A informação que as regras de formação de palavras atribuem aos derivados coincide com a informação a que são sensíveis. O significado do derivado é uma função do significado da própria regra de formação de palavras, mas, para a sua representação, Aronoff (1976) não reconhece nenhuma teoria semântica adequada. No entanto, à paráfrase tradicionalmente utilizada para essa representação²¹, Aronoff (1976) prefere a utilização de etiquetas como 'nome de acção' ou 'nome de agente', referindo que a paráfrase pode, erradamente, fazer pensar que um dado significado é específico de uma dada língua. Por último, qualquer que seja o modo seleccionado para codificar a informação de natureza semântica, Aronoff (1976: 71) conclui que a única informação constante sobre o significado das palavras derivadas é a da sua categoria sintáctica, porque essa é a única informação que nunca é afectada pelas condições morfológicas que afectam a base e determinam a produtividade da regra. Com base nesta sua caracterização, Aronoff (1976: 70) formaliza as regras de formação de palavras nos termos de uma descrição estrutural (a base) e de uma modificação estrutural (a base modificada pela operação da regra). O resultado da operação destas regras é dado por representações etiquetadas que especificam a categoria sintáctica da base e a do derivado, sendo a base representada por uma variável (X):

(29) $[X]_V \rightarrow [+ [X]_V + \text{ção}]_N$

Aronoff (1976) propõe, ainda, que a informação sobre o modo de operação das regras de formação de palavras seja restringido por condições particulares a cada uma das regras. Estas condições podem ser positivas (especificando o tipo de bases que a regra 'prefere', cf. (30a)) ou negativas (especificando o tipo de bases que a regra 'rejeita', cf. (30b)):



(30) a. $[X]_V \rightarrow [[X]_V + \text{ção}]_N$

Formas de base:

1. $X_{[+N]}$ *ificar* cf. *amplificação*

2. $X_{[+N]}$ *izar* cf. *realização*

b. $*[X + (\text{ificar}; \text{izar})]_V \rightarrow [[X]_V + \text{mento}]_N$ cf. **amplificamento, *realizamento*

Segundo Aronoff (1976: 94), as regras de formação de palavras, a Hipótese de Base-Palavra e a Hipótese de Base-Única constituem o núcleo central da morfologia. As regras de reajustamento, ou seja, o domínio do conjunto de operações que transformam o resultado produzido pelas regras de formação de palavras em sequências fonológicas que as regras fonológicas processarão, constitui o domínio periférico da morfologia. As regras de reajustamento compreendem regras de alomorfia, que ajustam a forma de um dado morfema ou classe de morfemas por influência de um morfema ou classe de morfemas adjacente e morfologicamente (não fonologicamente) definida, e regras de truncamento, que suprimem um dado morfema em posição final do radical, quando precede um dado sufixo. Neste modelo, as regras de reajustamento são também regras morfológicas, mas são diferentes das regras de formação de palavras: elas alteram a forma segmental de certos morfemas (cf. Aronoff 1976: 87) por influência de outros morfemas adjacentes. Aronoff (1976) defende que estas regras podem ser isoladas do resto da fonologia e que operam antes dela.

A crítica ao modelo de Aronoff (1976), no que diz respeito ao tratamento dos processos de formação de palavras nos termos de regras transformacionais, inscreve-se na crítica global ao modelo transformacional, apresentada, por exemplo, em Newmeyer (1980: 236-241). São outros os aspectos do modelo de Aronoff (1976) que aqui importa considerar. Com efeito, a fragilidade deste modelo está basicamente relacionada com a Hipótese de Base-Palavra em que, crucialmente, assenta. Por um lado, a generalização contida nesta hipótese é inoperativa, dado que o autor não apresenta uma definição do que considera ser uma palavra. Por outro lado, ao restringir a aplicação das regras de formação de palavras a bases que caracteriza como 'palavras não-flexionadas', Aronoff (1976) é obrigado a admitir a existência de regras de truncamento, o que enfraquece o seu modelo. Estas críticas serão desenvolvidas no capítulo 3.

2.3.3. MORFOLOGIA X-BARRA

As regras transformacionais de formação de palavras, tal como Aronoff as formulou, têm vindo a ser substituídas por um pequeno conjunto de regras de formação de estruturas morfológicas que, em geral, obedecem a um princípio de ramificação binária, claramente inspirado nos princípios gerais da teoria X-barra. As propostas iniciais estão contidas nos trabalhos de Williams (1981), Lieber (1980), Selkirk (1982), Di Sciullo e Williams (1987) e Lieber (1992), onde se sugere que as estruturas morfológicas, tal como as estruturas sintáticas, são geradas por inserção de constituintes morfológicos em estruturas binárias. As discussões subsequentes relacionam-se, basicamente, com a identificação do núcleo destas estruturas.

Com efeito, preconizando a adopção dos princípios da Teoria X-Barra ao domínio das estruturas morfológicas, Williams (1981: 248) considera que o núcleo de palavra é o constituinte que possui as mesmas propriedades da palavra, interpretando-o como uma instância particular do conceito geral de núcleo:

- (31) Se X e o núcleo de X são elementos seleccionáveis na categoria C, então $X \square C +$ núcleo de $X \square C$.

Williams (1981) atribui essa função, numa estrutura morfológica bi-ramificada²², ao constituinte que ocupa a posição da direita:

(32) **REGRA DE ATRIBUIÇÃO DO NÚCLEO À DIREITA**

A função de núcleo, numa palavra morfológicamente complexa, é atribuída ao seu constituinte da direita.

Esta posição é motivada pela constatação de que, em geral, os sufixos determinam a categoria sintáctica das palavras em que ocorrem (cf. 33a), mas os prefixos não (cf. 33b):

- (33) a. $[[organiza]_{TV} [ção]_N]_N$
 $[[organiza]_{TV} [vel]_{ADJ}]_{ADJ}$
- b. $[[des] [organizar]_V]_V$
 $[[re] [organizar]_V]_V$



Consequentemente, Williams (1981: 249) defende que os sufixos são portadores de informação categorial e que são responsáveis pela sua transmissão ao nó que os domina. Por outro lado, considerando que as regras sintáticas não têm acesso à estrutura interna das palavras, mas apenas à informação sobre as 'classes lexicais' a que a palavra (e o seu núcleo) pertence(m) (categoria sintáctica, [±tempo], subcategorias, etc.), Williams (1981: 252) considera que, com a regra (32), fica explicada a ocorrência desses constituintes, nomeadamente a dos sufixos de flexão, na posição mais periférica à direita. Pode, assim, concluir-se que, de acordo com esta proposta, cada palavra possui um único constituinte portador de informação sintacticamente relevante, e que esse constituinte ocupa obrigatoriamente a posição de núcleo, ou seja, a posição da direita.

Em trabalho anterior (cf. Villalva 1986), defendi que, de um modo geral, a estrutura morfológica das palavras derivadas, em Português, é, de facto, uma estrutura de núcleo à direita:

- (34) a. [[*grip*]_{RN} [*al*]_{ADJ}]_{ADJ}
 [[[*organ*]_N [*iza*]_{TV}]_{TV} [*ção*]_N]_N
 [[*ampl*]_{RADJ} [*ificar*]_V]_V
- b. [[*re*] [[*organ*]_N [*izar*]_V]_V]_V

No entanto, como procurarei demonstrar em seguida, a abordagem do conceito de núcleo de palavra nos termos de Williams (1981) é objectável. Algumas das objecções são antecipadas pelo próprio autor, ao referir a existência, em Inglês, de formas derivadas por prefixação (cf. [[*en*] [*noble*]_{ADJ}]_V 'enobrecer') e de formas compostas (cf. [[*push*]_V [*up*]_P]_N 'empurrão', [[*pick*]_V [*pocket*]_N]_N lit. 'apanha bolso' = 'carteirista'), cuja categoria sintáctica não é determinada pelo constituinte da direita. Williams (1981: 249-250) considera que estes casos são periféricos e não invalidam as suas propostas: o primeiro é resolvido como uma excepção sistemática e tolerada à Regra de Atribuição do Núcleo à Direita, dado que o prefixo é considerado o núcleo dessas estruturas; o segundo é tratado como o resultado da intervenção de uma regra de formação de compostos a partir de unidades sintagmáticas, que gera estruturas exocêntricas por uma operação de reetiquetagem, semelhante à conversão.

Os dados do Português confirmam estas 'excepções', mas também mostram outros casos problemáticos. Tal como em Inglês, registam-se, em Português, formas prefixadas (cf. 35a),

compostos com núcleo à esquerda (cf. 35b) e compostos exocêntricos (cf. 35c), no sentido utilizado por Williams (1981):

- (35) a. [a [caule]_N] _{ADJ}
 [anti [rugas]_N] _{ADJ}
- b. [[peixe]_N [espada]_N] _N
- c. [[vai]_V [vem]_V] _N
 [[faz]_V [tudo]_{PRON}] _N

No caso da prefixação (cf. 35a), é possível admitir que se trata de um fenómeno periférico, dado que este tipo de estruturas não é frequente no Português. No entanto, a análise destas formas não pode ser dissociada da análise das chamadas construções parassintéticas, resultantes de um processo de prefixação e sufixação (cf. [en [riqu]_{RADJ} ecer]_V), que também correspondem, em Inglês, a estruturas que envolvem prefixos responsáveis pela determinação da categoria sintáctica da palavra derivada (cf. *enrich*). Deve notar-se que, nestes casos, a função de núcleo não pode ser atribuída apenas ao prefixo e que, em Português, estas estruturas não representam um fenómeno periférico (cf. Villalva 1994).

Relativamente aos compostos, Williams (1981: 249) observa que a sua categoria sintáctica é determinada pelo constituinte da direita:

- (36) [[off]_P [white]_{ADJ}] _{ADJ} 'quase branco'
- [[dry]_{ADJ} [dock]_N] _N 'doca seca'
- [[bar]_N [tend]_V] _V 'fazer o serviço de bar'

Segundo Williams (1981), formas como *pickpocket* 'carteirista' ou *cutthroat* 'assassino' são excepções, mas a produtividade de estruturas equivalentes nas línguas românicas, e nomeadamente em Português (cf. [[abre]_V [latas]_N] _N) impede que sejam adequadamente descritos como um fenómeno periférico, como mostrarei no capítulo 6.

Por outro lado, a análise da sufixação avaliativa em Português, ou noutras línguas em que este tipo de formação de palavras é significativo, como o Alemão, reforça a contestação da definição de núcleo de palavra proposta por Williams (1981):

- (37) [[*nov*]_{RADJ} [*inho*]_{DIM}]_{ADJ, DIM}
 [[*ced*]_{RADV} [*inho*]_{DIM}]_{ADV, DIM}
 [[*cintur*]_{RN} [*inha*]_{DIM}]_{N, DIM}

Com efeito, os sufixos avaliativos não podem ser considerados núcleo de palavra, porque, apesar de ocorrerem na posição final à direita, não determinam a categoria sintáctica da palavra em que ocorrem. A definição de núcleo proposta por Williams (1981) encontra, pois, obstáculos quer no domínio da derivação, quer no da composição, quer no da sufixação avaliativa, mas a maior objecção está relacionada com a flexão. Em Português, tal como noutras línguas que possuem uma morfologia flexional mais complexa do que a do Inglês, o comportamento dos sufixos de flexão (cf. 38) é incompatível com a definição de núcleo defendida por Williams (1981):

- (38) [[[*entusiasm*]_{RV} [*a*]_{VT}]_{TV} [*va*]_{IND-IMPERF} [*mos*]_{IPLU}]_{V[IND-IMPERF, IPLU]}

Com efeito, Williams (1981) afirma que, nas estruturas verbais, o sufixo de tempo ocorre estritamente em posição de núcleo. Esta posição foi criticada, entre outros, por Selkirk (1982), Zwicky (1985), Scalise (1988: 567-568) e Hall (1992: 55-56), e, como procurarei demonstrar não é sustentável. Na verdade, os sufixos de flexão não obedecem aos requisitos estipulados por Williams (1981) na sua definição de núcleo de palavra. Este autor define núcleo como o constituinte que determina as propriedades distribucionais da palavra onde está integrado, nomeadamente a categoria sintáctica, o que não se verifica no caso dos sufixos de flexão (cf. 38). Por outro lado, em línguas como o Português, cuja flexão verbal permite a co-ocorrência de dois diferentes sufixos sintacticamente relevantes, o sufixo de tempo (em Português, tempo-modo-aspecto) precede o de pessoa-número, ou seja, não ocupa a posição de núcleo de palavra. Essa posição estaria, então, reservada ao sufixo de pessoa-número, o que não é aceitável, nem do ponto de vista morfológico nem do ponto de vista sintáctico.

A atribuição da função de núcleo ao constituinte da direita, independentemente do tipo de estrutura morfológica a que pertence e das suas propriedades intrínsecas, tal como preconizado em Williams (1981) não é, pois, adequada à análise destes conjuntos de formas, e em particular das estruturas flexionadas. Por outro lado, a insuficiência desta hipótese demonstra, com clareza, a necessidade de distinguir entre constituintes que percolam os seus traços para o nó que os domina (entre os quais se encontram os sufixos de flexão) do constituinte que

desempenha a função de núcleo, ou seja, o constituinte que percola os traços de categoria sintáctica.

Lieber (1980) apresenta uma proposta alternativa à de Williams (1981). No modelo apresentado por esta autora, a formação de palavras é processada por uma regra de inserção de unidades lexicais (morfemas) em diagramas de ramificação binária não etiquetados, de acordo com as suas restrições de subcategorização. As unidades lexicais são elementos terminais inanalísáveis e contêm informação idiossincrática de várias ordens, incluindo uma estrutura de subcategorização:

- (39)
- a. categoria sintáctica
 - b. classe morfológica - conjugação, declinação
 - c. representação fonológica subjacente
 - d. representação semântica
 - e. subcategorização
 - f. diacríticos²³
 - g. estrutura argumental

Lieber (1980: 66-67) estabelece, no entanto, uma distinção entre dois tipos de entradas lexicais: os afixos (flexionais ou derivacionais) que especificam a categoria e outras propriedades (diacríticas) das unidades lexicais às quais se podem associar, e os radicais e temas que não subcategorizam qualquer morfema. A especificação das entradas lexicais é exemplificada por Lieber (1980) do seguinte modo:

- (40)
- a. *in-* (representação fonológica)
representação semântica: negativo
categoria/subcategorização: [ADJ _ [ADJ
estrutura argumental: a que for adequada aos adjectivos
diacríticos: Nível I
 - b. *-ize* (representação fonológica)
representação semântica: causativo
categoria/subcategorização:]N _]V
estrutura argumental: SN _ (SN)
diacríticos: Nível II



- c. *run* (representação fonológica)
 representação semântica: ...
 categoria: $v[_]v$
 estrutura argumental: SN $_$ (SN)
 diacríticos: [-Latinismo]

Por outro lado, Lieber (1980: 85-86, 88, 93) considera que os diagramas de ramificação binária, que representam a estrutura interna das palavras, são etiquetados por um mecanismo geral, a que dá o nome de Convenções de Percolação de Traços, e que vêm substituir a definição de núcleo proposta em Williams (1981):

- (41) **CONVENÇÃO 1.** Todos os traços de um radical, incluindo os traços categoriais, percolam para o primeiro nó não-ramificado que o domina.

CONVENÇÃO 2. Todos os traços de um afixo, incluindo os traços categoriais, percolam para o primeiro nó ramificado que o domina.

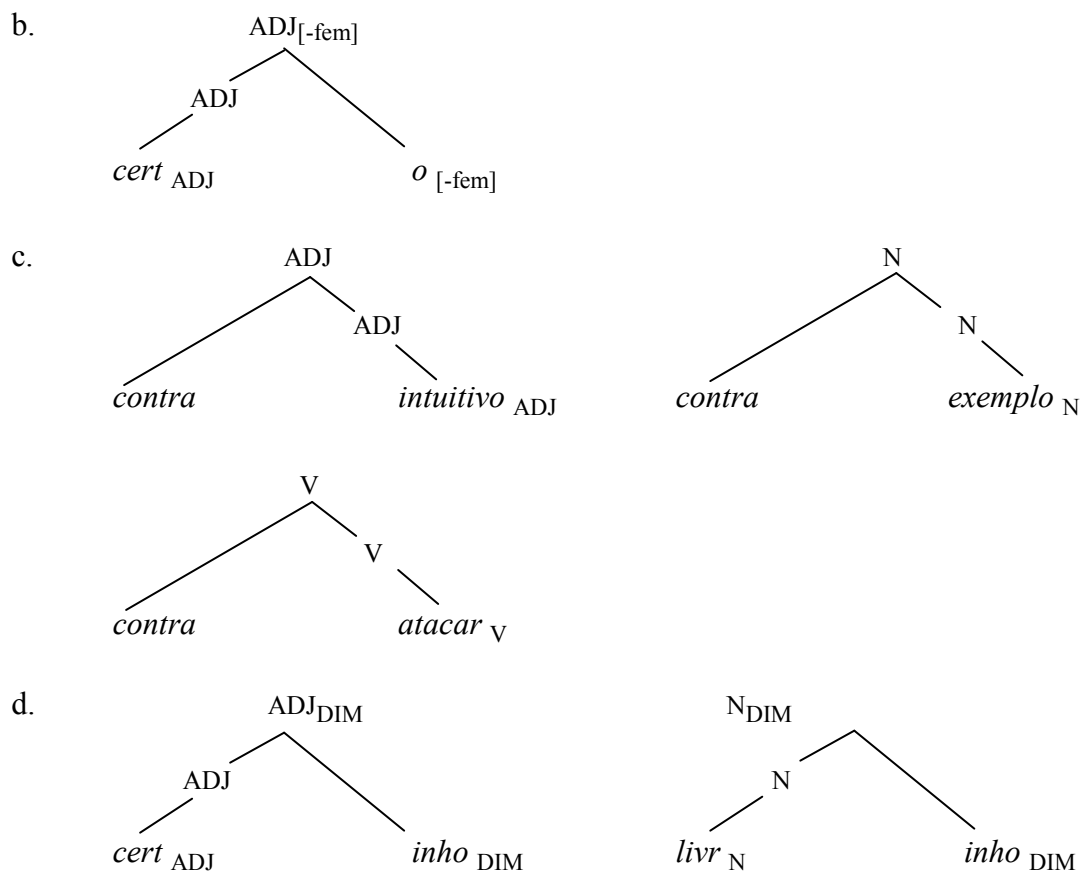
CONVENÇÃO 3. Se um nó ramificado não for etiquetado pela **CONVENÇÃO 2**, então esse nó recebe automaticamente, por percolação, os traços do nó mais baixo seguinte.

CONVENÇÃO 4. Nos compostos do Inglês, os traços do radical da direita percolam para o nó ramificado que o domina.

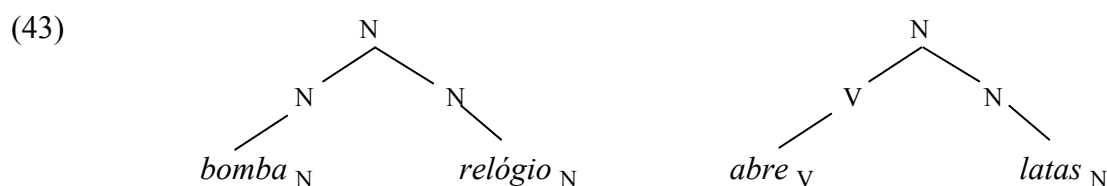
As três primeiras convenções pretendem ter um valor universal: as convenções 1 e 2 dão conta da maioria das palavras derivadas por sufixação (cf. 42a); a convenção 3 assegura a etiquetagem das estruturas flexionadas (cf. 42b), das palavras derivadas por prefixação (cf. 42c), e dos casos de sufixação derivacional em que intervêm sufixos que, tal como os prefixos, não têm especificação categorial (cf. 42d).

- (42) a. $\quad \quad \quad N$
 $\quad \quad \quad ADJ$
 $\quad \quad \quad cert_{ADJ} \quad \quad \quad eza_N$





A convenção 4, pelo contrário, é anunciada como uma convenção que exemplifica, para o Inglês, uma estipulação variável de língua para língua²⁴. Note-se que, em Português, não é possível estipular uma convenção equivalente, dado que a categoria dos compostos, formados por palavras, não é regularmente determinada por um dos seus constituintes:



Estas convenções de percolação permitem, segundo Lieber (1980: 96-101), resolver três dos casos problemáticos para a definição de núcleo morfológico proposta por Williams (1981): os prefixos que mudam a categoria da base (como *en-*, em Inglês), os compostos de núcleo à esquerda, e os sufixos que não são núcleo (como os diminutivos). No entanto, esta proposta de Lieber (1980) não permite resolver as questões colocadas pela derivação parassintética e por alguns compostos do Português: as construções parassintéticas são problemáticas, dado que

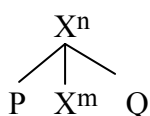
são geralmente descritas como estruturas ternárias, pelo que não cabe aqui debater essa questão (cf. Villalva 1994). A objecção mais relevante a esta proposta de Lieber (1980) está, pois, nos compostos cujo núcleo não é posicionalmente identificável (cf. *palavra-chave*, *ferrovia*), e que não são analisáveis de um único modo, como procurarei demonstrar no capítulo 6. Por outro lado, como a própria autora virá a reconhecer (cf. Lieber 1992: 32), esta proposta faria esperar que, numa dada língua, as estruturas derivacionais de núcleo à esquerda e de núcleo à direita tivessem uma prevalência mais ou menos equivalente, mas tal não se verifica, nem em Inglês, nem em Português, línguas onde os derivados de núcleo à direita são predominantes.

Uma terceira proposta relativa à identificação do núcleo morfológico é a de Selkirk (1982). O seu modelo ocupa-se da morfologia concatenativa (sufixação, prefixação, composição e conversão), e também adopta uma variante da teoria X-Barra, em que o nível zero da sintaxe corresponde a uma projecção máxima da morfologia, ou seja, a uma palavra. As categorias consideradas necessárias são palavra, radical e afixo, e as regras da morfologia (a que Selkirk chama sintaxe-P) são regras lexicais. A adopção da teoria X-barra tem como consequência a assunção de que uma palavra morfológicamente complexa tem um núcleo e que a categoria sintáctica do núcleo, bem como outras informações, são idênticas às do nó que o domina.

Reconhecendo as objecções à definição de núcleo morfológico apresentada por Williams (1981), Selkirk (1982:20) propõe uma nova versão da Regra de Atribuição do Núcleo, considerada não como um universal, mas sim como um parâmetro que identifica o núcleo com o constituinte portador de uma especificação quanto à categoria sintáctica, desde que não preceda qualquer outro constituinte que possua esse tipo de especificação, e que, para o Inglês, é formulada do seguinte modo:

(44) **REGRA DE ATRIBUIÇÃO DO NÚCLEO À DIREITA (revista)**

Na seguinte configuração da estrutura interna de uma palavra, em que X representa um complexo de traços sintácticos e Q não contém uma categoria com o complexo de traços X, X^m é o núcleo de X^n :



Paralelamente, Selkirk (1982: 76) distingue os nós que especificam um dado traço morfo-sintáctico ($[\pm T]^{25}$) dos que não o especificam ($[uT]^{26}$), o que lhe permite formular as convenções de percolação do seguinte modo:

- (45) a. Se um núcleo tem uma especificação $[\alpha T_i]$, e $\alpha \neq u$, então o nó que o domina tem de ter a especificação $[\alpha T_i]$ e vice-versa.
- b. Se um não-núcleo tem uma especificação $[\beta T_j]$, e o núcleo tem a especificação $[uT_j]$, então o nó que o domina tem de ter a especificação $[\beta T_j]$.

De acordo com esta alteração às convenções de percolação, a flexão e os sufixos avaliativos podem não ser o núcleo da estrutura que integram, mas percolam os seus traços, o que nas versões de Williams (1981) e de Lieber (1980) não era possível. Assim, numa forma como *livros*, o constituinte [*livr*] é o núcleo porque é o constituinte mais à direita que é portador de informação quanto à categoria sintáctica; e o constituinte [*s*], que não é núcleo, pode transmitir a informação de número que lhe está associada. Assim, *livros* receberá a especificação categorial [+N, -V] e a especificação de número [+plu]. Por outro lado, sobre a proposta anterior, esta tem a vantagem de reflectir a prevalência das estruturas de núcleo à direita, quer em Inglês, quer em Português. No entanto, persistem as objecções suscitadas pela existência de prefixos que alteram a categoria sintáctica da base (cf. *ennoble*, *decipher*, *acaule*, *anti-rugas*), pela derivação parassintética e pela composição em Português.

A proposta que referirei em seguida, ou seja Di Sciullo e Williams (1987), é particularmente relevante para a análise dos compostos. Com efeito, estes autores propõem uma reformulação do conceito de núcleo, a que dão o nome de núcleo relativizado, e que é equivalente à de Selkirk (cf. 44):

- (46) O núcleo_T de uma palavra é o seu constituinte mais à direita, marcado quanto ao traço T.

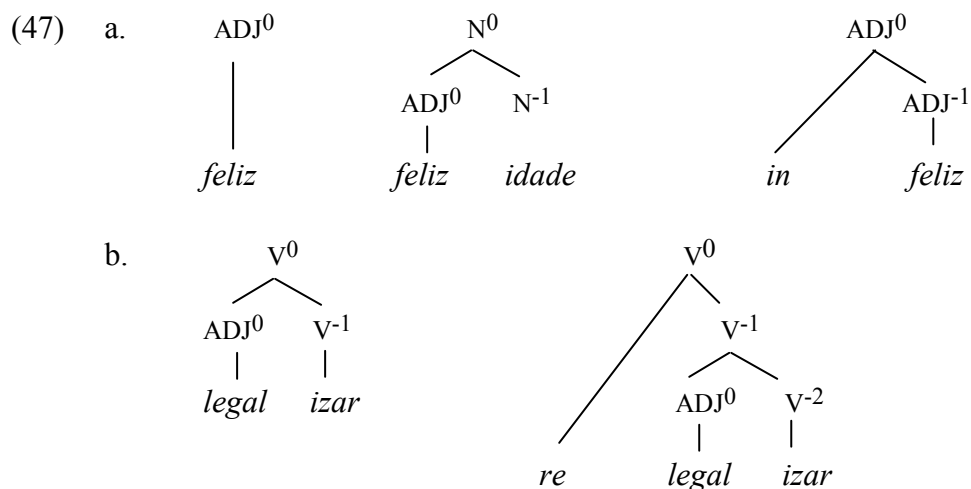
A noção de núcleo relativizado prevê, assim, que a palavra pode ter vários núcleos (categoria, género, número, etc.) e que o núcleo relativamente a um dado traço corresponde ao constituinte mais à direita que contém informação quanto a esse traço. Segundo estes autores, esta reformulação é motivada por um trabalho de Jaeggli (1980) sobre os sufixos diminutivos em Castelhana, dado que estes sufixos não determinam a categoria sintáctica da palavra em que ocorrem (cf. *poquita*_{ADJ}, *chiquita*_N e *ahorita*_{ADV}). Admitindo que os sufixos diminutivos, tal como os prefixos, e os sufixos de flexão, não têm especificação categorial,

nem de género, nem de número, então o conceito de núcleo relativizado, tal como a proposta de Selkirk (1982), permite resolver o problema colocado por estas estruturas, uma vez que a categoria da palavra derivada não é determinada por esses sufixos.

Mas, como já referi, o aspecto mais interessante desta proposta está relacionado com os compostos. Com efeito, Di Sciullo e Williams consideram que os compostos são formalmente idênticos a palavras afixadas e formalmente distintos dos sintagmas porque têm núcleo à direita. Mas dessa análise, os autores excluem os compostos das línguas românicas, analisados não como compostos mas como palavras sintácticas resultantes da reanálise de expressões sintácticas, que juntamente com as construções resultantes de fenómenos de "relacionamento"²⁷ e com aquelas que são geradas por co-análise²⁸, se localizam na periferia da componente morfológica. A proposta de Di Sciullo e Williams (1987) apresenta, assim, hipóteses de tratamento de algumas das estruturas problemáticas, avançando, em relação às anteriores com uma hipótese de tratamento dos chamados compostos das línguas românicas (que discutirei mais demoradamente no capítulo 6), mas deixa ainda por resolver as questões colocadas pelos prefixos responsáveis pela mudança da categoria sintáctica da base e pela derivação parassintética.

A última proposta que referirei afasta-se radicalmente das anteriores, dado que se trata de uma versão que assenta no pressuposto de que o núcleo sintáctico e o núcleo morfológico não são objecto de definições autónomas, mas sim de diferentes estipulações, únicas em cada língua, para princípios independentes da gramática. Com efeito, Lieber (1992: 31, 33-40), referindo que nenhuma das propostas anteriormente consideradas (Williams 1981, Lieber 1980 e Selkirk 1982)²⁹ é inteiramente satisfatória, propõe-se introduzir algumas alterações nos fundamentos da Teoria X-Barra (tal como apresentados em Stowell 1981: 87), de modo a que as estruturas sintácticas e as estruturas morfológicas possam ser geradas pelo mesmo conjunto de princípios.

Nesse sentido, Lieber (1992: 35) propõe uma alteração ao esquema básico da Teoria X-Barra (ou seja, $X^n \rightarrow \dots X^{n-1} \dots$), considerando que a estrutura interna das palavras é uma estrutura recursiva, e não, como se verifica em sintaxe, uma estrutura cujo núcleo é portador de uma categoria que possui menos uma barra do que a categoria do nó que o domina. Segundo esta autora, a adopção do esquema básico, nos termos habitualmente considerados, obrigaria a que uma mesma unidade lexical pertencesse a mais do que uma categoria, o que pode ser exemplificado do seguinte modo:

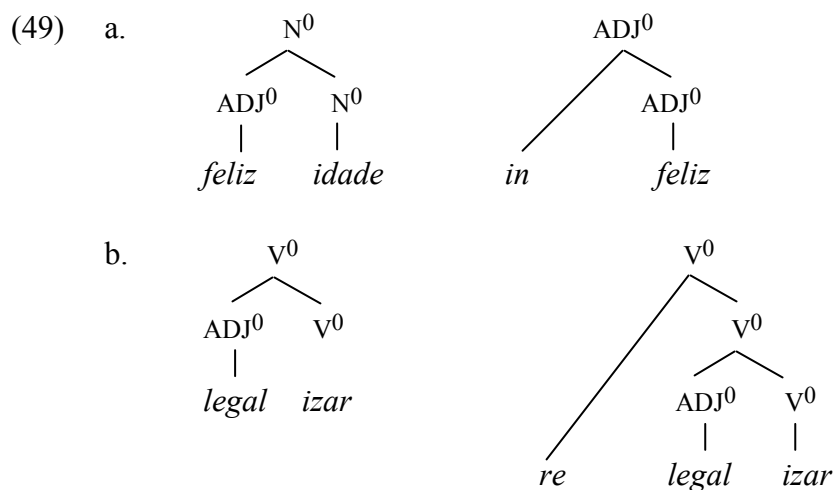


Assim, Lieber (1992: 37) propõe a incorporação da possibilidade de geração de estruturas recursivas (ou seja, a ramificação do núcleo) no esquema básico da teoria X-barra, pelo menos quando envolvem categorias X^0 :

$$(48) \quad X^n \rightarrow \dots X^{\{n-1, n\}} \dots$$

recursividade permitida, pelo menos, para $n=0$

Deste modo, Lieber (1992: 35) permite a existência de estruturas como as seguintes:



Por outro lado, contrariamente a Stowell (1981) e Baker (1988), mas referindo os argumentos de Emonds (1985) e Baltin (1990), Lieber (1992: 37) afirma que não é possível aceitar a estipulação de que os não-núcleos têm de ser projecções máximas. Em alternativa, esta autora

sugere que tanto as projecções máximas (X^{\max}) como as unidades lexicais (X^0) podem ser geradas em posição pré- ou pós-núcleo, referindo que a não-ocorrência de unidades lexicais antes ou depois de um núcleo sintagmático é garantida por outros princípios da gramática³⁰.

Por último, acolhendo uma proposta de Travis (1990), Lieber (1992: 34) sugere que o princípio que, na proposta de Stowell (1981), prevê que o núcleo deve ocorrer numa posição adjacente à de uma das fronteiras de X' deve ser instanciado por um conjunto de parâmetros: direcção da marcação temática; direcção da atribuição de caso; e o parâmetro de núcleo inicial / final propriamente dito. Por outro lado, Lieber (1992: 35) considera que o parâmetro de núcleo inicial / final pode ser fixado diferentemente conforme se considera a relação núcleo-complemento, núcleo-modificador ou núcleo-especificador, pelo que deve ser formulado de acordo com as seguintes Condições de Licenciamento:

- (50) a. O núcleo é inicial / final relativamente a complementos e adjuntos.
- i. As funções temáticas são atribuídas à esquerda / direita.
 - ii. O caso é atribuído à esquerda/direita.
- b. O núcleo é inicial / final relativamente a especificadores.
- c. O núcleo é inicial / final relativamente a modificadores.

Note-se que esta versão modificada dos princípios da Teoria X-Barra, cujo objectivo fundamental consiste na obtenção de um tratamento único do núcleo (sintáctico ou morfológico), não dispensa o recurso a cláusulas que distinguem claramente os universos das estruturas morfológicas e das estruturas sintácticas. A primeira diz respeito à possibilidade de ramificação do núcleo. A segunda está relacionada com a categoria do não-núcleo que, segundo Lieber, em morfologia, é uma categoria X^0 , enquanto que em sintaxe é uma categoria X^{\max} .

Quanto às condições de licenciamento, a avaliação da sua pertinência em morfologia passa pela análise dos critérios que permitem identificar o que são complementos, especificadores e modificadores morfológicos. Mas a caracterização apresentada por Lieber (1992: 38-39) consiste numa transposição para a morfologia das categorias que, em sintaxe, têm sido analisadas como complementos, modificadores e especificadores. Assim, se em sintaxe os complementos são argumentos internos obrigatórios de um verbo, então, em morfologia,

Lieber (1992) considera como complementos os constituintes de compostos cujo núcleo é um nome deverbal, como *cat* em *cat lover* 'amador de gatos' ou *pasta* em *pasta eating* 'comer massa'. Por outro lado, se os modificadores sintáticos são, tipicamente, os constituintes que limitam a referência potencial geralmente de um nome, então os modificadores morfológicos são os constituintes de palavras cujo núcleo é um nome, como *file* em *file cabinet* 'ficheiro' ou *row* em *rowhouse* 'casa pertencente a uma banda de casas'. Por último, se em sintaxe os quantificadores, as expressões de grau, os operadores de negação, os constituintes com função de sujeito e talvez os modais são especificadores, então são modificadores morfológicos prefixos como *bi-* em *biweekly* 'bi-semanalmente' ou *semi-* em *semicoherent* 'semi-coerente', porque, de algum modo, quantificam a base, e *un-* em *unable* 'incapaz', *im-* em *impossible* 'impossível' ou *non-* em *non-toxic* 'não-tóxico', porque são prefixos de negação³¹.

Note-se que, na exemplificação facultada por Lieber (1992) não consta nenhuma estrutura derivada por sufixação. Aliás, a autora referirá adiante (cf. Lieber 1992: 54-55) que os sufixos *-ness*, *-ity*, *-ian*, *-ism*, *-y*, *-ish*, *-ous*, *-er*, *-ee*, *-ation*, *-able*, *-ive*, *-ify* e *-ize* são o núcleo das palavras que integram (exs. *happiness* 'felicidade', *curiosity* 'curiosidade', *civilian* 'civil', *purism* 'purismo', *fruity* 'frutado', *monkish* 'amacacado', *monstrous* 'monstruoso', *baker* 'padeiro', *employee* 'empregado', *restoration* 'restauração', *washable* 'lavável', *impressive* 'impressionante', *glorify* 'glorificar' e *standardize* 'estandardizar'), dado que determinam a sua categoria e traços morfo-sintáticos, mas «whether we should consider the stems to which these suffixes attach as specifiers, modifiers, or perhaps as neither is of course a vexing question, and my remarks here are necessarily tentative». Esta proposta de Lieber é, pois, insatisfatória. Nos capítulos seguintes apresentarei uma diferente identificação dos complementos, especificadores e modificadores morfológicos.

Lieber (1992) aplica o seu modelo a três línguas diferentes: o Tagalog, que a autora caracteriza como uma língua de núcleo inicial relativamente a complementos, modificadores e especificadores; o Inglês, que segundo Lieber (1992: 49-54) é uma língua de núcleo inicial relativamente aos complementos, mas de núcleo final relativamente aos especificadores e aos modificadores; e o Francês, que Lieber (1992: 64-65) apresenta como uma língua de núcleo inicial relativamente a complementos e modificadores, e de núcleo final relativamente aos especificadores.

A partir desta caracterização das três línguas, Lieber (1992: 44-48) afirma que é possível prever e confirmar empiricamente que as estruturas morfológicas do Tagalog são tipicamente

estruturas de núcleo à esquerda. A existência de estruturas morfológicas de núcleo à direita, em Tagalog, igualmente atestada, é justificada pelo facto de o constituinte da esquerda não ser um complemento, nem um modificador, nem um especificador.

Quanto ao Inglês, Lieber (1992: 54) considera que, dado que se trata de uma língua de núcleo final relativamente a modificadores e especificadores, é previsível que ocorram estruturas morfológicas de núcleo à direita, o que se verifica predominantemente na sufixação, na prefixação e na composição não-deverbal. Esta afirmação baseia-se, segundo a autora (cf. Lieber 1992: 55), na classificação das bases envolvidas em derivações denominais e deadjectivais como especificadores, dado que a relação entre os dois constituintes não é inequivocamente uma relação de modificação restritiva, e que a classe dos especificadores é muito heterogénea. Por outro lado, na derivação deverbal, as bases são predicados, categoria que não está contemplada pelas Condições de Licenciamento, ou seja, os derivados deverbais são estruturas de núcleo à direita porque as Condições de Licenciamento não impedem que elas o sejam. Lieber (1992: 56) refere ainda que os prefixos, apesar de não serem categorialmente especificados, têm uma natureza adjectival (cf. *ante-*, *co-*) ou adverbial (cf. *re-*, *mis-*), intervindo como modificadores, ou são especificadores (no caso dos prefixos de negação - cf. *un-*), pelo que precedem o núcleo. Quanto aos compostos, Lieber (1992: 56) afirma que a relação entre os seus constituintes é transparentemente uma relação de modificação, pelo que também são estruturas de núcleo à direita.

Quanto aos prefixos *de-* e *en-* (cf. *dethrone* 'destronar', *enthronize* 'entronizar'), Lieber (1992:56) considera que se trata de prefixos categorialmente especificados (V) e que são atribuidores de função temática ao constituinte da direita, que é o seu complemento (nos exemplos referidos, *throne* 'trono'). Os sufixos de verbalização (cf. *-ify*, *-ize*) também são atribuidores de função temática, mas o complemento não integra as palavras em que ocorre (cf. *purify* 'purificar'). As excepções, ou seja, os casos em que o complemento é a base destes verbos derivados (cf. *hospitalize*, *hyphenize*, *jeopardize*, *motorize*, *notarize*, *stigmatize*) são justificadas como formas lexicalizadas.

Por outro lado, Lieber (1992: 59) refere que os compostos sintéticos do Inglês, ou seja, os compostos cujo constituinte da direita é um nome deverbal, e o constituinte da esquerda é um complemento do verbo derivante (cf. *cat lover*), não são previstos pelas Condições de Licenciamento, dado que o complemento ocorre à esquerda do núcleo. Lieber (1992: 59-63) argumenta que estes compostos são estruturas residuais que mantêm a ordem das palavras

existente em Inglês Antigo (SOV). Note-se que Lieber (1992: 62) considera que a ordem dos constituintes das palavras pode diferir da ordem das palavras na frase em três circunstâncias: (i) nos casos em que um dado processo de formação de palavras é introduzido na língua por empréstimo, a partir de uma língua em que as Condições de Licenciamento têm uma especificação diferente; (ii) no caso de línguas que possuem uma ordem de palavras livre; e (iii) no caso de línguas cujas Condições de Licenciamento tenham sido alteradas, ao longo da sua história. Assim, seria previsível que, em Inglês, o padrão composicional exibido por formas como *pickpocket* ou *drawbridge* se tivesse sobreposto ao padrão ilustrado por *cat lover*, mas o que se verifica é que esse tipo de composição não se tornou produtivo em Inglês.

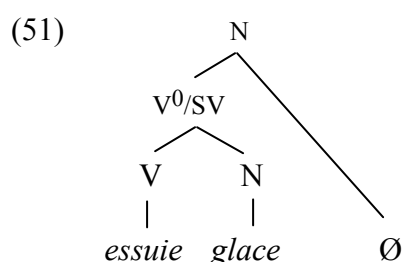
Relativamente ao Francês, Lieber (1992: 65, 67) considera que as estruturas morfológicas são maioritariamente semelhantes às do Inglês: a derivação que determina a categoria sintáctica é realizada por sufixação, e não por prefixação, excepto no caso dos prefixos *en-* e *dé-* (cf. *embouteiller* 'engarrafar' e *débarquer* 'desembarcar'), que, tal como em Inglês, são prefixos que formam verbos e atribuem uma função temática internamente à sua base (cf. [*en* [X]_{LOC}]_V, [*dé* [X]_{TEMA}]_V)³².

Segundo esta autora, o que distingue a morfologia do Francês da morfologia do Inglês são os compostos que integram modificadores e os compostos sintéticos. Contrariamente ao que se verifica em Inglês, os primeiros são predominantemente estruturas de núcleo à esquerda (cf. *timbre-poste*), dado que é o primeiro constituinte que determina o género e que recebe a flexão de número (cf. [[*timbres*]_[-fem, +plu] [*poste*]_[+fem, -plu]]_[-fem, +plu]). Esta é uma situação prevista dado que, segundo esta autora, em Francês o núcleo precede o modificador.

Lieber (1992: 209) considera ainda que compostos como *chou-fleur*, em que os dois constituintes flexionam em número (cf. *choux-fleurs*), têm núcleo à esquerda porque é o constituinte da esquerda que determina o género (cf. [[*chou*]_[-fem] [*fleur*]_[+fem]]_[-fem]). Por outro lado, Lieber (1992: 66) considera que o processo de formação de compostos de núcleo à direita, como *radio-activité*, não é produtivo e que os poucos que existem estão lexicalizados, dado que se trata de um tipo de compostos pouco discutido na literatura, e que Surridge (1985: 251) os designa por 'compostos eruditos'.

Quanto aos compostos sintéticos, Lieber (1992: 66-67) afirma que eles não existem em Francês, registando-se, em contrapartida, compostos do tipo [V N], como *essuie-glace*, em que o nome é o argumento interno do verbo, e que formam tipicamente nomes instrumentais e

mais raramente nomes agentivos. Sendo o segundo constituinte um complemento do núcleo, a ordem é, tal como em sintaxe, núcleo-complemento. A autora adopta, para estes casos, a análise proposta em Rohrer (1977), segundo a qual estes compostos são gerados por adjunção de um sufixo zero, que é núcleo do composto, dado que em Francês não existe um afixo claramente instrumental (contrariamente ao Inglês que possui o sufixo *-er*) e que estes compostos têm género masculino, sendo o género tipicamente determinado pelos sufixos. Assim, ainda que a autora hesite quanto à categoria sintáctica a atribuir ao nó que domina o verbo e o nome, a estrutura que propõe é a seguinte:



Presume-se que a aplicação do modelo de Lieber (1992) ao Português não seja substancialmente diferente daquela que a autora expõe para o Francês, mas, contrariamente ao que defende, o seu modelo contém diversas inadequações, como procurarei demonstrar nos capítulos seguintes. É curioso notar que, contrariamente ao que Lieber (1992) pretende, a sua análise contrastiva da morfologia do Inglês e do Francês demonstra que há vantagens em distinguir os processos estritamente morfológicos dos que envolvem bases sintacticamente geradas. Com efeito, os primeiros são processos semelhantes nestas duas línguas e colocam à definição do núcleo morfológico questões semelhantes, enquanto que os segundos exibem diferenças obviamente relacionadas com as diferenças que as duas línguas mantêm relativamente à ordem de palavras. Trata-se, portanto, de uma proposta que também não resolve satisfatoriamente a questão da identificação do núcleo morfológico.

Em suma, as propostas que pretendem integrar uma versão da teoria X-barras na análise das estruturas morfológicas permitem identificar um vasto conjunto de questões, mas nem sempre apresentam uma resposta convincente. Assim, nos capítulos seguintes procurarei construir uma hipótese que é herdeira das propostas apresentadas nesta subsecção, mas que delas se distancia por incorporar uma versão da teoria X-barras que corresponde à imagem em espelho da versão apresentada por Sportiche (1989)³³, e por consagrar a total autonomia das estruturas morfológicas e das estruturas sintácticas.

3. CONSTITUINTES MORFOLÓGICOS

A descrição das estruturas morfológicas repousa numa tradição de identificação de unidades mínimas a que a linguística estruturalista deu o nome de **morfemas** e definiu como «os mais pequenos elementos individualmente significativos nas elocuições de uma língua»³⁴. Aronoff (1976) apresenta argumentos que questionam esta definição de morfema, demonstrando que a estas unidades nem sempre está associado um significado (cf. *fer* que ocorre em palavras como *conferir*, *deferir*, *referir* ou *transferir*), e conclui que estas unidades linguísticas não podem estar na base dos processos morfológicos. Em 3.1. apresento uma análise da formação de palavras como *confiança* e *abundância*, que demonstra que o sufixo que as integra, embora contenha dois morfemas, é um único **constituente morfológico**, ou seja, que não existe uma relação biunívoca entre morfemas e constituintes morfológicos. Consequentemente, defenderei que a estrutura morfemática, que identifica a sequência de morfemas que integram uma dada palavra, pode ser diferente da estrutura morfológica, que identifica os constituintes morfológicos e as suas relações hierárquicas³⁵, ou seja, **a estrutura morfemática não determina a estrutura morfológica**.

Em alternativa ao que designa por **Morfologia de Base-Morfema**, Aronoff (1976) sugere que as palavras complexas formadas por afixação são, tipicamente, estruturas binárias constituídas por **uma base** e **um afixo**: formas como *inábil* e *habilidade* permitem, de facto, identificar dois constituintes: *hábil* e *in-* no primeiro caso, *hábil* e *-idade* no segundo. Note-se que as formas que contêm mais de dois constituintes, como *redesligar*, *desculpável*, *culpabilizar* ou *inevitável* também têm uma estrutura (recursivamente) binária, dado que a base é uma forma complexa (cf. [*re* [[*des*] [*ligar*]]], [[[*des*] [*culpá*]] *vel*], [[[*culpa*] [*vel/bil*]] *izar*], [*in* [[*evitá*] [*vel*]]]).

Segundo Aronoff (1976), a forma de base é obrigatoriamente uma palavra não-flexionada. Em 3.2. discutirei esta proposta, que o autor refere como **Hipótese de Base-Palavra**, concluindo

que se trata de um princípio inaceitável. Com efeito, o conceito de **palavra não-flexionada** é intrinsecamente contraditório, dado que todas as palavras são formas flexionadas. Consequentemente, a Hipótese de Base-Palavra não permite identificar a forma de base.

Em 3.3. procurarei demonstrar que, em Português, há processos morfológicos que seleccionam um **radical** (cf. *intrusão*), outros que seleccionam um **tema** (cf. *discutível*), e outros que seleccionam uma **palavra** (cf. *balõesinhos*). Admitindo que estas três **categorias morfológicas** são formalmente caracterizáveis como **variáveis lexicais**, proporei a substituição da Hipótese de Base-Palavra pela **Condição sobre a Base**, segundo a qual a forma de base é obrigatoriamente uma variável lexical, ou seja, um radical, um tema ou uma palavra.

Na secção 3.4. procurarei demonstrar que a aceitação da Condição sobre a Base tem implicações teóricas desejáveis. Com efeito, ela permite **dispensar a existência das regras de truncamento**, propostas por Aronoff (1976) para compatibilizar a forma das palavras derivadas com a forma das suas bases (cf. *livro* -> *livr(o)aria*, *estratégia* -> *estratég(ia)ico*), à excepção das que formalizam processos fonológicos de haplogogia (cf. *bon(da)doso*). Note-se, por último, que **a identificação da categoria morfológica da base permite distinguir diversos processos morfológicos, nomeadamente a flexão, a derivação e a composição morfológica**, como procurarei mostrar nos capítulos 4, 5 e 6.

3.1. ESTRUTURA MORFEMÁTICA E ESTRUTURA MORFOLÓGICA

A identificação da **estrutura morfemática** das palavras, ou seja, a identificação das sequências de morfemas que as integram, constituiu a base da análise morfológica estruturalista e foi também preconizada como operação analítica básica por alguns modelos da morfologia generativa, como o de Halle (1973). Com Aronoff (1976: 7-14) tem início o

aparecimento de modelos alternativos. Nesta subsecção procurarei demonstrar que **a estrutura morfemática das palavras é diferente da sua estrutura morfológica**, revendo os argumentos apresentados por Aronoff, e expondo uma descrição das formas que integram o sufixo *-ncia*, dado que este sufixo é **um único constituinte morfológico**, embora contenha **dois morfemas** (ie. *+nt+* e *+ia+*).

3.1.1. OS ARGUMENTOS DE ARONOFF (1976)

Segundo Aronoff, a definição de morfema proposta por Hockett (1958, 1968: 123)³⁶ pressupõe que qualquer palavra polimorfêmica seja semântica e estruturalmente composicional, mas este pressuposto é manifestamente falsificado pelos dados das línguas naturais. Consequentemente, o autor defende que os morfemas não podem constituir a base de um processo produtivo de formação de palavras, dado que são unidades linguísticas identificáveis a partir de critérios fonológicos, às quais nem sempre está associado um significado. Aronoff propõe, assim, uma **redefinição do conceito de morfema**, segundo a qual esta unidade é uma **sequência foneticamente realizada, e arbitrariamente relacionada com uma entidade linguística que lhe é exterior, quer se trate de um valor semântico constante, quer se trate de uma operação fonológica**³⁷. A quebra do vínculo obrigatório entre morfema e significado constante está na base da refutação dos modelos de análise morfológica que assentam na identificação da estrutura morfemática das palavras. Aronoff justifica esta posição recorrendo à descrição de dois conjuntos de dados, que, resumidamente, apresento em seguida. Trata-se, por um lado, das palavras que integram a sequência *berry* 'baga', e, por outro, de palavras em que ocorrem radicais como *mit* (cf. *transmit* 'transmitir').

No primeiro caso, Aronoff (1976: 10-11) faz notar que, em Inglês, a sequência que precede *berry* pode não ocorrer em qualquer outro contexto (cf. *cranberry* 'uva-dos-montes'), e que, quando essa sequência corresponde a uma palavra existente (cf. *blackberry* 'amora silvestre'), o significado da palavra complexa não é composicional (cf. *black berry* 'baga preta'). A base

do argumento é, no entanto, frágil, dado que se trata de palavras geradas por composição (processo que Aronoff (1976) exclui da morfologia), e que estão certamente lexicalizadas³⁸.

O segundo caso (cf. Aronoff 1976: 11-15) diz respeito a palavras formadas por radicais e prefixos de origem latina, igualmente atestadas em Português. Estes morfemas não dispõem de um significado constante, a partir do qual o significado das palavras que os integram possa ser calculado. Os dados apresentados em (1) mostram que os radicais não dispõem de um valor semântico estável e regularmente modificado pelos prefixos, pelo que combinações não atestadas, como **inceber*, **perduzir*, **subferir*, **premitir* ou **transumir*, são ininterpretáveis, logo agramaticais³⁹:

(1)	ceb	duz	fer	mit / met	sum
a(d)		<i>aduzir</i>	<i>aferir</i>	<i>admitir</i>	<i>assumir</i>
con	<i>conceber</i>	<i>conduzir</i>	<i>conferir</i>	<i>cometer</i>	<i>consumir</i>
de		<i>deduzir</i>	<i>deferir</i>	<i>demitir</i>	
in		<i>induzir</i>	<i>inferir</i>		
per	<i>perceber</i>			<i>permitir</i>	
pre			<i>preferir</i>		<i>presumir</i>
pro		<i>produzir</i>	<i>proferir</i>	<i>prometer</i>	
re	<i>receber</i>	<i>reduzir</i>	<i>referir</i>	<i>remeter</i>	<i>resumir</i>
sub				<i>submeter</i>	<i>subsumir</i>
trans			<i>transferir</i>	<i>transmitir</i>	

No entanto, segundo Aronoff, este conjunto de dados permite defender a pertinência do conceito de morfema, associado à identificação de unidades linguísticas responsáveis pelo desencadeamento de processos fonológicos morfologicamente condicionados, como os de alomorfia. Como exemplo, verifica-se que, tanto em Inglês, como em Latim, como em outras línguas românicas (cf. 2), a forma [mit] que ocorre no radical do infinitivo verbal alterna com a forma [mis] em vários derivados deverbais, nomeadamente nos nomes em *-ção*⁴⁰, no Português:

(2)

LATIM	<i>admitto demitto emitto permitto transmitto</i>	<i>admissio demissio emissio permissio transmissio</i>	<i>admissor demissus emissarius permissor transmissus</i>
PORTUGUÊS	<i>admitir demitir emitir permitir transmitir</i>	<i>admissão demissão emissão permissão transmissão</i>	<i>admissível demissor emissário permissivo transmissor</i>
CASTELHANO	<i>admitir dimitir emitir permitir transmitir</i>	<i>admisión dimisión emisión permisión transmisión</i>	<i>admisible dimisorio emisor permisivo transmisible</i>
CATALÃO	<i>admetre demetre/dimitir emetre permetre transmetre</i>	<i>admissió dimissió emissió permissió transmissió</i>	<i>admissible dimissionari emissari permissiu transmissible</i>
FRANCÊS	<i>admettre démètre émettre permettre transmettre</i>	<i>admission démision émission permission transmission</i>	<i>admissible démisionnaire émissaire permissif transmissible</i>
ITALIANO	<i>ammétttere dimétttere emétttere permétttere trasmétttere</i>	<i>ammissione dimissione emissione permessione trasmissione</i>	<i>ammissibile dimissorio emissario permissivo trasmissibile</i>
INGLÊS	<i>admit ----- emit permit transmit</i>	<i>admission demission emission permission transmission</i>	<i>admissible ----- emissary permissive transmissible</i>

A agramaticalidade de formas como **demição*, face à ocorrência de palavras como *competição* ou *repartição*, demonstra que a alternância é entre [mit]~[mis] e não entre [t]~[s].

Por outro lado, formas como *imitação* comprovam que é o morfema *mit* e não a sequência [mit] que a desencadeia.

Com a análise destes dois conjuntos de dados, Aronoff (1976) procura demonstrar que os morfemas são unidades linguísticas, às quais pode ou não estar associado um significado, mas que não determinam a estrutura de constituintes das palavras. A escolha do primeiro é, como referi, criticável, dado tratar-se de casos de composição. Neste segundo caso, os dados dizem respeito a formas derivadas, mas o seu processo de formação e as operações morfofonológicas que lhe estão associadas deverão ser analisados no quadro da fonologia e da morfologia derivacional do Latim, e não do Inglês ou do Português. Note-se que a alternância [mit]~[mis] é exibida, em Latim, respectivamente, nas formas verbais do 'inflectum' e do 'perfectum', como se pode ver no confronto do presente do indicativo com o participio passado, mas não afecta as formas correspondentes em Português:

(3)	<i>admitto</i>	<i>admissum</i>	<i>admitir</i>	<i>admitido</i>
	<i>demitto</i>	<i>demissum</i>	<i>demitir</i>	<i>demitido</i>
	<i>emitto</i>	<i>emissum</i>	<i>emitir</i>	<i>emitido</i>
	<i>permitto</i>	<i>permissum</i>	<i>permitir</i>	<i>permitido</i>
	<i>transmitto</i>	<i>transmissum</i>	<i>transmitir</i>	<i>transmitido</i>

Note-se ainda que, em Português, o radical *mit* ocorre também em alguns derivados, cuja formação é provavelmente mais recente, (cf. *demitente* (=demissionário), *emitente* (=emissor)), e que o mesmo se verifica também em outras línguas (cf. *émetteur*, em Francês; *trasmittente*, em Italiano; *admittance*, em Inglês).

Assim, pode concluir-se que os dados discutidos por Aronoff (1976) não defendem convincentemente o seu argumento. A observação de outro material, como as formas do Português que seguidamente apresento e discuto, permite, no entanto, confirmar a sua posição.

3.1.2. MORFEMAS vs CONSTITUINTES MORFOLÓGICOS

Observe-se, então, um novo conjunto de dados, que integra nomes como *confiança*, *doença*, *abundância* e *concorrência*, e cuja análise mostra, de forma inequívoca, que **os morfemas não são obrigatoriamente constituintes de palavra**. A questão central consiste em demonstrar que as formas de base são, respectivamente, os temas verbais de *confiar*, *doer*, *abundar* e *concorrer*, e não as formas *confiante*, *doente*, *abundante* e *concorrente*. Antes de apresentar a análise destas formas devo, no entanto, justificar a segmentação que utilizo e referir qual a relação entre *-nça* e *-ncia*.

A forma dos sufixos que integram estas palavras é, tradicionalmente, *-ança*, *-ença*, ou *-ância* e *-ência* no caso das palavras 'eruditas', tal como a forma dos sufixos que ocorrem em palavras como *estudante*, *combatente* e *ouvinte* é *-ante*, *-ente*, *-inte* (cf. Nunes 1919, 1975: 369; Said Ali 1931, 1964: 146, 234; Hüber 1933, 1986: 274; Allen Jr. 1941: 15, 39; Cunha e Cintra 1984, 1991: 99, 101). Na opinião destes autores, os sufixos *-ante*, *-ente*, *-inte* correspondem ao sufixo latino *-nt*, que, associado a temas verbais, formava o participio do presente, por aglutinação da vogal temática da conjugação correspondente. Em Português, há poucos vestígios da sua função verbal, mas mantém-se o uso como adjetivos e como nomes-sujeito⁴¹. Quanto aos sufixos *-ança*, *-ença*, que correspondem à evolução regular dos sufixos latinos *-antia*, *-entia*, estão atestados em Português Antigo na formação de nomes de acção deverbais (cf. *alegrança*, *aventurança*, *olvidança*)⁴². Estes sufixos coexistem com *-ância*, *-ência* (as formas ditas "primitivas" ou "semi-eruditas"), que entram posteriormente no Português, e que, segundo Said Ali (1931, 1964: 234) ocorrem num número superior de palavras. Por último, e em contraste com a opinião precedente, Allen Jr. (1941: 15, 39) distingue a adaptação de empréstimos latinos (cf. *perseverança*, *arrogância*, *convalescença*, *consciência*), das formações portuguesas (cf. *lembrança*, *ganância*, *parecença*) que, em sua opinião, raramente recorrem às formas *-ância* e *-ência*.

Contrariamente à opinião destes autores, defendi em trabalho anterior (cf. Mateus, Brito, Duarte e Faria 1989, 1992: 367) que *-ante*, *-ente* e *-inte* são, na verdade, um único sufixo

(-nte), pertencendo a vogal que o precede ao tema verbal derivante. A análise que aqui apresento pretende demonstrar que, por idêntica razão, a forma dos sufixos que ocorrem em palavras como *confiança*, *parecença*, *abundância* e *concorrência* é -*nça* e -*ncia*. Considerem-se os seguintes exemplos:

(4)	a.	<u>1ª conjugação</u>	<i>ajud</i>	<i>a</i>	<i>nte</i>
		<u>2ª conjugação</u>	<i>combat</i>	<i>e</i>	<i>nte</i>
		<u>3ª conjugação</u>	<i>assist</i>	<i>e</i>	<i>nte</i>
			<i>contribu</i>	<i>i</i>	<i>nte</i>
	b.	<u>1ª conjugação</u>	<i>cobr</i>	<i>a</i>	<i>nça</i>
			<i>abund</i>	<i>â</i>	<i>ncia</i>
<u>2ª conjugação</u>		<i>convalesc</i>	<i>e</i>	<i>nça</i>	
		<i>ascend</i>	<i>ê</i>	<i>ncia</i>	
<u>3ª conjugação</u>		<i>difer</i>	<i>e</i>	<i>nça</i>	
		<i>advert</i>	<i>ê</i>	<i>ncia</i>	

São duas as hipóteses de segmentação a considerar: na primeira, a base é o radical do verbo e os sufixos são -*ante*, -*ente*, -*inte*, -*ança*, -*ância*, -*ença* e -*ência*; na segunda, a base é um tema verbal e os sufixos são -*nte*, -*nça* e -*ncia*. Há vários argumentos que favorecem a segunda hipótese. Em primeiro lugar, constata-se que o sufixo -*nte*, por um lado, e -*nça*/*ncia*, por outro, têm, qualquer que seja a vogal que os precede, propriedades morfológicas constantes: como demonstrarei adiante, o primeiro selecciona formas verbais e gera adjectivos ou nomes-sujeito, enquanto que os segundos se associam a formas verbais e geram nomes de acção ou qualidade. Por outro lado, verifica-se que a vogal que precede estes sufixos está relacionada com a conjugação a que o verbo base pertence, sendo plausível admitir que se trata da vogal temática.

Contra esta hipótese está o facto de, regra geral, a vogal que precede estes sufixos, nos casos em que a base é um verbo da terceira conjugação, ser *-e-* e não *-i-*. A hipótese que coloco, e que resolve esta objecção, é a de que a vogal que precede os sufixos é a vogal temática, afectada por uma neutralização da distinção entre segunda e terceira conjugações, que ocorre também noutros contextos e que discutirei em 3.3.3.

Considerarei, por último, que *-nça* e *-ncia* são variantes de um mesmo sufixo, constituindo a sua forma específica um possível critério para a datação de palavras no léxico do Português: *-nça* é a forma que ocorre em palavras que a integram desde a formação da língua (cf. *confiança*), algumas das quais entretanto caídas em desuso, como *igualdança*, *perdoança*, *significança*, *ensinança*, *conhecença*, ou *criança* enquanto nome de acção (cf. Said Ali 1931, 1964: 234), ao passo que *-ncia* ocorre em empréstimos mais recentes (cf. *confidência*) ou em palavras formadas no Português. Assim, ainda que todas as formas que integram as duas variantes do sufixo sejam relevantes para a análise da sua estrutura interna, só aquelas em que ocorre *-ncia* devem ser consideradas para a caracterização do processo sincronicamente produtivo. O sufixo *-nça* não está disponível para a formação de palavras no Português Europeu Contemporâneo.

3.1.2.1. *-NÇA* / *-NCIA*: PROPRIEDADES DE SELECÇÃO

Voltando agora à questão central para a discussão da natureza dos constituintes morfológicos, importa observar a **relação entre as palavras em que ocorrem os sufixos *-nça/-ncia* e aquelas em que ocorre o sufixo *-nte***. Procurarei demonstrar, em seguida, que **o sufixo *-ncia* é composto por dois morfemas (+*nt+ia*+), mas que se trata de um único constituinte morfológico**, concluindo, assim, e na sequência de Aronoff (1976), que um modelo de análise morfológica assente na identificação da estrutura morfemática das palavras é inadequado.

Ao descrever as alternâncias consonânticas desencadeadas por processos derivacionais, **Pardal (1973, 1977: 109-114, 202) afirma que nomes como *tendência* ou *residência* são derivados dos adjectivos morfologicamente relacionados (*tendente* e *residente* respectivamente), por associação do sufixo *-ia*, e intervenção de uma regra de abrandamento da consoante final da forma derivante (/t/ -> [s])⁴³. Ainda segundo este autor, a referida regra de abrandamento não opera com qualquer outro sufixo, mesmo que se trate de um sufixo fonologicamente muito próximo, como o feminino de *-io*, (cf. *doentia* / **doen[s]ia*). Consequentemente, este autor não reconhece a existência de um sufixo *-ncia*, mas sim de uma sequência de sufixos (*-nte*, *-ia*) coincidente com a sequência de morfemas.**

Há, contudo, argumentos que permitem sustentar o contrário. Se, como defende Pardal, a base para a formação dos nomes em *-nça/-ncia* for a forma correlata em *-nte*, é de esperar que se registre uma coexistência de formas em *-nte* e em *-nça/-ncia*, ou, pelo menos, que sempre que ocorra uma forma em *-nça/-ncia* se registre também uma forma em *-nte*. Esta é, de facto, uma situação o que frequentemente se verifica⁴⁴:

(5)	a.	<i>-nte</i>	<i>-nça</i>
		<i>confiante</i> ADJ	<i>confiança</i>
		<i>convalescente</i> ADJ/N	<i>convalescença</i>
		<i>descrente</i> ADJ/N	<i>descrença</i>
		<i>diferente</i> ADJ	<i>diferença</i>
		<i>doente</i> ADJ/N	<i>doença</i>
		<i>nascente</i> ADJ/N	<i>nascença</i>
		<i>semelhante</i> ADJ/N	<i>semelhança</i>
	b.	<i>-nte</i>	<i>-ncia</i>
		<i>abundante</i> ADJ	<i>abundância</i>
		<i>afluente</i> ADJ/N	<i>afluência</i>
		<i>competente</i> ADJ	<i>competência</i>



<i>concorrente</i> ADJ/N	<i>concorrência</i>
<i>dependente</i> ADJ	<i>dependência</i>
<i>divergente</i> ADJ	<i>divergência</i>
<i>inconstante</i> ADJ	<i>inconstância</i>

Tal previsão é, no entanto, contrariada por um igualmente significativo conjunto de dados: a ocorrência de palavras em *-nça/-ncia*, na ausência de palavras em *-nte* (cf. 6) põe em questão a referida análise. A existência de um verbo morfologicamente relacionado permite, alternativamente, considerar que o processo de sufixação em *-nça/-ncia* é um processo de nominalização deverbal, independente, mas paralelo ao processo de associação do sufixo *-nte*:

(6)	a.	*-nte	-nça	
		<i>cobrar</i>	* <i>cobran</i>	<i>cobrança</i>
		<i>esperar</i>	* <i>esperan</i>	<i>esperança</i>
		<i>lembrar</i>	* <i>lebran</i>	<i>lembrança</i>
		<i>mudar</i>	* <i>mudan</i>	<i>mudança</i>
		<i>parecer</i>	* <i>parecen</i>	<i>parecença</i>
		<i>poupar</i>	* <i>poupan</i>	<i>poupança</i>
		<i>segurar</i>	* <i>seguran</i>	<i>segurança</i>
		<i>vingar</i>	* <i>vingan</i>	<i>vingança</i>
	b.	*-nte	-ncia	
		<i>advertir</i>	* <i>adverten</i>	<i>advertência</i>
		<i>conviver</i>	* <i>conviven</i>	<i>convivência</i>
		<i>falir</i>	* <i>falenc</i>	<i>falência</i>
		<i>incumbir</i>	* <i>incumben</i>	<i>incumbência</i>
		<i>ocorrer</i>	* <i>ocorren</i>	<i>ocorrência</i>
		<i>preferir</i>	* <i>preferen</i>	<i>preferência</i>
		<i>reentrar</i>	* <i>reentranc</i>	<i>reentrância</i>

Pode, entretanto, admitir-se que as formas em *-nte* registadas em (6) não sejam formas agramaticais, mas sim palavras possíveis não atestadas em Português (cf. Aronoff 1976), o que a existência de uma forma como *mutante* (cf. **mudante*) parece, aliás, sugerir. De acordo com esta hipótese, as formas de base para os nomes em *-nça/-ncia* seriam, de facto, as formas em *-nte*, atestadas ou potenciais, mas há argumentos que também motivam a rejeição desta hipótese, porque mostram que **os sufixos *-nte* e *-nça/-ncia* impõem diferentes restrições às**

suas formas de base. Com efeito, o sufixo *-nte* forma quer adjectivos com interpretação activa e relativos ao sujeito do verbo base, quer nomes-sujeito:

- (7) *As pessoas **ignoram** o seu futuro.*
*As pessoas **ignorantes** ...* cf. *As pessoas que **ignoram** ...*
*Os **ignorantes** ...* cf. *Os que **ignoram** ...*

Consequentemente, **os verbos que não possuem um argumento externo**, ou seja, os verbos ergativos (como *desmaiar*, *falir*, *naufragar*, *ocorrer*, *parecer*, entre outros), **não permitem derivar formas adjectivais ou nominais em *-nte***, tal como não permitem derivar adjectivos ou nomes em *-dor* (cf. 8b), dado que este sufixo também tem uma interpretação activa e relativa ao sujeito do verbo base (cf. Eliseu 1984):

- (8) a. **desmaiante*
**falente*
**naufragante*
**ocorrente*
**parecente*
- b. **desmaiador*
**falidor*
**naufragador*
**ocorredor*
**parecedor*

Esta restrição de selecção não afecta, porém, a formação de nomes em *-nça/-ncia*. Assim, estão atestadas formas como *falência*, *ocorrência* ou *parecença*. Esta é uma prova clara de que **os sufixos *-nte* e *-nça/-ncia* impõem diferentes restrições às suas formas de base, pelo que não pode o segundo ser derivado do primeiro.** Por outras palavras, nem todas as formas em *-nte* que não estão atestadas em Português são formas possíveis, algumas (cf. 8a) são, de facto, agramaticais, dado que violam as restrições de selecção do sufixo.

A generalização proposta por Pardal suscita ainda uma outra observação. Essa generalização faz prever que a existência de uma forma em *-nte* constitua condição suficiente para a

derivação de uma forma em *-nça/-ncia*. A ocorrência de formas em *-nte* e ausência de formas correlatas em *-nça/-ncia* (cf. 9) é, pois, inesperada, mas não é, por si só, suficiente para pôr em causa a referida generalização, dado que os processos morfológicos derivacionais não são obrigatórios, ou seja, a existência de bases disponíveis não determina a ocorrência dos derivados. A razão pela qual esta constatação é trazida à discussão prende-se com o facto de, nos casos em que as formas em *-nte* não coocorrem com formas em *-nça/-ncia*, se verificar a existência de nomes cuja forma de base é a mesma dos adjectivos ou nomes em *-nte*, ou seja, um tema verbal. Os exemplos registados em (9) mostram que esses nomes podem ser formados por derivação regressiva (cf. *ajuda*_N / **ajudância*) ou pela intervenção de outros sufixos, e em particular dos sufixos deverbais *-ção* e *-mento* (cf. *contribuição* / **contribuência*; *empolgamento* / **empolgância*):

(9)	<i>-nte</i>	<i>*-nça / *-ncia</i>	
a.	<i>ajudante</i> <i>ameaçante</i> <i>denunciante</i> <i>estreante</i> <i>pertencente</i> <i>praticante</i>	<i>*ajudância</i> <i>*ameaçância</i> <i>*denunciância</i> <i>*estreância</i> <i>*pertencência</i> <i>*praticância</i>	<i>ajuda</i> <i>ameaça</i> <i>denúncia</i> <i>estrela</i> <i>pertença</i> <i>prática</i>
b.	<i>contribuinte</i> <i>degradante</i> <i>fortificante</i> <i>humilhante</i> <i>participante</i> <i>perturbante</i>	<i>*contribuência</i> <i>*degradância</i> <i>*fortificância</i> <i>*humilhância</i> <i>*participância</i> <i>*perturbância</i>	<i>contribuição</i> <i>degradação</i> <i>fortificação</i> <i>humilhação</i> <i>participação</i> <i>perturbação</i>
c.	<i>empolgante</i> <i>enchente</i>	<i>*empolgância</i> <i>*enchência</i>	<i>empolgamento</i> <i>enchimento</i>

A não-ocorrência dos nomes em *-nça/-ncia* não pode, pois, ser atribuída a restrições de ordem semântica sobre a forma de base, dado que é possível formar nomes de estado, acção ou processo a partir desses predicadores, nem à inexistência das formas em *-nte*. Admito que decorra de um fenómeno de **bloqueio**⁴⁵, o que **aproxima as formas em *-nça/-ncia* de outros**

nomes deverbais, e não de formas em *-nte*. Note-se que num paradigma derivacional, como o que se regista em (10), se encontra um único derivado em *-ncia*, que coexiste com outro nome de acção mas não coincide com o único derivado em *-nte*:

(10)	<i>ceder</i>	* <i>cedente</i>	<i>cedência</i>	* <i>cesso</i>	<i>cessão</i>
	<i>aceder</i>	* <i>acedente</i>	* <i>acedência</i>	<i>acesso</i>	* <i>acessão</i>
	<i>conceder</i>	* <i>concedente</i>	* <i>concedência</i>	* <i>concesso</i>	<i>concessão</i>
	<i>exceder</i>	<i>excedente</i>	* <i>excedência</i>	<i>excesso</i>	* <i>excessão</i>

Estes conjuntos de dados (cf. 9 e 10) oferecem mais um argumento em favor de uma hipótese alternativa à de Pardal, representada em (11a). Na hipótese que defendo (cf. 11b), **o processo de sufixação de *-nça* / *-ncia* selecciona bases verbais, tal como *-nte*, mas impõe diferentes restrições de selecção sobre essas formas verbais** (cf. **parecente/parecença*; **falente/falência*), **sendo concorrente de outros processos de nominalização** deverbal (cf. *ajuda* / **ajudância*; *degradação* / **degradância*; *empolgamento* / **empolgância*).

(11)	a.	[X] _V	-> [[X] _V <i>nte</i>] _{ADJ/N}	-> [[[X] _V <i>nte</i>] _{ADJ/N} <i>ia</i>] _N
	b.	[X] _V	-> [[X] _V <i>nte</i>] _{ADJ/N}	
		[X] _V	-> [[[X] _V <i>nça/ncia</i>] _N	

A hipótese (11b) pode, no entanto, ser confrontada com algumas objecções, que passo a discutir, para concluir que a hipótese deve ser mantida, dado que é a mais adequada à análise dos dados. Com efeito, contra a proposta enunciada em (11b) pode invocar-se **a existência de nomes em *-ncia* que não dispõem de um verbo base disponível em Português, mas que coexistem com adjectivos em *-nte*** (cf. 12a). Estas formas não constituem contra-exemplos porque se trata de um número limitado de empréstimos do Latim, cuja formação não pode ser analisada no quadro da morfologia do Português: como se pode verificar em (12b), quando as palavras são derivadas em Português (*confiante*, *confiança*), o verbo base está atestado (*confiar*); as formas *confidente* e *confidência*, pelo contrário, apesar de serem palavras

cognatas, não são formadas em Português, pelo que a inexistência do verbo base (por hipótese **confider*) não é relevante.

(12)	a.	<i>adjacente</i>	<i>adjacência</i>	cf. <i>jazer</i>
		<i>ausente</i>	<i>ausência</i>	
		<i>evidente</i>	<i>evidência</i>	
		<i>indolente</i>	<i>indolência</i>	cf. <i>doer</i>
		<i>insolente</i>	<i>insolência</i>	
		<i>maledicente</i>	<i>maledicência</i>	cf. <i>maldizer</i>
		<i>negligente</i>	<i>negligência</i>	
		<i>potente</i>	<i>potência</i>	cf. <i>poder</i>
		<i>proveniente</i>	<i>proveniência</i>	cf. <i>provir</i>
		<i>transparente</i>	<i>transparência</i>	cf. <i>transparecer</i>
	b.	<i>confiante</i>	<i>confiança</i>	cf. <i>confiar</i>
		<i>confidente</i>	<i>confidência</i>	

Uma segunda objecção é a que se extrai da referência de Pardal (1973, 1977: 112-113) à **existência de nomes como *intolerância* ou *independência***. Citando Dell (1970: 142-145), o autor afirma que o prefixo *in-* se associa a adjectivos, pelo que essas formas só poderiam ser **geradas a partir dos adjectivos *intolerante* e *independente***.

Com efeito, *intolerância* ou *independência* não podem ser derivados dos verbos **intolerar* ou **independe*, dado que essas formas não existem no Português Europeu Contemporâneo⁴⁶. Sandmann (1991: 98) considera que «o prefixo negativo *in-* do português não se une normalmente a bases de conteúdo dinâmico ou negativo», razão pela qual este prefixo não se associa a verbos⁴⁷ (cf. **inarrancar* / *desarrancar*), nomes de acção (cf. **inagressão* / *não-agressão*), ou adjectivos como *violento* (cf. **inviolento* / *não-violento*).

Aceitando esta caracterização das restrições de selecção do prefixo *in-*, **nada impede que *intolerância* e *independência* sejam derivados de *tolerância* e *dependência***, dado que estas bases não são caracterizáveis como nomes de acção. Note-se, aliás, que **nem todas as formas em *-nça/-ncia* prefixadas por *in-* coexistem com formas em *-nte*, prefixadas ou não**:

(13)	<i>advertência</i> <i>segurança</i>	<i>inadvertência</i> <i>insegurança</i>	<i>*(in)advertente</i> <i>*(in)segurante</i>
------	--	--	---

A hipótese apresentada por Pardal (1973, 1977: 112-113) é, pois, induzida por uma caracterização inadequada do prefixo *in-*. Este prefixo associa-se preferencialmente a bases adjetivais (cf. 14a), mas também pode seleccionar nomes. Neste último caso, registam-se formas prefixadas por *in-* que não coexistem com qualquer eventual base prefixada do mesmo modo (cf. 14b), outras que coexistem com adjetivos prefixados, mas entre os quais não é possível estabelecer qualquer nexó derivacional (cf. 14c), e outras ainda que admitem essa hipótese (cf. 14d). No entanto, os exemplos anteriores (cf. 14a, 14b, 14c) demonstram que as formas registadas em (14d) não exibem uma relação derivacional, mas sim um nexó accidental. Consequentemente, **a ocorrência de nomes em *-nça/-ncia* prefixados por *in-* não prova que estas palavras são derivadas das formas em *-nte*.**

(14)	a.	<i>certo</i> <i>conformado</i> <i>previsível</i>	<i>incerto</i> <i>inconformado</i> <i>imprevisível</i>		
	b.	<i>civismo</i> <i>coordenação</i> <i>verdade</i>	<i>incivismo</i> <i>incoordenação</i> <i>inverdade</i>		
	c.	<i>activo</i> <i>alienável</i> <i>harmónico</i>	<i>inactivo</i> <i>inalienável</i> <i>inarmónico</i>	<i>acção</i> <i>alienação</i> <i>harmonia</i>	<i>inacção</i> <i>inalienação</i> <i>inarmonia</i>
	d.	<i>justo</i> <i>consistente</i> <i>correcto</i>	<i>injusto</i> <i>inconsistente</i> <i>incorrecto</i>	<i>justiça</i> <i>consistência</i> <i>correção</i>	<i>injustiça</i> <i>inconsistência</i> <i>incorreção</i>

Em suma, a hipótese de que os nomes em *-nça/-ncia* são derivados das formas em *-nte* (cf. 11a) não é compatível (i) com a constatação de que há nomes em *-nça/-ncia* que não coexistem com formas em *-nte* (cf. *vingança* / **vingante*; *advertência* / **advertente*), apesar de estarem disponíveis as bases verbais (cf. *vingar*; *advertir*); não explica (ii) a

impossibilidade de ocorrência de nomes em -nça/-ncia, motivada pela intervenção de um fenómeno de bloqueio desencadeado por processos morfológicos concorrentes (cf. *ajuda* / **ajudância*; *contribuição* / **contribuência*; *empolgamento* / **empolgância*), **apesar de estarem atestadas as formas em -nte** (cf. *ajudante*; *contribuinte*; *empolgante*); e (iii) não é exigida pela existência de formas como *independência* ou *intolerância*, dado que **o prefixo in- pode associar-se quer a adjectivos, quer a nomes**. Em contrapartida, a hipótese alternativa (cf. 11b) fica reforçada, pelo que as formas em -nça/-ncia devem ser analisadas como nomes deverbais derivados por um único sufixo (constituente morfológico).

3.1.2.2. [NT]+[IA] ≠ [NÇA]/[NCIA]

A defesa da existência do sufixo -ncia não pode, porém, ser interpretada como a negação da possibilidade de nominalização das formas em -nte pelo sufixo -ia. Com efeito, ambas as possibilidades estão disponíveis e podem ser demonstradas pela coexistência das formas *ardência*, *servência*, *valência* e *ardentia*, *serventia*, *valentia*, o que reforça a hipótese sobre a formação dos nomes em -nça/-ncia, apresentada em (11b).

Na verdade, se se admitir que os nomes em -nça/-ncia são formados a partir das formas em -nte por sufixação de -ia (cf. 11a), então, é necessário postular uma **regra de assibilação da consoante /t/** que precede este sufixo. A questão suscitada pela coexistência das formas acima referidas prende-se com o facto desta regra se aplicar nos três primeiros casos (cf. *ardência*, *servência*, *valência*), mas não se aplicar nos três últimos (cf. *ardentia*, *serventia*, *valentia*), ainda que os contextos fonológico e morfemático sejam iguais. Pardal (1973, 1977: 113-114, 145, 202) considera que estas últimas formas, tal como *anacolutia*, ou as formas que integram o radical *pat* (cf. *homeopatia*) são excepções à regra de assibilação do /t/⁴⁸, lexicalmente marcadas com o traço [-regra de assibilação do /t/ que precede o sufixo -ia].

A análise alternativa (cf. 11b), que considera o tema verbal como a forma de base dos nomes em -nça/-ncia (cf. 15i), e as formas em -nte como base dos nomes em -ntia (cf. 15ii), dispensa

a marcação destas últimas com um traço idiossincrático (dado que a informação pode ser incorporada na regra fonológica de abrandamento do /t/) e descreve adequadamente os dados. Note-se, aliás, que a relação semântica entre *valente* e *valentia* se enquadra no modelo comum aos nomes deadjectivais em *-ia* (cf. *cobarde* / *cobardia*), mas que tal não se verifica entre *valente* e *valência*⁴⁹. A coocorrência destas formas vem, assim, demonstrar a existência de dois diferentes processos morfológicos:

- (15) a. (i) *arde*_{TV} -> *ardê+ncia*_N
 (ii) *arde*_{TV} -> *arde+nte*_{ADJ} -> *arde+nt+ia*_N
- b. (i) *serve*_{TV} -> *servê+ncia*_N
 (ii) *serve*_{TV} -> *serve+nte*_{ADJ/N} -> *serve+nt+ia*_N
- c. (i) *vale*_{TV} -> *valê+ncia*_N
 (ii) *vale*_{TV} -> *vale+nte*_{ADJ/N} -> *vale+nt+ia*_N

Em suma, pode admitir-se que, numa fase anterior da história da língua (ou, mais provavelmente, ainda em Latim⁵⁰), o processo de formação de nomes em *-nça* / *-ncia* tenha consistido na sufixação de *-ia* aos adjetivos em *-nte*. Mas **a morfologia do Português Europeu contemporâneo reconhece a existência de três sufixos**: por um lado, (i) *-nte* (formado pelos morfemas *-nt-* e *-e*) e (ii) *-nça* / *-ncia* (formado pelos morfemas *-nt-* e *-ia*), que subcategorizam o mesmo tipo de bases verbais, e, por outro, (iii) *-ia*, que subcategoriza bases [+N], entre as quais as formas em *-nte*.

Assim, a formação dos nomes em *-ncia* não recorre à sufixação de *-ia*, mas a existência dos dois morfemas permite a intervenção da regra de assibilação do /t/ que o precede (cf. *ardência*, *servência*, *valência*). Quanto ao sufixo *-ia*, ele pode seleccionar bases em *-nte*, e, neste caso, a regra fonológica de assibilação do /t/ não se aplica (cf. *ardentia*, *serventia*, *valentia*).

A segunda questão relacionada com a coexistência das formas acima referidas diz respeito ao **lugar do acento de palavra**, que estabelece um contraste entre a sufixação de *-ncia* a temas

verbais (cf. [va'le\$jsja]) e a sufixação de *-ia* a formas em *-nte* (cf. [va'le\$stia]). Segundo Pardal (1973, 1977: 202), a acentuação das palavras em *-ia* depende, em geral, da categoria sintáctica da base: o sufixo é tónico quando a base é um nome (o exemplo citado é *democracia*), e átono quando a base é um adjectivo (o exemplo referido é *ciência*), excepto nos casos em que a assibilação do /t/ não se aplica. Esta última afirmação é contraditada por formas como *modéstia* ou *moléstia*, que, sendo deadjectivais e não estando sujeitas à assibilação do /t/, exibem sufixos átonos. Com efeito, só formas como *ardentia*, *serventia* ou *valentia*, que também são deadjectivais, exibem uma acentuação 'excepcional' (cf. nota 16).

Esta dupla generalização baseia-se na categoria sintáctica da base, cuja identificação constitui, no entanto, em si mesma, uma questão complexa. Em alguns casos, a categoria sintáctica da base é aparentemente única e incontestável⁵¹:

(16)	a.	(i)	<i>astuto</i> ADJ	<i>astúcia</i>
			<i>eficaz</i> ADJ	<i>eficácia</i>
			<i>modesto</i> ADJ	<i>modéstia</i>
		(ii)	<i>abade</i> N	<i>abadia</i>
			<i>advogado</i> N	<i>advocacia</i>
			<i>chefe</i> N	<i>chefia</i>
b.	(i)	<i>bizarro</i> ADJ	<i>bizarria</i>	
		<i>cortês</i> ADJ	<i>cortesia</i>	
		<i>ousado</i> ADJ	<i>ousadia</i>	
	(ii)	<i>fármaco</i> N	<i>farmácia</i>	

Noutros casos, a forma de base tem uma distribuição típica de mais do que uma categoria sintáctica. Tem, mais concretamente, as propriedades distribucionais de adjectivos e de nomes, sendo pois caracterizável, nos termos dos traços $[\pm N]$ e $[\pm V]$, como uma **base** $[+N]$, ou seja,

uma base em que a especificação do traço [\pm N] é positiva e a do traço [\pm V] não é lexicalmente determinada:

- | | | | |
|------|----|----------------------|------------------|
| (17) | a. | <i>cobarde</i> [+N] | <i>cobardia</i> |
| | | <i>rebeldre</i> [+N] | <i>rebeldia</i> |
| | | <i>teimoso</i> [+N] | <i>teimosia</i> |
| | b. | <i>blasfemo</i> [+N] | <i>blasfémia</i> |
| | | <i>pérfido</i> [+N] | <i>perfidia</i> |
| | | <i>sueco</i> [+N] | <i>suécia</i> |

Tanto no primeiro caso (cf. 16), como neste segundo (cf. 17), se verifica a existência de contra-exemplos à generalização proposta por Pardal: *bizarria*, *cortesia* e *ousadia* são nomes deadjectivais, mas o sufixo é tónico, e *farmácia*, que é um nome denominal, exhibe um sufixo átono; por outro lado, quando a base tem a categoria [+N], há derivados, como *bigamia* e *cobardia*, em que ocorre o sufixo tónico, e outros, como *blasfémia* ou *perfidia* que exibem o sufixo átono.

Considerem-se, ainda, os nomes em *-ia* derivados de formas que integram os chamados radicais neo-clássicos. Estas formas coexistem, sistematicamente, com adjectivos em *-ico* (cf. *acrobacia* / *acrobático*), e, frequente mas não obrigatoriamente (cf. 18d), com formas adjectivais (cf. 18a), nominais (cf. 18b) ou [+N] (cf. 18c), de tema em *-a* (cf. *acrobata*, *aristocrata*) ou de tema em *-o* (cf. *amorfo*, *antropófago*, *hidrófobo*). Na análise de Pardal, *acrobacia* e *democracia* são palavras derivadas, respectivamente, dos nomes *acrobata* e *democrata*, dado que o sufixo *-ia* é tónico. De acordo com esta hipótese, as formas *anemia*, *hemorragia*, *histeria*, *melancolia*, *nostalgia* e *simpatia* deveriam ter como base formas nominais (cf. **anema/o*, **hemorragia/o*, **histera/o*, **melancola/o*, **nostalgia/o* e **simpatia/o*), mas estas formas não estão atestadas em Português (nem em Latim), pelo que não é possível determinar a sua categoria sintáctica. A posição do acento nestas formas em *-ia* (cf. 18d) fica, pois, por explicar.

(18)	a.	<i>amorfo</i> ADJ	<i>amorfia</i>	<i>amórfico</i> ADJ
		<i>policromo</i> ADJ	<i>policromia</i>	<i>policromático</i> ADJ
		<i>polimorfo</i> ADJ	<i>polimorfia</i>	<i>polimórfico</i> ADJ
	b.	<i>acrobata</i> N	<i>acrobacia</i>	<i>acrobático</i> ADJ
		<i>antropófago</i> N	<i>antropofagia</i>	<i>antropofágico</i> ADJ
		<i>diplomata</i> N	<i>diplomacia</i>	<i>diplomático</i> ADJ
		<i>fotógrafo</i> N	<i>fotografia</i>	<i>fotográfico</i> ADJ
		<i>profeta</i> N	<i>profecia</i>	<i>profético</i> ADJ
	c.	<i>aristocrata</i> [+N]	<i>aristocracia</i>	<i>aristocrático</i> ADJ
		<i>democrata</i> [+N]	<i>democracia</i>	<i>democrático</i> ADJ
		<i>hidrófobo</i> [+N]	<i>hidrofobia</i>	<i>hidrofóbico</i> ADJ
	d.	-----	<i>anemia</i>	<i>anémico</i> ADJ
		-----	<i>hemorragia</i>	<i>hemorrágico</i> ADJ
		-----	<i>histeria</i>	<i>histérico</i> ADJ
		-----	<i>melancolia</i>	<i>melancólico</i> ADJ
		-----	<i>nostalgia</i>	<i>nostálgico</i> [+N]
		-----	<i>simpatia</i>	<i>simpático</i> ADJ

Por outro lado, verifica-se que há nomes em *-ia*, derivados de radicais neo-clássicos, que não coexistem com formas em *-a* ou em *-o*, mas sim com formas equivalentes que exibem outros sufixos, como *-ista* ou *-euta*:

(19)	<i>anarquista</i> [+N]	<i>anarquia</i>	<i>anárquico</i> ADJ
	<i>anatomista</i> N	<i>anatomia</i>	<i>anatômico</i> ADJ
	<i>genealogista</i> N	<i>genealogia</i>	<i>genealógico</i> [+N]
	<i>terapeuta</i> N	<i>terapia</i> ⁵²	<i>terapêutico</i> ADJ

Pode admitir-se que a inexistência das hipotéticas bases (cf. **anarca/o*⁵³, **anatoma/o*, **genealoga/o*, **terapa/o*) se deve à ocorrência das formas *anarquista*, *anatomista*, *genealogista* e *terapeuta*, mas estas não podem ser consideradas como formas de base dos nomes em *-ia*: por um lado, esta hipótese requereria o truncamento dos sufixos *-ista* e *-euta*,

operação que noutros casos não permite a formação de nomes em *-ia* (cf. *mercantilista* -> **mercantilia*, *positivista* -> **positivia*, *hermeneuta* -> **hermenia*), e, por outro lado, as formas em *-ista* podem coocorrer com formas em *-a* ou em *-o*:

(20)	<i>demagogo</i> N	<i>demagogista</i> N	<i>demagogia</i>	<i>demagógico</i> ADJ
	<i>ecónomo</i> N	<i>economista</i> N	<i>economia</i>	<i>económico</i> ADJ
	<i>fonólogo</i> N	<i>fonologista</i> N	<i>fonologia</i>	<i>fonológico</i> ADJ
	<i>psicólogo</i> N	<i>psicologista</i> N	<i>psicologia</i>	<i>psicológico</i> ADJ

Assim, a hipótese mais adequada consiste em considerar que estes nomes em *-ia* são formados a partir de bases cuja categoria morfológica é radical, e cuja categoria sintáctica é [+N]. Quanto ao sufixo, ele é geralmente tónico (cf. 18, 19 e 20), mas, como se verifica em (21), pode também ser átono:

(21)	<i>estratego</i> N	<i>estrategista</i> N	<i>estratégia</i>	<i>estratégico</i> ADJ
	<i>sinónimo</i> [+N]	<i>sinonimista</i> [+N]	<i>sinonímia</i>	<i>sinonímico</i> ADJ

A este propósito, Nunes (1919, 1975: 363) refere que «entre os sufixos há uns acentuados, outros não. Ora, devendo um derivado, para ser perfeito, compreender [...] duas partes completamente separáveis e cada uma com significação própria - o radical e o sufixo -, para que este tenha condições de vida, carece, como qualquer palavra independente, de possuir um acento seu; de contrário, ou desaparece, o que é o caso mais geral, ou é substituído por outro». Segundo este autor (cf. Nunes 1919, 1975: 384), é por esta razão que o sufixo átono *-ia*, que só ocorre «em vocábulos herdados e como tais valendo hoje por primitivos», não sendo, por vezes, sequer reconhecível (cf. *fortia* > *força*, *gratia* > *graça* ⁵⁴), é substituído pelo sufixo tónico, que ocorre em *serventia*, *valentia* ou *ufania*, e que «junto a radicais nominais e raramente verbais, tomou o sentido colectivo, donde depois se desenvolveram outros, como o de qualidade, e também, por vezes de dignidade e cargo».

Paralelamente, Allen Jr. (1941: 49) considera que o sufixo *-ia* «is the regular Portuguese derivative of Late and Vulgar Latin *-iam*, which came from Gk. *-a* introduced into Latin by Christian writers and speakers. The Greek suffix had stressed *-i-*, but in early borrowings the ending is generally assimilated to Latin *-ia*, with unstressed *-i-* [...]». Em seguida, citando Grandgent (1907), Allen Jr. (1941: 49) refere que «later a fashionable pronunciation *-ía*, doubtless favoured by Christian influence, penetrated popular speech ... and produced a new Latin ending *-ía*, which was used to form new words». Quanto ao Português, o autor afirma que, nos casos em que o sufixo continha um *-i-* átono em Latim Vulgar, essa vogal evoluiu para semivogal *e*, «in words with the stressed form of the suffix, [...] the stress remains on the *-i-*, and the suffix comes into Portuguese intact, and is used in the formation of new nouns.»

Em suma, nos casos em que os nomes em *-ia* coexistem com palavras simples pertencentes a uma única categoria sintáctica, há formas de adjectivos em que o sufixo é átono, tal como previsto por Pardal (cf. *arguto/argúcia*), e outras, que não são excepções à regra de assibilação do */t/*, em que o sufixo é tónico (cf. *bizarro/bizarria*), tal como existem formas denominais em que, confirmando a previsão de Pardal (1973, 1977), o sufixo é tónico (cf. *abade/abadia*), e outras em que, pelo contrário, é átono (cf. *fármaco/farmácia*). Nos casos em que as formas simples morfologicamente relacionadas com os nomes em *-ia* têm uma especificação categorial [+N], a situação é idêntica, ou seja, há formas em que o sufixo é átono (cf. *blasfemo/blasfémia*) e outras em que o sufixo é tónico (cf. *cobarde/cobardia*). Por último, nos casos em que o sufixo *-ia* se associa a radicais neo-clássicos, que nem sempre ocorrem em palavras simples (cf. **anema/o - anemia*), registam-se igualmente as duas possibilidades (cf. *fotógrafo_N / fotografia* vs *estratego_N / estratégia*; *democrata_[+N] / democracia* vs *sinónimo_[+N] / sinonímia*).

Deve, pois, concluir-se que, contrariamente ao que é afirmado por Pardal, **a acentuação das palavras em *-ia* não está dependente da categoria sintáctica da forma de base**, pelo que o lugar do acento nas formas *ardentia*, *serventia* e *valentia* não é excepcional. Com efeito, a presença do sufixo átono *-ia* deverá ser interpretada como uma marca cronológica que remete

a formação das palavras em que ocorre para um período anterior ao da formação daquelas em que ocorre o sufixo tónico *-ia*. Consequentemente, a posição do acento nas palavras em *-nça/-ncia* não permite concluir que sejam derivadas dos adjetivos em *-nte*, mas indicia que a formação do sufixo *-ncia* é anterior à sufixação das formas em *-nte* pelo sufixo *-ia*.

3.1.3. RESUMO

Na secção 3.1. pretendi demonstrar que **a estrutura morfemática e a estrutura morfológica das palavras não são necessariamente coincidentes**. Esta afirmação decorre da redefinição do conceito de **morfema**, proposta por Aronoff (1976), que consiste no reconhecimento de um **vínculo arbitrário** entre **uma sequência fonológica e um significado**, ou, alternativamente, entre **uma sequência fonológica e uma operação fonológica**. Os argumentos invocados por Aronoff (1976) para justificar esta revisão do conceito de morfema foram lembrados e discutidos em 3.1.1. Na subsecção seguinte, apresentei uma descrição da formação de palavras em *-nça/-ncia*, que pretende reforçar a posição de Aronoff (1976) e justificar a sua adopção na análise morfológica do Português. Com efeito, a sequência *-ncia* é segmentável em dois morfemas (+nt+ e +ia+), e é possível encontrar descrições da estrutura morfológica das palavras em *-ncia* que assentam no reconhecimento da sua estrutura morfemática. Pardal (1973, 1977), por exemplo, propõe que palavras como *tolerância* sejam derivadas de bases em *-nte*, ou seja, neste caso, *tolerante*. A análise alternativa que apresento pretende demonstrar que a forma de base é o tema verbal (cf. *tolera*) e que *-ncia* é um único sufixo, ou seja, um único **constituente morfológico**. O reconhecimento da estrutura morfemática deste sufixo é, no entanto, indispensável à análise fonológica, dado que é nesse contexto que tem lugar o abrandamento do /t/ final do primeiro morfema.



3.2. AVALIAÇÃO DA HIPÓTESE DE BASE-PALAVRA

Afastada a hipótese tradicionalmente aceite de identificação da estrutura morfológica a partir da estrutura morfemática, é necessário definir as categorias que permitem reconhecer os constituintes morfológicos. No modelo de Aronoff (1976: 7, 9-10, 46, 48), as estruturas morfológicas derivacionais são constituídas por duas categorias: **uma base e um afixo**. Segundo este autor (cf. Aronoff 1976: 21), a natureza morfológica da base é condicionada pela **Hipótese de Base-Palavra**, formulada do seguinte modo:

«All regular word-formation processes are word-based. A new word is formed by applying a regular rule to a single already existing word. Both the new word and the existing one are members of major lexical categories.»

Aronoff (1976: 7, 9-10, 22) defende esta hipótese com base na constatação de que as palavras são os elementos «minimally meaningful»⁵⁵ (por oposição aos morfemas que não estão necessariamente associados a um valor semântico constante, como referi em 3.1.), e na convicção de que as palavras derivadas, formadas por regras regulares e produtivas, têm por base palavras existentes não-flexionadas. A Hipótese de Base-Palavra assenta, pois, em **quatro pressupostos**: na base de um processo morfológico produtivo está **(i) uma única unidade lexical, (ii) semanticamente interpretável, que é (iii) uma palavra (adjectivo, nome ou verbo) existente e (iv) não flexionada**.

As objecções à Hipótese de Base-Palavra⁵⁶ posteriormente apresentadas por vários autores dizem geralmente respeito aos primeiro (Botha 1984), terceiro (Allen 1978; Zwanenburg 1980) e quarto (Hoekstra, Hulst e Moortgat 1980; Scalise 1980, 1983, 1984) pressupostos enunciados, e são fundamentalmente motivadas pela inadequação desta hipótese à composição (de que Aronoff não trata) e a dados de outras línguas, para além do Inglês. Com efeito, os dados do Português demonstram ser necessário considerar a existência de bases que integram mais do que uma palavra, quer em seqüências morfológicamente definidas, como os compostos morfológicos⁵⁷ (cf. *sócio-cultural* ou *afro-luso-brasileiro*), quer em compostos

sintácticos⁵⁸ (cf. *palavra-chave, abre-latas*). Estes dados falsificam o primeiro pressuposto da Hipótese de Base-Palavra, dado que há **mais do que uma unidade lexical** envolvida na sua formação⁵⁹. Por outro lado, a existência de formas como *desalmado* e dos parassintéticos em geral, cuja base é plausivelmente **o tema de um verbo não atestado** em Português (cf. *desalmar*), enfraquece o terceiro pressuposto⁶⁰. No entanto, a questão central diz respeito ao facto de a Hipótese de Base-Palavra restringir o conjunto possível de bases à sua forma de palavras não-flexionadas⁶¹.

Aronoff (1976: xi, 1, 8, 9) reconhece que a sua utilização do termo palavra é ambígua⁶², dado que tanto pode significar palavra não-flexionada como palavra flexionada. Segundo este autor, o conceito de **palavra não-flexionada** utilizado na Hipótese de Base-Palavra corresponde ao de **lexema**⁶³, no sentido de Matthews (1974, 1982: 31-32), ou seja, a uma unidade lexical abstracta, que identifica um paradigma flexional, e corresponde à chamada **forma de citação**. Contudo, a equivalência entre **palavra não-flexionada** e **lexema**, que Aronoff (1976) estabelece para clarificar a Hipótese de Base-Palavra, ou Hipótese de Base-Lexema (em Aronoff 1994), é insatisfatória. Com efeito, **lexema** é um termo igualmente ambíguo e que tem sido objecto de diversas definições (cf. Martinet 1960, 1978⁶⁴ e Matthews 1974, 1982, entre outros). Ao adoptar a definição de Matthews (1974, 1982), Aronoff (1976) aceita que **lexema e forma de citação** sejam conceitos equivalentes, mas, como é sabido, **a forma de citação é sempre uma palavra flexionada**⁶⁵, pelo que os três termos não podem ser equivalentes.

Aronoff (1994: 11) apresenta uma nova definição de **lexema**, segundo a qual esta unidade «is a (potential or actual) member of a major lexical category, having both form and meaning but being neither, and existing outside of any particular syntactic context». Neste «extrasyntactic state» é uma forma não flexionada, tratando-se de um «theoretical construct that corresponds roughly to one of the common senses of the term *word*». Deve, pois, inferir-se que o autor pretende apenas referir uma forma não-flexionada, sem identificar a sua categoria

morfológica, e que a Hipótese de Base-Palavra deve ser interpretada como uma Hipótese de Base-Radical ou uma Hipótese de Base-Tema, dado que radical e tema são as únicas formas adjectivais, nominais ou verbais não-flexionadas (cf. capítulo 4). No entanto, Aronoff (1976: 28) recusara essa interpretação, afirmando que não é possível derivar palavras de um 'stem' (radical) que nunca ocorra como palavra. Como procurarei demonstrar, esta é uma situação muitíssimo frequente, particularmente em línguas românicas, de que o Português é exemplo, e que é aliás referida por Hockett (1958, 1968: 209-210), na sua definição desta categoria morfológica (stem)⁶⁶.

Note-se que Aronoff (1994: 7) considera que a sua formulação da Hipótese de Base-Palavra no texto de 1976 é confusa, esclarecendo o seguinte: «I especially did not mean that the base or stem for a word-formation rule had to be a complete word or free form [...] others naturally misunderstood my claim [...]. This was understandable, but even more to the point was the fact that this particular homonymy confused me too». Na verdade não se trata de incompreensão, mas sim da impossibilidade de interpretar um texto de um modo que esse texto não autoriza. Neste trabalho mais recente, Aronoff (1994: 39) admite, pois, que a forma do lexema que está na base de um processo morfológico seja '**stem**', mas define este termo como a sequência fonológica à qual um dado afixo se associa. Por outras palavras, Aronoff (1994) admite que a base seja um 'stem', mas fá-lo à custa de uma definição injustificadamente não-ortodoxa e inútil dado que continua a não permitir identificar a forma morfológica à qual o afixo se associa.

Na secção 3.3. procurarei demonstrar que, **em Português, tanto o radical, como o tema, como a palavra podem estar na base de processos de formação de palavras**. Assim, da Hipótese de Base-Palavra preservarei apenas o pressuposto de que **a formação de palavras opera sobre unidades lexicais semanticamente interpretáveis e portadoras de uma categoria sintáctica**, formulando, em alternativa, o que designo por **Condição sobre a Base**. Referirei igualmente que, tal como sugerido por Hoekstra, Hulst e Moortgat (1980)⁶⁷, **a forma**

morfológica da base pode variar de língua para língua, mas, contrariamente à opinião destes autores, defenderei que **também pode variar no interior de um único sistema linguístico**.

3.3. IDENTIFICAÇÃO DAS FORMAS DE BASE

Em Português, os processos de formação de palavras seleccionam como formas de base unidades lexicais semanticamente interpretáveis, portadoras de informação relativa à categoria sintáctica e pertencentes a diversas **categorias morfológicas**, ou seja, **radicais** (cf. *cert*_{RADJ} - > *certeza*_N), **temas** (cf. *organiza*_{TV} -> *organização*_N) ou **palavras** (cf. *papéis*_N -> *papeizinhos*_N). Considerando que estas três categorias morfológicas, definidas em 3.3.1., são formalmente caracterizáveis como **variáveis** (por oposição aos afixos - caracterizáveis como constantes) proporei a substituição da Hipótese de Base-Palavra pela **Condição sobre a Base** (cf. 3.3.2.). Por outro lado, defenderei igualmente que os processos de formação de palavras determinam não só a categoria morfológica da base, mas também a sua **subcategoria morfológica**. A demonstração será feita a partir de uma descrição da sufixação deverbal, que pode seleccionar radicais (cf. *intrujão*) ou temas (cf. *dominador*, *dominável*, *dominante*). As formas derivadas de verbos da segunda ou terceira conjugações permitem, ainda, constatar que os temas verbais que participam em estruturas de palavras complexas também não são uniformes (cf. 3.3.4.). Assim, distinguirei o **tema verbal do infinitivo**, seleccionado, por exemplo, pelo sufixo *-dor* (cf. *educador*, *respondedor*, *transferidor*), o **tema verbal do passado**, seleccionado, por exemplo, pelo sufixo *-vel* (cf. *educável*, *respondível*, *transferível*) e o **tema verbal do presente**, seleccionado, por exemplo, pelo sufixo *-ncia* (cf. *abundância*, *correspondência*, *transferência*). A existência destes três temas verbais, enquanto subcategorias morfológicas, é consequência de dois diferentes fenómenos de neutralização da vogal temática, relacionados com as propriedades do sistema de conjugações do Português (cf. 3.3.3.).

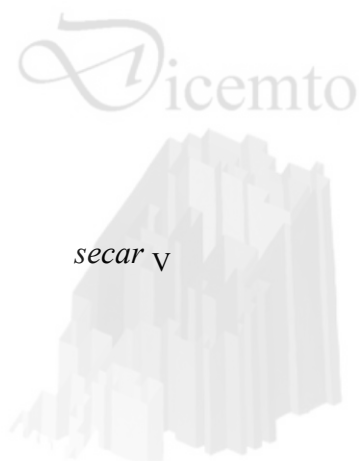
3.3.1. RADICAL, TEMA E PALAVRA

A identificação das formas de base, que constitui o objecto da secção 3.3., assenta num modelo de análise onde **radical**, **tema** e **palavra** são conceitos fundamentais e estritamente definidos. Assim, os **radicais** são aqui definidos como unidades lexicais **pertencentes a uma categoria sintáctica principal** (ie. radical adjectival = RADJ, radical nominal = RN, radical verbal = RV). Note-se que Boer (1982: 60) considera que qualquer forma caracterizável como radical pode ser nominal ou verbal. Os dados do Português mostram que esta afirmação é excessiva. Integrados em palavras simples, alguns radicais ocorrem quer em nomes, quer em verbos (cf. 22a), outros ocorrem apenas em nomes (cf. 22b), e outros apenas em verbos (cf. 22c).

- (22) a. *olh* RAD *olho* N *olhar* V
 b. *mes* RAD *mesa* N
 c. *dorm* RAD *dormir* V

O mesmo se verifica entre adjectivos e nomes (cf. 23), adjectivos e verbos (cf. 24), ou entre adjectivos, nomes e verbos (cf. 25).

- (23) a. *bel* RAD *bela/o* ADJ *belo* N
 b. *feliz* RAD *feliz* ADJ
 c. *caix* RAD *caixa* N
- (24) a. *activ* RAD *activa/o* ADJ *activar* V
 b. *mol* RAD *mole* ADJ
 c. *abr* RAD *abrir* V
- (25) *sec* RAD *seca/o* ADJ *seca* N *secar* V



Consequentemente, os radicais dispõem de informação específica relativamente à categoria sintáctica, que é lexicalmente determinada, de acordo com a **categoria sintáctica das palavras simples em que ocorrem**:

- | | | |
|------|------------------------------|-----------------------|
| (26) | <i>cert</i> R _{ADJ} | cf. <i>certo</i> ADJ |
| | <i>livr</i> R _N | cf. <i>livro</i> N |
| | <i>intruj</i> R _V | cf. <i>intrujar</i> V |

A segunda característica dos radicais é a de que **incluem informação (lexicalmente determinada) sobre a subcategoria morfológica a que pertencem, mas não integram o constituinte morfológico que a realiza**, ou seja, a vogal temática dos verbos e o índice temático⁶⁸ dos adjectivos e nomes. Assim, aos radicais verbais está associado um traço que indica a sua conjugação:

- | | |
|------|--|
| (27) | <i>cant</i> R _V [1 ^a conj] |
| | <i>beb</i> R _V [2 ^a conj] |
| | <i>fug</i> R _V [3 ^a conj] |

Aos radicais adjectivais (cf. 28a) e nominais (cf. 28b) está associado um traço que indica a classe nominal (ou declinação) a que pertencem, e que, em Português, é definida pelo índice temático e pelo valor de género⁶⁹:

- | | | | |
|------|----|------------------------------|------------------------------|
| (28) | a. | Tema em <i>-o</i> | ex. <i>claro, clara</i> |
| | | Tema □, variável | ex. <i>falador, faladora</i> |
| | | Atemático, variável | ex. <i>bom</i> |
| | | Tema em <i>-a</i> , uniforme | ex. <i>careca</i> |
| | | Tema □, uniforme | ex. <i>leve</i> |
| | | Atemático, uniforme | ex. <i>ruim</i> |

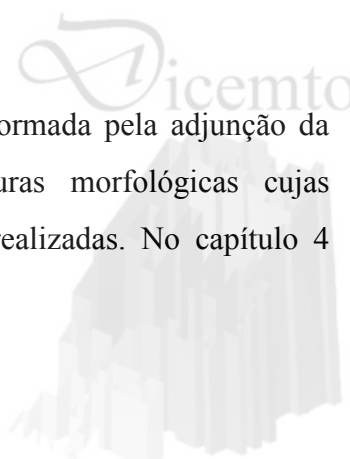


b.	Tema em <i>-a</i> [-fem], variável	ex. <i>poeta</i>
	Tema em <i>-a</i> [+fem], variável	ex. <i>aluna</i>
	Tema em <i>-o</i>	ex. <i>aluno</i>
	Tema □ [-fem], variável	ex. <i>apresentador</i>
	Tema □ [+fem], variável	ex. <i>imperatriz</i>
	Atemático [-fem], variável	ex. <i>avô</i>
	Atemático [+fem], variável	ex. <i>avó</i>
	Tema em <i>-a</i> [-fem], uniforme	ex. <i>monarca, mapa</i>
	Tema em <i>-a</i> [+fem], uniforme	ex. <i>mosca, casa</i>
	Tema em <i>-o</i> [-fem], uniforme	ex. <i>ídolo, livro</i>
	Tema em <i>-o</i> , [+fem], uniforme	ex. <i>tribo</i>
	Tema □ [-fem], uniforme	ex. <i>mar, dente</i>
	Tema □ [+fem], uniforme	ex. <i>gente, paz</i>
	Atemático [-fem], uniforme	ex. <i>pé, tatu</i>
	Atemático [+fem], uniforme	ex. <i>pá</i>

O **tema** é definido como uma estrutura morfológica formada pela adjunção do **constituente temático** (CT) - designação que utilizo para referir conjuntamente a vogal temática e o índice temático - ao radical, do qual herda a categoria sintáctica e a informação morfológica e morfo-sintáctica. Estas estruturas morfológicas podem ser exemplificadas do seguinte modo:

- (29) a. [[*cant*]_{RV[1ªconj]} [*a*]_{VT}]_{TV[1ªconj]}
 [[*beb*]_{RV[2ªconj]} [*e*]_{VT}]_{TV[2ªconj]}
 [[*fug*]_{RV[3ªconj]} [*i*]_{VT}]_{TV[3ªconj]}
- b. [[*nov*]_{RADJ-*o*[-fem]} [*o*]_{IT}]_{TADJ-*o*[-fem]}
 [[*cas*]_{RN-*a*[+fem]} [*a*]_{IT}]_{TN-*a*[+fem]}

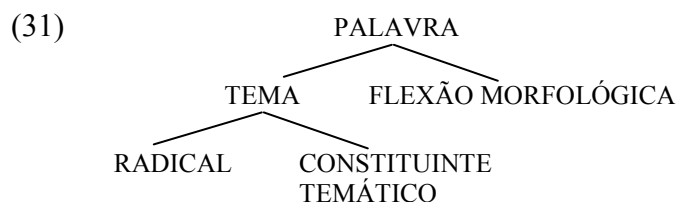
Por último, **palavra** é definida como uma estrutura morfológica formada pela adjunção da flexão morfológica (FM) ao tema. Trata-se, pois, de estruturas morfológicas cujas propriedades morfo-sintáticas estão plenamente especificadas e realizadas. No capítulo 4



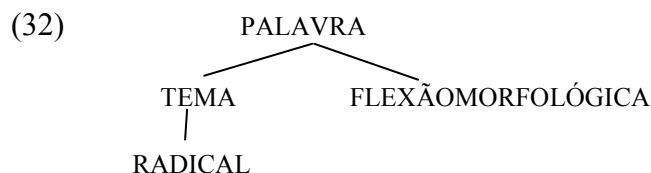
apresentarei uma descrição da flexão morfológica dos adjectivos, nomes e verbos do Português, admitindo que os dois primeiros flexionam em número, e os últimos em tempo-modo-aspecto e pessoa-número, e que a informação transmitida à projecção máxima do radical (a palavra) é apenas aquela que preenche as categorias morfo-sintácticas de cada categoria sintáctica. Em (30) mostro alguns exemplos de palavras formadas a partir dos temas registados em (29).

- (30) a. [[*cant*]_{RV} [*a*]_{VT}]_{TV} [*r*]_{FM}]_{Vinf}
 [[*beb*]_{RV} [*e*]_{VT}]_{TV} [*ssem*]_{FM}]_{Vconj-imperf, 3^aplu}
 [[*fug*]_{RV} [*i*]_{VT}]_{TV} [*ndo*]_{FM}]_{Vgerúndio}
- b. [[*nov*]_{RADJ} [*o*]_{IT}]_{TADJ} []_{FM}]_{ADJ[-plu]}
 [[*cas*]_{RN} [*a*]_{IT}]_{TN} [*s*]_{FM}]_{N[+plu]}

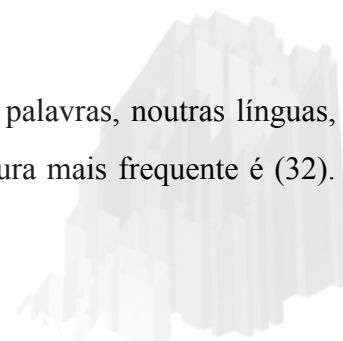
Consequentemente, **radical**, **tema** e **palavra** são os conceitos que preenchem os três vértices da estrutura básica das palavras, que pode ser representada do seguinte modo:



Note-se que a existência de radicais atemáticos faz com que à estrutura (31) se associe uma outra, em que o tema não ramifica:



Se, no Português, a estrutura (31) é a que se adequa à maioria das palavras, noutras línguas, como o Inglês, a situação verificada é a contrária, ou seja, a estrutura mais frequente é (32).



Na subsecção seguinte procurarei demonstrar que **radical**, **tema** e **palavra** são também os possíveis pontos de ancoragem dos processos de sufixação, em Português.

3.3.2. CONDIÇÃO SOBRE A BASE

Como já referi, a análise da estrutura interna das palavras complexas do Português permite constatar que a categoria morfológica do constituinte-base não é constante. As formas referidas em (33) exemplificam estruturas formadas por afixação⁷⁰ a partir de radicais, temas e palavras:

(33) a. **BASE = RADICAL**

<i>cert</i> RADJ		<i>certeza</i>	
<i>livr</i> RN		<i>livreiro</i>	
<i>sabor</i> RN		<i>saboroso</i>	(cf. <i>gostoso</i>)
<i>papel</i> RN		<i>papelinho</i>	(cf. <i>livrinho</i>)
<i>intruj</i> RV		<i>intrujão</i>	

b. **BASE = TEMA**

<i>certo</i> TADJ		<i>certo(s)</i>
<i>livro</i> TN		<i>livro(s)</i>
<i>organiza</i> TV		<i>organizar</i>
<i>organiza</i> TV		<i>organização</i>
<i>adverte</i> TV		<i>advertência</i>
<i>discuti</i> TV		<i>discutível</i>

c. **BASE = PALAVRA**

<i>previsível</i> ADJ		<i>imprevisível</i>
<i>classe</i> N		<i>subclasse</i>
<i>fazer</i> V		<i>desfazer</i>
<i>antiga</i> ADJ		<i>antigamente</i>
<i>papel</i> N		<i>papelzinho</i>
<i>papéis</i> N		<i>papezinhos</i>



Estes exemplos mostram que a **base** pode ser um **radical** em processos de sufixação deadjectival, denominal ou deverbal (cf. 33a); o **tema** é seleccionado pelos processos flexionais (cf. capítulo 4) e por processos de sufixação derivacional deverbal (cf. 33b); e a **palavra** é uma base disponível para os processos de prefixação⁷¹ e para alguns processos de sufixação deadjectival e denominal (cf. 33c).

O radical é a única forma seleccionada pela sufixação derivacional associada a bases adjectivais ou nominais. Note-se que a sufixação derivacional de adjectivos ou nomes de tema □ pode pôr em dúvida que a base seja um radical (cf. *saboroso*). Considerando que o radical deste tipo de formas (cf. *sabor*) é foneticamente idêntico ao tema e à palavra flexionada no singular, é pois necessário identificar a forma de base em função de outras instâncias da aplicação do mesmo processo. No caso de *-oso*, por exemplo, formas como *gorduroso* e *perigoso* demonstram que a base em *saboroso* é, de facto, o radical *sabor* (cf. *gordur*, *perig*), e não o tema *sabor* (cf. *gordura*, *perigo*) ou a palavra *sabor* (cf. *gordura*, *perigo*).

Quanto à sufixação deverbal, ela pode seleccionar radicais (cf. *determinismo*, *respondão*) ou temas (*determinável*, *respondedor*). Note-se que, contrariamente aos que seleccionam temas verbais, alguns dos sufixos que seleccionam radicais podem também associar-se a radicais adjectivais (cf. *formalismo*) ou a radicais nominais (cf. *cubismo*). Estes casos mostram que a categoria sintáctica da base admite alguma variação, mas a categoria morfológica não. Assim, deve concluir-se que **a categoria morfológica da base seleccionada por um dado processo de formação de palavras é constante.**

Com base nesta constatação, é possível distinguir a **sufixação avaliativa**, que selecciona radicais (cf. *livrinho*), da **sufixação Z-avaliativa**, que selecciona palavras (cf. *livrozinho*). Como demonstrarei no capítulo 5, esta diferença relativa à categoria morfológica da base é responsável pelos contrastes formais que afectam estas palavras. Tal como a sufixação Z-avaliativa, a **sufixação em *-mente*** também selecciona palavras, sendo estes os únicos processos de sufixação que, na morfologia do Português, seleccionam palavras.

A descrição que acabo de apresentar permite, pois, estipular uma **Condição sobre a Base** dos processos de formação de palavras. Esta condição assenta numa distinção formal entre radicais, temas e palavras, por um lado, e afixos, por outro. Com efeito, os primeiros são unidades lexicais às quais não está associada qualquer estrutura de subcategorização morfológica, enquanto que aos afixos está obrigatoriamente associado esse tipo de informação, que legitima (ou impede) a sua presença numa dada estrutura. Assim, **os radicais, temas e palavras são caracterizáveis como variáveis lexicais**, enquanto que **os afixos são caracterizáveis como constantes lexicais**. Consequentemente, a **Condição sobre a Base** pode ser formulada do seguinte modo:

(34) **CONDIÇÃO SOBRE A BASE**

Todos os processos de formação de palavras operam sobre bases que são variáveis lexicais.

O número de bases e a sua categoria morfológica são alguns dos factores que permitem distinguir os diversos processos de formação de palavras, como a flexão, a sufixação derivacional, a sufixação avaliativa e Z-avaliativa, e a composição, e que constituem o objecto de estudo dos capítulos 4, 5 e 6. Na secção seguinte apresentarei uma breve caracterização do sistema de conjugações verbais do Português, em função da qual é possível identificar os três tipos de temas verbais envolvidos na derivação deverbal. A identificação da subcategoria morfológica do tema verbal servirá, pois, para mostrar que **a caracterização das formas de base exige o reconhecimento da categoria e subcategoria morfológicas da base**.

3.3.3. SISTEMA DE CONJUGAÇÕES VERBAIS DO PORTUGUÊS

Como é sabido, o Português dispõe de três paradigmas de flexão verbal, que é sensível a essa informação morfológica da base. Estas **conjugações** são habitualmente identificadas pela vogal temática que ocorre no infinitivo:

(35) /a/ 1ª conjugação

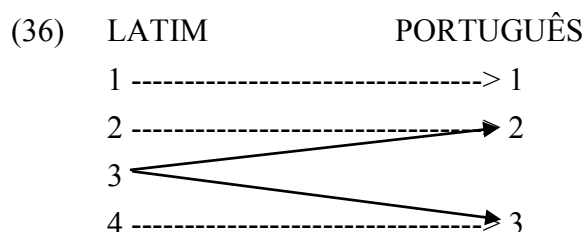
/e/ 2ª conjugação
/i/ 3ª conjugação

Este sistema de conjugações resulta de alterações introduzidas no sistema verbal latino. Com efeito, **a primeira conjugação** absorveu os verbos pertencentes à primeira conjugação latina, nela se integram muitos dos verbos de origem germânica (cf. Nunes 1919, 1975: 277 e Hüber 1933, 1986: 206): *aguardar, albergar, ganhar, guardar, guiar, roubar, tratar*), bem como empréstimos mais recentes (cf. *flipar, printar*) e é a conjugação que permite formar novos verbos (Hüber 1933, 1986: 206 refere *cabo* -> *acabar*, *casa* -> *casar* e *lança* -> *lançar*), nomeadamente através dos sufixos *-ificar* (cf. *planificar*) e *-izar* (cf. *realizar*).

A segunda conjugação do Português engloba a segunda (cf. *ferve^{re}* -> *ferver*, *move^{re}* -> *mover*, *vide^{re}* -> *ver*) e a terceira (cf. *cape^{*re}* -> *caber*, *face^{*re}* -> *fazer*, *perde^{*re}* -> *perder*) conjugações latinas, certamente devido ao desaparecimento do contraste de duração das vogais (e conseqüente mudança do lugar do acento), que neutraliza a distinção entre as respectivas vogais temáticas (*e^{re}* / *e^{*}*). Esta conjugação do Português adopta o modelo de flexão da segunda conjugação latina (cf. Hüber 1933, 1986: 206), e nela se integram os verbos incoativos, nomeadamente os que são formados por sufixação de *-ecer*, que é produtiva em Português⁷² na formação de verbos parassintéticos (cf. *amadurecer*).

A terceira conjugação que, segundo Nunes (1919, 1975: 278), foi produtiva em Português antigo, inclui os verbos que em Latim pertenciam à quarta conjugação (cf. *dormi^{re}* -> *dormir*), mas também, por razões várias (cf. Nunes 1919, 1975: 278-279, Williams 1938, 1961: 166), alguns que pertenciam à terceira (cf. alguns verbos em *-io* na primeira pessoa do presente do indicativo, como *fugio*, *e^{*re}* -> *fugir*, *pario*, *e^{*re}* -> *parir*, *succutio*, *e^{*re}* -> *sacudir*, mas também outros, como *construo*, *e^{*re}* -> *construir*, *fluo*, *e^{*re}* -> *fluir* ou *excludo*, *e^{*re}* -> *excluir*, *succumbo*, *e^{*re}* -> *sucumbir*) e ainda alguns que pertenciam à segunda (cf. *comple^{re}* -> *cumprir*, *luce^{re}* -> *luzir*, *posside^{re}* -> *possuir*, *ride^{re}* -> *rir*).

Esquemáticamente, pode representar-se do seguinte modo o processo de redistribuição dos verbos das quatro conjugações latinas pelas três conjugações portuguesas:



À dispersão dos verbos das segunda e terceira conjugações latinas pelas segunda e terceira conjugações do Português há que juntar o facto de alguns verbos terem mudado de conjugação, quer em Latim vulgar, quer já em Português. Nunes (1919, 1975: 276-277) e Williams (1938, 1961: 166) identificam um conjunto de verbos que, pertencendo em Latim à segunda, terceira e quarta conjugações, se integram, em Português⁷³, na primeira:

(37)

<i>exsuge*re</i>	-> <i>enxugar</i>
<i>fide*re</i>	-> <i>fiar</i>
<i>meie*re</i>	-> <i>mijar</i>
<i>minue*re</i>	-> <i>minguar</i>
<i>mollire</i>	-> <i>molhar</i>
<i>prosterne*re</i>	-> <i>prostrar</i>
<i>torre*re</i>	-> <i>torrar</i>

Por outro lado, Nunes (1919, 1975: 277) afirma que alguns dos verbos, que em Latim pertenciam à terceira conjugação, entram em Português para a segunda, mas transitam posteriormente para a terceira⁷⁴, o que demonstra a instabilidade destas duas conjugações já em Português:

(38)

<i>adduce*re</i>	<i>aduzer</i>	<i>aduzir</i>
<i>cade*re</i>	<i>caer</i>	<i>cair</i>
<i>cinge*re</i>	<i>cinger</i>	<i>cingir</i>
<i>confunde*re</i>	<i>confonder</i>	<i>confundir</i>
<i>corrige*re</i>	<i>correger</i>	<i>corrigir</i>



<i>finge*re</i>	<i>finger</i>	<i> fingir</i>
<i>imprime*re</i>	<i>empremer</i>	<i>imprimir</i>
<i>inquire*re</i>	<i>enquerer</i>	<i>inquirir</i>
<i>sparge*re</i>	<i>esparger</i>	<i>espargir</i>
<i>tinge*re</i>	<i>tinger</i>	<i>tingir</i>
<i>trade*re</i>	<i>traer</i>	<i>trair</i>
<i>unge*re</i>	<i>onger</i>	<i>ungir</i>

Este tipo de mudança é particularmente visível no paradigma derivacional de verbos que contêm um mesmo radical latino, ou seja, verbos morfologicamente relacionados (ou mesmo formas divergentes - cf. *colher*, *coligir*) que estão distribuídos por duas conjugações diferentes:

- (39) a. **-quer-**
adquirir
inquirir
querer
requerer
- b. **-vert-**
advertir
converter
divertir
perverter
reverter
subverter
verter
- c. **-leg-**
colher
coligir
eleger

Nestes casos, verifica-se ainda que a mudança de conjugação pode implicar uma harmonização da vogal do radical, desencadeada pela qualidade da vogal temática (cf. *conf[ô]der* -> *conf[u\$]dir*, *corr[e]ger* -> *corr[i]gir*): o radical *mit*, por exemplo, ocorre em verbos da terceira conjugação (cf. *admitir*, *demitir*) e tem a variante *met* que ocorre em verbos da segunda (cf. *cometer*, *remeter*). Note-se que esta alternância ocorre em Português e em Castelhana, mas não ocorre nas formas correlatas em Latim, Catalão, Francês, Italiano ou Inglês:



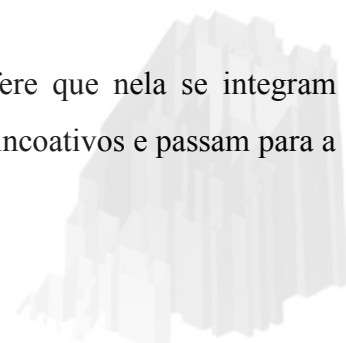
(40)

LATIM	PORTUGUÊS	CASTELHANO	CATALÃO	FRANCÊS	ITALIANO	INGLÊS
<i>mitto, ere</i>	<i>meter</i>	<i>meter</i>	<i>metre</i>	<i>mettre</i>	<i>mettere</i>	
<i>admitto</i>	<i>admitir</i>	<i>admitir</i>	<i>admetre</i>	<i>admettre</i>	<i>ammeterere</i>	<i>admit</i>
<i>committo</i>	<i>cometer</i>	<i>cometer</i>	<i>cometre</i>	<i>commettre</i>	<i>commettere</i>	<i>commit</i>
<i>demitto</i>	<i>demitir</i>	<i>dimitir</i>	<i>demetre</i>	<i>démètre</i>	<i>dimettere</i>	
<i>emitto</i>	<i>emitir</i>	<i>emitir</i>	<i>emetre</i>	<i>émettre</i>	<i>emettere</i>	<i>emit</i>
<i>intermitto</i>	<i>intermitir</i>	<i>intermitir</i>			<i>intermettere</i>	<i>intermit</i>
<i>intromitto</i>	<i>intrometer</i>	<i>entrometer</i>			<i>intromettere</i>	<i>intromit</i>
<i>omitto</i>	<i>omitir</i>	<i>omitir</i>	<i>ometre</i>	<i>omettre</i>	<i>omettere</i>	<i>omit</i>
<i>permitto</i>	<i>permitir</i>	<i>permitir</i>	<i>permetre</i>	<i>permettre</i>	<i>permettere</i>	<i>permit</i>
<i>promitto</i>	<i>prometer</i>	<i>prometer</i>	<i>prometre</i>	<i>promettre</i>	<i>promettere</i>	<i>(promise)</i>
	<i>remitter</i>	<i>remitter</i>	<i>remetre</i>			
<i>submitto</i>	<i>submeter</i>	<i>submeter</i>	<i>sotmetre</i>	<i>soumettre</i>	<i>sottomettere</i>	<i>submit</i>
	<i>transmitir</i>	<i>transmitir</i>	<i>transmetre</i>			

No entanto, a semelhança que se verifica entre o Português e o Castelhanos relativamente à conjugação a que pertencem os verbos que contêm o radical *mit*, ou a sua variante *met*, não impede que, noutros casos haja também divergências entre estas duas línguas, quanto à conjugação a que pertencem verbos cognatos. Este facto pode ser exemplificado pelas seguintes formas verbais:

(41)	Português	Castelhano
	<i>cair</i>	<i>caer</i>
	<i>dizer</i>	<i>decir</i>
	<i>eleger</i>	<i>elegir</i>
	<i>morrer</i>	<i>morir</i>
	<i>sofrer</i>	<i>sufrir</i>
	<i>viver</i>	<i>vivir</i>

Quanto à terceira conjugação, Nunes (1919, 1975: 279, 384) refere que nela se integram verbos de origem germânica ou latina, que em Português se tornam incoativos e passam para a



segunda conjugação (cf. *aborrir* -> *aborrecer*, *escarnir* -> *escarnecer*, *guarnir* -> *guarnecer*, *podrir* -> *apodrecer*), ou subsistem nas duas conjugações (cf. *falir* / *falecer*), ou deixam vestígios na terceira (cf. *apodrecer* / *podridão*). Note-se ainda que Hüber (1933, 1986: 207) refere alguns verbos pertencentes à segunda (cf. *arde**re) ou à terceira (cf. *dice**re, *requaere**re) conjugações latinas que entram para a terceira conjugação portuguesa (cf. *ardir*, *dezir*, *requerir*), mas passam posteriormente para a segunda (cf. *arder*, *dizer*, *requerer*).

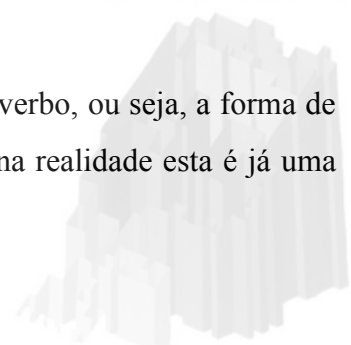
Como se pode verificar, a mudança de conjugação afectou particularmente as segunda e terceira conjugações, quer na passagem do Latim ao Português, quer durante a evolução desta última língua. Por outro lado, pode observar-se que na actual sincronia do Português a realização da flexão verbal demonstra que **a tripartição pelas várias conjugações é substituída por uma dicotomia entre a primeira, por um lado, e as duas restantes, por outro:**

(42)	<i>domina</i>	vs	<i>responde</i>	<i>transfere</i>
	<i>dominei</i>	vs	<i>respondi</i>	<i>transferi</i>
	<i>dominava</i>	vs	<i>respondia</i>	<i>transferia</i>
	<i>domine</i>	vs	<i>responda</i>	<i>transfira</i>
	<i>dominado</i>	vs	<i>respondido</i>	<i>transferido</i>

Em suma, no actual sistema de conjugações verbais do Português é possível identificar três classes morfológicas, mas, considerando que os neologismos se integram quase exclusivamente na primeira conjugação, **as segunda e terceira conjugações podem ser interpretadas como um resíduo de contrastes morfológicos desaparecidos**. Assim, não é surpreendente que **a distinção entre estas duas conjugações tenda também a ser neutralizada**.

3.3.4. TEMAS VERBAIS

Em Português, a forma que identifica o paradigma flexional de um verbo, ou seja, a forma de citação, é a do infinitivo impessoal (exs. *falar*, *bater*, *partir*), mas na realidade esta é já uma



forma flexionada. Do ponto de vista da flexão verbal, **a forma básica é o tema verbal**, constituído por um radical, simples (cf. 43a) ou complexo (cf. 43b), e por uma vogal temática (VT):

- (43) a. [[*fal*]_{RV} [*a*]_{VT}]_{TV}
 [[*bat*]_{RV} [*e*]_{VT}]_{TV}
 [[*part*]_{RV} [*i*]_{VT}]_{TV}
- b. [[[*concret*] [*iz*]]_{RV} [*a*]_{VT}]_{TV}
 [[[*en*] [*velh*] [*ec*]]_{RV} [*e*]_{VT}]_{TV}
 [[[*re*] [*produz*]]_{RV} [*i*]_{VT}]_{TV}

O tema verbal é, pois, a forma seleccionada pelos processos de flexão (cf. capítulo 4). Mas, como já referi, esta é também a forma seleccionada por diversos sufixos de derivação deverbal. A realização da vogal temática permite, no entanto, constatar que **nem todos os sufixos seleccionam o mesmo tema verbal**. Nos temas verbais pertencentes à primeira conjugação, a vogal temática é sempre /a/, mas, nos da segunda e terceira conjugações, há variação:

- (44) a. *dominar* [[[*domin*]_{RV} [*a*]_{VT}]_{TV} [*dor*]_[+N]]_[+N]
 responder [[[*respond*]_{RV} [*e*]_{VT}]_{TV} [*dor*]_[+N]]_[+N]
 transferir [[[*transfer*]_{RV} [*i*]_{VT}]_{TV} [*dor*]_[+N]]_[+N]
- b. *dominado* [[[*domin*]_{RV} [*á*]_{VT}]_{TV} [*vel*]_{ADJ}]_{ADJ}
 respondido [[[*respond*]_{RV} [*i*]_{VT}]_{TV} [*vel*]_{ADJ}]_{ADJ}
 transferido [[[*transfer*]_{RV} [*i*]_{VT}]_{TV} [*vel*]_{ADJ}]_{ADJ}
- c. *domina* [[[*domin*]_{RV} [*á*]_{VT}]_{TV} [*ncia*]_N]_N
 corresponde [[[*correspond*]_{RV} [*ê*]_{VT}]_{TV} [*ncia*]_N]_N
 transfere [[[*transfer*]_{RV} [*ê*]_{VT}]_{TV} [*ncia*]_N]_N

Com efeito, a vogal temática que ocorre nas formas seleccionadas, por exemplo, pelo sufixo *-dor* é também a que é exibida pelos temas verbais das formas do infinitivo (cf. 44a). Pode, assim, afirmar-se que o sufixo *-dor* selecciona o **tema verbal do infinitivo**. Tal como o sufixo *-dor*, há outros sufixos (eg. *-dela*, *-deira*, *-diço*, *-dio*, *-dura*, *-nte*) que seleccionam o tema do infinitivo (cf. 45). À excepção de *-nte*, é provável que todos os sufixos referidos em (45) sejam provenientes de sufixos latinos que seleccionavam o tema do participio passado, pelo que a consoante inicial do sufixo fazia parte da base. Em Português, a consoante integra o sufixo, que não se associa ao tema do participio passado, como se pode constatar pela realização fonética dos derivados de verbos da segunda conjugação (cf. *batido* vs *batedeira* / **batideira*).

- (45) a. *espia* *dela*
 torra *deira*
 resvala *diço*
 escorrega *dio*
 belisca *dura*
 domina *nte*
- b. *morde* *dela*
 bate *deira*
 move *diço*
 corre *dio*
 coze *dura*
 corresponde *nte*
- c. *cuspi* *dela*
 frigi *deira*
 sumi *diço*
 fugi *dio*
 poli *dura*
 pedi *nte*

Quanto às formas de base seleccionadas pelo sufixo *-vel* (cf. 44b) e pelo sufixo *-ncia* (cf. 44c), os derivados de verbos das segunda e terceira conjugações, respectivamente, mostram que esses temas verbais não são os que ocorrem no infinitivo (cf. *responder* vs *respondível*; *transferir* vs *transferência*). Pode igualmente constatar-se que os temas verbais seleccionados

por estes sufixos exibem uma **neutralização da vogal temática nas segunda e terceira conjugações** (cf. *respondível, transferível; correspondência, transferência*). A caracterização do sistema de conjugações verbais, que apresentei na subsecção anterior, permite admitir que esta neutralização não seja resultante de um fenómeno 'ad hoc' específico do processo de derivação deverbal, mas sim uma **consequência da neutralização, diacronicamente motivada, que caracteriza o sistema verbal do Português**.

A neutralização da vogal temática nos temas verbais das segunda e terceira conjugações seleccionados pelo sufixo *-vel* é idêntica à que afecta as formas do participio passado⁷⁵. Pode, pois, afirmar-se que o sufixo *-vel* selecciona o **tema verbal do passado**:

(46)		INFINITIVO PARTICÍPIO PASSADO		Xvel
	<u>1ª C</u>	<i>dominar</i>	<i>dominado</i>	<i>dominável</i>
	<u>2ª C</u>	<i>responder</i>	<i>respondido</i>	<i>respondível</i>
	<u>3ª C</u>	<i>transferir</i>	<i>transferido</i>	<i>transferível</i>

Tal como *-vel*, há outros sufixos que seleccionam o tema do passado (cf. *-ção, -mento*). Note-se que aqui se incluem formas onde ocorrem os sufixos *-da* e *-do*. É possível que estas formas sejam geradas por conversão a partir do participio passado e não palavras derivadas por sufixação, mas essa não é uma questão relevante para o presente trabalho.

(47)	<i>educa</i>	<i>ção</i>	<i>perdi</i>	<i>ção</i>	<i>demoli</i>	<i>ção</i>
	<i>chega</i>	<i>da</i>	<i>bebi</i>	<i>da</i>	<i>fugi</i>	<i>da</i>
	<i>atesta</i>	<i>do</i>	<i>protegi</i>	<i>do</i>	<i>desmenti</i>	<i>do</i>
	<i>aperfeiçoa</i>	<i>mento</i>	<i>adormeci</i>	<i>mento</i>	<i>descobri</i>	<i>mento</i>

É interessante notar que o sufixo *-dela*, que selecciona o tema do infinitivo, como acima referi (cf. *espiadela, varredela, cuspidela*), é registado no DPE em palavras como *lambidela* e *cosidela*, ou seja, como derivados do tema do passado. A primeira é dada como sinónima de

lambedela, mas a forma *cosedela* não é registada. Em contrapartida, apesar das palavras *batedela*, *comedela*, *mordedela*, *torcedela* e *varredela* serem as únicas registadas no referido dicionário, é provável que os falantes aceitem as formas *batidela*, *comidela*, *mordidela*, *torcidela* e *varridela*, ou, pelo menos, algumas delas. Admito que tal facto possa significar que está em curso uma alteração na selecção da forma de base do sufixo *-dela*: do tema do infinitivo para o tema do passado.

Quanto à neutralização da vogal temática nos temas verbais das segunda e terceira conjugações seleccionados pelo sufixo *-ncia*, exemplificada em (44c), sabe-se que ela é historicamente motivada. A formação do participio presente latino faz preceder o sufixo *-nt* da vogal *-e-*, nas segunda, terceira e quarta conjugações, associando essa sequência ao radical verbal (cf. Williams 1938, 1961: 191). O que o Português faz é reinterpretar essa vogal como vogal temática. Por outro lado, a redistribuição dos verbos das segunda, terceira e quarta conjugações latinas pelas segunda e terceira conjugações portuguesas pode ter contribuído para consolidar esta neutralização da vogal temática, privilegiando [e]. Em (48) podem observar-se exemplos dessa redistribuição em formas derivadas por sufixação em *-nte* e *-nça/-ncia*:



(48)		PORTUGUÊS			
		2ª conjugação		3ª conjugação	
L A T I M	2ª conjugação	<i>ardente</i> <i>continente</i> <i>correspondente</i> <i>dependente</i> <i>equivalente</i> <i>subjacente</i>	<i>ardência</i> <i>continência</i> <i>correspondência</i> <i>dependência</i> <i>equivalência</i> <i>subjacência</i>	<i>aderente</i> <i>dissidente</i> <i>presidente</i>	<i>aderência</i> <i>dissidência</i> <i>presidência</i>
	3ª conjugação	<i>ascendente</i> <i>combatente</i> <i>componente</i> <i>convalescente</i> <i>corrente</i> <i>crescente</i> <i>pretendente</i> <i>remetente</i> <i>sobrevivente</i>	<i>ascendência</i> <i>convalescença</i> <i>sobrevivência</i>	<i>agente</i> <i>arguente</i> <i>atraente</i> <i>decadente</i> <i>diluyente</i> <i>dirigente</i> <i>emergente</i> <i>exigente</i> <i>fluente</i> <i>gerente</i> <i>incidente</i> <i>parente</i> <i>producente</i> <i>repetente</i> <i>residente</i> <i>subsistente</i> <i>transigente</i>	<i>agência</i> <i>decadência</i> <i>emergência</i> <i>exigência</i> <i>fluência</i> <i>gerência</i> <i>incidência</i> <i>residência</i> <i>subsistência</i> <i>transigência</i>
	4ª conjugação			<i>dormente</i> <i>servente</i>	<i>dormência</i> <i>servência</i>

Note-se que as formas registadas em (49) não devem ser consideradas na análise dos sufixos *-nte* e *-nçal/-ncia*. Com efeito, estas formas são empréstimos latinos e não formas derivadas em Português (veja-se a forma fonética dessas palavras relativamente a outras morfologicamente relacionadas - *recipiente* vs *receber*). Os seus étimos latinos exemplificam a associação da sequência *+e+nt+(ia)* ao tema verbal e não ao radical, como nos casos anteriores, pelo que essa situação deve ser considerada no quadro da morfologia do Latim e não do Português.



(49)		PORTUGUÊS			
		2ª conjugação		3ª conjugação	
L A T I M	3ª conjugação	<i>deficiente</i> <i>recipiente</i>	<i>deficiência</i>		
	4ª conjugação			<i>conveniente</i> <i>expediente</i> <i>interveniente</i> <i>nutriente</i> <i>proveniente</i> <i>saliente</i> <i>sapiente</i> <i>subserviente</i>	<i>audiência</i> <i>conveniência</i> <i>interveniência</i> <i>proveniência</i> <i>saliência</i> <i>sapiência</i> <i>subserviência</i>

Verifica-se, assim, que, no Português, o tema verbal seleccionado pelo sufixo *-ncia* exhibe o mesmo tipo de neutralização do que aquele que afecta as formas do presente do indicativo⁷⁶. Pode, pois, convencionar-se que este sufixo selecciona o **tema verbal do presente**:

(50)	INFINITIVO PRESENTE		<i>Xncia</i>
<u>1ª C</u>	<i>dominar</i>	<i>domina</i>	<i>dominância</i>
<u>2ª C</u>	<i>corresponder</i>	<i>corresponde</i>	<i>correspondência</i>
<u>3ª C</u>	<i>transferir</i>	<i>transfere</i>	<i>transferência</i>

Deve, entretanto, notar-se que a neutralização da vogal temática afecta a totalidade das palavras em *-nça* ou *-ncia*, mas que algumas palavras em *-nte* exibem a vogal temática da terceira conjugação inalterada:

- (51) 2ª C (LATIM) -> 3ª C (PORTUGUÊS)
possuinte
- 3ª C (LATIM) -> 3ª C (PORTUGUÊS)
constituinte, contribuinte, pedinte, substituinte
- 4ª C (LATIM) -> 3ª C (PORTUGUÊS)
ouvinte, subinte



Pode, então, concluir-se que estas são as únicas formas em *-nte* derivadas de verbos da terceira conjugação, formadas em Português, e que, como já referi, são derivadas de temas verbais do infinitivo. As restantes são empréstimos latinos, quer do léxico dessa língua, quer de uma pseudo-formação latina⁷⁷. Esta dupla possibilidade permite explicar a coexistência das seguintes formas:

(52)	<i>audiente / ouvinte</i>	<i>audiência</i>
	<i>(in)confidente / (des)confiante</i>	<i>(in)confidência / (des)confiança</i>
	<i>(con)sequente / (con)seguinte</i>	<i>(con)sequência / cf. seguimento</i>
	<i>dormente / dorminte</i>	<i>dormência</i>
	<i>fugiente / fugente / fuginte</i>	
	<i>obstruente / obstruinte</i>	
	<i>servente / subserviente</i>	<i>servência / subserviência</i>

O tema verbal do presente é ainda seleccionada pelo sufixo *-ndo*:

(53)	a.	<i>educa</i>	<i>ndo</i>
	b.	<i>elege</i>	<i>ndo</i>
	c.	<i>divide</i>	<i>ndo</i>

Em suma, **na sufixação deverbal é necessário identificar a subcategoria morfológica do tema verbal derivante, dado que nem todos os sufixos seleccionam a mesma forma.**

3.3.5. RESUMO

Em 3.3. procurei demonstrar que a caracterização da forma de base dos processos de formação de palavras deve identificar a sua categoria morfológica. Assim, referi sufixos que se associam a radicais (cf. *cert* ADJ -> *certeza* N), outros que seleccionam temas (cf. *organiza*TV -> *organização* N), e outros ainda que se associam a palavras (cf. *papéis* N -> *papeizinhos* N). Por outro lado, defendi que a sufixação deverbal determina não só a categoria morfológica da base

(distinguindo os sufixos que seleccionam radicais (cf. 54a) dos que se associam a temas), mas também a subcategoria morfológica, quando a base é um tema. Nesse sentido, distingi o tema do infinitivo (cf. 54b) do tema do passado (cf. 54c) e do tema do presente (cf. 54d).

(54) a.	1 ^a C	[<i>espi</i>] _{RV}	<i>ar</i>		<i>espi</i>	<i>ão</i>	
	2 ^a C	[<i>respond</i>] _{RV}	<i>er</i>		<i>respond</i>	<i>ão</i>	
	3 ^a C	[<i>fug</i>] _{RV}	<i>ir</i>		<i>fuj</i>	<i>ão</i>	
b.	1 ^a C	[<i>educ</i>	<i>a</i>	<i>r</i>] _{Vinf}	<i>educ</i>	<i>a</i>	<i>dor</i>
		[<i>espi</i>	<i>a</i>	<i>r</i>] _{Vinf}	<i>espi</i>	<i>a</i>	<i>dela</i>
	2 ^a C	[<i>respond</i>	<i>e</i>	<i>r</i>] _{Vinf}	<i>respond</i>	<i>e</i>	<i>dor</i>
	3 ^a C	[<i>transfer</i>	<i>i</i>	<i>r</i>] _{Vinf}	<i>transfer</i>	<i>i</i>	<i>dor</i>
		[<i>fug</i>	<i>i</i>	<i>r</i>] _{Vinf}	<i>fug</i>	<i>i</i>	<i>dio</i>
	c.	1 ^a C	[<i>educ</i>	<i>a</i>	<i>do</i>] _{VPP}	<i>educ</i>	<i>a</i>
[<i>espi</i>			<i>a</i>	<i>do</i>] _{VPP}	<i>espi</i>	<i>á</i>	<i>vel</i>
2 ^a C		[<i>respond</i>	<i>i</i>	<i>do</i>] _{VPP}	<i>respond</i>	<i>í</i>	<i>vel</i>
3 ^a C		[<i>transfer</i>	<i>i</i>	<i>do</i>] _{VPP}	<i>transfer</i>	<i>í</i>	<i>vel</i>
		[<i>fug</i>	<i>i</i>	<i>do</i>] _{VPP}	<i>fug</i>	<i>i</i>	<i>da</i>
d.		1 ^a C	[<i>educ</i>	<i>a</i>] _{Vind-pres,3^asing}		<i>educ</i>	<i>a</i>
	2 ^a C	[<i>correspond</i>	<i>e</i>] _{Vind-pres,3^asing}		<i>correspond</i>	<i>ê</i>	<i>ncia</i>
	3 ^a C	[<i>transfer</i>	<i>e</i>] _{Vind-pres,3^asing}		<i>transfer</i>	<i>ê</i>	<i>ncia</i>

Pode, assim, concluir-se que a adequada identificação da categoria morfológica das formas de base seleccionadas pelos processos morfológicos do Português comprova a plausibilidade da reformulação da Hipótese de Base que propus em 3.3.2., e permitirá demonstrar, na secção seguinte, que as regras de truncamento são descritivamente dispensáveis e teoricamente injustificadas.

3.4. REGRAS DE TRUNCAMENTO

Nesta secção discutirei as regras de truncamento propostas por Aronoff (1976) para viabilizar a Hipótese de Base-Palavra. Com efeito, a realização fonética de formas como *incisive* ou *nominee*, em Inglês, não indicia que sejam derivadas de palavras existentes. Por esta razão, Aronoff (1976) sugere que as formas de base são, respectivamente, *incision* e *nominate*, sendo os derivados obtidos por sufixação e posterior intervenção de uma regra de reajustamento que suprime o morfema que precede o sufixo:

$$(55) \quad \begin{array}{ccccccc} [[\text{root} + \text{A}]_X + \text{B}]_Y & & & & & & \\ 1 \quad 2 \quad 3 & \rightarrow & 1 & \emptyset & 3 & & \end{array}$$

X e Y são categorias lexicais principais

Segundo Aronoff (1976: 88, 94), estas regras de reajustamento, a que dá o nome de **regras de truncamento**, só são aplicadas depois de todas as regras de formação de palavras, mas são regras morfológicas e não fonológicas. Nas subsecções seguintes apresento três diferentes conjuntos de dados do Português semelhantes aos que Aronoff (1976) utiliza para justificar a postulação da existência deste tipo de regras. O primeiro diz respeito ao truncamento de **constituintes temáticos** (3.4.1.), o segundo envolve **sufixos derivacionais** (3.4.2.), e o terceiro trata de fenómenos de **haplologia** (3.4.3.). Procurarei demonstrar que **as regras de truncamento são um instrumento 'ad hoc' motivado apenas pela Hipótese de Base-Palavra**⁷⁸, e que a Condição sobre a Base, que apresentei em (34) permite dispensar essas regras, excepto nos casos em que a supressão de uma dada sequência não é condicionada morfológicamente mas sim por razões de ordem morfo-fonológica.

3.4.1. TRUNCAMENTO DE CONSTITUINTES TEMÁTICOS

Segundo Aronoff (1976: 88-89), a postulação da **regra de truncamento** referida em (55) resolve satisfatoriamente a questão que a formação de nomes como *nominee* coloca à Hipótese de Base-Palavra, dado que a base (*nominate*) contém um morfema (*-ate*) que está ausente na

forma derivada (cf. 56b). Por outro lado, o autor refere que a ocorrência de uma forma como *dedicatee*, e não **dedicee* (cf. 46c), é justificada por razões de ordem fonológica, visto que a consoante final do radical - [k] - sofreria um processo de abrandamento responsável pela realização fonética da sequência como [dedisi:] e não [dediki:].

- (56) a. *present* *presentee*
 employ *employee*
 pay *payee*
- b. *nominate* *nominee* cf. **nominatee*
 evacuate *evacuee* cf. **evacuatee*
- c. *dedicate* *dedicatee*

Na opinião deste autor (cf. Aronoff 1976: 90-91), a regra de truncamento do morfema *-ate* intervém na formação de nomes em *-ee* (cf. 56b), em *-able* (cf. 57a) e *-ant* (cf. 57b). A formação de nomes em *-ant* exige, ainda, uma segunda regra de truncamento (supressão do morfema *-ize*) para dar conta de formas como *deodorant*, derivada do verbo *deodorize*:

- (57) a. *relegate* *relegable* cf. **relegatable*
 penetrate *penetrable* cf. **penetratable*
 consecrate *consecrable* cf. **consecratable*
- b. *lubricate* *lubricant* cf. **lubricatant*
 negociate *negociant* cf. **negociatant*

Há, no entanto, exceções que Aronoff (1976) assinala (cf. 58), considerando que elas são justificadas pela impossibilidade de existência de radicais assilábicos (cf. *in+fl+ate* e *di+l+ate*), e que conseqüentemente incorporam o morfema *-ate*.

- (58) *inflate* *inflatable* *inflatant* *inflation*
 dilate *dilatable* *dilatant* *dilatation*



Porém, se se compararem as formas *negociate* (cf. 57b) e *dilate* (cf. 58) com as formas equivalentes em Português (*negociar* e *dilatar*), ou com os étimos latinos (*negotiari*, *dilatari*) pode verificar-se que a sequência *-ate* que ocorre nas duas formas em Inglês não é a mesma: no caso de *negociate*, *-ate* é um morfema (esta forma é provavelmente um derivado do participio *negotiat-*), no caso de *dilate* corresponde à sequência final do radical, e não a um morfema incorporado no radical por razões fonológicas. A explicação apresentada por Aronoff (1976) é, pois, inaceitável.

A natureza do morfema *-ate* não é uma questão de que Aronoff (1976) se tenha ocupado, mas tudo leva a crer que se trate de um vestígio de um sufixo de classe, ou, por outras palavras, de um constituinte temático (reanálise da vogal temática e da consoante que forma o radical do participio latino) que ocorre em algumas palavras de origem latina, como a vogal temática nos verbos do Português. Aceitando esta hipótese, pode admitir-se que a sufixação em *-ee*, *-ant* e *-able* selecciona o radical do verbo e não o tema verbal, e que as regras de truncamento não são, pelo menos nestes casos, necessárias nem adequadas. A Condição sobre a Base, pelo contrário, admite que a base não seja uma palavra, mas sim um radical. Note-se que em (56a) a forma de base é o radical, e o radical tem uma forma igual à do tema e à da palavra. Em (56b) a forma de base também é o radical, mas esta forma é diferente da forma do tema e da forma da palavra. Em (56c) a forma de base é a palavra, cuja forma não é igual à do radical.

A inadequação das propostas de Aronoff (1976) é ainda mais evidente em línguas, como o Português, que dispõem de constituintes temáticos nominais e verbais, e que, associados ao radical, formam o tema. Na presente subsecção procurarei demonstrar que alguns dos casos a que Aronoff (1976) recorre para justificar a existência das regras de truncamento são, na verdade, casos em que a base é um radical: formas como *apertão*, *barcaça*, *gritaria* e *incendiário* exemplificam-no para o Português (cf. 3.4.1.1.), enquanto que formas como *mordacity*, *precocity* e *variety* o ilustram para o Inglês (cf. 3.4.1.2.).

3.4.1.1. ÍNDICE TEMÁTICO EM PORTUGUÊS

É curioso notar que a Hipótese de Base-Palavra e as regras de truncamento são, de algum modo, preconizadas por Said Ali (1931, 1964: 229)⁷⁹: «a derivação [...] toma palavras existentes e lhes acrescenta certos elementos formativos com que adquirem sentido novo, referido contudo ao significado da palavra primitiva. Postos estes elementos no fim do vocábulo derivante (geralmente com a supressão prévia da terminação deste) chamam-se sufixos, e o processo de formação toma o nome particular de derivação sufixal». Pode assim admitir-se que uma regra de truncamento intervém sistematicamente na formação de palavras por sufixação, em Português.

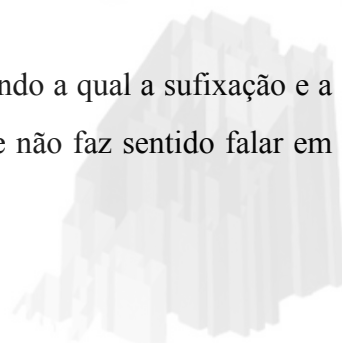
- (59) a. *carimbo* *carimb(o)ar*
 fumo *fum(o)aça*
- b. *aranha* *aranh(a)iço*
 casa *cas(a)ebre*
 gota *got(a)ejar*
 Madeira *madeir(a)ense*
 tarefa *taref(a)eiro*
 terra *terr(a)estre*
- c. *ácido/a* *acid(o/a)ez*
 duro/a *dur(o/a)eza*
 esquisito/a *esquisit(o/a)ice*
 fraterno/a *fratern(o/a)al*
- e. *ferrugem* *ferrug(em)ento*
 hebreu *hebr(eu)aico*
 trovão *trov(ão)isco*

De acordo com esta hipótese, a sufixação desencadeia a supressão do último constituinte, ou seja, nos casos referidos, dos índices temáticos *-o*, *-a*, \emptyset , e ainda *-em*, *-eu*, *-ão*. A estes casos, em que hipoteticamente intervém uma regra de truncamento, opõem-se os casos de sufixação por simples justaposição, sempre que o índice temático das palavras não tem realização

fonética (cf. 60a e 60b), ou quando se trata de palavras atemáticas (cf. 60c), que no léxico do Português, contrariamente ao que se verifica em Inglês, não constituem os casos mais numerosos:

- (60) a. *decadente* *decadent(e)ismo*
gente *gent(e)alha*
monte *mont(e)ículo*
rebelderebeld(e)ia
saliente *salient(e)ar*
valente *valent(e)ão*
- b. *crystal* *crystalino*
favor *favorecer*
flor *florzita*
hotel *hoteleiro*
jornal *jornaleco*
lugar *lugarejo*
mel *melaço*
papel *papelaria*
pastor *pastorícia*
punhal *punhalada*
solar *solarengo*
vital *vitalício*
- c. *café* *cafeteira*
homem *homenzarrão*
jardim *jardinagem*
mau *mauzito*
pé *pedal*
pó *poeira*
ruim *ruindade*

À hipótese de truncamento pode, pois, contrapor-se uma outra, segundo a qual a sufixação e a integração dos radicais em classes são processos paralelos, pelo que não faz sentido falar em



supressão do constituinte temático da forma derivante. Esta hipótese é reforçada por palavras derivadas cuja forma de base, a ser uma palavra existente, é impossível de determinar (cf. 59c e 61). Pelo contrário, se se admitir que a base é um radical, a questão não se coloca:

(61)	<i>barcaça</i>	<- <i>barca</i> N[+fem] / <i>barco</i> N[-fem]	cf. <i>barc</i> RN
	<i>chinelada</i>	<- <i>chinela</i> N[+fem] / <i>chinel</i> N[-fem]	cf. <i>chinel</i> RN
	<i>jarrão</i>	<- <i>jarra</i> N[+fem] / <i>jarro</i> N[-fem]	cf. <i>jarr</i> RN

Note-se que Scalise (1983: 75-76, 288, 293), relativamente aos dados do Italiano, considera que a vogal átona que ocorre em posição final, em palavras como *Roma*, *fama*, *Petrarca* ou *spazza*, está presente nas formas derivantes de *romano*, *famoso*, *petrarchista* e *spazzino*, mas que não é suprimida por uma regra de truncamento, dado que o processo não opera apenas na presença de um sufixo específico. Esta vogal é suprimida por uma regra de reajustamento, a que dá o nome de Cancelamento da Vogal, quando é átona e precede um sufixo que começa por vogal (cf. *fama* -> *famoso*, *morale* -> *moralità* vs. *veloce* -> *velocemente*, *addestra* -> *addestramento*), quer se trate de um sufixo derivacional, como nos exemplos anteriores, quer se trate de um sufixo flexional (cf. *mano* -> *mani*). Quando a vogal que precede o sufixo é tónica, ela é mantida (cf. *virtù* -> *virtuoso*).

Não adopto a solução proposta por Scalise (1983) porque considero que a determinação da forma de base é uma questão morfológica e não um processo fonológico morfológicamente condicionado. Na verdade, o que está em causa é uma restrição sobre a categoria morfológica da base (radical) e não restrições fonológicas sobre a tonicidade da vogal (note-se que, em Português, quando a vogal é tónica não é um índice temático - cf. *café*) e sobre a qualidade do primeiro segmento do sufixo.

No entanto, independentemente da discussão sobre a solução encontrada por Scalise (1983), importa aqui salientar a distinção que o autor estabelece entre truncamento e cancelamento da vogal, alegando que o número de regras implicado no processo de cancelamento da vogal temática impede que seja tratado como um fenómeno de truncamento, que, tal como definido por Aronoff (1976), faz apelo a sufixos específicos.

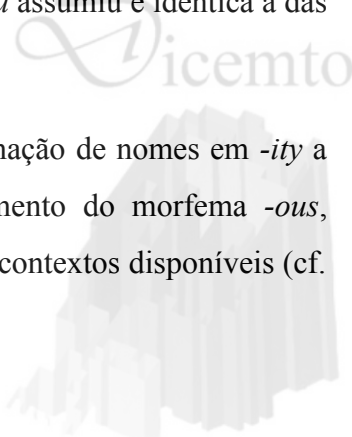
3.4.1.2. CONSTITUINTE TEMÁTICO EM INGLÊS

Pode, agora, considerar-se que também em Inglês há um conjunto de palavras que exibem o que pode ser interpretado como um constituinte temático, de natureza residual, dado que ocorre em palavras de origem latina, ou introduzidas na língua através do Latim. Estão nestas condições os sufixos *-ate* e *-ize*, já anteriormente mencionados, e ainda o sufixo *-ous*, que Aronoff (1976) refere a propósito da discussão sobre produtividade e bloqueio, associados ao sufixo *-ity*.

Com efeito, Aronoff (1976: 37) considera que, em Inglês, todas as palavras cuja sequência final é *-ous* formam um grupo homogêneo que constitui uma subclasse de adjetivos (cf. *curious* 'curioso', *impetuous* 'impetuoso', *monstruous* 'monstruoso', *nebulous* 'nebuloso'). Note-se que estes exemplos são provenientes de adjetivos latinos que contêm o sufixo *-osu* (cf. *curiosu*, *impetuosu*, *monstruosu*, *nebulosu*), mas o conjunto referido por Aronoff (1976) também inclui formas em que a sequência final *ous* não corresponde ao sufixo *-ous*.

O confronto de algumas dessas palavras com os seus equivalentes em Português (cf. *homophonous* 'homófono', *monotonous* 'monótono', *synonymous* 'sinónimo', *tenacious* 'tenaz', *various* 'vário'), ou com os seus étimos, gregos nos três primeiros casos (cf. *homophonos*, *monotonos*, *synonymos*), e latinos nos dois últimos (cf. *tenace*, *variu*), mostra que, contrariamente aos primeiros exemplos referidos, estas palavras não incluem o sufixo *-ous* (*-oso* em Português, ou *-osu* em Latim). Pode, assim, concluir-se que o conjunto de formas em *-ous* referido por Aronoff (1976) inclui dois tipos distintos, ainda que a diferença não seja visível, dado que, em Inglês, a forma fonética que o sufixo latino *-osu* assumiu é idêntica à das sequências finais das restantes palavras.

Ignorando esta distinção, Aronoff (1976: 40) considera que, na formação de nomes em *-ity* a partir de bases adjectivais *Xous*, intervém uma regra de truncamento do morfema *-ous*, lexicalmente condicionada. Assim, esta regra não opera em todos os contextos disponíveis (cf.



62b), sendo a sua intervenção determinada por uma propriedade idiossincrática e imprevisível de cada palavra (cf. 62a):

(62)	a.	<i>mordacious</i>	<i>*mordaciousity</i>	<i>mordacity</i>
		<i>precocious</i>	<i>*precociousity</i>	<i>precocity</i>
		<i>various</i>	<i>*variosity</i>	<i>variety</i>
	b.	<i>curious</i>	<i>curiosity</i>	<i>*curiety</i>
		<i>fabulous</i>	<i>fabulosity</i>	<i>*fabulity</i>
		<i>specious</i>	<i>speciosity</i>	<i>*specity</i>

A comparação destas formas com as formas equivalentes do Português permite, no entanto, constatar que os nomes em *-ity* referidos em (62a) não são objecto de qualquer regra de truncamento do sufixo *-ous*, porque as suas formas de base, contrariamente às formas exemplificadas em (62b), não integram esse sufixo:

(63)	a.	<i>mordaz</i>	<i>mordacidade</i>
		<i>precoce</i>	<i>precocidade</i>
		<i>vário</i>	<i>variedade</i>
	b.	<i>curioso</i>	<i>curiosidade</i>
		<i>fabuloso</i>	-----
		<i>especioso</i>	<i>especiosidade</i>

Note-se que em Português é possível detectar a coexistência de palavras de significação muito próxima, mas cuja estrutura morfológica é diferente: *audaz* e *audacioso* são formas em que ocorrem os sufixos *-az* e *-oso*. No primeiro caso, a base é um radical verbal inexistente em Português (cf. **aud*), enquanto que no segundo, a base é o radical de um nome atestado (cf. *audácia*). Este fenómeno de duplicação ocorria já na morfologia do Latim (cf. *audax*, *audaciosu*), o que, de algum modo, pode estar na origem da neutralização fonológica dos dois sufixos, em Inglês (cf. *mordaz* / *mordacious* vs *gracioso* / *gracious*).

Por outro lado, Aronoff (1976: 37, 40) defende que esta (hipotética) regra de truncamento afecta a produtividade de *-ity*, o que o autor procura demonstrar apresentando análises parciais que correspondem à identificação de diferentes subtipos de adjectivos *Xous*, nomeadamente *XVcious* (cf. 64a) e *Xulous* (cf. 64b):

(64) a.	<i>Xacious</i>	<i>mordacious</i>	<i>mordacity</i>	<i>*mordaciousity</i>
	<i>Xocious</i>	<i>precocious</i>	<i>precocity</i>	<i>*precociousity</i>
	<i>Xecious</i>	<i>specious</i>	<i>*specity</i>	<i>speciosity</i>
b.	<i>Xulous</i>	<i>nebulous</i>	<i>*nebulyity</i>	<i>nebulosity</i>
	<i>Xulous</i>	<i>credulous</i>	<i>credulity</i>	<i>*credulousity</i>

Aronoff afirma, então, que a sufixação de *-ity* a bases do tipo *Xacious* e *Xocious* envolve a intervenção da regra de truncamento de *-ous*, mas a associação do sufixo *-ity* a bases do tipo *Xecious* não faz apelo a qualquer regra de truncamento. Quando a base é *Xulous*, a intervenção da regra de truncamento não é previsível. Consequentemente, Aronoff (1976: 41, 43) conclui que a nominalização com *-ity* é mais produtiva se a base for *Xacious* do que se for *Xulous*.

Note-se que as formas *Xulous* correspondem, em Português, a formas *Xulo*, *Xuloso* e *Xular*. As primeiras são provenientes de adjectivos latinos aos quais está associado o sufixo diminutivo *-ulus*, enquanto que as restantes são formadas por adjunção de *-oso* ou *-ar* a nomes aos quais está associado o mesmo sufixo diminutivo latino *-ulus*. Também neste caso, se registam, em Português, pares de palavras sinónimas que exemplificam os dois tipos de formação, como *ridículo/ridiculoso*, *trémulo/tremuloso*, *estrídulo/estriduloso*, ainda que a ocorrência do segundo termo de cada par não seja frequente. É possível que esta duplicação esteja relacionada com a neutralização exibida pelos dados do Inglês.

A comparação com o Português mostra, uma vez mais, a inconsistência da análise proposta por Aronoff. Com efeito, não é possível identificar as subclasses *Xacious*, *Xecious*, *Xocious* e *Xulous*, mas sim as subclasses de formas em que ocorre o sufixo *-az* (cf. *audaz*, *fugaz*), o

sufixo *-oso* (cf. *especioso*, *nebuloso*), o sufixo *-ulo* (cf. *acidulo*, *crédulo*), ou de formas que não integram nenhum sufixo (cf. *precoce*). A extrapolação relativamente à produtividade do sufixo *-ity* em Inglês, ou *-idade* em Português, não pode, pois, ser associada à intervenção de qualquer regra de truncamento, mas sim à presença de um determinado sufixo na forma de base. Com efeito, quer os dados do Inglês, quer os dados do Português mostram que a sufixação de *-ity*, ou de *-idade*, é mais produtiva quando a base integra o sufixo *-az* (cf. 65a), do que nos casos em que a base contém outros sufixos (cf. 65b, 65c, 65d). Trata-se, pois, de um caso de potenciação do sufixo *-idade* pelo sufixo *-az*, visível em Português.

(65)	a.	<i>audacious</i>	<i>audacity</i>	<i>audaz</i>	<i>(audácia)</i>
		<i>capacious</i>	<i>capacity</i>	<i>capaz</i>	<i>capacidade</i>
		<i>efficacious</i>	<i>(efficacy)</i>	<i>eficaz</i>	<i>(eficácia)</i>
		<i>feracious</i>	<i>feracity</i>	<i>feraz</i>	<i>feracidade</i>
		<i>fugacious</i>	<i>fugacity</i>	<i>fugaz</i>	<i>fugacidade</i>
		<i>inefficacious</i>	<i>(inefficacy)</i>	<i>ineficaz</i>	<i>(ineficácia)</i>
		<i>loquacious</i>	<i>loquacity</i>	<i>loquaz</i>	<i>loquacidade</i>
		<i>mordacious</i>	<i>mordacity</i>	<i>mordaz</i>	<i>mordacidade</i>
		<i>perspicacious</i>	<i>perspicacity</i>	<i>perspicaz</i>	<i>(perspicácia)</i>
		<i>pertinacious</i>	<i>pertinacity</i>	<i>pertinaz</i>	<i>(pertinácia)</i>
		<i>procacious</i>	<i>procacity</i>	<i>procaz</i>	<i>procacidade</i>
		<i>pugnacious</i>	<i>pugnacity</i>	<i>pugnaz</i>	<i>pugnacidade</i>
		<i>rapacious</i>	<i>rapacity</i>	<i>rapaz</i>	<i>rapacidade</i>
		<i>sagacious</i>	<i>sagacity</i>	<i>sagaz</i>	<i>sagacidade</i>
		<i>sequacious</i>	-----	<i>sequaz</i>	-----
		<i>tenacious</i>	<i>tenacity</i>	<i>tenaz</i>	<i>tenacidade</i>
		<i>veracious</i>	<i>veracity</i>	<i>veraz</i>	<i>veracidade</i>
		<i>vivacious</i>	<i>vivacity</i>	<i>vivaz</i>	<i>vivacidade</i>
		<i>voracious</i>	<i>voracity</i>	<i>voraz</i>	<i>voracidade</i>
	b.	<i>cellulous</i>	<i>cellulosity</i>	<i>celuloso</i>	<i>celulosidade</i>
		<i>crapulous</i>	-----	<i>crapuloso</i>	-----
		<i>spacious</i>	-----	<i>espaçoso</i>	-----
		<i>fabulous</i>	<i>fabulosity</i>	<i>fabuloso</i>	-----
		<i>fistulous</i>	-----	<i>fistuloso</i>	-----
		<i>flocculous</i>	-----	<i>flocoso</i>	<i>flocosidade</i>
		<i>glandulous</i>	-----	<i>glanduloso</i>	-----
		<i>gracious</i>	-----	<i>gracioso</i>	<i>graciosidade</i>
		<i>granulous</i>	-----	<i>granuloso</i>	<i>granulosidade</i>
		<i>meticulous</i>	<i>meticulosity</i>	<i>meticuloso</i>	<i>meticulosidade</i>
		<i>miraculous</i>	-----	<i>miraculoso</i>	-----

	<i>nebulous</i>	<i>nebulosity</i>	<i>nebuloso</i>	<i>nebulosidade</i>
	<i>nodulous</i>	-----	<i>noduloso</i>	-----
	<i>populous</i>	-----	<i>populoso</i>	-----
	<i>pustulous</i>	-----	<i>pustuloso</i>	-----
	<i>scrupulous</i>	<i>srupulosity</i>	<i>escrupuloso</i>	<i>escrupulosidade</i>
	<i>tuberculous</i>	-----	<i>tuberculoso</i>	-----
	<i>undulous</i>	-----	<i>onduloso</i>	-----
	<i>unscrupulous</i>	<i>unscrupulosity</i>	<i>inescrupuloso</i>	-----
c.	<i>acidulous</i>	-----	<i>ácido</i>	-----
	<i>credulous</i>	<i>credulity</i>	<i>crédulo</i>	<i>credulidade</i>
	<i>emulous</i>	-----	<i>émulo</i>	-----
	<i>incredulous</i>	<i>incredulity</i>	<i>incrédulo</i>	<i>incredulidade</i>
	<i>ridiculous</i>	<i>ridiculosity</i>	<i>ridículo/ridiculoso</i>	<i>(ridicularia)</i>
	<i>tremulous</i>	-----	<i>trémulo/tremuloso</i>	-----
d.	<i>pediculous</i>	-----	<i>pedicular</i>	-----
	<i>pendulous</i>	-----	<i>pendular</i>	<i>pendularidade</i>

Em suma, quer os dados que respeitam à derivação de adjectival ou denominal, em que a base é uma palavra simples, em Português (cf. 3.4.1.1), quer os do Inglês (3.4.1.2.), que Aronoff refere para avaliar a produtividade do sufixo *-ity*, demonstram que o recurso a regras de truncamento pode, com vantagem, ser substituído pela admissão de que as bases dos referidos processos de formação de palavras são radicais.

3.4.2. TRUNCAMENTO DE SUFIXOS DERIVACIONAIS

O segundo tipo de intervenção de regras de truncamento referido por Aronoff afecta sufixos derivacionais. Tal como na subsecção anterior, a argumentação de Aronoff é criticável, e a intervenção deste tipo de regras pode ser dispensada se se considerar que a base é um radical e não uma palavra existente. A questão pode ser exemplificada pelos seguintes conjuntos de dados:

(66)	a.	<i>bibliografia</i>	<i>bibliográfico</i>
		<i>demagogia</i>	<i>demagógico</i>
		<i>melancolia</i>	<i>melancólico</i>



	<i>melodia</i>	<i>melódico</i>
b.	<i>anacrónico</i>	<i>anacronismo</i>
	<i>cínico</i>	<i>cinismo</i>
	<i>dinâmico</i>	<i>dinamismo</i>
	<i>empírico</i>	<i>empirismo</i>
	<i>fanático</i>	<i>fanatismo</i>
	<i>lírico</i>	<i>lirismo</i>
	<i>mecânico</i>	<i>mecanismo</i>
	<i>pacífico</i>	<i>pacifismo</i>
	<i>pragmático</i>	<i>pragmatismo</i>

Em casos semelhantes, Aronoff sugere que a forma de base é já uma forma derivada à qual se associa um sufixo, e sobre a qual opera uma regra de truncamento do penúltimo sufixo. A primeira questão que esta proposta suscita relaciona-se com a identificação da forma derivante e da forma derivada. No caso dos dados referidos em (66), devem ser consideradas as duas hipóteses seguintes:

- (67) a. *melancolia* -> *melancól(ia)ico*
fanatismo -> *fanát(ismo)ico*
- b. *melancólico* -> *melancol(ico)ia*
fanático -> *fanat(ico)ismo*

Com efeito, qualquer das hipóteses (67a) ou (67b) respeita a definição de truncamento, formulada por Aronoff (cf. 55), dado que, no primeiro caso, o sufixo *-ico* provoca a supressão de dois sufixos diferentes (*-ia* e *-ismo*), e, no segundo caso, é o sufixo *-ico* que é suprimido tanto por *-ia*, como por *-ismo*. Por outro lado, as duas hipóteses são enfraquecidas pela atestação de formas que exibem um dos sufixos, mas não o outro:

- (68) a. *ousadia* **ousádico*
**entusiastia* *entusiástico*



- b. *derrotismo* **derrótico*
 **categorismo* *categórico*

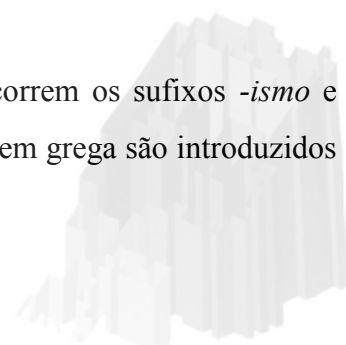
Por último, note-se que os dados registados em (69) mostram que, num mesmo contexto, a regra de truncamento nem sempre se aplica:

- (69) a. *anacrónico* *anacron(ico)ismo*
 cínico *cin(ico)ismo*
 dinâmico *dinam(ico)ismo*
 empírico *empir(ico)ismo*
 fanático *fanat(ico)ismo*
 lírico *lir(ico)ismo*
 mecânico *mecan(ico)ismo*
 pacífico *pacif(ico)ismo*
 pragmático *pragmat(ico)ismo*
- b. *católico* *catolicismo*
 céptico *cepticismo*
 clássico *classicismo*
 histórico *historicismo*
 mecânico *mecanicismo*
 místico *misticismo*

Assim, a hipótese que acolho é a de que a base não é uma palavra, mas sim um radical que pode ou não ter uma estrutura interna complexa, ou seja, um radical simples, derivado ou composto. Mas, para reforçar esta hipótese, observem-se dois outros casos do Português.

3.4.2.1. *-ISMO E -ISTA*

O primeiro caso diz respeito à relação entre as formas em que ocorrem os sufixos *-ismo* e *-ista*. Segundo Said Ali (1931, 1964: 243-244), estes sufixos de origem grega são introduzidos



pelo Latim medieval, mas a sua produtividade só aumenta a partir dos séculos XVIII e XIX, por influência francesa. O sufixo *-ismo* é geralmente caracterizado (cf. Said Ali 1931, 1964: 243) como um sufixo que forma nomes de doutrinas religiosas, filosóficas, políticas ou artísticas (cf. *budismo*, *positivismo*, *comunismo*, *impressionismo*), nomes que designam fenómenos linguísticos (cf. *latinismo*, *neologismo*) ou outros termos científicos (cf. *magnetismo*, *estrabismo*), e ainda nomes que caracterizam comportamentos ou atitudes (cf. *heroísmo*, *servilismo*). Mas pode ainda designar profissões (cf. *jornalismo*) ou actividades (cf. *automobilismo*). Quanto ao sufixo *-ista*, ele é, regra geral, apresentado (cf. Said Ali 1931, 1964: 244) como um sufixo que forma nomes que designam aderentes a uma dada doutrina religiosa, filosófica, política ou artística (cf. *budista*, *positivista*, *comunista*, *impressionista*), e nomes que designam pessoas que exercem uma determinada profissão ou actividade, ou que têm um comportamento característico (cf. *dentista*, *congressista*, *trocista*). Note-se, ainda, que a categoria sintáctica das palavras em que ocorre o sufixo *-ista* pode também ser adjectivo, pelo que se trata de um sufixo [+N]:

- (70) a. *Os comunistas perderam as eleições.*
Os estudantes comunistas perderam as eleições.
- b. *O meu dentista está de férias.*
Os médicos dentistas reuniram-se ontem.

Facilmente se verifica que a determinação da forma de base, questão que motiva a presente discussão destas formas, não é tradicionalmente considerada. A hipótese de que na formação destes nomes intervém uma regra de truncamento é sugerida por formas como as que se registam em (71), dado que a sequência resultante da supressão dos sufixos não corresponde a qualquer palavra simples existente em Português:



(71)	<i>anarquismo</i>	<i>anarquista</i>
	<i>exorcismo</i>	<i>exorcista</i>
	<i>fascismo</i>	<i>fascista</i>
	<i>naturismo</i>	<i>naturista</i>
	<i>pacifismo</i>	<i>pacifista</i>

No entanto, essa hipótese depara uma vez mais com a inexistência de qualquer tipo de evidência que permita identificar qual dos sufixos desancadeia o truncamento e qual é suprimido (cf. 72a), e também com o facto de outros sufixos estarem virtualmente envolvidos no processo (cf. 72b):

- (72) a. *fascismo* -> *fasc(ismo)ista*
fascista -> *fasc(ista)ismo*
- b. *anarquia, anárquico, anarquismo, anarquista, anarquizar*
natureza, naturismo, naturista
pacífico, pacificar, pacifismo, pacifista

Veja-se então a relação entre os dois sufixos, que frequentemente coexistem, quer em formas que designam doutrinas e os seus partidários (cf. 73a), quer nas que referem profissões e profissionais (cf. 73b), quer ainda nas que identificam actividades e praticantes (cf. 73c), ou atitudes e quem as toma (cf. 73d).



- (73) a. *budismo* *budista*
impressionismo *impressionista*
- b. *jornalismo* *jornalista*
- c. *alpinismo* *alpinista*
sindicalismo *sindicalista*
- d. *oportunismo* *oportunista*
optimismo *optimista*

Note-se que, para todas estas formas, há uma base disponível - um radical adjectival (cf. 74a), nominal (cf. 74b), [+N] (cf. 74c) ou verbal (cf. 74d) - e que dispensa a intervenção de uma regra de truncamento:

- (74) a. *exclusiv-* *exclusivismo* *exclusivista*
formal-formalismo *formalista*
- b. *cub-* *cubismo* *cubista*
raç- *racismo* *racista*
- c. *amador-* *amadorismo* *amadorista*
human- *humanismo* *humanista*
- d. *conform-* *conformismo* *conformista*
determin- *determinismo* *determinista*

Por outro lado, há casos em que o nome onde ocorre o sufixo *-ismo* coexiste não com um adjectivo/nome em *-ista*, mas sim com um adjectivo/nome em *-ico* (cf. 75a), ou em *-al*, *-ano*, *-ário*, *-dor*, *-eiro*, *-nte* (cf. 75b), ou com um adjectivo/nome cuja forma morfológica é complexa, mas não é derivada em Português (cf. 75c), ou mesmo com adjectivos/nomes simples (cf. 75d), o que, a adoptar a hipótese de truncamento, exigiria a formulação de um número pouco razoável de regras. A inexistência de formas em *-ista* parece, pois, dever-se exclusivamente ao tipo de bases das formas em *-ismo*:

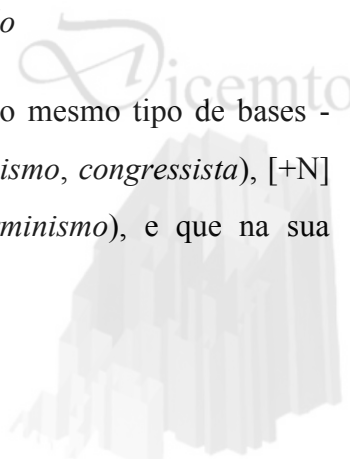
(75)	*-ista		-ismo
a.	<i>*anacronista</i>	<i>anacrónico</i>	<i>anacronismo</i>
	<i>*automatista</i>	<i>automático</i>	<i>automatismo</i>
	<i>*dinamista</i>	<i>dinâmico</i>	<i>dinamismo</i>
	<i>*misticista</i>	<i>místico</i>	<i>misticismo</i>
b.	<i>*profissionalista</i>	<i>profissional</i>	<i>profissionalismo</i>
	<i>*provincianista</i>	<i>provinciano</i>	<i>provincianismo</i>
	<i>*partidarista</i>	<i>partidário</i>	<i>partidarismo</i>
	<i>*brilhantista</i>	<i>brilhante</i>	<i>brilhantismo</i>
c.	<i>*liberalista</i>	<i>liberal</i>	<i>liberalismo</i>
	<i>*radicalista</i>	<i>radical</i>	<i>radicalismo</i>
	<i>*paralelista</i>	<i>paralelo</i>	<i>paralelismo</i>
	<i>*vandalista</i>	<i>vândalo</i>	<i>vandalismo</i>
d.	<i>*snobista</i>	<i>snob</i>	<i>snobismo</i>

Há, também, nomes formados pelo sufixo *-ista* que identificam uma dada especialização profissional (cf. *cambista*) ou comportamental (cf. *golpista*), e que não coexistem com nomes em *-ismo*, mas sim com outros nomes derivados (cf. *armazenista/armazenagem*) ou não (cf. *dentista/dente*), que identificam uma actividade (cf. *armazenagem*), um conceito (cf. *economia*) ou um objecto (cf. *guitarra*):



(76)	-ista	*-ismo	
	<i>armazenista</i>	<i>*armazenismo</i>	<i>armazenagem / armazenar</i>
	<i>calculista</i>	<i>*calculismo</i>	<i>cálculo / calcular</i>
	<i>cambista</i>	<i>*cambismo</i>	<i>câmbio / cambiar</i>
	<i>caricaturista</i>	<i>*caricaturismo</i>	<i>caricatura / caricaturar</i>
	<i>conferencista</i>	<i>*conferencismo</i>	<i>conferência / conferenciar</i>
	<i>congressista</i>	<i>*congressismo</i>	<i>congresso</i>
	<i>dentista</i>	<i>*dentismo</i>	<i>dente</i>
	<i>desportista</i>	<i>*desportismo</i>	<i>desporto</i>
	<i>droguista</i>	<i>*droguismo</i>	<i>droga / drogar</i>
	<i>economista</i>	<i>*economismo</i>	<i>economia / economizar</i>
	<i>estadista</i>	<i>*estadismo</i>	<i>estado</i>
	<i>fadista</i>	<i>*fadismo</i>	<i>fado</i>
	<i>florista</i>	<i>*florismo</i>	<i>flor / florir</i>
	<i>garagista</i>	<i>*garagismo</i>	<i>garagem</i>
	<i>ginecologista</i>	<i>*ginecologismo</i>	<i>ginecologia</i>
	<i>golpista</i>	<i>*golpismo</i>	<i>golpe / golpear</i>
	<i>guitarrista</i>	<i>*guitarrismo</i>	<i>guitarra</i>
	<i>linguista</i>	<i>*linguismo</i>	<i>linguística</i>
	<i>lojista</i>	<i>*lojismo</i>	<i>loja</i>
	<i>massagista</i>	<i>*massagismo</i>	<i>massagem / massajar</i>
	<i>oculista</i>	<i>*oculismo</i>	<i>óculos</i>
	<i>pensionista</i>	<i>*pensionismo</i>	<i>pensão</i>
	<i>radiologista</i>	<i>*radiologismo</i>	<i>radiologia</i>
	<i>sufragista</i>	<i>*sufragismo</i>	<i>sufrágio / sufragar</i>
	<i>telefonista</i>	<i>*telefonismo</i>	<i>telefone / telefonar</i>
	<i>trocista</i>	<i>*trocismo</i>	<i>troça / troçar</i>
	<i>violoncelista</i>	<i>*violoncelismo</i>	<i>violoncelo</i>

Pode, assim, concluir-se que os sufixos *-ismo* e *-ista* seleccionam o mesmo tipo de bases - radicais adjectivais (cf. *colonialismo*, *pessimista*), nominais (cf. *cubismo*, *congressista*), [+N] (cf. *amadorismo*, *classicista*) ou verbais (cf. *conformismo*, *determinismo*), e que na sua formação não intervém qualquer regra de truncamento.

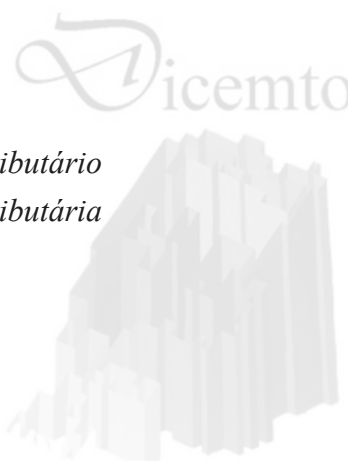


3.4.2.2. -EIRO E -ARIA

Uma outra relação particular, e de algum modo semelhante à que se estabelece entre *-nte* e *-ncia* (descrita em 3.1), é a que se verifica entre os sufixos *-eiro* e *-aria*. A este propósito, Said Ali (1931, 1964: 232) refere que «palavras do género de *cavalaria*, *rouparia*, *feitiçaria* devem a sua origem à junção do sufixo *-ia* aos derivantes *cavaleiro*, *roupeiro*, *feiticeiro*, do mesmo modo que *frontaria*, *romaria*, *padaria* procederam de *fronteiro*, *romeiro*, *padeiro*; mas por um erro de análise veio a imaginar-se que aqueles vocábulos se filiariam directamente a *cavalo*, *roupa*, *feitiço*, e, deste erro resultou o novo sufixo *-aria*, com o auxílio do qual se criaram, por analogia de sentido, inúmeras outras palavras». Se a sufixação de *-ia* a formas em *-eiro* não coloca problemas quanto à identificação da base, o mesmo já não sucede quanto à identificação da base seleccionada pelo sufixo *-aria*⁸⁰.

A caracterização de cada um destes sufixos é, em si mesma, uma questão complexa. O sufixo *-eiro/a*, cognato de *-ário/a*⁸¹, associa-se a radicais adjectivais ou nominais para formar adjectivos (cf. 77), mas também nomes-sujeito (cf. 78a, 78b, 78c e 78d), cuja interpretação, tal como sugerido por Dressler (1986: 527), pode variar de acordo com uma hierarquia definida pelo traço semântico [\pm animado] (agente humano > agente animal > planta > agente impessoal > instrumento > locativo ou origem), nomes colectivos ou intensificadores (cf. 79) e nomes que designam resultado de acções ou estados (cf. 80). Tal como os adjectivos (cf. 77), os nomes em *-eir-* que referem agentes humanos (cf. 78a) e os que indicam origem (cf. 78e) podem participar em contrastes de género (cf. *enfermeiro*, *enfermeira*; *brasileiro*, *brasileira*). Nos restantes casos, *-eira* e *-eiro* são diferentes sufixos (cf. *castanheiro*, *amendoeira*; *açucareiro*, *bagageira*; *formigueiro*, *coelheira*):

- (77) (iA) *certeiro*, *fronteiro*, *grosseiro*, *justiceiro*, *verdadeiro*
 (iB) *certeira*, *fronteira*, *grosseira*, *justiceira*, *verdadeira*
 (iiA) *diário*, *funerário*, *originário*, *plenário*, *subsidiário*, *tributário*
 (iiB) *diária*, *funerária*, *originária*, *plenária*, *subsidiária*, *tributária*



- (78) a. (iA) *aventureiro, barbeiro, carpinteiro, carroceiro, cavaleiro, ceifeiro, cesteiro, cocheiro, cozinheiro, ferreiro, guerreiro, leiteiro, livreiro, marinheiro, oleiro, padeiro, peixeiro, relojoeiro, sapateiro*
 (iB) *aventureira, barbeira, carpinteira, carroceira, cavaleira, ceifeira, cesteira, cocheira, cozinheira, ferreira, guerreira, leiteira, livreira, marinheira, oleira, padeira, peixeira, relojoeira, sapateira*
 (iiA) *boticário, escriturário, funcionário*
 (iiB) *boticária, escriturária, funcionária*
- b. (iA) *castanheiro, coqueiro, craveiro, jasmineiro, limoeiro, loureiro, morangueiro, pessegueiro*
 (iB) *amendoeira, amoreira, cerejeira, figueira, laranjeira, noqueira, palmeira, pereira, roseira*
- c. (iA) *açucareiro, cinzeiro, chaveiro, chuveiro, louceiro, mosquiteiro, saleiro, tinteiro*
 (iB) *bagageira, banheira, cigarreira, cristaleira, fruteira, garrafeira, papeleira, pedreira, pulseira, saladeira*
 (iiB) *aquário, herbário, relicário, sacrário*
- d. (iB) *formigueiro, galinheiro, lameiro, palheiro, vespeiro*
 (iA) *coelheira*
 (iiA) *aviário, vestiário*
- e. (iA) *brasileiro*
 (iB) *brasileira*
- (79) (iA) *berreiro, ficheiro, nevoeiro*
 (iB) *cabeleira, poeira*
 (iiA) *epistolário, formulário, horário, mostruário, ovário, preçário, vocabulário*

(80) *asneira, bandalheira, bebedeira, canseira, cegueira, ladroeira, maroteira, pasmaceira*

Quanto ao sufixo *-aria*, tal como *-eiro*, ele ocorre em nomes locativos (cf. 81), colectivos ou intensificadores (cf. 82) e nomes que designam resultado de acções ou estados (cf. 83), mas, contrariamente ao sufixo anteriormente considerado, *-aria* também forma nomes que

designam actividades ou profissões (cf. 84), e não forma adjectivos, nem nomes-sujeito que refiram agentes humanos, plantas ou instrumentos.

(81) *albergaria, alfaiataria, barbearia, carpintaria, cervejaria, cestaria, chancelaria, chapelaria, confeitaria, contrastaria, destilaria, drogaria, estamparia, hospedaria, joalharia, judiaria, leprosaria, marcenaria, mercearia, olaria, ourivesaria, padaria, perfumaria, portaria, refinaria, serralharia*

(82) (iA) *casario*

(iB) *andaimaria, beataria, boataria, caixotaria, calmaria, cavalaria, cestaria, chaparia, doçaria, escadaria, estacaria, frascaria, gritaria, infantaria, judiaria, livraria, maquinaria, pancadaria, pedraria, pescaria, pradaria, roncaria, rouparia, vacaria, velhacaria, velharia, vidraria, vozearia, zombaria*

(83) *calmaria, judiaria, mesquinharia, patifaria, pirataria, porcaria, ridicularia, selvajaria, velhacaria, velharia*

(84) *alfaiataria, carpintaria, cestaria, feitiçaria, hotelaria, joalharia, marcenaria, olaria, ourivesaria, serralharia*

A caracterização dos vários sufixos *-eiro* e *-aria*⁸² permite agora identificar aqueles que podem e os que não podem coocorrer. Considerando que estes dois sufixos formam nomes colectivos ou de intensificação e nomes que designam resultado de acções ou estado, ou seja, dado que são sufixos concorrentes (seleccionam o mesmo tipo de bases e formam o mesmo tipo de palavras), é previsível que, geralmente, não haja coexistência de formas (cf. 85). Por outro lado, também se verifica que, de um modo geral, as formas em *-eiro* que designam plantas, instrumentos ou origem também não coexistem com formas em *-aria* (cf. 86).

- (85) a. *cabeleira* **cabelaria*
 nevoeiro **nevoaria*
- b. **pancadeira/o* *pancadaria*
- c. *asneira* **asnaria*



- | | | | |
|------|----|---|---|
| | d. | <i>*patifeira</i> | <i>patifaria</i> |
| (86) | a. | <i>amendoeira</i>
<i>castanheiro</i> | <i>*amendoaria</i>
<i>*castanharia</i> |
| | b. | <i>cigarreira</i>
<i>cinzeiro</i> | <i>*cigarraria</i>
<i>*cinzaria</i> |
| | c. | <i>brasileiro</i> | <i>*brasilaria</i> |

A coexistência de formas em *-eiro* e *-aria*, quando se trata dos sufixos referidos em (85) e (86), está atestada (cf. 87), mas não será considerada, dado que, pelo seu número, não indicia um processo produtivo no Português Europeu Contemporâneo. Alguns destes pares contêm palavras sinónimas (cf. *berreiro* / *berraria*), mas outros exibem diversos tipos de relações semânticas (cf. *doceiro* / *doçaria*, *fruteira* / *frutaria*, *pedreiro* / *pedreira* / *pedraria*, entre outros):

- | | | |
|------|------------------|------------------|
| (87) | <i>berreiro</i> | <i>berraria</i> |
| | <i>boateiro</i> | <i>boataria</i> |
| | <i>caseiro</i> | <i>casaria</i> |
| | <i>doceiro</i> | <i>doçaria</i> |
| | <i>fruteira</i> | <i>frutaria</i> |
| | <i>griteira</i> | <i>gritaria</i> |
| | <i>papeleira</i> | <i>papelaria</i> |
| | <i>pedreira</i> | <i>pedraria</i> |
| | <i>pedreiro</i> | <i>pedraria</i> |
| | <i>pesqueiro</i> | <i>pescaria</i> |
| | <i>roupeiro</i> | <i>rouparia</i> |
| | <i>vaqueiro</i> | <i>vacaria</i> |

Do ponto de vista etimológico, os sufixos *-eiro* e *-aria* têm a mesma origem: trata-se do sufixo latino *-ariu/a*, cuja evolução regular no Português gera a forma (> *-airo* >) *-eiro*. A forma *-aria* entrou posteriormente na língua, mas, contrariamente ao que se verificou com o par *-nça/-ncia*, não substituiu *-eiro*, embora estes sufixos tendam a adquirir valores semânticos

distintos. Com efeito, é frequente a coexistência de formas em que o sufixo *-eiro* identifica um agente humano pela sua profissão ou actividade e *-aria* identifica a actividade profissional ou o local onde essa actividade é desenvolvida. Os seguintes dados exemplificam este tipo de coocorrência dos sufixos *-eiro* e *-aria*:

(88)	<i>-eiro</i>	<i>-aria</i>
	<i>barbeiro</i>	<i>barbearia</i>
	<i>carpinteiro</i>	<i>carpintaria</i>
	<i>carvoeiro</i>	<i>carvoaria</i>
	<i>cavaleiro</i>	<i>cavalaria</i>
	<i>cesteiro</i>	<i>cestaria</i>
	<i>enfermeiro</i>	<i>enfermaria</i>
	<i>feiticeiro</i>	<i>feitiçaria</i>
	<i>hoteleiro</i>	<i>hotelaria</i>
	<i>joalheiro</i>	<i>joalharia</i>
	<i>leiteiro</i>	<i>leitaria</i>
	<i>livreiro</i>	<i>livraria</i>
	<i>marceneiro</i>	<i>marcenaria</i>
	<i>merceeiro</i>	<i>mercearia</i>
	<i>oleiro</i>	<i>olaria</i>
	<i>padeiro</i>	<i>padaria</i>
	<i>porteiro</i>	<i>portaria</i>
	<i>relojoeiro</i>	<i>relojoaria</i>
	<i>salsicheiro</i>	<i>salsicharia</i>
	<i>sapateiro</i>	<i>sapataria</i>
	<i>tintureiro</i>	<i>tinturaria</i>

Tal como entre os sufixos *-nçal/-ncia* e *-nte*, ou entre *-ismo* e *-ista*, também neste caso se verifica que a existência de nomes em *-eiro* não determina a ocorrência de nomes em *-aria* (cf. 89), e vice-versa, ou seja, a existência de nomes em *-aria* também não determina a ocorrência de nomes em *-eiro* (cf. 90). Também à semelhança do que se verifica nos casos anteriormente

referidos, é possível que a inexistência destas formas em *-eiro* e em *-aria* esteja relacionada com o tipo de base que seleccionam.

(89)	<i>-eiro</i>	<i>*-aria</i>	
	<i>aventureiro</i>	<i>*aventuraria</i>	<i>aventura</i>
	<i>cozinheiro</i>	<i>*cozinhar</i>	<i>cozinha</i>
	<i>ferreiro</i>	<i>*ferraria</i>	<i>ferro</i>
	<i>guerreiro</i>	<i>*guerraria</i>	<i>guerra</i>
	<i>guerrilheiro</i>	<i>*guerrilharia</i>	<i>guerrilha</i>
	<i>jardineiro</i>	<i>*jardinaria</i>	<i>jardinagem</i>
	<i>marinheiro</i>	<i>*marinharia</i>	<i>marinha</i>
	<i>mensageiro</i>	<i>*mensajaria</i>	<i>mensagem</i>
	<i>mineiro</i>	<i>*minaria</i>	<i>mina</i>
	<i>sinaleiro</i>	<i>*sinalaria</i>	<i>sinal</i>
	<i>taberneiro</i>	<i>*tabernaria</i>	<i>taberna</i>
	<i>tarefeiro</i>	<i>*tarefaria</i>	<i>tarefa</i>
(90)	<i>*-eiro</i>	<i>-aria</i>	
	<i>*alfaiateiro</i>	<i>alfaiataria</i>	<i>alfaiate</i>
	<i>*contrasteiro</i>	<i>contrastaria</i>	<i>contrastador</i>
	<i>*drogueiro</i>	<i>drogaria</i>	<i>droguista</i>
	<i>*ouriveseiro</i>	<i>ourivesaria</i>	<i>ourives</i>
	<i>*perfumeiro</i>	<i>perfumaria</i>	<i>perfumista</i>
	<i>*secreteiro</i>	<i>secretaria</i>	<i>secretário</i>

Esta assimetria impede que uma destas formas, nomeadamente a que contém o sufixo *-eiro*, possa ser a base da outra. Assim, a forma de base de palavras como as que se registam em (91) não pode ser, como defende Rio-Torto (1986: 341), a forma em *-eiro*, sendo este sufixo truncado. Pelo contrário, a base é um radical adjectival, nominal, [+N], ou um radical verbal

(91) *carpintaria, joalheria, marcenaria, mercearia, olaria, serralheria*



- (92) *mesquinh* _{RADJ} *mesquinharia*
alfaiat _{RN} *alfaiataria*
jud _{R[+N]} *judiaria*
barbe _{RV} *barbearia*

Em suma, nem num caso (-ismo/-ista) nem no outro (-aria/-eiro) é possível aceitar a análise de que uma das palavras é derivada da outra por sufixação e truncamento. Em alternativa, sugere-se que estes pares de palavras sejam derivados de um radical que, em alguns casos, não ocorre em nenhuma palavra simples. Esta análise é, uma vez mais, contrária à Hipótese de Base-Palavra, mas favorável à Condição sobre a Base, proposta em (34).

3.4.3. HAPLOLOGIA

Por último, considerem-se os argumentos a que Aronoff (1976: 94-97) recorre para justificar a introdução das regras de truncamento, enquanto regras morfológicas e não fonológicas. Esses argumentos são construídos a partir da análise de um conjunto de dados do Russo, apresentados em Isac&enko (1972), e que demonstram a existência, nesta língua, de um processo de supressão de um sufixo:

- (93) a. **roz+ov+ov+at+yj* -> *rozovátyj*
 **tóm+sk+skij* -> *tóm+skij*
- b. *básk+skij* -> **bá+skij*

Aronoff (1976: 95) considera que os fenómenos de truncamento exemplificados em (93a) «are strikingly similar» aos que o autor identificou em Inglês (cf. **nomin+ate+ee* -> *nominee*), e que comprovam que o sufixo truncado é o primeiro, ainda que a forma à qual está associado não tenha de ser semanticamente composicional, nem tenha de ocorrer como um «free stem». Por outro lado, a agramaticalidade da forma truncada referida em (93b) demonstra que a sequência truncada tem de ser um morfema. Tal como Aronoff, creio que o fenómeno exibido pelos dados de (93a) pode ser descrito por uma regra de truncamento, mas, contrariamente a este autor, não creio que haja qualquer semelhança entre estas formas e formas como *nominee*.

Com efeito, os dados do Russo, tal como os do Português (cf. 94) ou os que Szymanek (1989: 153) identifica em Inglês (cf. **adulterer+y -> adultery*), exemplificam um fenómeno tradicionalmente designado por **haplologia**, que se relaciona com uma restrição morfológica sobre sequências de afixos (parcialmente) homófonos, e que conduz à supressão de um deles, enquanto que o eventual truncamento de *-ate* em *nominee* refere afixos sem qualquer semelhança fonológica. Em Português, são casos de haplologia os que registo em (94). As fronteiras (+) mostram a estrutura morfemática destas palavras e os parêntesis delimitam as sequências truncadas:

- (94) *bon+(da)d+oso*⁸³
cari(da)d+oso
habil+i(da)d+oso
i(da)d+oso
mal+(da)d+oso
pi+e(da)d+oso
sau(da)d+oso
vai(da)d+oso

Os fenómenos de haplologia têm sido tratados por poucos autores. Hockett (1958, 1968: 391) considera que «in haplology one or two more or less similar sequences of phonemes is dropped». No entanto, o fenómeno não é assim tão irrestrito, constatando-se que muitos pares de sequências fonologicamente semelhantes não estão sujeitas aos efeitos da haplologia (cf. *vivíparo, mimetismo, cacofonia, dedilhar*).

Scalise (1983: 302-304) faz notar que, em Italiano, o material suprimido é coincidente com a primeira de uma sequência de duas sílabas separadas por uma fronteira morfológica e cujas consoantes são iguais. Em Português, os dados referidos em (94) mostram que a sequência suprimida é, de facto, a primeira de duas sílabas, mas estas sílabas não estão separadas por uma fronteira morfológica (cf. *bon+(da)d+oso -> bondoso*) - note-se, aliás, que não existe coincidência entre as fronteiras de sílaba e as fronteiras de morfema. Por outro lado, as duas

sílabas integram as mesmas consoantes, mas esse não pode ser o único critério relevante, dado que essa condição também se verifica em *cuid+a+d+oso* -> *cuidadoso* (cf. **cuidoso*).

Scalise (1983: 304) refere ainda que, em Italiano, a haplologia só afecta palavras compostas, enquanto Dressler (1977) considera que este processo também intervém na sufixação. Stemberger (1981: 791-792, 799, 801) estabelece uma distinção entre 'haplologia morfológica' desencadeada por processos de flexão e 'haplologia regular' que diz respeito a processos derivacionais: a primeira suprime a segunda sílaba da sequência⁸⁴ e não tem excepções, enquanto que a haplologia regular suprime a primeira sílaba, não é previsível e não constitui o modo privilegiado de evitar sequências idênticas (a derivação pode recorrer a sufixos alternativos, ou impedir a formação dessas palavras). Com efeito, em Português é possível registar a ocorrência de fenómenos de haplologia em palavras derivadas por sufixação (cf. 94 e 95a), que suprimem a última sílaba da base⁸⁵, e em compostos (cf. 95b) e expressões sintácticas lexicalizadas (cf. 95c), nos quais suprimem a última sílaba do radical da esquerda:

- (95) a. *bombar(d+ea)+deiro*
escu(d+a)+deiro
femi(n+i)n+ismo
her(d+a)+deiro
ren(d+e)+deiro
- b. *foto#gra(m+a)#metria*
se(mi)#mínima
trag+i(c+o)#comédia
- c. *juiz (de) direito*
madre (de) deus
tudo (de) nada

A prefixação não parece submeter-se aos fenómenos de haplologia⁸⁶, mas também há casos de sufixação e de composição que não são afectados por este tipo de fenómenos, o que comprova o seu carácter aleatório, provavelmente motivado por razões de ordem diacrónica:

- (96) a. *ininterrupto*
re-regular
antítese
multitubular
vice-secretário
super-perto
- b. *mondadeira, verdadeiro*
madeireiro, caldeireiro, cabeleireiro
alpinismo, latinismo, cretinismo
- c. *semimetal*

Por último, considerem-se alguns casos que, aparentemente, podem ser analisados como casos de haplologia. Na morfologia do Português é possível identificar formas deverbais em que um mesmo sufixo pode ter diferentes realizações fonéticas e/ou associar-se a diferentes formas de base:

- (97) a. *executar* *executor*
executivo
- b. *representar* *representador*
representativo

O contraste entre estes derivados de *executar* e de *representar* assemelha-se, em Português, a um contraste motivado pela presença ou ausência de um fenómeno de haplologia, e pode ser atestado em várias outras formas derivadas em que ocorre o sufixo *-tivo* e o sufixo *-tor*:

- (98) a. *abortar* *abor(ta)tivo*
- combater* *comba(ti)tivo*
- consultar* *consul(ta)tivo* *consultor*
- inventar* *inven(ta)tivo* *inventor*
- relatar* *rela(ta)tivo* *relator*
- transitar* *transi(ta)tivo*
- vomitare* *vomi(ta)tivo*

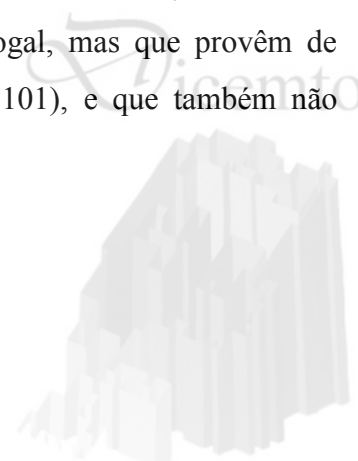


b.	<i>competir</i>	<i>competitivo</i>	<i>competidor</i>
	<i>facultar</i>	<i>facultativo</i>	
	<i>interpretar</i>	<i>interpretativo</i>	<i>interpretador</i>
	<i>limitar</i>	<i>limitativo</i>	<i>limitador</i>
	<i>partir</i>	<i>partitivo</i>	

No entanto, se se considerarem os derivados em *-ção*, dificilmente se poderá manter tal análise, dado que a última sílaba do radical não é idêntica à primeira do sufixo:

(99)	a.	<i>cantar</i>	<i>canção</i>
		<i>dilatar</i>	<i>dilação</i>
		<i>executar</i>	<i>execução</i>
		<i>inventar</i>	<i>invenção</i>
		<i>juntar</i>	<i>junção</i>
		<i>rejeitar</i>	<i>rejeição</i>
		<i>relatar</i>	<i>relação</i>
		<i>suspeitar</i>	<i>suspeição</i>
		<i>transitar</i>	<i>transição</i>
	b.	<i>aceitar</i>	<i>aceitação</i>
		<i>aleitar</i>	<i>aleitação</i>
		<i>competir</i>	<i>competição</i>
		<i>dilatar</i>	<i>dilatação</i>
		<i>interpretar</i>	<i>interpretação</i>
		<i>limitar</i>	<i>limitação</i>
		<i>partir</i>	<i>partição</i>
		<i>plantar</i>	<i>plantação</i>
		<i>representar</i>	<i>representação</i>

Por outro lado, o contraste entre os derivados de *executar* e *representar* está relacionado com o que se verifica entre alguns derivados de verbos cujo radical termina em [s] ou [z] (cf. 100), ou em derivados de verbos cujo radical termina em [d] e [t], no tema do infinitivo, ou ainda de verbos, como *excluir*, cujo radical, em Português, termina em vogal, mas que provêm de verbos latinos cujo radical termina numa dessas consoantes (cf. 101), e que também não podem ser explicados por haplologia:



100)	a.	<i>abrasar</i> <i>abusar</i> <i>discursar</i> <i>dispersar</i> <i>expulsar</i> <i>lesar</i> <i>regressar</i>	<i>abrasivo</i> <i>abusivo</i> <i>discursivo</i> <i>dispersivo</i> <i>expulsivo</i> <i>lesivo</i> <i>regressivo</i>	<i>abrasador</i> <i>abusador</i> <i>expulsor</i>	<i>dispersão</i> <i>expulsão</i> <i>lesão</i>
	b.	<i>acusar</i> <i>cansar</i> <i>pensar</i> <i>pulsar</i>	<i>acusativo</i> <i>cansativo</i> <i>pensativo</i> <i>pulsativo</i>	<i>acusador</i> <i>pensador</i>	<i>acusação</i> <i>pulsção</i>

(101)	a.	<i>aludir</i> <i>apreender</i> <i>compreender</i> <i>conceder</i> <i>estender</i> <i>exceder</i> <i>persuadir</i> <i>suspender</i>	<i>alusivo</i> <i>apreensivo</i> <i>compreensivo</i> <i>concessivo</i> <i>extensivo</i> <i>excessivo</i> <i>persuasivo</i> <i>suspensivo</i>	<i>extensor</i> <i>persuasor</i>	<i>alusão</i> <i>apreensão</i> <i>compreensão</i> <i>concessão</i> <i>extensão</i> <i>persuasão</i> <i>suspensão</i>	<i>aludido</i> <i>apreendido</i> <i>compreendido</i> <i>concedido</i> <i>estendido/extenso</i> <i>excedido/excesso</i> <i>persuadido</i> <i>suspendido/suspensão</i>
	b.	<i>permitir</i> <i>reflectir</i> <i>sentir</i> <i>subverter</i>	<i>permissivo</i> <i>reflexivo</i> <i>sensivo</i> <i>subversivo</i>	<i>reflector</i> <i>sensor</i>	<i>permissão</i> <i>reflexão</i> <i>sensação</i> <i>subversão</i>	<i>permitido</i> <i>reflectido</i> <i>sentido</i> <i>subvertido</i>
	c.	<i>excluir</i> <i>incluir</i>	<i>exclusivo</i> <i>inclusivo</i>		<i>exclusão</i> <i>inclusão</i>	<i>excluído/excluso</i> <i>incluído/incluso</i>

Pode, em alternativa, admitir-se que este seja um processo desencadeado por uma alternância consonântica entre o tema do 'inflectum' e o do 'perfectum' em Latim, estranha à morfologia do Português, como demonstra a formação do particípio passado e a realização fonética de alguns adjectivos em *-vel*, como *concedível*, *estendível* (cf. *extensível*), *(in)excedível* ou *persuadível*. Em suma, a supressão de uma sequência que parece corresponder a uma sílaba, e pode ou não coincidir com um morfema, não é um processo morfológico. Consequentemente, **os fenómenos de haplologia não põem em causa a Hipótese de Base-Palavra, mas também não podem ser invocados para fundamentar a existência das regras de truncamento que essa hipótese exige.**

3.4.4. RESUMO

Segundo Aronoff (1976), a existência de formas como *nominee*, cuja base não é uma palavra existente em Inglês (cf. **nomin*) não falsifica a Hipótese de Base-Palavra, porque essas formas são derivadas de palavras existentes por sufixação e truncamento do último morfema da base. Nesta secção (cf. 3.4.) defendi que **a postulação de regras de truncamento não tem qualquer motivação empírica**. É requerida pela Hipótese de Base-Palavra e serve apenas para que os dados não invalidem esta hipótese.

Para o demonstrar, discuti o eventual truncamento de constituintes temáticos (cf. 3.4.1.) e de sufixos derivacionais (cf. 3.4.2.), em Português e em Inglês, concluindo que os casos apresentados não são compatíveis com a formulação da regra de truncamento que Aronoff (1976) apresenta. Em alternativa, sugeri que a forma de base dos processos analisados, nomeadamente na formação de palavras como *fumaça*, *casebre* ou *acidez* e na sufixação de *-ismo*, *-ista*, *-aria* e *-eiro*, é um radical. Pode, assim, concluir-se que estes processos morfológicos não requerem a intervenção de regras de truncamento. Esta conclusão debilita a Hipótese de Base-Palavra e, inversamente, reforça a Condição sobre a Base, que apresentei em 3.3.2.

Por último, procurei demonstrar que alguns dos casos de truncamento apresentados por Aronoff (1976) são casos de haplologia. Este fenómeno implica, de facto, a supressão de uma dada sequência, mas os dados apresentados mostram que se trata de um processo fonológico, e não de um processo morfológico. Consequentemente, os casos de haplologia não podem interferir na identificação da forma de base dos processos de formação de palavras - são subsequentes.

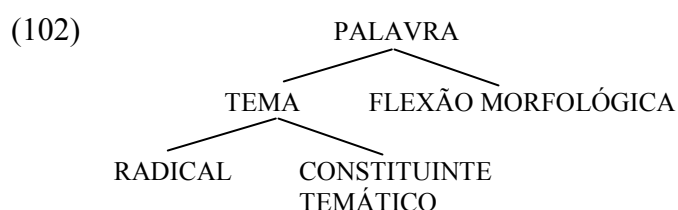


3.5. SUMÁRIO

Neste capítulo, apresentei os fundamentos do modelo de análise morfológica que defendo e que, a este nível, toma como principal referência as propostas de Aronoff (1976). Nesse sentido, procurei demonstrar, a partir da análise da formação de nomes em *-ncia*, que **a estrutura morfemática e a estrutura morfológica não são coincidentes** (cf. 3.1.). Com efeito, este sufixo é um único constituinte morfológico que se associa a temas verbais, embora integre dois morfemas (+*nt*+ e +*ia*+). Consequentemente, e tal como sugerido por Aronoff (1976), admito que **a estrutura morfológica das palavras formadas por afixação são constituídas por uma base e um afixo**.

Em seguida, procurei identificar as propriedades que caracterizam a forma de base. Assim, apresentei em 3.2. uma avaliação da Hipótese de Base-Palavra, concluindo que esta condição sobre as formas de base, proposta por Aronoff, não permite caracterizá-las adequadamente. Por um lado, referi que o conceito de palavra não-flexionada, crucial na proposta de Aronoff, é ininterpretável, dado que, como demonstrarei no capítulo seguinte, todas as palavras são formas flexionadas, e as formas não flexionadas são radicais ou temas. Por outro lado, defendi que a identificação da categoria morfológica é indispensável na caracterização das formas de base.

Nesse sentido, apresentei uma definição de **radical, tema e palavra** e propus a seguinte **hierarquização** destes constituintes:



Na secção seguinte (cf. 3.3.), defendi que os processos morfológicos disponíveis em Português podem seleccionar bases pertencentes a diversas categorias morfológicas, desde que essas formas sejam caracterizáveis como variáveis lexicais, ou seja, formas às quais não está

associada qualquer estrutura de subcategorização morfológica. Assim, exemplifiquei processos que seleccionam um radical (cf. *certeza*), outros que seleccionam um tema (cf. *organização*) e outros ainda que seleccionam palavras (cf. *papeizinhos*).

Para além da categoria morfológica, os processos de formação de palavras podem também seleccionar bases pertencentes a diferentes subcategorias morfológicas. Para o demonstrar, apresentei diversos casos de sufixação deverbal que permitem identificar o tema verbal do infinitivo (cf. *respondedor*, *transferidor*), o tema verbal do passado (cf. *respondível*, *transferível*) e o tema verbal do presente (cf. *correspondência*, *transferência*).

Na sequência das constatações acima referidas, propus a substituição da Hipótese de Base-Palavra pela **Condição sobre a Base**, segundo a qual **a base dos processos morfológicos é obrigatoriamente uma variável lexical**. A identificação desta variável lexical é o factor que permite distinguir esses processos de formação de palavras entre si, e que discutirei nos capítulos 4, 5 e 6.

Por último, na secção 3.4., apresentei e discuti as regras de truncamento que a Hipótese de Base-Palavra proposta por Aronoff obriga a incorporar no seu modelo de análise morfológica. Os dados analisados demonstram que, considerando que a base pode ser um radical, **as regras de truncamento são dispensáveis**. Consequentemente, a reinterpretação dos dados que motivaram a adopção das regras de truncamento pelo modelo de Aronoff reforça a substituição da Hipótese de Base-Palavra pela Condição sobre a Base.



4. ESTRUTURAS DE SUFIXAÇÃO

No capítulo anterior apresentei uma caracterização das formas de base que participam em processos de afixação. Neste capítulo ocupar-me-ei dos constituintes que se associam a essas formas, ou melhor, de um subgrupo desses constituintes: os sufixos⁸⁷. Em Português, como na generalidade das línguas indo-europeias, quer as estruturas morfológicas de flexão quer muitas das estruturas não-flexionais (derivacionais ou outras) são realizadas por sufixação. Esta é a circunstância que dificulta o estabelecimento de uma linha de fronteira entre os processos que as geram, e favorece o aparecimento de análises radicalmente opostas: alguns autores consideram que a flexão e a derivação não são processos diferentes, enquanto outros defendem a sua distinção (cf. capítulo 2). De um modo geral, esta questão tem sido discutida através da identificação das características que permitem distinguir os sufixos flexionais dos restantes sufixos, considerando as suas propriedades morfológicas, morfo-sintáticas e morfo-semânticas, e o modo como esses diferentes tipos de sufixos se relacionam entre si. Menos frequentemente, a distinção entre flexão e derivação tem também sido debatida por contraste entre os dois tipos de estruturas morfológicas.

Com base nos dados do Português, defenderei que a flexão e a sufixação derivacional são processos morfológicos distintos e que os sufixos flexionais e derivacionais ocupam diferentes posições estruturais. Nesse sentido, apresentarei, em 4.1., uma descrição das propriedades que permitem isolar os processos de flexão, a partir da identificação dos sufixos intervenientes. Defenderei, em particular, que os sufixos de flexão se distinguem dos sufixos derivacionais porque realizam exclusivamente categorias morfo-sintáticas determinadas pela categoria sintáctica da base (que não alteram), e porque, justificando a estrutura básica que apresentei em 3.3.1., se associam a temas (adjectivais, nominais ou verbais) para formar palavras (respectivamente, adjectivos, nomes e verbos)⁸⁸. São estas propriedades dos sufixos que permitem caracterizar a flexão como um processo obrigatório, sistemático e produtivo. Os sufixos derivacionais, pelo contrário, realizam diversas categorias morfo-sintáticas e morfo-semânticas e subcategorias morfológicas, determinam a categoria sintáctica das palavras derivadas, e associam-se a radicais ou a temas verbais, formando novos radicais. A identificação das propriedades dos sufixos flexionais demonstra, ainda, que é necessário distinguir vários tipos de sufixos não-flexionais, nomeadamente os sufixos derivacionais, o sufixo *-mente* e os sufixos avaliativos (que discutirei mais demoradamente no capítulo 5).

A caracterização da flexão como um processo sistemático e obrigatório que realiza as categorias morfo-sintáticas de número (adjectivos e nomes), de tempo-modo-aspecto e de pessoa-número (verbos), exclui a variação em género, apesar de também se tratar de uma categoria morfo-sintática. Em 4.2., apresentarei uma descrição dos contrastes de género, onde se pode constatar que não afectam a totalidade dos adjectivos (cf. *leve, apreciável*) nem a totalidade dos nomes (cf. *moda, cônjuge*), e que a sua realização morfológica decorre de contrastes lexicais (cf. *novo/nova; filho/filha, homem/mulher*), ou está a cargo de processos derivacionais (cf. *prior/prioresa*) ou composicionais (cf. *águia-macho/águia-fêmea*). Ainda nessa secção defenderei que o género permite identificar alguns dos factores que distinguem adjectivos e nomes, dado que se trata de uma propriedade inerente dos nomes, mas contextual nos adjectivos, e que nomes e adjectivos se distribuem por classes temáticas distintas.

Por último, a identificação das formas de base e dos diversos tipos de sufixos é crucial para a hipótese de representação das estruturas de sufixação que apresento em 4.3., e que assenta numa versão da teoria X-Barra, que designarei por XM-Barra. Defenderei ainda que o modo de transmissão das especificações relativas à categoria sintáctica e às categorias morfo-sintáticas está a cargo das convenções de percolação formuladas por Lieber (1989), nas quais a autora incorpora o conceito de assinatura categorial, que exige a codificação das categorias morfo-sintáticas. Nesse sentido, apresentarei uma proposta de codificação das categorias morfo-sintáticas relevantes no Português.

4.1. PROPRIEDADES DOS SUFIXOS

Segundo Câmara (1971, 1984: 48), o termo flexão (em Alemão, *Biegung*) é introduzido por Schlegel (1808), «para indicar que uma dada palavra "se dobra" a novos empregos», mas o então novo termo vinha apenas rebaptizar um fenómeno identificado já por Varrão (116-27 aC) no século I aC⁸⁹. Como é sabido, este autor considera que a flexão e a derivação são processos distintos, estabelecendo uma oposição entre "declinatio naturalis" e "declinatio voluntaria", apresentada do seguinte modo (cf. Kent 1958: 389)⁹⁰:

«21. [...] There are two kinds of derivation, voluntary and natural. Voluntary derivation is that which is the product of the individual person's volition, directing

itself apart from control by others. So, when three men have bought a slave apiece at Ephesus, sometimes one derives his slave's name from that of the seller Artemidorus and calls him *Artemas*, another names his slave *Ion*, from the Ionia district, because he has bought him there; the third calls his slave *Ephesius*, because he has bought him at Ephesus. In this way each derives the name from a different source, as he preferred.

22. On the other hand I call derivation natural, which is based not on the volition of individuals acting singly, but on general agreement. So, when the names have been fixed, they derive the case-forms of them in like fashion, and in one and the same way they all say in the genitive case *Artemidori*, *Ionis*, *Ephesi*; and so on in the other cases.»

O estabelecimento de diferentes categorias (flexão e derivação) não permite, no entanto, caracterizar o que as distingue ou o que as aproxima. Nas gramáticas de modelo latino não se encontram grandes progressos, já que a distinção entre flexão e derivação é aceite e utilizada para dar lugar à enumeração de formas pelas categorias (género, número, modo, tempo, etc) tidas por pertinentes nos domínios específicos das classes de palavras ditas variáveis (adjectivo, nome, verbo, etc).

Com efeito, sendo realizada por processos de sufixação, a flexão das palavras do Português tem de ser descrita no quadro dos processos de sufixação, ou seja, por contraste com a derivação⁹¹. Das descrições comparadas, que têm sido realizadas em diferentes perspectivas teóricas⁹², selecciono algumas das que se integram no quadro da teoria generativa e que se ocupam de diferentes línguas onde a flexão é igualmente realizada por sufixação. Como referi no capítulo 2, os trabalhos elaborados no âmbito desta teoria mostram duas diferentes posições: alguns autores consideram que, pelo menos de um ponto de vista formal, a flexão e a derivação são processos semelhantes (cf. Halle 1973, Williams 1981). Outros, em contrapartida, expõem argumentos que procuram demonstrar a especificidade de cada um destes processos (cf. Pardal 1973, 1977; Siegel 1974, 1979; Anderson 1988; Scalise 1988).

Tal como estes últimos, e na sequência do exposto em trabalho anterior (cf. Villalva 1986: 52-62), considero que a flexão e a derivação são processos morfológicos distintos, ainda que em ambos intervenham sufixos. Nas sub-secções 4.1.1. a 4.1.7. exporei os argumentos que sustentam esta afirmação e que, em parte, retomam os argumentos apresentados pelos referidos autores:

- Pardal (1973, 1977: 13-14) apresenta uma caracterização comparativa dos afixos flexionais e derivacionais, baseada na observação do seu comportamento relativamente à categoria sintáctica e ao acento, e na consideração da sua produtividade, da composicionalidade das palavras que integram e da ordem relativa que ocupam na estrutura.
- Siegel (1974, 1979: 12-22) também refere a composicionalidade semântica das palavras flexionadas face aos significados idiossincráticos associados aos derivados; a manutenção da categoria sintáctica da base pela flexão, em contraste com a possibilidade de alteração dessa categoria pela derivação; e a constatação de que a derivação é sensível à estrutura fonológica da base, enquanto que a flexão não o é. Como corolário desta distinção entre derivação e flexão, Siegel extrai a posterioridade e perifericidade dos afixos de flexão relativamente aos derivacionais⁹³.
- Argumentos adicionais são ainda apresentados por Anderson (1988), que defende que só os afixos flexionais podem realizar valores de mais do que uma categoria linguística (amálgamas), e por Scalise (1988), que constata que os sufixos de flexão, contrariamente aos derivacionais, não admitem recursividade, nem permutabilidade, e que não potenciam processos derivacionais. Scalise (1988) defende ainda que, contrariamente aos derivacionais, os sufixos de flexão não são o núcleo das construções que os integram.

Como é sabido, em Português, todos os afixos de flexão são sufixos, mas essa caracterização não é suficiente para estabelecer uma distinção entre flexão e derivação: a afirmação de que todos os afixos de flexão são sufixos é verdadeira, mas a inversa não o é, ou seja, nem todos os sufixos são afixos de flexão. Com efeito, a análise das estruturas morfológicas formadas por sufixação deverá distinguir os sufixos flexionais (cf. 1a), os sufixos derivacionais (cf. 1b), os sufixos avaliativos (cf. 1c), os sufixos Z-avaliativos (cf. 1d) e o sufixo *-mente* (cf. 1e):



- (1) a. *mar* _{TN} -> *mares*
publica _{TV} -> *publicássemos*
- b. *magr* _{RADJ} -> *magreza*
- c. *livr* _{RN} -> *livrinho*
- d. *relógio* _N -> *relógiozinho*
- e. *inesperada* _{ADJ} -> *inesperadamente*

Pode, assim, concluir-se que a caracterização dos processos de flexão como processos de sufixação não permite isolá-los dos processos derivacionais, nem de outros que também envolvam sufixos, mas permite distingui-los de todas as instâncias derivacionais que envolvam prefixos (cf. Scalise 1988: 564), e evidencia a necessidade de identificação das propriedades associadas a cada um dos referidos tipos de sufixos.

Assim, procurarei demonstrar que os sufixos de flexão (simples ou amalgamados) realizam exclusivamente categorias morfo-sintáticas - número nos adjectivos e nomes, tempo-modo-aspecto e pessoa-número, nos verbos - (cf. 4.1.1. e 4.1.2.), mantendo a especificação categorial da base (cf. 4.1.3.), e afectando, regular e previsivelmente, a interpretação semântica das palavras em que ocorrem (cf. 4.1.4.). Outra propriedade fundamental reside no facto de a flexão ser o único processo morfológico que forma palavras (os outros processos morfológicos de sufixação formam radicais), facto que é responsável pela sua obrigatoriedade e sistematicidade (cf. 4.1.6.) e pela perifericidade dos sufixos intervenientes (cf. 4.1.7.).

Quanto aos sufixos derivacionais, que também seleccionam bases especificadas quanto à categoria sintáctica (cf. 4.1.3.) e quanto à categoria morfológica (cf. 4.1.5.), ou seja, radicais adjectivais, nominais e verbais, e temas verbais, eles distinguem-se dos anteriores porque realizam um conjunto de categorias, e não apenas categorias morfo-sintáticas (cf. 4.1.1. e 4.1.3.), e porque, entre outras, determinam a especificação categorial dos derivados (adjectivais, nominais e verbais). Por outro lado, a sufixação derivacional gera radicais (cf. 4.1.5.), o que justifica a sua não-obrigatoriedade (cf. 4.1.6.), permite a recursividade dos sufixos (cf. 4.1.4.) e dá origem à posição relativa que estes sufixos ocupam relativamente aos sufixos flexionais (cf. 4.7.1.).

A identificação das propriedades da flexão, por contraste com as da sufixação derivacional, demonstra, ainda, a necessidade de considerar independentemente os sufixos avaliativos (cf.

-inh-) e Z-avaliativos (cf. *-zinh-*), cuja descrição será apresentada no capítulo 5, e o sufixo *-mente*. Note-se, a propósito, que o tratamento tradicional das estruturas que integram estes constituintes morfológicos como instâncias derivacionais é, em grande medida, responsável pela indefinição da fronteira entre flexão e derivação.

Por último, é necessário referir que a descrição das estruturas flexionadas, e em particular das estruturas em que os sufixos flexionais coocorrem com sufixos Z-avaliativos e com *-mente* (que se associam a palavras, ou seja, formas flexionadas), evidencia a necessidade de estipular uma distinção entre flexão interna, que afecta constituintes de palavra, e flexão externa, que tem escopo sobre a totalidade das palavras, sendo a única sintacticamente relevante. Esta estipulação permite ainda resolver a questão colocada pela existência de contra-exemplos, no domínio da sufixação derivacional, à perifericidade dos sufixos de flexão.

4.1.1. CATEGORIAS MORFO-SINTÁCTICAS FLEXIONAIS

A especificação das palavras, ou seja, o conjunto de propriedades que lhes está associado não é uniforme. Com efeito, todas as palavras, designação que identifica a sua categoria morfológica (tal como radical, tema, prefixo, sufixo, etc.), pertencem a uma categoria sintáctica (ie. adjetivo, nome, verbo, etc). Por outro lado, as propriedades de natureza estritamente morfológica, como as que integram as palavras em classes temáticas (cf. conjugação, declinação), identificam subcategorias morfológicas; as propriedades envolvidas em mecanismos de concordância sintáctica integram as palavras em categorias morfo-sintácticas (cf. género, número, tempo-modo-aspecto, pessoa-número); e as restantes, ou seja, todas as propriedades morfológica, sintáctica e semanticamente relevantes que não participam em operações de concordância nem na distribuição sintáctica, são responsáveis pela integração das palavras em categorias morfo-semânticas (cf. [\pm animado], [\pm humano], etc.).

Esta distinção permite identificar os sufixos flexionais como os únicos que realizam exclusivamente categorias morfo-sintácticas. Com efeito, cada sufixo realiza uma única categoria (ou um único conjunto de categorias) morfo-sintáctica(s) determinada(s) pela categoria sintáctica da base: em Português, [*s*] é um sufixo de flexão de número (N^o), que se associa a temas adjectivais e nominais para formar o plural (cf. 2a); [*va*] é um sufixo de flexão de tempo-modo-aspecto (TMA) que participa na formação do pretérito imperfeito do indicativo, nos verbos da primeira conjugação (cf. 2b); [*mos*] é um sufixo de flexão de pessoa-

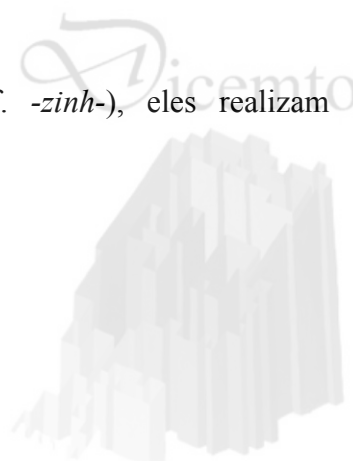
número (PN) que ocorre nas formas da primeira pessoa do plural (cf. 2b); e [o] é um sufixo flexional que realiza cumulativamente as categorias de tempo-modo-aspecto e pessoa-número, na formação da primeira pessoa do singular do presente do indicativo (cf. 2c). Por outras palavras, pode afirmar-se que, em Português, número é uma categoria morfo-sintáctica flexional relevante para adjectivos e nomes⁹⁴, enquanto que os verbos flexionam no domínio das categorias de tempo-modo-aspecto e pessoa-número.

- (2) a. N° [[[magr][o]]]_{TADJ} [s]_{N°}
 [[[livr][o]]]_{TN} [s]_{N°}
- b. TMA e PN [[[organiz][a]]]_{TV} [va]_{TMA} [mos]_{PN}
- c. TMA + PN [[[escrev][e]]]_{TV} [o]_{TMA+PN}

Note-se, porém, que as categorias morfo-sintácticas não são obrigatoriamente realizadas por flexão. Como procurarei demonstrar em 4.2.2.2., em Português, o género, que também participa em operações de concordância, pode ser realizado lexical ou morfológicamente, mas nunca por flexão. Contrariamente aos flexionais, os sufixos derivacionais, bem como o sufixo *-mente*, realizam a categoria sintáctica (cf. 3a), categorias morfo-semânticas, como adjectivo relacional, nome de acção ou verbo causativo (cf. 3b), e também podem realizar o género (cf. 3c).

- (3) a. *dign* RADJ -> *dignific* RV
 dignific RV -> *dignificável* RADJ
 nova ADJ -> *novamente* ADV
- b. *cultur* RN -> *cultural* RADJ
 embeleza TV -> *embelezament* RN
 compativel RADJ -> *compatibiliz* RV
- c. *cond* RN -> *condess* RN

Quanto aos sufixos avaliativos (cf. *-inh-*) e Z-avaliativos (cf. *-zinh-*), eles realizam exclusivamente categorias morfo-semânticas (cf. capítulo 5):



- (4) *Esta **moedinha** é tua.* cf. *Esta moeda é tua.*
*Tira daí a **mãozinha**.* cf. *Tira daí a mão.*
*A girafa tem um belo **pescoço**.* cf. *A girafa tem um belo pescoço.*

Conclui-se, assim, que aos sufixos flexionais compete, obrigatória e exclusivamente, a realização das categorias morfo-sintáticas (em Português, número, tempo-modo-aspecto e pessoa-número), e que os restantes sufixos realizam uma ou mais categorias ou subcategorias, mas nunca exclusivamente categorias morfo-sintáticas.

4.1.2. AMÁLGAMAS

Segundo Anderson (1988: 28-29), um dos critérios que permitem distinguir os sufixos de flexão dos derivacionais assenta na possibilidade, reservada aos primeiros, de constituir amálgamas. Com efeito, a existência de sufixos que realizam, cumulativamente, informações sobre tempo-modo-aspecto e pessoa-número na flexão verbal do Português é conhecida e demonstra a existência de amálgamas neste tipo de estruturas morfológicas (cf. 2c).

Deve, no entanto, notar-se que nem todos os sufixos de flexão são amálgamas (veja-se o sufixo que realiza apenas e só o plural de adjectivos e nomes), e deve, sobretudo, referir-se que, por exemplo em Português, todos os sufixos derivacionais realizam, como referi, um complexo de informações que inclui a especificação de diversas categorias e subcategorias da palavra derivada. Assim, dificilmente se poderá afirmar que os sufixos derivacionais não constituem amálgamas.

A distinção entre sufixos de flexão e sufixos derivacionais, relativamente à existência de amálgamas deve, contudo, ser considerada, dado que, no domínio da flexão, a realização cumulativa de duas categorias morfo-sintáticas (como TMA e PN) por um único sufixo (que em Português se verifica, por exemplo, na primeira pessoa do singular do presente do indicativo: *cant* [*o*]_{TMA+PN}), coexiste com a realização autónoma de cada uma dessas categorias por diferentes sufixos (que pode ser ilustrada pela primeira pessoa do plural do pretérito imperfeito do indicativo: *cantá* [*va*]_{TMA} [*mos*]_{PN}).

Este contraste, que não existe no domínio da sufixação derivacional, nem da sufixação avaliativa ou Z-avaliativa, é particularmente relevante para a definição da estrutura

morfológica das palavras flexionadas (cf. 4.3.1.), indiciando que os sufixos de flexão são dominados por um único nó, que designarei por flexão morfológica (FM).

4.1.3. CATEGORIA SINTÁCTICA

O facto de os sufixos de flexão realizarem categorias morfo-sintácticas determinadas pela categoria sintáctica da base implica que estes sufixos se associem a bases categorialmente especificadas (ou seja, a bases adjectivais, nominais ou verbais), mas, contrariamente aos sufixos derivacionais, nunca alteram essa especificação categorial da base:

- (5) a. [livro]_N vs [livros]_N
 [magro]_{ADJ} vs [magros]_{ADJ}
- b. [emagrece]_V vs [emagrecesse]_V
- c. [emagreço]_V vs [emagreçam]_V

Note-se que as palavras derivadas por sufixação cuja categoria sintáctica é idêntica à da sua base não constituem contra-exemplos à generalização acima formulada (cf. Scalise 1988: 564, 568). Como já referi, os sufixos derivacionais têm diversas funções: determinam sempre o valor da categoria sintáctica da palavra em que ocorrem (cf. 6a); das subcategorias morfológicas (cf. 6b); das categorias morfo-sintácticas (cf. 6c e 6d); e das categorias morfo-semânticas (cf. 6e):



(6)	a.	<i>simbol</i> RN	<i>simbolismo</i> N
		<i>simbol</i> RN	<i>simbolizar</i> V
	b.	<i>salt</i> RV[1ªconj]	<i>saltitar</i> V[1ªconj]
		<i>dorm</i> RV[3ªconj]	<i>dormitar</i> V[1ªconj]
	c.	<i>raç</i> RN[+fem]	<i>racismo</i> N[-fem]
		<i>capital</i> RN[-fem]	<i>capitalismo</i> N[-fem]
	d.	<i>congela</i> TV	<i>congelação</i> N[+fem]
		<i>congela</i> TV	<i>congelamento</i> N[-fem]
	e.	<i>herói</i> RN[+contável]	<i>heroísmo</i> N[-contável]
		<i>cinz</i> RN[-contável]	<i>cinzeiro</i> N[+contável]

Constata-se, aliás, que há sufixos derivacionais que se associam a bases pertencentes a uma categoria idêntica à sua e a outra que é distinta: veja-se o sufixo *-ismo*, que, podendo associar-se a radicais adjetivais, nominais ou verbais, prova que a categoria dos derivados é determinada pelo sufixo:

(7)	<i>decadent</i> RADJ	<i>decadentismo</i> N[-fem]
	<i>simbol</i> RN	<i>simbolismo</i> N[-fem]
	<i>determin</i> RV	<i>determinismo</i> N[-fem]

Como já referi, o sufixo *-mente* também determina a categoria sintáctica das palavras que integra. Com efeito, este sufixo associa-se a bases adjetivais (cf. *antiga*) e forma advérbios (cf. *antigamente*). Há, no entanto, outros sufixos que, tal como os flexionais, não determinam a categoria sintáctica das palavras em que participam: os sufixos avaliativos e os Z-avaliativos reproduzem a categoria sintáctica (cf. 8a), as categorias morfo-sintácticas (cf. 8b) e as categorias morfo-semânticas (cf. 8c) da base, acrescentando-lhes uma nova categoria morfo-semântica (cf. capítulo 5).



(8)	a.	<i>cas</i> RN	<i>casinha</i> N _{dim}
		<i>nov</i> _{RADJ}	<i>novinho</i> ADJ _{dim}
		<i>ced</i> _{RADV}	<i>cedinho</i> ADV _{dim}
		<i>adeus</i> Interjeição	<i>adeusinho</i> Interjeição, dim
	b.	<i>cas</i> RN[+fem]	<i>casinha</i> N[+fem], dim
		<i>cães</i> N[+plu]	<i>cãezinhos</i> N[+plu], dim
	c.	<i>capital</i> N[-humano]	<i>capitalzinho</i> N[-humano], dim
		<i>capitalista</i> N[+humano]	<i>capitalistazinho</i> N[+humano], dim

Estes sufixos não são, pois, caracterizáveis como sufixos derivacionais, constituindo um conjunto independente e integrando processos de formação de palavras distintos quer da flexão quer da derivação. Assim, pode manter-se que a flexão recorre a sufixos que não alteram a categoria sintáctica da base à qual se associam, enquanto que a derivação dispõe de sufixos que determinam a categoria sintáctica das palavras que geram. Mas deve igualmente referir-se que os sufixos flexionais, os avaliativos e os Z-avaliativos, por um lado, e os sufixos derivacionais e *-mente*, por outro, não podem ser distinguidos com base neste critério.

4.1.4. COMPOSICIONALIDADE

Ainda que não o explicitem, é ao facto de cada sufixo de flexão realizar uma única categoria (ou um único conjunto de categorias) morfo-sintáctica(s) que Pardal (1973, 1977) e Siegel (1974, 1979), entre outros, fazem apelo para referir a composicionalidade semântica das estruturas flexionadas, no sentido em que a sua interpretação é previsível (cf. 4.1.1.), por contraste com a interpretação idiosincrática dos derivados. Com efeito, constata-se que, no domínio da derivação, uma dada categoria morfo-semântica, como nome de acção, não é determinada pela categoria sintáctica da base (cf. 9a), e que pode ser realizada por diferentes sufixos (cf. 9b): há nomes de acção deverbais e denominais, formados por diferentes sufixos, como *-ada*, *-agem*, *-ão*, *-ção*, *-dela*, *-mento* ou *-ncia*. Por outro lado, um mesmo sufixo pode realizar diferentes categorias morfo-semânticas: os derivados que integram o sufixo *-dor* podem ser interpretados como nomes agentivos ou instrumentais (cf. 9c), o que aliás é comum a sufixos equivalentes, como *-eiro* (cf. 9d). Quanto aos sufixos avaliativos, Z-avaliativos e

-mente, também se constata que a sua interpretação admite um grau de variação próximo do da sufixação derivacional (cf. 9e).

- (9) a. [[*pisca*]_{TV} [*dela*]_N]_N
 [[*cotovel*]_{RN} [*ada*]_N]_N
- b. [[*film*] [*agem*]]
 [[*apert*] [*ão*]]
 [[*nomea*] [*ção*]]
 [[*envelheci*] [*mento*]]
 [[*tolera*] [*ncia*]]
- c. [[*apresenta*] [*dor*]]
 [[*apaga*] [*dor*]]
- d. [[*aventur*] [*eiro*]]
 [[*açucar*] [*eiro*]]
- e. *filhinho* vs. *batatinha*
antigamente vs. *lentamente*

Consequentemente, pode afirmar-se que os sufixos de flexão afectam regular e previsivelmente a interpretação das palavras em que ocorrem, quanto às categorias (morfo-sintácticas) que realizam. Note-se, no entanto, que a interpretação de algumas palavras flexionadas não é composicional. É o que se verifica com alguns nomes em Russo (cf. *letom* 'no verão'), que, segundo Halle (1973: 6), no caso instrumental têm valor adverbial, com os plurais *bananas* 'palerma' ou *nuts* 'doido', em Inglês (cf. Siegel 1974, 1979: 20-21), ou com formas como *costas* e *óculos*, em Português. Siegel sugere que as formas flexionadas só podem adquirir um significado idiossincrático quando o sufixo flexional em causa se torna também derivacional, enquanto que o inverso, ou seja, um sufixo derivacional tornar-se flexional, é impossível. Esta argumentação não ultrapassa, no entanto, a dimensão de artifício técnico. Parece mais plausível e mais económica a hipótese de lexicalização de uma forma flexionada, do que a postulação da existência de um processo morfológico que permita gerar uma única forma ou um número restrito de formas, e a partir do qual não seja possível construir regularmente novas palavras.

Deve, pois, admitir-se que a interpretação das formas flexionadas pode sofrer a interferência de processos imprevisíveis de lexicalização (ainda que estes processos afectem mais frequentemente os derivados), mas essa admissão não impede que se defenda a existência de uma relação regular e sistemática entre uma dada categoria (ou um conjunto de categorias) morfo-sintáctica(s) e um dado sufixo de flexão. Por outras palavras, a existência de formas flexionadas lexicalizadas não impede a consideração da composicionalidade como uma propriedade dos processos de flexão.

Também relacionada com o facto de cada sufixo de flexão realizar uma categoria (ou um conjunto de categorias) morfo-sintáctica(s) está a impossibilidade da sua co-ocorrência numa dada estrutura (cf. 10). A recursividade do mesmo sufixo flexional ou de sufixos flexionais distintos é impossível, dado que cada palavra requer uma única especificação para cada uma das categorias morfo-sintácticas realizadas pela flexão:

- (10) **[livro]* [*s*]_{Nº} [*s*]_{Nº}
 **[canta]* [*va*]_{TMA} [*ra*]_{TMA} [*mos*]
 **[canta]* [*sse*] [*s*]_{PN} [*mos*]_{PN}

A inexistência de recursividade na flexão pode ser posta em causa por algumas estruturas morfológicas atestadas em Português. São estruturas em que intervêm sufixos Z-avaliativos ou estruturas de palavras compostas, como as seguintes:

- (11) a. *aneizinhos*
 b. *abre latas*

Como referi no capítulo 3, estas formas são geradas por processos que seleccionam palavras (formas flexionadas), pelo que um dos sufixos de flexão tem escopo apenas sobre a forma de base, enquanto o outro tem escopo sobre toda a palavra. Estes sufixos realizam, pois, dois diferentes tipos de flexão (cf. 4.1.7.): flexão interna, no primeiro caso (cf. *anéis*, *abre*, *latas*), e flexão externa, no segundo (cf. *...zinhos*). Consequentemente, estes exemplos não invalidam a generalização sobre a inexistência de recursividade nas estruturas flexionais, mas mostram que ela só diz respeito a casos em que os sufixos têm o mesmo escopo.

Scalise (1988: 570) nota que a recursividade, ainda que não seja particularmente frequente, é exclusiva da derivação, sendo possível no domínio da prefixação, e no da sufixação se as duas ocorrências do mesmo sufixo forem mediadas por um ou mais sufixos derivacionais distintos,

ou seja, na configuração] X_α ...] X_γ ...] X_α . Estes dois tipos de recursividade também ocorrem em Português, como se pode constatar através dos seguintes exemplos:

- (12) a. *super-super-simpático*
 sub-subsecretário
- b. *conta[bi]izá[vel]*

O exemplo registado em (12b) confirma que a recursividade dos sufixos derivacionais é condicionada pela condição enunciada por Scalise (1988). A atestação de estruturas de sufixação avaliativa e Z-avaliativa, onde a recursividade também está atestada (cf. *pequeninho, dedinhozinho*), mostra, no entanto e contrariamente ao que Scalise (1988: 570) defende, que este fenómeno não é exclusivo da derivação. Por outro lado, a recursividade dos sufixos avaliativos e Z-avaliativos não respeita a configuração referida por Scalise (1988), o que, de novo, indicia que a sufixação derivacional e a sufixação avaliativa e Z-avaliativa são processos morfológicos distintos (cf. capítulo 5). Em suma, pode concluir-se que a composicionalidade semântica dos processos de flexão e a não-recursividade dos sufixos flexionais são propriedades decorrentes do facto de a flexão ter por função, única e exclusiva, a especificação de categorias morfo-sintácticas (em Português, número, tempo-modo-aspecto e pessoa-número). Esse facto é ainda responsável pela manutenção da categoria sintáctica da base, que também caracteriza estas construções.

Este conjunto de propriedades permite distinguir eficazmente os sufixos de flexão dos sufixos derivacionais e dos sufixos avaliativos e Z-avaliativos. No entanto, e tal como procurarei demonstrar nas sub-seções seguintes, há outras propriedades que são igualmente relevantes e necessárias à adequada caracterização das estruturas morfológicas de sufixação. Trata-se de propriedades relacionadas com a categoria morfológica da base, e com a categoria morfológica da forma resultante da intervenção dos processos de sufixação (cf. 4.1.5.), com a produtividade dos diversos sufixos (cf. 4.1.6.) e com a posição relativa que os sufixos ocupam na estrutura das palavras (cf. 4.1.7.).



4.1.5. CATEGORIA MORFOLÓGICA

A observação da categoria morfológica da base permite distinguir vários tipos de processos de sufixação. Como já referi, a sufixação derivacional associa-se a diversas categorias morfológicas: radicais adjectivais (cf. 13a), radicais nominais (cf. 13b), radicais verbais (cf. 13c) e temas verbais (cf. 13d).

- (13) a. *fratern* RADJ -> *fraternal*
 cert RADJ -> *certeza*
 dign RADJ -> *dignificar*
- b. *gordur* RN -> *gorduroso*
 livr RN -> *livraria*
 espaç RN -> *espacejar*
- c. *intruj* RV -> *intrujão*
 salt RV -> *saltitar*
- d. *discuti* TV -> *discutível*
 continua TV -> *continuação*

Quanto à categoria morfológica das formas derivadas por sufixação, considerarei que se trata de radicais. Com efeito, a caracterização dos sufixos derivacionais que apresentei em 4.1.3. (cf. 6) mostra que a sua especificação é idêntica à dos radicais simples (cf. 3.3.1.), excepto no que diz respeito à categoria morfológica. Com efeito, os radicais e os sufixos derivacionais são unidades lexicais pertencentes a uma categoria sintáctica principal e a uma subcategoria morfológica:

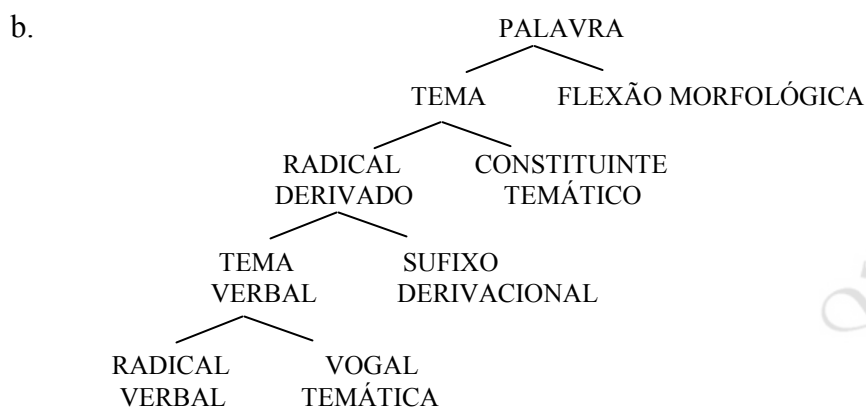
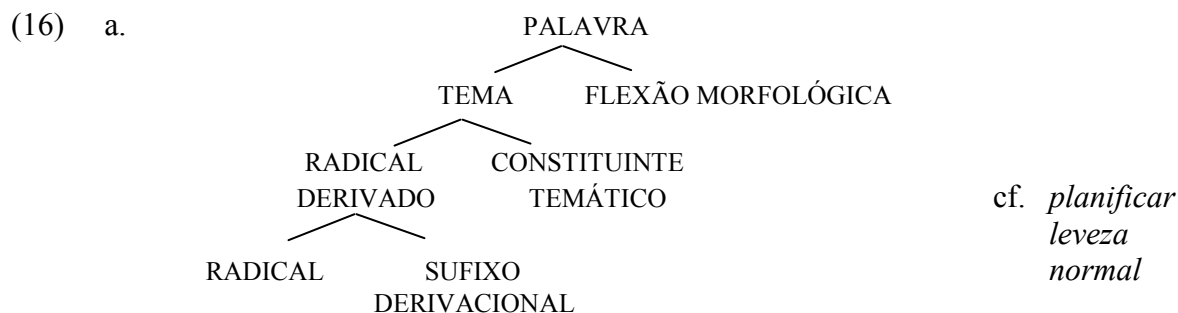
- (14) a. *cant* RV[1ªconj]
 norm RN[+fem]
 lev RADJtema \emptyset
- b. *-ific* sufV[1ªconj]
 -ez sufN[+fem]
 -al sufADJtema \emptyset _



A razão pela qual não integro o constituinte temático nos sufixos derivacionais relaciona-se também com o facto de as formas derivadas poderem ser seleccionadas por sufixos derivacionais (cf. 15a). Consequentemente, é necessário identificar o radical dos sufixos. Paralelamente, os sufixos derivacionais podem também seleccionar temas derivados, pelo que essa forma deve também estar estruturalmente acessível (cf. 15b). Assim, tal como os radicais simples, os radicais derivados são especificados por um constituinte temático, e o tema resultante é flexionado:

- (15) a. $[[salt]_{RV} [it]_{sufV}]_{RV} ar$
 $[[nebul]_{RN} [os]_{sufADJ}]_{RADJ} idade$
 $[[brut]_{RADJ} [al]_{sufADJ}]_{RADJ} idade$
- b. $[[[plan]_{RN} [ific]_{sufV}]_{RV} [a]_{VT}]_{TV} ção$

Provisoriamente, as estruturas de sufixação podem, então, ser representadas do seguinte modo:



Quanto ao processo de sufixação em *-mente*, assumirei que se trata de um caso particular de sufixação derivacional porque selecciona palavras, mas, tal como a sufixação derivacional,

gera radicais. No capítulo 5 procurarei demonstrar que os sufixos avaliativos (cf. *livrinho*) e Z-avaliativos (cf. *livrozinho*) também geram radicais, distinguindo-se entre si pelo facto de os primeiros se associarem a radicais, e os últimos a palavras.

Em contrapartida, a flexão selecciona temas adjectivais, nominais ou verbais, e forma palavras. A flexão nominal⁹⁵ de número opera sobre temas adjectivais (cf. 17a e 17b) e temas nominais (cf. 17c e 17d), simples (cf. 17a e 17c) ou derivados (cf. 17b e 17d), e gera, respectivamente, adjectivos e nomes, flexionados no singular ou no plural.

- (17) a. *digna* TADJ -> *digna* ADJ[-plu]
 digna TADJ -> *dignas* ADJ[+plu]
 digno TADJ -> *digno* ADJ[-plu]
 digno TADJ -> *dignos* ADJ[+plu]
- b. *perigosa* TADJ -> *perigosa* ADJ[-plu]
 perigosa TADJ -> *perigosas* ADJ[+plu]
 perigoso TADJ -> *perigoso* ADJ[-plu]
 perigoso TADJ -> *perigosos* ADJ[+plu]
- c. *casa* TN -> *casa* N[-plu]
 casa TN -> *casas* N[+plu]
 livro TN -> *livro* N[-plu]
 livro TN -> *livros* N[+plu]
- d. *limonada* TN -> *limonada* N[-plu]
 limonada TN -> *limonadas* N[+plu]
 ensinamento TN -> *ensinamento* N[-plu]
 ensinamento TN -> *ensinamentos* N[+plu]

Note-se que os temas adjectivais e nominais são formalmente idênticos aos correspondentes adjectivos e nomes flexionados no singular, ou seja, a flexão opera no vácuo. Contrastivamente, a flexão de plural consiste na adunção do sufixo *-s* ao mesmo tema adjectival ou nominal. Na ausência de motivação empírica ou teórica que o justifique, não considerarei, pois, que as formas do singular são realizadas por adunção de um sufixo sem realização fonética, mas sim que, quando o sufixo do plural não está presente, as palavras são especificadas por 'default' com o valor singular. Consequentemente, os temas adjectivais e

nominais (cf. *digno, casa*) não se distinguem foneticamente dos adjectivos e nomes flexionados no singular (cf. *digno, casa*).

Pelo contrário, considerarei que há um índice temático Ø que pode não ter realização fonética pelo menos nas formas do singular⁹⁶ (cf. *dente, leve, sal, normal*), e que contrasta com a inexistência de índice temático em formas como *café* ou *só*. Este contraste é visível, por exemplo, quando essas formas participam em processos de sufixação avaliativa (cf. *dentinho, salinho* vs **cafeinho, *soinho*) ou Z-avaliativa (cf. *dentezinho, salzinho* vs *cafezinho, sozinho*), como procurarei demonstrar no capítulo 5. Apesar de se registar esta distinção entre o que designo por palavras de tema Ø e palavras atemáticas, verifica-se que o radical, o tema, e a palavra flexionada no singular são, em ambos os casos, foneticamente idênticos.

Note-se ainda que a análise das estruturas verbais permite constatar que a flexão opera sempre sobre temas, ou seja, sobre formas constituídas por um radical (simples ou complexo) e por uma vogal temática, sendo a sua realização determinada pela conjugação a que o verbo pertence (cf. *cantava* vs *bebia, fugia*). Como é sabido, a vogal temática pode não estar foneticamente realizada (cf. *canto, bebi, fuja*), mas, segundo Pardal (1973, 1977: 42-43) ou Mateus (1975, 1982: 104), esta ausência indicia a intervenção de um processo fonológico (eg. supressão da vogal temática) e não a adjunção dos sufixos de flexão ao radical do verbo. Pode, assim, concluir-se que a realização fonética não permite identificar a estrutura morfológica das palavras.

Em suma, a flexão opera sobre temas, podendo concluir-se que todas as formas flexionadas, organizadas em paradigmas flexionais, estão relacionadas com uma mesma forma de base, justamente a forma temática⁹⁷. Em (18) apresento exemplos relativos à flexão de adjectivos e nomes pertencentes às diversas classes temáticas, e à flexão dos verbos regulares da primeira conjugação.

(18) a.

tema em -o	tema em -a	tema Ø		atemática
<i>novo</i> TADJ	<i>nova</i> TADJ	<i>leve</i> TADJ	<i>ingles</i> TADJ	<i>só</i> TADJ
<i>novo</i> ADJ[-plu]	<i>nova</i> ADJ[-plu]	<i>leve</i> ADJ[-plu]	<i>inglês</i> ADJ[-plu]	<i>só</i> ADJ[-plu]
<i>novos</i> ADJ[+plu]	<i>novas</i> ADJ[+plu]	<i>leves</i> ADJ[+plu]	<i>ingleses</i> ADJ[+plu]	<i>sós</i> ADJ[+plu]

b.

tema em -o	tema em -a	tema Ø		atemática
<i>livro</i> TN	<i>casa</i> TN	<i>ponte</i> TN	<i>mar</i> TN	<i>pé</i> TN
<i>livro</i> N[-plu]	<i>casa</i> N[-plu]	<i>ponte</i> N[-plu]	<i>mar</i> N[-plu]	<i>pé</i> N[-plu]
<i>livros</i> N[+plu]	<i>casas</i> N[+plu]	<i>pontes</i> N[+plu]	<i>mares</i> N[+plu]	<i>pés</i> N[+plu]

c.

TEMA VERBAL 1ª CONJUGAÇÃO: -a						
PN	INDICATIVO					
	mais que perfeito		perfeito	imperfeito		presente
eu	<i>formara</i>		<i>formei</i>	<i>formava</i>		<i>formo</i>
tu	<i>formaras</i>		<i>formaste</i>	<i>formavas</i>		<i>formas</i>
você, ele	<i>formara</i>		<i>formou</i>	<i>formava</i>		<i>forma</i>
nós	<i>formáramos</i>		<i>formámos</i>	<i>formávamos</i>		<i>formamos</i>
vós	<i>formáreis</i>		<i>formastes</i>	<i>formáveis</i>		<i>formais</i>
vocês, eles	<i>formaram</i>		<i>formaram</i>	<i>formavam</i>		<i>formam</i>
	CONJUNTIVO			IMPERATIVO		INFINITIVO
	imperfeito	presente	futuro	afirmativo	negativo	FLEXIONDO
eu	<i>formasse</i>	<i>forme</i>	<i>formar</i>			<i>formar</i>
tu	<i>formasses</i>	<i>formes</i>	<i>formares</i>	<i>forma</i>	<i>formes</i>	<i>formares</i>
você, ele	<i>formasse</i>	<i>forme</i>	<i>formar</i>	<i>forme (você)</i>	<i>forme (você)</i>	<i>formar</i>
nós	<i>formássemos</i>	<i>formemos</i>	<i>formarmos</i>	<i>formemos</i>	<i>formemos</i>	<i>formarmos</i>
vós	<i>formásseis</i>	<i>formeis</i>	<i>formardes</i>	<i>formai</i>	<i>formeis</i>	<i>formardes</i>
vocês, eles	<i>formassem</i>	<i>formem</i>	<i>formarem</i>	<i>formem (vocês)</i>	<i>formem (vocês)</i>	<i>formarem</i>
	GERÚNDIO		INFINITIVO IMPESSOAL		PARTICÍPIO	
	<i>formando</i>		<i>formar</i>		<i>formado</i>	

Contrariamente ao que se verifica no domínio da flexão, as formas derivadas que partilham um mesmo radical integram um paradigma derivacional⁹⁸, mas têm diferentes formas de base:

- (19) *form* RN -> *formal* RADJ
formal RADJ -> *formaliz* RV
formaliza TV -> *formalización* RN

Pode, pois, concluir-se que os sufixos de flexão são os únicos sufixos que formam palavras, sendo todos os outros (sufixos derivacionais, avaliativos e Z-avaliativos) responsáveis pela formação de radicais.

4.1.6. PRODUTIVIDADE

Da anterior propriedade dos sufixos de flexão decorrem outras, geralmente consideradas como propriedades independentes ou derivadas de outros factores. Com efeito, é porque nenhum outro processo morfológico, para além da flexão, tem a capacidade de gerar a categoria morfológica de palavra que a flexão é sistemática e obrigatória⁹⁹: ainda que a flexão possa não ter realização fonética, como nas formas do singular de adjectivos e nomes (cf. 18), assumirei que o seu processamento é indispensável na formação das palavras. Assim, todas as palavras são formas flexionadas e, inversamente, as formas não flexionadas são radicais ou temas, simples ou complexos: não são palavras.

Admitindo que a flexão é o único processo que tem a capacidade de transformar temas em palavras, ou seja, que os temas adjectivais e nominais são convertidos em adjectivos e nomes por intervenção da flexão de número, tal como os temas verbais são convertidos em verbos por acção da flexão em tempo-modo-aspecto e pessoa-número, é previsível que no domínio de cada uma destas categorias não haja restrições à aplicação dos processos de flexão. Daqui se pode extrair a habitual referência à produtividade da flexão face à assistemática da derivação (cf. Pardal 1973, 1977).

Anderson (1982) contrapõe a existência de paradigmas flexionais defectivos para pôr em causa a produtividade da flexão, mas o argumento não é válido se, como Scalise (1988: 563, 573), se considerar que os paradigmas defectivos são «a relic from the past», localizada na periferia da gramática. Com efeito, verifica-se que, em Português, não há defectividade na flexão de número (cf. 4.2.1.), nem na flexão dos novos verbos formados por sufixação (ex. *-izar*). A defectividade que pode afectar a categoria de pessoa-número é motivada por razões de ordem semântica em verbos que referem as chamadas 'vozes dos animais' (cf. *ladrar, miar, zurrar*), fenómenos meteorológicos (cf. *chover, nevar, trovejar*), ou em verbos como *acontecer*. Estes verbos não podem ter um sujeito [+humano], pelo que a flexão das primeira ou segunda pessoas-singular ou plural é agramatical. De qualquer modo, a flexão destes verbos é possível e pode mesmo ocorrer em registos discursivos metafóricos. De um

ponto de vista morfológico, não há, pois, qualquer impedimento à ocorrência de formas como *miei*, *choveste* ou *acontecemos*.

A flexão dos verbos pode ainda ser afectada por razões de ordem fonética, como, por exemplo, no caso dos verbos *abolir*, *demolir* ou *falir*, em que não ocorrem as (ou algumas das) formas rizotónicas, ou por uma conjugação de factores semânticos e fonéticos, como no caso do verbo *florir*:

(20)	* <i>abolo</i> / <i>abulo</i>	cf. <i>abolimos</i>
	* <i>demoles</i>	cf. <i>demolias</i>
	* <i>fala</i>	cf. <i>falisse</i>
	* <i>flore</i>	cf. <i>florira</i>

Note-se que Said Ali (1931, 1964: 156) considera que a não ocorrência destas formas «deve-se ora ao receio de proferir expressões desagradáveis, por obscuras ou lembrarem outros verbos, ora à dúvida relativa à aplicação da alternância vocálica». Esta afirmação sugere que o juízo dos falantes pode variar, pelo que formas inaceitáveis num dado momento podem vir a tornar-se aceitáveis (cf. *discirno*, *expilo* ou *submirjo*). Trata-se, pois, de uma defectividade subjectiva e não formal¹⁰⁰.

Um outro tipo de defectividade diz respeito ao pequeno conjunto das chamadas formas nominais do verbo (infinitivo impessoal, participio e gerúndio), que não flexionam em pessoa-número. Note-se que a existência destas formas não compromete a produtividade da flexão verbal. Pelo contrário, todos os verbos existentes em Português dispõem destas três formas nominais, pelo que a sua ocorrência é sistemática e obrigatória. Nestes casos, a inexistência de flexão em pessoa-número é uma propriedade destas formas verbais e não um tipo de defectividade. Conclui-se, assim, que as restrições à variação em tempo-modo-aspecto e pessoa-número, acima referidas, são geradoras de paradigmas defectivos, mas não põem em causa a produtividade dos processos flexionais, comprovando, apenas, a existência de comportamentos idiossincráticos neste domínio morfológico. Consequentemente, é possível manter a afirmação de que a flexão é um processo tipicamente produtivo.



- (23) a. *s {e}co*
s {e}cozinho cf. *s {I}quinho*
- retr {a}to*
retr {a}tozinho cf. *retr {U}tinho*
- b. *s {I}car*
s {I}cador
s {I}cadouro
- retr {U}tar*
retr {U}taçaço
retr {U}tador

Um outro argumento, que suporta a afirmação de que a forma de base da sufixação Z-avaliativa é uma palavra, é dado por formas derivadas que integram sufixos cuja realização fonética é contextualmente determinada. Considerem-se os seguintes exemplos que integram os sufixos *-vel* (cf. 24a) e *-ção* (cf. 24b).

- (24) a. *amavelzinho* cf. *amável*
amaveizinhos cf. *amáveis*
amabilidade
- b. *emoçãozinha* cf. *emoção*
emoçõezinhas cf. *emoções*
emocionar

Os sufixos que integram estas formas têm uma realização fonética em posição final de palavra (cf. *amável*, *emoção*), uma outra realização nas formas do plural (cf. *amáveis*, *emoções*), e uma terceira realização fonética quando se encontram em posição final de radical (cf. *amabil*, *emocion*). No singular, a realização fonética destes sufixos nas formas Z-avaliativas é, como se pode constatar, idêntica à que ocorre em final de palavra (cf. *amavelzinho*, *emoçãozinha*), e no plural é idêntica à que ocorre nas formas do plural (cf. *amaveizinhos*, *emoçõezinhas*). Considerando que estes alomorfes dos sufixos só ocorrem nas formas flexionadas, deve, conseqüentemente, concluir-se que as formas de base da sufixação Z-avaliativa são palavras flexionadas.

Esta posição requer, no entanto, um comentário. Com efeito, ao admitir que a base das formas Z-avaliativas do plural são adjetivos ou nomes flexionados no plural, seria esperável que o seu sufixo de número ocorresse na forma Z-avaliativa, mas não é isso o que se verifica (cf. **amaveiszinhos*, **emoçõeszinhas*). A hipótese que coloco é a de que esse sufixo está presente na estrutura morfológica, mas, suprimido por um processo fonológico, não terá realização fonética. Note-se que a realização fonética deste sufixo é particularmente sensível ao contexto, e que o mesmo se verifica relativamente à realização fonética de /s/ em posição final de sílaba. Com efeito, é sabido que esta consoante assimila a sonoridade da consoante seguinte e palataliza. Este é um processo sistemático sempre que a consoante à direita do /s/ é [-cont] ou [+cont, +ant, -cor]¹⁰¹. Quando a consoante seguinte é [s], [ʃ], [z], [ʒ] ou uma vibrante, a realização do /s/ está sujeita a uma maior variação dialectal ou idiolectal. Assim, no Português Europeu Contemporâneo, é possível atestar, pelo menos, as formas fonéticas registadas em (25). Nestes exemplos pode ver-se que, em I, a consoante /s/ em posição final de sílaba, morfema ou palavra assimila a sonoridade do segmento seguinte; em II também assimila a sonoridade do segmento seguinte, mas, concomitantemente, palataliza; em III, essa consoante é suprimida; e em IV a realização fonética apresenta outras soluções cuja descrição não é, neste momento, relevante. Note-se que, no interior de um dado dialecto ou idiolecto, podem coexistir diferentes soluções para os diferentes contextos. O dialecto de Lisboa, por exemplo, parece privilegiar a solução II para as formas referidas em (25a), (25c) e (25e), e a solução III para as formas registadas em (25b) e (25d).



(25)	I	II	III	IV
a. <i>nascer</i>		[nUS'ser]	[nU'ser]	[nU'Ser]
<i>descentrar</i>		[dISse\$'trar]	[dIse\$'trar]	[dISe\$'trar]
<i>os selos</i>		[uS'seluS]	[u'seluS]	[u'SeluS]
b. <i>deschumbar</i>	[dIsSu\$'bar]		[dISu\$'bar]	[dIzSu\$'bar]
<i>as chaves</i>	[Us'SavIS]		[U'SavIS]	[Uz'SavIS]
c. <i>deszelar</i>		[dIJzI'lar]	[dIzI'lar]	
<i>as zebras</i>		[UJ'zebrUS]	[U'zebrUS]	
d. <i>desjuntar</i>	[dIzJu\$'tar]		[dIJu\$'tar]	
<i>as janelas</i>	[UzJU'nEIUS]		[UJU'nEIUS]	
e. <i>desrespeito</i>		[dIJRIS'pUjtu]		[dIræIS'pUjtu]
<i>os reis</i>		[uJ'RUjS]		[u'ræUjS]

Em suma, é possível admitir que o sufixo *-s* esteja presente em formas como *amaveizinhos* e *emoçõezinhas*, e que a sua realização fonética, neste contexto morfológico, se submeta à solução III. Outros dados mostram que o contexto morfológico pode interferir na realização fonética destas sequências de consoantes fricativas. Note-se que o *DPE* regista as seguintes grafias duplas: *descentralizar*, *decentralizar*; *desjejum*, *dejejum*. Pode, assim, admitir-se que a supressão da consoante é favorecida quando ocorre no interior de uma palavra, como se verifica quer na adjunção do prefixo *des-* (cf. *decifrar*), quer na sufixação *Z*-avaliativa.

Quanto à forma de base do sufixo *-mente*, uma argumentação paralela permite igualmente concluir que se trata de uma forma flexionada. Com efeito, a forma de base é um adjectivo feminino ou invariável que contém uma sílaba tónica (cf. *cl[a]ramente*, *am[a]velmente*) e a realização do sufixo *-vel*, por exemplo, é a que ocorre em posição final de palavra (cf. 26a). Como se trata de uma forma flexionada no singular, a flexão não é foneticamente visível, mas a visibilidade fonética não pode, como já referi, constituir um critério para a representação da estrutura morfológica.

Constata-se, assim, que os sufixos *Z*-avaliativos e *-mente*, ou seja, os sufixos que se associam a palavras flexionadas, são precedidos por sufixos flexionais, ou pela intervenção da flexão no

vácuo. Esta constatação indicia, uma vez mais, a especificidade dos sufixos Z-avaliativos e de *-mente*, relativamente aos sufixos derivacionais (cf. capítulo 5).

Por outro lado, é necessário referir que os sufixos flexionais (ou os traços morfo-sintácticos flexionais) que precedem os sufixos Z-avaliativos e *-mente* têm uma função distinta da dos sufixos de flexão que ocorrem no final das palavras. Como referi em 4.1.5., os primeiros são sufixos de flexão interna que só têm escopo sobre a base da palavra complexa que integram, enquanto que os segundos são sufixos de flexão externa que têm escopo sobre toda a palavra. Estes dois tipos de sufixos flexionais são, aliás, responsáveis pelo desencadeamento ou participação em diferentes operações de concordância: os sufixos de flexão interna registam as relações morfo-sintácticas existentes entre constituintes morfológicos e afectam exclusivamente palavras formadas por sufixação de Z-avaliativos ou de *-mente*, ou ainda por composição sintáctica (cf. capítulo 6.2.). Esta flexão e esta concordância são irrelevantes em sintaxe. Em contrapartida, os sufixos de flexão externa, que afectam todas as palavras ditas variáveis, registam relações existentes entre constituintes sintácticos.

Pode, assim, concluir-se que os sufixos derivacionais precedem os sufixos de flexão, e que os sufixos Z-avaliativos precedem e são precedidos por sufixos flexionais. No capítulo 5 demonstrarei que os sufixos derivacionais precedem igualmente os sufixos avaliativos e que estes precedem os sufixos flexionais. Por outro lado, dada a inexistência de processos de formação de palavras que seleccionem formas adverbiais como base, assumirei que os sufixos derivacionais precedem o sufixo *-mente* (cf. *agradavelmente*, *gostosamente*). Por último, assumirei ainda que os sufixos avaliativos precedem o sufixo *-mente* (cf. *lentissimamente*), e que este sufixo precede e é precedido pelos sufixos flexionais, ainda que, tratando-se de formas invariáveis, a flexão externa opere no vácuo. Assim, pode concluir-se que a ordem linear dos sufixos, em Português, prevê as seguintes cinco diferentes posições de sufixação, condicionadas pelas suas propriedades de selecção relativamente à categoria morfológica da base:

- (26) sufixos derivacionais > sufixos avaliativos > sufixos flexionais >
 ∉ sufixos Z-avaliativos ÷ > sufixos flexionais
 ⊂
 ©sufixo *-mente* "



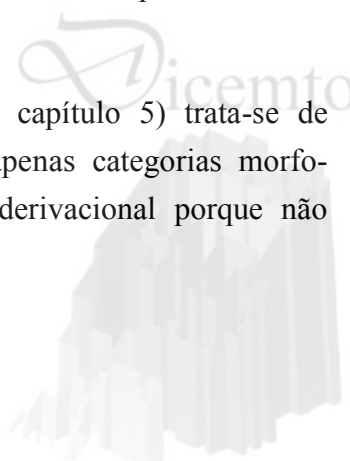
4.1.8. RESUMO

Nesta secção (4.1.) procurei demonstrar que a flexão é um processo morfológico que se distingue da sufixação derivacional, avaliativa, Z-avaliativa e sufixação em *-mente* por duas ordens de factores. Por um lado, os sufixos de flexão realizam exclusivamente uma categoria (ou um conjunto de categorias) morfo-sintáctica(s) determinadas pela categoria sintáctica da base (cf. 4.1.1.), e que, em Português, são número, tempo-modo-aspecto e pessoa-número. Por outro lado, a flexão é o único processo morfológico que gera palavras (cf. 4.1.5.). Destas duas propriedades nucleares da flexão decorrem outras que, complementarmente, contribuem para a diferenciação dos processos de sufixação. Assim, relacionadas com o facto de a flexão só realizar categorias morfo-sintácticas encontram-se a manutenção da categoria sintáctica da base (cf. 4.1.3.), a composicionalidade semântica (cf. 4.1.4.) e a impossibilidade de co-ocorrência de sufixos relativos à mesma categoria e com idêntico escopo (cf. 4.1.4.).

Por outro lado, do facto de a flexão ser o único processo que forma palavras, extrai-se a obrigatoriedade e sistematicidade que lhe conferem um grau máximo de produtividade (cf. 4.1.6.), e a perifericidade dos seus sufixos no domínio de uma dada palavra (cf. 4.1.7.). Uma propriedade independente das restantes é a que constata que só no domínio da flexão se regista a coexistência dos sufixos que realizam cumulativamente diferentes categorias (amalgamas) e dos sufixos que as realizam autonomamente (cf. 4.1.2.).

Quanto à sufixação derivacional, distingue-se da flexão porque pode realizar categorias morfo-sintácticas (em Português, o género), categorias morfo-semânticas e subcategorias morfológicas, determinando a categoria sintáctica do derivado (cf. 4.1.1. e 4.1.3.). Consequentemente, a interpretação semântica dos derivados é o resultado da interacção de diferentes tipos de informação associada aos sufixos, o que afecta a sua composicionalidade e facilita a intervenção de processos de lexicalização (cf. 4.1.4.). Por outro lado, os processos de sufixação derivacional geram radicais (cf. 4.1.5.), o que possibilita a sua recursividade (cf. 4.1.4.), e origina a sua não obrigatoriedade (cf. 4.1.6.), bem como o facto de precederem os sufixos flexionais (cf. 4.1.7.).

Quanto à sufixação avaliativa e Z-avaliativa (que retomarei no capítulo 5) trata-se de processos morfológicos distintos da flexão, dado que realizam apenas categorias morfo-semânticas e geram radicais, e distintos também da sufixação derivacional porque não



determinam a categoria sintáctica das formas em que ocorrem. No quadro (27) apresento uma sistematização das propriedades dos diferentes processos de sufixação:

(27)

		FLEXÃO	SUFIXAÇÃO DERIVACIONAL	SUFIXAÇÃO AVALIATIVA	SUFIXAÇÃO Z- AVALIATIVA
CATEGORIA	BASE	tema	radical , tema ou palavra	radical	palavra
MORFOLÓGICA	BASE+SUFIXO	palavr a	radical	radical	palavra
CATEGORIA SINTÁCTICA	DETERMINADA PELA BASE	+	-	+	+
	DETERMINADA PELO SUFIXO	-	+	-	-
CATEGORIAS MORFO- SINTÁCTICAS	N E ADJ	G°	-	+	-
		N°	+	-	-
	V	TMA	+	-	-
		PN	+	-	-
	ADV	-	-	-	-
CATEGORIAS MORFO-SEMÁNTICAS		-	+	+	+

Pode, em suma, concluir-se que a descrição das propriedades que caracterizam os processos morfológicos realizados por sufixação permite distinguir a flexão, a sufixação derivacional, a sufixação avaliativa e a sufixação Z-avaliativa, legitimando o seu tratamento como distintos processos morfológicos.



4.2. NÚMERO E GÉNERO

Em 4.1. descrevi a flexão como um processo obrigatório e sistemático, que afecta, de um mesmo modo, todas as formas pertencentes a uma dada categoria sintáctica. Pode, assim, afirmar-se que, em Português, a realização dos contrastes de número está a cargo de processos flexionais (cf. 4.2.1.), mas, contrariamente ao que geralmente é aceite, a realização dos contrastes de género não pode ser atribuída à flexão (cf. 4.2.2.). Com efeito, a variação em número é realizada por um processo de flexão que afecta a totalidade dos adjectivos e dos nomes de um modo semelhante¹⁰²: o singular resulta da conversão de um tema num adjectivo ou num nome, sem qualquer modificação formal, e a formação do plural consiste na adição do sufixo *-s* ao tema. A existência de formas nominais defectivas (cf. *óculos*) não impede a consideração da variação em número como um processo flexional, mas demonstra a existência de um pequeno conjunto de nomes plurais lexicalizados. Em contrapartida, os contrastes de género não afectam a totalidade dos adjectivos (cf. *leve, apreciável*), nem a totalidade dos nomes (cf. *pente, criança*), ou seja, não são obrigatórios e a sua realização não é sistemática. A variação em género está limitada ao conjunto dos adjectivos variáveis (cf. *novo/nova; inovador/inovadora*) e a um subconjunto dos nomes que referem entidades animadas (cf. *menino/menina; gato/gata*), podendo ser realizada lexicalmente (cf. *novo/nova; menino/menina; (o/a) jornalista, homem/mulher*), ou morfológicamente (cf. *conde/condessa, águia-macho/águia-fêmea*)¹⁰³. Note-se que o género não é uma categoria gramatical universal: em algumas línguas desempenha uma função importante, mas noutras é completamente inexistente (cf. Corbett 1991: 1). Como procurarei demonstrar, a presente descrição do número e do género permite manter que essas duas classes de palavras têm comportamentos morfológicos idênticos¹⁰⁴, mas também permite distingui-las¹⁰⁵ (cf. 4.2.3.), dado que o género é uma propriedade inerente dos nomes, mas não o é relativamente aos adjectivos, e que interfere na sua diferente distribuição lexical por classes temáticas.



4.2.1. FLEXÃO DE NÚMERO

A variação em número, que em Português contrasta dois valores (singular/plural) numa oposição de cardinalidade dos subconjuntos referidos (respectivamente, igual/superior a um)¹⁰⁶, é realizada por um processo de flexão que afecta adjectivos e nomes de um modo semelhante. Este processo consiste na transformação de um tema adjectival ou nominal, respectivamente num adjectivo ou nome: a formação do singular não implica qualquer modificação formal, enquanto que a do plural consiste na adunção do sufixo -s ao tema adjectival ou nominal (cf. 28a).

(28)	ADJECTIVOS			NOMES		
	TEMA	SINGULAR	PLURAL	TEMA	SINGULAR	PLURAL
a.	<i>alegre</i> <i>alemã</i> <i>bom</i> <i>claro</i> <i>comum</i> <i>jovem</i> <i>mau</i> <i>nazi</i> <i>nova</i> <i>ruim</i>	<i>alegre</i> <i>alemã</i> <i>bom</i> <i>claro</i> <i>comum</i> <i>jovem</i> <i>mau</i> <i>nazi</i> <i>nova</i> <i>ruim</i>	<i>alegres</i> <i>alemãs</i> <i>bons</i> <i>claros</i> <i>comuns</i> <i>jovens</i> <i>maus</i> <i>nazis</i> <i>novas</i> <i>ruins</i>	<i>atum</i> <i>boi</i> <i>dom</i> <i>fome</i> <i>janela</i> <i>jasmim</i> <i>maçã</i> <i>pau</i> <i>refém</i> <i>saco</i>	<i>atum</i> <i>boi</i> <i>dom</i> <i>fome</i> <i>janela</i> <i>jasmim</i> <i>maçã</i> <i>pau</i> <i>refém</i> <i>saco</i>	<i>atuns</i> <i>bois</i> <i>dons</i> <i>fomes</i> <i>janelas</i> <i>jasmins</i> <i>maçãs</i> <i>paus</i> <i>refêns</i> <i>sacos</i>
b.	<i>cortes</i> ∅ <i>fugaz</i> ∅ <i>menor</i> ∅	<i>cortês</i> <i>fugaz</i> <i>menor</i>	<i>cortes</i> <i>fugaz</i> <i>menor</i>	<i>bar</i> ∅ <i>marques</i> ∅ <i>rapaz</i> ∅	<i>bar</i> <i>marquês</i> <i>rapaz</i>	<i>bares</i> <i>marqueses</i> <i>rapazes</i>
c.	<i>espanhol</i> ∅ <i>fiel</i> ∅ <i>normal</i> ∅ <i>senil</i> ∅ <i>taful</i> ∅ <i>temível</i> ∅ <i>volátil</i> ∅	<i>espanhol</i> <i>fiel</i> <i>normal</i> <i>senil</i> <i>taful</i> <i>temível</i> <i>volátil</i>	<i>espanhóis</i> <i>fiéis</i> <i>normais</i> <i>senis</i> <i>tafuis</i> <i>temíveis</i> <i>voláteis</i>	<i>anel</i> ∅ <i>bocal</i> ∅ <i>farol</i> ∅ <i>fossil</i> ∅ <i>funil</i> ∅ <i>paul</i> ∅ <i>tunel</i> ∅	<i>anel</i> <i>bocal</i> <i>farol</i> <i>fóssil</i> <i>funil</i> <i>paul</i> <i>túnel</i>	<i>anéis</i> <i>bocais</i> <i>faróis</i> <i>fósseis</i> <i>funis</i> <i>paúis</i> <i>túneis</i>
d.	<i>charlatan</i> ∅ <i>parvalhon</i> ∅ <i>sano</i>	<i>charlatão</i> <i>parvalhão</i> <i>são</i>	<i>charlatães</i> <i>parvalhões</i> <i>sãos</i>	<i>can</i> ∅ <i>orfano</i> <i>sabon</i> ∅	<i>cão</i> <i>órfão</i> <i>sabão</i>	<i>cães</i> <i>órfãos</i> <i>sabões</i>
e.	<i>demais</i> <i>simples</i>	<i>demais</i> <i>simples</i>	<i>demais</i> <i>simples</i>	<i>alferes</i> <i>cais</i>	<i>alferes</i> <i>cais</i>	<i>alferes</i> <i>cais</i>

Relativamente à formação do plural, acolho a posição de Pardal (1973, 1977: 17-40), segundo a qual as aparentes excepções (cf. 28b, 28c, 28d, 28e) se devem a alterações fonológicas independentemente motivadas. Por outro lado, note-se que formas como *cais* ou *simples* (cf. 28e) são ambíguas quanto ao número. Esta ambiguidade não resulta, no entanto, de qualquer tipo de restrição sobre o processo de pluralização, mas sim da intervenção de um fenómeno de degeminação na formação do plural¹⁰⁷ (cf. Pardal 1973, 1977: 26). Nestes casos, a informação de número só pode ser recuperada através das marcas de concordância presentes na frase:

- (29) *o* [*ourives*]_[-plu] *suspeito*
os [*ourives*]_[+plu] *suspeitos*

A realização dos contrastes de número, em Português, é, pois, sistemática. Quanto à sua obrigatoriedade, é necessário considerar o caso de nomes defectivos que só têm forma plural. Óscar Lopes (1971: 76) refere que estes nomes podem ter diferentes significações:

«nalguns deles é fácil reconhecer um colectivo de sentido indiviso (mas comum, e não próprio, como se verifica numerando: "duas calças" ou "dois pares de calças"). Eis o que acontece com "algemas", "óculos", "calções", "ceroulas", nomes acerca dos quais é ainda frequente falar-se em "pares de ...". Noutros casos, trata-se de conjuntos em que a pluralidade dos elementos é, pelo menos, predominante: "migas", "cãs", "fezes", "víveres", etc. Noutros casos, perdeu-se de vista a pluralidade inicialmente visada pelo conjunto nomeado, e a desinência e a concordância plurais mantêm-se como anomalia acatada por tradição: "cócegas", "núpcias", "parabéns", etc.»

A existência destas formas não implica, no entanto, uma impossibilidade de flexão, mas sim a lexicalização de formas flexionadas no plural¹⁰⁸, particularmente como estratégia de formação de nomes colectivos. Há outros exemplos de nomes colectivos formados por lexicalização de formas do plural: palavras como *fruta*, *lenha*, *ova* ou *rama*, que são provenientes de plurais latinos, podem manter no Português, mais ou menos presente, um valor de nome colectivo, mas não são certamente interpretadas como contrapartida plural de *fruto*, *lenho*, *ovo* e *ramo*¹⁰⁹. A formação de nomes colectivos, cuja interpretação está relacionada com a cardinalidade, pode, pois, recorrer à lexicalização de formas flexionadas (cf. *fruta*, *óculos*), mas também pode recorrer à sufixação derivacional (cf. *colunata*, *proletariado*, *laranjal*).

Nestes casos, tal como naqueles em que a cardinalidade é expressa sintacticamente, verifica-se que conceitos muito próximos são expressos por diferentes formas gramaticais (cf.

Stanckiewicz 1962: 2). Em Português, a flexão só realiza os contrastes de número relativos à oposição singular/plural¹¹⁰:

- (30) *operário / operários*
operariado
um grupo de operários
quatro operários

Note-se, por último, que a oposição singular / plural e a formação derivacional de nomes colectivos não constituem os únicos modos de expressão morfológica da cardinalidade. Formas como *unicórnio*, *bi-motor*, *tripé*, *quadrúpede* ou *centopeia* exemplificam nomes formados por adjunção de um prefixo que quantifica uma propriedade específica da entidade referida. Com efeito, um *unicórnio* é "**um** (animal que tem) **um** corno", um *bi-motor* é "**um** (aparelho que tem) **dois** motores", um *tripé* é "**um** (objecto que tem) **três** pés", um *quadrúpede* é "**um** (animal que tem) **quatro** pés" e uma *centopeia* é "**um** (animal que tem) **cem** pés".

Pode, assim, concluir-se que, de um ponto de vista formal, a variação em número é sistemática e obrigatória. À excepção de um pequeno conjunto de formas lexicalmente condicionadas, qualquer palavra de natureza nominal é susceptível de participar na oposição singular / plural, quer se trate de uma especificação inerente, como nos nomes, quer se trate de uma especificação por concordância, como nos adjectivos. Tratando-se de um processo sistemático e obrigatório, a realização de contrastes de número é adequadamente caracterizada como um processo de flexão.

4.2.2. CONTRASTES DE GÉNERO

Na tradição gramatical portuguesa (cf. Câmara 1971, 1984: 53, Lopes 1971: 66-67, Cunha e Cintra 1984, 1991: 133, 183), o género é tratado como uma categoria morfológica de flexão, mas também é possível encontrar algumas opiniões discordantes. Hüber (1933, 1986: 167-168, 272), por exemplo, considera que, em Português Antigo, desaparecida a flexão de caso, a flexão dos adjectivos e dos nomes se reduz à realização do plural. A formação do feminino é considerada como um processo derivacional, ainda que não sejam apresentados argumentos

justificativos. Carvalho (1967, 1984: 601) também refere que os nomes não flexionam em género.

Com efeito, há argumentos que permitem defender que, em Português, a realização dos contrastes de género não pode ser atribuída à flexão, e que se relacionam com a constatação de que a variação em género não é obrigatória, nem sistemática. Quanto à não obrigatoriedade, verifica-se que, no domínio dos adjectivos, a possibilidade de existência de contrastes de género é lexicalmente determinada (cf. *novo/nova* vs *leve*), ou seja, não afecta todos os adjectivos (cf. 4.2.2.1.). Nos nomes, que possuem obrigatoriamente uma especificação de género (cf. 4.2.3.), a variação é semântica e lexicalmente condicionada (cf. *livro; casa; cônjuge; testemunha* vs *aluno/aluna; duque/duquesa; águia-macho/águia-fêmea; boi/vaca*), afectando apenas nomes que referem entidades animadas (cf. 4.2.2.2.). Quanto à assistemática, constata-se que os contrastes de género não são sempre realizados do mesmo modo: nos adjectivos (cf. 4.2.2.1.), o masculino pode ser lexicalmente realizado por palavras de tema em *-o* (cf. *novo*), de tema \emptyset (cf. *inovador*) ou atemáticas (cf. *bom*), e o feminino pelas formas correspondentes de tema em *-a* (cf. *nova, inovadora, boa*); os nomes (cf. 4.2.2.2.) dispõem de um maior número de possibilidades: para além de palavras que partilham o mesmo radical mas pertencem a diferentes classes temáticas (cf. *menino/menina*), os contrastes podem ser realizados por derivação (cf. *conde/condessa*) ou por composição (cf. *águia-macho/águia-fêmea*), ou ainda lexicalmente, por pares de palavras morfológicamente não-relacionadas (cf. *homem/mulher*).

4.2.2.1. ADJECTIVOS

Como é sabido, nem todos os adjectivos admitem variação de género (cf. 31a vs. 31b):

- (31) a. *anterior*
 apreciável
 cortez
 eficaz
 inteligente
 leve
 careca



b.	<i>claro</i>	<i>clara</i>
	<i>alemão</i>	<i>alemã</i>
	<i>falador</i>	<i>faladora</i>
	<i>imaginativo</i>	<i>imaginativa</i>
	<i>saboroso</i>	<i>saborosa</i>

Esta (im)possibilidade de participação em contrastes de género é determinada por uma propriedade idiossincrática das formas simples (cf. *leve*/**leva* vs. *claro/clara*), ou dos sufixos de adjectivalização (cf. *apreciável*/**apreciávela* vs. *imaginativo/imaginativa*). Note-se que Nunes (1919, 1975: 224) considera que a existência de adjectivos uniformes é uma consequência do desaparecimento do valor neutro nos contrastes de género. No entanto, ainda que o condicionamento da variação em género seja diacronicamente motivado, ele é sincronicamente imprevisível, tanto mais que, na mudança do Latim para o Português, se registam casos em que adjectivos da primeira declinação latina¹¹¹ passaram a uniformes (cf. *contente*, *firme*), e casos em que adjectivos que possuíam uma única forma para o masculino e para o feminino passaram a dispor de formas distintas para estes dois valores de género. A este conjunto pertencem os adjectivos de tema Ø derivados por intermédio dos sufixos *-dor* e *-ês* (cf. *falador/faladora*, *faladores/faladoras*; *francês/francesa*, *franceses/francesas*), que são invariáveis em Português Antigo, embora Hüber (1933, 1986: 169) refira que já aí se nota «o empenho em distinguir o feminino do masculino pela terminação *-a*». Assim, é necessário distinguir, no léxico, os adjectivos que admitem contrastes de género dos invariáveis.

Se em (31) se verifica que os contrastes de género não são obrigatórios, em (32) pode constatar-se que a sua realização também não é sistemática.

(32)		-a	-o	Ø	atemática
variáveis	feminino	<i>alemã</i> <i>boa</i> <i>clara</i> <i>francesa</i> <i>provocatória</i> <i>sã</i>			
	masculino		<i>claro</i> <i>provocatório</i> <i>são</i>	<i>alemão</i> <i>falador</i> <i>francês</i> <i>grandalhão</i>	<i>bom</i>

uniformes	<i>careca</i> <i>palerma</i> <i>pateta</i>		<i>apreciável</i> <i>cortês</i> <i>leve</i> <i>menor</i>	<i>ruim</i> <i>simples</i>
-----------	--	--	---	-------------------------------

Com efeito, é igualmente necessário registar no léxico a classe temática a que pertencem, dado que, à excepção dos adjectivos de tema em *-o* (que são sistematicamente a forma masculina dos adjectivos variáveis), todos os restantes índices temáticos podem ocorrer em adjectivos variáveis e uniformes. Neste quadro pode ainda constatar-se que a forma feminina dos adjectivos variáveis é sempre realizada por palavras de tema em *-a* (cf. *clara*, *faladora*, *boa*), mas a forma masculina e os adjectivos invariáveis podem exibir diversos índices temáticos (cf. respectivamente, *claro*, *falador*, *bom* e *careca*, *menor*, *ruim*).

Em suma, pode concluir-se que, não sendo obrigatória nem sistemática, a variação em género, nos adjectivos, não pode ser considerada como um processo de flexão. Consequentemente, a existência de contrastes de género e a sua realização são propriedades idiossincráticas dos radicais adjectivais ou dos sufixos de adjectivalização, e estão registadas no léxico¹¹².

4.2.2.2. NOMES

Tal como os adjectivos, nem todos os nomes admitem contrastes de género:

- (33) a. *dedo* **deda*
 **simpatio* *simpatia*
 **roseiro* *roseira*
- b. *gato* *gata*
 advogado *advogada*

Os dados registados em (33) mostram, no entanto, que a possibilidade de ocorrência de contrastes de género, nos nomes, é semanticamente condicionada, afectando exclusivamente nomes que referem entidades sexuadas. A existência de contrastes de género está, pois, relacionada com a oposição [\pm animado]. Limitado aos nomes [+animado], o contraste de género gramatical coincide, geralmente, com o contraste semântico de sexo¹¹³.

Note-se que esta posição não tem sido unanimemente aceite. Com efeito, Câmara (1971, 1984: 61-62) não restringe a variação de género a nomes [+animado]. Segundo este autor, existe variação de género em pares como *ramo/rama*, *jarro/jarra*, *espinho/espinha*, ainda que esta variação, que «condiciona uma especialização de sentido» só corresponda à distinção de sexo quando afecta nomes que referem entidades pertencentes ao «mundo animal». Noutros casos, corresponderá a distinções que o autor, infelizmente, não menciona, mas que se podem adivinhar em Lopes (1971: 69), ainda que este autor as não considere como contrastes de género:

«a oposição desinencial e sintáctica masculino-feminino pode assumir simples relevância lexical, isto é, conta às vezes como maneira de opor entre si duas palavras diferentes ("o lente", "a lente"), ou desempenha um papel morfológico especial, reservando à forma marcada (feminina) um valor colectivo ("fruta" em oposição a "fruto"), aumentativo ("saca" em oposição a "saco"), entre outros».

De facto, Mattoso Câmara pretende defender que o género é uma categoria formal e não semântica, afirmando, assim, que pode (i) excluir da sua descrição as oposições *homem/mulher*, *galo/galinha* ou *perdigão/perdiz* (em que «a indicação do sexo se faz fundamentalmente no âmbito do léxico, por palavra própria ou derivação lexical»), (ii) explicar a existência de nomes epicenos e sobrecomuns e (iii) justificar a presença de uma especificação de género em nomes «referentes ao reino vegetal e mineral e artefactos». Na verdade, o objectivo de Mattoso Câmara consiste em fazer coincidir a variação de género com a «oposição entre morfema zero, no masculino, e desinência *-a* no feminino, quando o nome é suscetível de flexão de género». Esta abordagem é, no entanto, insatisfatória, visto que nada diz sobre a grande quantidade de nomes que não admitem variação de género (cf. *mala*, *livro*, *dente*), sobre pares como *casa/caso* que não têm qualquer relação semântica ou morfológica, ou sobre pares como *chinelo/chinela* que, segundo o próprio autor, se encontram em variação livre. Por outro lado, é incoerente com a definição de flexão, apresentada pelo autor como um mecanismo obrigatório e coerente.

Note-se ainda que, segundo Nunes (1919, 1975: 223), a existência de pares de palavras como *ovo/ova* e *fruto/fruta*, ou seja, de temas integrados em duas classes diferentes como resultado de evoluções autónomas a partir, respectivamente, das formas latinas do singular e do plural de uma mesma palavra, permite explicar por analogia pares como *barco/barca*, *sapato/sapata*, *poço/poça*, cuja etimologia difere da das primeiras. A analogia é, no entanto, posta em causa

pelo facto de as formas femininas provenientes de plurais latinos terem uma interpretação semântica de nomes colectivos, inexistente nos restantes casos (cf. 4.2.1.). Na verdade, o índice temático *-a* que ocorre em palavras como *barca*, *sapata* ou *poça* assemelha-se a um sufixo derivacional, próximo de sufixos como *-aça* (cf. *barco/barcaça*), *-ilha* (cf. *sapato/sapatilha*) ou *-eira* (cf. *poça/poceira*).

Consequentemente, mantenho a referida restrição sobre a possibilidade de participação em contrastes de género aos nomes [+animado]. Esta delimitação do universo de nomes que permitem contrastes de género é, no entanto, ainda insuficiente, dado que nem todos os nomes [+animado] admitem esse tipo de variação. As formas registadas em (34) exemplificam os chamados nomes epicenos (cf. 34a e 34b) e sobrecomuns (cf. 34a' e 34b'). Trata-se de nomes que dispõem de um único valor de género (masculino em 34a e 34a'e feminino em 34b e 34b') independentemente do sexo da entidade que referem, mas que podem referir entidades de sexo masculino ou de sexo feminino.

- | | | | |
|------|-----|--|--|
| (34) | a. | (o) <i>ídolo</i>
(o) <i>carrasco</i>
(o) <i>cônjuge</i>
(o) <i>indivíduo</i>
(o) <i>ser</i> | * <i>(a) ídolo/a</i>
* <i>(a) carrasco/a</i>
* <i>(a) cônjuge/a</i>
* <i>(a) indivíduo/a</i>
* <i>(a) ser/a</i> |
| | a.' | (o) <i>corvo</i>
(o) <i>crocodilo</i>
(o) <i>elefante</i>
(o) <i>panda</i>
(o) <i>robalo</i> | * <i>(a) corvo/a</i>
* <i>(a) crocodilo/a</i>
* <i>(a) elefante/a</i>
* <i>(a) panda</i>
* <i>(a) robalo/a</i> |
| | b. | (a) <i>criança</i>
(a) <i>criatura</i>
(a) <i>pessoa</i>
(a) <i>testemunha</i>
(a) <i>vítima</i> | * <i>(o) criança/o</i>
* <i>(o) criatura/o</i>
* <i>(o) pessoa/o</i>
* <i>(o) testemunha/o</i>
* <i>(o) vítima/o</i> |
| | b'. | (a) <i>águia</i>
(a) <i>cobra</i>
(a) <i>garça</i>
(a) <i>mosca</i>
(a) <i>zebra</i> | * <i>(o) águia/o</i>
* <i>(o) cobra/o</i>
* <i>(o) garça/o</i>
* <i>(o) mosca/o</i>
* <i>(o) zebra/o</i> |



Pode, assim, concluir-se que a variação em género não é obrigatória, dado que não só se restringe aos nomes [+animado], como não afecta a totalidade destes nomes. Consequentemente, o género também não pode ser considerado uma categoria flexional dos nomes.

Por outro lado, a realização dos contrastes de género, no subconjunto dos nomes [+animado] que os admitem, não é sistemática. Com efeito, verifica-se que os contrastes de género não são sempre realizados do mesmo modo. A sua realização está frequentemente a cargo de pares de palavras morfologicamente relacionadas, mas pertencentes a diferentes classes temáticas. Trata-se, portanto, de um contraste lexicalmente determinado, ou seja, especificado no léxico:

(35)	-a	-o	Ø	atemática
feminino	<i>?ajudanta</i> <i>apresentadora</i> <i>burguesa</i> <i>chorona</i> <i>cidadã</i> <i>estagiária</i> <i>?general</i>			<i>avó</i>
masculino		<i>cidadão</i> <i>estagiário</i>	<i>ajudante</i> <i>apresentador</i> <i>burguês</i> <i>chorão</i> <i>general</i>	<i>avô</i>

Como se verifica, as formas femininas destes nomes biformes distribuem-se pelas classes de tema em *-a* e *atemática*. As formas masculinas repartem-se pelas classes de tema em *-o*, tema \emptyset e *atemática*. É, no entanto, possível formular uma generalização, dado que o feminino dos nomes biformes de tema em *-o* e de tema \emptyset é uma forma de tema em *-a*.

Um outro contraste de género lexicalmente determinado é o que diz respeito aos chamados nomes comuns de dois, em que a mesma forma pode ter qualquer dos valores de género. Considerem-se os seguintes exemplos:

(36) *agente*

artista
colega
cliente
dentista
estudante
herege
imigrante
intérprete
jornalista
mártir
selvagem
suicida

Poder-se-ia admitir que, tal como os adjectivos uniformes, estes nomes não fossem especificados quanto ao género. No entanto, eles são responsáveis pela ocorrência de diferentes marcas de concordância em constituintes sintácticos que os especificam, modificam ou predicam (cf. 37). Assim, proponho que estes nomes sejam possuidores de duas especificações de género¹¹⁴, ou seja, que o contraste envolva duas unidades lexicais formalmente idênticas, mas diferentemente especificadas quanto ao género:

- (37) *um artista / uma artista*
dois estudantes / duas estudantes
novo mártir / nova mártir

Note-se que, por vezes, os nomes comuns de dois podem aceder a contrastes de género que impliquem diferentes realizações formais (cf. *hóspede/hóspeda*, *infante/infanta*, *mestre/mestra*, *monge/monja*, *parente /parenta*, *presidente/presidenta*, *primeiro-ministro/primeira-ministra*), e que o fenómeno inverso também se verifica: Said Ali (1931, 1964: 62) refere o uso, em textos dos séculos XV e XVI, de formas femininas que não ocorrem actualmente (exs. *comediante*, *elefanta*, *farsanta*, *giganta*). Inscreve-se neste quadro a estranheza que formas como *ajudanta* ou *generalá*, registadas em (36), provocam em alguns falantes.

Tal como os sobrecomuns (cf. *cônjuge*, *testemunha*) e os epicenos (cf. *corvo*, *cobra*), que não admitem contrastes de género (cf. 34), os nomes uniformes são semanticamente ambíguos em frases que não permitam explicitar esse tipo de informação:

- (38) *Uma **testemunha** emocionada confirmou a versão do réu.*

*O cônjuge queixoso recusou todas as tentativas de reconciliação.
Três agentes da polícia de trânsito perseguiram o suspeito.*

Tanto a *testemunha emocionada* como o *cônjuge queixoso* podem ser pessoas do sexo masculino ou do sexo feminino. No caso de *agentes*, para além das duas hipóteses anteriormente referidas (masculino ou feminino), há ainda a considerar a possibilidade de se tratar de um conjunto formado por indivíduos dos dois sexos. Note-se, no entanto, que este tipo de ambiguidade também pode afectar nomes como *alunos* ou *professores*, dado que, em Português, a forma do masculino plural de um nome que admite contraste de género é a única que permite referir entidades compostas por elementos pertencentes aos dois sexos. Assim, tal como na generalidade das línguas românicas, em Português¹¹⁵, o masculino é o valor não-marcado nos contrastes de género, o que lhe permite ser o valor seleccionado quando se pretende obter uma referência genérica¹¹⁶.

Um terceiro tipo de contraste lexical, que envolve palavras remotamente relacionadas (cf. *ladrão / ladra, patrão / patroa*), ou totalmente distintas (cf. *homem / mulher, cavalo / égua*). Trata-se, pois, de um tipo de contraste de género que se assemelha ao que foi referido em (35), ou seja, ao contraste lexical que envolve palavras que partilham o mesmo radical, mas estão distribuídas por diferentes classes temáticas (cf. *menino / menina, professor / professora*).

A realização dos contrastes de género pode ainda estar a cargo de processos morfológicos, nomeadamente a sufixação derivacional¹¹⁷ e a composição. Os dados registados em (39) permitem concluir que a realização dos contrastes de género pode recorrer à associação de diversos sufixos, como *-esa, -essa, -ina, -inha, -triz* ou *-isa* (cf. 39a), exclusivamente, ou em concorrência com a forma de tema em *-a* (cf. 39b)¹¹⁸. De um modo geral, estas formas derivadas estão lexicalizadas, e o processo não é produtivo em Português.

- | | | | |
|------|----|--|---|
| (39) | a. | <i>barão
conde
czar
galo
imperador
poeta</i> | <i>baronesa
condessa
czarina
galinha
imperatriz
poetisa</i> |
| | b. | <i>embaixador
vendedor</i> | <i>embaixadora / embaixatriz
vendedora / vendedeira</i> |



Como afirmei anteriormente, o recurso a um processo idêntico - a sufixação - dificulta a distinção entre flexão e derivação, mas enquanto que os sufixos flexionais são únicos, aqueles que realizam o género, nos nomes, não o são. Note-se que a multiplicidade de sufixos na realização de um processo morfológico é frequente na derivação.

É ainda necessário referir que alguns contrastes de género são realizados por composição. Este é um processo frequente no domínio dos chamados nomes epicenos (cf. 40a), mas também pode ocorrer noutros casos (cf. 40b):

- (40) a. $[[abutre]_{[-fem]} [macho]]_{[-fem]}$ $[[abutre]_{[-fem]} [fêmea]]_{[-fem]}$
 $[[crocodilo]_{[-fem]} [macho]]_{[-fem]}$ $[[crocodilo]_{[-fem]} [fêmea]]_{[-fem]}$
 $[[águia]_{[+fem]} [macho]]_{[+fem]}$ $[[águia]_{[+fem]} [fêmea]]_{[+fem]}$
 $[[cobra]_{[+fem]} [macho]]_{[+fem]}$ $[[cobra]_{[+fem]} [fêmea]]_{[+fem]}$
- b. $[polícia]_{[-fem]}$ $[[mulher]_{[+fem]} [polícia]]_{[+fem]}$

Note-se que em (40a) se registam casos de conflito entre o género gramatical e o sexo da entidade referida¹¹⁹ (cf. (o) *abutre-fêmea*, (a) *águia-macho*). Este conflito é resultante do processo morfológico de realização do contraste de género - a composição - dado que o género do composto é determinado pelo género do seu núcleo, que, neste caso, é o seu constituinte da esquerda (cf. capítulo 6.2.).

Note-se, por último, que a realização dos contrastes de género na generalidade das línguas românicas é tão diversificada quanto em Português, e igualmente restringida ao conjunto dos nomes [+animado] (cf. 41a) e que também não afecta a totalidade dos nomes [+animado] (cf. 41b):

- (41) a. Castelhanao *coche* [-fem] *silla* [+fem]
 Catalão *auto* [-fem] *cadira* [+fem]
 Francês *fauteuil* [-fem] *voiture* [+fem]
 Italiano *conto* [-fem] *màccchina* [+fem]
- b. Castelhanao *testigo* [-fem]
 Castelhanao *víctima* [-fem]



Francês	<i>professeur</i> [-fem]
Italiano	<i>vittima</i> [+fem]

Com efeito, tal como em Português, o contraste entre feminino e masculino pode ser realizado lexicalmente por pares de palavras pertencentes a diferentes classes temáticas (cf. 42a), ou por pares de palavras morfologicamente não-relacionadas (cf. 42b). Mas pode também ser realizado morfologicamente por sufixação derivacional (cf. 42c) ou por composição (cf. 42d). Também se verifica a existência de nomes comuns de dois (cf. 42e).

(42) a.	Castelhano	<i>niño</i> [-fem]	<i>niña</i> [+fem]
	Catalão	<i>nin</i> [-fem]	<i>nina</i> [+fem]
	Francês	<i>étudiant</i> [-fem]	<i>étudiante</i> [+fem]
	Italiano	<i>ragazzo</i> [-fem]	<i>ragazza</i> [+fem]
b.	Castelhano	<i>hombre</i> [-fem]	<i>mujer</i> [+fem]
	Catalão	<i>home</i> [-fem]	<i>muller</i> [+fem]
	Francês	<i>neveu</i> [-fem]	<i>nièce</i> [+fem]
	Italiano	<i>padre</i> [-fem]	<i>madre</i> [+fem]
c.	Castelhano	<i>abad</i> [-fem]	<i>abadesa</i> [+fem]
	Catalão	<i>actor</i> [-fem]	<i>actriu</i> [+fem]
	Francês	<i>chanteur</i> [-fem]	<i>chanteuse</i> [+fem]
	Italiano	<i>professore</i> [-fem]	<i>professoressa</i> [+fem]
d.	Castelhano	<i>araña macho</i> [+fem]	<i>araña hembra</i> [+fem]
	Catalão	<i>serp matxo</i> [+fem]	<i>serp fembra</i> [+fem]
	Francês	<i>souris mâle</i> [+fem]	<i>souris femelle</i> [+fem]
	Italiano	<i>volpe màschio</i> [+fem]	<i>volpe fëmmina</i> [+fem]
e.	Castelhano	<i>periodista</i> [-fem]	<i>periodista</i> [+fem]
	Catalão	<i>ariculista</i> [-fem]	<i>articulista</i> [+fem]
	Francês	<i>adversaire</i> [-fem]	<i>adversaire</i> [+fem]
	Italiano	<i>pianista</i> [-fem]	<i>pianista</i> [+fem]

Em Inglês, a realização dos contrastes de género não dispõe da possibilidade de distribuir os nomes por diferentes classes temáticas, porque essas classes não existem ou são residuais¹²⁰.

Assim, há contrastes realizados por pares de palavras morfológicamente não-relacionadas (cf. 43a), por sufixação derivacional (cf. 43b) e por composição (cf. 43c). A situação mais frequente consiste, no entanto, em não haver qualquer contraste de género (cf. 43d):

- | | | | |
|------|----|------------------------|--------------------------|
| (43) | a. | <i>brother</i> [-fem] | <i>sister</i> [+fem] |
| | b. | <i>prince</i> [-fem] | <i>princess</i> [+fem] |
| | c. | <i>salesman</i> [-fem] | <i>saleswoman</i> [+fem] |
| | d. | <i>cousin</i> | |

Em suma, tendo sido demonstrado que a variação em género não é obrigatória e que pode ser realizada por processos morfológicos (derivação ou composição) ou por contrastes lexicais, pode concluir-se que o género, nos nomes, não é uma categoria de flexão, mas sim uma categoria morfo-sintáctica cuja especificação é lexicalmente determinada ou resultante da intervenção de um processo morfológico não-flexional.

4.2.3. GÉNERO E CLASSES TEMÁTICAS

Na secção 4.2.1. afirmei que tanto os adjetivos como os nomes têm um comportamento idêntico relativamente à categoria morfo-sintáctica de número, que é realizada por flexão. Paralelamente, em 4.2.2., defendi que a categoria morfo-sintáctica de género não é, nem num caso nem noutra, realizada por flexão. Consequentemente, pode afirmar-se que os adjetivos e os nomes têm comportamentos morfo-sintácticos semelhantes, no que diz respeito à flexão.

Há, no entanto, aspectos relacionados com o género que permitem distinguir estas duas classes de palavras. Com efeito, contrariamente ao que se verifica nos adjetivos, o género é uma propriedade inerente dos nomes¹²¹. Por outro lado, o género dos nomes pode ter um conteúdo referencial, enquanto que o dos adjetivos é estritamente gramatical. Nesta secção apresentarei uma caracterização dos adjetivos (cf. 4.2.3.1.) e nomes (cf. 4.2.3.2.) quanto ao género, que demonstra a necessidade de registar no léxico uma especificação sob a forma de integração em classes temáticas.

4.2.3.1. CLASSES TEMÁTICAS ADJECTIVAS



Como já referi (cf. 4.2.2.1.), a existência de contrastes de género é uma propriedade idiossincrática dos adjectivos e dos sufixos de adjectivalização: não é semanticamente determinada, e formalmente, os dados registados em (32) mostram que é possível formular duas generalizações:

- (44) a. o feminino é realizado por formas de tema em *-a*
 b. os adjectivos de tema em *-o* são masculinos

Consequentemente, de adjectivos como *claro*, *clara* é exclusivamente necessário registar, no léxico, o radical *clar* e a especificação [Tema em *-o*]. As duas generalizações acima referidas permitirão então construir o tema adjectival do feminino, como uma forma de tema em *-a* (cf. *clara*) e a do masculino como uma forma de tema em *-o* (cf. *claro*). A especificação lexical das restantes formas não é tão económica, devendo explicitar se se trata de um adjectivo variável ou uniforme, e a classe temática a que pertence. É, ainda, necessário referir que os adjectivos variáveis não requerem duas entradas lexicais. A especificação associada ao radical permite gerar o tema adjectival do masculino, enquanto que o tema adjectival do feminino é gerado pela generalização (44a). Assim, são seis as classes temáticas adjectivais do Português:

- | | | |
|------|------------------------------|--------------------------------------|
| (45) | Tema em <i>-o</i> | ex. <i>claro</i> , <i>clara</i> |
| | Tema \emptyset , variável | ex. <i>falador</i> , <i>faladora</i> |
| | Atemático, variável | ex. <i>bom</i> , <i>boa</i> |
| | Tema em <i>-a</i> , uniforme | ex. <i>careca</i> |
| | Tema \emptyset , uniforme | ex. <i>leve</i> |
| | Atemático, uniforme | ex. <i>ruim</i> |

Uma outra questão diz respeito à atribuição de um valor de género aos adjectivos uniformes. Como já referi, a distinção entre adjectivos variáveis e uniformes refere a existência / inexistência de um contraste entre dois valores de género: masculino e feminino. Por outro lado, o género dos adjectivos não tem qualquer conteúdo referencial, sendo contextualmente determinado por concordância com o nome que qualifica ou predica. Assim, se, no caso dos adjectivos variáveis, os radicais deverão ter uma especificação quanto a essa categoria morfo-sintáctica (na secção 4.3.3.2. sugeri que seja codificada pelo traço [\pm feminino]), que permita verificar a consistência da sequência em que ocorre relativamente à concordância sintáctica, no caso dos adjectivos invariáveis, a especificação de género é dispensável, dado

que não é requerida pela verificação da concordância. Assim, assumirei que os adjectivos uniformes não são especificados quanto ao género.

4.2.3.2. CLASSES TEMÁTICAS NOMINAIS

Nos nomes, o género pode ter um valor referencial. Com efeito, nas línguas de matriz indo-europeia, o género é geralmente associado à codificação de informação relacionada com uma oposição semântica entre seres inanimados e seres animados, que, por sua vez, se repartem pelos dois sexos. A esta tripartição semântica correspondem três valores de género: neutro, masculino e feminino (cf. Lopes 1971: 67).

Em Português, tal como nas restantes línguas românicas, a mudança linguística (em particular, o desaparecimento da flexão de caso e do valor neutro para o género¹²²) introduziu factores de perturbação na manutenção da relação directa entre os valores de género e as oposições semânticas (animado/inanimado e sexo feminino/sexo masculino).

Segundo Nunes (1919, 1975: 217), a perda de flexão casual corresponde ao desenvolvimento de uma estratégia latina de redução do número de casos do Indo-europeu, através de uma progressiva neutralização das desinências casuais e da generalização do emprego de preposições, mas é na formação das línguas românicas que esta estratégia tem maiores consequências para a reorganização do sistema nominal: em Português, as cinco declinações latinas dão lugar a quatro classes temáticas (tema em *-a*, *-o*, \emptyset e palavras atemáticas), e a redução dos contrastes de género (três valores em Latim, dois em Português) obriga à reatribuição de um dos valores disponíveis (masculino ou feminino) aos nomes neutros latinos.

Esta redistribuição dos nomes pelas classes temáticas tende a privilegiar uma correlação com o género, estabelecendo um vínculo preferencial entre tema em *-a* / género feminino (cf. *luxúria*, *pôpa*, *grua*) e tema em *-o* / género masculino (cf. *dono*, *sogro*, *genro*, *livro*, *pássaro*, *corpo*, *tempo*). Este privilégio é atestado pela mudança de género em nomes de tema em *-o*, que são femininos em Latim, mas masculinos em Português (cf. *figo*, *pinho*, *zimbro*), e afecta também palavras de tema \emptyset .

No entanto, a fixação do valor de género não é sistemática em Português, nem o é em outras línguas românicas, como se pode verificar no quadro apresentado em (46), que integra palavras de tema em *-a* e de tema \emptyset , e permite comparar o valor de género em Latim com o valor de género em Português, Castelhana, Catalão, Francês e Italiano:

(46)

LATIM	PORTUGUÊS	CASTELHANO	CATALÃO	FRANCÊS	ITALIANO
arbor, oris [+fem]	árvore [+fem]	árbol [-fem]	arbre [-fem]	arbre [-fem]	álbero [-fem]
color, oris [-fem]	cor [+fem]	color [-fem]	color [+fem]/[-fem]	couleur [+fem]	colore [-fem]
caulis, is [-fem]	couve [+fem]	col [+fem]	col [+fem]	choux [-fem]	cavolo [-fem]
dolor, oris [-fem]	dor [+fem]	dolor [-fem]	dolor [-fem]	douleur [+fem]	dolore [-fem]
fel, fellis neutro	fel [-fem]	hiel [+fem]	fel [-fem]	fiel [-fem]	fiele [-fem]
finis, is [+fem]/[-fem]	fim [+fem]->[-fem]	fin [+fem]/[-fem]		fin [+fem]	fine [+fem]/[-fem]
flos, oris [+fem]	flor [+fem]	flor [+fem]	flor [+fem]	fleur [+fem]	fiore [-fem]
lepus, oris [+fem]/[-fem]	lebre [+fem]	liebre [+fem]	llebre [+fem]	lièvre [-fem]	lepre [+fem]
lac, lactis neutro	leite [-fem]	leche [+fem]	llet [+fem]	lait [-fem]	latte [-fem]
lumen, inis neutro	lume [-fem]	lumbre [+fem]	llum [+fem]	lumière [+fem]	lume [-fem]
mare, is neutro	mar [+fem]->[-fem]	mar [+fem]/[-fem]	mar [+fem]/[-fem]	mer [+fem]	mare [-fem]
margo, inis [+fem]/[-fem]	margem [+fem]	margen [+fem]/[-fem]	marge [-fem]	marge [+fem]	màrgine [-fem]
ordo, inis [-fem]	ordem [+fem]	orden [+fem]/[-fem]	orde [-fem]	ordre [-fem]	ordine [-fem]
perdix, icis [+fem]	perdiz [+fem]	perdiz [+fem]	perdiu [+fem]	perdrix [+fem]	pernice [+fem]
planetae [+fem]/[-fem]	planeta [+fem]/[-fem]->[-fem]	planeta [+fem]/[-fem]	planeta [+fem]/[-fem]	planète [+fem]	pianeta [-fem]

pons, pontis [-fem]	ponte [+fem]	puente [-fem]	pont [-fem]	pont [-fem]	ponte [-fem]
serpens, entis [+fem]	serpente [+fem]	serpiente [+fem]	serpent [-fem]	serpent [-fem]	serpente [-fem]
vallis, is [+fem]	vale [-fem]	valle [-fem]	val [-fem]	vallée [+fem]	valle [+fem]

Assim, a identificação dos factores responsáveis pela atribuição de um dado valor de género a um determinado nome, em Português, é uma questão aparentemente irresolúvel. Os critérios semânticos não explicam a especificação de género em nomes que referem entidades inanimadas, e os critérios formais são postos em causa por variados contra-exemplos.

No entanto, é possível que, tal como sugerido por Corbett, a conjugação destes dois tipos de critérios permita prever o valor de género de uma percentagem significativa das palavras do Português¹²³. Segundo este autor (cf. Corbett 1991: 307), os contrastes de género (que são frequentemente dois ou três, mas podem ascender a vinte) têm sempre uma base semântica de distinção entre sexos, ou entre os valores [\pm animado] e [\pm humano], mas os critérios semânticos podem não recobrir a totalidade dos nomes. Os que ficam excluídos, e que segundo Corbett (1991: 13) constituem um resíduo semântico, são frequentemente objecto de critérios formais¹²⁴. Assim, Corbett (1991: 33) admite que o género possa ser atribuído por regras morfológicas (cf. 47a) ou fonológicas (cf. 47b), ainda que, segundo o autor, esta distinção nem sempre seja fácil de estabelecer.

- (47) a. Todos os nomes pertencentes à declinação X têm Y como valor de género.
b. Todos os nomes cujo segmento final é X têm Y como valor de género.

Corbett (1991: 68) refere ainda que, nos sistemas de atribuição de género em que haja sobreposição (ou conflito) de critérios, os factores semânticos são geralmente dominantes¹²⁵.

A aplicação deste modelo ao Português permite constatar que a atribuição de um valor de género aos nomes é condicionada por princípios semânticos e formais. Podem, assim, estipular-se quatro critérios para a identificação do género dos nomes em Português: os primeiros (cf. 48a) são critérios semânticos, os segundos (cf. 48b) são critérios formais.

- (48) a. Os nomes que denotam seres de sexo feminino têm género feminino (cf. *filha*)
Os nomes que denotam seres de sexo masculino têm género masculino (cf. *filho*)

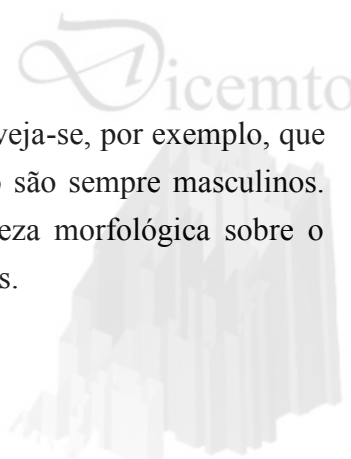
- b. Os nomes que terminam em /a/ possuem género feminino (cf. *filha*)
 Os nomes que terminam em /o/ possuem género masculino (cf. *filho*)

Esta coexistência de critérios gera, de facto, situações de conflito: se não estão atestados nomes de tema em *-o* que referem entidades de sexo feminino, há nomes de tema em *-a* que referem entidades de sexo masculino, como *poeta*. A predominância dos critérios semânticos, sugerida por Corbett (1991: 66, 68) permite, no entanto, admitir que casos geralmente considerados excepcionais, como *poeta* ou *déspota*, são regulares: o critério semântico (nomes que denotam seres do sexo masculino são masculinos) prevalece sobre o critério formal de natureza fonológica (nomes que terminam em /a/ são femininos).

Por outro lado, para além dos referidos em (48b), pode admitir-se que haja outros critérios formais que permitam prever o valor de género dos nomes complexos. Com efeito, verifica-se que, em Português, os sufixos derivacionais responsáveis pela formação de nomes são portadores de informação de género: em (49a) formam nomes femininos, enquanto que em (49b) formam nomes masculinos. Em (49c) pode ver-se que a base não tem qualquer intervenção na determinação do género do derivado, dado que ela é comum às formas que integram *-ção* (feminina) e *-mento* (masculina).

- (49) a. [[*cert*]_{RADJ}[*eza*]_{N[+fem]}] _{N[+fem]}
 [[*drog*]_{RN}[*aria*]_{N[+fem]}] _{N[+fem]}
 [[*jardin*]_{N[-fem]}[*agem*]_{N[+fem]}] _{N[+fem]}
 [[*organiza*]_{TV}[*ção*]_{N[+fem]}] _{N[+fem]}
 [[*ambigu*]_{RADJ}[*idade*]_{N[+fem]}] _{N[+fem]}
- b. [[*envelheci*]_{TV}[*mento*]_{N[-fem]}] _{N[-fem]}
 [[*queix*]_{RN}[*ume*]_{N[-fem]}] _{N[-fem]}
 [[*simbol*]_{RN}[*ismo*]_{N[-fem]}] _{N[-fem]}
- c. [[*desloca*]_{TV}[*ção*]_{N[+fem]}] _{N[+fem]}
 [[*desloca*]_{TV}[*mento*]_{N[-fem]}] _{N[-fem]}

Nos compostos sintácticos (cf. 6.2.), o género também é previsível: veja-se, por exemplo, que os nomes compostos formados por um verbo e um outro elemento são sempre masculinos. Assim, é possível formular um conjunto de estipulações de natureza morfológica sobre o género das palavras complexas. Em (50) registam-se alguns exemplos.



- (50) a. Os nomes em *-eza*, *-aria*, *-ção*, *-idade* são femininos:
 exs. *beleza, dureza, fraqueza, pureza*
gritaria, ourivesaria, pastelaria, secretaria
atribuição, continuação, marcação, organização
curiosidade, eternidade, felicidade, pluralidade
- b. Os nomes em *-mento*, *-ume*, *-ismo* são masculinos:
 exs. *crescimento, endurecimento, favorecimento, instrumento*
azedume, curtume, negrume, verdume
antagonismo, nacionalismo, profissionalismo, racismo
- c. Os compostos [V compl] são masculinos:
 exs. *abre-latas, faz-tudo, porta-aviões, vaivém*

No entanto, muitas destas estipulações são redundantes, dada a existência dos critérios referidos em (48). Com efeito, não é necessário referir que as palavras que contêm os sufixos *-eza* ou *-aria* são femininos, dado que eles formam palavras de tema em *-a*. Quanto aos restantes (cf. *-idade*, *-ume*), o que estas estipulações fazem é atribuir ao sufixo (ou ao processo morfológico, no caso da composição) o género da palavra, mas não predizem que a esses sufixos esteja associado um dado valor de género e não outro.

Assim, os critérios disponíveis (cf. 48) não dão conta do valor de género dos nomes que não referem entidades passíveis de uma distinção de sexo e que, sendo femininos não são formas de tema em *-a* (cf. 51a), ou sendo masculinos não são formas de tema em *-o* (cf. 51b).

- (51) a. *tribo*
gente
dor
pá
- b. *mapa*
pente
sal
pé

Segundo Corbett (1991: 66), estes nomes cujo valor de género não pode ser predito por regras são excepções toleradas pelo sistema. Com efeito, de um modo geral, o seu comportamento é, como já referi, diacronicamente explicável, mas não é óbvio que o conjunto de excepções

exemplificadas em (51) integre menos de 15% do total de nomes do Português, valor que é referido por Corbett (1991: 68) como a mais alta percentagem de excepções detectada nas línguas que estudou¹²⁶.

Em suma, o que pretendo demonstrar é que, no Português, os nomes requerem uma especificação, tanto no que diz respeito ao valor de género que lhes está associado, como à possibilidade de participarem em contrastes de género. Essa especificação está registada no léxico, associada aos radicais e aos sufixos de nominalização e, na morfologia, quando o género é determinado por um processo de composição sintáctica (cf. 6.2.). Esta posição não impede que, tal como para os adjectivos, essa informação possa ser objecto de algumas generalizações, como as que correspondem aos critérios formais e semânticos referidos em (48), mas também não dispensa a estipulação de classes temáticas.

O conjunto de classes temáticas nominais é, porém, distinto do conjunto de classes temáticas adjectivais (cf. 45). Com efeito, contrariamente aos adjectivos, todos os nomes recebem uma especificação de género, quer possam (cf. 52a), quer não possam (cf. 52b) participar em contrastes de género, distinção que também não é previsível, dado que não coincide com a distinção estabelecida pelo traço [\pm animado]:



(52) a.

		CLASSE TEMÁTICA			
		<i>-a</i>	<i>-o</i>	Ø	atemática
G É N E R O	M A S C	<i>poeta</i> <i>jornalista</i>	<i>aluno</i> <i>desempregado</i>	<i>mártir</i> <i>mestre</i> <i>padre</i> <i>apresentador</i> <i>compadre</i> <i>concorrente</i>	<i>avô</i> <i>faraó</i>
	F E M	<i>aluna</i> <i>mestra</i> <i>apresentadora</i> <i>desempregada</i> <i>faraona</i> <i>jornalista</i> <i>poetisa</i>		<i>mártir</i> <i>mestre</i> <i>comadre</i> <i>concorrente</i> <i>imperatriz</i>	<i>avó</i>

b.

		CLASSE TEMÁTICA			
		<i>-a</i>	<i>-o</i>	Ø	atemática
G É N E R O	M A S C	<i>mapa</i> <i>insecticida</i> <i>monarca</i>	<i>livro</i> <i>ídolo</i> <i>encerramento</i>	<i>pente</i> <i>mar</i> <i>desinfectante</i>	<i>pé</i> <i>fogaréu</i>
	F E M	<i>casa</i> <i>mosca</i> <i>batedeira</i>	<i>tribo</i>	<i>gente</i> <i>paz</i> <i>malvadez</i>	<i>pá</i>

Este conjunto de dados permite apenas constatar que os nomes variáveis de tema em *-o* são masculinos. Quanto aos restantes, há nomes de tema em *-a* variáveis e invariáveis, masculinos e femininos, e o mesmo se verifica quanto aos nomes de tema Ø e atemáticos. Por outro lado, quer o masculino, quer o feminino podem ser realizados por nomes de tema em *-a*, tema em *-o*, tema Ø e atemáticos. As classes temáticas necessárias são, pois, as seguintes:

(53) Tema em <i>-a</i> [-fem], variável	ex. <i>poeta</i>
Tema em <i>-a</i> [+fem], variável	ex. <i>aluna</i>
Tema em <i>-o</i>	ex. <i>aluno</i>
Tema \emptyset [-fem], variável	ex. <i>apresentador</i>
Tema \emptyset [+fem], variável	ex. <i>imperatriz</i>
Atemático [-fem], variável	ex. <i>avô</i>
Atemático [+fem], variável	ex. <i>avó</i>
Tema em <i>-a</i> [-fem], uniforme	ex. <i>monarca, mapa</i>
Tema em <i>-a</i> [+fem], uniforme	ex. <i>mosca, casa</i>
Tema em <i>-o</i> [-fem], uniforme	ex. <i>ídolo, livro</i>
Tema em <i>-o</i> [+fem], uniforme	ex. <i>tribo</i>
Tema \emptyset [-fem], uniforme	ex. <i>mar</i>
Tema \emptyset [+fem], uniforme	ex. <i>gente, paz</i>
Atemático [-fem], uniforme	ex. <i>pé, tatu</i>
Atemático [+fem], uniforme	ex. <i>pá</i>

Em suma, os adjetivos e os nomes do Português têm alguns diferentes comportamentos quanto ao género. Por um lado, os adjetivos repartem-se por seis classes temáticas (cf. 45), enquanto que os nomes se distribuem por quinze (cf. 53). Por outro lado, a atribuição de um valor de género aos nomes resulta da intersecção de critérios semânticos (predominantes) e de critérios formais, que têm uma considerável capacidade preditiva e integra um igualmente considerável conjunto de excepções. A atribuição de um valor de género aos adjetivos é sintacticamente determinada.

4.2.4. RESUMO

Deve, assim, concluir-se que os adjetivos e os nomes requerem uma especificação em duas categorias morfo-sintáticas - género e número -, mas só esta última pertence ao domínio da flexão (cf. 4.2.1.). Com efeito, os contrastes de número afectam a totalidade dos nomes e dos adjetivos, e a sua realização é sistemática, sendo a forma do singular idêntica à forma temática, e a do plural realizada por adunção do sufixo *-s* à forma temática.

A especificação do género, pelo contrário, é lexical, determinando a repartição de adjetivos e nomes por diferentes classes temáticas. Com efeito, os contrastes de género não são

obrigatórios nem sistemáticos. Limitados aos adjectivos biformes e a um subconjunto dos nomes [+animado], eles são realizados por diversos processos: são estritamente lexicais os contrastes resultantes da relação de pertença a diferentes classes temáticas (cf. *novo/nova; filho/filha*), ou que se estabelecem através da relação entre pares de palavras morfológicamente não-relacionadas (cf. *homem/mulher*), mas são morfológicos os contrastes realizados por sufixação derivacional (cf. *conde/condessa*) ou por composição (cf. *águia-macho/águia-fêmea*).

Por último, a caracterização da categoria género permite identificar algumas das diferenças existentes entre adjectivos e nomes. Essas diferenças relacionam-se com o facto de o género ser uma propriedade contextual dos adjectivos, mas uma propriedade inerente dos nomes. Consequentemente, os adjectivos podem dispensar a especificação de género (cf. adjectivos uniformes), enquanto que os nomes, independentemente de poderem ou não participar em contrastes de género e de esse valor ter ou não um conteúdo referencial, têm obrigatoriamente uma especificação de género. Esta distinção reflecte-se, por último, nos dois diferentes conjuntos de classes temáticas pelas quais os adjectivos e os nomes se repartem.

4.3. REPRESENTAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE SUFIXAÇÃO

A caracterização dos sufixos flexionais e derivacionais, que apresentei em 4.1., permite concluir que participam em processos morfológicos distintos, e é indiciadora de que a sufixação avaliativa e Z-avaliativa (cf. capítulo 5) não são processos flexionais nem derivacionais. Por outro lado, em 4.2. defendi que, apesar de ser uma categoria morfo-sintáctica, o género também não é realizado por flexão. Esta distinção entre os diversos tipos de sufixos existentes no Português tem, naturalmente, consequências no domínio da representação das estruturas de sufixação. Nesta secção apresentarei uma hipótese de representação dessas estruturas.

Assim, sugeri, em 4.3.1., que as formas flexionadas têm uma estrutura binária, sendo o tema a sua forma de base, dado que este é o constituinte que determina a categoria sintáctica da palavra e que é portador de informação sobre a classe temática a que pertence. Por outro

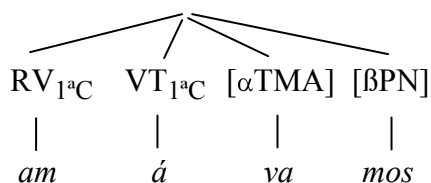
lado, considerando que os sufixos de flexão podem constituir amálgamas, que a sua interpretação é interdependente e que não são intermutáveis, defenderei que são dominados por um nó irmão do tema, designado flexão morfológica. Em 4.3.2., considerando que os sufixos flexionais podem coocorrer com sufixos derivacionais, avaliativos e Z-avaliativos, e que estes diversos tipos de sufixos ocupam lugares específicos nas estruturas morfológicas, defenderei que a representação das estruturas formadas por sufixação é gerada de acordo com os princípios da Teoria XM-Barra. Por último, em 4.3.3. discutirei o modo como a informação associada aos constituintes imediatos da palavra (tema e flexão morfológica) é transmitida ao nó que os domina. Em 4.3.3.1. defenderei que essa transmissão está a cargo das convenções de percolação formuladas por Lieber (1989), e que integram o conceito de assinatura categorial (ing. *categorial signature*). A adopção destes instrumentos teóricos impede que os sufixos de flexão sejam o núcleo da estrutura, mas permite que percolem os seus traços ao nó que os domina. Finalmente, exporei, em 4.3.3.2., uma hipótese de codificação das propriedades morfo-sintáticas relevantes em Português, recorrendo a traços binários.

4.3.1. FLEXÃO

Ao longo deste capítulo tenho vindo a defender que a flexão opera sobre temas, o que condiciona a posição que ocupa na estrutura da palavra (cf. 16). A existência de mais de um sufixo de flexão, por exemplo nas formas verbais é, contudo, aparentemente incompatível com essa posição. Nesta subsecção procurarei demonstrar que todos os sufixos de flexão são dominados por um nó irmão do tema. Nesse sentido, comentarei as diversas representações alternativas, concluindo que estas representações não são compatíveis com as propriedades das estruturas flexionadas.

Ignorando a estrutura morfológica do radical (que a este propósito é irrelevante), as hipóteses de representação das estruturas de flexão verbal diferem na identificação da base (radical ou tema), no estatuto a atribuir à vogal temática (dominada por um nó irmão do radical ou, em alternativa, por um nó irmão do(s) sufixo(s) de flexão), e na relação hierárquica entre a base, a vogal temática e o(s) sufixo(s) de flexão. A primeira hipótese de representação corresponde a uma estrutura não hierarquizada, semelhante à que é proposta em Thomas-Flinders (1983: 154):

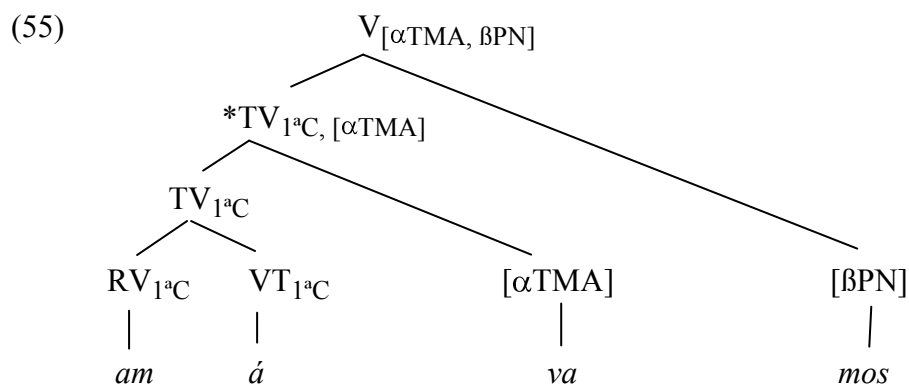
$$(54) \quad V_{[\alpha TMA, \beta PN]}$$



[[*am*]_{RV1ªC} [*á*]_{VT1ªC} [*va*]_[αTMA] [*mos*]_[βPN]]_{V[αTMA,βPN]}

Há vários argumentos que justificam a rejeição desta hipótese. Com efeito, a representação (54) não respeita o princípio de ramificação binária¹²⁷. Por outro lado, esta representação não permite identificar a unidade lexical constituída pelo radical verbal e pela vogal temática, ou seja, o tema verbal. Esta impossibilidade fragiliza a hipótese, dado que o tema é a categoria morfológica seleccionada pelos sufixos de flexão e também por processos de derivação deverbal (cf. [[*amá*]_{TV} [*vel*]_{ADJ}]_{ADJ}). Por outro lado, a estrutura (54) também não reflecte a relação existente entre a realização da flexão verbal e a conjugação a que o verbo pertence (cf. *amávamos* vs. *bebíamos*, *fugíamos*), dado que os sufixos de flexão não são dominados por um nó que contenha essa informação.

A segunda hipótese (defendida, por exemplo, por Boer 1982: 61) respeita o princípio de ramificação binária, consistindo na associação do sufixo TMA ao nó que domina o tema verbal e a do sufixo PN a um nó que domina o tema verbal e TMA:

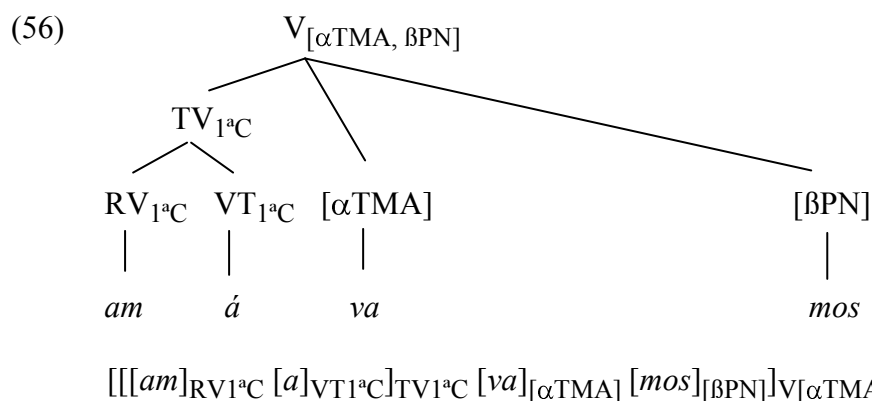


[[[[*am*]_{RV1ªC} [*á*]_{VT1ªC}]_{TV1ªC} [*va*]_[αTMA]]*_{TV[αTMA]} [*mos*]_[βPN]]_{V[αTMA,βPN]}

Porém, esta hipótese também não é aceitável, dado que obrigaria à postulação da existência de uma forma verbal sem qualquer flexão de pessoa-número, o que corresponde a uma solução 'ad hoc' imposta imotivadamente para defender a representação. Note-se que a existência de um constituinte que domina o tema verbal e a flexão em tempo-modo-aspecto não é

morfologicamente justificável, dado que a realização da flexão em pessoa-número não é determinada por esse ‘constituente’, mas sim pelo constituinte tempo-modo-aspecto, o que é particularmente evidente nos casos de amálgama (cf. 4.1.2.).

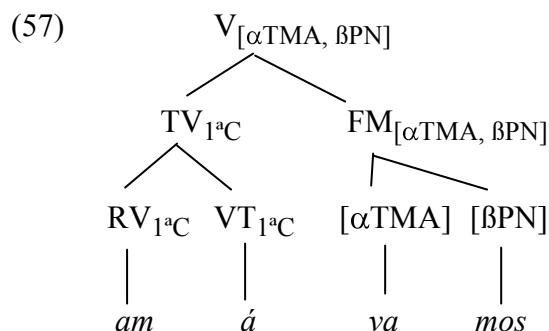
A terceira hipótese a considerar consiste na associação de cada um dos sufixos de flexão ao nó que domina o tema verbal, como nós irmãos, ou seja, consiste na estipulação de uma estrutura ternária do seguinte tipo:



Nesta representação, os sufixos de flexão associar-se-iam a um nó que não é portador de informação sobre a conjugação a que o verbo pertence, o que, como já referi, não é aceitável. Por outro lado, a existência de amálgamas de TMA e PN, também já referida, mostra que esta estrutura deve ser rejeitada, dado que não permite dar conta da inter-relação entre estas duas categorias. Por último, esta representação não respeita o princípio de ramificação binária.

Em alternativa, considerando que a relação entre os vários sufixos de flexão não é hierarquizada¹²⁸, Scalise (1988: 577-578) defende que todos eles mantêm uma relação equivalente com a base, já que a sua interpretação é interdependente. É o complexo de sufixos flexionais, e não cada um dos sufixos individualmente, que está associado à forma de base, sendo dominados por um único nó, que designarei por flexão morfológica (FM):





[[[am]_{RV1ªC}][á]_{VT1ªC}][TV1ªC][[va]_[αTMA]][mos]_[βPN]][FM[αTMA,βPN]]V[αTMA,βPN]

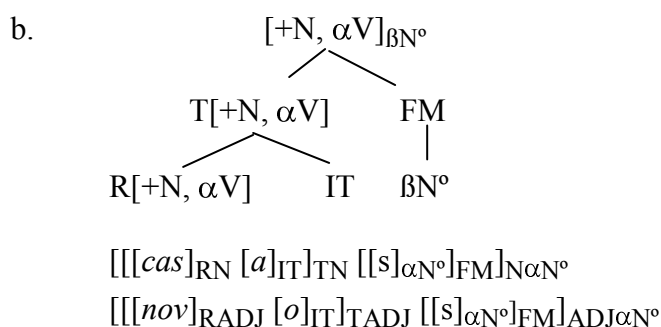
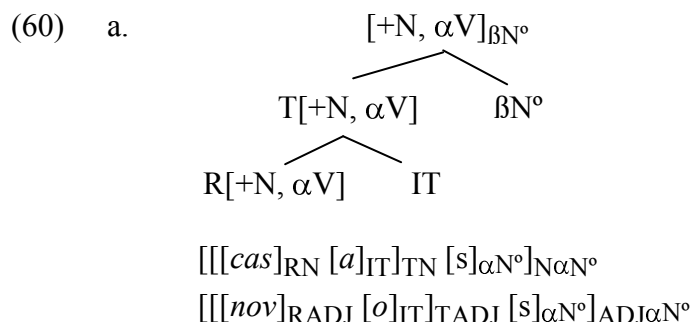
Com efeito, a estipulação de uma estrutura deste tipo, que determina a posição dos sufixos TMA e PN, é adequada aos dados do Português¹²⁹. Note-se que, para além da interpretação dos sufixos flexionais ser interdependente, estes sufixos (cf. 58a), contrariamente aos derivacionais (cf. 58b) e aos avaliativos (cf. 58c), não são intermutáveis (cf. Scalise 1988: 571):

- (58) a. [cantá] [va]_α [mos]_β * [cantá] [mos]_β [va]_α
- b. [real] [izá]_α [vel]_β [nota] [bil]_β [iza]_α [r]
- [movi] [ment]_α [a] [çãõ]_β [esta] [cion]_β [a] [mento]_α
- c. [cas] [inh]_α [ota]_β [cas] [ot]_β [inha]_α

Note-se, por último, que a existência do nó FM permite relacionar todas as formas flexionadas de uma palavra com uma única forma de base (Tema), ou seja, permite identificar o paradigma flexional¹³⁰ da palavra, onde todas as formas flexionadas detêm idêntico estatuto (cf. Baudouin de Courtenay, citado em Stanckiewicz 1962: 7). Assim, a representação da estrutura flexional das formas verbais é a seguinte:

(59) [[X]_{RV} [a]_{VT}]TV [[b]_{αTMA} [c]_{βPN}]FM]V[αTMA, βPN]

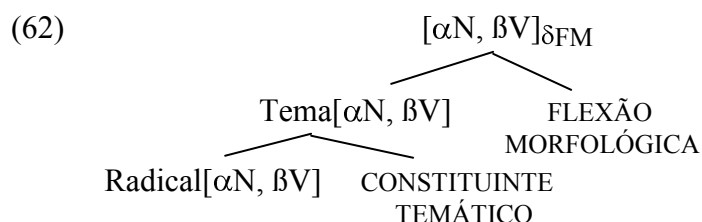
Quanto às formas nominais, as hipóteses de representação restringem-se à discussão sobre a pertinência da estipulação de um nó ‘flexão morfológica’ que domine o nó número, dado que, em Português, a flexão nominal só processa esta categoria morfo-sintáctica. As duas hipóteses em discussão são representadas em (60): em (60a) o sufixo de flexão é irmão do tema nominal, enquanto que em (60b) este sufixo é dominado pelo nó FM, irmão do tema nominal.



A hipótese que defendo é a segunda (cf. 60b). Com efeito, noutras línguas a flexão nominal não opera apenas no domínio de uma categoria (cf. flexão de caso e número em Latim ou em Alemão), pelo que, nesses casos, só a segunda hipótese é adequada. Assim, proponho a seguinte representação para a estrutura flexional das formas adjetivais e nominais:

$$(61) \quad [[[X]_{R[+N, \alpha V]} [a]_{IT}]_{T[+N, \alpha V]} [[b]_{\beta N^{\circ}}]_{FM}]_{[+N, \alpha V]\beta N^{\circ}}$$

A estipulação de uma representação para a estrutura da flexão verbal (cf. 59) e para a estrutura da flexão nominal (cf. 61) mostra que a estrutura das formas flexionadas pode ser unificada. A estrutura resultante da sua conjugação pode ser representada do modo indicado em (62).



4.3.2. SUFIXAÇÃO EM XM-BARRA

Estabelecida uma hipótese de representação para as estruturas de flexão (cf. 62), importa agora confrontá-la com a hipótese de representação das estruturas de sufixação derivacional, que apresentei em (16), através da sua conjugação numa única estrutura global¹³¹. Com efeito, a representação das estruturas formadas por sufixação derivacional prevê que estes sufixos podem seleccionar um radical adjectival (cf. 63a), nominal (cf. 63b) ou verbal (cf. 63c), ou um tema verbal (cf. 63d), simples ou complexos:

- (63) a.
- RN

RADJ R_{suf}N

| |

clar ez

RN

RADJ R_{suf}N

| | |

RN R_{suf}ADJ |

| | |

norm al idad
- b.
- RADJ

RN R_{suf}ADJ

| |

gost os

RN

RN R_{suf}N

| |

TV R_{suf}N

| |

RV VT |

| | |

colabor a cion ist
- c.
- RN

2

RV R_{suf}N

| |

g g

chup ist

RN

4

RV R_{suf}N

| |

2 *g*

RV R_{suf}V |

| |

g g

salt it on
- d.
- RN

2

TV R_{suf}N

| |

2 *g*

RV VT |

| |

g g

RADJ

4

TV R_{suf}ADJ

| |

3 *g*

RV VT |

| |

2 *g*

<i>segu</i>	<i>i</i>	<i>ment</i>	RN	R _{suf} V	g	g
			g	g	g	g
			<i>plan</i>	<i>ific</i>	<i>a</i>	<i>vel</i>

A hipótese que defendo permite conjugar todas estas diferentes representações numa única estrutura recursivamente binária, gerada pela seguinte versão da teoria X-Barra, que, por ser específica das estruturas morfológicas, designo por XM-Barra:

(64)	XM^{\max} (=X ⁰)	->	XM''	especificador de XM^{\max}
	XM''	->	XM'	especificador de XM''
	XM'	->	complemento	XM^0

Por outro lado, é necessário explicitar que as estruturas morfológicas que ocupam as posições XM^{\max} são palavras, as que ocupam posições XM'' são temas, e as que ocupam a posição de núcleo, ou seja, XM^0 , são predicadores, ie. radicais ou sufixos derivacionais. A posição XM' corresponde à forma de base. Quanto ao especificador de XM^{\max} , trata-se de uma projecção máxima, que domina a flexão morfológica (ie. FM^{\max}). O especificador de XM'' é também uma projecção máxima, que domina o constituinte temático (ie. CT^{\max}). Por último, o complemento ocorre nas estruturas em que XM^0 é um predicador transitivo, ou seja, um sufixo derivacional, e corresponde a uma nova posição XM^{\max} . Nesta hipótese, a sufixação derivacional configura, pois, um processo de predicação morfológica e a sufixação flexional realiza um processo de especificação morfológica (do tema). Assim, a representação da estrutura morfológica das palavras simples é exemplificada em (65a), a estrutura das palavras derivadas que contém um sufixo é ilustrada em (65b), e (65c) mostra a representação de estruturas que contêm dois sufixos:



(65) a.

XM ^{max} = PALAVRA			
4			
XM'' = TEMA		FM ^{max}	
3		g	
XM' = BASE	CT ^{max}	g	
g	g	g	
XM ⁰ = RADICAL	g	g	
g	g	g	
<i>lev</i>	∅	...	cf. <i>leve</i>
<i>livr</i>	<i>o</i>	...	cf. <i>livro</i>
<i>cant</i>	<i>a</i>	...	cf. <i>cantar</i>

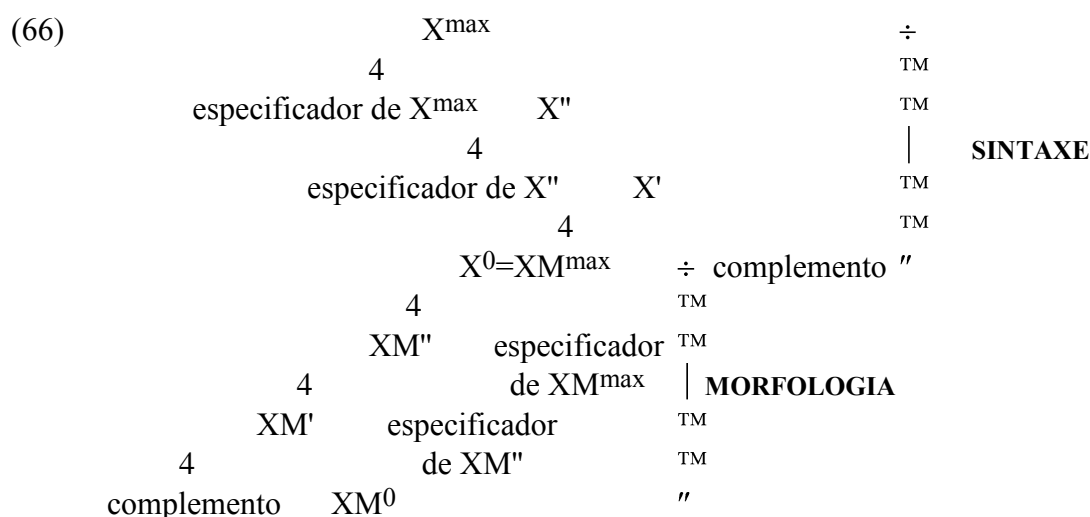
b.

XM ^{max} = PALAVRA						
4						
				XM''=TEMA	FM ^{max}	
				4	g	
			XM'=BASE	CT ^{max}	g	
			4	g	g	
XM ^{max} =PALAVRA		XM ⁰ =SUFIXO		g	g	
2		DERIVACIONAL		g	g	
XM'' = TEMA	FM ^{max}			g	g	
2				g	g	
XM'=BASE	CT ^{max}	g	g	g	g	
g	g	g	g	g	g	
XM ⁰ =RADICAL	g	g	g	g	g	
g	g	g	g	g	g	
<i>lev</i>			<i>ez</i>	<i>a</i>	...	cf. <i>leveza</i>
<i>norm</i>			<i>al</i>	∅	...	cf. <i>normal</i>
<i>chup</i>			<i>ist</i>	<i>a</i>	...	cf. <i>chupista</i>
<i>segu</i>	<i>i</i>		<i>ment</i>	<i>o</i>	...	cf. <i>seguimento</i>
<i>antig</i>	<i>a</i>	[-plu]	<i>ment</i>	∅	...	cf. <i>antigamente</i>



valores quanto aos parâmetros de direccionalidade. Para manter esta posição, Lieber (1992) introduz uma alteração na Teoria X-Barra, segundo a qual, nas estruturas morfológicas, as categorias X^0 podem ramificar.

Na hipótese que apresento, a versão da Teoria X-Barra que adopto para a representação das estruturas morfológicas (cf. 66), está, de facto, muito próxima da que Sportiche (1989) propõe para V^{MAX} . O que as distingue é o facto de a estrutura morfológica ser uma imagem em espelho da estrutura sintáctica¹³³. Assim, os constituintes terminais da sintaxe (X^0) são as projecções máximas na morfologia, e a ordem canónica dos constituintes sintácticos é a inversa da ordem canónica dos constituintes morfológicos:



4.3.3. PERCOLAÇÃO

A representação da estrutura morfológica que propus na secção anterior permite identificar o núcleo de palavra com o constituinte de que essa palavra é uma projecção máxima. Assim, nas palavras simples o núcleo é um radical, e nas palavras derivadas o núcleo é o sufixo derivacional. A identificação do núcleo morfológico é crucial, dado que este constituinte transmite diversas informações à sua projecção máxima por percolação. Com efeito, em Português, o núcleo morfológico determina a categoria sintáctica, as categorias morfo-semânticas e as categorias morfo-sintácticas não flexionais, mas não transmite a sua subcategoria morfológica. Por outro lado, a projecção máxima requer especificações morfo-sintácticas que não estão associadas ao núcleo, mas sim ao nó flexão morfológica. A percolação das especificações associadas ao núcleo e aos restantes constituintes deve, pois, ser

restringida. Nesse sentido, discutirei, em 4.3.3.1., o conceito de assinatura categorial proposto por Lieber (1989).

Segundo esta autora, a assinatura categorial define o conjunto de informações morfo-sintáticas exigido por cada categoria sintáctica, sendo propagada pelo núcleo. A informação pedida pela assinatura categorial é satisfeita por percolação a partir do núcleo ou do não-núcleo imediatamente dominado, quando o núcleo não dispõe dessa informação. Nesse sentido, Lieber (1989) formula duas convenções de percolação. É ainda de notar que a distinção que esta autora estabelece entre os sufixos de flexão e as restantes unidades lexicais se baseia numa distinção entre uma assinatura categorial defectiva, que, por definição, contém apenas os traços especificados positivamente e uma assinatura categorial plena, que contém todos os traços relevantes para uma dada categoria, sejam ou não portadores de uma especificação (cf. 4.3.3.1.). A distinção é relevante e conforme às propriedades dos sufixos identificadas em 4.1.1., mas suscita alguns comentários. Contrariamente a Lieber (1989), defenderei que só as unidades lexicais portadoras de informações morfo-sintáticas dispõem de assinatura categorial. Assim, a generalidade dos prefixos e os sufixos avaliativos e Z-avaliativos não possuem assinatura categorial; os radicais e os sufixos derivacionais possuem assinaturas categoriais plenas; e os sufixos flexionais possuem assinaturas categoriais defectivas (cf. 4.3.3.1.).

Por último, discutirei em 4.3.3.2. a codificação das propriedades morfo-sintáticas relevantes em Português. Com efeito, o conceito de assinatura categorial faz uso de traços binários e do conceito de forma não-marcada, mas o conjunto exacto de traços e o modo de identificação das formas não-marcadas não são definidos por Lieber (1989). Considerando embora que a análise de uma única língua é insuficiente para a discussão do conceito de marca, apresento, no entanto, uma hipótese de codificação das categorias morfo-sintáticas do Português, que reconhece como não-marcadas as formas habitualmente referidas como tal, propondo etiquetas que permitam a atribuição de valores negativos a essas formas.



4.3.3.1. ASSINATURA CATEGORIAL

Como já referi, nem todos os constituintes morfológicos transmitem ao nó que os domina as especificações que lhes estão associadas. Por outro lado, o núcleo não é o único constituinte que pode fazê-lo. Lieber (1989) discute esta questão, introduzindo o conceito de assinatura categorial e duas convenções de percolação. Segundo esta autora (cf. Lieber 1989: 99), a assinatura categorial é formada por um conjunto de traços morfo-sintáticos, e permite restringir, em função da categoria sintáctica das palavras, o conjunto de informações que lhes pode estar associado. Trata-se, pois, de um conjunto de traços constituído pelos traços categoriais $[\pm N]$ e $[\pm V]$ e pelos traços que codificam as propriedades sintacticamente relevantes, ou seja, as propriedades que intervêm em processos de concordância ou regência¹³⁴. Consequentemente, o conteúdo da assinatura categorial de cada categoria sintáctica é específico de cada língua, e corresponde a um número fixo de categorias morfo-sintáticas que devem, obrigatoriamente, receber uma especificação. Pode, pois, considerar-se que as assinaturas categoriais de adjectivos, nomes e verbos, em Português, são constituídas pelos seguintes conjuntos de traços binários, cuja escolha justificarei em 4.3.3.2.

- (67) a. $\begin{bmatrix} [+ N, + V \\ [\pm FEMININO] \\ [\pm PLURAL] \end{bmatrix}$
- b. $\begin{bmatrix} [+ N, - V \\ [\pm FEMININO] \\ [\pm PLURAL] \end{bmatrix}$
- c. $\begin{bmatrix} [- N, + V \\ [\pm TMA] \\ [\pm PN] \end{bmatrix}$

Consequentemente, é apenas o conjunto de traços registado em (67a), (67b) e (67c) o que pode e deve estar presente no nó que domina, respectivamente, formas adjectivais como *novos* (cf. 68a), nominais como *livros* (cf. 68b) ou verbais como *cantávamos* (cf. 68c). Nestas representações, o símbolo ? precede os traços morfo-sintáticos que ainda não foram especificados.



(68) a.

	[+N, +V]	
	[-FEMININO]	
	[+ PLURAL]	
	4	
	T [+N, +V]	FM
	[-FEMININO]	g
	[? PLURAL]	g
	4	g
R [+N, +V]	IT [+ PLURAL]	
[? FEMININO]	g	g
[? PLURAL]	g	g
g	g	g
<i>nov</i>	<i>o</i>	<i>s</i>

b.

	[+N, -V]	
	[-FEMININO]	
	[+ PLURAL]	
	4	
	T [+N, -V]	FM
	[-FEMININO]	g
	[? PLURAL]	g
	4	g
R [+N, -V]	IT [+ PLURAL]	
[- FEMININO]	g	g
[? PLURAL]	g	g
g	g	g
<i>livr</i>	<i>o</i>	<i>s</i>

c.

	[-N, +V]		
	[α TMA]		
	[β PN]		
	4		
	T [-N, +V]	FM [αTMA, βPN]	
	[α TMA]		
	[β PN]	4	
	4	[α TMA]	[β PN]
R [-N, +V]	VT	g	g
[? TMA]	g	g	g
[? PN]	g	g	g
g	g	g	g
<i>cant</i>	<i>á</i>	<i>va</i>	<i>mos</i>

Como se pode verificar nestes três casos, a especificação dos traços que constituem a assinatura categorial pode ser determinada pelo núcleo (cf. categoria sintáctica e género dos

nomes), ou pela flexão morfológica (cf. número, tempo-modo-aspecto e pessoa-número). Segundo Lieber (1989), a transmissão dos traços é realizada por um processo de percolação, que intervém de acordo com as seguintes convenções:

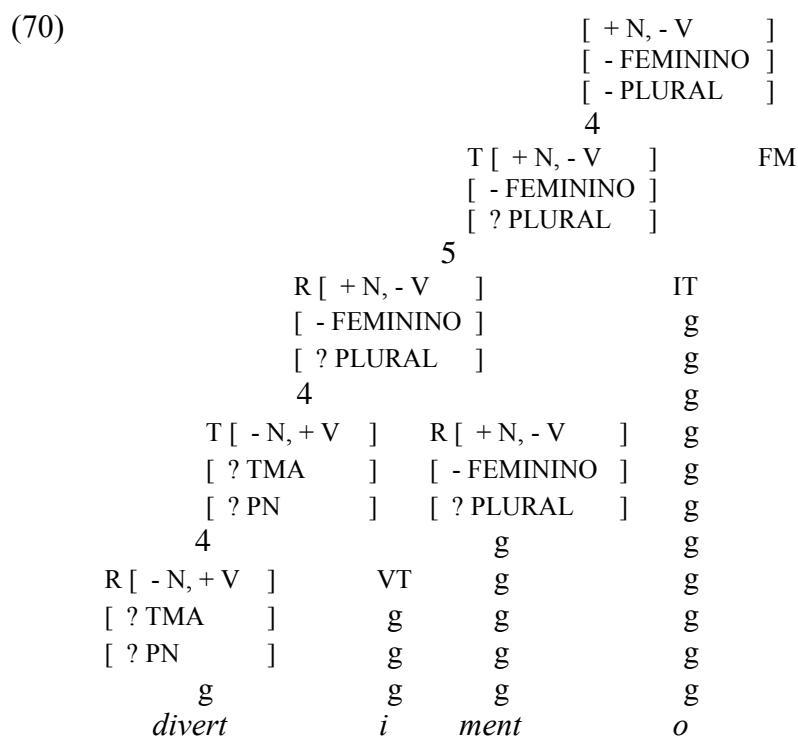
- (69) a. **PERCOLAÇÃO DE NÚCLEO** (ing. head percolation)
Os traços morfo-sintáticos passam de um morfema núcleo ao nó que o domina. A percolação de núcleo propaga a assinatura categorial.
- b. **PERCOLAÇÃO RETROACTIVA** (ing. back up percolation)
Se o nó que domina o núcleo não recebeu qualquer valor para um dado traço após a Percolação de Núcleo, então esse valor é percolado a partir do não-núcleo imediatamente dominado e marcado quanto a esse traço. A Percolação Retroactiva propaga apenas valores para traços não-marcados e é estritamente local.

Com efeito, estas convenções de percolação são adequadas à transmissão de propriedades nas estruturas acima referidas: a categoria sintáctica e o género dos nomes são transmitidos por percolação de núcleo e o número dos nomes e adjectivos, bem como o tempo-modo-aspecto e a pessoa-número dos verbos são transmitidos por percolação retroactiva a partir do nó flexão morfológica. Note-se que a percolação se restringe à transmissão de propriedades morfo-sintáticas, independentemente da forma como são morfológicamente realizadas (lexical, derivacional ou flexionalmente). Por outras palavras, a exclusão do género do domínio da flexão, em Português, que defendi em 4.2.2., é compatível com as propostas de Lieber (1989)¹³⁵.

As representações registadas em (68) ilustram ainda uma outra estipulação de Lieber (1989: 98, 133-135). Segundo esta autora, os diferentes tipos de unidades lexicais possuem diferentes assinaturas categoriais: os radicais e os afixos derivacionais possuem assinaturas categoriais plenas, ainda que alguns dos seus traços possam não estar especificados (cf. 68), mas os sufixos de flexão estão associados a assinaturas categoriais defectivas, que contêm apenas os traços com valor positivo. Estas informações permitirão preencher os valores dos traços da assinatura categorial do radical que não são lexicalmente determinados.

Na proposta de Lieber (1989), os traços com valor negativo são preenchidos por 'default', o que se verifica, por exemplo, na atribuição do valor de género a um adjectivo como *novo* (cf. 68a). Consequentemente, nos exemplos referidos em (69), a assinatura categorial é

transmitida pelo radical, por Percolação de Núcleo, e o valor dos traços morfo-sintácticos não especificados é preenchido, por Percolação Retroactiva, a partir da assinatura categorial dos sufixos de flexão, ou por 'default'. Note-se que Lieber (1989: 133-134) considera que este modo de operação da percolação de traços reflecte claramente a natureza aditiva da flexão (cf. 68) e o carácter substitutivo da derivação (cf. 70).



Contrariamente a Lieber (1989), defenderei que só as unidades lexicais portadoras de informações morfo-sintácticas dispõem de assinatura categorial. Com efeito, a existência de assinaturas categoriais vazias é inútil e dispensável. Assim, a generalidade dos prefixos, os sufixos avaliativos e os sufixos Z-avaliativos, em Português, não possuem assinatura categorial. A distinção entre o carácter aditivo da flexão e a natureza substitutiva da derivação exige, pois, que se exclua a prefixação (cf. 71a) do domínio da derivação e confirma a autonomia da sufixação avaliativa (cf. 71b) e Z-avaliativa (cf. 71c). Assim, proponho que a atribuição de assinaturas categoriais plenas se restrinja a radicais e sufixos derivacionais, e que os sufixos flexionais possuam assinaturas categoriais que integram apenas os traços especificados positivamente:

(71) a.

	[- N, + V]		
	[α TMA]		
	[β PN]		
	4		
PREFIXO	[- N, + V]		
g	[α TMA]		
g	[β PN]		
g	4		
g	T [- N, + V]	FM	
g	[? TMA]	g	
g	[? PN]	g	
g	4	g	
g	R [- N, + V]	VT	[α TMA]
g	[? TMA]	g	[β PN]
g	[? PN]	g	g
g	g	g	g
<i>des</i>	<i>entup</i>	<i>i</i>	<i>r</i>

b.

	[+ N, - V]		
	[- FEMININO]		
	[- PLURAL]		
	4		
	T [+ N, - V]	FM	
	[- FEMININO]		
	[? PLURAL]		
	4		
	R [+ N, - V]	IT	
	[- FEMININO]	g	
	[? PLURAL]	g	
	4	g	
R [+ N, - V]	SUFIXO	g	
[- FEMININO]	AVALIATIVO	g	
[? PLURAL]	g	g	
g	g	g	
<i>livr</i>	<i>inh</i>	<i>o</i>	



c.	[+ N, - V]	[+ FEMININO]	[- PLURAL]	4	T [+ N, - V]	FM		
					[+ FEMININO]			
					[- PLURAL]			
					4			
					R [+ N, - V] IT			
					[+ FEMININO] g			
					[- PLURAL] g			
					4			
					[+ N, - V]		SUFIXO	g
					[+ FEMININO]		Z-AVALIATIVO	g
					[- PLURAL]			g
					4			g
					T [+ N, - V]	FM		g
					[+ FEMININO]	g		g
					[? PLURAL]	g		g
					4	g		g
					R [+ N, - V]	IT		g
					[+ FEMININO]	g		g
					[? PLURAL]	g		g
					g	g		g
					<i>folh</i>	<i>a</i>	[-plu]	<i>zinh</i>
								<i>a</i>

Pode, em suma, concluir-se que, no domínio estrito da sufixação em Português, é possível estipular uma representação das estruturas morfológicas gerada segundo os princípios da teoria XM-Barra que apresentei em (64), e condicionada pelas convenções de percolação propostas por Lieber (1989) e apresentadas em (69).

4.3.3.2. TRAÇOS MORFO-SINTÁCTICOS

Na subsecção anterior fiz uso de um conjunto de traços morfo-sintácticos para codificar propriedades morfo-sintácticas (em particular, género e número), na representação das estruturas morfológicas. Com efeito, a utilização de traços binários é um requisito da proposta de Lieber (1989: 99, 136), mas o exacto conjunto de traços não é definido pela autora, que antes sugere tratar-se de uma questão secundária («nothing in what follows hinges on the exact name of these features»), a discutir no âmbito da gramática universal:

«universal grammar might make available some universal inventory of morphosyntactic features for each category from which individual languages choose. Ideally, this inventory might be made to follow from a comprehensive theory of syntactic features. How this might be done must be left to further research however.»

Não obstante estas observações, que acolho, apresentarei, em seguida, uma breve discussão sobre a codificação das propriedades morfo-sintáticas e uma hipótese motivada pelos dados do Português.

Admitindo que um sistema de traços binários é adequado à codificação das propriedades morfo-sintáticas, dado que restringe a especificação das unidades lexicais condicionando a percolação de informação numa estrutura morfológica, devem, no entanto, questionar-se as implicações da estipulação proposta por Lieber (1989: 11), e segundo a qual o valor negativo de um traço corresponde ao seu valor 'default'. A utilização deste termo não é clara no estudo de Lieber (1989), mas é possível interpretá-lo como equivalente de valor não-marcado¹³⁶. Assim sendo, a questão que se coloca é a da identificação dos valores marcados e não-marcados para cada uma das propriedades morfo-sintáticas que os diversos traços codificam, questão, por si só, bastante complexa.

Com efeito, os critérios subjacentes à identificação dos valores marcado / não-marcado não estão claramente definidos, o que abre espaço a escolhas aleatoriamente motivadas¹³⁷. Veja-se, por exemplo, que a identificação das formas não-marcadas parte, frequentemente, da comparação entre as várias formas flexionadas pertencentes a um paradigma. Essa comparação não toma, porém, em consideração a forma da unidade lexical de que o referido paradigma é uma propriedade, ou seja, no caso do Português, a forma do tema adjectival, nominal ou verbal. Por outro lado, os factores que determinam a identificação das formas não-marcadas também não são homogéneos: enquanto que nalguns casos se considera a quantidade de material morfológico presente em formas pertencentes a um mesmo paradigma, noutros é a frequência ou raridade com que uma forma ocorre numa língua ou na generalidade das línguas que é privilegiada, e noutros ainda recorre-se a factores de ordem semântica, relacionados com a proximidade de uma interpretação genérica.

A resolução desta questão não é possível num quadro limitado à descrição e análise das estruturas morfológicas de uma única língua. Assim, limitar-me-ei a considerar como não-marcadas, no Português, as formas habitualmente referidas como tal: o masculino para nomes

e adjectivos que admitem contrastes de género (cf. Lopes 1971: 67-68); o singular, na categoria número; o infinitivo, na categoria TMA; a terceira pessoa-singular na categoria PN (cf. Simões e Stoel-Gammon 1979, Bybee e Pardo 1981, Hall 1992).

A identificação das formas não-marcadas com valores negativos determina, naturalmente, a selecção do nome do atributo. Assim, na codificação da propriedade número, que em Português dispõe apenas de dois valores (singular e plural), este tipo de restrição sugere que o traço seja [\pm PLURAL], de modo que o valor negativo identifique as formas do singular¹³⁸:

- (72) [- PLURAL] = **singular**
 [+ PLURAL] = plural

Quanto ao género, que também dispõe de dois valores (masculino e feminino), a restrição acima referida sugere que o traço seja [\pm FEMININO], de modo a que o valor negativo identifique as formas do masculino:

- (73) [- FEMININO] = **masculino**
 [+ FEMININO] = feminino

Note-se que Marle (1985: 215) refere que, em Holandês, há nomes que designam seres humanos femininos e outros que, não identificando necessariamente seres humanos masculinos, os referem enquanto membros do conjunto complementar que contém todos os elementos que não são femininos. O autor sugere que aos primeiros seja atribuído o valor [+fêmea], e que os segundos ([-fêmea]) sejam considerados como a contrapartida neutra dos primeiros. Os dados do Português, e, em particular, a possibilidade de atribuir um valor genérico à forma masculina plural¹³⁹ (cf. *estes novos futebolistas são rapazes e raparigas bastante sensatos*), mostram que, nesta língua, o contraste relevante também se estabelece entre feminino e não-feminino, e justifica a adopção do traço [\pm FEMININO].

Quanto aos verbos, na subsecção anterior (cf. 4.3.3.2.) utilizei, por facilidade de exposição, os traços [\pm TMA] e [\pm PN] para referir as categorias morfo-sintácticas do verbo. A utilização destes traços não permite, no entanto, identificar a totalidade das formas verbais que ocorrem em Português¹⁴⁰. Com efeito, a codificação das propriedades morfo-sintácticas das formas verbais exige, antes de mais, uma distinção entre as formas que permitem flexão em pessoa-número e as que não a autorizam. É esta a distinção captada pelo traço [\pm PN]. A especificação deste traço condiciona a assinatura categorial do constituinte FM, disponibilizando duas

posições estruturais para as formas [+PN] e uma única para as formas [-PN]. Por outras palavras, o traço [\pm PN] permite distinguir as formas pessoais, quando é especificado positivamente, das formas nominais, quando tem especificação negativa.

- (74) a.
$$\begin{array}{c} \text{V} \\ 2 \\ \text{TV} \quad \text{FM}_{[+ \text{PN}]} \\ 2 \\ \text{TMA} \quad \text{PN} \end{array}$$
- b.
$$\begin{array}{c} \text{V} \\ 2 \\ \text{TV} \quad \text{FM}_{[- \text{PN}]} \\ \text{g} \\ \text{g} \\ \text{TMA} \end{array}$$

Estabelecida esta distinção entre formas pessoais e formas nominais, deve agora considerar-se a codificação das categorias pessoa-número e tempo-modo-aspecto. Relativamente à categoria de pessoa-número, e considerando que a forma da terceira pessoa-singular corresponde à forma não-marcada¹⁴¹ (o que exclui os traços [\pm III] e [\pm SINGULAR]), pode admitir-se que os traços adequados à formalização desta categoria são três: [\pm I], [\pm II] e [\pm PLURAL]. Deste modo, identificam-se oito diferentes formas, sendo a terceira pessoa-singular a que recebe todos os valores negativos. A segunda pessoa-plural (*vós*) recebe todos os valores positivos, o que também é desejável, dado que esta é uma forma em desuso no Português Europeu e provavelmente extinta no Português do Brasil. Esta codificação permite ainda distinguir as duas formas de tratamento relativas à segunda pessoa: [-I, +II] (exs. *tu cantas*, *vocês cantam*) diz respeito à segunda pessoa num registo menos formal; e [+I, +II] (exs. *você canta*, *vós cantais*) refere, inversamente, a segunda pessoa num registo mais formal:

- (75) [+ I, - II, - PLURAL] = 1ª pessoa-singular (ex. *(eu) canto*)
 [- I, + II, - PLURAL] = 2ª pessoa-singular (ex. *(tu) cantas*)
 [+ I, + II, - PLURAL] = 2ª pessoa-singular (ex. *(você) canta*)
 [- I, - II, - PLURAL] = 3ª pessoa-singular (ex. *(ele) canta*)
 [+ I, - II, + PLURAL] = 1ª pessoa-plural (ex. *(nós) cantamos*)
 [- I, + II, + PLURAL] = 2ª pessoa-plural (ex. *(vocês) cantam*)
 [+ I, + II, + PLURAL] = 2ª pessoa-plural (ex. *(vós) cantais*)

[- I, - II, + PLURAL] = 3ª pessoa-plural

(ex. *(eles) cantam*)

A estipulação do conjunto de traços adequado à especificação dos valores de tempo-modo-aspecto é um pouco mais complexa, dado que esta categoria regista valores semânticos que não são adequadamente identificáveis fora do contexto sintáctico. A codificação que apresento é, pois, uma hipótese, incluindo traços relativos à modalidade ([±NECESSÁRIO] e [±POSSÍVEL]) e ao tempo/aspecto ([±PASSADO], [±PRESENTE/INACABADO] e [±ANTERIOR]), inspirados em Mateus, Brito, Duarte e Faria (1989, 1992: 76-109), que devem ser entendidos como uma base para a verificação de concordância e não como factores de limitação da interpretação semântica.

Assim, o traço [+NECESSÁRIO] refere uma relação entre os elementos envolvidos na produção do enunciado que, em abstracto, é tida como certa ou como obrigatória e específica, tipicamente, as formas do indicativo. O traço [+POSSÍVEL] refere uma relação que é tida como plausível ou permitida e específica o conjuntivo. A combinação dos valores negativos destes dois traços especifica as formas nominais (gerúndio, participio e infinitivo), enquanto que a combinação dos valores positivos especifica as formas do futuro do pretérito, do futuro do presente e do imperativo. Este conjunto de traços ([±NECESSÁRIO, ±POSSÍVEL]) distingue, pois, quatro classes modais: a do indicativo, a do conjuntivo, a classe de formas nominais que não têm qualquer valor modal inerente, e a classe das formas cujo valor modal é distinto dos valores modais referidos pelos traços disponíveis.

A identificação das formas que integram as quatro classes modais fica a cargo de traços de tempo, que podem ter correlações aspectuais. Assim, o traço [+PASSADO] refere que o intervalo de tempo que contém o estado de coisas descrito pela predicação é anterior ao intervalo de tempo em que ocorre a enunciação e especifica as formas do pretérito, ou seja, o pretérito mais-que-perfeito, o pretérito perfeito e o pretérito imperfeito do indicativo, o futuro do pretérito, o imperfeito do conjuntivo e o participio. O traço [+PRESENTE/INACABADO] refere que o intervalo de tempo em que ocorre o estado de coisas descrito e o intervalo de tempo em que ocorre a enunciação são simultâneos e/ou que a descrição do estado de coisas localizado num dado intervalo de tempo tem como ponto de referência um momento interno a esse intervalo de tempo. Assim, este traço (que, para simplificar a notação, referirei como [+PRESENTE]) especifica o presente do indicativo, o presente do conjuntivo e o gerúndio, bem como, combinado com o traço [+PASSADO], os pretéritos imperfeitos do indicativo e do conjuntivo. A combinação dos valores negativos dos traços [±PASSADO] e [±PRESENTE]

especifica o futuro do presente, o futuro do conjuntivo e o infinitivo. Por último, o traço [+ANTERIOR], que só é utilizado para distinguir o pretérito mais-que-perfeito do pretérito perfeito¹⁴², refere que o intervalo de tempo que contém o estado de coisas descrito é anterior a um outro intervalo de tempo também descrito e que é anterior ao intervalo de tempo em que ocorre a enunciação. Consequentemente, as formas do pretérito mais-que-perfeito são codificadas apenas como [+ANTERIOR], dado que todas as outras especificações são redundantes, e as restantes formas não precisam de especificação quanto a este traço - ela é previsivelmente negativa.

Como se pode verificar no quadro seguinte, o infinitivo corresponde à forma não-marcada, dado que recebe exclusivamente especificações com valor negativo.

(76)

modo	tempo-aspecto	NECESSÁRI O	POSSÍVE L	PASSAD O	PRESENT E	ANTERIO R
indicativo	mais-que-perfeito	+	-	+	-	+
	perfeito	+	-	+	-	-
	imperfeito	+	-	+	+	
	presente	+	-	-	+	
futuro do pretérito		+	+	+	-	
futuro do presente		+	+	-	-	
imperativo		+	+	-	+	
conjuntivo	imperfeito	-	+	+	+	
	presente	-	+	-	+	
	futuro	-	+	-	-	
gerúndio		-	-	-	+	
particípio		-	-	+	-	
infinitivo		-	-	-	-	

A conjugação dos traços relativos à flexão verbal permite, assim, propor a representação (77a) para as formas nominais, ou seja, gerúndio, particípio e infinitivo impessoal, (77b) para as formas pessoais cujos sufixos flexionais não constituem amálgamas (pretérito mais-que-perfeito e imperfeito do indicativo; imperativo; imperfeito, presente e futuro do conjuntivo;

infinitivo flexionado) e (77c) para as formas pessoais cujos sufixos flexionais constituem amálgamas (pretérito perfeito e presente do indicativo):

- (77) a.
- | | |
|-----------------|-----------------|
| [- N, + V] |] |
| [± NECESSÁRIO] |] |
| [± POSSÍVEL] |] |
| [± PASSADO] |] |
| [± PRESENTE] |] |
| [± ANTERIOR] |] |
| 4 | |
| T[- N, + V] | FM[- PN] |
| | g |
| | [± NECESSÁRIO] |
| | [± POSSÍVEL] |
| | [± PASSADO] |
| | [± PRESENTE] |
| | [± ANTERIOR] |
- b.
- | | |
|-----------------|-------------|
| [- N, + V] |] |
| [± NECESSÁRIO] |] |
| [± POSSÍVEL] |] |
| [± PASSADO] |] |
| [± PRESENTE] |] |
| [± ANTERIOR] |] |
| [± I] |] |
| [± II] |] |
| [± PLURAL] |] |
| 4 | |
| T[- N, + V] | FM[+ PN] |
| | 4 |
| [± NECESSÁRIO] | [± I] |
| [± POSSÍVEL] | [± II] |
| [± PASSADO] | [± PLURAL] |
| [± PRESENTE] | |
| [± ANTERIOR] | |



c.	[- N, + V]
	[± NECESSÁRIO]
	[± POSSÍVEL]
	[± PASSADO]
	[± PRESENTE]
	[± ANTERIOR]
	[± I]
	[± II]
	[± PLURAL]
	4	
	T[- N, + V]
		FM _[+PN]
		g
	[± NECESSÁRIO]
	[± POSSÍVEL]
	[± PASSADO]
	[± PRESENTE]
	[± ANTERIOR]
	[± I]
	[± II]
	[± PLURAL]

Esta codificação é indissociável da especificação lexical dos sufixos que as realizam¹⁴³. Em (78) registam-se os sufixos¹⁴⁴ do gerúndio, do particípio e do infinitivo impessoal, ou seja, das formas cuja flexão morfológica é [-PN]:

- (78) [[*ndo*]_[-NEC, -POS, -PASS, +PRES]]_{FM[-PN]}
 [[*do*]_[-NEC, -POS, +PASS, -PRES]]_{FM[-PN]}
 [[*r*]_[-NEC, -POS, -PASS, -PRES]]_{FM[-PN]}

Em (79) e (80) registam-se, respectivamente, os sufixos TMA e PN que participam nas formas cuja flexão é [+PN] e não integra amálgamas, ou seja, o pretérito mais-que-perfeito e pretérito imperfeito do indicativo; imperfeito, presente e futuro do conjuntivo; e infinitivo pessoal; na segunda pessoa do singular (*tu*) e nas primeira, segundas e terceira pessoas do plural:

- (79) [[*ra*]_[+ANT] [...]_[?I, ?II, ?PLU]]_{FM[+PN]}
 [[*va*]_[+NEC, -POS, +PASS, +PRES] [...]_[?I, ?II, ?PLU]]_{FM[+PN]}
 [[*sse*]_[-NEC, +POS, +PASS, +PRES] [...]_[?I, ?II, ?PLU]]_{FM[+PN]}
 [[*e*]_[-NEC, +POS, -PASS, +PRES] [...]_[?I, ?II, ?PLU]]_{FM[+PN]}
 [[*r*]_[-NEC, ?POS, -PASS, -PRES] [...]_[?I, ?II, ?PLU]]_{FM[+PN]}



- (80) [[...][?NEC, ?POS, ?PASS, ?PRES, ?ANT] [(e)s]_[-I, +II, -PLU]]FM[+PN]
 [[...][?NEC, ?POS, ?PASS, ?PRES, ?ANT] [mos]_[+I, -II, +PLU]]FM[+PN]
 [[...][?NEC, ?POS, ?PASS, ?PRES, ?ANT] [is; des]_[+I, +II, +PLU]]FM[+PN]
 [[...][?NEC, ?POS, ?PASS, ?PRES, ?ANT] [(e)m]_[-I, ?II, +PLU]]FM[+PN]

Note-se que em (79) e (80) há dois sufixos que não estão completamente especificados. Trata-se do sufixo [r] (TMA) e [(e)m] (PN). Com efeito, a especificação lexical destes sufixos reflecte a ambiguidade formal que os caracteriza: [r] é um sufixo que participa na formação do futuro do conjuntivo e do infinitivo flexionado; [(e)m] é o sufixo que ocorre nas formas de segunda pessoa-plural (*vocês*) e de terceira pessoa-plural. A especificação do valor do traço [?POS], no primeiro caso, e [?II], no segundo, deve ficar a cargo da concordância sintáctica.

Falta, agora, referir as formas que realizam as primeira, segunda (*você*) e terceira pessoas do singular do pretérito mais-que-perfeito e pretérito imperfeito do indicativo; do imperfeito, presente e futuro do conjuntivo; e do infinitivo flexionado:

- (81) a. *(eu) falara*
 (você) falara
 (ele) falara
- b. *(eu) falava*
 (você) falava
 (ele) falava
- c. *(eu) falasse*
 (você) falasse
 (ele) falasse
- d. *(eu) fale*
 (você) fale
 (ele) fale
- e. *(se eu) falar*
 (se você) falar
 (se ele) falar
- f. *(para eu) falar*



(para você) falar
(para ele) falar

Do ponto de vista morfológico, cada conjunto de formas verbais referidas em (81a), (81b), (81c), (81d), (81e) e (81f) é uma única forma, portadora de ambiguidade quanto à interpretação em pessoa-número, sendo exclusivamente possível interpretá-la como uma forma que não é plural. Com efeito, todas estas formas são constituídas por um sufixo de tempo-modo-aspecto, mas a posição do sufixo de pessoa-número não é preenchida. Assim, pode propor-se que a essa posição não seja lexicalmente atribuído qualquer valor quanto aos traços [\pm I] e [\pm II]. A especificação do valor destes traços pertence, uma vez mais, ao domínio da concordância sintáctica:

(82) [[...][?NEC, ?POSS, ?PASS, ?PRES, ?ANT] [][?I, ?II, -PLU]]FM[+PN]

Em (83) registam-se os sufixos que participam nas formas cuja flexão morfológica é [+PN] e as categorias TMA e PN estão amalgamadas, ou seja, os sufixos que formam o pretérito perfeito e o presente do indicativo.

(83) [[*ei*][+NEC, -POS, +PASS, -PRES, +I, -II, -PLU]]FM[+PN]
 [[*ste*][+NEC, -POS, +PASS, -PRES, -I, +II, -PLU]]FM[+PN]
 [[*ou*][+NEC, -POS, +PASS, -PRES, α I, α II, -PLU]]FM[+PN]
 [[*mos*][+NEC, -POS, α PASS, - α PRES, +I, -II, +PLU]]FM[+PN]¹⁴⁵
 [[*stes*][+NEC, -POS, +PASS, -PRES, +I, +II, +PLU]]FM[+PN]
 [[*ram*][+NEC, -POS, +PASS, -PRES, -ANT, -I, ?II, +PLU]]FM[+PN]¹⁴⁶
 [[*o*][+NEC, -POS, -PASS, +PRES, +I, -II, -PLU]]FM[+PN]
 [[*s*][+NEC, -POS, -PASS, +PRES, -I, +II, -PLU]]FM[+PN]
 [[]][+NEC, -POS, -PASS, +PRES, α I, α II, -PLU]]FM[+PN]
 [[*is*][+NEC, -POS, -PASS, +PRES, +I, +II, +PLU]]FM[+PN]
 [[*m*][+NEC, -POS, -PASS, +PRES, -I, ?II, +PLU]]FM[+PN]

Note-se que, de um ponto de vista morfológico, as formas de segunda pessoa-singular (*você*) e de terceira pessoa-singular do pretérito perfeito (cf. *cantou*) e do presente (cf. *canta*) do indicativo também são ambíguas. O mesmo se verifica na segunda pessoa-plural (*vocês*) e na terceira pessoa-plural do pretérito perfeito (cf. *cantaram*) e do presente (cf. *cantam*) do indicativo.

Cabe agora referir o imperativo. Como é sabido, as formas de segunda pessoa (*tu/vós*) têm diferentes flexões em construções afirmativas e negativas:

- (84) a. ***canta (tu)***
cante (você)
cantemos (nós)
cantai (vós)
cantem (vocês)
- b. ***(não) cantes (tu)***
(não) cante (você)
(não) cantemos (nós)
(não) canteis (vós)
(não) cantem (vocês)

Assim, estas formas deverão ser especificadas com um traço não referido em (76), ou seja $[\pm\text{NEGATIVO}]$. Por outro lado, à exceção da segunda pessoa-plural (*vós*) do imperativo afirmativo, todas as restantes são formas supletivas do presente do indicativo e do conjuntivo. No entanto, a distinção entre imperativo afirmativo e negativo impede que estas formas sejam geradas a partir das mesmas unidades lexicais. Neste quadro, a codificação que proponho para as formas do imperativo é a seguinte:

- (85) $[[]_{[+\text{NEC}, +\text{POS}, -\text{PASS}, +\text{PRES}, -\text{NEG}, -\text{I}, +\text{II}, -\text{PLU}]}]_{\text{FM}[+\text{PN}]}$
 $[[\text{es}]_{[+\text{NEC}, +\text{POS}, -\text{PASS}, +\text{PRES}, +\text{NEG}, -\text{I}, +\text{II}, -\text{PLU}]}]_{\text{FM}[+\text{PN}]}$
 $[[\text{e}]_{[+\text{NEC}, +\text{POS}, -\text{PASS}, +\text{PRES}, ?\text{NEG}, +\text{I}, +\text{II}, -\text{PLU}]}]_{\text{FM}[+\text{PN}]}$
 $[[\text{emos}]_{[+\text{NEC}, +\text{POS}, -\text{PASS}, +\text{PRES}, ?\text{NEG}, +\text{I}, -\text{II}, +\text{PLU}]}]_{\text{FM}[+\text{PN}]}$
 $[[\text{em}]_{[+\text{NEC}, +\text{POS}, -\text{PASS}, +\text{PRES}, ?\text{NEG}, -\text{I}, +\text{II}, +\text{PLU}]}]_{\text{FM}[+\text{PN}]}$
 $[[\text{i}]_{[+\text{NEC}, +\text{POS}, -\text{PASS}, +\text{PRES}, -\text{NEG}, +\text{I}, +\text{II}, +\text{PLU}]}]_{\text{FM}[+\text{PN}]}$
 $[[\text{eis}]_{[+\text{NEC}, +\text{POS}, -\text{PASS}, +\text{PRES}, +\text{NEG}, +\text{I}, +\text{II}, +\text{PLU}]}]_{\text{FM}[+\text{PN}]}$

Consequentemente, o léxico do Português regista duas entradas lexicais, amálgamas de TMA e PN que não têm realização fonética, mas às quais estão associadas diferentes especificações por traços (cf. 83 e 85), e que são responsáveis pela ambiguidade de formas como *canta*. O mesmo se verifica em relação ao sufixo *[e]* que ocorre em formas igualmente ambíguas, como *cante* (cf. 79 e 85). A ambiguidade de formas como *cantes*, *cantemos*, *cantem* e *canteis*, tal como em *cantarem*, é, no entanto, fonética e não estrutural.

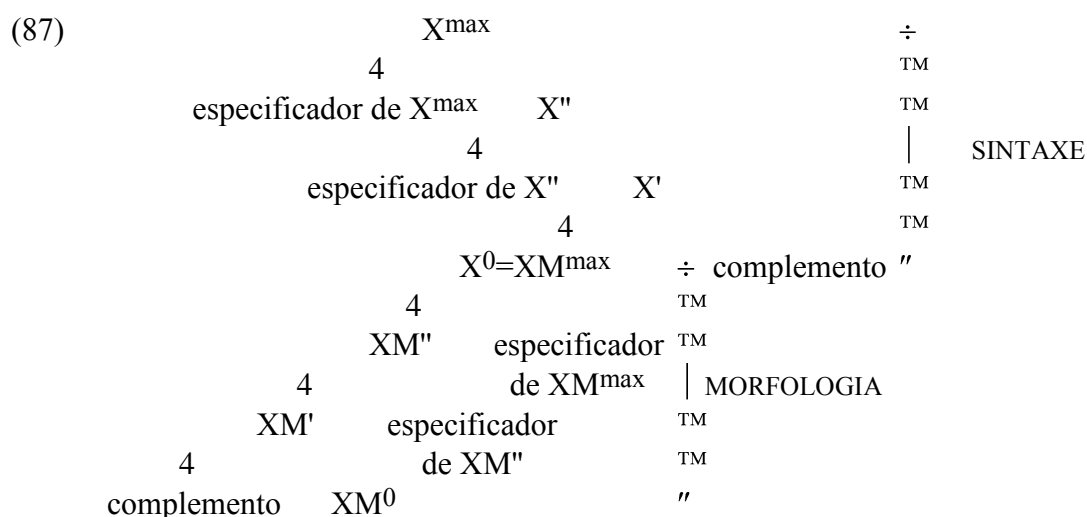
Para completar a codificação das categorias da assinatura categorial falta apenas referir a categoria sintáctica. A codificação desta categoria tem recorrido aos traços $[\pm\text{N}]$ e $[\pm\text{V}]$, que permitem identificar quatro categorias (ADJ = $[\text{+N}, \text{+V}]$; N = $[\text{+N}, \text{-V}]$; P = $[\text{-N}, \text{-V}]$; V = $[\text{-N}, \text{+V}]$), quatro conjuntos de categorias por omissão de um dos traços¹⁴⁷ ($[\text{+N}]$ = ADJ e N; $[\text{-N}]$ = P e V; $[\text{+V}]$ ¹⁴⁸ = ADJ e V; $[\text{-V}]$ = N e P) e dois conjuntos de categorias por co-indexação

morfo-sintáticas associadas ao núcleo da palavra ou ao nó flexão morfológica é restringida pelas duas convenções de percolação formuladas por Lieber (1989).

Por último, apresentei uma hipótese de codificação do conjunto de traços morfo-sintáticos relevantes em Português, e que são indispensáveis à especificação das assinaturas categoriais que caracterizam as diversas categorias sintáticas.

4.4. SUMÁRIO

Neste capítulo pretendi, essencialmente, demonstrar que as estruturas morfológicas são condicionadas pelos princípios da teoria XM-Barra, que correspondem à imagem em espelho dos princípios da teoria X-Barra (cf. Sportiche 1989):



Nesse sentido, defendi que a flexão e a sufixação derivacional são processos morfológicos distintos. Esta distinção foi estabelecida com base no pressuposto de que a sufixação avaliativa e Z-avaliativa não são processos de flexão, nem derivacionais, como procurarei demonstrar no capítulo seguinte.

Por outro lado, a caracterização da flexão que expus em 4.1. mostra que o género, em Português, não é realizado flexionalmente, mas sim por contrastes lexicais, por sufixação derivacional ou por composição (cf. 4.2.).

4.3. REPRESENTAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE SUFIXAÇÃO

A caracterização dos sufixos flexionais e derivacionais, que apresentei em 4.1., permite concluir que participam em processos morfológicos distintos, e é indiciadora de que a sufixação avaliativa e Z-avaliativa (cf. capítulo 5) não são processos flexionais nem derivacionais. Por outro lado, em 4.2. defendi que, apesar de ser uma categoria morfo-sintáctica, o género também não é realizado por flexão. Esta distinção entre os diversos tipos de sufixos existentes no Português tem, naturalmente, consequências no domínio da representação das estruturas de sufixação. Nesta secção apresentarei uma hipótese de representação dessas estruturas.

Assim, sugirei, em 4.3.1., que **as formas flexionadas têm uma estrutura binária**, sendo o tema a sua forma de base, dado que este é o constituinte que determina a categoria sintáctica da palavra e que é portador de informação sobre a classe temática a que pertence. Por outro lado, considerando que **os sufixos de flexão** podem constituir amálgamas, que a sua interpretação é interdependente e que não são intermutáveis, defenderei que **são dominados por um nó irmão do tema, designado flexão morfológica**. Em 4.3.2., considerando que os sufixos flexionais podem coocorrer com sufixos derivacionais, avaliativos, Z-avaliativos e *-mente*, e que estes diversos tipos de sufixos ocupam lugares específicos nas estruturas morfológicas, defenderei que a representação das estruturas formadas por sufixação é gerada de acordo com os princípios da **Teoria XM-Barra**. Por último, em 4.3.3. discutirei o modo como a informação associada aos constituintes imediatos da palavra (tema e flexão morfológica) é transmitida ao nó que os domina. Em 4.3.3.1. defenderei que essa transmissão está a cargo das **convenções de percolação** formuladas por Lieber (1989), e que integram o conceito de **assinatura categorial** (ing. *categorial signature*). A adopção destes instrumentos teóricos impede que os sufixos de flexão sejam o núcleo da estrutura, mas permite que percolem os seus traços ao nó que os domina. Finalmente, exporei, em 4.3.3.2., uma hipótese de codificação das propriedades morfo-sintácticas relevantes em Português, recorrendo a traços binários.



4.3.1. FLEXÃO

Ao longo deste capítulo tenho vindo a defender que a flexão opera sobre temas, o que condiciona a posição que ocupa na estrutura da palavra (cf. 16). A existência de mais de um sufixo de flexão, por exemplo nas formas verbais é, contudo, aparentemente incompatível com essa posição. Nesta subsecção procurarei demonstrar que todos os sufixos de flexão são dominados por um nó irmão do tema. Nesse sentido, comentarei as diversas representações alternativas, concluindo que estas representações não são compatíveis com as propriedades das estruturas flexionadas.

Ignorando a estrutura morfológica do radical (que a este propósito é irrelevante), as hipóteses de representação das estruturas de flexão verbal diferem na identificação da base (radical ou tema), no estatuto a atribuir à vogal temática (dominada por um nó irmão do radical ou, em alternativa, por um nó irmão do(s) sufixo(s) de flexão), e na relação hierárquica entre a base, a vogal temática e o(s) sufixo(s) de flexão. A primeira hipótese de representação corresponde a uma estrutura não hierarquizada, semelhante à que é proposta em Thomas-Flinders (1983: 154):

$$\begin{array}{c}
 (54) \quad V_{[\alpha TMA, \beta PN]} \\
 \quad \quad \quad \text{qf}\forall\pi \\
 \begin{array}{cccc}
 RV_{1^aC} & VT_{1^aC} & [\alpha TMA] & [\beta PN] \\
 | & | & | & | \\
 am & á & va & mos
 \end{array} \\
 \\
 [[am]_{RV_{1^aC}} [\acute{a}]_{VT_{1^aC}} [va]_{[\alpha TMA]} [mos]_{[\beta PN]}] V_{[\alpha TMA, \beta PN]}
 \end{array}$$

Há vários argumentos que justificam a rejeição desta hipótese. Com efeito, a representação (54) não respeita o princípio de ramificação binária¹⁵¹. Por outro lado, esta representação não permite identificar a unidade lexical constituída pelo radical verbal e pela vogal temática, ou seja, o tema verbal. Esta impossibilidade fragiliza a hipótese, dado que o tema é a categoria morfológica seleccionada pelos sufixos de flexão e também por processos de derivação deverbal (cf. $[[amá]_{TV} [vel]_{ADJ}]_{ADJ}$). Por outro lado, a estrutura (54) também não reflecte a relação existente entre a realização da flexão verbal e a conjugação a que o verbo pertence (cf. *amávamos* vs. *bebíamos, fugíamos*), dado que os sufixos de flexão não são dominados por um nó que contenha essa informação.

A segunda hipótese (defendida, por exemplo, por Boer 1982: 61) respeita o princípio de ramificação binária, consistindo na associação do sufixo TMA ao nó que domina o tema verbal e a do sufixo PN a um nó que domina o tema verbal e TMA:

$$\begin{array}{ccccccc}
 (55) & & & & & & V_{[\alpha TMA, \beta PN]} \\
 & & & & & & 3 \\
 & & & & & & *TV_{1^aC, [\alpha TMA]} \quad u \\
 & & & & & & 3 \quad \quad \quad u \\
 & & & & & & TV_{1^aC} \quad \quad u \quad \quad u \\
 & & & & & & 2 \\
 & & & & & & RV_{1^aC} \quad VT_{1^aC} \quad \quad u \quad \quad u \\
 & & & & & & | \quad | \quad \quad | \quad \quad | \\
 & & & & & & am \quad á \quad \quad va \quad \quad mos
 \end{array}$$

[[[[*am*]_{RV1^aC} [*á*]_{VT1^aC}]_{TV1^aC} [*va*]_[\alpha TMA]]*_{TV[\alpha TMA]} [*mos*]_[\beta PN]]_{V[\alpha TMA, \beta PN]}

Porém, esta hipótese também não é aceitável, dado que obrigaria à postulação da existência de uma forma verbal sem qualquer flexão de pessoa-número, o que corresponde a uma solução 'ad hoc' imposta imotivadamente para defender a representação. Note-se que a existência de um constituinte que domina o tema verbal e a flexão em tempo-modo-aspecto não é morfológicamente justificável, dado que a realização da flexão em pessoa-número não é determinada por esse 'constituinte', mas sim pelo constituinte tempo-modo-aspecto, o que é particularmente evidente nos casos de amálgama (cf. 4.1.2.).

A terceira hipótese a considerar consiste na associação de cada um dos sufixos de flexão ao nó que domina o tema verbal, como nós irmãos, ou seja, consiste na estipulação de uma estrutura ternária do seguinte tipo:

$$\begin{array}{ccccccc}
 (56) & & & & & & V_{[\alpha TMA, \beta PN]} \\
 & & & & & & wgp \\
 & & & & & & TV_{1^aC} \quad \quad g \quad \quad p \\
 & & & & & & 2 \quad \quad \quad g \quad \quad \quad p \\
 & & & & & & RV_{1^aC} \quad VT_{1^aC} \quad [\alpha TMA] \quad \quad \quad [\beta PN] \\
 & & & & & & | \quad | \quad | \quad \quad | \\
 & & & & & & am \quad á \quad \quad va \quad \quad mos
 \end{array}$$

[[[[*am*]_{RV1^aC} [*a*]_{VT1^aC}]_{TV1^aC} [*va*]_[\alpha TMA] [*mos*]_[\beta PN]]_{V[\alpha TMA, \beta PN]}



Nesta representação, os sufixos de flexão associar-se-iam a um nó que não é portador de informação sobre a conjugação a que o verbo pertence, o que, como já referi, não é aceitável. Por outro lado, a existência de amálgamas de TMA e PN, também já referida, mostra que esta estrutura deve ser rejeitada, dado que não permite dar conta da inter-relação entre estas duas categorias. Por último, esta representação não respeita o princípio de ramificação binária.

Em alternativa, considerando que **a relação entre os vários sufixos de flexão não é hierarquizada**¹⁵², Scalise (1988: 577-578) defende que todos eles mantêm uma **relação equivalente com a base**, já que **a sua interpretação é interdependente**. É o complexo de sufixos flexionais, e não cada um dos sufixos individualmente, que está associado à forma de base, sendo dominados por um único nó, que designarei por **flexão morfológica (FM)**:

$$\begin{array}{cccc}
 (57) & & V_{[\alpha\text{TMA},\text{BPN}]} & \\
 & & 4 & \\
 & & \text{TV}_{1^{\text{a}}\text{C}} & \text{FM}_{[\alpha\text{TMA},\text{BPN}]} \\
 & & 2 & 2 \\
 & \text{RV}_{1^{\text{a}}\text{C}} & \text{VT}_{1^{\text{a}}\text{C}} & [\alpha\text{TMA}] \quad [\text{BPN}] \\
 & | & | & | \quad | \\
 & \textit{am} & \textit{á} & \textit{va} \quad \textit{mos} \\
 & & & \\
 & & & [[[\textit{am}]_{\text{RV}_{1^{\text{a}}\text{C}}}[\textit{á}]_{\text{VT}_{1^{\text{a}}\text{C}}}]_{\text{TV}_{1^{\text{a}}\text{C}}}]_{[\textit{va}]_{[\alpha\text{TMA}]}[\textit{mos}]_{[\text{BPN}]}]}_{\text{FM}_{[\alpha\text{TMA},\text{BPN}]}}]_{V_{[\alpha\text{TMA},\text{BPN}]}}
 \end{array}$$

Com efeito, a estipulação de uma estrutura deste tipo, que determina a posição dos sufixos TMA e PN, é adequada aos dados do Português¹⁵³. Note-se que, para além da interpretação dos sufixos flexionais ser interdependente, estes sufixos (cf. 58a), contrariamente aos derivacionais (cf. 58b) e aos avaliativos (cf. 58c), **não são intermutáveis** (cf. Scalise 1988: 571):

$$\begin{array}{ll}
 (58) \text{ a.} & [\textit{cantá}] [\textit{va}]_{\alpha} [\textit{mos}]_{\beta} \qquad *[\textit{cantá}] [\textit{mos}]_{\beta} [\textit{va}]_{\alpha} \\
 & \\
 & \text{b.} \quad [\textit{real}] [\textit{izá}]_{\alpha} [\textit{vel}]_{\beta} \qquad [\textit{nota}] [\textit{bil}]_{\beta} [\textit{iza}]_{\alpha} [\textit{r}] \\
 & \quad [\textit{movi}] [\textit{ment}]_{\alpha} [\textit{a}] [\textit{çãõ}]_{\beta} \qquad [\textit{esta}] [\textit{cion}]_{\beta} [\textit{a}] [\textit{mento}]_{\alpha} \\
 & \\
 & \text{c.} \quad [\textit{cas}] [\textit{inh}]_{\alpha} [\textit{ota}]_{\beta} \qquad [\textit{cas}] [\textit{ot}]_{\beta} [\textit{inha}]_{\alpha}
 \end{array}$$

Note-se, por último, que a existência do nó FM permite relacionar todas as formas flexionadas de uma palavra com uma única forma de base (Tema), ou seja, permite identificar o

paradigma flexional¹⁵⁴ da palavra, onde todas as formas flexionadas detêm idêntico estatuto (cf. Baudouin de Courtenay, citado em Stanckiewicz 1962: 7). Assim, a representação da estrutura flexional das formas verbais é a seguinte:

$$(59) \quad [[[X]_{RV} [a]_{VT}]_{TV} [[b]_{\alpha TMA} [c]_{\beta PN}]_{FM}]_{V[\alpha TMA, \beta PN]}$$

Quanto às formas nominais, as hipóteses de representação restringem-se à discussão sobre a pertinência da estipulação de um nó ‘flexão morfológica’ que domine o nó número, dado que, em Português, a flexão nominal só processa esta categoria morfo-sintáctica. As duas hipóteses em discussão são representadas em (60): em (60a) o sufixo de flexão é irmão do tema nominal, enquanto que em (60b) este sufixo é dominado pelo nó FM, irmão do tema nominal.

$$(60) \quad a. \quad \begin{array}{c} [+N, \alpha V]_{\beta N^{\circ}} \\ 3 \\ T[+N, \alpha V] \quad \beta N^{\circ} \\ 3 \\ R[+N, \alpha V] \quad IT \end{array}$$

$$[[[cas]_{RN} [a]_{IT}]_{TN} [s]_{\alpha N^{\circ}}]_{N\alpha N^{\circ}}$$

$$[[[nov]_{RADJ} [o]_{IT}]_{TADJ} [s]_{\alpha N^{\circ}}]_{ADJ\alpha N^{\circ}}$$

$$b. \quad \begin{array}{c} [+N, \alpha V]_{\beta N^{\circ}} \\ 3 \\ T[+N, \alpha V] \quad FM \\ 3 \quad g \\ R[+N, \alpha V] \quad IT \quad \beta N^{\circ} \end{array}$$

$$[[[cas]_{RN} [a]_{IT}]_{TN} [[s]_{\alpha N^{\circ}}]_{FM}]_{N\alpha N^{\circ}}$$

$$[[[nov]_{RADJ} [o]_{IT}]_{TADJ} [[s]_{\alpha N^{\circ}}]_{FM}]_{ADJ\alpha N^{\circ}}$$

A hipótese que defendo é a segunda (cf. 60b). Com efeito, noutras línguas a flexão nominal não opera apenas no domínio de uma categoria (cf. flexão de caso e número em Latim ou em Alemão), pelo que, nesses casos, só a segunda hipótese é adequada. Assim, proponho a seguinte representação para a estrutura flexional das formas adjetivais e nominais:

$$(61) \quad [[[X]_{R[+N, \alpha V]} [a]_{IT}]_{T[+N, \alpha V]} [[b]_{\beta N^{\circ}}]_{FM}]_{[+N, \alpha V]_{\beta N^{\circ}}}$$



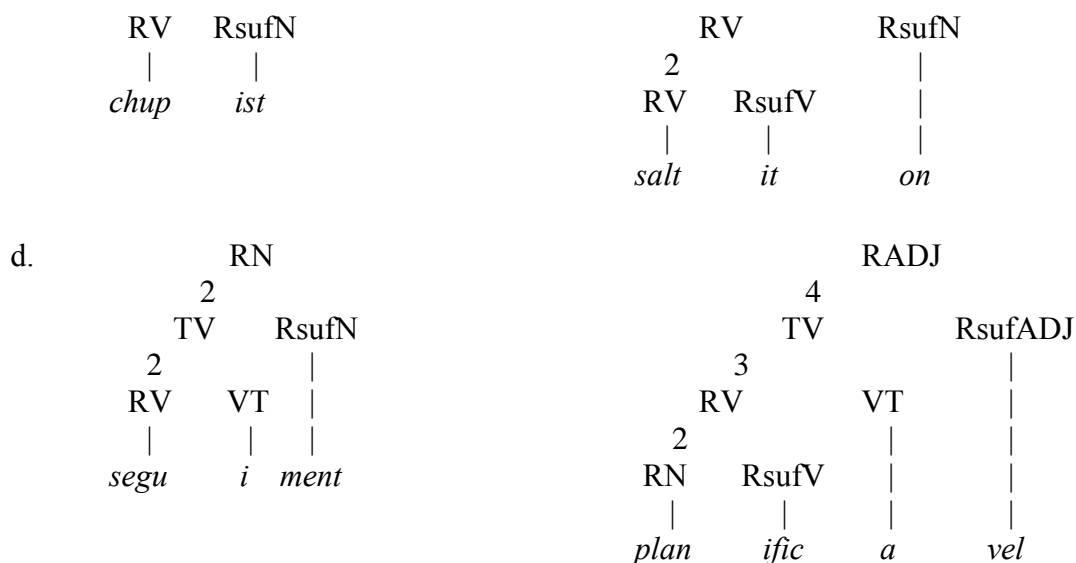
A estipulação de uma representação para a estrutura da flexão verbal (cf. 59) e para a estrutura da flexão nominal (cf. 61) mostra que a estrutura das formas flexionadas pode ser unificada. A estrutura resultante da sua conjugação pode ser representada do modo indicado em (62).

$$(62) \quad \begin{array}{ccc} & & [\alpha N, \beta V]_{\delta FM} \\ & & 4 \\ & \text{Tema}[\alpha N, \beta V] & \text{FLEXÃO} \\ & 4 & \text{MORFOLÓGICA} \\ \text{Radical}[\alpha N, \beta V] & \text{CONSTITUINTE} & g \\ & \text{TEMÁTICO} & \delta \end{array}$$

4.3.2. SUFIXAÇÃO EM XM-BARRA

Estabelecida uma hipótese de representação para as estruturas de flexão (cf. 62), importa agora confrontá-la com a hipótese de representação das estruturas derivadas por sufixação derivacional, que apresentei em (16), através da sua conjugação numa única estrutura global¹⁵⁵. Com efeito, a representação das estruturas formadas por sufixação derivacional prevê que estes sufixos podem seleccionar um radical adjectival (cf. 63a), nominal (cf. 63b) ou verbal (cf. 63c), simples ou complexos:

$$(63) \quad \begin{array}{l} \text{a.} \\ \begin{array}{ccc} & \text{RN} & \\ 2 & & \\ \text{RADJ} & \text{RsufN} & \\ | & | & \\ \text{clar} & \text{ez} & \end{array} \\ \begin{array}{ccc} & \text{RN} & \\ 4 & & \\ \text{RADJ} & & \text{RsufN} \\ 2 & & | \\ \text{RN} & \text{RsufADJ} & | \\ | & | & | \\ \text{norm} & \text{al} & \text{idad} \end{array} \\ \\ \text{b.} \\ \begin{array}{ccc} & \text{RADJ} & \\ 2 & & \\ \text{RN} & \text{RsufADJ} & \\ | & | & \\ \text{gost} & \text{os} & \end{array} \\ \begin{array}{ccc} & \text{RN} & \\ 4 & & \\ \text{RN} & & \text{RsufN} \\ 3 & & | \\ \text{TV} & & \text{RsufN} \\ 2 & & | \\ \text{RV} & \text{VT} & | \\ | & | & | \\ \text{colabor} & \text{a} & \text{cion} & \text{ist} \end{array} \\ \\ \text{c.} \\ \begin{array}{ccc} & \text{RN} & \\ 2 & & \end{array} \\ \begin{array}{ccc} & \text{RN} & \\ 4 & & \end{array} \end{array}$$



A hipótese que defendo permite conjugar todas estas diferentes representações numa única estrutura recursivamente binária, gerada pela seguinte versão da teoria X-Barra, que, por ser específica das estruturas morfológicas, designo por **XM-Barra**:

- (64)
- | | | | |
|---------------------------------------|----|---------------|-------------------------------------|
| XM^{\max} (=X ⁰) | -> | XM'' | especificador de XM^{\max} |
| XM'' | -> | XM' | especificador de XM'' |
| XM' | -> | complemento | XM^0 |

Por outro lado, é necessário explicitar que as estruturas morfológicas que ocupam as posições **XM^{max}** são **palavras**, as que ocupam posições **XM''** são **temas**, e as que ocupam a posição de **núcleo**, ou seja, **XM⁰**, são **predicadores**, ie. **radicais** ou **sufixos derivacionais**. A posição **XM'** corresponde à **forma de base**. Quanto ao **especificador de XM^{max}**, trata-se de uma projecção máxima, que domina a **flexão morfológica** (ie. **FM^{max}**). O **especificador de XM''** é também uma projecção máxima, que domina o **constituente temático** (ie. **CT^{max}**). Por último, o **complemento** ocorre nas estruturas em que **XM⁰** é um **predicador transitivo**, ou seja, **um sufixo derivacional**, e corresponde a uma nova posição **XM^{max}**. Nesta hipótese, a **sufixação derivacional** configura, pois, um processo de **predicação morfológica** e a **sufixação flexional** realiza um processo de **especificação morfológica** (do tema). Assim, a representação da estrutura morfológica das palavras simples é exemplificada em (65a), a estrutura das palavras derivadas que contém um sufixo é ilustrada em (65b), e (65c) mostra a representação de estruturas que contém dois sufixos:

(65) a.

XM ^{max} = PALAVRA			
4			
XM'' = TEMA		FM ^{max}	
3			
XM' = BASE	CT ^{max}		
XM ⁰ = RADICAL			
<i>lev</i>	∅	...	cf. <i>leve</i>
<i>livr</i>	<i>o</i>	...	cf. <i>livro</i>
<i>cant</i>	<i>a</i>	...	cf. <i>cantar</i>

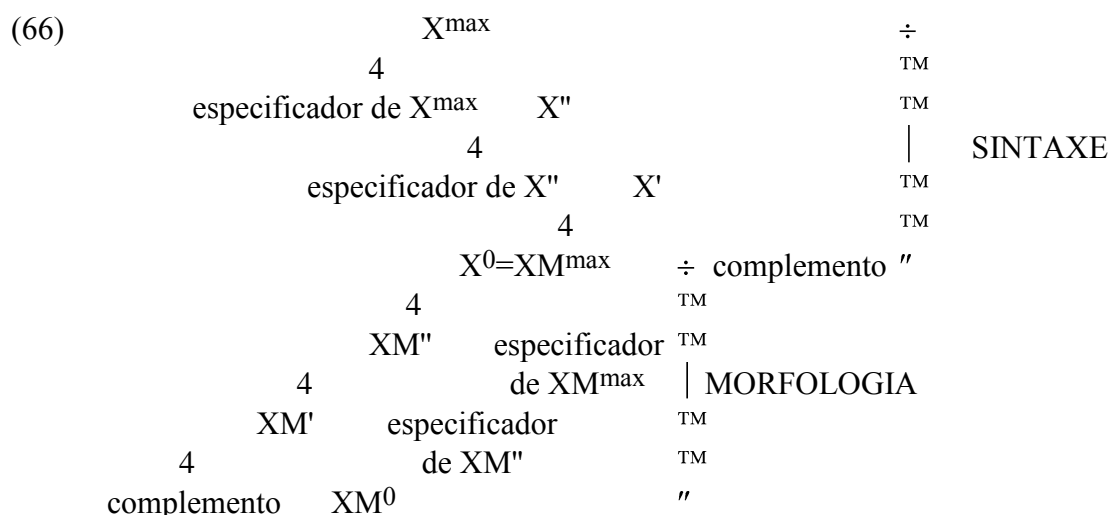
b.

XM ^{max} = PALAVRA				
4				
			XM'' = TEMA	
			4	
		XM' = BASE	CT ^{max}	
		4		
XM ^{max} = PALAVRA		XM ⁰ = SUFIXO		
2		DERIVACIONAL		
XM'' = TEMA	FM ^{max}			
2				
XM' = BASE	CT ^{max}			
XM ⁰ = RADICAL				
<i>lev</i>		<i>ez</i>	<i>a</i>	... cf. <i>leveza</i>
<i>norm</i>		<i>al</i>	∅	... cf. <i>normal</i>
<i>chup</i>		<i>ist</i>	<i>a</i>	... cf. <i>chupista</i>
<i>segu</i>	<i>i</i>	<i>ment</i>	<i>o</i>	... cf. <i>seguimento</i>
<i>antig</i>	<i>a</i> [-plu]	<i>ment</i>	∅	... cf. <i>antigamente</i>



sintácticas, sendo geradas pela mesma versão da Teoria X-Barra e obedecendo aos mesmos valores quanto aos parâmetros de direcionalidade. Para manter esta posição, Lieber (1992) introduz uma alteração na Teoria X-Barra, segundo a qual, nas estruturas morfológicas, as categorias X^0 podem ramificar.

Na hipótese que apresento, a versão da Teoria X-Barra que adopto para a representação das estruturas morfológicas (cf. 66), está, de facto, muito próxima da que Sportiche (1989) propõe para V^{MAX} . **O que as distingue é o facto de a estrutura morfológica ser uma imagem em espelho da estrutura sintáctica¹⁵⁷. Assim, os constituintes terminais da sintaxe (X^0) são as projecções máximas na morfologia, e a ordem canónica dos constituintes sintácticos é a inversa da ordem canónica dos constituintes morfológicos:**



4.3.3. PERCOLAÇÃO

A representação da estrutura morfológica que propus na secção anterior permite identificar o núcleo de palavra com o constituinte de que essa palavra é uma projecção máxima. Assim, nas **palavras simples** o **núcleo** é um **radical**, nas **palavras derivadas** o **núcleo** é o **sufixo derivacional**. A identificação do núcleo morfológico é crucial, dado que este constituinte transmite diversas informações à sua projecção máxima por percolação. Com efeito, em Português, o núcleo morfológico determina a categoria sintáctica, as categorias morfo-semânticas e as categorias morfo-sintácticas não flexionais, mas não transmite a sua subcategoria morfológica. Por outro lado, a projecção máxima requer especificações morfo-sintácticas que não estão associadas ao núcleo, mas sim ao nó flexão morfológica. A

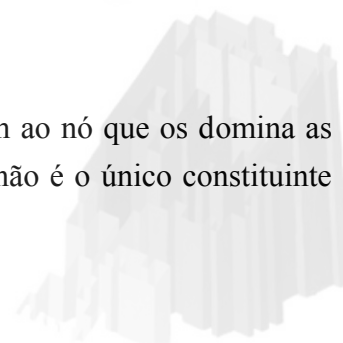
percolação das especificações associadas ao núcleo e aos restantes constituintes deve, pois, ser restringida. Nesse sentido, discutirei, em 4.3.3.1., o conceito de **assinatura categorial** proposto por Lieber (1989).

Segundo esta autora, a assinatura categorial define o conjunto de informações morfo-sintáticas exigido por cada categoria sintáctica, sendo propagada pelo núcleo. A informação pedida pela assinatura categorial é satisfeita por percolação a partir do núcleo ou do não-núcleo imediatamente dominado, quando o núcleo não dispõe dessa informação. Nesse sentido, Lieber (1989) formula duas **convenções de percolação**. É ainda de notar que a distinção que esta autora estabelece entre os sufixos de flexão e as restantes unidades lexicais se baseia numa distinção entre uma **assinatura categorial defectiva**, que, por definição, contém apenas os traços especificados positivamente e uma **assinatura categorial plena**, que contém todos os traços relevantes para uma dada categoria, sejam ou não portadores de uma especificação (cf. 4.3.3.1.). A distinção é relevante e conforme às propriedades dos sufixos identificadas em 4.1.1., mas suscita alguns comentários. Contrariamente a Lieber (1989), defenderei que **só as unidades lexicais portadoras de informações morfo-sintáticas dispõem de assinatura categorial**. Assim, a generalidade dos prefixos e os sufixos avaliativos e Z-avaliativos não possuem assinatura categorial; os radicais e os sufixos derivacionais possuem assinaturas categoriais plenas; e os sufixos flexionais possuem assinaturas categoriais defectivas (cf. 4.3.3.1.).

Por último, discutirei em 4.3.3.2. a codificação das propriedades morfo-sintáticas relevantes em Português. Com efeito, o conceito de assinatura categorial faz uso de traços binários e do conceito de forma não-marcada, mas o conjunto exacto de traços e o modo de identificação das formas não-marcadas não são definidos por Lieber (1989). Considerando embora que a análise de uma única língua é insuficiente para a discussão do conceito de marca, apresento, no entanto, uma hipótese de codificação das categorias morfo-sintáticas do Português, que reconhece como não-marcadas as formas habitualmente referidas como tal, propondo etiquetas que permitam a atribuição de valores negativos a essas formas.

4.3.3.1. ASSINATURA CATEGORIAL

Como já referi, nem todos os constituintes morfológicos transmitem ao nó que os domina as especificações que lhes estão associadas. Por outro lado, o núcleo não é o único constituinte



que pode fazê-lo. Lieber (1989) discute esta questão, introduzindo o conceito de **assinatura categorial** e duas **convenções de percolação**. Segundo esta autora (cf. Lieber 1989: 99), a **assinatura categorial** é formada por um **conjunto de traços morfo-sintáticos, e permite restringir, em função da categoria sintáctica das palavras, o conjunto de informações que lhes pode estar associado**. Trata-se, pois, de um conjunto de traços constituído pelos traços categoriais $[\pm N]$ e $[\pm V]$ e pelos traços que codificam as propriedades sintacticamente relevantes, ou seja, as propriedades que intervêm em processos de concordância ou regência¹⁵⁸. Consequentemente, o conteúdo da assinatura categorial de cada categoria sintáctica é específico de cada língua, e corresponde a um número fixo de categorias morfo-sintáticas que devem, obrigatoriamente, receber uma especificação. Pode, pois, considerar-se que as assinaturas categoriais de adjectivos, nomes e verbos, em Português, são constituídas pelos seguintes conjuntos de traços binários, cuja escolha justificarei em 4.3.3.2.

- (67) a. $\begin{bmatrix} + N, + V \\ \pm FEMININO \\ \pm PLURAL \end{bmatrix}$
- b. $\begin{bmatrix} + N, - V \\ \pm FEMININO \\ \pm PLURAL \end{bmatrix}$
- c. $\begin{bmatrix} - N, + V \\ \pm TMA \\ \pm PN \end{bmatrix}$

Consequentemente, é apenas o conjunto de traços registado em (67a), (67b) e (67c) o que pode e deve estar presente no nó que domina, respectivamente, formas adjectivais como *novos* (cf. 68a), nominais como *livros* (cf. 68b) ou verbais como *cantávamos* (cf. 68c). Nestas representações, o símbolo ? precede os traços morfo-sintáticos que ainda não foram especificados.



- (68) a.
- | | | | |
|---------------|---------------|------------|--|
| | [+ N, + V] | | |
| | [- FEMININO] | | |
| | [+ PLURAL] | | |
| | 4 | | |
| | T[+ N, + V] | FM | |
| | [-FEMININO] | | |
| | [? PLURAL] | | |
| | 4 | | |
| R[+ N, + V] | IT | [+ PLURAL] | |
| [? FEMININO] | | | |
| [? PLURAL] | | | |
| | | | |
| <i>nov</i> | <i>o</i> | <i>s</i> | |
- b.
- | | | | |
|---------------|---------------|------------|--|
| | [+ N, - V] | | |
| | [- FEMININO] | | |
| | [+ PLURAL] | | |
| | 4 | | |
| | T[+ N, - V] | FM | |
| | [-FEMININO] | | |
| | [? PLURAL] | | |
| | 4 | | |
| R[+ N, - V] | IT | [+ PLURAL] | |
| [- FEMININO] | | | |
| [? PLURAL] | | | |
| | | | |
| <i>livr</i> | <i>o</i> | <i>s</i> | |
- c.
- | | | | | |
|--------------|--------------|----------------|------------|--|
| | [- N, + V] | | | |
| | [α TMA] | | | |
| | [β PN] | | | |
| | 4 | | | |
| | T[- N, + V] | FM [αTMA, βPN] | | |
| | [α TMA] | | | |
| | [β PN] | | | |
| | 4 | 4 | | |
| R[- N, + V] | VT | [α TMA] | [β PN] | |
| [? TMA] | | | | |
| [? PN] | | | | |
| | | | | |
| <i>cant</i> | <i>á</i> | <i>va</i> | <i>mos</i> | |



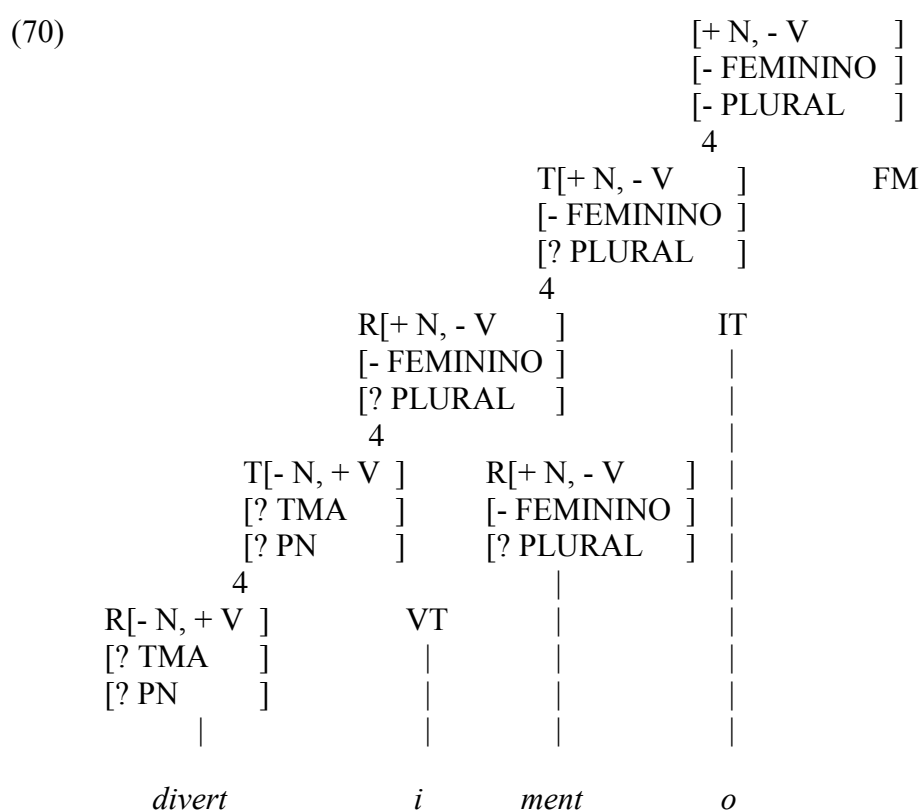
Como se pode verificar nestes três casos, a especificação dos traços que constituem a assinatura categorial pode ser determinada pelo núcleo (cf. categoria sintáctica e género dos nomes), ou pela flexão morfológica (cf. número, tempo-modo-aspecto e pessoa-número). Segundo Lieber (1989), a transmissão dos traços é realizada por um processo de **percolação**, que intervém de acordo com as seguintes convenções:

- (69) a. **PERCOLAÇÃO DE NÚCLEO** (ing. head percolation)
Os traços morfo-sintácticos passam de um morfema núcleo ao nó que o domina. A percolação de núcleo propaga a assinatura categorial.
- b. **PERCOLAÇÃO RETROACTIVA** (ing. back up percolation)
Se o nó que domina o núcleo não recebeu qualquer valor para um dado traço após a Percolação de Núcleo, então esse valor é percolado a partir do não-núcleo imediatamente dominado e marcado quanto a esse traço. A Percolação Retroactiva propaga apenas valores para traços não-marcados e é estritamente local.

Com efeito, estas convenções de percolação são adequadas à transmissão das propriedades das estruturas acima referidas: a categoria sintáctica e o género dos nomes são transmitidos por percolação de núcleo e o número dos nomes e adjectivos, bem como o tempo-modo-aspecto e a pessoa-número dos verbos são transmitidos por percolação retroactiva a partir do nó flexão morfológica. Note-se que a percolação se restringe à transmissão de propriedades morfo-sintácticas, independentemente da forma como são morfológicamente realizadas (lexical, derivacional ou flexionalmente). Por outras palavras, a exclusão do género do domínio da flexão, em Português, que defendi em 4.2.2., é compatível com as propostas de Lieber (1989)¹⁵⁹.

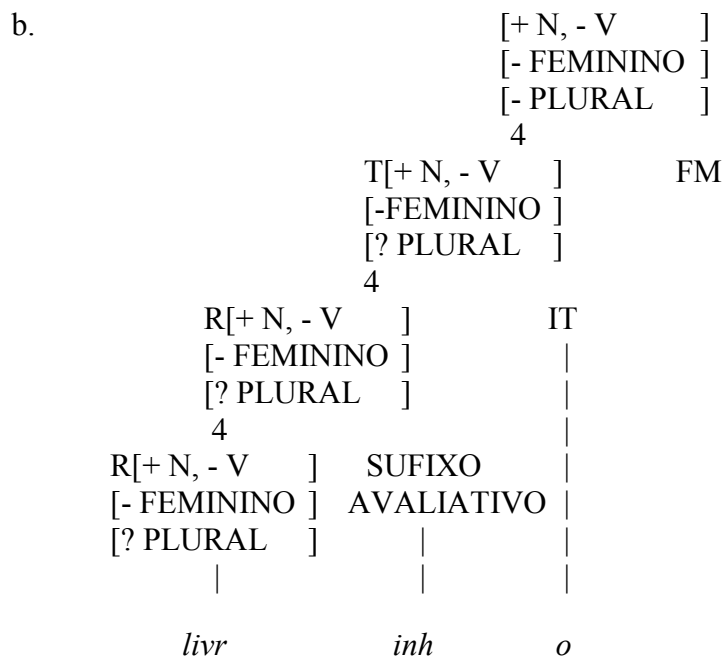
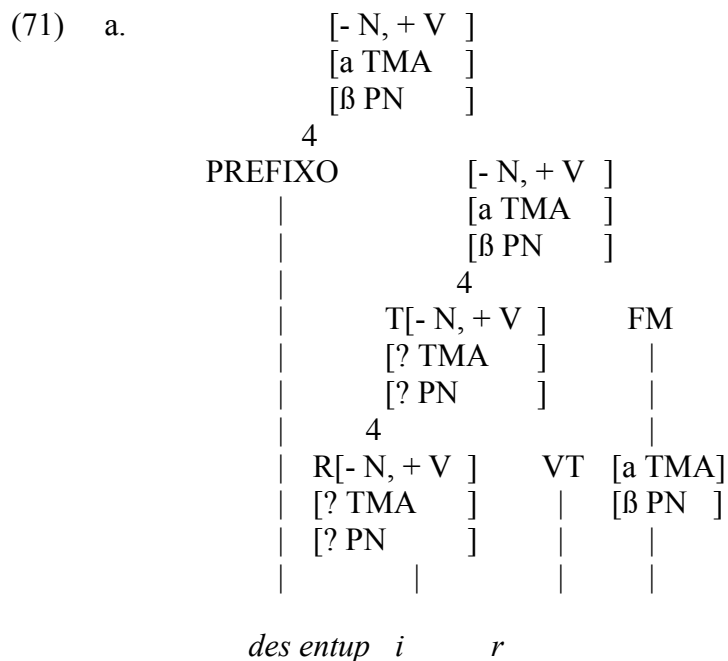
As representações registadas em (68) ilustram ainda uma outra estipulação de Lieber (1989: 98, 133-135). Segundo esta autora, os diferentes tipos de unidades lexicais possuem diferentes assinaturas categoriais: os radicais e os afixos derivacionais possuem **assinaturas categoriais plenas**, ainda que alguns dos seus traços possam não estar especificados (cf. 68), mas os sufixos de flexão estão associados a **assinaturas categoriais defectivas**, que contêm apenas os traços com valor positivo. Estas informações permitirão preencher os valores dos traços da assinatura categorial do radical que não são lexicalmente determinados.

Na proposta de Lieber (1989), os traços com valor negativo são preenchidos por 'default', o que se verifica, por exemplo, na atribuição do valor de género a um adjectivo como *novo* (cf. 68a). Consequentemente, nos exemplos referidos em (69), a assinatura categorial é transmitida pelo radical, por Percolação de Núcleo, e o valor dos traços morfo-sintácticos não especificados é preenchido, por Percolação Retroactiva, a partir da assinatura categorial dos sufixos de flexão, ou por 'default'. Note-se que Lieber (1989: 133-134) considera que este modo de operação da percolação de traços reflecte claramente a **natureza aditiva da flexão** (cf. 68) e o **carácter substitutivo da derivação** (cf. 70).



Contrariamente a Lieber (1989), defenderei que **só as unidades lexicais portadoras de informações morfo-sintácticas dispõem de assinatura categorial**. Com efeito, a existência de assinaturas categoriais vazias é inútil e dispensável. Assim, a generalidade dos prefixos, os sufixos avaliativos e os sufixos Z-avaliativos, em Português, não possuem assinatura categorial. A distinção entre o carácter aditivo da flexão e a natureza substitutiva da derivação exige, pois, que se exclua a prefixação (cf. 71a) do domínio da derivação e confirma a autonomia da sufixação avaliativa (cf. 71b) e Z-avaliativa (cf. 71c). Assim, proponho que a atribuição de assinaturas categoriais plenas se restrinja a radicais e sufixos derivacionais, e

que os sufixos flexionais possuam assinaturas categoriais que integram apenas os traços especificados positivamente:



antes sugere tratar-se de uma questão secundária («nothing in what follows hinges on the exact name of these features»), a discutir no âmbito da gramática universal:

«universal grammar might make available some universal inventory of morphosyntactic features for each category from which individual languages choose. Ideally, this inventory might be made to follow from a comprehensive theory of syntactic features. How this might be done must be left to further research however.»

Não obstante estas observações, que acolho, apresentarei, em seguida, uma breve discussão sobre a codificação das propriedades morfo-sintáticas e uma hipótese motivada pelos dados do Português.

Admitindo que um sistema de traços binários é adequado à codificação das propriedades morfo-sintáticas, dado que restringe a especificação das unidades lexicais condicionando a percolação de informação numa estrutura morfológica, devem, no entanto, questionar-se as implicações da estipulação proposta por Lieber (1989: 11), e segundo a qual o valor negativo de um traço corresponde ao seu valor 'default'. A utilização deste termo não é clara no estudo de Lieber (1989), mas é possível interpretá-lo como equivalente de valor não-marcado¹⁶⁰. Assim sendo, a questão que se coloca é a da identificação dos valores marcados e não-marcados para cada uma das propriedades morfo-sintáticas que os diversos traços codificam, questão, por si só, bastante complexa.

Com efeito, os critérios subjacentes à identificação dos valores marcado / não-marcado não estão claramente definidos, o que abre espaço a escolhas aleatoriamente motivadas¹⁶¹. Veja-se, por exemplo, que a identificação das formas não-marcadas parte, frequentemente, da comparação entre as várias formas flexionadas pertencentes a um paradigma. Essa comparação não toma, porém, em consideração a forma da unidade lexical de que o referido paradigma é uma propriedade, ou seja, no caso do Português, a forma do tema adjectival, nominal ou verbal. Por outro lado, os factores que determinam a identificação das formas não-marcadas também não são homogêneos: enquanto que nalguns casos se considera a quantidade de material morfológico presente em formas pertencentes a um mesmo paradigma, noutros é a frequência ou raridade com que uma forma ocorre numa língua ou na generalidade das línguas que é privilegiada, e noutros ainda recorre-se a factores de ordem semântica, relacionados com a proximidade de uma interpretação genérica.

A resolução desta questão não é possível num quadro limitado à descrição e análise das estruturas morfológicas de uma única língua. Assim, limitar-me-ei a considerar como não-marcadas, no Português, as formas habitualmente referidas como tal: o masculino para nomes e adjectivos que admitem contrastes de género (cf. Lopes 1971: 67-68); o singular, na categoria número; o infinitivo, na categoria TMA; a terceira pessoa-singular na categoria PN (cf. Simões e Stoel-Gammon 1979, Bybee e Pardo 1981, Hall 1992).

A identificação das formas não-marcadas com valores negativos determina, naturalmente, a selecção do nome do atributo. Assim, na codificação da propriedade número, que em Português dispõe apenas de dois valores (singular e plural), este tipo de restrição sugere que o traço seja [\pm PLURAL], de modo que o valor negativo identifique as formas do singular¹⁶²:

- (72) [- PLURAL] = **singular**
 [+ PLURAL] = plural

Quanto ao género, que também dispõe de dois valores (masculino e feminino), a restrição acima referida sugere que o traço seja [\pm FEMININO], de modo a que o valor negativo identifique as formas do masculino:

- (73) [- FEMININO] = **masculino**
 [+ FEMININO] = feminino

Note-se que Marle (1985: 215) refere que, em Holandês, há nomes que designam seres humanos femininos e outros que, não identificando necessariamente seres humanos masculinos, os referem enquanto membros do conjunto complementar que contém todos os elementos que não são femininos. O autor sugere que aos primeiros seja atribuído o valor [+fêmea], e que os segundos ([-fêmea]) sejam considerados como a contrapartida neutra dos primeiros. Os dados do Português, e, em particular, a possibilidade de atribuir um valor genérico à forma masculina plural¹⁶³ (cf. *estes novos futebolistas são rapazes e raparigas bastante sensatos*), mostram que, nesta língua, o contraste relevante também se estabelece entre **feminino** e **não-feminino**, e justifica a adopção do traço [\pm FEMININO].

Quanto aos verbos, na subsecção anterior (cf. 4.3.3.2.) utilizei, por facilidade de exposição, os traços [\pm TMA] e [\pm PN] para referir as categorias morfo-sintácticas do verbo. A utilização destes traços não permite, no entanto, identificar a totalidade das formas verbais que ocorrem em Português¹⁶⁴. Com efeito, a codificação das propriedades morfo-sintácticas das formas

verbais exige, antes de mais, uma **distinção entre as formas que permitem flexão em pessoa-número e as que não a autorizam**. É esta a distinção captada pelo traço $[\pm\text{PN}]$. A **especificação deste traço condiciona a assinatura categorial do constituinte FM, disponibilizando duas posições estruturais para as formas $[\text{+PN}]$ e uma única para as formas $[\text{-PN}]$** . Por outras palavras, o traço $[\pm\text{PN}]$ permite distinguir as formas pessoais, quando é especificado positivamente, das formas nominais, quando tem especificação negativa.

- (74) a.
$$\begin{array}{c} \text{V} \\ 2 \\ \text{TV} \quad \text{FM}_{[\text{+PN}]} \\ 2 \\ \text{TMA} \quad \text{PN} \end{array}$$
- b.
$$\begin{array}{c} \text{V} \\ 2 \\ \text{TV} \quad \text{FM}_{[\text{-PN}]} \\ | \\ \text{TMA} \end{array}$$

Estabelecida esta distinção entre formas pessoais e formas nominais, deve agora considerar-se a codificação das categorias pessoa-número e tempo-modo-aspecto. Relativamente à categoria de **pessoa-número**, e considerando que as formas da terceira pessoa-singular correspondem às formas não-marcadas¹⁶⁵ (o que exclui os traços $[\pm\text{III}]$ e $[\pm\text{SINGULAR}]$), pode admitir-se que os traços adequados à formalização desta categoria são três: $[\pm\text{I}]$, $[\pm\text{II}]$ e $[\pm\text{PLURAL}]$. Deste modo, identificam-se oito diferentes formas, sendo a terceira pessoa-singular a que recebe todos os valores negativos. A segunda pessoa-plural (*vós*) recebe todos os valores positivos, o que também é desejável, dado que esta é uma forma em desuso no Português Europeu e provavelmente extinta no Português do Brasil. Esta codificação permite ainda distinguir as duas formas de tratamento relativas à segunda pessoa: $[-\text{I}, +\text{II}]$ (exs. *tu cantas*, *vocês cantam*) diz respeito à segunda pessoa num registo menos formal; e $[\text{+I}, +\text{II}]$ (exs. *você canta*, *vós cantais*) refere, inversamente, a segunda pessoa num registo mais formal:

- (75) $[\text{+I}, -\text{II}, -\text{PLURAL}] = 1^{\text{a}}$ pessoa-singular (ex. (*eu*) *canto*)
 $[-\text{I}, +\text{II}, -\text{PLURAL}] = 2^{\text{a}}$ pessoa-singular (ex. (*tu*) *cantas*)
 $[\text{+I}, +\text{II}, -\text{PLURAL}] = 2^{\text{a}}$ pessoa-singular (ex. (*você*) *canta*)

[- I, - II, - PLURAL] = 3 ^a pessoa-singular	(ex. <i>(ele) canta</i>)
[+ I, - II, + PLURAL] = 1 ^a pessoa-plural	(ex. <i>(nós) cantamos</i>)
[- I, + II, + PLURAL] = 2 ^a pessoa-plural	(ex. <i>(vocês) cantam</i>)
[+ I, + II, + PLURAL] = 2 ^a pessoa-plural	(ex. <i>(vós) cantais</i>)
[- I, - II, + PLURAL] = 3 ^a pessoa-plural	(ex. <i>(eles) cantam</i>)

A estipulação do conjunto de traços adequado à especificação dos valores de **tempo-modo-aspecto** é um pouco mais complexa, dado que esta categoria regista valores semânticos que não são adequadamente identificáveis fora do contexto sintáctico. A codificação que apresento é, pois, uma hipótese, incluindo traços relativos à **modalidade** ([±NECESSÁRIO] e [±POSSÍVEL]) e ao **tempo/aspecto** ([±PASSADO], [±PRESENTE/INACABADO] e [±ANTERIOR]), inspirados em Mateus, Brito, Duarte e Faria (1989, 1992: 76-109), que devem ser entendidos como uma base para a verificação de concordância e não como factores de limitação da interpretação semântica.

Assim, o traço [+NECESSÁRIO] refere uma relação entre os elementos envolvidos na produção do enunciado que, em abstracto, é tida como certa ou como obrigatória e específica, tipicamente, as formas do indicativo. O traço [+POSSÍVEL] refere uma relação que é tida como plausível ou permitida e específica o conjuntivo. A combinação dos valores negativos destes dois traços especifica as formas nominais (gerúndio, participípio e infinitivo), enquanto que a combinação dos valores positivos especifica as formas do futuro do pretérito, do futuro do presente e do imperativo. Este conjunto de traços ([±NECESSÁRIO, ±POSSÍVEL]) distingue, pois, quatro classes modais: a do indicativo, a do conjuntivo, a classe de formas nominais que não têm qualquer valor modal inerente, e a classe das formas cujo valor modal é distinto dos valores modais referidos pelos traços disponíveis.

A identificação das formas que integram as quatro classes modais fica a cargo de traços de tempo, que podem ter correlações aspectuais. Assim, o traço [+PASSADO] refere que o intervalo de tempo que contém o estado de coisas descrito pela predicação é anterior ao intervalo de tempo em que ocorre a enunciação e especifica as formas do pretérito, ou seja, o pretérito mais-que-perfeito, o pretérito perfeito e o pretérito imperfeito do indicativo, o futuro do pretérito, o imperfeito do conjuntivo e o participípio. O traço [+PRESENTE/INACABADO] refere que o intervalo de tempo em que ocorre o estado de coisas descrito e o intervalo de tempo em que ocorre a enunciação são simultâneos e/ou que a descrição do estado de coisas localizado num dado intervalo de tempo tem como ponto de referência um momento interno a

esse intervalo de tempo. Assim, este traço (que, para simplificar a notação, referirei como [+PRESENTE]) especifica o presente do indicativo, o presente do conjuntivo e o gerúndio, bem como, combinado com o traço [+PASSADO], os pretéritos imperfeitos do indicativo e do conjuntivo. A combinação dos valores negativos dos traços [±PASSADO] e [±PRESENTE] especifica o futuro do presente, o futuro do conjuntivo e o infinitivo. Por último, o traço [+ANTERIOR], que só é utilizado para distinguir o pretérito mais-que-perfeito do pretérito perfeito¹⁶⁶, refere que o intervalo de tempo que contém o estado de coisas descrito é anterior a um outro intervalo de tempo também descrito e que é anterior ao intervalo de tempo em que ocorre a enunciação. Consequentemente, as formas do pretérito mais-que-perfeito são codificadas apenas como [+ANTERIOR], dado que todas as outras especificações são redundantes, e as restantes formas não precisam de especificação quanto a este traço - ela é previsivelmente negativa.

Como se pode verificar no quadro seguinte, **o infinitivo corresponde à forma não-marcada**, dado que recebe exclusivamente especificações com valor negativo.

(76)

modo	tempo-aspecto	NECESSÁRI O	POSSÍVE L	PASSAD O	PRESENT E	ANTERIO R
indicativo	mais-que-perfeito	+	-	+	-	+
	perfeito	+	-	+	-	-
	imperfeito	+	-	+	+	
	presente	+	-	-	+	
futuro do pretérito		+	+	+	-	
futuro do presente		+	+	-	-	
imperativo		+	+	-	+	
conjuntivo	imperfeito	-	+	+	+	
	presente	-	+	-	+	
	futuro	-	+	-	-	
gerúndio		-	-	-	+	
particípio		-	-	+	-	
infinitivo		-	-	-	-	

A conjugação dos traços relativos à flexão verbal permite, assim, propor a representação (77a) para as formas nominais, ou seja, gerúndio, particípio e infinitivo impessoal, (77b) para as formas pessoais cujos sufixos flexionais não constituem amálgamas (pretérito mais-que-perfeito e imperfeito do indicativo; imperativo; imperfeito, presente e futuro do conjuntivo; infinitivo flexionado) e (77c) para as formas pessoais cujos sufixos flexionais constituem amálgamas (pretérito perfeito e presente do indicativo):

- (77) a.
- | | |
|-----------------|-----------------|
| [- N, + V] | |
| [± NECESSÁRIO] | |
| [± POSSÍVEL] | |
| [± PASSADO] | |
| [± PRESENTE] | |
| [± ANTERIOR] | |
| 4 | |
| T[- N, + V] | FM[- PN] |
| | |
| | [± NECESSÁRIO] |
| | [± POSSÍVEL] |
| | [± PASSADO] |
| | [± PRESENTE] |
| | [± ANTERIOR] |
- b.
- | | |
|-----------------|-------------|
| [- N, + V] | |
| [± NECESSÁRIO] | |
| [± POSSÍVEL] | |
| [± PASSADO] | |
| [± PRESENTE] | |
| [± ANTERIOR] | |
| [± I] | |
| [± II] | |
| [± PLURAL] | |
| 4 | |
| T[- N, + V] | FM[+ PN] |
| | 4 |
| [± NECESSÁRIO] | [± I] |
| [± POSSÍVEL] | [± II] |
| [± PASSADO] | [± PLURAL] |
| [± PRESENTE] | |
| [± ANTERIOR] | |



c.	[- N, + V]	
	[± NECESSÁRIO]	
	[± POSSÍVEL]	
	[± PASSADO]	
	[± PRESENTE]	
	[± ANTERIOR]	
	[± I]	
	[± II]	
	[± PLURAL]	
	4	
	T[- N, + V]	FM[+ PN]
		[± NECESSÁRIO]
		[± POSSÍVEL]
		[± PASSADO]
		[± PRESENTE]
		[± ANTERIOR]
		[± I]
		[± II]
		[± PLURAL]

Esta codificação é indissociável da especificação lexical dos sufixos que as realizam¹⁶⁷. Em (78) registam-se os sufixos¹⁶⁸ do gerúndio, do participio e do infinitivo impessoal, ou seja, das formas cuja flexão morfológica é [-PN]:

- (78) [[*ndo*]_[-NEC, -POS, -PASS, +PRES]]_{FM[-PN]}
 [[*do*]_[-NEC, -POS, +PASS, -PRES]]_{FM[-PN]}
 [[*r*]_[-NEC, -POS, -PASS, -PRES]]_{FM[-PN]}

Em (79) e (80) registam-se, respectivamente, os sufixos TMA e PN que participam nas formas cuja flexão é [+PN] e não integra amálgamas, ou seja, o pretérito mais-que-perfeito e pretérito imperfeito do indicativo; imperfeito, presente e futuro do conjuntivo; e infinitivo pessoal; na segunda pessoa do singular (*tu*) e nas primeira, segundas e terceira pessoas do plural:

- (79) [[*ra*]_[+ANT] [...]_[?I, ?II, ?PLU]]_{FM[+PN]}
 [[*va*]_[+NEC, -POS, +PASS, +PRES] [...]_[?I, ?II, ?PLU]]_{FM[+PN]}
 [[*sse*]_[-NEC, +POS, +PASS, +PRES] [...]_[?I, ?II, ?PLU]]_{FM[+PN]}
 [[*e*]_[-NEC, +POS, -PASS, +PRES] [...]_[?I, ?II, ?PLU]]_{FM[+PN]}
 [[*r*]_[-NEC, ?POS, -PASS, -PRES] [...]_[?I, ?II, ?PLU]]_{FM[+PN]}



- (80) [[...][?NEC, ?POS, ?PASS, ?PRES, ?ANT] [(e)s]_[-I, +II, -PLU]]FM[+PN]
 [[...][?NEC, ?POS, ?PASS, ?PRES, ?ANT] [mos]_[+I, -II, +PLU]]FM[+PN]
 [[...][?NEC, ?POS, ?PASS, ?PRES, ?ANT] [is; des]_[+I, +II, +PLU]]FM[+PN]
 [[...][?NEC, ?POS, ?PASS, ?PRES, ?ANT] [(e)m]_[-I, ?II, +PLU]]FM[+PN]

Note-se que em (79) e (80) há dois sufixos que não estão completamente especificados. Trata-se do sufixo [r] (TMA) e [(e)m] (PN). Com efeito, a especificação lexical destes sufixos reflecte a ambiguidade formal que os caracteriza: [r] é um sufixo que participa na formação do futuro do conjuntivo e do infinitivo flexionado; [(e)m] é o sufixo que ocorre nas formas de segunda pessoa-plural (*vocês*) e de terceira pessoa-plural. A especificação do valor do traço [?POS], no primeiro caso, e [?II], no segundo, deve ficar a cargo da concordância sintáctica.

Falta, agora, referir as formas que realizam as primeira, segunda (*você*) e terceira pessoas do singular do pretérito mais-que-perfeito e pretérito imperfeito do indicativo; do imperfeito, presente e futuro do conjuntivo; e do infinitivo flexionado:

- (81) a. *(eu) falara*
 (você) falara
 (ele) falara
- b. *(eu) falava*
 (você) falava
 (ele) falava
- c. *(eu) falasse*
 (você) falasse
 (ele) falasse
- d. *(eu) fale*
 (você) fale
 (ele) fale
- e. *(se eu) falar*
 (se você) falar



(se ele) falar

- f. *(para eu) falar*
(para você) falar
(para ele) falar

Do ponto de vista morfológico, cada conjunto de formas verbais referidas em (81a), (81b), (81c), (81d), (81e) e (81f) é uma única forma, portadora de ambiguidade quanto à interpretação em pessoa-número, sendo exclusivamente possível interpretá-la como uma forma que não é plural. Com efeito, todas estas formas são constituídas por um sufixo de tempo-modo-aspecto, mas a posição do sufixo de pessoa-número não é preenchida. Assim, pode propor-se que a essa posição não seja lexicalmente atribuído qualquer valor quanto aos traços $[\pm I]$ e $[\pm II]$. A especificação do valor destes traços pertence, uma vez mais, ao domínio da concordância sintáctica:

(82) $[[\dots]_{[?NEC, ?POSS, ?PASS, ?PRES, ?ANT]} \square]_{[?I, ?II, -PLU]} FM[+PN]$

Em (83) registam-se os sufixos que participam nas formas cuja flexão morfológica é $[+PN]$ e as categorias TMA e PN estão amalgamadas, ou seja, os sufixos que formam o pretérito perfeito e o presente do indicativo.

(83) $[[ei]_{[+NEC, -POS, +PASS, -PRES, +I, -II, -PLU]}] FM[+PN]$
 $[[ste]_{[+NEC, -POS, +PASS, -PRES, -I, +II, -PLU]}] FM[+PN]$
 $[[ou]_{[+NEC, -POS, +PASS, -PRES, \alpha I, \alpha II, -PLU]}] FM[+PN]$
 $[[mos]_{[+NEC, -POS, \alpha PASS, -\alpha PRES, +I, -II, +PLU]}] FM[+PN]$ ¹⁶⁹
 $[[stes]_{[+NEC, -POS, +PASS, -PRES, +I, +II, +PLU]}] FM[+PN]$
 $[[ram]_{[+NEC, -POS, +PASS, -PRES, -ANT, -I, ?II, +PLU]}] FM[+PN]$ ¹⁷⁰
 $[[o]_{[+NEC, -POS, -PASS, +PRES, +I, -II, -PLU]}] FM[+PN]$
 $[[s]_{[+NEC, -POS, -PASS, +PRES, -I, +II, -PLU]}] FM[+PN]$
 $[[]_{[+NEC, -POS, -PASS, +PRES, aI, aII, -PLU]}] FM[+PN]$
 $[[is]_{[+NEC, -POS, -PASS, +PRES, +I, +II, +PLU]}] FM[+PN]$
 $[[m]_{[+NEC, -POS, -PASS, +PRES, -I, ?II, +PLU]}] FM[+PN]$

Note-se que, de um ponto de vista morfológico, as formas de segunda pessoa-singular (*você*) e de terceira pessoa-singular do pretérito perfeito (cf. *cantou*) e do presente (cf. *canta*) do indicativo também são ambíguas. O mesmo se verifica nas segunda pessoa-plural (*vocês*) e

terceira pessoa-plural do pretérito perfeito (cf. *cantaram*) e do presente (cf. *cantam*) do indicativo.

Cabe agora referir o imperativo. Como é sabido, as formas de segunda pessoa (*tu/vós*) têm diferentes flexões em construções afirmativas e negativas:

- | | | | | |
|------|----|---|----|---|
| (84) | a. | <i>canta (tu)</i>
<i>cante (você)</i>
<i>cantemos (nós)</i>
<i>cantai (vós)</i>
<i>cantem (vocês)</i> | b. | <i>(não) cantes (tu)</i>
<i>(não) cante (você)</i>
<i>(não) cantemos (nós)</i>
<i>(não) canteis (vós)</i>
<i>(não) cantem (vocês)</i> |
|------|----|---|----|---|

Assim, estas formas deverão ser especificadas com um traço não referido em (76), ou seja $[\pm\text{NEGATIVO}]$. Por outro lado, à exceção da segunda pessoa-plural (*vós*) do imperativo afirmativo, todas as restantes são formas supletivas do presente do indicativo e do conjuntivo. No entanto, a distinção entre imperativo afirmativo e negativo impede que estas formas sejam geradas a partir das mesmas unidades lexicais. Neste quadro, a codificação que proponho para as formas do imperativo é a seguinte:

- (85) $[[]_{[+\text{NEC}, +\text{POS}, -\text{PASS}, +\text{PRES}, -\text{NEG}, -\text{I}, +\text{II}, -\text{PLU}]}]_{\text{FM}[+\text{PN}]}$
 $[[\text{es}]_{[+\text{NEC}, +\text{POS}, -\text{PASS}, +\text{PRES}, +\text{NEG}, -\text{I}, +\text{II}, -\text{PLU}]}]_{\text{FM}[+\text{PN}]}$
 $[[\text{e}]_{[+\text{NEC}, +\text{POS}, -\text{PASS}, +\text{PRES}, ?\text{NEG}, +\text{I}, +\text{II}, -\text{PLU}]}]_{\text{FM}[+\text{PN}]}$
 $[[\text{emos}]_{[+\text{NEC}, +\text{POS}, -\text{PASS}, +\text{PRES}, ?\text{NEG}, +\text{I}, -\text{II}, +\text{PLU}]}]_{\text{FM}[+\text{PN}]}$
 $[[\text{em}]_{[+\text{NEC}, +\text{POS}, -\text{PASS}, +\text{PRES}, ?\text{NEG}, -\text{I}, +\text{II}, +\text{PLU}]}]_{\text{FM}[+\text{PN}]}$
 $[[\text{i}]_{[+\text{NEC}, +\text{POS}, -\text{PASS}, +\text{PRES}, -\text{NEG}, +\text{I}, +\text{II}, +\text{PLU}]}]_{\text{FM}[+\text{PN}]}$
 $[[\text{eis}]_{[+\text{NEC}, +\text{POS}, -\text{PASS}, +\text{PRES}, +\text{NEG}, +\text{I}, +\text{II}, +\text{PLU}]}]_{\text{FM}[+\text{PN}]}$

Consequentemente, o léxico do Português regista duas entradas lexicais, amálgamas de TMA e PN que não têm realização fonética, mas às quais estão associadas diferentes especificações por traços (cf. 83 e 85), e que são responsáveis pela ambiguidade de formas como *canta*. O mesmo se verifica em relação ao sufixo $[\text{e}]$ que ocorre em formas igualmente ambíguas, como *cante* (cf. 79 e 85). A ambiguidade de formas como *cantes*, *cantemos*, *cantem* e *canteis*, tal como em *cantarem*, é, no entanto, fonética e não estrutural.

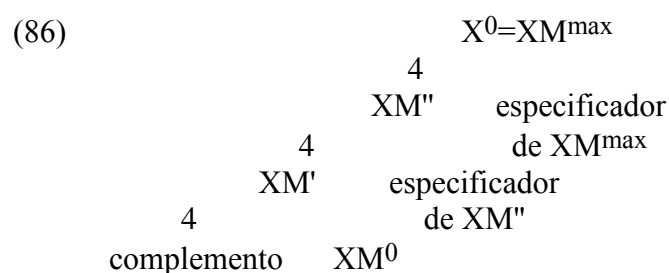
Para completar a codificação das categorias da assinatura categorial falta apenas referir a categoria sintáctica. A codificação desta categoria tem recorrido aos traços $[\pm\text{N}]$ e $[\pm\text{V}]$, que

permitem identificar quatro categorias (ADJ = [+N, +V]; N = [+N, -V]; P = [-N, -V]; V = [-N, +V]), quatro conjuntos de categorias por omissão de um dos traços¹⁷¹ ([+N] = ADJ e N; [-N] = P e V; [+V]¹⁷² = ADJ e V; [-V] = N e P) e dois conjuntos de categorias por co-indexação dos seus valores ([α N, α V] = ADJ e P; [α N, $-\alpha$ V] = N e V). A questão que se coloca relativamente à categoria sintáctica é, então, a da relevância da consideração de uma categoria não-marcada, tanto mais que, de acordo com o critério acima referido, essa categoria seria a das preposições ([-N, -V]). Ainda que a decomposição das categorias sintácticas nos termos dos traços [\pm N] e [\pm V] não seja completamente satisfatória (não permite, por exemplo, a codificação dos advérbios), ela tem demonstrado um grau razoável de adequação na formulação de generalizações de ordem sintáctica¹⁷³ e morfológica¹⁷⁴. Assim, a inutilidade da identificação de uma categoria não-marcada não pode ser considerada como sintoma de deficiência do sistema de traços, mas sim como uma objecção a esta utilização do conceito de marca, quando aplicada à formalização da categoria sintáctica.

Em suma, a hipótese de codificação que aqui apresento está incompleta, dado que trata apenas da flexão regular dos adjectivos, nomes e verbos da primeira conjugação, e a sua adequação não foi nem fonológica, nem sintáctica nem semanticamente aferida. No entanto, o sistema de traços apresentado é morfológicamente coerente e permite identificar o masculino, o singular, o infinitivo e a terceira pessoa-singular como as formas não-marcadas, respectivamente, nas categorias morfo-sintácticas de género, número, TMA e PN.

4.3.4. RESUMO

Na secção 4.3. defendi que as estruturas de sufixação configuram a seguinte representação:



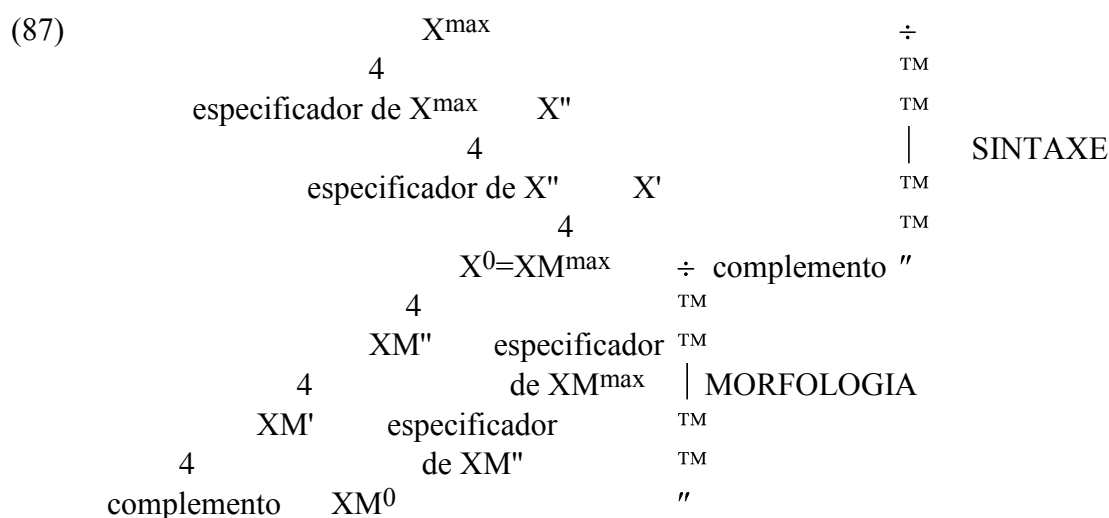
Esta hipótese de representação pressupõe que todos os sufixos de flexão são dominados por um único nó (flexão morfológica), que as estruturas morfológicas são condicionadas pelos

princípios da **Teoria XM-Barra** (cf. 64), assente na hierarquização dos constituintes em função da sua categoria morfológica (ie. base, tema, palavra), e que a transmissão das especificações morfo-sintáticas associadas ao núcleo da palavra ou ao nó flexão morfológica é restringida pelas duas **convenções de percolação** formuladas por Lieber (1989).

Por último, apresentei uma hipótese de codificação do conjunto de traços morfo-sintáticos relevantes em Português, e que são indispensáveis à especificação das **assinaturas categoriais** que caracterizam as diversas categorias sintáticas.

4.4. SUMÁRIO

Neste capítulo pretendi, essencialmente, demonstrar que as estruturas morfológicas são condicionadas pelos princípios da **teoria XM-Barra**, que correspondem à imagem em espelho dos princípios da teoria X-Barra (cf. Sportiche 1989):



Nesse sentido, defendi que a flexão e a sufixação derivacional são processos morfológicos distintos. Esta distinção foi estabelecida com base no pressuposto de que a sufixação avaliativa e Z-avaliativa não são processos de flexão, nem derivacionais, como procurarei demonstrar no capítulo seguinte.

Por outro lado, a caracterização da flexão que expus em 4.1. mostra que o género, em Português, não é realizado flexionalmente, mas sim por contrastes lexicais, por sufixação derivacional ou por composição (cf. 4.2.).



5. MODIFICAÇÃO MORFOLÓGICA

Nos capítulos anteriores apresentei um modelo de análise morfológica que se propõe distinguir os diversos processos de formação de palavras a partir (i) da identificação da categoria morfológica da base e da forma resultante (radical, tema, palavra), e (ii) da função (núcleo, complemento, especificador) que os constituintes desempenham nas estruturas geradas segundo os princípios da Teoria XM-Barra. No domínio da sufixação, este quadro permite caracterizar a flexão como o único processo de formação de palavras, por adjunção de um sufixo especificador a um tema, e a derivação como um processo de formação de radicais complexos, resultante da selecção de uma base (radical, tema ou palavra) por um sufixo que é o núcleo da estrutura. Por outras palavras, a flexão é um processo de especificação morfo-sintáctica, e a derivação é um processo de predicação morfológica (cf. Law 1989).

Por outro lado, defendi a existência de sufixos, como os avaliativos, que não são especificadores nem núcleos, ou seja, de sufixos que não são flexionais nem derivacionais. O presente capítulo é dedicado à descrição destes sufixos e à análise das estruturas que os integram. Assim, na secção 5.1. mostrarei que os sufixos avaliativos têm propriedades específicas: mantêm a categoria sintáctica, a estrutura argumental, as propriedades morfo-semânticas e o género da forma de base; modificam a sua interpretação semântica; admitem recursividade; ocorrem à direita dos sufixos derivacionais; e precedem a flexão da palavra que integram. Esta especificidade da sufixação avaliativa face à sufixação flexional e derivacional permitirá caracterizá-la, na secção 5.2., como um processo de modificação morfológica no domínio da expressão de relações de ordem. Trata-se de um processo que gera, por adjunção, estruturas categorialmente idênticas às estruturas de base, e que é paralelo à prefixação com formas como *super-* ou *mini-* (cf. *atrevidão* vs. *super-atrevido*; *carrinho* vs. *mini-carro*). Esta caracterização permitirá concluir que a realização formal (por prefixação, sufixação ou composição) é independente do tipo de processo morfológico envolvido. Assim, a expressão de relações de ordem, tal como a negação (cf. *desonesto*, *inútil*) ou a formação de localizadores (cf. *recém-nascido*, *sub-cave*) são processos de modificação morfológica quer sejam realizados por prefixação, quer o sejam por sufixação, ou por composição. Note-se, no entanto, que, em Português, a expressão de relações de ordem é o único processo de modificação morfológica que pode ser realizado por sufixação.

Por último, na secção 5.3. procurarei demonstrar que a análise da sufixação avaliativa como um processo de modificação morfológica permite compreender a sua heterogeneidade. Considerando que as estruturas morfológicas de adjunção se definem pela identidade categorial existente entre a forma de base e a forma resultante da aplicação do processo, defenderei que essa identidade afecta não só a categoria sintáctica mas também a categoria morfológica. Assim, distinguirei os sufixos avaliativos propriamente ditos (cf. 5.3.1.) dos sufixos Z-avaliativos (cf. 5.3.2.): os primeiros configuram estruturas de adjunção a XM^0 , ou seja, radicais, enquanto que os segundos participam em estruturas de adjunção a XM^{\max} , ou seja, palavras. Em 5.3.3. darei conta das inter-relações semânticas e distribucionais dos sufixos avaliativos e Z-avaliativos. Finalmente, concluirei que o requisito de identidade relativo à categoria morfológica, que caracteriza as estruturas de adjunção morfológica, fundamenta a exclusão dos sufixos pseudo-avaliativos (cf. 5.3.4.) do domínio dos modificadores morfológicos. Com efeito, ainda que semanticamente próximos, os pseudo-avaliativos são sufixos derivacionais, ou seja, são o núcleo das construções que integram, o que lhes permite determinar o género dessas formas.

5.1. ESPECIFICIDADE DA SUFIXAÇÃO AVALIATIVA

Em Português (cf. 1a), tal como nas restantes línguas românicas (cf. 1b), mas também em outras línguas indo-europeias (cf. 1c) e não indo-europeias (cf. 1d), as formas avaliativas podem ser realizadas por sufixação¹⁷⁵:

(1)	a.	Português	<i>flor</i>		<i>florinha</i>	
	b.	Castelhano ¹⁷⁶	<i>libro</i>	'livro'	<i>librito</i>	'livrinho'
		Catalão ¹⁷⁷	<i>alt</i>	'alto'	<i>altet</i>	'altinho'
		Italiano ¹⁷⁸	<i>tavolo</i>	'mesa'	<i>tavolino</i>	'mesinha'
		Francês ¹⁷⁹	<i>maison</i>	'casa'	<i>maisonnette</i>	'casinha'
	c.	Inglês ¹⁸⁰	<i>book</i>	'livro'	<i>booklet</i>	'livrinho'
		Alemão ¹⁸¹	<i>Maul</i>	'boca'	<i>Mäulchen</i>	'boquinha'

d.	Húngaro ¹⁸²	<i>levél</i>	'carta'	<i>levélke</i>	'cartinha'
	Barasano do sul ¹⁸³	<i>wi</i>	'casa'	<i>wiaka</i>	'casinha'

No entanto, contrariamente ao que tem sido predominantemente defendido ou aceite, a sua integração no quadro geral da sufixação derivacional ou da sufixação flexional é inadequada. Com base nos dados do Italiano, Scalise (1984: 131-133) afirma que os sufixos avaliativos têm um comportamento parcialmente distinto quer dos sufixos derivacionais quer dos sufixos flexionais, constituindo um grupo autónomo com as seguintes propriedades específicas:

- (2)
- não alteram a categoria sintáctica da base;
 - não alteram nenhuma das propriedades morfo-sintácticas ou morfo-semânticas da base;
 - não alteram a estrutura argumental da base;
 - alteram a interpretação semântica da base;
 - podem co-ocorrer em posições adjacentes;
 - ocorrem à direita dos sufixos derivacionais;
 - precedem os sufixos de flexão.

A primeira propriedade referida por Scalise (1984) é comprovada, em Português, pelos dados registados em (3). Com efeito, em (3a) verifica-se que os sufixos diminutivos (ex. *-inho*), aumentativos (ex. *-ão*), pejorativos (ex. *-eco*), ou com outra interpretação semântica (ex. *-ote*), quando associados a um radical adjectival (ex. *pesad-*), dão origem a formas cuja categoria sintáctica é também adjectivo, enquanto que associados a uma base nominal (cf. *ded-*) produzem nomes. Por outro lado, em (3b) demonstra-se que os sufixos avaliativos se podem associar a bases pertencentes a diferentes categorias sintácticas, sendo as palavras que os integram portadoras de traços categoriais idênticos aos da base. Em (3c) pode, ainda, observar-se que, no Português Europeu Contemporâneo, o sufixo *-inho* se associa a formas pertencentes a diversas categorias (adjectivo, advérbio, nome, interjeição, verbo), o que é, decerto, uma consequência do elevado índice de produtividade deste sufixo.

- (3)
- | | | |
|----|-------------------|----------------------|
| a. | <i>pesado</i> ADJ | <i>pesadinho</i> ADJ |
| | <i>pesado</i> ADJ | <i>pesadão</i> ADJ |
| | <i>pesado</i> ADJ | <i>pesadote</i> ADJ |
| | <i>dedo</i> N | <i>dedinho</i> N |
| | <i>dedo</i> N | <i>dedão</i> N |

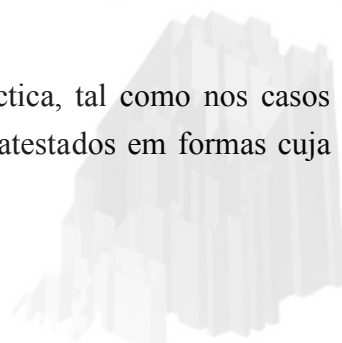


	<i>dedo</i> N	<i>dedeco</i> N
b.	<i>esperto</i> ADJ <i>amigo</i> N	<i>espertalhaço</i> ADJ <i>amigalhaço</i> N
	<i>atrevido</i> ADJ <i>casaco</i> N	<i>atrevidão</i> ADJ <i>casacão</i> N
c.	<i>novo</i> ADJ <i>cedo</i> ADV <i>casa</i> N <i>adeus</i> INTERJEIÇÃO	<i>novinho</i> ADJ <i>cedinho</i> ADV <i>casinha</i> N <i>adeusinho</i> INTERJEIÇÃO

Há, no entanto, um conjunto de dados que poderia pôr em causa a validade desta generalização, se se considerar que aí ocorrem sufixos avaliativos: trata-se de formas que integram sufixos como *-alha*, *-elho*, *-eta*, *-ilho*, *-ola* ou *-ão*, entre outros (cf. 4).

(4)	a.	<i>gente</i> N <i>grupo</i> N <i>estátua</i> N <i>pecado</i> N <i>graça</i> N <i>casaco</i> N	<i>gentalha</i> N <i>grupelho</i> N <i>estatueta</i> N <i>pecadilho</i> N <i>graçola</i> N <i>casacão</i> N
	b.	<i>acender</i> V <i>espantar</i> V <i>feder</i> V <i>chupar</i> V <i>atar</i> V <i>gabar</i> V <i>chorar</i> V <i>empurrar</i> V <i>quarenta</i> NUM	<i>acendalha</i> N <i>espantalho</i> N <i>fedelho</i> N <i>chupeta</i> N <i>atilha</i> N <i>gabarola</i> N <i>chorão</i> N <i>empurrão</i> N <i>quarentão</i> [+N]

Com efeito, estes sufixos ocorrem em formas cuja categoria sintáctica, tal como nos casos anteriores (cf. 3), é idêntica à da base (cf. 4a), mas também estão atestados em formas cuja



categoria sintáctica, pelo contrário, é distinta da categoria sintáctica da forma de base (cf. 4b). Tradicionalmente, os sufixos que ocorrem em (4a) e (4b) não são referidos como sufixos distintos, sendo antes globalmente descritos como sufixos avaliativos: José Joaquim Nunes (1919, 1975: 378-379), considerando que o sufixo *-ão* é o mais importante na formação de substantivos e adjectivos aumentativos, afirma que «da ideia de grandeza nasce também por vezes a de posse em alto grau da tendência para praticar a acção designada pelo tema, que é verbal»; e Said Ali (1931, 1964: 56) cita formas como *comilão*, *beberrão*, *mandão*, *pedinchão*, ou *empurrão*, *apalpão*, *apertão*, *beliscão*, *arranhão*, para exemplificar palavras em que o sufixo tem uma função depreciativa, referindo, no primeiro caso «a pessoa que pratica a acção com frequência ou insistência» e no segundo «actos violentos».

A presença de um valor semântico diminutivo, aumentativo ou pejorativo em formas como as que registei em (4b) tem, pois, determinado a análise dos sufixos que as integram como sufixos avaliativos, ou melhor, como os mesmos sufixos avaliativos que ocorrem nas formas exemplificadas em (4a). Outros dados devem, no entanto, ser considerados para discutir esta questão. Trata-se de formas que integram, entre outros, os sufixos *-ano*, *-ita*, *-iço* e, uma vez mais, *-ão*. Com efeito, estes sufixos podem associar-se a bases nominais sobre as quais operam uma modificação avaliativa, dando origem a nomes (cf. 5a), mas também estão atestados em formas derivadas cuja categoria sintáctica é distinta da categoria sintáctica da base, e que não permitem qualquer interpretação avaliativa (cf. 5b).

(5)	a.	<i>bicho</i> N	<i>bichano</i> N
		<i>perna</i> N	<i>pernita</i> N
		<i>papel</i> N	<i>papeliço</i> N
		<i>casaco</i> N	<i>casacão</i> N
	b.	<i>México</i> N	<i>mexicano</i> [+N]
		<i>Moscovo</i> N	<i>moscovita</i> [+N]
		<i>fronteira</i> N	<i>fronteiriço</i> ADJ
		<i>servir</i> V	<i>serviço</i> N
		<i>aldeia</i> N	<i>aldeão</i> N

Deve, assim, concluir-se, à semelhança de outros autores (cf. Rio-Torto 1986 e 1993), que nem todos os sufixos que permitem interpretações diminutivas, aumentativas ou depreciativas são sufixos avaliativos. Dos sufixos que possibilitam essas interpretações semânticas, são

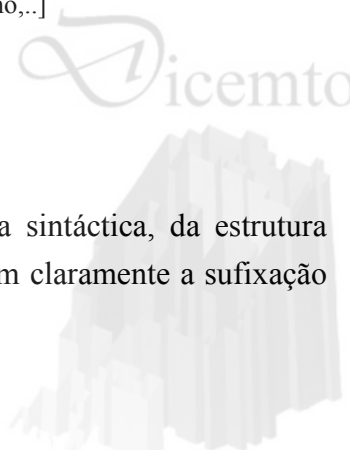
avaliativos apenas os que não alteram a categoria sintáctica da base, o que vem confirmar a generalização proposta por Scalise (1984). Quanto aos restantes, ainda que homófonos dos sufixos avaliativos, trata-se de sufixos derivacionais que participam, por exemplo, em processos de formação de nomes-sujeito (cf. 6a), de nomes de acção (cf. 6b) ou de adjetivos relacionais (cf. 6c), podendo, em alguns casos, impor concomitantemente aos seus derivados a interpretação semântica típica dos avaliativos:

(6)	a.	<i>mandar</i>	<i>mandão</i>
		<i>apresentar</i>	<i>apresentador</i>
		<i>representar</i>	<i>representante</i>
	b.	<i>apalpar</i>	<i>apalpão</i>
		<i>apresentar</i>	<i>apresentação</i>
		<i>desenvolver</i>	<i>desenvolvimento</i>
	c.	<i>aldeia</i>	<i>aldeão</i>
		<i>montanha</i>	<i>montanhês</i>
		<i>ocidente</i>	<i>ocidental</i>

Os dados do Português confirmam, pois, que os sufixos avaliativos não alteram nem determinam a categoria sintáctica da base. Quanto às restantes propriedades referidas por Scalise (1984), verifica-se, no Português, que os sufixos avaliativos também não alteram nem determinam a estrutura argumental da base (cf. 7a), nem as suas propriedades morfo-semânticas (cf. 7b):

(7)	a.	<i>saltar</i> [--]	<i>saltitar</i> [--]
		<i>morder</i> [-- SN]	<i>mordiscar</i> [-- SN]
		<i>pedir</i> [-- SN SP]	<i>pedinchar</i> [-- SN SP]
	b.	<i>prima</i> [+animado, ...]	<i>priminha</i> [+animado, ...]
		<i>gato</i> [+animado, -humano, ...]	<i>gatinho</i> [+animado, -humano, ...]
		<i>espelho</i> [-animado, ...]	<i>espelhinho</i> [-animado, ...]
		<i>livro</i> [+contável, ...]	<i>livrinho</i> [+contável, ...]
		<i>chuva</i> [-contável, ...]	<i>chuvinha</i> [-contável, ...]

As três propriedades até agora referidas (manutenção da categoria sintáctica, da estrutura argumental e das propriedades morfo-semânticas da base) distinguem claramente a sufixação



avaliativa da derivacional. Aparentemente contrário à generalização proposta por Scalise (1984) é o efeito de alguns sufixos relativamente ao valor de género das formas de base. De facto, se muitos não provocam qualquer alteração (cf. 8a), alguns há que formam exclusivamente palavras femininas (cf. 8b), e outros geram apenas palavras masculinas (cf. 8c). Note-se, aliás, que neste último caso a adjunção do sufixo pode gerar situações de conflito entre o valor de género gramatical e o sexo da entidade referida (cf. *mulherão*).

(8)	a.	<i>atrevido</i> [-fem]	<i>atrevidão</i> [-fem]
		<i>atrevida</i> [+fem]	<i>atrevidona</i> [+fem]
		<i>casa</i> [+fem]	<i>casinha</i> [+fem]
		<i>livro</i> [-fem]	<i>livrinho</i> [-fem]
	b.	<i>beijo</i> [-fem]	<i>beijoca</i> [+fem]
		<i>molho</i> [-fem]	<i>molhanga</i> [+fem]
	c.	<i>chuva</i> [+fem]	<i>chuvisco</i> [-fem]
		<i>febre</i> [+fem]	<i>febraço</i> [-fem]
		<i>ilha</i> [+fem]	<i>ilhéu</i> ¹⁸⁴ [-fem]
		<i>ilha</i> [+fem]	<i>ilhote</i> [-fem]
		<i>perna</i> [+fem]	<i>pernã</i> [-fem]

Esta mudança de género provocada por alguns sufixos não ocorre apenas no Português. Scalise (1984: 136) refere idêntico comportamento em alguns sufixos do Alemão, enquanto Stump (1992: 4) o identifica em Zulu, uma língua banta da África do Sul. No entanto, contrariamente ao que Scalise (1984) sugere, a existência de dois diferentes comportamentos relativamente ao valor de género da base não deve ser considerada como uma idiosincrasia de alguns sufixos. Com efeito, ela permite estabelecer uma distinção entre sufixos avaliativos e sufixos pseudo-avaliativos, verificando-se que os primeiros são menos susceptíveis de lexicalização semântica do que os segundos (cf. 5.3.), e que, contrariamente aos avaliativos, os sufixos pseudo-avaliativos não admitem uma contrapartida Z-avaliativa (cf. 5.3.4.). Consequentemente, pode concluir-se que os sufixos avaliativos não alteram o valor de género da forma de base, sendo essa uma capacidade própria dos sufixos pseudo-avaliativos.

Estas quatro propriedades dos sufixos avaliativos (manutenção da categoria sintáctica, da estrutura argumental, das propriedades morfo-semânticas e do género da base) distinguem-nos dos sufixos derivacionais e aproximam-nos dos sufixos de flexão. Essa aparente identidade é,

no entanto, contrariada pelo facto de, também em Português, os sufixos avaliativos modificarem¹⁸⁵ a interpretação semântica da base (cf. 9a), poderem co-ocorrer em posições adjacentes¹⁸⁶ (cf. 9b), ocorrerem à direita dos sufixos derivacionais¹⁸⁷ (cf. 9c) e precederem obrigatoriamente a flexão (cf. 9d).

- (9) a. *Este livro é novo.*
Este livro é novinho.
Este aspecto é interessante.
Este aspectozinho é interessante.
Vem cedo.
Vem cedinho.
- b.
- | | | |
|-------------|--|--|
| <i>casa</i> | <i>cas</i> [ota] _{SA} | <i>cas</i> [ot] _{SA} [<i>inha</i>] _{SA} |
| <i>dedo</i> | <i>ded</i> [ão] _{SA} | <i>ded</i> [ão] _{SA} [<i>zinho</i>] _{SZA} |
| <i>dedo</i> | <i>ded</i> [<i>inho</i>] _{SA} | <i>ded</i> [<i>inh</i>] _{SA} [<i>inho</i>] _{SA} |
| <i>dedo</i> | <i>ded</i> [<i>inho</i>] _{SA} | <i>ded</i> [<i>inho</i>] _{SA} [<i>zinho</i>] _{SZA} |
| <i>fac</i> | <i>fac</i> [alhão] _{SA} | <i>fac</i> [alhão] _{SA} [<i>zinho</i>] _{SZA} |
| <i>mala</i> | <i>mal</i> [ão] _{SA} | <i>mal</i> [ão] _{SA} [<i>zinho</i>] _{SZA} |
- c.
- | | |
|--|--|
| <i>certo</i> | <i>cert</i> [eza] _{SD} |
| <i>cert</i> [<i>inho</i>] _{SA} | <i>cert</i> [ez] _{SD} [<i>inha</i>] _{SA} |
| * <i>cert</i> [<i>inh</i>] _{SA} [eza] _{SD} | |
| <i>dedo</i> | <i>ded</i> [al] _{SD} |
| <i>ded</i> [<i>inho</i>] _{SA} | <i>ded</i> [al] _{SD} [<i>inho</i>] _{SA} |
| * <i>ded</i> [<i>inh</i>] _{SA} [al] _{SD} | |
| <i>livro</i> | <i>livr</i> [aria] _{SD} |
| <i>livr</i> [eco] _{SA} | <i>livr</i> [aria] _{SD} [zeca] _{SZA} |
| * <i>livr</i> [ec] _{SA} [aria] _{SD} | |
- d.
- | |
|---|
| <i>nov</i> [<i>inho</i>] _{SA} [s] _{SF} |
| <i>pedr</i> [<i>inha</i>] _{SA} [s] _{SF} |
| <i>norueguese</i> [<i>zinho</i>] _{SZA} [s] _{SF} |
| <i>aldeõe</i> [<i>zito</i>] _{SZA} [s] _{SF} |



Com efeito, as duas primeiras propriedades (cf. 9a e 9b) permitem constatar que a sufixação avaliativa se comporta diferentemente quer da derivação quer da flexão. Por um lado, nem a derivação nem a flexão modificam a interpretação semântica da base (cf. 9a): a primeira determina-a, enquanto que a segunda especifica as categorias morfo-sintáticas presentes na assinatura categorial da base. Por outro lado, contrariamente aos sufixos avaliativos (cf. 9b), os sufixos flexionais que especificam uma dada categoria morfo-sintática não podem co-ocorrer num único domínio de palavra, e os sufixos derivacionais não podem co-ocorrer em posições adjacentes (cf. 4.1.4.).

Quanto à ordem dos sufixos, a constatação de que os derivacionais precedem os avaliativos e que estes precedem os flexionais (cf. 9c e 9d), mostra que a distinção entre flexão, derivação e sufixação avaliativa é corroborada pela sua diferente distribuição na estrutura da palavra.

Por último, falta apenas referir (cf. 3.3., 4.1.4. e 4.1.7.) que, contrariamente ao que Scalise (1984) defende, alguns sufixos avaliativos se podem associar a formas flexionadas (cf. 10a):

- (10) a. [*animal*]_{N[-plu]} [*zinho*]_{SZA}
 [*animai*]_{N[+plu]} [*zinho*]_{SZA} [*s*]_{SF}
 [*aldeão*]_{N[-plu]} [*zito*]_{SZA}
 [*aldeõe*]_{N[+plu]} [*zito*]_{SZA} [*s*]_{SF}
 [*norueguese*]_{N[+plu]} [*zito*]_{SZA} [*s*]_{SF}
- b. [*animal*]_{RN} [*inho*]_{SA}
 [*animal*]_{RN} [*inho*]_{SA} [*s*]_{SF}
 [*noruegues*]_{RN} [*ito*]_{SA}
 [*noruegues*]_{RN} [*ito*]_{SA} [*s*]_{SF}

Tal facto não impede que a sufixação avaliativa preceda, obrigatoriamente, a flexão externa, ou seja, a flexão da palavra que a integra, o que é visível nas formas do plural (cf. *animai* [*zinho*]_{SZA} [*s*]_{SF}; *animal* [*inho*]_{SZA} [*s*]_{SF}). No entanto, não sendo comum a todos os sufixos avaliativos (cf. 10b), o facto de alguns se associarem a formas flexionadas não pode constituir uma especificidade da sufixação avaliativa, mas sim um critério que permite distinguir entre os sufixos avaliativos propriamente ditos e os sufixos Z-avaliativos, cujas propriedades apresentarei globalmente nas sub-secções 5.3.1., 5.3.2. e 5.3.3.

Em suma, a observação dos dados do Português permite confirmar que os sufixos avaliativos exibem um conjunto de propriedades que os distingue dos sufixos flexionais e dos sufixos derivacionais, e que esse conjunto está muito próximo do que foi proposto por Scalise (1984). Assim, constata-se que os sufixos avaliativos:

- (11)
- a. mantêm a categoria sintáctica da base (cf. 3);
 - b. mantêm a estrutura argumental da base (cf. 7a);
 - c. mantêm as propriedades morfo-semânticas da base (cf. 7b);
 - d. mantêm o valor de género da forma de base (cf. 8a);
 - e. modificam a interpretação semântica da base (cf. 9a);
 - f. podem co-ocorrer em posições adjacentes (cf. 9b);
 - g. ocorrem à direita dos sufixos derivacionais (cf. 9c);
 - h. precedem a flexão externa (cf. 10).

Mas a observação dos dados do Português mostra também que é necessário distinguir os sufixos avaliativos dos sufixos pseudo-avaliativos (cf. 8b e 8c), ou seja, dos sufixos que podem alterar o valor de género da base, e mostra ainda ser necessária a distinção entre sufixos avaliativos e sufixos Z-avaliativos (cf. 9d e 10), dado que seleccionam diferentes formas de base. A caracterização destes três tipos de sufixos será apresentada na secção 5.3. Antes, porém, procurarei interpretar a descrição das propriedades da sufixação avaliativa que acabo de expor, justificando a sua análise como uma instância de modificação morfológica.

5.2. MODIFICAÇÃO AVALIATIVA

Admitindo que a sufixação avaliativa constitui um processo distinto da flexão e da derivação, deve, conseqüentemente, aceitar-se que os sufixos que nela participam não podem ser núcleo nem especificadores da estrutura em que ocorrem (relembre-se que o constituinte núcleo determina a categoria sintáctica, que o especificador de XM^n realiza a classe temática e que o especificador de XM^{\max} preenche o valor das categorias morfo-sintácticas de número, tempo-modo-aspecto e pessoa-número). Em alternativa, e considerando que a sua função é a de modificar a interpretação semântica da base, pode admitir-se que se trata de sufixos modificadores, que, à semelhança dos modificadores sintácticos (adjectivais, adverbiais ou

preposicionais) geram, por adjunção, estruturas categorialmente idênticas às estruturas de base¹⁸⁸. Note-se que Said Ali (1931, 1964: 54-55) admite que a posposição de um «qualificativo apropriado» constitui um processo alternativo à sufixação avaliativa, estabelecendo um claro paralelo entre a modificação sintáctica e a modificação morfológica:

- (12) *mesa pequena* *mesinha*
 jardim pequeno *jardinzinho*

Com efeito, a modificação morfológica é um processo de formação de palavras cuja principal propriedade formal consiste na identidade categorial da base e da forma resultante. Note-se que esta hipótese de tratamento é compatível com as propriedades da sufixação avaliativa identificadas na secção anterior, ou seja, com a manutenção da categoria sintáctica, estrutura argumental, propriedades morfo-semânticas e género da base, e com a possibilidade da sua co-ocorrência.

Em contrapartida, a realização formal dos processos de modificação morfológica é muito variada. Note-se, antes de mais, que a sufixação avaliativa não é o único processo de modificação morfológica identificável no Português. Um outro caso é, por exemplo, o que envolve prefixos de negação como *des-* ou como *in-*:

- (13) *atento* *desatento*
 honesto *desonesto*
 leal *desleal*

 legal *ilegal*
 útil *inútil*
 viável *inviável*

Estes prefixos (que não analisarei no presente trabalho¹⁸⁹) exibem um comportamento muito próximo do dos sufixos avaliativos, dado que não alteram a categoria sintáctica da base, mas modificam a sua interpretação semântica. A modificação morfológica abrange, pois, diversos tipos morfo-semânticos, de que a negação é apenas mais um exemplo.

Quanto à sufixação avaliativa, trata-se de um tipo de modificação que diz respeito à expressão de relações de ordem, que, segundo Mattoso Câmara (1970, 1977: 130-131), reflecte um processo psicológico «anterior à medida e à contagem». A sua realização pode estar a cargo

de construções sintáticas¹⁹⁰, mas à morfologia do Português interessa, em particular, a análise das formas em que a relação de ordem é, nos termos de Mattoso Câmara (1970, 1977: 130-131), «estabelecida entre essas palavras e as bases a partir das quais são formadas»¹⁹¹. Assim, a modificação morfológica relativa à expressão de relações de ordem integra, para além dos sufixos avaliativos, os que formam verbos iterativos ou frequentativos, os superlativos intensivos («ditos absolutos»¹⁹²) e formas como *super-*, *mini-*, etc. A proximidade destes diferentes recursos morfológicos relativos à expressão de relações de ordem é evidente no seguinte texto¹⁹³:

CONTO INFANTIL

*Era uma vez uma **aldeiazota** muito **pequenita**. Os seus habitantes viviam muito felizes nos seus **pequeníssimos casinhotos** e comiam **minilagartitos** e **lagartixinhas** de conveniência. Era aí que vivia o nosso herói, o **meninote Alverquinha**.*

*Mas um dia alguém se esqueceu de fechar o **portãozito** da **aldeinha** e, de imediato, pela frincha assim aberta entrou um enorme **hiperdraganzão**, lançando labaredas pelas **narinolas**, abanando a sua enorme **caudarra** denteada.*

*O **hiperdraganzão** instalou-se na **aldeiazeca** onde vivia o **meninote Alverquinha**. Quando os **aldeõezitos** passavam por ele, abria a sua enorme e fedorenta **bocarra** e eles desapareciam dentro da sua grande **barrigona**. Foi assim que foi comido o ferreiro, o sapateiro, a costureira ...*

*Certo dia, o merceeiro da aldeia foi engolido pelo **hiper-draganzão**. Ao ver a loja fechada, o **meninote Alverquinha** adivinhou logo o que acontecera. Ficou, claro, muito **zangadito** porque era na mercearia que ele comprava os torresmos de que tanto gostava.*

*Então decidiu vingar-se do **hiperdraganzão**. Esperou que ele adormecesse e então aproximou-se da grande **bocarra** arquejante. Lançou para o fundo da garganta do **hiperdraganzão** um saco biodegradável **cheinho** de soda cáustica, que lhe causou um enorme desarranjo intestinal.*

*Envergonhado, o **hiperdraganzão** vomitou os restos já macerados dos **aldeõezecos**. O **meninote Alverquinha** correu para eles e apanhou a **chavita** da mercearia que estava no **bolsinho** de dentro da **casiqueta** do pobre merceeiro.*

***Felicíssimo** e **contentérrimo**, o **meninote Alverquinha** abriu a mercearia e refastelou-se gratuitamente com os torresmos e as morcelas e as farinheiras e as geleias de*

orelha de porco que o merceiro tinha guardado e que vendia sempre a preços demasiado altos.

(in *O Independente. Vida* (38), 11 de Março de 1994)

Com efeito, os sufixos avaliativos têm sido relacionados com os chamados sufixos de grau por autores como Mattoso Câmara (1970, 1977: 64, 97, 130-131), que considera que os sufixos aumentativos e diminutivos, tal como os sufixos associados à formação dos superlativos intensivos, participam em processos derivacionais «com grau implícito». Óscar Lopes (1971: 189) refere, aliás, que «alguns gramáticos falam mesmo em dois graus "superlativos" para certos nomes substantivos: o aumentativo e o diminutivo». Por outro lado, Vasconcelos (1911-1913, 1977: 44) faz notar que a formação do superlativo pode ser obtida por «repetição de qualquer positivo por inteiro (*muito-muito*) ou abreviando-se a primeira parcela (*muito-muito*)», ou por prefixação de *re-* (*recontente*) e *per-* (*per contente*), «este último como grau supremo». Nunes (1919, 1975: 235) refere ainda a adjunção do prefixo *super-* (cf. *super-abundante*) à forma positiva, considerando (contrariamente ao que se verifica actualmente) que esta opção é característica da «língua literária». Cunha e Cintra (1984, 1991: 191) também referem a prefixação (cf. *arquimilionário*, *extrafino*, *hipersensível*, *super-exaltado*, *ultra-rápido*), colocando-a a par de processos (não-morfológicos) como a repetição do adjectivo (*lindo, lindo*), a sua inclusão numa construção comparativa (*claro como água*) ou a utilização de expressões fixas (*podre de rico*). Por último, Mateus, Brito, Duarte e Faria (1989, 1992: 205-206) aproximam os sufixos avaliativos dos sufixos de grau e de prefixos como *super-*, *ultra-* ou *arqui-*, tratados, a par de diversas construções sintácticas, como quantificadores dos adjectivos.

A realização formal da expressão de relações de ordem não é, pois, homogénea, e é curioso notar que os casos acima identificados (sufixação avaliativa, formação do superlativo intensivo e prefixação) têm suscitado diversas classificações morfológicas. Na secção anterior referi que a sufixação avaliativa tem sido integrada no quadro geral da derivação ou da flexão e apresentei os argumentos que demonstram a inadequação desse tratamento. O mesmo se verifica com os sufixos superlativos e com a adjunção de formas como *super-* ou *mini-*.

As formas do superlativo intensivo foram tradicionalmente consideradas como o resultado da operação de um processo de flexão nominal de grau. Com razão, Mattoso Câmara (1971, 1984: 50) afirma que essa consideração se deve à «transposição pouco inteligente de um aspecto da gramática latina para a nossa gramática». Este autor contesta a inclusão do grau no

domínio dos processos flexionais com base nos seguintes argumentos: (i) não é um processo obrigatório, (ii) nem todos os adjetivos o admitem, e (iii) nunca é determinado por concordância. Em alternativa, Câmara (1971, 1984: 50) sugere que o grau é um processo derivacional que afecta adjetivos, tal como os sufixos diminutivos e aumentativos afectam nomes. O autor, propõe, assim, uma alternativa igualmente inaceitável. Com efeito, tal como os avaliativos (cf. 11a), os sufixos superlativos (cf. *-íssimo*, *-érrimo*) podem associar-se a bases pertencentes a diferentes categorias sintácticas (particularmente adjetivos e advérbios¹⁹⁴), sendo a categoria da forma resultante idêntica à da base:

- | | | | |
|------|----|---------------------|---------------------------|
| (14) | a. | <i>original</i> ADJ | <i>originalíssimo</i> ADJ |
| | | <i>chique</i> ADJ | <i>chiquérrimo</i> ADJ |
| | b. | <i>cedo</i> ADV | <i>cedíssimo</i> ADV |
| | | <i>mal</i> ADV | <i>malérrimo</i> ADV |
| | c. | <i>coisa</i> N | <i>coisíssima</i> N |

Reforçando o paralelo com os avaliativos (cf. 11e), pode verificar-se que os sufixos superlativos modificam a interpretação semântica de base, operando como intensificadores parafraseáveis do seguinte modo:

- (15) *originalíssimo* = *muito original*
cedíssimo = *muito cedo*

Por último, constata-se que os sufixos superlativos podem ocorrer em posições adjacentes (cf. 11f). Ainda que essas formas não sejam de uso frequente, elas são reconhecíveis e interpretáveis (cf. *velhissimíssimo*, *chiquissimérrimo*). Quanto à adjunção de formas como *super-* ou *mini-*, os tratamentos disponíveis oscilam entre prefixação derivacional e composição, dependendo da identificação da categoria morfológica dessas formas como prefixos ou radicais. A resolução desta questão não cabe no âmbito do presente trabalho, mas, qualquer que seja a sua classificação, trata-se de modificadores morfológicos, com propriedades semelhantes às dos sufixos avaliativos e superlativos. Com efeito, estes constituintes também se podem associar a diferentes categorias sintácticas (cf. 16a), sendo a categoria da forma resultante idêntica à da forma de base; modificam a interpretação semântica da base (cf. 16b); e podem co-ocorrer em posições adjacentes (cf. 16c):

- (16) a. *fácil* ADJ *super-fácil* ADJ
 cedo ADV *super-cedo* ADV
 carro N *super-carro* N
- b. *mini-carro* *carrinho*
 hiper-conhecido *conhecidíssimo*
- c. *super-super-homem*
 super-ultra-radical
 hiper-extra-fino

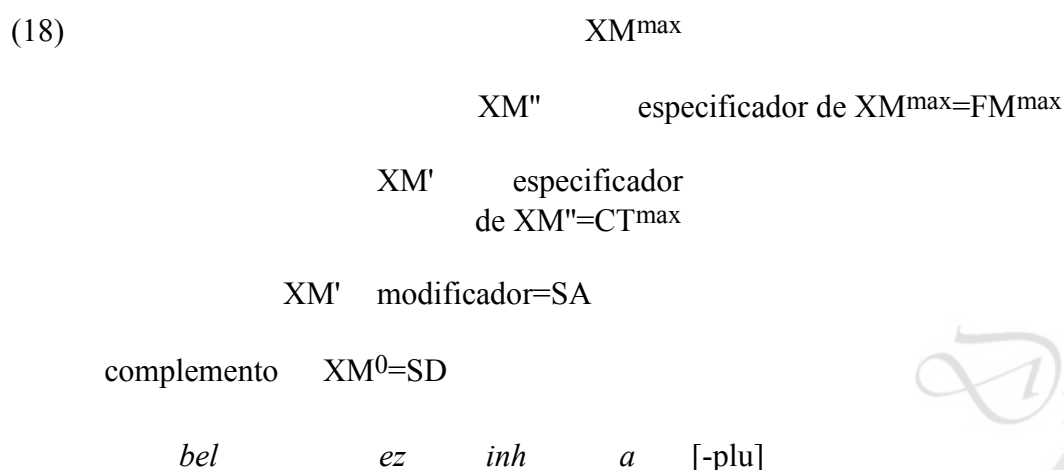
A consideração da sufixação avaliativa, da sufixação intensiva e da adjunção de formas como *super-* ou *mini-* como processos de modificação morfológica no domínio da expressão de relações de ordem mostra que a sua realização não é homogênea, mas mostra também que não há restrições quanto à relação linear dos adjuntos relativamente ao núcleo. Com efeito, a sufixação avaliativa e a sufixação intensiva são processos de adjunção à direita (cf. 17a), enquanto que a prefixação de *super-* ou *mini-* é um processo de adjunção à esquerda (cf. 17b).

- (17) a. RADICAL
- | | |
|--------------|-------------------|
| base | sufixo avaliativo |
| NÚCLEO | ADJUNTO |
| <i>ded</i> | <i>inh</i> |
| <i>dedal</i> | |
- b. PALAVRA
- | | |
|---------------------|-------------|
| prefixo modificador | base |
| ADJUNTO | NÚCLEO |
| <i>mini</i> | <i>dedo</i> |
| <i>dedal</i> | |

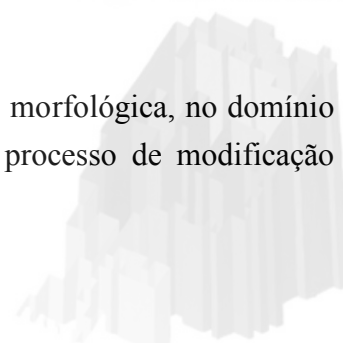
Admitindo, como propus em 4.3.3., que a ordem dos constituintes de palavra é simetricamente inversa à ordem dos constituintes sintácticos, é esperável que o mesmo se verifique na relação entre o núcleo e os adjuntos, ou seja, que as restrições sobre a direccionalidade dos adjuntos sintácticos sejam também inversamente simétricas às restrições sobre a direccionalidade dos

adjuntos morfológicos. A existência de prefixos e de sufixos modificadores que integram estruturas de adjunção é, pois, problemática dada a hipótese de Kayne (1993: 44), que rejeita a existência de adjunções à direita na sintaxe. Segundo este autor, não há qualquer distinção entre adjuntos e especificadores, pelo que todos os adjuntos precedem o núcleo. A semelhança entre especificadores e adjuntos não é, no entanto, sustentada pela morfologia do Português. A distinção é subtil, dado que nem uns nem outros intervêm na determinação da categoria sintáctica, mas, como referi em 5.1., outras propriedades os distinguem: o especificador de XM'' , ou seja, o constituinte temático, opera sobre subcategorias morfológicas, identificando a classe temática do radical, e o especificador de XM^{\max} opera sobre categorias morfo-sintácticas, preenchendo a informação solicitada pela assinatura categorial. Os modificadores morfológicos, pelo contrário, operam exclusivamente sobre categorias morfo-semânticas, acrescentando informação. Por outro lado, os dados do Português não permitem fundamentar uma hipótese de existência de operações de movimento de constituintes morfológicos. Consequentemente, e apesar de Kayne (1993) admitirei que a adjunção morfológica pode operar quer à esquerda (cf. prefixação), quer à direita (cf. sufixação avaliativa).

Note-se, por último, que a impossibilidade dos sufixos avaliativos precederem os sufixos derivacionais é uma consequência do facto destes últimos serem adjuntos de um núcleo que subcategoriza um complemento. Por outro lado, os sufixos avaliativos precedem os flexionais porque são adjuntos do núcleo da base, enquanto que os especificadores morfo-sintácticos são dominados por um nó irmão do tema.



Em suma, a formação de avaliativos é um processo de modificação morfológica, no domínio da expressão de relações de ordem. O facto de se tratar de um processo de modificação



morfológica não determina o modo como é realizado (a modificação morfológica pode recorrer à sufixação, à prefixação e à composição), mas impõe restrições: não pode alterar a categoria sintáctica da base, ou seja, não pode ser o núcleo da estrutura, nem pode especificar categorias morfo-sintácticas. Por outro lado, a especificidade da sufixação avaliativa no quadro da modificação morfológica é estritamente formal. Com efeito, os avaliativos são os únicos sufixos modificadores identificáveis no Português: ainda que a expressão de relações de ordem não seja apenas realizada por sufixação, constata-se que todos os sufixos modificadores exprimem relações de ordem, e que nenhuma outra instância de modificação, como a negação ou a formação de localizadores é realizada por sufixação.

5.3. HETEROGENEIDADE DA SUFIXAÇÃO AVALIATIVA

Nas secções anteriores defendi que a sufixação avaliativa é um processo de modificação morfológica. Esta afirmação é válida, qualquer que seja o valor semântico preciso de cada sufixo. Com efeito, os trabalhos dedicados ao estudo da sufixação avaliativa em Português (cf. Skorge 1956, 1957, 1958, Rio-Torto 1993) têm, predominantemente, procurado identificar e catalogar as diversas modificações semânticas que a adjunção destes sufixos impõe sobre as bases, consagrando a sua distribuição por quatro categorias: diminutivos, aumentativos, valorativos e pejorativos. Assim, é possível registar ocorrências de formas em que estes sufixos modificam a interpretação semântica da base, caracterizando a sua dimensão (pequena ou grande) e valorizando ou depreciando a sua qualidade:

- (19) a. *Estas calças têm aqui um **buraquinho**.*
b. *Estas calças têm aqui um **buracão**.*
c. *Este **solinho** é animador.*
d. *Esse **livreco** custa dois contos.*

São ocorrências deste tipo que estão na origem das paráfrases típicas associadas aos sufixos avaliativos. Significativamente, as paráfrases são expressões sintácticas que recorrem a modificadores adjectivais de uma base nominal:

(20)	DIMINUTIVOS	'PEQUENO N'
	AUMENTATIVOS	'GRANDE N'
	VALORATIVOS	'BOM N'
	PEJORATIVOS	'MAU N'

Convém notar que estas paráfrases se adequam apenas às formas avaliativas nominais, dado que o modificador é uma forma adjectival. Note-se, a este propósito, que Said Ali (1931, 1964: 55) refere que o significado associado aos diminutivos pode não estar relacionado apenas com a dimensão, mas também com «o valor de superlativo», citando os seguintes exemplos:

(21)	<i>cheiinho</i>	<i>cheiíssimo</i>
	<i>limpinho</i>	<i>limpíssimo</i>

Esta referência está claramente relacionada com o facto de os adjectivos não serem quantificáveis mas sim graduáveis. Assim, enquanto que a modificação semântica que os sufixos avaliativos tipicamente impõem sobre bases nominais é aquela que referi em (20), os sufixos avaliativos associados a bases adjectivais e adverbiais apresentam valores semânticos típicos de atenuativos, intensificadores, valorativos e pejorativos:

- (22) *Este prédio é **altito**.*
*Esta bola já não salta. Está **velhinha**.*
*Vem **cedinho**.*
*Este trabalho foi **feitinho** em cima dos joelhos.*

Por outras palavras, a modificação avaliativa de adjectivos ou advérbios pode ser parafraseada do seguinte modo:

(23)	ATENUATIVO	'POUCO ADJ; ADV'
	INTENSIFICADOR	'MUITO ADJ; ADV'
	VALORATIVOS	'BEM ADJ, ADV'
	PEJORATIVOS	'MAL ADJ, ADV'



A generalização destas paráfrases (cf. 20 e 23) à globalidade das formas que contêm sufixos avaliativos é, no entanto, inaceitável. Como tem sido frequentemente assinalado, cada sufixo avaliativo está associado a diferentes valores semânticos, frequentemente condicionados pelo significado da forma de base¹⁹⁵, pelo contexto sintáctico onde ocorrem, por factores de ordem pragmática¹⁹⁶, ou por interacção destas condições:

- (24) a. *O João é **burrinho**.*
*O João é **espertinho**.*
- b. *O João é muito **burrinho**.*
*O João não é nada **burrinho**.*
- c. *O João mora nesta **casinha** (TI na Brandoa) há vinte anos.*
*O João mora nesta **casinha** (palacete na Lapa) há vinte anos.*

Assim, aos sufixos avaliativos são frequentemente atribuídas interpretações diversas «afectivas ou valorativas de caricatura, carinho, depreciação» (cf. Óscar Lopes 1971: 189), hipocorísticas, irónicas ou pejorativas, que levam, por exemplo, Cunha e Cintra (1984, 1991: 90) a relativizar o seu «valor lógico». Por outro lado, a lexicalização afecta muito frequentemente as formas que integram sufixos avaliativos¹⁹⁷, podendo o seu significado distanciar-se notoriamente do previsível, dado o significado da base e o sufixo presente na estrutura¹⁹⁸:

- (25) *sombrinha* = chapéu de chuva de senhora
 ?pequena sombra
- padrinho* = testemunha de baptismo, casamento, ou outra cerimónia
 *pequeno padre
- estradaão* = pequena estrada florestal em terra batida
 *grande estrada

Said Ali (1931, 1964: 56) e Mattoso Câmara (1970, 1977: 64) referem alguns casos de lexicalização de palavras que incluem o sufixo *-ão*. É curioso notar que as formas lexicalizadas referidas pelos citados autores são formadas a partir de nomes femininos, ou seja, são casos em que a sufixação dá origem a uma mudança de género (cf. 26a), e que designo por sufixação pseudo-avaliativa. Quando a essas mesmas bases se associa o sufixo -

ona (avaliativo equivalente ao sufixo pseudo-avaliativo *-ão*), o resultado produzido é um aumentativo não-lexicalizado (cf. 26b):

(26)	a.	<i>caixa</i>	<i>caixão</i>
		<i>carta</i>	<i>cartão</i>
		<i>flor</i>	<i>florão</i>
		<i>garrafa</i>	<i>garrafão</i>
		<i>palavra</i>	<i>palavrão</i>
		<i>porta</i>	<i>portão</i>
		<i>pulga</i>	<i>pulgão</i>
	b.	<i>caixa</i>	<i>caixona</i>
		<i>carta</i>	<i>cartona</i>
		<i>flor</i>	<i>florona</i>
		<i>garrafa</i>	<i>garrafona</i>
		<i>palavra</i>	<i>palavrona</i>
		<i>porta</i>	<i>portona</i>
		<i>pulga</i>	<i>pulgona</i>

Com efeito, este tipo de lexicalização não afecta apenas as formas produzidas pela adjunção de *-ão*, mas também outras formas resultantes de qualquer instância de sufixação pseudo-avaliativa (cf. 27a), correspondendo, por vezes, à formação de um nome que refere 'um tipo de objecto designado pela base', como uma sub-espécie vegetal (cf. 27b) ou animal (cf. 27c):



(27)	a.	<i>casa</i>	<i>casebre</i>
		<i>folha</i>	<i>folheto</i>
		<i>guitarra</i>	<i>guitarréu</i>
		<i>bife</i>	<i>bifana</i>
		<i>bolo</i>	<i>bolacha</i>
		<i>carro</i>	<i>carroça</i>
		<i>livro</i>	<i>livrete</i>
	b.	<i>cravo</i>	<i>cravina</i>
		<i>giesta</i>	<i>giestelo</i>
	c.	<i>abelha</i>	<i>abelhuco</i>
		<i>aranha</i>	<i>aranhiço</i>
		<i>cabra</i>	<i>cabrão</i>
		<i>cabra</i>	<i>cabrito</i>
		<i>galo</i>	<i>galinha</i>
		<i>lebre</i>	<i>lebracho</i>
		<i>mosca</i>	<i>moscardo</i>

Por outras palavras, não se trata, nestes casos, de lexicalização, mas sim de um processo derivacional de formação de hipónimos, razão pela qual a interpretação semântica da sufixação avaliativa, ainda que próxima, é distinta da da sufixação pseudo-avaliativa¹⁹⁹. Com efeito, os sufixos pseudo-avaliativos são o núcleo da estrutura, enquanto que, na sufixação avaliativa, o núcleo é a forma de base e o sufixo é um modificador (cf. 5.3.4.).

Pode, pois, concluir-se que a caracterização semântica dos sufixos avaliativos deve considerar a categoria sintáctica da base, distinguir as formas lexicalizadas das formas cujo significado é composicional (segundo a matriz interpretativa típica) e permitir o condicionamento determinado pelo conteúdo semântico da base, pelo contexto sintáctico ou por factores de ordem pragmática. No entanto, independentemente da alteração semântica precisa que um dado sufixo impõe sobre uma dada base, os dados demonstram que os sufixos avaliativos são sempre modificadores morfológicos.

A heterogeneidade que pretendo discutir não é, pois, a que decorre da diversidade semântica dos sufixos avaliativos, mas sim a que é gerada pelas suas propriedades formais. Assim,

procurarei, em seguida, demonstrar a necessidade de distinguir três tipos de estruturas: sufixação avaliativa, Z-avaliativa e pseudo-avaliativa.

Tendo afirmado que a modificação morfológica é realizada por um processo de adjunção que forma uma estrutura categorialmente idêntica à estrutura de base, cabe, agora, determinar em que consiste essa identidade categorial. Com efeito, a única referência habitualmente explicitada (cf. Law 1989) diz respeito à categoria sintáctica, comum às formas avaliativas e às suas respectivas bases (cf. *triste* ADJ → *tristinho* ADJ; *cedo* ADV → *cedinho* ADV; *livro* N → *livrinho* N). A análise que proponho para os modificadores morfológicos, assenta, porém, num conceito mais estrito de identidade categorial, pressupondo que esta afecta também a categoria morfológica. Assim, a categoria morfológica da forma de base é idêntica à da forma gerada por adjunção de um modificador, ou seja, se a base é um radical, então a forma resultante também é um radical, se a base é um tema, a forma resultante é um tema, e se a base é uma palavra, a forma resultante é também uma palavra.

Aplicada à sufixação avaliativa do Português, esta análise permite distinguir os sufixos avaliativos (cf. 5.3.1.) dos Z-avaliativos (cf. 5.3.2.) - dado que os primeiros se associam a radicais e formam novos radicais, enquanto que os segundos se associam a palavras e formam palavras - e discutir as suas inter-relações semânticas e distribucionais (cf. 5.3.3.).

Por outro lado, a referida análise permite concluir que a sufixação pseudo-avaliativa não é realizada por um processo de adjunção, mas sim por um processo derivacional, dado que determina o género da forma resultante (cf. 5.3.4.). Esta distinção permite, ainda, explicar a possibilidade de coexistência de formas avaliativas e Z-avaliativas, face à inaceitabilidade de formas pseudo-Z-avaliativas.

5.3.1. SUFIXOS AVALIATIVOS

A principal característica destes sufixos consiste, como já referi, no facto de se associarem a radicais e de não alterarem o valor de género da base:



(28)

		FORMA AVALIATIVA		
		MASCULINO		
FORMA DE BASE	MASCULINO	[[[oss][ícul]]o]	[[[livr][inh]]o] [[[dent][inh]]o] [[[problem][inh]]a]	[[[carr][it]]o]
	FEMININO	FEMININO		
		[[[pel][ícul]]a]	[[[caix][inh]]a] [[[gent][inh]]a]	[[[car][it]]a]

Estas constatações são, no entanto, insuficientes para determinar a estrutura das formas que integram, sendo necessário observar a relação existente entre a classe temática da base e a da forma avaliativa. Com efeito, se formas como *livrinho*, *probleminha* ou *caixinha* indiciam que a adjunção do sufixo não provoca qualquer alteração (cf. *livro*, *problema*, *caixa*), outras, como *dentinho* ou *gentinha*, parecem indicar precisamente o contrário (cf. *dente*, *gente*).

Na verdade, os dados registados em (29) permitem constatar que a classe das formas avaliativas é idêntica à da forma de base, excepto nos casos em que esta última é uma forma de tema \emptyset . Nestes casos (cf. *francês*, *inocente*, *igual*, *pente*, *gente*, *sol*, *flor*, *professor*), os avaliativos correspondentes são formas de tema em *-o* quando a forma de base é masculina (cf. *francesinho*, *inocentinho*, *igualinho*, *pentinho*, *solinho*, *professorinho*) e são formas de tema em *-a* quando a forma de base é feminina (cf. *inocentinha*, *igualinha*, *gentinha*, *florinha*).



(29)	-o	-a	Ø	
A D J	<i>novo novinho</i>	<i>nova novinha</i>	<i>francês francesinho</i>	<i>piegas pieguinhas</i>
		<i>francesa francesinha</i>	<i>inocente inocentinho</i>	
		<i>palerma palerminha</i>	<i>inocente inocentinha</i>	
			<i>igual igualinho</i>	
			<i>igual igualinha</i>	
N	<i>livro livrinho</i>	<i>carta cartinha</i>	<i>pente pentinho</i>	<i>maricas mariquinhas</i>
		<i>professora professorinha</i>	<i>gente gentinha</i>	
		<i>pijama pijaminha</i>	<i>sol solinho</i>	
		<i>colega coleguinha</i>	<i>flor florinha</i>	
		<i>criança criancinha</i>	<i>professor professorinho</i>	

Face a estes dados, poder-se-ia admitir que os sufixos avaliativos formam obrigatoriamente palavras femininas de tema em *-a* e palavras masculinas de tema em *-o*, desambiguando formalmente o valor de género da base (cf. *igual* vs *igualinho*, *igualinha*). Esta hipótese é, no entanto, contrariada por formas como *palerminha*, *pijaminha*, *pieguinhas* ou *mariquinhas*, dado que, nestes casos, a forma avaliativa preserva o índice temático de formas invariáveis de tema em *-a* (cf. *palerminha*) e de formas masculinas também de tema em *-a* (cf. *pijaminha*), e preserva mesmo índices temáticos marginais, no sistema do Português, como os que ocorrem em *piegas* (cf. *pieguinhas*) ou *maricas* (cf. *mariquinhas*). Note-se que, mesmo nos casos em que o género da forma de base pode estar em conflito com a interpretação semântica (cf. *colega*, *criança*), os sufixos avaliativos mantêm o índice temático e a ambiguidade morfo-semântica da base (cf. *coleguinha*, *criancinha*).

Pode, assim, concluir-se que os sufixos avaliativos se associam, por adjunção, a radicais, mantendo a restante estrutura da forma de base nos casos em que um índice temático está presente, o que justifica a ocorrência do índice temático *-a* em formas como *pijaminha* (cf. **pijaminho*), e *-as* em formas como *mariquinhas* (cf. **mariquinha*, **mariquinho*).

A representação da estrutura destas formas é, pois, a seguinte:



(30)		N		
			TN	
			RN	
	RN	SA	IT	FM
	<i>livr</i>	<i>inh</i>	<i>o</i>	[-plu]
	<i>caix</i>	<i>inh</i>	<i>a</i>	
	<i>pijam</i>	<i>inh</i>	<i>a</i>	
	<i>trib</i>	<i>inh</i>	<i>o</i>	
	<i>mariqu</i>	<i>inh</i>	<i>as</i>	

Nos restantes casos, ou seja, nos casos em que a forma de base não dispõe de um índice temático foneticamente realizado (cf. *francês, inocente, igual, pente, gente, sol, flor, professor*), o sufixo é igualmente associado por adjunção, mas a forma resultante integra aquele que é o índice temático não-marcado dado o valor de género da forma de base. A representação da estrutura destas formas é a seguinte:

(31)		N		
			TN	
			RN	
	RN	SA	IT	FM
	<i>dent</i>	<i>inh</i>	<i>o</i>	[-plu]
	<i>gent</i>	<i>inh</i>	<i>a</i>	
	<i>sol</i>	<i>inh</i>	<i>o</i>	
	<i>flor</i>	<i>inh</i>	<i>a</i>	

É, pois, necessário admitir que os sufixos avaliativos não podem gerar formas de tema \emptyset (cf. **francesinhe, *inocentinhe, *igualinhe, *pentinhe, *gentinhe, *solinhe, *florinhe, *professorinhe*), devendo os avaliativos formados a partir de bases de tema \emptyset ser integrados, por 'default', nas classes lexicais não-marcadas: tema em *-o* para o masculino (cf. *dentinho, solinho*), tema em *-a* para o feminino (cf. *gentinha, florinha*).

5.3.2. SUFIXOS Z-AVALIATIVOS

As formas Z-avaliativas exibem uma particularidade já anteriormente assinalada por Mateus (1975, 1982) e Andrade (1985, 1988): trata-se do facto de estas formas, contrariamente àquelas que integram os sufixos avaliativos, exibirem duas sílabas que não se submetem ao processo de elevação das vogais átonas. Por outras palavras, estas formas contêm duas sílabas acentuadas, ainda que geralmente se refira tratar-se de acentos primário e secundário:

(32)	<i>flor</i> ['flor]	<i>florinha</i> [flu'ri ^u]	<i>florzinha</i> ['flor'zi ^u]
	<i>sinal</i> [si'nal]	<i>sinalinho</i> [sinU'li ^u]	<i>sinalzinho</i> [si'nal'zi ^u]

Este facto tem sido analisado, quer no quadro da fonologia generativa standard (cf. Mateus 1975, 1982), quer numa perspectiva de fonologia métrica (cf. Andrade 1985, 1988), como indício para o reconhecimento de dois domínios de acentuação, ou seja, de duas palavras. Como argumento abonatório desta hipótese tem ainda sido referido que as bases das formas Z-avaliativas são formas flexionadas, o que é visível em exemplos do seguinte tipo:

(33)	<i>animal</i> <i>animais</i>	<i>animalzinho</i> <i>animaizinhos</i>
	<i>aldeão</i> <i>aldeões</i>	<i>aldeãozinho</i> <i>aldeõeszinhos</i>
	<i>mau</i> <i>má</i>	<i>mauzinho</i> <i>mazinha</i>
	<i>norueguês</i> <i>noruegueses</i>	<i>*norueguesezito</i> <i>norueguesezitos</i>
	<i>nú</i> <i>nua</i>	<i>nuzinho</i> <i>nuazinha</i>



Esta situação, que estabelece um contraste relativamente às formas avaliativas, é resultante do facto de, neste caso, a base ser um radical, enquanto que os sufixos Z-avaliativos se associam a uma palavra (cf. Villalva 1992). A adequação morfológica desta análise é demonstrada pelo contraste entre formas avaliativas e formas Z-avaliativas, no que diz respeito à classe temática em que se integram (cf. 34). Com efeito, o contraste registado em (34b) mostra que, contrariamente às formas avaliativas que preservam o índice temático da base, as formas Z-avaliativas determinam a classe temática onde se integram, por concordância com o valor de género da forma de base e de acordo com a sua realização não-marcada, ou seja, tema em *-o* para as formas masculinas e tema em *-a* para as formas femininas.

- (34) a. *livrinho* *livrozinho*
 pentinho *pentezinho*
 solinho *solzinho*
 professorinho *professorzinho*
 cartinha *cartazinha*
 gentinha *gentezinha*
 florinha *florzinha*
 professorinha *professorazinha*
 criancinha *criançazinha*
- b. *?tribinho* *tribozinha*
 pijamina *pijamazinho*
 coleguinha [+fem] *colegazinha* [+fem]
 coleguinha [-fem] *colegazinho* [-fem]

A sufixação Z-avaliativa é, pois, realizada por um processo de adjunção em que a base é uma palavra, e a forma resultante também. A estrutura das formas Z-avaliativas deve, pois, ser representada do seguinte modo:



(35)

		N[-fem, -plu]			
	N[-fem, -plu]		SZA[-fem, -plu]		
	TN[-fem]	FM	TSZA[-fem]	FM	
RN[-fem]	IT	g	RSZA	IT	
<i>livr</i>	<i>o</i>		<i>zinh</i>	<i>o</i>	
<i>pent</i>	∅		<i>zinh</i>	<i>o</i>	
<i>sol</i>	∅		<i>zinh</i>	<i>o</i>	
<i>pijam</i>	<i>a</i>	[-plu]	<i>zinh</i>	<i>o</i>	[-plu]

Note-se que os valores de género e número da base e do sufixo Z-avaliativo são independentemente estabelecidos. No entanto, a sequência resultante só é bem-formada se esses valores forem compatíveis. Deve, assim, admitir-se que nestes casos opera um mecanismo de verificação de concordância.

5.3.3. AVALIATIVOS VS Z-AVALIATIVOS A existência de sufixos Z-avaliativos, como unidades distintas e não como variantes contextuais das formas em que a consoante inicial não está presente não tem sido unanimemente aceite nas descrições da sufixação avaliativa em Português²⁰⁰. A descrição destas formas apresentada nas subsecções anteriores (cf. 5.3.1. e 5.3.2.), permite, no entanto, concluir que estas unidades são, de facto, sufixos autónomos, distintos dos avaliativos.

Com feito, a caracterização das formas de base e das formas resultantes demonstra que os sufixos avaliativos e Z-avaliativos possuem diferentes propriedades inerentes e diferentes propriedades de selecção, resumidas no seguinte quadro:

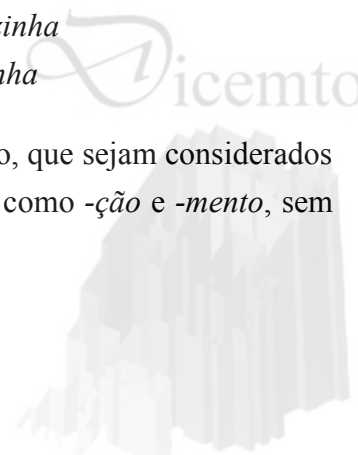


(36)	FORMAS AVALIATIVAS	FORMAS Z-AVALIATIVAS
CATEGORIA MORFOLÓGICA DA BASE	radical ex. <i>livrinho</i>	palavra ex. <i>livrozinho</i>
GÉNERO	determinado pela base exs. <i>cordelinho</i> <i>cordinha</i>	determinado pela base exs. <i>cordelzinho</i> <i>cordazinha</i>
CLASSE LEXICAL	determinada pela base ou por 'default' exs. <i>cordinha</i> <i>pijaminha</i> <i>cordelinho</i>	determinada pelo sufixo exs. <i>cordazinha</i> <i>pijamazinho</i> <i>cordelzinho</i>
VOGAL TÓNICA DA BASE	átona ex. ['flor] / [flu'ri^U]	tónica ex. ['flor] / ['flor'zi^U]

A aceitação desta hipótese exige, no entanto, a discussão de dois eventuais problemas colocados pela relação entre os sufixos avaliativos e Z-avaliativos. O primeiro diz respeito ao facto de as formas onde ocorrem os sufixos avaliativos e os sufixos Z-avaliativos serem virtualmente sinónimas. Considerem-se os seguintes exemplos:

(37)	<i>estrela</i>	<i>estrelinha</i>	<i>estrelazinha</i>
	<i>saia</i>	<i>saiinha</i>	<i>saiazinha</i>
	<i>isqueiro</i>	<i>isqueirinho</i>	<i>isqueirozinho</i>
	<i>quadro</i>	<i>quadrinho</i>	<i>quadrozinho</i>
	<i>chave</i>	<i>chavinha</i>	<i>chavezinha</i>
	<i>filme</i>	<i>filminho</i>	<i>filmezinho</i>
	<i>funil</i>	<i>funilinho</i>	<i>funilzinho</i>
	<i>papel</i>	<i>papelinho</i>	<i>papelzinho</i>
	<i>colher</i>	<i>colherinha</i>	<i>olherzinha</i>
	<i>flor</i>	<i>florinha</i>	<i>florzinha</i>

O facto de poderem gerar palavras sinónimas não impede, no entanto, que sejam considerados diferentes sufixos. O mesmo se verifica, por exemplo, com sufixos como *-ção* e *-mento*, sem que tal questão se coloque:



(38)	<i>congelação</i>	<i>congelamento</i>
	<i>deslocação</i>	<i>deslocamento</i>
	<i>incitação</i>	<i>incitamento</i>
	<i>rebentação</i>	<i>rebentamento</i>

A ocorrência em palavras sinónimas não permite, pois, concluir que os sufixos em questão são um único sufixo, mas sim, tanto num caso (cf. *-inho / -zinho*) como noutra (cf. *-ção / -mento*), que são sufixos pertencentes à mesma categoria morfo-semântica (avaliativo, no primeiro caso, nome de acção, no segundo).

A segunda questão diz respeito à distribuição dos sufixos avaliativos e dos sufixos Z-avaliativos. De um modo geral, tem sido afirmado que estes sufixos se encontram em distribuição complementar. Esta afirmação é incompatível com o estatuto de sufixos distintos. Segundo José Joaquim Nunes (1919, 1975: 379-380), entre outros, os Z-avaliativos são sufixos precedidos pelo «infixo *-z-*» que é introduzido entre um radical que termina em vogal tónica (cf. *chá*) e um sufixo que começa por vogal (cf. *-ada*), «para evitar o hiato».

A análise do *-z-* inicial como um infixos é, no entanto, claramente inaceitável. Por definição, os infixos associam-se a bases existentes e produzem novas formas, que, pelo menos, possuem interpretações semânticas distintas das formas de base. Essa não é a situação que se verifica nestes casos: em (39a) constata-se que as formas constituídas pelo radical e pelo sufixo avaliativo são formas agramaticais no Português Europeu Contemporâneo (cf. **painha*), pelo que não podem ser a base das formas que contêm a consoante *-z-* (cf. *pazinha*); por outro lado, em (39b), os pares de avaliativos com e sem consoante *-z-* (cf. *papelinho / papelzinho*) não exibem qualquer diferença semântica sensível, sendo, como já referi, virtualmente sinónimos.



(39)	a.	<i>pá</i>	<i>*painha</i>	<i>pazinha</i>
		<i>pé</i>	<i>*peinho</i>	<i>pezinho</i>
		<i>irmã</i>	<i>*irmãinha</i>	<i>irmãzinha</i>
		<i>som</i>	<i>*soninho</i>	<i>sonzinho</i>
		<i>mão</i>	<i>*mãoinha</i>	<i>mãozinha</i>
		<i>pão</i>	<i>*pãoinho</i>	<i>pãozinho</i>
	b.	<i>estrela</i>	<i>estrelinha</i>	<i>estrelazinha</i>
		<i>isqueiro</i>	<i>isqueirinho</i>	<i>isqueirozinho</i>
		<i>filme</i>	<i>filminho</i>	<i>filmezinho</i>
		<i>papel</i>	<i>papelinho</i>	<i>papelzinho</i>
		<i>flor</i>	<i>florinha</i>	<i>florzinha</i>

Possivelmente, Nunes (1919, 1975) não utiliza o termo 'infixo' com o valor acima discutido, tanto mais que o identifica com «uma espécie de consoante de ligação», «geralmente -z-, mas também -t-, -l- ou -r-» (cf. *chazada, mãozinha, cafeteira, chaleira, chapelão, quintarola*). Nesta segunda interpretação, a sua posição está próxima da de Mattoso Câmara (1970, 1977: 97), para quem *-zinho* e *-zito* são variantes foneticamente condicionadas dos sufixos *-inho* e *-ito*, respectivamente, «que os substituem obrigatoriamente depois de vogal tónica e facultativamente em todos os outros casos, ficando em justaposição».

Esta análise é, contudo, igualmente inaceitável. Com efeito, Mattoso Câmara (1970, 1977) afirma que as formas Z-avaliativas ocorrem obrigatoriamente sempre que as formas de base terminam em vogal tónica, e opcionalmente nos restantes casos. A observação dos dados disponíveis facilmente permite constatar que a descrição de Mattoso Câmara (1970, 1977) é insuficiente e inadequada. Como se pode verificar em (40), as formas Z-avaliativas são obrigatórias tanto em casos em que a forma de base termina numa vogal (oral ou nasal) tónica (cf. 40a), como em casos em que a forma de base termina em vogal (oral ou nasal) átona (cf. 40b), como, ainda, em casos em que a forma de base termina em ditongo (oral ou nasal) tónico (cf. 40c), ditongo átono (cf. 40d), ou mesmo em consoante (cf. 40e).



(40)	a.	<i>alibi</i>	<i>alibizinho</i>	<i>*alibiinho</i>
		<i>pontapé</i>	<i>pontapezinho</i>	<i>*pontapeinho</i>
		<i>chá</i>	<i>chazinho</i>	<i>*chainho</i>
		<i>tabu</i>	<i>tabuzinho</i>	<i>*tabuinho</i>
		<i>champô</i>	<i>champozinho</i>	<i>*champoinho</i>
		<i>trenó</i>	<i>trenozinho</i>	<i>*trenoinho</i>
		<i>jardim</i>	<i>jardinzinho</i>	<i>*jardininho</i>
		<i>rã</i>	<i>rãzinha</i>	<i>*rãinha</i>
		<i>atum</i>	<i>atunzinho</i>	<i>*atuninho</i>
		<i>baton</i>	<i>batonzinho</i>	<i>*batoninho</i>
	b.	<i>táxi</i>	<i>taxizinho</i>	<i>*taxinho</i>
		<i>video</i>	<i>videozinho</i>	<i>*videoinho</i>
		<i>álbum</i>	<i>albunzinho</i>	<i>*albuninho</i>
	c.	<i>cacau</i>	<i>cacauzinho</i>	<i>*cacauinho</i>
		<i>liceu</i>	<i>liceuzinho</i>	<i>*liceuinho</i>
		<i>pai</i>	<i>paizinho</i>	<i>*paiinho</i>
		<i>rei</i>	<i>reizinho</i>	<i>*reiinho</i>
		<i>véu</i>	<i>veuzinho</i>	<i>*veuinho</i>
		<i>refém</i>	<i>refenzinho</i>	<i>*refeninho</i>
		<i>canção</i>	<i>cançãozinha</i>	<i>*cançãoinha</i>
	d.	<i>trólei</i>	<i>troleizinho</i>	<i>*troleiinho</i>
		<i>ordem</i>	<i>ordenzinha</i>	<i>*ordeninha</i>
		<i>bênção</i>	<i>bençãozinha</i>	<i>*bençãoinha</i>
	e.	<i>hífen</i>	<i>hifenzinho</i>	<i>*hifeninho</i>
		<i>slogan</i>	<i>sloganzinho</i>	<i>*sloganinho</i>
		<i>plâncton</i>	<i>planctonzinho</i>	<i>*planctoninho</i>
		<i>smoking</i>	<i>smokingzinho</i>	<i>*smokinguinho</i>

O que as formas de base dos avaliativos registados em (40) têm em comum não é, pois, a natureza fonética do seu último segmento, mas sim o facto de se tratar de palavras atemáticas²⁰¹. A justificação que proponho para a agramaticalidade das formas avaliativas registadas em (40) está, pois, relacionada com este facto, ou seja, com o facto de se tratar de

formas em que o radical, o tema e a palavra (no singular) são foneticamente idênticos, e com as propriedades dos sufixos avaliativos (que se associam a radicais) e dos sufixos Z-avaliativos (que se associam a formas flexionadas). Note-se que esta hipótese faz apelo às diferentes propriedades dos sufixos, legitimando, assim, a interpretação dos avaliativos e dos Z-avaliativos como sufixos distintos.

Deve, pois, concluir-se que os falantes do Português Europeu Contemporâneo interpretam as formas atemáticas, obrigatoriamente, como palavras, e não como radicais, e que essa é a razão pela qual recorrem à sufixação Z-avaliativa (cf. 41a). Note-se, aliás, que radicais foneticamente próximos ou homófonos exibem contrastes de gramaticalidade, como os que se verificam entre (41a) e (41b), porque pertencem a classes lexicais distintas: *paiinho* pode ser um diminutivo de *paio*, mas não de *pai*; *soninho* pode ser diminutivo de *sono*, mas não de *som*. Pelo contrário, falantes de algumas variedades do Português do Brasil interpretam as formas atemáticas como radicais, podendo assim seleccionar os sufixos avaliativos (cf. 41c):

(41)	a.	<i>mãe</i>	* <i>mãeinha</i>	<i>mãezinha</i>
		<i>pai</i>	* <i>paiinho</i>	<i>paizinho</i>
		<i>som</i>	* <i>soninho</i>	<i>sonzinho</i>
	b.	<i>meia</i>	<i>meiinha</i>	<i>meiazinha</i>
		<i>paio</i>	<i>paiinho</i>	<i>paiozinho</i>
		<i>sono</i>	<i>soninho</i>	<i>sonozinho</i>
	c.	<i>mãe</i>	<i>mãeinha</i>	? <i>mãezinha</i>
		<i>pai</i>	<i>paiinho</i>	? <i>paizinho</i>

Nos restantes casos, o radical e a forma do singular são foneticamente distintos, sendo previsível que tanto a adição de sufixos avaliativos (ao radical), como a de sufixos Z-avaliativos (à palavra) dê origem a formas gramaticais. Esta previsão é, de um modo geral, confirmada pelos dados (cf. 37). No entanto, os exemplos registados em (42), cuja base é uma forma de tema em *-a* ou de tema em *-o*, mostram que a aceitabilidade destas formas obedece a outro tipo de restrições. O quadro seguinte integra formas que se distinguem entre si pela natureza fonológica do segmento final do radical e pelo número de sílabas da forma de base.

(42)	2 sílabas		> 2 sílabas	
	-o	-a	-o	-a
[p]	<i>tipinho</i> <i>tipozinho</i>	<i>roupinha</i> <i>roupazinha</i>	? <i>pirilampinho</i> <i>pirilampo</i> <i>zinho</i>	? <i>etapinha</i> <i>etapazinha</i>
[t]	<i>cactinho</i> <i>cactozinho</i>	<i>grutinha</i> <i>grutazinha</i>	? <i>eucaliptinho</i> <i>eucalipto</i> <i>zinho</i>	? <i>consultinha</i> <i>consultazinha</i>
[k]	<i>brinquinho</i> <i>brinco</i> <i>zinho</i>	<i>foquinha</i> <i>focazinha</i>	<i>casquinho</i> ? <i>casaco</i> <i>zinho</i>	? <i>bibliotequinha</i> <i>bibliotecazinha</i>
[b]	<i>rabinho</i> <i>rabo</i> <i>zinho</i>	<i>babinha</i> <i>babazinha</i>	? <i>biombinho</i> <i>biombo</i> <i>zinho</i>	? <i>beterrabinha</i> <i>beterrabazinha</i>
[d]	<i>dedinho</i> <i>dedo</i> <i>zinho</i>	<i>vidinha</i> <i>vidazinha</i>	<i>vestidinho</i> ? <i>vestido</i> <i>zinho</i>	<i>lampadinha</i> <i>lampada</i> <i>zinha</i>
[g]	<i>baguinho</i> <i>bago</i> <i>zinho</i>	<i>baguinha</i> <i>bagazinha</i>	* <i>arquipelaguinho</i> <i>arquipelago</i> <i>zinho</i>	<i>azinhaguinha</i> <i>azinhagazinha</i>
[f]	<i>garfinho</i> <i>garfo</i> <i>zinho</i>	<i>rifinha</i> <i>rifazinha</i>	<i>triunfinho</i> <i>triunfo</i> <i>zinho</i>	<i>alcatifinha</i> <i>alcatifazinha</i>
[s]	<i>bracinho</i> <i>braço</i> <i>zinho</i>	<i>bolsinha</i> <i>bolsazinha</i>	? <i>feiticinho</i> <i>feitico</i> <i>zinho</i>	? <i>ofensinha</i> <i>ofensazinha</i>
[S]	<i>bichinho</i> <i>bicho</i> <i>zinho</i>	<i>caixinha</i> <i>caixa</i> <i>zinha</i>	? <i>bochechinho</i> <i>bochecho</i> <i>zinho</i>	<i>bochechinha</i> <i>bochechazinha</i>
[v]	<i>ovinho</i> <i>ovo</i> <i>zinho</i>	<i>favinha</i> <i>favazinha</i>	<i>arquivinho</i> <i>arquivo</i> <i>zinho</i>	? <i>dadivinha</i> <i>dadivazinha</i>
[z]	<i>lisinho</i> ? <i>liso</i> <i>zinho</i>	<i>casinha</i> ? <i>casa</i> <i>zinha</i>	? <i>prejuizinho</i> <i>prejuizo</i> <i>zinho</i>	? <i>gentilezinha</i> <i>gentilezazinha</i>
[J]	<i>beijinho</i> <i>beijo</i> <i>zinho</i>	<i>franjinha</i> <i>franja</i> <i>zinha</i>	? <i>festejinho</i> <i>festejo</i> <i>zinho</i>	<i>igrejinha</i> <i>igreja</i> <i>zinha</i>
[m]	<i>miminho</i> <i>mimo</i> <i>zinho</i>	<i>caminha</i> <i>camazinha</i>	? <i>atominho</i> <i>atomo</i> <i>zinho</i>	? <i>redominha</i> <i>redomazinha</i>
[n]	<i>sininho</i> <i>sino</i> <i>zinho</i>	<i>perninha</i> <i>pernazinha</i>	? <i>submarininho</i> <i>submarino</i> <i>zinho</i>	<i>cortininha</i> <i>cortina</i> <i>zinha</i>
[^]	<i>vinhinho</i> <i>vinho</i> <i>zinho</i>	<i>senhinha</i> <i>senhazinha</i>	<i>desenhinho</i> ? <i>desenho</i> <i>zinho</i>	? <i>artimanhinha</i> <i>artimanhazinha</i>
[l]	<i>bolinho</i> <i>bolo</i> <i>zinho</i>	<i>velinha</i> <i>velazinha</i>	<i>cabelinho</i> ? <i>cabelo</i> <i>zinho</i>	? <i>peliculinha</i> <i>peliculazinha</i>
[¥]	<i>molhinho</i> <i>molho</i> <i>zinho</i>	<i>velhinha</i> <i>velhazinha</i>	<i>mergulhinho</i> <i>mergulho</i> <i>zinho</i>	? <i>batalhinha</i> <i>batalhazinha</i>
[r]	<i>quadrinho</i> <i>quadro</i> <i>zinho</i>	<i>beirinha</i> <i>beirazinha</i>	<i>estrangeirinho</i> <i>estrangeiro</i> <i>zinho</i>	<i>estruturinha</i> <i>estruturazinha</i>
[R]	<i>carrinho</i> <i>carro</i> <i>zinho</i>	<i>birrinha</i> <i>birrazinha</i>	<i>cigarrinho</i> <i>cigarro</i> <i>zinho</i>	? <i>masmorrinha</i> <i>masmorrazinha</i>
[i]	<i>raio</i> <i>zinho</i>	<i>joiinha</i> <i>joiazinha</i>	? <i>desmaiinho</i> <i>desmaio</i> <i>zinho</i>	<i>saloiinha</i> <i>saloiazinha</i>

[u]	?duinho duozinho	*luinha luazinha	?individuinho indivíduozinho	?magoinha magoazinha
[o]	?voinho voozinho	broinha broazinha	?enjoinho enjoozinho	meloinha meloazinha

Os juízos de gramaticalidade registados tanto em (42) como em (43) são estritamente pessoais. Admito que falantes de outros dialectos ou sociolectos produzam juízos distintos dos meus, e que a própria escolha dos exemplos condicione os resultados. Com efeito, o grau de aceitabilidade das formas avaliativas e Z-avaliativas tem sido relacionado com uma preferência dos falantes²⁰², com o seu nível de escolarização²⁰³, ou com a estrutura prosódica da frase²⁰⁴. Na verdade, quer o estudo de Catalán (1958) sobre a distribuição dos sufixos *-elo* e *-inho* na toponímia hispano-românica, quer as observações de Skorge (1956: 66) sobre a ocorrência de *-inho* e *-ito*²⁰⁵, são indícios de variação dialectal na escolha dos sufixos avaliativos. É possível que esta variação também afecte a opção entre avaliativos e Z-avaliativos, o que aliás Skorge (1956: 69) também sugere. Por outro lado, a referência (não-fundamentada) às características sócio-culturais dos falantes (cf. nota 29), que associa um estrato superior à preferência pela sufixação Z-avaliativa e um estrato inferior à preferência pela sufixação avaliativa é inadequada. Provavelmente, o que aqui está em causa é a frequência de ocorrência das unidades lexicais e a interferência de fenómenos de lexicalização. Deve, por último, referir-se que a escolha entre sufixos avaliativos e Z-avaliativos também está relacionada com a recuperabilidade da forma de base²⁰⁶: se se trata de uma forma pertencente ao léxico geral e mais frequente, o sufixo seleccionado é preferencialmente o avaliativo; quando a forma em questão ocorre menos frequentemente, o sufixo seleccionado é o Z-avaliativo.

De um ponto de vista formal, o único factor relacionado com a escolha entre avaliativos e Z-avaliativos é, porém, relativo ao número de sílabas da forma de base. Com efeito, a um maior número de sílabas corresponde uma preferência pela sufixação Z-avaliativa, enquanto que os dissílabos recorrem à sufixação avaliativa (cf. Skorge 1956: 69-74)²⁰⁷. A conjugação destes diversos factores dá, no entanto, lugar a uma grande margem de variação²⁰⁸.

Quanto às formas de tema Ø, a preferência pelos sufixos avaliativos ou pelos Z-avaliativos é, em geral, semelhante à do conjunto anteriormente referido, devendo, no entanto, considerar-se que o eventual predomínio da sufixação Z-avaliativa pode ser relacionado com a possibilidade destas formas serem interpretadas como atemáticas (cf. **barinho*, **favorinho*).

(43)	≤ 2 sílabas	> 2 sílabas
[p]	<i>golpinho</i> <i>golpezinho</i>	? <i>principinho</i> <i>principezinho</i>
[t]	<i>leitinho</i> ? <i>leitezinho</i>	<i>convitinho</i> <i>convitezinho</i>
[k]	<i>tanquinho</i> <i>tanquezinho</i>	<i>tremeliquinho</i> <i>tremeliquezinho</i>
[b]	<i>clubinho</i> <i>clubezinho</i>	? <i>hecatombinha</i> <i>hecatombezinha</i>
[d]	<i>saudinha</i> ? <i>saudezinha</i>	? <i>caridadinha</i> <i>caridadezinha</i>
[g]	<i>sanguinho</i> <i>sanguezinho</i>	<i>ziguezaguinho</i> <i>ziguezaguezinho</i>
[f]	<i>bifinho</i> <i>bifezinho</i>	<i>regabofinho</i> <i>regabofezinho</i>
[s]	<i>docinho</i> <i>docezinho</i>	? <i>imundicinha</i> <i>imundicezinha</i>
[S]	<i>lanchinho</i> <i>lanchezinho</i>	<i>sandwichinha</i> <i>sanduichezinha</i>
[v]	<i>chavinha</i> <i>chavezinha</i>	? <i>aeronavinha</i> <i>aeronavezinha</i>
[z]	? <i>frasinha</i> <i>frasezinha</i>	? <i>trombosinha</i> <i>trombosezinha</i>
[J]	? <i>monginho</i> <i>mongezinho</i>	<i>ultrajinho</i> <i>ultrajezinho</i>
[m]	<i>luminho</i> <i>lumezinho</i>	<i>azeduminho</i> <i>azedumezinho</i>
[n]	<i>carninha</i> <i>carnezinha</i>	? <i>telefoninho</i> <i>telefonezinho</i>
[^]		<i>champanhinho</i> <i>champanhezinho</i>
[l]	<i>salinho</i> <i>xailinho</i> <i>salzinho</i> <i>xailezinho</i>	<i>hiperbolinha</i> <i>hiperbolezinha</i>
[¥]	<i>molhinho</i> <i>molhezinho</i>	<i>detalhinho</i> <i>detalhezinho</i>
[r]	* <i>barinho</i> <i>febrinha</i> * <i>favorinho</i> <i>barzinho</i> <i>febrezinha</i> <i>favorzinho</i>	<i>açucarinho</i> <i>açucarzinho</i>
[R]	<i>torrinha</i> <i>torrezinha</i>	
[i]	* <i>seriinha</i> <i>seriezinha</i>	* <i>superficiinha</i> <i>superficiezinha</i>

No domínio das formas de tema Ø, aquelas cujo radical termina em [S] justificam uma observação suplementar. Com efeito, neste caso é necessário distinguir as formas (cf. 44a) em que o índice temático pode ter realização fonética no singular (cf. ['IU\$\$] ou ['IU\$\$I]), das formas (cf. 44b, 44c e 44d) em que não o pode (cf. ['kruS] vs *['kruSI] ou *['kruzI]; ['vOS] vs *['vOSI] ou *['vOzI]; [U'RoS] vs *[U'RoS] ou *[U'RozI]):

(44)	a.	<i>lanche</i>	<i>lanchinho</i>	<i>lanchezinho</i>	
		<i>duche</i>	? <i>duchinho</i>	<i>duchezinho</i>	
		<i>beliche</i>	? <i>belichinho</i>	<i>belichezinho</i>	
		<i>fantoche</i>	? <i>fantochinho</i>	<i>fantochezinho</i>	
		<i>sanduche</i>	? <i>sanduichinha</i>	<i>sanduchezinha</i>	
	b.	<i>nariz</i>	<i>narizinho</i>	* <i>narizezinho</i>	
		<i>país</i>	<i>paísinho</i>	* <i>paisezinho</i>	
		<i>avestruz</i>	<i>avestruzinha</i>	* <i>avestruzezinha</i>	
		<i>cruz</i>	<i>cruzinha</i>	* <i>cruzezinha</i>	
		<i>luz</i>	<i>luzinha</i>	* <i>luzezinha</i>	
	c.	<i>malvadez</i>	* <i>malvad[I]zinha</i>	<i>malvad[e]zinha</i>	* <i>malvadezezinha</i>
		<i>paz</i>	* <i>p[U]zinha</i>	? <i>p[a]zinha</i>	* <i>pazezinha</i>
		<i>cartaz</i>	* <i>cart[U]zinho</i>	? <i>cart[a]zinho</i>	* <i>cartazezinho</i>
		<i>capataz</i>	* <i>capat[U]zinho</i>	<i>capat[a]zinho</i>	* <i>capatazezinho</i>
		<i>algeroz</i>	* <i>alger[u]zinho</i>	<i>alger[O]zinho</i>	* <i>algerozezinho</i>
		<i>noz</i>	* <i>n[u]zinha</i>	<i>n[O]zinha</i>	* <i>nozezinha</i>
		<i>voz</i>	* <i>v[u]zinha</i>	<i>v[O]zinha</i>	* <i>vozezinha</i>
	d.	<i>norueguês</i>	<i>noruegu[I]sinho</i>	? <i>noruegu[e]sinho</i>	* <i>norueguesezinho</i>
		<i>lilás</i>	<i>lil[U]sinho</i>	? <i>lil[a]sinho</i>	* <i>lilasezinho</i>
		<i>rapaz</i>	<i>rap[U]zinho</i>	* <i>rap[a]zinho</i>	* <i>rapazezinho</i>
		<i>arroz</i>	<i>arr[u]zinho</i>	? <i>arr[o]zinho</i>	* <i>arrozezinho</i>

Com efeito, enquanto que as formas registadas em (44a) exibem um comportamento idêntico ao das restantes formas de tema Ø, as formas referidas em (44b), (44c) e (44d) manifestam um comportamento distinto. Na verdade, os exemplos registados em (44b) parecem indicar que a forma Z-avaliativa é inaceitável, mas os de (44c) e (44d), cuja vogal tónica da forma de base não é alta, mostram um comportamento que evoca o que se verifica entre formas avaliativas e

Z-avaliativas, ou seja, são formas em que essa vogal (que é média ou baixa) pode ou não ser elevada. Em alguns casos, a forma que não eleva a vogal tónica da base é a forma mais aceitável (cf. *n[O]zinha* vs **n[u]zinha*), mas noutros é melhor aceite a forma que regista elevação (cf. *rap[U]zinho* vs **rap[a]zinho*). Esta é uma situação provocada pelo facto de estas formas permitirem duas análises: a associação do sufixo Z-avaliativo a uma palavra é a solução preferida pelas formas registadas em (44c), mas as formas referidas em (44d) dão preferência à associação de um sufixo avaliativo ao radical. Por outro lado, deve notar-se que no plural as formas Z-avaliativas canónicas não são agramaticais:

(45)	<i>avestruzinha</i>	<i>*avestruzezinha</i>
	<i>avestruzinhas</i>	<i>avestruzezinhas</i>
	<i>narizinho</i>	<i>*narizezinho</i>
	<i>narizinhos</i>	<i>narizezinhos</i>
	<i>vozinha</i>	<i>*vozezinha</i>
	<i>vozinhas</i>	<i>vozezinhas</i>
	<i>norueguesinho</i>	<i>*norueguesezinho</i>
	<i>norueguesinhos</i>	<i>norueguesezinhos</i>

Consequentemente, deve admitir-se que estas formas admitem os dois processos de sufixação avaliativa e Z-avaliativa, ainda que factores de natureza fonológica e/ou fonética intervenham na forma do singular²⁰⁹: na sufixação Z-avaliativa do singular, a elevação da vogal tónica da base é impedida, mas, contrariamente ao que se verifica nas formas de tema em *-o*, tema em *-a* (cf. 42) e nas formas de tema \emptyset em que o índice temático pode ter realização fonética, o índice temático da forma de base não pode estar presente. O que estes dados parecem indicar é que formas como as que se registam em (44b), (44c) e (44d) são atemáticas no singular, mas são formas de tema \emptyset no plural.

Na sequência do que atrás fica dito pode concluir-se que, de um ponto de vista formal, a distribuição dos sufixos avaliativos e Z-avaliativos é condicionada pela categoria morfológica da base, mas que a escolha entre uns e outros é condicionada por múltiplos factores como a recuperabilidade da forma de base, o seu número de sílabas, variação dialectal, índices de ocorrência e lexicalização. Consequentemente, a distribuição dos sufixos, tal como a

sinonímia, não sanciona a caracterização dos Z-avaliativos como variantes contextuais dos avaliativos.

5.3.4. SUFIXOS PSEUDO-AVALIATIVOS

Como referi anteriormente, os sufixos pseudo-avaliativos não alteram a categoria sintáctica da forma de base, mas determinam o valor de género e, conseqüentemente, a classe temática das formas que integram:

(46)

FORMA AVALIATIVA			
MASCULINO		FEMININO	
base=masculino	base=feminino	base=masculino	base=feminino
<i>filmaço</i>	<i>febraço</i>	<i>peitaça</i>	<i>cenaça</i>
<i>dramalhão</i>	<i>facalhão</i>	<i>molhanga</i>	<i>unhanga</i>
<i>carrão</i>	<i>perirão</i>	<i>beijoca</i>	<i>pernocca</i>
<i>rapazote</i>	<i>caixote</i>	<i>dentola</i>	<i>graçola</i>

Este tipo de comportamento corresponde a uma estrutura em que o sufixo se associa a um radical mas, contrariamente aos sufixos avaliativos, só podem associar-se a radicais nominais:

(47)

			N	
			TN	
			RN	
RN	SPA	IT		FM
<i>rapaz</i>	<i>ot</i>	Ø		[-plu]
<i>caix</i>	<i>ot</i>	Ø		
<i>peit</i>	<i>aç</i>	<i>a</i>		
<i>cen</i>	<i>aç</i>	<i>a</i>		

A hipótese que coloco é a de que a sufixação pseudo-avaliativa não é realizada por um processo de adjunção, ou seja, não é um processo de modificação morfológica, mas sim um processo de sufixação derivacional. A análise destas formas deve, pois, mostrar que elas

envolvem sufixos que formam palavras cuja categoria sintáctica determinam, seleccionando palavras com idêntica categoria sintáctica, ou seja, que são sufixos derivacionais, núcleo da estrutura que integram.

Para clarificar esta questão, é útil a comparação com dois diferentes tipos de estruturas sintácticas que permitem delimitar um subconjunto de um referente nominal:

- (48) a. *Estas **batatas roxas** são muito saborosas.*
 b. *Este **tipo de batatas** é muito saboroso.*

Tanto em (48a) como em (48b) é sobre um subconjunto do referente *batatas* que se constrói a predicação (*ser muito saboroso*), mas o núcleo do SN predicado é distinto (*batatas* no primeiro caso, *tipo* no segundo), determinando, por concordância, diferentes formas flexionadas, por exemplo, no adjectivo predicativo. A concordância sintáctica mostra, pois, que a delimitação desse subconjunto é distintamente realizada. A distinção entre sufixos avaliativos e pseudo-avaliativos é, de algum modo, paralela. As formas referidas em (49) exemplificam dois diferentes modos de construir um hipónimo de *mulher*: no primeiro caso, a forma de base é o núcleo da forma avaliativa, determinando a sua categoria sintáctica, género e classe lexical (cf. 49a). No segundo caso, o sufixo é o núcleo da forma pseudo-avaliativa, que subcategoriza uma base cuja categoria sintáctica é idêntica à da forma por si gerada, cabendo-lhe ainda a especificação do valor de género e a classe lexical da forma resultante (cf. 49b).

- (49) a. $[[[[mulher]_{RN[+fem]} [on]_{SA}]_{RN[+fem]} [a]_{IT}]_{TN[+fem]}]_{N[+fem]}$
 (cf. *mulher grande*)
 b. $[[[[mulher]_{RN[+fem]} [ão]_{SPA[-fem]}]_{TN[-fem]}]_{N[-fem]}$
 (cf. *um exagero de mulher*)

Note-se, ainda, que a existência de sufixos Z-avaliativos permite reforçar a distinção entre os sufixos avaliativos e pseudo-avaliativos. Com efeito, tal como se pode verificar em (50), os sufixos Z-avaliativos podem duplicar os primeiros (cf. 50a), mas não os segundos (cf. 50b), ou seja, não há sufixos 'pseudo-Z-avaliativos'.

(50)	a.	<i>mulheraça</i>	<i>mulherzaça</i>
		<i>lojeca</i>	<i>lojazeca</i>
		<i>livrinho</i>	<i>livrozinho</i>
		<i>carrito</i>	<i>carrozito</i>
		<i>vidoca</i>	<i>vidazoca</i>
		<i>mulherona</i>	<i>mulherzona</i>
		<i>ilhota</i>	<i>ilhazota</i>
		<i>anelucho</i>	<i>anelzucho</i>
	b.	<i>riacho</i>	<i>*riozacho</i>
		<i>gentalha</i>	<i>*gentezalha</i>
		<i>casebre</i>	<i>*casazebre</i>
		<i>fitilho</i>	<i>*fitazilha / *fitazilho</i>
		<i>festim</i>	<i>*festazim</i>
		<i>quintalório</i>	<i>*quintalzório</i>
		<i>dentuça</i>	<i>*dentezuço / *dentezuça</i>

Note-se, por último, que uma mesma forma pode corresponder a diferentes sufixos. É o que ocorre com *-inh-* ou com *-it-* que, em (51a), são sufixos avaliativos, enquanto que em (51b) são sufixos pseudo-avaliativos. Como se pode verificar através dos exemplos seguintes, a sufixação Z-avaliativa só é possível no primeiro caso:

(51)	a.	<i>galinho</i>	<i>galozinho</i>
		<i>cabrita</i>	<i>cabrazita</i>
	b.	<i>galinha</i>	<i>*galozinha</i>
		<i>cabrito</i>	<i>*cabrazito</i>

Pode, assim, concluir-se que, contrariamente à sufixação avaliativa e Z-avaliativa, a sufixação pseudo-avaliativa não é um processo de modificação morfológica, mas sim um processo derivacional, em que a categoria sintáctica da base e a do derivado são idênticas, como se verifica noutros casos de sufixação derivacional (cf. *simbol* RN->*simbolism* RN; *açucar* RN->*açucareir* RN).

5.4. SUMÁRIO

A análise da sufixação avaliativa que acabo de apresentar tem por objectivo central a defesa da existência de estruturas morfológicas de modificação, que permite consolidar a distinção entre flexão (especificação morfológica) e sufixação derivacional (predicação morfológica). Os processos de modificação, pelo contrário, são realizados por adjunção, ou seja, por um processo que cria um novo nó cuja categoria morfológica e sintáctica é idêntica à do seu núcleo. Por outro lado, a caracterização da sufixação avaliativa como um processo de modificação no domínio da expressão das relações de ordem mostra que a realização de um dado processo não é homogénea, repartindo-se pela prefixação (cf. *super-interessante*) e pela sufixação (cf. *anelinho*, *anelzinho*), o que indicia a existência de estruturas de adjunção à direita e à esquerda.

Na sequência desta análise, propus, ainda, a consideração autónoma de sufixos avaliativos e Z-avaliativos, dado que configuram diferentes tipos de adjunção: adjunção a XM^0 , ou seja, radicais, na sufixação avaliativa (cf. 52a), e adjunção a XM^{\max} , ou seja, palavras, na sufixação Z-avaliativa (cf. 52b). Note-se que estes dois tipos de adjunção podem co-ocorrer (cf. 52c), e que, quando operam sobre um predicador transitivo (ie. um sufixo derivacional) têm escopo também sobre o complemento subcategorizado.

(52) a.

				N
			TN	FM
		RN		IT
	RN		SA	
	RN	sufN		
<i>ded</i>	<i>al</i>	<i>inh</i>	<i>o</i>	[-plu]



- b.
- | | | | | | |
|------------|----------------------|---------------------------|---------------------------|-----------------------------|--------|
| | | | N _[-fem, -plu] | | |
| | | N _[-fem, -plu] | | SZA _[-fem, -plu] | |
| | TN _[-fem] | | FM | TSZA _[-fem] | FM |
| | RN _[-fem] | IT | g | RSZA _[-fem] | IT |
| | RN | sufN _[-fem] | | | |
| <i>ded</i> | <i>al</i> | ∅ [-plu] | <i>zinh</i> | <i>o</i> | [-plu] |

- c.
- | | | | | | |
|------------|----------------------|---------------------------|---------------------------|-----------------------------|-----------------|
| | | | N _[-fem, -plu] | | |
| | | N _[-fem, -plu] | | SZA _[-fem, -plu] | |
| | TN _[-fem] | | FM | TSZA _[-fem] | FM |
| | RN _[-fem] | IT | g | RSZA _[-fem] | IT |
| | RN _[-fem] | SA | | | |
| | RN | sufN _[-fem] | | | |
| <i>ded</i> | <i>al</i> | <i>inh</i> | <i>o</i> [-plu] | <i>zinh</i> | <i>o</i> [-plu] |

Esta análise permite ainda identificar os sufixos pseudo-avaliativos, semanticamente próximos dos anteriores mas que podem alterar o género e a classe temática da forma de base. Com efeito, estes sufixos são derivacionais e, conseqüentemente, não configuram uma estrutura de adjunção, mas sim uma predicação morfológica. Note-se, por último, que a distinção entre sufixos derivacionais, onde se integram os pseudo-avaliativos, e os avaliativos e Z-avaliativos não corresponde necessariamente a uma distinção entre quatro seqüências fonéticas distintas. Com efeito, seqüências como [U\$w\$] ocorrem em estruturas morfológicas muito diferentes: (53a) regista sufixos derivacionais, que incluem os pseudo-avaliativos, (53b) avaliativos, e (53c) Z-avaliativos:

- (53) a. *beirão, empurrão, chorão, pontão*
 b. *carrão*
 c. *irmãozão*



6. ESTRUTURAS DE COMPOSIÇÃO

A descrição dos compostos apresentada pela gramática tradicional portuguesa não é particularmente interessante: por um lado, sob um peso excessivo de atenção aos pormenores de deriva semântica, não encontra uma definição fiável para este tipo de unidades morfológicas, nem identifica as estruturas que as caracterizam; por outro, estabelece categorias de natureza diacrónica, que, por equívoco, utiliza para tentar dar conta de distinções formais (sincrónicas).

Com efeito, definindo a composição como um processo de formação de palavras que representam «sempre uma ideia única e autónoma, muitas vezes dissociada das noções expressas pelos seus componentes», Cunha e Cintra (1984, 1991: 106-107) exemplificam as deficiências deste tratamento. Na verdade, o conceito de «ideia única e autónoma» não permite identificar, com rigor, nenhuma unidade gramatical, dado que é, em si próprio, passível de múltiplas interpretações. Quanto ao facto de a interpretação dos compostos estar «muitas vezes dissociada das noções expressas pelos seus componentes», trata-se de um facto comum a todas as outras unidades morfológicas complexas: a perda de composicionalidade semântica resulta de processos de lexicalização e relaciona-se, globalmente, com os fenómenos de polissemia que podem afectar qualquer unidade lexical. Por último, este tipo de definição tem consequências indesejáveis. Note-se, por exemplo, que se, de acordo com a referida definição, as formas (1a) e (1b) são consideradas compostos, outras, como (1c) e (1d) não o são:

- (1) a. $[[pés]_N [[de]_P [galinha\ N]_{SN}]_{SP}]_{SN}$
 b. $[[amor]_N [perfeito\ ADJ]_{SADJ}]_{SN}$
 c. $[[pernas]_N [[de]_P [galinha\ N]_{SN}]_{SP}]_{SN}$
 d. $[[amor]_N [platónico\ ADJ]_{SADJ}]_{SN}$

Dado que os pares (1a) - (1c) e (1b) - (1d) são constituídos por formas estruturalmente idênticas, pode concluir-se que só a ocorrência de lexicalização semântica em (1a) e (1b) justifica a sua integração na categoria de palavras compostas. A tradição gramatical restringe, pois, a descrição dos compostos à descrição dos compostos lexicalizados, confundindo composição e lexicalização²¹⁰. Trata-se de um equívoco inaceitável, tanto mais que este conceito de lexicalização não é objecto de uma definição rigorosa, o que dá lugar a hesitações na classificação de algumas estruturas como compostos ou como estruturas sintácticas²¹¹. Por

outro lado, a formação de neologismos impede claramente que o estudo da composição se restrinja ao conjunto dos compostos lexicalizados²¹².

Uma outra consequência deste entendimento da composição como um processo de lexicalização relaciona-se com a distinção entre justaposição e aglutinação que, contrariamente ao que pretende, não dá conta de dois diferentes modos de realização do processo, mas de dois estádios, ou graus, ou tipos de lexicalização. Note-se que Nunes (1919, 1975: 388-389) considera que a aglutinação é o processo geral de composição, em Português. Em sua opinião, a composição perfeita (aglutinação) dá origem a uma palavra «com um só acento e sempre com uma ideia singular» (exs. *morcego*, *vinagre*), enquanto que a composição imperfeita (justaposição) forma compostos a que chama ideológicos, como *papa-figos*, *verde-mar*, *cabra-cega*, *pontapé*, *clarabóia*, *alçapão*, cujos constituintes conservam a sua acentuação própria. O que, na verdade, se constata é que os compostos por justaposição sofrem apenas uma lexicalização semântica, enquanto que, nos compostos por aglutinação, a lexicalização é não só semântica, mas também formal, ou seja, a estrutura morfológica do composto é perdida. Nunes (1919, 1975: 389) refere, aliás, que «rigorosamente falando, não existe diferença entre um nome composto e um simples, pois, se aquele fundiu numa só *diversas* ideias, dando preferência à que entre as outras sobressaía por forma tão visível que para o nosso espírito tomou a primazia, também este teve a sua origem na mesma circunstância, isto é, nasceu da preferência que demos a um dos *variados* aspectos sob que o objecto se nos apresentava ou foi por nós encarado». Por outras palavras, o que o autor considera como compostos são formas lexicalizadas, ou seja, palavras que perderam a sua estrutura interna.

Esta perspectiva é, de algum modo, contestada por Said Ali (1931, 1964: 260). Este autor sublinha que a análise da composição numa dada língua não deve considerar «palavras compostas pré-existentes à formação do dito idioma, ou importadas de outra língua, dando a impressão de palavras simples». A observação é ilustrada pela forma *vinagre*, que no *DELP* é registado como um empréstimo do Catalão, dada a inexistência do adjectivo *agre* em Português e o facto de a consoante nasal não ser uma palatal (cf. **vinacre*, **vinhagre*). Assim, pode concluir-se que a distinção entre aglutinação e justaposição deve ser substituída pela oposição entre compostos lexicalizados²¹³ e não-lexicalizados, ou seja, entre os compostos que perderam e aqueles que preservam a sua estrutura interna e uma interpretação semântica composicional. Ainda que a análise dos primeiros possa ser considerada, pelo contraste que

estabelecem com os segundos, só estes devem constituir a base de uma hipótese de caracterização dos processos produtivos de composição.

Em alternativa à definição que acabo de contestar, proponho que os compostos sejam identificados como unidades morfológicas constituídas por um número mínimo de duas variáveis lexicais (cf. capítulo 3), nomeadamente radicais ou palavras. Consequentemente, a composição procede à concatenação de, pelo menos, duas variáveis (cf. 2a), por oposição aos processos de afixação que consistem na concatenação de uma constante e uma variável (cf. 2b):

- (2) a. **COMPOSIÇÃO**
[[x] [y]]
- b. **AFIXAÇÃO**
[a [x]] (prefixação)
[[x] a] (sufixação)

Esta definição dos compostos permite, pois, distinguir os processos de afixação dos processos de composição, mas não dá conta da diversidade de estruturas pelas quais se repartem os compostos. Pode, consequentemente afirmar-se que todas as formas registadas em (3) são compostos, mas só a identificação da categoria morfológica (radical ou palavra) de cada um dos seus constituintes²¹⁴ e a análise da sua estrutura interna demonstram que não se trata de um conjunto homogéneo. Com efeito, os constituintes dos compostos registados em (3a) são radicais, enquanto que, em (3b), são palavras:

- (3) a. *antropófago*
ortografia
sócio-cultural
- b. *guarda-jóias*
homem-rã
surdo-mudo

Na tradição gramatical portuguesa, as formas registadas em (3a) não são unanimemente consideradas como compostos. Said Ali (1931, 1964: 229, 258), considera que a composição consiste na criação de palavras pela combinação de palavras existentes que se fundem

semanticamente, excepto as que são formadas «por homens eruditos com material puramente grego ou latino para suprir a falta de denominações apropriadas a certos conceitos modernos». Nunes (1919, 1975: 398-404), ainda que aceite tratar-se de compostos, distingue-os dos restantes, considerando que se trata de formações literárias (e não populares). Cunha e Cintra (1984, 1991: 109) classificam-nos como compostos eruditos, ou seja, compostos formados «pelo modelo de composição greco-latina», em que o determinado²¹⁵ é precedido pelo determinante²¹⁶.

Com efeito, este tipo de compostos é particularmente frequente em terminologias científicas ou técnicas²¹⁷ (o que motivou, mas não justifica a sua classificação como compostos eruditos), e a sua estrutura (núcleo à direita, vogal de ligação entre constituintes) mostra um óbvio paralelo com os processos de composição em Grego Antigo e em Latim. No entanto, o Português, como outras línguas românicas, já integrou este processo de composição na sua gramática morfológica, utilizando-o para formar neologismos como *manifestódromo*, e distinguindo-o dos restantes pelo facto de os seus constituintes serem radicais. As formas assim geradas, e cujas propriedades apresentarei em 6.1., serão designadas por compostos morfológicos.

Quanto aos compostos referidos em (3b), a descrição tradicional limita-se a enumerar as combinações de categorias sintácticas atestadas²¹⁸, afirmando Cunha e Cintra (1984, 1991: 107) que, contrariamente ao que se verifica nos compostos morfológicos, nestes casos, «o determinado em regra precede o determinante». Na secção 6.2., procurarei demonstrar que a identificação da categoria sintáctica dos constituintes deste tipo de compostos é claramente indispensável, mas não é por si só suficiente. Assim, defenderei que estes compostos, que designarei por compostos sintácticos, são formados obrigatoriamente por palavras que integram estruturas sintácticas.

Note-se, por último, que os processos de composição morfológica encontram paralelo nos processos de composição sintáctica:



- (4) a. CM: *herbívoro* = X que come ervas
 CS: *papa-formigas* = X que come formigas
- b. CM: *biblioteca* = depósito de livros
 CS: *guarda-jóias* = depósito de jóias
- c. CM: *luso-brasileiro*
 CS: *surdo-mudo*

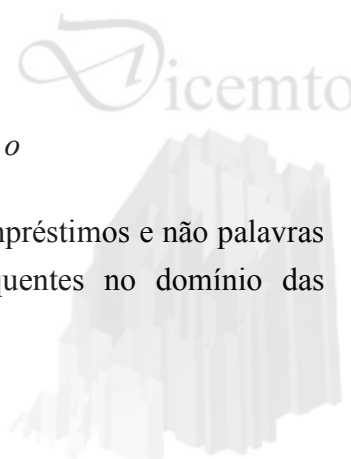
O facto de a composição morfológica se servir frequentemente de empréstimos gregos ou latinos tardios e de preservar a vogal de ligação faz com que este processo de formação de palavras seja frequentemente interpretado como um equivalente 'erudito' da composição sintáctica. Note-se, no entanto, que Oniga (1992: 113) refere que, em Latim, ocorrem compostos como *res publica* 'república', *ros marinus* 'rosmaninho', *bene dictum* 'bendito' ou *veri similis* 'verosímil', portadores de um único acento de palavra, e cujos constituintes são formas flexionadas e mantêm entre si uma relação gramatical idêntica à que se verifica entre constituintes de uma unidade sintáctica. Pode, assim, concluir-se que, tal como a composição morfológica, a composição sintáctica tem antecedentes na morfologia do Latim e provavelmente do Grego Antigo também²¹⁹. Assim, deve concluir-se que o que distingue a composição morfológica e a composição sintáctica não são factores extralinguísticos (como a sua história), mas sim as suas propriedades formais.

6.1. COMPOSIÇÃO MORFOLÓGICA

Em Português, os compostos morfológicos são estruturas resultantes de um processo de concatenação de radicais simples (cf. 5a) ou complexos (cf. 5b), autonomamente existentes na língua, ou não, por intermédio de uma vogal de ligação:

- (5) a. $[[rat]_{RN} [i]_{VL} [cid]_{RN}]_{RN} a$
 b. $[[lus]_{RADJ} [o]_{VL} [[brasil]_{RN} [eir]_{SufADJ}]_{RADJ}]_{RADJ} o$

Como já referi, de um modo geral, estas formas são consideradas empréstimos e não palavras geradas por um processo produtivo, sendo particularmente frequentes no domínio das



terminologias técnicas e científicas. Na verdade, os constituintes deste tipo de compostos são frequentemente empréstimos gregos (cf. *antrop, fil, graf, log, morf*) ou latinos (cf. *agr, form, ped*), razão pela qual têm sido referidos como compostos neo-clássicos. Esta designação é, porém, redutora. Com efeito, a combinação de radicais neo-clássicos de origem grega com outros de origem latina nos chamados compostos híbridos²²⁰ (cf. Nunes 1919, 1975: 404) mostra que estas formas não podem ser consideradas empréstimos de uma ou de outra destas línguas:

- (6) [aut]_[+gr] o [móvel]_[+lat]
 [cent]_[+lat] i [metr]_[+gr] o
 [german]_[+lat] ó [fil]_[+gr] o
 [ne]_[+gr] o [latin]_[+lat] o

Por outro lado, há compostos morfológicos onde se combinam formas de origem grega ou latina com formas vernáculas do Português (cf. 7a), e outros que são constituídos exclusivamente por formas portuguesas (cf. 7b), ou por uma combinação de empréstimos latinos ou gregos e empréstimos de outras línguas (cf. 7c). A existência destas formas demonstra que a concatenação de radicais é um processo morfológico de formação de compostos, disponível no Português Europeu Contemporâneo.

- (7) a. [aut]_[+gr] o [carr] o
 [partid] o [crac]_[+gr] ia
 [rat] i [cid]_[+lat] a
- b. *luso-brasileiro*
moçambicano-português
- c. *decalcomania*
skatódromo

Os radicais neo-clássicos coexistem, por vezes, com cognatos mais antigos no Português (cf. *pisc-/peix-*; *herb-/erv-*; *bibli-/livr-*; *megal-/grand-*). Nestes casos, constata-se que os radicais neo-clássicos ocorrem nos compostos morfológicos, enquanto os radicais vernáculos ocorrem em palavras simples e são seleccionados pelos sufixos derivacionais (cf. 8a). Quando não há formas divergentes, ou quando o sufixo também é neo-clássico, os radicais neo-clássicos ocorrem quer em formas simples, quer derivadas, quer compostas (cf. 8b):

(8)	a.	<i>peixe</i>	<i>peixaria; peixeira</i>	<i>piscicultura</i>
		<i>erva</i>	<i>ervanário</i>	<i>herbívoro</i>
		<i>livro</i>	<i>livraria; livreiro</i>	<i>biblioteca</i>
		<i>grande</i>	<i>grandeza</i>	<i>megalomania</i>
	b.	<i>aroma</i>	<i>aromático; aromatizar</i>	<i>aromoterapia</i>
		<i>axioma</i>	<i>axiomático</i>	
		<i>enigma</i>	<i>enigmático</i>	
		<i>clima</i>	<i>climático; climatizar</i>	
		<i>anarquia</i>	<i>anárquico; anarquizar</i>	<i>anarco-sindicalismo</i>
		<i>afasia</i>	<i>afásico</i>	
		<i>apatia</i>	<i>apático</i>	
		<i>brônquio</i>	<i>brônquico; bronquite</i>	
		<i>gástrico; gastrite</i>	<i>gastro-enterologista</i>	
		<i>laríngeo</i>	<i>laríngeo; laringite</i>	

Na presente secção descreverei as propriedades dos compostos morfológicos, identificando os seus constituintes - radicais (cf. 6.1.1.) e vogal de ligação (cf. 6.1.2.) - e as relações que mantêm entre si. Em seguida, defenderei que a composição morfológica gera dois tipos de estruturas: o primeiro, resultante de uma adjunção à esquerda, é o das estruturas de modificação (cf. 6.1.3.); o segundo, resultante de uma conjunção, é o das estruturas de coordenação (cf. 6.1.4.).

6.1.1. CONCATENAÇÃO DE RADICAIS Uma das principais características da composição morfológica consiste no facto de se tratar de um processo de concatenação de radicais. Esta afirmação, que contraria a identificação dos constituintes dos compostos morfológicos como prefixos ou sufixos²²¹, assenta na constatação de que estas unidades se podem combinar livremente entre si, ocorrendo, em alguns casos, quer como o primeiro (cf. 9a), quer como o último (cf. 9b) constituinte da estrutura composta:

- (9) a. *[antrop]ologia*
[cron]ómetro
[dactil]ografia
[dem]ocracia



[fil]osofia
[fon]ologia
[graf]ologia
[morf]ologia
[tecn]ologia
[ton]ometria

b. *fil[antrop]ia*
iso[cron]ia
ptero[dáctil]o
epi[dem]ia
biblió[fil]o
tele[fon]ia
lexico[graf]ia
poli[morf]ia
zoo[tecn]ia
mono[ton]ia

Esta situação nunca se verifica com os afixos. Com efeito, e tal como foi defendido por Scalise (1984: 75-76) para o Italiano, em Português, a concatenação de prefixos e sufixos não gera sequências gramaticais (cf. 10a). Por outro lado, os afixos não podem permutar posições (cf. 10b).



- (10) a. [re] *fazer*
 [des] *fazer*
 [re] [des] *fazer*
 *[re] [des]
- fiá* [vel]
fia [bil] [idade]
 *[bil] [idade]
- [re] *organizar*
organiza [çã]o
 [re] *organiza* [çã]o
 *[re] [çã]o
- b. [des] *fazer*
 **fazer* [des]
organiza [çã]o
 *[çã]o *organiza*

Este contraste entre o comportamento dos constituintes dos compostos morfológicos (cf. 9) e o dos afixos (cf. 10) permite concluir que os primeiros não são afixos. A alternativa disponível consiste em considerar que se trata de radicais. Deve, no entanto, notar-se que a distinção entre radicais e prefixos nem sempre é fácil de estabelecer. Com efeito, sendo muitos dos radicais que integram os compostos morfológicos formas que não ocorrem em palavras simples (cf. **antrop* / *homem*; **cron* / *tempo*; **dactil* / *dedo*; **dem* / *povo*, etc.) e cujo conteúdo semântico é frequentemente desconhecido (ou mal conhecido) pela generalidade dos falantes, é difícil atribuir-lhes uma categoria sintáctica (excepto por recurso à etimologia). Ora, como é sabido, ainda que, por vezes, sejam formalmente idênticos a preposições (cf. *contra-ataque*, *sobrecasaca*) ou advérbios (cf. *benfeitor*, *maldizer*, *não-violência*) existentes em Português, ou em Latim (cf. *inter-relação*, *predestinar*), os prefixos não possuem informação relativamente à categoria sintáctica (visto que não podem percolar essa informação²²²). Não é, pois, surpreendente que, na tradição gramatical portuguesa, a prefixação tenha por vezes sido considerada como um tipo de composição²²³, ou que formas como *auto* devam, segundo alguns autores (cf. Carvalho 1967, 1984: 547-554, Li Ching 1973: 213-225), constituir um tipo particular, sendo designados por prefixóides ou pseudo-prefixos,

«por apresentarem um acentuado grau de independência» e possuírem «uma significação mais ou menos delimitada e presente à consciência dos falantes, de tal modo que o significado do todo a que pertencem se aproxima de um conceito complexo, e portanto de um sintagma» (Carvalho 1967, 1984: 554). A hipótese que coloco é a de que a prefixação, contrariamente à composição morfológica não opera por intermédio de um elemento de ligação. No entanto, considerando que a prefixação é um tipo de composição morfológica são processos de modificação (cf. capítulo 5 e 6.1.3.), pode admitir-se que se trata de fenómenos muito próximos, cuja fronteira facilmente se esbate, permitindo que alguns prefixos sejam interpretados como radicais, ou alguns radicais como prefixos.

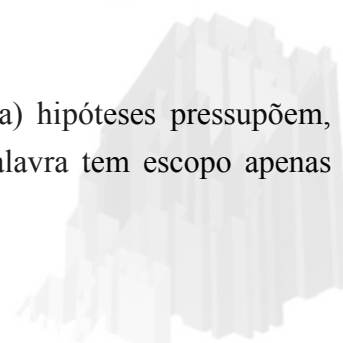
Retomando agora a caracterização da composição morfológica como um processo de concatenação de radicais, importa notar que a vogal que ocorre à direita de cada um dos constituintes não-finais é um elemento autónomo, quer em relação à forma que o precede, quer em relação à forma que se encontra à sua direita. Com efeito, esta vogal é um elemento de ligação entre radicais (cf. 6.1.2.), e, como se pode verificar em (11), ela só ocorre à direita dos radicais que não estão em posição final. Assim, o primeiro constituinte de *fonologia* é *fon* e não **fono* (cf. *estereo[fon]ia* vs **estereo[fono]ia*), tal como o segundo radical de *antropomorfo* é *morf* e não **omorfo* (cf. *morfologia* vs **omorfologia*).

- (11) a. [fon] o [log] ia
 [estere] o [fon] ia
- b. [morf] o [lóg] ico
 [antrop] o [mórf] ico

Paralelamente, deve determinar-se se o último constituinte dos compostos, como os que se registam em (12), é o radical (*tec*, *metr*), o tema (*teca*, *metro*, *metra*), ou ainda uma forma flexionada independentemente existente, ou não (cf. *teca*, *tecas*, *metro*, *metrar*):

- (12) *biblioteca*
 bibliotecas
 cronómetro
 cronometrar

Tanto a segunda (ie. tema), como a terceira (ie. forma flexionada) hipóteses pressupõem, indesejavelmente, que a identificação da classe morfológica da palavra tem escopo apenas



- (16) a. [[RAD1] [[RAD2] [SUF]]]
 b. [[[RAD1] [RAD2]] [SUF]]
 c. [[[PREF] [RAD1]] [RAD2]]
 d. [[PREF] [[RAD1] [RAD2]]]

No que diz respeito à relação entre a composição morfológica e a sufixação (cf. 16a e 16b), a questão relevante consiste em saber se o sufixo à direita do último radical pode ter escopo apenas sobre esse constituinte (cf. 16a) e sobre todo o composto (cf. 16b), ou se apenas uma destas hipóteses é válida. Simetricamente, na relação entre a composição morfológica e a prefixação (cf. 16c e 16d), importa determinar se o prefixo que precede o primeiro radical pode ter escopo apenas sobre esse constituinte (cf. 16c) e sobre todo o composto (cf. 16d), ou se uma destas hipóteses é inadequada. Os dados do Português, exemplificados em (17), permitem concluir que todas as hipóteses referidas em (16) são possíveis:

- (17) a. *sócio-económico* cf. (16a)
 b. *luso-africanidade* cf. (16b)
 c. *inverdadocracia* cf. (16c)
 atípico-sistemático
 d. *ex-tóxico-dependente* cf. (16d)
 ex-luso-brasileiro

O diferente escopo dos prefixos e sufixos que integram as formas anteriores é claramente visível nas suas respectivas paráfrases. Note-se que, para cada um dos casos referidos em (17), só uma das representações registadas em (18) permite uma paráfrase compatível com a interpretação semântica da estrutura que integra o composto (cf. Condição de Composicionalidade):



- (18) a. *contexto* [*sócio* [[*económ*] [*ic*]]] *o* cf. (16a)
 'contexto social e económico'
 **contexto* [[*sócio* [*económ*]] [*ic*]] *o* cf. (16b)
 *'contexto relativo a social e à economia'
- b. *a essência da* [[*luso* [*african*]] [*idad*]] *e* cf. (16b)
 'a essência do que tem a qualidade de ser luso-africano'
 **a essência da* [*luso* [[*african*] [*idad*]]] *e* cf. (16a)
 *'a essência portuguesa do que tem a qualidade de ser africano'
- c. *as consequências da* [[[*in*] [*verdad*]]] *ocracia* cf. (16c)
 'as consequências do poder da inverdade'
 **as consequências da* [[*in*] [[*verdad*] *ocracia*]] cf. (16d)
 *'as consequências do não-poder da verdade'
- c'. *comportamento* [[[*a*] [*típic*]]] *o-sistemático* cf. (16c)
 'comportamento não típico e sistemático'
 **comportamento* [[*a*] [[*típic*] *o-sistemático*]] cf. (16d)
 *'comportamento não típico e não sistemático'
- d. *indivíduo* [[*ex*] [[*tóxic*] *o-dependente*]] cf. (16d)
 'indivíduo que já não é tóxico-dependente'
 **indivíduo* [[[*ex*] [*tóxic*]]] *o-dependente* cf. (16c)
 *'indivíduo dependente de ex-tóxicos'
- d'. *cidadão* [[*ex*] [[*lus*] *o-brasileiro*]] cf. (16d)
 'cidadão que já não é luso-brasileiro'
 **cidadão* [[[*ex*] [*lus*]]] *o-brasileiro* cf. (16c)
 *'cidadão brasileiro que já não é português'

A ocorrência das formas registadas em (17a) e (17c), ou seja, das formas em que os afixos têm escopo apenas sobre o radical adjacente não é surpreendente, dado que os sufixos associados a constituintes não-finais (cf. 19a) e os prefixos associados a constituintes não-iniciais (cf. 19b) só podem ter escopo sobre o radical adjacente à esquerda, no primeiro caso, e à direita no segundo, e que este tipo de afixação gera sequências bem-formadas:

- (19) a. [[[*preside*] [*nt*]] *ocracia*]
 [[[*histór*] [*ic*]] *o-social*]
- b. [*atípico* [[*im*] [*previsível*]]]
 [*pseudo* [[*des*] [*encontro*]]]

Pode, assim, concluir-se que a composição morfológica pode operar sobre radicais derivados por sufixação ou por prefixação. Quanto às formas registadas em (17b) e (17d), a análise apresentada em (18b) e (18d) leva a concluir que a sufixação derivacional e a prefixação podem operar sobre formas compostas morfológicamente. Esta análise é problemática para a Hipótese Alargada de Ordenação por Níveis (cf. capítulo 2), tendo dado origem a um tipo de paradoxos de parentetização. A Hipótese Alargada de Ordenação por Níveis estipula que a composição não pode preceder a derivação:

- (20) Nível I (afixação +)
 Regras de acentuação
 Nível II (afixação #)
 Nível III (composição)
 Nível IV (flexão regular)

De acordo com esta hipótese, a estrutura de *macro-economista* só pode ser a que se apresenta em (21a). No entanto, e como referi em (18b), a estrutura adequada à sua interpretação semântica é dada em (21b). É esta divergência estrutural que dá origem a um dos tipos de paradoxos de parentetização.

- (21) a. [[*macro*] [[*econom*] [*ist*]] *a*]
 b. [[[[*macro*] [*econom*]] [*ist*]] *a*]

Esta situação merece a Spencer (1991: 399) o seguinte comentário: «some of the paradoxes [...] are theory internal paradoxes, in the sense that one at least of the bracketings arises out of specific, and often not uncontroversial theoretical assumptions. In this case the not uncontroversial theoretical assumption is level ordering». A existência deste tipo de paradoxos de parentetização enfraquece, pois, a hipótese de Allen (1978), mas não é o único argumento que sugere a sua inadequação. Note-se, ainda relativamente aos compostos morfológicos do Português, que o facto das regras de acentuação precederem os processos de

composição impede que formas como *biótipo* ou *estereótipo* sejam acentuadas correctamente, dado que não mantêm o lugar do acento do seu último constituinte (*tipo*).

No capítulo 2 apresentei os argumentos que justificam a rejeição desta hipótese, e consequentemente o desaparecimento deste tipo de paradoxos de parentetização. A consideração de formas como *tóxico-dependente* e *macro-economista* mostra, contudo, que a análise da relação entre a composição morfológica e a sufixação é problemática, quando o sufixo se encontra à direita do último radical e este constituinte é núcleo do composto.

Note-se que as propriedades de selecção dos sufixos derivacionais que integram estas formas são satisfeitas quer o sufixo esteja associado ao último radical (cf. 16a), quer o esteja a todo o composto (cf. 16b), mas só esta última estrutura permite, por um lado, relacionar entre si formas como *tóxico-dependente* e *tóxico-dependência*, ou *macro-economia*, *macro-economista* e *macro-económico*, e, por outro, explicar a não-aceitabilidade de formas como **catalógico*, **teologista* ou **dialogia*, face à boa-formação de *ecológico*, *oftalmologista* ou *homologia*. Com efeito, se os sufixos derivacionais que intervêm na formação das palavras registadas em (22) só tiverem escopo sobre o radical *log*, então as sequências *logic*, *logist* ou *logi* devem ser sancionadas ou rejeitadas globalmente. Se, pelo contrário, os sufixos tiverem escopo sobre todo o radical composto, então podem intervir selectivamente, em função da informação associada não só ao constituinte da direita, mas também ao(s) constituinte(s) que o precede(m), produzindo apenas os resultados desejados.

(22)	<i>*alergólogo</i>	<i>alergologista</i>	<i>alergologia</i>	<i>*alergologar</i>	<i>alergológico</i>
	<i>apólogo</i>	<i>apologista</i>	<i>apologia</i>	<i>*apologar</i> ²²⁵	<i>*apológico</i> ²²⁶
	<i>catálogo</i>	<i>*catalogista</i>	<i>*catalogia</i>	<i>catalogar</i>	<i>*catalógico</i>
	<i>diálogo</i>	<i>*dialogista</i>	<i>*dialogia</i>	<i>dialogar</i>	<i>dialógico</i> ²²⁷
	<i>*ecólogo</i>	<i>ecologista</i>	<i>ecologia</i>	<i>*ecologar</i>	<i>ecológico</i>
	<i>*geneólogo</i>	<i>genealogista</i>	<i>genealogia</i>	<i>*genealogar</i>	<i>genealógico</i>
	<i>homólogo</i>	<i>*homologista</i>	<i>homologia</i>	<i>homologar</i>	<i>homológico</i>
	<i>ideólogo</i>	<i>*ideologista</i>	<i>ideologia</i>	<i>*ideologar</i>	<i>ideológico</i>
	<i>monólogo</i>	<i>*monologista</i>	<i>*monologia</i>	<i>monologar</i>	<i>*monológico</i>
	<i>psicólogo</i>	<i>*psicologista</i>	<i>psicologia</i>	<i>*psicologar</i>	<i>psicológico</i>
	<i>teólogo</i>	<i>*teologista</i>	<i>teologia</i>	<i>*teologar</i> ²²⁸	<i>teológico</i>

Deve, por último, notar-se que a atribuição da estrutura (16b) a formas em que o sufixo se associa ao núcleo do composto morfológico é aparentemente posta em causa pelo facto de alguns radicais compostos ocorrerem apenas como bases de processos de sufixação derivacional, sendo agramaticais as formas simples correspondentes, como se pode constatar através dos seguintes exemplos:

- (23) a. *norte-americano*
 **Norte-américa*
 cf. *América do Norte*
 americano do norte
 **[América do nortenho]*_{ADJ}
- b. *sul-africano*
 **Sul-áfrica*
 cf. *África do Sul*
 africano do sul
 **[África do sulista]*_{ADJ}
- c. *lusu-descendente*
 lusu-descendência
 **lusu-descender*
 cf. *descender de portugueses*
 descendente de portugueses
 descendência de portugueses / portuguesa
- d. *tóxico-dependente*
 tóxico-dependência
 **tóxico-depender*
 cf. *depende de tóxicos*
 dependente de tóxicos
 dependência de tóxicos

Os contrastes assinalados em (23) não invalidam a hipótese acima referida, dado que a inexistência de palavras como **Norte-américa*, **Sul-áfrica*, **lusu-descender* ou **tóxico-depende* não impede que os radicais compostos (*norte-amic*, *sul-afric*, *lusu-descend*, *tóxico-depend*) sejam radicais bem-formados. Por um lado, a inexistência de algumas dessas

formas, comparável à não-ocorrência de outras como **alergólogo* ou **apológico*, pode estar relacionada com a existência de compostos sintácticos (cf. *América do Norte*, *África do Sul*), ou de formas que integram sufixos derivacionais (cf. *alergologista*, *apologético*, *apologal*), e não tem de ser explicada²²⁹. São as formas que integram os radicais compostos que requerem uma justificação. Ora, como se pode verificar em (23a) e (23b), os compostos sintácticos *América do Norte* e *África do Sul* não permitem a formação derivacional de adjectivos relacionais: se o sufixo é associado ao núcleo da construção sintáctica, não tem escopo sobre o outro constituinte (razão pela qual *americano-do-norte* - natural do norte da América - e *norte-americano* - natural da América do Norte - não são sinónimos); se o sufixo é associado à direita do último constituinte, não tem escopo sobre o núcleo sintáctico e não pode aceder à posição de núcleo da construção (consequentemente, *sul-africano* e *áfrica-do-sulista* têm diferente categoria sintáctica e não podem ser sinónimos). A 'adjectivalização' de formas como *América do Norte* ou *África do Sul* só pode, pois, ser obtida por recurso a uma paráfrase sintáctica dos adjectivos relacionais (cf. *relativo à América do Norte*, *relacionado com a África do Sul*). A formação dos adjectivos relacionais (cf. *norte-americano*, *sul-africano*) deve, pois, recorrer à sufixação derivacional dos compostos morfológicos (*norte-ameri_{RN}*, *sul-afric_{RN}*), que estão semanticamente relacionados com os compostos sintácticos (*América do Norte*, *África do Sul*), mas são formalmente independentes.

Quanto à inexistência das restantes formas, ela é uma consequência das condições de boa-formação que se aplicam aos compostos morfológicos. Note-se que as formas registadas em (23c) e (23d) se distinguem das anteriores pelo facto de integrarem uma forma verbal. Nestes casos, e dado que o radical composto herda a estrutura argumental do seu núcleo, o verbo composto subcategoriza um argumento interno. No entanto, o constituinte que o precede, no interior da estrutura composta, corresponde a esse argumento interno. Estas formas são agramaticais porque o argumento interno do núcleo verbal não pode ser simultaneamente satisfeito no interior e no exterior do composto.

- (24) *descender* _V: [--- de SN]
 cf. *descender de portugueses*
- *luso-descender* _V: [--- de SN]
 cf. **luso-descender de portugueses/indianos*



A formação de compostos morfológicos verbais só é, pois, possível nos casos em que nela participa um complemento oblíquo do verbo, como no seguinte caso:

- (25) *Vou gravar este filme ao Pedro, em video.*
Vou videogravar este filme ao Pedro.
Vou-lho videogravar.

A impossibilidade de formar verbos compostos cujo não-núcleo seja um argumento interno do núcleo não impede, porém, que o radical verbal composto possa ser subcategorizado por sufixos derivacionais. Com efeito, os derivados deverbais podem, opcionalmente, realizar os argumentos subcategorizados pela forma verbal derivante. Desse modo, são bem-formados os derivados de radicais compostos cujo núcleo é um radical verbal, e o não-núcleo é um argumento desse verbo (cf. *luso-descendente*, *tóxico-dependência*). No entanto, a possibilidade dessas formas compostas serem modificadas por esse mesmo argumento do verbo derivante fica bloqueada (cf. **luso-descendente de portugueses*, **tóxico-dependente de tóxicos*).

Deve ainda referir-se que os contrastes de linearização que se verificam entre *América do Norte/norte-america*, ou *depende de tóxicos/tóxico-depend*, decorrem do contraste entre a linearização sintáctica e a linearização morfológica que referi no capítulo 5, ou seja, do facto de os complementos serem precedidos pelo núcleo sintáctico, mas precederem o núcleo morfológico. Não obstante, formas como *América do Norte/norte-americano*, ou expressões sintácticas e formas como *depende de tóxicos/tóxico-dependência/tóxico-dependente*, constituem paradigmas semanticamente tão homogêneos como *América /americano* ou *depende/dependência/dependente*. Neste sentido, as abordagens paradigmáticas da formação de palavras (cf. Marle 1985, Spencer 1991: 413-417) podem vir a revelar-se úteis ao permitir relacionar formas que nem a morfologia nem a sintaxe, por si sós, permitem relacionar²³⁰.

Os argumentos aqui apresentados parecem indicar que a estrutura mais adequada à representação de formas como *tóxico-dependente* e *macro-economista* é aquela que indiquei em (16b), ou seja, aquela em que o sufixo derivacional tem escopo sobre todo o composto. Em 6.1.3. apresentarei, contudo, argumentos que sustentam a posição contrária (cf. 16a), ou seja, a atribuição de uma estrutura em que o sufixo só tem escopo sobre o radical da direita.

Em suma, a composição morfológica é um processo de concatenação de radicais, por intermédio de uma vogal de ligação, cujas propriedades apresentarei na subsecção seguinte. É

por esta razão que este tipo de compostos não regista contrastes de género ou flexão que afecte apenas um dos seus constituintes. Assim, a estrutura dos compostos morfológicos pode, provisoriamente, ser representada do seguinte modo:

(26) [[[[RAD] [VL] [RAD]] RADICAL COMPOSTO [CT]] TEMA FM] PALAVRA

Por outro lado, os dados apresentados demonstram que os constituintes dos compostos morfológicos podem ser formas derivadas por prefixação (cf. 27a) ou por sufixação (cf. 27b), e que os processos derivacionais podem seleccionar radicais compostos (cf. 27c):

(27) a. [[[PREFIXO] [RAD]] RADICAL DERIVADO [VL] [RAD]] RADICAL COMPOSTO
cf. *inverdadocracia*

[[RAD] [VL] [[PREFIXO] [RAD]] RADICAL DERIVADO] RADICAL COMPOSTO
cf. *pseudo-desencontro*

b. [[[RAD] [SUFIXO]] RADICAL DERIVADO [VL] [RAD]] RADICAL COMPOSTO
cf. *histórico-social*

[[RAD] [VL] [[RAD] [SUFIXO]] RADICAL DERIVADO] RADICAL COMPOSTO
cf. *sócio-económico*

c. [[PREFIXO] [[RAD] [VL] [RAD]] RADICAL COMPOSTO] RADICAL DERIVADO
cf. *ex-tóxico-dependente*

[[[RAD] [VL] [RAD]] RADICAL COMPOSTO [SUFIXO]] RADICAL DERIVADO
cf. *luso-africanidade*

Por último, referi que a descrição estrutural de formas como *tóxico-dependente* ou *macro-economia* se distingue da dos restantes casos que envolvem composição e derivação. Com efeito, a identificação do escopo dos sufixos derivacionais que ocupam a posição à direita do radical que é núcleo do composto é problemática. No entanto, independentemente da análise atribuída a estas formas, o seu comportamento particular será relacionado com a identificação da relação entre os seus constituintes (modificação vs complementação), que discutirei em 6.1.3.

6.1.2. VOGAL DE LIGAÇÃO

Uma característica própria dos compostos morfológicos do Português, bem como de outras línguas românicas, é a presença de um segmento vocálico entre os seus vários constituintes. Na subsecção anterior, afirmei que esta vogal não faz parte do constituinte à sua esquerda, nem do constituinte à sua direita, sendo antes um constituinte autónomo.

A função deste segmento vocálico na estrutura dos compostos morfológicos consiste na marcação da fronteira entre os seus constituintes, razão pela qual pode ser identificado como vogal de ligação. A sua realização e a relação estrutural que mantém com os constituintes adjacentes são as questões que discutirei na presente subsecção.

Quanto à sua realização, constata-se, em primeiro lugar, a ocorrência das vogais *-o-* e *-i-*. A primeira, exemplificada em (28a), é um vestígio da vogal que ocorre nos compostos em Grego Antigo (cf. Ralli 1992: 153). A segunda, exemplificada em (28b), é um vestígio da vogal que ocorre nos compostos latinos (cf. Oniga 1992: 110-111):

- (28) a. [*antrop*] o [*mórf*] *ico*
 [*fil*] ó [*sof*] *o*
 [*fo*] o [*gram*] *a*
 [*ge*] o [*graf*] *ia*
- b. [*agr*] *i* [*cultor*]
 [*arbor*] *i* [*form*] *e*
 [*herb*] *i* [*vor*] *o*
 [*fratr*] *i* [*cid*] *a*

Pode, assim, admitir-se que a realização da vogal de ligação é determinada por propriedades idiossincráticas dos radicais, relacionadas com a sua etimologia: entre constituintes de origem grega (informação que está registada no léxico) ocorre a vogal *-o-*, e entre constituintes de origem latina (informação igualmente registada no léxico) ocorre a vogal *-i-*. Esta hipótese é, no entanto, insuficiente para dar conta dos compostos cujos constituintes não têm a mesma origem etimológica. Scalise (1984: 75-76) sugere, em alternativa, que a vogal de ligação é inserida por uma regra de reajustamento sensível à etimologia do segundo constituinte²³¹. Esta hipótese permite não só dar conta de contrastes como os que se registam em (29a), em que o primeiro constituinte é de origem grega, ou em (29b), em que o primeiro constituinte é de

origem latina, como também se aplica a neologismos formáveis em Português e exemplificados em (29c):

- (29) a. [dactil] ó [graf]_[+gr] o
 [dactil] í [fer]_[+lat] o
- b. [ole] o [graf]_[+gr] ia
 [ole] í [gen]_[+lat] o
- c. [ministr] o [crac]_[+gr] ia cf. *ministricracia
 [ministr] í [cid]_[+lat] a cf. *ministrocida

A generalização proposta por Scalise suscita alguns comentários. Antes de mais, ela não dá conta da realização da vogal temática em compostos cujo constituinte da direita não provenha de um étimo grego ou latino. Não disponho de dados atestados em dicionários, mas a formação de neologismos como *cosmo-xarope* (cf. **cosmi-xarope*) ou *luso-pagode* (cf. *lusi-pagode*), cujo constituinte da direita tem, respectivamente, origem árabe e sânscrita, parece indicar que a vogal seleccionada é *-o-*. Note-se que o mesmo se verifica nos casos em que o radical da direita é proveniente de uma forma latina, mas não é caracterizável como um radical neo-clássico (ou seja, como uma forma introduzida no Português depois do renascimento). Assim, em formas como *luso-descendente* ou como *tóxico-dependente*, por exemplo, a vogal de ligação é *-o-*, apesar de *descendente* e *dependente* não terem étimos gregos, mas sim latinos.

Por outro lado, essa generalização depara com diversos contra-exemplos. Em (30a) registam-se formas cujo segundo constituinte, de origem grega, é precedido pela vogal *-i-*; em (30b) formas cujo segundo constituinte, de origem latina, é precedido pela vogal *-o-*; e em (30c) formas que admitem quer a vogal *-o-*, quer a vogal *-i-*, sendo de notar que, apesar do segundo constituinte ser [+gr], as formas preferidas pelos falantes são, geralmente, aquelas que integram a vogal *-i-*:



- (30) a. $[alt]_{[+lat]} í [metr]_{[+gr]} o$ ²³²
 $[curv]_{[+lat]} í [metr]_{[+gr]} o$
 $[veloc]_{[+lat]} í [metr]_{[+gr]} o$
- b. $[loc]_{[+lat]} o [moção]_{[+lat]}$
 $[gen]_{[+lat]} o [cíd]_{[+lat]} io$ ²³³
- c. *organograma* *organigrama* ²³⁴
parcómetro *parquímetro*

É possível que as formas registadas em (30a) tenham sido geradas em Latim, ou pelo modelo latino, o que explica a ocorrência do *-i-* à esquerda de um empréstimo grego (*metr*)²³⁵, e que as formas registadas em (30b) tenham sido geradas pelo modelo grego, mas a partir de empréstimos latinos. A presença da vogal *-i-* à esquerda de um radical de origem grega, ou de *-o-* à esquerda de um radical de origem latina pode, pois, ser o resultado de alterações de natureza diacrónica, que podem mesmo dar origem a duplicações como as que se registam em (30c). Todas estas formas estão, naturalmente, lexicalizadas.

Um outro tipo de contra-exemplos à generalização proposta por Scalise é dado por formas que não integram qualquer vogal de ligação:



- (31) a. [neur]_[+gr] [ilem]_[+gr] a
 [nevr]_[+gr] [alg]_[+gr] ia
 [ped]_[+gr] [agog]_[+gr] o
 [psiqu]_[+gr] [iatr]_[+gr] ia
 [acut]_[+lat] [ângul]_[+lat] o
 [magn]_[+lat] [ânim]_[+lat] e
- b. [braqui]_[+gr] [log]_[+gr] ia²³⁶
 [cali]_[+gr] [graf]_[+gr] ia²³⁷
 [taqui]_[+gr] [card]_[+gr] ia²³⁸
- c. *taxilogia* *taxiologia*
taxinomia *taxionomia*
- d. *biblioteca* cf. **bibliteca*
cardiologista cf. **cardilogista*
craniometria cf. **cranimetria*

Quanto às formas incluídas em (31a), a ausência da vogal de ligação é fonologicamente determinada, dado que ela se verifica sempre que o constituinte da direita começa por vogal, evitando, assim, a formação de um hiato. Consequentemente, estas formas não constituem contra-exemplos à referida generalização. Os exemplos de (31b) podem ser interpretados simetricamente: neste caso, a ausência da vogal temática dever-se-ia ao facto de o radical precedente terminar em vogal. A aceitação desta hipótese é, no entanto, mais problemática: por um lado, algumas destas formas²³⁹ admitem quer a ausência, quer a presença da vogal de ligação (cf. 31c); por outro lado, a ausência da vogal de ligação é frequentemente inaceitável (cf. 31d). Se, no entanto, se comparar as formas (31b) e (31d), pode constatar-se que, nas primeiras, o radical da esquerda é um modificador adjectival, enquanto que, nas segundas, esse constituinte é um modificador nominal. A ausência de vogal de ligação em (31b) pode ainda ser relacionada com idêntico fenómeno em formas cujo primeiro constituinte é um quantificador, e que, provavelmente, são formas prefixadas e não compostas:



- (32) *dissílabo*
tetraedro
hexâmetro
octaedro
eneágono
decaedro
miriâmetro
hemisfério

Pode, pois, admitir-se que, em Grego Antigo e em Latim, a vogal de ligação tenha possuído um estatuto distinto do de simples marcador de fronteira. Com efeito, o estatuto da 'vogal de ligação' em Grego Antigo e em Latim não é suficientemente conhecido. Ralli (1992: 153) e Oniga (1992: 110-111) consideram que se trata de uma vogal temática, mas esta análise não é muito convincente: ainda que nem todas as formas que participam em estruturas compostas pertençam à mesma classe lexical, todas exibem o mesmo segmento vocálico. Aliás, a postulação desta hipótese obriga Oniga a propor, para o Latim, duas regras de reajustamento: a primeira converte a vogal temática num *i* breve (cf. *silva+cola* -> *silvicola*), e a segunda insere um *i* breve no final de um radical terminado em consoante (cf. *pat(e)r+cida* -> *patricida*).

Pode, em alternativa, admitir-se que a 'vogal de ligação' tenha sido um marcador casual²⁴⁰. Esta hipótese, cujo desenvolvimento exige uma investigação sistemática que não cabe no âmbito do presente trabalho, ao pressupor a existência de marcadores casuais estritamente morfológicos, talvez permita justificar a inexistência de 'vogal de ligação' nas formas registadas em (31b) e em (32).

Pode, assim, concluir-se que, tal como as formas incluídas em (30), também aquelas que se registam em (31b) e (31c) estão lexicalizadas em Português. Consequentemente, no modelo geral de formação de compostos, a realização da vogal de ligação é determinada pelo constituinte à sua direita, do seguinte modo: quando se trata de um radical neo-clássico de origem latina, a vogal de ligação é *-i-* (cf. 33a), nos restantes casos é *-o-* (cf. 33b). Esta distinção exige que os radicais neo-clássicos latinos sejam marcados no léxico com o traço [+lat], e os restantes (marcados provavelmente por 'default') com o traço [-lat].

- (33) a. [X] *i* [Y]_[+lat]

b. [X] o [Y]_[-lat]

Note-se, no entanto, que o próprio exemplo apresentado por Scalise (1984: 99) deixa entender que a etimologia do segundo constituinte não é o único factor que determina a realização da vogal de ligação. Scalise refere que, sendo de origem latina, a vogal que precede *cultura* e *cola*, nos compostos *fruticultura* e *hortícola*, é *-i-*. Mas num composto como *hortofruticultura*, só a vogal adjacente a *cultura* parece estar sujeita à referida regra. Apesar de *frut-* ter origem latina, a vogal de ligação que o precede é *-o-*. A hipótese que coloco é a de que a estipulação referida em (33) não é válida para os compostos coordenados, que são extremamente produtivos em Português:

- (34) *analítico-sistemático*
anglo-saxónico
italo-românico
luso-brasileiro
poético-profético
político-económico

De um modo geral, a vogal de ligação que ocorre neste tipo de compostos morfológicos é *-o-*²⁴¹. A ocorrência de *-o-*, qualquer que seja a etimologia do constituinte que precede, está provavelmente relacionada com a inexistência deste tipo de estruturas em Latim. Com efeito, os casos referidos por Oniga são compostos em que a primeira forma é um modificador da segunda forma adjectival, núcleo da construção (cf. *multi-cupidus* 'muito cobiçoso', *solli-citus* 'inteiramente agitado').

A realização da vogal de ligação estabelece, pois, um contraste entre dois tipos de compostos morfológicos: estruturas de modificação (cf. 6.1.3.) e estruturas coordenadas (cf. 6.1.4.). Consequentemente, a generalização proposta em (33) deve ser modificada. Em (35a) regista-se o modo de realização da vogal de ligação nas estruturas de modificação. Admitindo que a distinção entre radicais gregos e latinos é codificada no léxico pelo traço [\pm lat], a vogal de ligação pode ser dada como um conjunto de traços fonológicos cujo valor é determinado pelo valor do traço idiossincrático do radical à sua direita. Em (35b) regista-se o modo de realização da vogal de ligação nas estruturas coordenadas.

Note-se que o facto de a vogal de ligação não ser elevada não pode ser interpretado como o resultado de uma ordenação entre a sua introdução na estrutura e a aplicação das regras de acentuação e elevação das vogais átonas. A vogal de ligação tem de estar presente no momento em que estas formas são acentuadas, já que ela pode receber o acento de palavra. Assim, contrariamente a Scalise (1984), não considero que a vogal de ligação seja introduzida por uma regra de reajustamento, mas sim pelo próprio processo de composição morfológica. A resistência ao processo de elevação das vogais átonas é, aliás, perfeitamente compatível com o seu estatuto de delimitador de fronteiras morfológicas, e pode ser interpretada como uma propriedade idiossincrática do segmento que ocupa essa posição na estrutura deste tipo de compostos.

A segunda questão relativa à vogal de ligação diz respeito à sua relação estrutural com os constituintes à sua esquerda e à sua direita. De um modo geral, a vogal aparece ligada ao constituinte da esquerda, mas, como já referi, ela é uma propriedade da estrutura e não da unidade lexical. Sabendo-se que a vogal de ligação marca o final do constituinte à sua esquerda, e que a sua realização é determinada pela estrutura (modificação vs coordenação) e pelas propriedades do constituinte à sua direita, sugiro que a vogal de ligação ocupe a posição de especificador do constituinte à sua esquerda.

(38) RADICAL COMPOSTO
 3
 RAD+VL RAD
 3
 RAD VL

Cabe, por último, referir que a presença da vogal de ligação é obrigatória nos compostos morfológicos do Português²⁴², e provavelmente também o é nas restantes línguas românicas. A situação é, porém, distinta em línguas como o Alemão, onde pode ou não haver elementos de ligação vocálicos ou consonânticos (cf. Becker 1992), ou o Inglês, onde só aparece um elemento de ligação nos chamados compostos neo-clássicos. Com efeito, se é possível admitir que a vogal de ligação que ocorre nos compostos morfológicos das línguas românicas e nos compostos neo-clássicos do Inglês (cf. Spencer 1991: 320) é um vestígio dos processos de composição morfológica do Grego Antigo e do Latim, deve também aceitar-se que, apesar de a sua presença ser obrigatória, a função original está perdida. Consequentemente, poder-se-ia esperar que a própria vogal de ligação desaparecesse na formação de novos compostos.

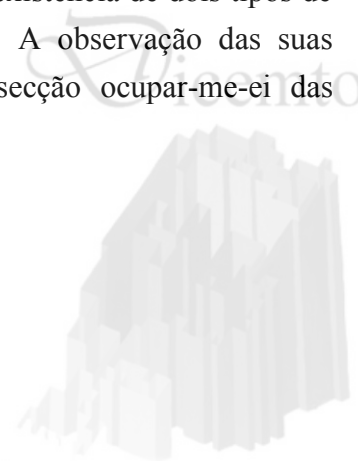
Seguidamente, procurarei justificar esse desaparecimento da vogal de ligação em Inglês, face à sua manutenção nas línguas românicas.

Duas ordens de razões parecem ter contribuído para esta diferenciação entre as línguas românicas e o Inglês. Por um lado, os radicais das línguas românicas mantêm, tal como em Grego Antigo e em Latim, formas distintas para o radical, o tema e a palavra, enquanto que em Inglês essas três formas são geralmente idênticas. Por outro lado, o Inglês marca prosodicamente o penúltimo constituinte dos compostos morfológicos, estratégia que não está disponível nas línguas românicas²⁴³.

Assim, em Inglês, é possível formar compostos morfológicos por adjunção de um radical (formalmente idêntico a uma palavra) que atrai o acento de palavra, à esquerda do núcleo (cf. *bláckbird* 'melro' vs *blàck bírd* 'pássaro preto'). Nas línguas românicas, é necessário que esse radical seja seguido de uma vogal que marca a fronteira e viabiliza a sequência fonética (cf. *vitr-o-cerâmica*, *flor-i-cultura*). Sabendo-se que há duas vogais de ligação disponíveis (-o- e -i-), que a escolha depende de um traço idiossincrático do constituinte da direita, e que, em muitos casos, não há motivação independente para que os falantes aprendam o valor desse traço (relacionado com a etimologia do radical), ou que esse traço ([± lat]) é claramente inadequado (no caso de formas vernáculas, ou de empréstimos estranhos ao Grego Antigo e ao Latim), não é surpreendente que este processo de composição não seja particularmente produtivo nas línguas românicas. O maior índice de produtividade dos compostos morfológicos coordenados reforça a hipótese que aqui apresento, dado que neste caso a vogal de ligação é sempre -o-.

6.1.3. ESTRUTURAS DE MODIFICAÇÃO

Nas subsecções anteriores referi que a relação entre a afixação e a composição morfológica (cf. 6.1.1.), e a realização da vogal temática (cf. 6.1.2.), indiciam a existência de dois tipos de estruturas: modificação, por um lado, e coordenação, por outro. A observação das suas propriedades estruturais confirma a distinção. Na presente subsecção ocupar-me-ei das primeiras, exemplificadas pelas seguintes formas:



- (39) a. *biblioteca* _N
macro-economia _N
micro-neuro-cirurgia _N
- b. *lusu-descendente* [+N]
vaso-dilatação _N
termo-vasodilatador [+N]

Todas as formas compostas registadas em (39) têm uma estrutura binária e núcleo à direita. Com efeito, as paráfrases atribuíveis a essas formas, e em particular às formas compostas por mais de dois constituintes, mostram que estes compostos são interpretáveis como hipónimos do constituinte da direita, o que, de acordo com a Condição ISA (cf. Allen 1978), o identifica como núcleo:

- (40) a. *micro-neuro-cirurgia* é um tipo de neuro-cirurgia, que é um tipo de cirurgia
b. *termo-vasodilatador* é um tipo de vasodilatador, que é um tipo de dilatador

Note-se que o facto de o radical da direita ser o núcleo do composto não implica que seja o núcleo da palavra que o integra. Como referi em 6.1.1., os compostos morfológicos podem concatenar radicais derivados (cf. 16a, 16c), mas também podem ser seleccionados por processos derivacionais (cf. 16b, 16d). Neste último caso, o radical da direita é o núcleo do composto, mas o núcleo da palavra é o sufixo. Qualquer que seja a hipótese adoptada quanto à relação entre este tipo de composição e a sufixação, os compostos referidos em (40) têm uma estrutura recursivamente binária e núcleo à direita:



Nos restantes casos, ou seja, nos casos em que o núcleo pertence a uma categoria [+V] (tipicamente um verbo), o não-núcleo pode corresponder a um complemento oblíquo (cf. *videogravador*) ou a um argumento interno de um núcleo, directo (cf. *vasodilatador*) ou preposicionado (cf. *tóxico-dependente*). No primeiro caso, ou seja, quando o não-núcleo corresponde a um complemento oblíquo, e que, como já referi, é o único caso em que é possível formar verbos compostos (cf. *videogravar*, *teledifundir*), pode admitir-se que, tal como no caso anterior, se trate de estruturas de modificação formadas por adjunção à esquerda. Quando o não-núcleo corresponde a um argumento interno (cf. 41a), a estrutura dos compostos morfológicos pode ser considerada como uma estrutura de complementação (note-se que a ordem dos constituintes - complemento-núcleo - é aquela que sugeri no capítulo 5).

Esta opção favorece a hipótese que defendi em 6.1.1., quanto à relação entre este tipo de compostos e a sufixação, mas também tem consequências indesejáveis. A principal objecção é motivada pelo facto de a categoria sintáctica e morfológica do nó que domina o composto ser igual à do seu núcleo:

(42)

			RV
		2	
	RN		RV
2			g
RN	VL		g
g	g	g	
<i>vas</i>	<i>o</i>	<i>dilat</i>	

Por outro lado, estes radicais compostos só ocorrem em formas que não seleccionam qualquer argumento interno (cf. **vaso-dilatar* vs *vaso-dilatador*, *vaso-dilatação*). Pode, pois, admitir-se que o não-núcleo é um argumento interno da forma derivante do núcleo, e, consequentemente, um complemento oblíquo do núcleo (cf. 41b). Nesta hipótese, a estrutura do composto é uma estrutura de modificação, gerada por adjunção, o que permite explicar a identidade categorial entre o radical composto e o seu núcleo.

Em suma, como hipótese de trabalho, admitirei que todos os compostos morfológicos de núcleo à direita são estruturas de modificação geradas por adjunção.



6.1.4. ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO

O segundo tipo de compostos morfológicos pode, tal como o anterior, envolver a concatenação de dois (cf. 43a) ou mais (cf. 43b) constituintes:

- (43) a. *económico-geográfico* ADJ
lusó-brasileiro ADJ
- b. *afro-lusó-brasileiro* ADJ
sócio-político-cultural ADJ

Há, no entanto, propriedades que lhe são específicas. A primeira diz respeito ao facto de todos os compostos deste tipo serem adjectivos ou [+N], e de os seus constituintes serem, obrigatória e respectivamente, radicais adjectivais ou [+N], ou interpretáveis como tal. Com efeito, numa forma como *afro-brasileiro*, o primeiro constituinte²⁴⁴ pode ser substituído pelo radical correspondente ao adjectivo (cf. *africano-brasileiro*), mas não pelo radical correspondente ao nome (cf. *áfrico-brasileiro*). Esta propriedade permite identificar este tipo de compostos morfológicos como estruturas de coordenação²⁴⁵. A segunda propriedade é a de que a condição ISA não permite identificar um dos constituintes como núcleo:

- (44) a. **económico-geográfico* é um tipo de económico
 **económico-geográfico* é um tipo de geográfico
- b. **lusó-brasileiro* é um tipo de lusó
 **lusó-brasileiro* é um tipo de brasileiro

A paráfrase deste tipo de compostos revela uma enumeração cumulativa (cf. 45a) ou a enumeração dos termos de uma relação simétrica (cf. 45b):

- (45) a. *cidadãos lusó-brasileiros*
 'cidadãos que são cumulativamente portugueses e brasileiros'
- b. *acordo lusó-brasileiro*
 'acordo entre portugueses e brasileiros'



Assim, relativamente aos compostos que referem enumerações cumulativas, se as duas aplicações da condição ISA, referidas em (44b), forem conjugadas, a interpretação obtida é aceitável, e pode concluir-se que todos os constituintes destes compostos são núcleo:

- (46) (cidadão) *luso-brasileiro* é um tipo de (cidadão) luso e cumulativamente um tipo de (cidadão) brasileiro

Quanto às estruturas que referem uma enumeração dos termos de uma relação simétrica, a interpretação desejada é obtida se se conjugar a aplicação da condição ISA ao seu inverso:

- (47) (acordo) *luso-brasileiro* é (um acordo) entre lusos e brasileiros e entre brasileiros e lusos.

Pode, assim, admitir-se que, tal como no caso anterior, todos os constituintes destes compostos são núcleo²⁴⁶. Consequentemente, deve igualmente admitir-se que todos são, simultaneamente, não-núcleo. Com efeito, a expressão *cidadão luso-brasileiro* pode ser desdobrada do seguinte modo:

- (48) cidadão **português** [que é cidadão **brasileiro**]
e, cumulativamente,
cidadão **brasileiro** [que é cidadão **português**]

Nesta paráfrase, tanto *português* como *brasileiro* ocorrem como núcleo de uma adjunção realizada por uma oração relativa, mas também integram o modificador adjunto. Consequentemente, não faz sentido identificar os constituintes como núcleos ou não-núcleos. Por outro lado, a relação estrutural relevante entre os constituintes dos compostos coordenados é a relação de precedência. Com efeito, em alguns casos a enumeração é condicionada por nexos lógicos que determinam a linearização (cf. *infanto-juvenil* vs **juveno-infantil*; *antero-posterior* vs **postero-anterior*), mas, hierarquicamente, estão ao mesmo nível, mantendo idênticas relações de dominância. Assim, considerarei que os compostos morfológicos coordenados são gerados por um processo de conjunção, ou adjunção simétrica, que consiste na justaposição dos termos coordenados, dominados por um único nó. Consequentemente, e esta é a terceira propriedade que distingue os compostos coordenados dos anteriores, pode admitir-se que a sua estrutura não seja obrigatoriamente binária. Assim, um composto coordenado como *sócio-político-cultural* poderá ter a seguinte representação:

(49)

				ADJ		
				4		
				TADJ		FM
				5		g
				RADJ		IT
						g
qgp						g
RADJ=TC1		RADJ=TC2		RADJ=TC3		g
2		2		g		g
RADJ	VL	RADJ	VL	g	g	g
g	g	g	g	g	g	g
<i>sóci</i>	<i>o</i>	<i>polític</i>	<i>o</i>	<i>cultural</i>	Ø	[-plu]

Note-se, por último, que estes compostos coordenados podem ocorrer como modificadores adjuntos em estruturas de modificação, como em *horto-fruti-cultural*. Como já referi, a ocorrência de *-o-* entre os dois constituintes coordenados (cf. *hortofrut-*), face à ocorrência de *-i-* em *horticultura* (onde *hort* é um modificador de *cultura*), constitui um argumento formal em defesa da distinção entre estruturas de coordenação e estruturas de modificação:

(50)

				N		
				5		
				TN		FM
				5		g
				RN		IT
						g
5						g
RN=MOD		RN=NÚCLEO				g
3		g				g
RN=TC1		RN=TC2				g
2		2				g
RN	VL	RN	VL	g	g	g
g	g	g	g	g	g	g
<i>hort</i>	<i>o</i>	<i>frut</i>	<i>i</i>	<i>cultur</i>	<i>a</i>	[-plu]

6.1.5. RESUMO

De acordo com o que acabo de expor, a composição morfológica constitui um processo de formação de palavras que procede à concatenação de radicais por intermédio de uma vogal de ligação, podendo dar origem a uma estrutura de modificação, por adjunção à esquerda, ou a uma estrutura coordenada, por conjunção (adjunção simétrica). As estruturas de modificação são binárias e têm núcleo à direita. Neste tipo de estruturas, a realização da vogal de ligação é

condicionada pelo constituinte da direita: *-i-* precede os radicais neo-clássicos de origem latina, *-o-* precede os restantes.

Quanto aos compostos coordenados, é possível admitir que todos os seus constituintes são dominados pelo mesmo nó, sendo os termos coordenados identificados pelas relações de precedência que estabelecem entre si. Todos os radicais pertencem à mesma categoria sintáctica, que é aliás idêntica à do composto. Por último, nestas estruturas, a vogal de ligação é invariavelmente *-o-*.

6.2. COMPOSIÇÃO SINTÁCTICA

Tal como os compostos morfológicos, os compostos sintácticos são estruturas formadas por um mínimo de duas variáveis, mas, contrariamente aos primeiros, neste tipo de compostos as variáveis são palavras que integram expressões sintácticas. A adopção desta hipótese de descrição, que já antes apresentei (cf. Villalva 1992) e aqui retomo em 6.2.1., permite, por exemplo, sistematizar a flexão destas unidades. Assim, considerarei os seguintes tipos de estruturas:

- (51) a. $[N_{\text{núcleo}} N]_N$ ex. *governo-sombra*
- b. $[ADJ_{TC1} ADJ_{TC2}]_{ADJ}$ ex. *surdo-mudo*
 $[N_{TC1} N_{TC2}]_N$ ex. *saia-casaco*
- c. $[V_{\text{Compl}}]_N$ ex. *porta-voz*
 $[V_{TC1} V_{TC2}]_V$ ex. *vaivém*

Na subsecção seguinte (cf. 6.2.2.), procurarei demonstrar que, apesar de terem uma estrutura sintáctica, este tipo de compostos ocorre em posições X^0 . Por outro lado, defenderei que essa estrutura sintáctica pode ser sintáctica e morfológicamente opaca²⁴⁷ ou transparente, e que esse diferente estatuto condiciona o seu comportamento. Por último, em 6.2.3., discutirei o processo de formação destas estruturas, concluindo que os compostos sintácticos são gerados por reanálise (cf. Di Sciullo e Williams 1987), nos casos em que a categoria do núcleo sintáctico é distinta da categoria do composto (cf. 51d), e por adjunção de X^0 a X^0 quando a

categoria do núcleo sintáctico é idêntica à do composto (cf. *governo-sombra*, *surdo-mudo*, *saia-casaco*). Neste quadro, formas como *ministro da educação*, *curto-circuito* e *fita magnética* não serão considerados compostos, mas expressões sintácticas lexicalizadas.

6.2.1. BASE = EXPRESSÃO SINTÁCTICA

A análise dos compostos sintácticos como palavras geradas a partir de expressões sintácticas é essencialmente motivada por duas constatações, relacionadas (i) com a ordem dos seus constituintes e (ii) com o modo como flexionam e como realizam contrastes de género. Relativamente à ordem de constituintes, considerem-se os seguintes exemplos:

- (52) a. *bomba-relógio*
peixe-espada
- b. *guarda-jóias*
papa-jantares

No primeiro caso (cf. 52a), é possível identificar um núcleo à esquerda (respectivamente *bomba*, *peixe*) e um modificador à direita (respectivamente, *relógio*, *espada*). Poder-se-ia admitir que se trata de estruturas morfológicas formadas por adjunção à direita, tal como as estruturas de sufixação avaliativa (cf. capítulo 5). No entanto, o modificador não é, neste caso, um sufixo, mas sim uma variável lexical. A distinção é relevante porque, sendo o sufixo uma constante registada no léxico como um modificador, a sua presença na estrutura não pode gerar ambiguidade: um sufixo avaliativo nunca pode ser núcleo da estrutura que o integra. Os constituintes dos compostos, pelo contrário, são variáveis. O léxico regista as suas propriedades idiossincráticas, mas não pode registar a sua função estrutural. Note-se, por exemplo, que *bomba* é o núcleo de um composto como *bomba-relógio*, mas é modificador em *notícia-bomba*. Nestes casos, a função é determinada pela posição que o constituinte ocupa na estrutura.

Assim, os exemplos referidos em (52a) devem ser confrontados com exemplos semelhantes no domínio da composição morfológica (cf. *nitroglicerina*, *ictiossauro*). Ora, como referi na secção anterior, a ordem dos constituintes nas estruturas de modificação dos compostos morfológicos é modificador-núcleo, e nunca a inversa. Pode, pois, concluir-se que a ordem de

constituintes nos compostos registados em (52a) não respeita aquela que caracteriza as estruturas morfológicas.

Quanto aos exemplos registados em (52b), trata-se de formas em que o constituinte da direita é um complemento do núcleo à sua esquerda. Como referi no capítulo 5, a ordem núcleo-complemento é totalmente estranha às estruturas morfológicas: por um lado, os sufixos derivacionais, que subcategorizam um complemento, ocorrem em posição final; por outro, em formas como *tóxico-dependência*, cujo primeiro constituinte é um argumento da forma de base do segundo (cf. 6.1.3.), a ordem é complemento-núcleo; por último, e ainda que não integrem um complemento mas sim um modificador, nos compostos morfológicos semanticamente equivalentes a *guarda-jóias* (cf. *biblioteca*) e *papa-jantares* (cf. *herbívoro*), o núcleo ocupa a posição final. Deve, assim, concluir-se que a ordem de constituintes dos compostos sintáticos não respeita a ordem de constituintes das estruturas morfológicas.

Em alternativa, defenderei que a ordem dos constituintes dos compostos sintáticos é compatível com a ordem de constituintes das estruturas sintáticas, ou seja, o núcleo precede o complemento, e pode preceder ou ser precedido por um modificador, como se verifica nas frases que se registam em (53).

- (53) a. *As **bombas** que contêm um **relógio** electrónico foram recebidas ontem.*
*Os **peixes** que têm a forma de uma **espada** são pescados à noite.*
- b. *Nesta caixa, a Joana só **guarda** as **jóias** de ouro.*
*A osga **papa** as **formigas** todas.*

Se a ordem de constituintes dos compostos sintáticos respeita a linearização das estruturas sintáticas, então é possível aceitar que os compostos sintáticos têm uma estrutura sintáctica.

A segunda constatação diz respeito ao modo de realização da flexão e dos contrastes de género. De um modo geral, a descrição da flexão dos compostos apresentada nas gramáticas procura encontrar regularidades semânticas ou invariantes categoriais que possibilitem explicar a sua aparente complexidade, mas os resultados não são satisfatórios. Ainda que as suas descrições não sejam sempre concordantes, pode afirmar-se que Nunes (1919, 1975: 232-234), Vázquez Cuesta e Luz (1971, 1980: 376-378) ou Cunha e Cintra (1984, 1991: 187-189), por exemplo, recorrem a uma conjugação de critérios gráficos, como a presença ou ausência de hífen, com uma tipologia baseada na identificação da categoria sintáctica dos elementos constituintes dos

compostos (cf. nota 9) para procurar uma sistematização da formação do plural. Assim, segundo estes autores, as palavras compostas que se escrevem sem hífen e aquelas em que se perde «a noção da sua composição», ou fazem «um todo único e simples», flexionam à direita, como os «substantivos simples» (exs. *aguardentes*, *grão-duques*, *salvo-condutos*, *varapaus*). Nos restantes casos, a flexão pode afectar apenas o constituinte da direita, quando o primeiro elemento é um verbo ou uma palavra invariável (exs. *guarda-chuvas*, *vice-almirantes*, *abaixo-assinados*); o constituinte da esquerda, se o composto é formado por dois nomes ligados pela preposição *de*, que pode ou não estar presente, ou se o segundo constituinte é um verbo (ex. *estrelas-do-mar*, *cobras-coral*, *cobras-cascavel*, *quaisquer*)²⁴⁸; ou todos os constituintes, quando o composto é exclusivamente formado por adjectivos ou nomes (exs. *francos-atiradores*, *baixos-relevos*²⁴⁹, *rainhas-cláudias*, *couves-flores*). O resultado da aplicação destes critérios nem sempre é o desejado. Note-se que uma forma como *palavra-chave* é constituída por dois nomes que não estão ligados pela preposição *de* (cf. **palavra (de) chave*), mas, contrariamente ao que os critérios enunciados fazem prever, apenas o primeiro constituinte flexiona (cf. *palavras-chave* vs **palavras-chaves*).

Em Villalva (1992), apresentei uma descrição da flexão dos compostos que faz apelo à existência de uma estrutura sintáctica subjacente, e que distingue formas lexicalizadas de formas não-lexicalizadas. O desenvolvimento dessa descrição, que passo a apresentar, procura demonstrar que o género e a flexão dos compostos têm um comportamento sistemático e previsível a partir da identificação da sua estrutura sintáctica. Considerem-se, então, as seguintes formas, que exemplificam os compostos do tipo [N núcleo N] (cf. 54a), [ADJ TC1 ADJ TC2] (cf. 54b) e [N TC1 N TC2] (cf. 54c):

- (54) a. *governo-sombra* *governos-sombra* **governo(s)-sombbras*
 b. *surdo-mudo* *surdos-mudos* **surdos-mudo* **surdo-mudos*
 c. *saia-casaco* *saias-casacos* **saias-casaco* **saia-casacos*

Nas formas referidas em (54a), o núcleo é modificado por um adjunto nominal que não é susceptível de concordância, tal como nas expressões sintácticas correlatas (cf. 53a). Consequentemente, o núcleo é o único constituinte que flexiona (cf. 55a). Nos exemplos seguintes (cf. 54b e 54c), os vários constituintes pertencem à mesma categoria sintáctica e são termos de uma estrutura coordenada. O paralelo entre a flexão destes compostos e a das estruturas sintácticas é evidente quando se trata de uma coordenação adjectival: todos os constituintes têm o mesmo valor de número, dado que todos concordam com o mesmo

antecedente (cf. 55b e 55b'). Quando se trata de uma coordenação de formas nominais, o paralelo entre compostos e estruturas sintáticas é mais subtil. Com efeito, nada impede a coordenação sintática de nomes no singular e no plural (cf. *comprei um livro e vários discos*), mas esta não é a construção sintática que pode ser relacionada com a estrutura de nomes compostos coordenados. Estes compostos referem uma unidade complexa (um *saia-casaco* é uma unidade formada pelo conjunto *saia* e *casaco*), o que, na sintaxe, pode ser dado, por exemplo, pela coordenação de dois nomes entre os quais se estabelece uma relação de posse. A manutenção desta relação no plural exige que ambos os nomes tenham esse valor de número. A flexão do composto e a deste tipo de expressões sintáticas é, pois, equivalente (cf. 55c e 55c').

- (55) a. [[*governo*] Núcleo=[-plu] [*sombra*] ModNom] [-plu]
 [[*governos*] Núcleo=[+plu] [*sombra*] ModNom] [+plu]
- b. [[*surdo*] Núcleo/Mod=[-plu] [*mudo*] Núcleo/Mod=[-plu]] [-plu]
 [[*surdos*] Núcleo/Mod=[+plu] [*mudos*] Núcleo/Mod=[+plu]] [+plu]
- b'. *Este rapaz é surdo e mudo.*
Estes rapazes são surdos e mudos.
- c. [[*saia*] Núcleo/Mod=[-plu] [*casaco*] Núcleo/Mod=[-plu]] [-plu]
 [[*saias*] Núcleo/Mod=[+plu] [*casacos*] Núcleo/Mod=[+plu]] [+plu]
- c'. *Aqui está a saia e o seu respectivo casaco.*
Aqui estão as saias e os seus respectivos casacos.

Pode, então, concluir-se que a realização da flexão destes compostos é idêntica à das expressões sintáticas equivalentes: o valor de número das estruturas de modificação (ie. [N núcleo N]) é determinado pelo valor associado ao núcleo da expressão sintática; nas estruturas coordenadas ([ADJ TC1 ADJ TC2] e [N TC1 N TC2]) é idêntico ao valor de número de todos os seus constituintes. A descrição da flexão reforça, pois, a hipótese de que estes compostos têm uma estrutura sintática.

Quanto ao género dos compostos [N núcleo N], constata-se que ele é também determinado pelo núcleo da expressão sintática e que, no interior do composto, as relações de concordância são idênticas às das expressões sintáticas equivalentes (cf. 53a e 56a). Assim, e previsivelmente,

a realização de contrastes de género pelo modificador não interfere na determinação do género do composto (cf. 56b).

- (56) a. [[*homem*] Núcleo=[-fem] *morcego*] [-fem]
 [[*mulher*] Núcleo=[+fem] *morcego*] [+fem]
- b. [[*crocodilo*] Núcleo=[-fem] *macho*] [-fem]
 [[*crocodilo*] Núcleo=[-fem] *fêmea*] [-fem]
 [[*águia*] Núcleo=[+fem] *macho*] [+fem]
 [[*águia*] Núcleo=[+fem] *fêmea*] [+fem]

Quanto ao género dos compostos coordenados, constata-se que ele é idêntico ao dos seus constituintes, quando se trata de uma coordenação de adjetivos ou nomes_[+animado], ou seja, quando integram formas que têm obrigatoriamente o mesmo valor de género (cf. 57a e 57b). Na coordenação de nomes_[-animado], os compostos formados por nomes com idêntico valor de género herdam esse valor, mas os restantes são obrigatoriamente masculinos (cf. 57c):



- (57) a. [[*surdo*] TC1[-fem] [*mudo*] TC2[-fem]] [-fem]
 [[*surda*] TC1[+fem] [*muda*] TC2[+fem]] [+fem]
- a'. *Este rapaz é surdo e mudo.*
Esta rapariga é surda e muda.
- b. [[*autor*] TC1[-fem] [*compositor*] TC2[-fem]] [-fem]
 [[*autora*] TC1[+fem] [*compositora*] TC2[+fem]] [+fem]
- b'. *Este homem é autor e compositor.*
Esta mulher é autora e compositora.
- b''. *Este é o conjunto de autores e compositores.*
- c. [[*batedeira*] TC1[+fem] [*picadora*] TC2[+fem]] [+fem]
 [[*rádio*] TC1[-fem] [*gravador*] TC2[-fem]] [-fem]
 [[*saia*] TC1[+fem] [*casaco*] TC2[-fem]] [-fem]
 [[*bar*] TC1[-fem] [*discoteca*] TC2[+fem]] [-fem]
- c'. *A bateadeira e a picadora estão desligadas.*
O rádio e o gravador estão desligados.
A saia e o casaco estão prontos.
O bar e a discoteca estão fechados.

A identidade do valor de género é também obrigatória na coordenação sintáctica de projecções adjectivais (cf. 57a'), dado que é determinado por um único antecedente. Quanto ao valor de género de projecções nominais coordenadas, constata-se que, tal como nos compostos que coordenam nomes [+animado], ele é comum a todos os termos que referem entidades animadas (cf. 57b'), ainda que essa entidade possa ser constituída por elementos de sexo masculino e feminino. Neste caso, como é sabido, o valor de género é masculino, dado que se trata do valor não-marcado (cf. 57b''). Nos restantes casos, ou seja, quando os termos coordenados referem entidades inanimadas, o seu valor de género, tal como o dos compostos equivalentes, pode ser idêntico ou distinto (cf. 57c). Nas configurações em que a coordenação nominal desencadeia concordância, por exemplo, num predicador adjectival, o seu valor de género é idêntico ao dos termos coordenados, se são ambos femininos ou masculinos, e é masculino se esse valor for distinto (cf. 57c').

Em suma, tal como o número (cf. 55), o género (cf. 56 e 57) das estruturas de modificação (cf. [N_{núcleo} N]) e coordenação (cf. [ADJ_{TC1} ADJ_{TC2}] e [N_{TC1} N_{TC2}]) é determinado pela sua estrutura sintáctica, e a sua realização nestas construções não é distinta da que se manifesta nas expressões sintácticas. Há, no entanto, compostos sintácticos que não se comportam deste modo. É o que se verifica nos seguintes casos, que exemplificam as estruturas [V Compl] (cf. 58a) e [V_{TC1} V_{TC2}] (cf. 58b):

- (58) a. *picapau* *picapaus*
 espirra-canivetes *espirra-canivetes*
- b. *vaivém* *vaivéns*

Estes compostos são formados pela nominalização de uma expressão sintáctica constituída por um núcleo verbal (cf. *pica*, *espirra*) e pelo seu objecto directo (cf. *pau*, *canivetes*), ou por duas formas verbais coordenadas (*vai*, *vem*). Nestes casos, a flexão não afecta nenhum dos constituintes independentemente. Por um lado, o núcleo verbal não pode flexionar nas suas categorias próprias (cf. **picava-pau*, **irá-virá*; **picam-pau*, **vão-vêm*). Por outro, se a flexão afectar apenas o complemento, o valor de número do composto não é alterado (cf. *um porta-bagagem* / *um porta-bagagens*). Consequentemente, a flexão tem escopo sobre todo o composto pela posição estrutural que ocupa:

- (59) a. [[*pica*] [*pau*] [-plu]] [-plu]
 [[[*pica*] [*pau*] [-plu]] [*s*] [+plu]] [+plu]
- b. [[*espirra*] [*canivetes*] [+plu]] [-plu]
 [[[*espirra*] [*canivetes*] [+plu]] [*s*] [+plu]] [+plu]
- c. [[*vai*] [*vem*]] [-plu]
 [[[*vai*] [*vem*]] [*s*] [+plu]] [+plu]

Quanto ao género, também se verifica que o seu valor não é determinado por nenhum dos constituintes. Com efeito, as formas verbais não dispõem de informação sobre essa categoria, e os complementos não ocupam uma posição estrutural que permita percolá-la (cf. 60a). Assim, os compostos deste tipo que não referem entidades animadas são masculinos (cf. 60a); nos restantes, o valor de género só é visível quando desencadeia concordância (cf. 60b).

- (60) a. [[*pica*] [*pau*] _[-fem]]_[-fem]
 [[*conta*] [*gotas*] _[+fem]]_[-fem]
 *[[*conta*] [*gotas*] _[+fem]]_[+fem]
- b. *Este rapaz é um espirra-canivetes.*
Esta rapariga é uma espirra-canivetes.

Contrariamente ao que se verificava nos casos anteriores (cf. 54), nos compostos [V Compl] e [V_{TC1} V_{TC2}] (cf. 58), o número e o género não são determinados pela estrutura sintáctica. Esta situação é resultante do facto de a flexão determinada pela estrutura sintáctica ser uma flexão em tempo-modo-aspecto e pessoa-número, incompatível com a flexão do composto, que é um nome. Trata-se, pois, de uma situação de incompatibilidade entre as categorias morfo-sintácticas do núcleo da expressão sintáctica (verbo) e as que estão associadas ao nó que domina o composto (nome), que suspende a flexão da estrutura sintáctica, mas não suprime essa estrutura, dado que a ordem de constituintes (núcleo-complemento) - incompatível com a das estruturas morfológicas - não é alterada. O contraste entre este tipo de compostos sintácticos (cf. [V Compl] e [V_{TC1} V_{TC2}]) e os anteriormente referidos (cf. [N_{núcleo} N], [ADJ_{TC1} ADJ_{TC2}] e [N_{TC1} N_{TC2}]), quanto à realização do género e da flexão, deverá ser relacionada com o facto de não haver coincidência entre a categoria sintáctica do núcleo da expressão sintáctica e a do composto, no primeiro caso, mas haver, no segundo. Consequentemente, é necessário identificar a estrutura sintáctica deste tipo de compostos para poder obter a suspensão da flexão sintáctica, a activação da flexão morfológica e a atribuição de um valor de género (cf. 6.2.2.). Em 6.2.3. defenderei que o contraste entre os compostos cuja categoria é idêntica à do núcleo sintáctico ([N_{núcleo} N]), ou à de todos os seus constituintes ([ADJ_{TC1} ADJ_{TC2}] e [N_{TC1} N_{TC2}]), e aqueles em que essa categoria é distinta da do núcleo sintáctico ([V Compl] e [V_{TC1} V_{TC2}]) é consequência da intervenção de dois diferentes processos de composição sintáctica (reanálise vs adjunção de X⁰ a X⁰). Deve, assim, concluir-se que todos os compostos sintácticos têm uma estrutura sintáctica.

Convém, por último, notar que algumas das formas pertencentes às categorias acima referidas não se comportam do modo que acabo de descrever. Considerem-se os seguintes exemplos:



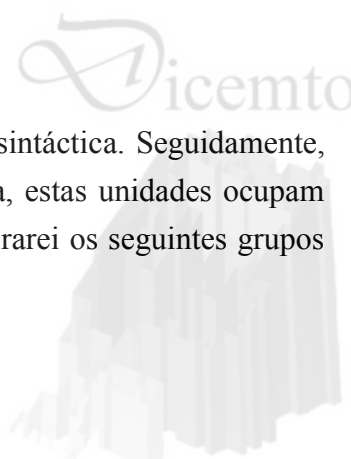
- (61) *madrepérola*
social-democrata
artimanha
corrimão

Com efeito, trata-se de compostos lexicalizados (cf. *madrepérola*) ou em curso de lexicalização (cf. *social-democrata*). De um modo geral, o efeito da lexicalização sobre os contrastes de género e sobre a realização da flexão consiste na adopção dos modelos que operam sobre as palavras simples, por perda da estrutura sintáctica. Assim, o plural de *madrepérola* é *madrepérolas* e não **madrespérola*, como seria de esperar dada a sua estrutura interna (cf. 55a).

O comportamento dos compostos durante os processos de lexicalização não é, no entanto, estritamente sistemático. Note-se, por exemplo, que a flexão de compostos como *social-democrata* admite a coexistência de diferentes formas no Português Europeu Contemporâneo: *sociais-democratas* é a forma que reconhece a estrutura sintáctica; *social-democratas* corresponde à flexão da forma lexicalizada. O mesmo se verifica com o plural de *corrimão*, ainda que neste caso a coexistência de formas (cf. *corrimãos*, *corrimões*) se deva ao facto de o constituinte da direita (*mão*) não poder determinar a flexão do composto, ainda que a condicione foneticamente. Também é possível que, em alguns casos, a lexicalização procure converter compostos sintácticos em compostos morfológicos. É o que se verifica em formas como *artimanha* ou *corrimão*: o primeiro constituinte é interpretado como um radical (cf. *art*, *corr*) e a sequência fonética que precede o constituinte da direita é reinterpretada como uma vogal de ligação (-i-)²⁵⁰. A realização do género e da flexão das formas registadas em (57) não pode, pois, condicionar a descrição dos restantes casos. Os compostos sintácticos têm uma estrutura sintáctica, mas, quando são lexicalizados, essa estrutura é eliminada, passando estas formas a ser palavras simples.

6.2.2. COMPOSTOS SINTÁCTICOS = X⁰

Em 6.2.1. defendi que os compostos sintácticos têm uma estrutura sintáctica. Seguidamente, procurarei demonstrar que, apesar de terem uma estrutura sintáctica, estas unidades ocupam posições X⁰, ou seja, são átomos sintácticos. Nesse sentido, considerarei os seguintes grupos de compostos sintácticos:



- (62) a. [V Compl] *abre-latas*
 [V_{TC1} V_{TC2}] *vaivém*
- b. [N_{núcleo} N] *governo-sombra*
 [ADJ_{TC1} ADJ_{TC2}] *surdo-mudo*
 [N_{TC1} N_{TC2}] *saia-casaco*

Como é sabido e já foi demonstrado (cf. Eliseu e Villalva 1991), as sequências exemplificadas em (62a) podem ocorrer como compostos (cf. 63a), mas também podem ocorrer em expressões sintáticas²⁵¹ (cf. 63b):

- (63) a. *Este instrumento é um simples [abre-latas]_{N/*V}max*
*Este veículo é um [vaivém]_{N/*V}max espacial.*
- b. *Este instrumento [abre latas]_{*N/V}max*
*Este veículo [vai e vem]_{*N/V}max*

Nestes casos, a distribuição sintática não permite que a sequência correspondente ao composto possa ser interpretada como uma expressão sintática, ou inversamente. Note-se que se trata dos casos, referidos em 6.2.1., cuja categoria sintática é distinta da do seu núcleo sintático, e cuja flexão (cf. 64a) também é distinta da flexão da expressão sintática (cf. 64b):

- (64) a. *Estes instrumentos são dois simples [abre-latas]_N*
Estes veículos são [vaivéns]_N espaciais.
- b. *Estes instrumentos [abrem latas]_Vmax*
Estes veículos [vão e vêm]_Vmax

A realização da flexão deste tipo de compostos é reveladora de mais do que um contraste entre estas unidades e as expressões sintáticas que integram as mesmas sequências. Com efeito, admitindo que a flexão morfológica se associa a temas para formar palavras, como tenho vindo a defender ao longo deste trabalho, deve concluir-se que o processo de formação destes compostos não converte expressões sintáticas em palavras, mas sim em formas que não incluem o nó Flexão Morfológica, ou seja, tema ou radical. A hipótese que adoptarei é a de que os compostos deste tipo são radicais atemáticos, dado que não é possível identificar um índice temático comum a formas como *abre-latas*, *porta-aviões*, *porta-estandarte*, *pica-pau*, entre outras. Assim, a estrutura que proponho para este tipo de compostos é a seguinte:

(65) a.

		N _[-plu]	
		2	
	TN		FM
	g		g
	RN		g
	g		g
	v _{max}		g
	2		g
V		SN	g
g		g	g
g		N	g
g		g	g
<i>porta</i>	<i>voz</i>		<i>[-plu]</i>

b.

		N _[-plu]	
		2	
	TN		FM
	g		g
	RN		<i>[+plu]</i>
	g		g
	v _{max}		g
	2		g
v _{max}		v _{max}	g
g		g	g
V		V	g
g		g	g
<i>vai</i>	<i>vem</i>	<i>s</i>	

A atribuição desta estrutura aos compostos [V Compl] e [V_{TC1} V_{TC2}] é também motivada pelo seu comportamento face a diversos processos morfológicos e sintáticos. Com efeito, os constituintes do composto não podem ser independentemente modificados (sintática ou morfológicamente), pronominalizados ou movidos (cf. 66a), mas a estrutura composta, globalmente, admite todas essas possibilidades (cf. 66b). Note-se que a sufixação avaliativa só gera uma estrutura bem-formada quando interpreta o composto como uma palavra, ou seja, quando associa um sufixo Z-avaliativo que concorda em género e número com a forma de base:



- (66) a. *Este instrumento é um simples *[abre [latinhas]]_N*²⁵²
*Este instrumento é um simples *[abre [pequenas latas]]_N*
*Este instrumento é um simples *[nunca abre latas]_N*
*Este veículo é um *[vai não vem]_N espacial.*
*Este instrumento é um simples *[abre-as]_N*
*Este instrumento é um simples *[[latas]_i [abre [v]_i]_N*
- b. *abre-latazinho*
pequeno abre-latas
Passa-me o [abre-latas]_i, mas o [v]_i eléctrico.

Previsivelmente, as restrições acima referidas não afectam os constituintes das expressões sintácticas correspondentes:

- (67) *Este instrumento abre latinhas (pequenas).*
Este instrumento nunca abre latas.
Este veículo vai, mas não vem.
Este instrumento abre-as.
Este instrumento, latas abre, mas frascos não.

Pode, assim, concluir-se que as sequências registadas em (62a) têm uma estrutura sintáctica, mas, quando ocorrem como compostos (cf. 63a), essa estrutura é morfológica e sintacticamente opaca: a morfologia não pode flexionar o núcleo da expressão sintáctica, nem pode modificar os seus constituintes, e a sintaxe não pode afectar uma estrutura dominada por uma categoria lexical. Consequentemente, os compostos [V Compl] e [V_{TC1} V_{TC2}] ocupam posições X⁰.

O segundo grupo de exemplos (cf. 62b) também inclui formas que podem ocorrer como compostos (cf. 68a) ou como expressões sintácticas (cf. 68b), mas, contrariamente aos anteriores, a distribuição sintáctica é ambígua:



- (68) a. *O [governo-sombra]_N, que protege os incompetentes, foi nomeado pelo presidente.*
São crianças [surdas-mudas]_{ADJ} e maltratadas.
As minhas filhas precisam de [saias-casacos]_N, camisolas, e sapatos.
- b. *O [governo]_N, [[sombra]_N que protege os incompetentes]_{SN}, foi nomeado pelo presidente.*
São crianças [surdas]_{SADJ}, [mudas]_{SADJ} e maltratadas.
As minhas filhas precisam de [saias]_{SN}, [casacos]_{SN}, camisolas, e sapatos.

Apesar da ambiguidade estrutural, a interpretação das sequências exemplificadas em (62b) como compostos (cf. 68a) é diferente da sua interpretação quando integradas em expressões sintáticas (cf. 68b). Com efeito, relativamente à primeira frase, ainda que *sombra* seja, tanto num caso, como noutra, o núcleo de um adjunto de *governo*, só na expressão sintática pode ser modificado independentemente. Assim, se a sequência precedente for um composto, a oração relativa (cf. *que protege os incompetentes*) não pode ter como antecedente *sombra*. Nos exemplos seguintes, os termos coordenados na expressão sintática não têm necessariamente a interpretação cumulativa que lhes está obrigatoriamente associada enquanto constituintes do composto. Note-se que a frase *são crianças surdas, mudas [...]* pode referir um grupo constituído por algumas crianças surdas, outras mudas, mas a frase *são crianças surdas-mudas [...]* só pode referir crianças que são cumulativamente surdas e mudas. Por outro lado, os constituintes dos compostos que integram a coordenação de adjectivos ou nomes também não podem ser sintacticamente modificados (cf. 69a). Note-se que nas expressões sintáticas correspondentes, os termos coordenados admitem este tipo de modificação (cf. 69b):

- (69) a. *São crianças *[surdas [quase mudas]]_{ADJ} e maltratadas.*
*As minhas filhas precisam de *[saias de ganga] casacos]_N, camisolas e sapatos.*
- b. *São crianças [surdas]_{SADJ}, [quase mudas]_{SADJ} e maltratadas.*
As minhas filhas precisam de [saias de ganga]_{SN}, [casacos]_{SN}, camisolas e sapatos.

Assim, quando a interpretação pretendida não é a que é permitida pela expressão sintática, mas sim a que está associada ao composto, as sequências referidas em (62b), ou seja,

governo-sombra, *surdo-mudo* e *saia-casaco*, ocupam posições X^0 , e a sua estrutura sintáctica é sintacticamente opaca. Note-se, no entanto, que, contrariamente aos compostos registados em (62a), o núcleo sintáctico dos compostos referidos em (62b), que determina o seu valor de género e de número (cf. 70a), pode ser modificado morfológicamente. Nos compostos do tipo $[N_{\text{núcleo}} N]$, a informação associada ao núcleo é transmitida ao nó que o domina, e, consequentemente, tem escopo sobre todo o composto (cf. 70b).

- (70) a. $[[\text{governo}]_{[-\text{fem}, -\text{plu}]} [\text{sombra}]]_{[-\text{fem}, -\text{plu}]}$
 $[[\text{governos}]_{[-\text{fem}, +\text{plu}]} [\text{sombra}]]_{[-\text{fem}, +\text{plu}]}$
 $[[\text{bomba}]_{[+\text{fem}, -\text{plu}]} [\text{relógio}]]_{[+\text{fem}, -\text{plu}]}$
 $[[\text{bombas}]_{[+\text{fem}, +\text{plu}]} [\text{relógio}]]_{[+\text{fem}, +\text{plu}]}$
- b. $[[\text{governozinho}]_{\text{DIM}} [\text{sombra}]]_{\text{DIM}}$
 $[[\text{bombazinha}]_{\text{DIM}} [\text{relógio}]]_{\text{DIM}}$

Nos compostos que integram a coordenação de adjectivos ou nomes, seria esperável que a modificação morfológica realizada por sufixação avaliativa ou Z-avaliativa, à semelhança do que se verifica relativamente à flexão em número (cf. 55c e 55d) e à realização dos contrastes de género (cf. 57a e 57b), operasse sobre todos os constituintes, mas este modo de operação gera formas inaceitáveis, quer se trate de uma coordenação de adjectivos (cf. 71a), quer de nomes (cf. 71b).

- (71) a. **surdinho-mudinho*
**surdozinho-mudozinho*
**surdozinho-mudinho*
**surdinho-mudozinho*
- b. **saiinha-casaquinho*
**saiazinha-casacozinho*
**saiazinho-casacozinho*
**saiazinha-casaquinho*
**saiinha-casacozinho*

Em contrapartida, se apenas um dos constituintes for modificado por um sufixo avaliativo ou Z-avaliativo, é possível obter formas aceitáveis. No entanto, o grau de aceitação e a interpretação destas formas são questões problemáticas. Note-se que a presença de um sufixo

Z-avaliativo associado ao primeiro constituinte (cf. 72a) parece ser menos aceitável do que a presença de um sufixo avaliativo (cf. 72b). E, inversamente, que a presença de um sufixo Z-avaliativo associado ao constituinte da direita (cf. 72c) é melhor do que a presença de um sufixo avaliativo (cf. 72d). Estes contrastes estão certamente relacionados com o escopo dos sufixos.

- (72) a. *?surdozinho-mudo*
 ?saiazinha-casaco
- b. *surdinho-mudo*
 saiinha-casaco
- c. *surdo-mudozinho*
 saia-casacozinho
- d. *?surdo-mudinho*
 ?saia-casaquinho

A hipótese que coloco²⁵³ é a de que os sufixos associados ao primeiro constituinte têm escopo apenas sobre esse constituinte, ou seja, que em *surdinho-mudo*, por exemplo, o diminutivo não afecta o conjunto *surdo+mudo*, mas apenas um dos seus elementos (ie. *surdo*). Note-se que o sufixo Z-avaliativo, que concorda em género e número com a sua forma de base, não pode ser masculino quando associado ao primeiro constituinte (feminino) de um composto masculino (cf. **saiazinho-casaco*). Quanto aos sufixos associados ao segundo constituinte, constata-se que os avaliativos também não têm escopo sobre todo o composto. Assim, em *surdo-mudinho*, o diminutivo afecta apenas *mudo*. Este é um resultado esperável, dado que, como procurarei demonstrar em 6.2.3., o processo de formação destes compostos não gera radicais, mas sim palavras. Consequentemente, estas formas só podem ser modificadas por sufixos Z-avaliativos associados à direita do composto²⁵⁴:



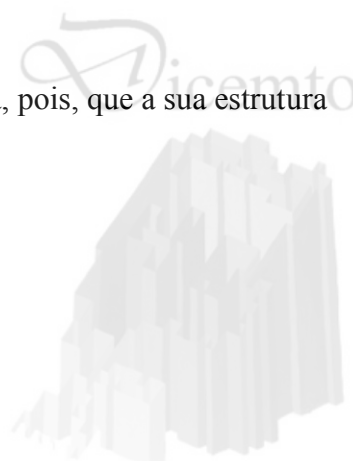
(73)

		N _{DIM}		
	4			
	N _[-plu]		SZA _[-plu]	
	2		2	
	N	N	TSZA	FM
	g	g	2	g
	g	g	RSZA	IT
	g	g	g	g
	<i>saia</i>	<i>casaco</i>	<i>zinh</i>	<i>o</i> [-plu]

Deve, assim, concluir-se que a estrutura sintáctica dos compostos referidos em (62b) é morfologicamente transparente, o que permite, por exemplo, a intervenção da flexão, atribuindo ao núcleo sintáctico a função de núcleo morfológico. Note-se que o comportamento dos compostos sintácticos coordenados é idêntico ao do mesmo tipo de compostos morfológicos: todos os seus constituintes são virtualmente núcleos e modificadores²⁵⁵, pelo que a sua função estrutural não é caracterizável nesses termos. Consequentemente, considerarei que a sua função é a de termos coordenados, à qual está associada informação sobre as relações de precedência que mantêm entre si.

Resta, por último, referir sequências como *ministro da educação*, *fita magnética* ou *curto-circuito*. Tal como com *governo-sombra*, *surdo-mudo* ou *saia-casaco*, a distribuição sintáctica destas sequências é ambígua. Note-se que muitos falantes hesitarão em classificar como compostos as sequências *fita magnética* ou *ministro da educação*. Esta hesitação, que não afecta as formas referidas em (62b), é motivada pelo facto de essas sequências receberem uma mesma interpretação quer ocorram em posições X^0 , quer em posições X^{\max} , excepto se sofrerem um processo de lexicalização semântica, como, por exemplo, *curto-circuito*. Por outras palavras, a hipótese que defendo é a de que estas sequências podem ser interpretadas, indistintamente, como categorias X^0 ou como projecções de X^0 . Assim, as sequências semanticamente composicionais são preferencialmente interpretadas como expressões sintácticas, enquanto que as sequências lexicalizadas só podem ser interpretadas como unidades em posição X^0 .

O comportamento que acabo de atribuir a estas sequências determina, pois, que a sua estrutura sintáctica só seja opaca quando estão lexicalizadas:



- (74) a. *O governo nomeou um novo ministro da educação.*
 [[*Que*]_i *novo ministro* [v]_i]_j *é que o governo nomeou* [v]_j ?
- a'. *O governo nomeou um novo moço de recados.*
 *[[*Que*]_i *novo moço* [v]_i]_j *é que o governo nomeou* [v]_j ?
- b. *Durante a reunião houve um curto intervalo.*
Que tipo de intervalo é que houve durante a reunião ?
- b'. *Durante a reunião houve um curto-circuito.*
 **Que tipo de circuito é que houve durante a reunião ?*

Quanto à visibilidade da estrutura sintáctica deste tipo de formas relativamente aos processos morfológicos, pode constatar-se que é idêntica à dos compostos referidos em (62b). Com efeito, identificado o núcleo sintáctico como núcleo morfológico, é a esse constituinte que compete a determinação do género e do número, e esse é o lugar em que a modificação morfológica pode ter escopo sobre todo a sequência.

- (75) *ministrozinho da educação*
fitinha magnética
curto-circuitozinho

Em suma, apesar de terem uma estrutura sintáctica, os compostos sintácticos ocupam posições X⁰. Os contrastes que se verificam entre os conjuntos de estruturas referidos em (62a) e (62b) mostram, no entanto, que não existe um único processo de formação de compostos sintácticos, dado que o grau de visibilidade da estrutura sintáctica relativamente aos processos sintácticos e morfológicos não é homogéneo. Com efeito, é possível distinguir três tipos de expressões sintácticas em posições X⁰:



(76) a. **[V Compl], [V_{TC1} V_{TC2}]**

A distribuição sintáctica de sequências como *abre-latas* ou *vaivém* distingue a sua ocorrência como compostos da sua ocorrência como expressões sintácticas. Enquanto compostos, têm uma estrutura sintáctica que é morfológica e sintacticamente opaca.

b. **[N_{núcleo} N], [ADJ_{TC1} ADJ_{TC2}], [N_{TC1} N_{TC2}]**

A distribuição sintáctica de sequências como *governo-sombra*, *surdo-mudo* ou *saia-calça* é ambígua, mas a interpretação semântica permite distinguir a ocorrência de expressões sintácticas e de compostos.

Enquanto compostos, têm uma estrutura sintáctica que é sintacticamente opaca, mas morfológicamente transparente.

c. **[N SP], [ADJ N], [N ADJ]**

A distribuição sintáctica e a interpretação de sequências como *fita magnética* ou *ministro da educação*, ou seja, de sequências semanticamente composicionais, é idêntica quer ocorram em posições X^0 , quer ocorram em posições X^{\max} . Nestes casos, a sua estrutura sintáctica é sintáctica e morfológicamente transparente.

Nos restantes casos, ou seja, quando estas sequências são semanticamente lexicalizadas (cf. *curto-circuito*), a distribuição sintáctica é ambígua, mas a interpretação semântica é distintiva.

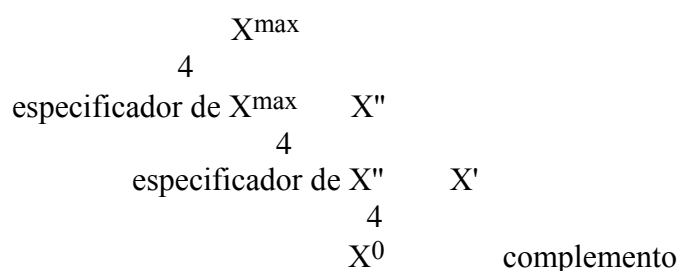
Em posições X^0 , estas sequências têm uma estrutura sintáctica que é sintacticamente opaca, mas morfológicamente transparente.

6.2.3. REANÁLISE E ADJUNÇÃO DE X^0 A X^0

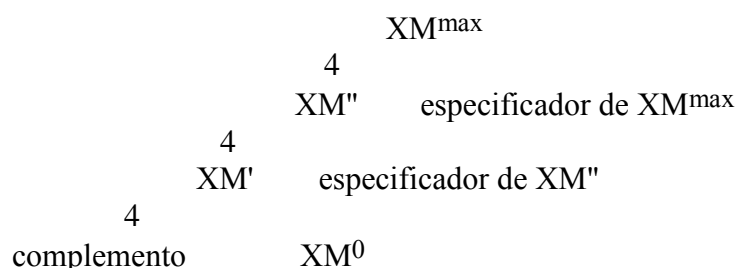
Em 6.2.1. e 6.2.2., defendi que os compostos sintácticos são expressões sintácticas que ocupam posições X^0 . A existência deste tipo de estruturas é problemática tanto para a teoria da sintaxe, como para a teoria morfológica, dado que a primeira se ocupa das estruturas geradas pela projecção de um núcleo (X^0) seleccionado no léxico, enquanto que a morfologia trata da estrutura interna das palavras. Ao longo deste trabalho, tenho vindo a assumir que a forma das estruturas morfológicas e das estruturas sintácticas é condicionada por versões simétricas da teoria X-barra, ou seja, que essas estruturas são constituídas por um núcleo, um

especificador e um complemento, mas que, no Português, a relação entre os pares núcleo-especificador e núcleo-complemento distingue esses dois tipos de estruturas:

(77) a. **estruturas sintáticas**



b. **estruturas morfológicas**



A existência de unidades lexicais (X^0) que dominam uma projecção de uma unidade lexical não é, pois, compatível com o quadro geral que acabo de descrever. Di Sciullo e Williams (1987: 80) sugerem que este tipo de unidades é gerado por reanálise²⁵⁶, ou seja, por uma 'regra não-morfológica de formação de palavras', localizada na periferia da gramática, e representada do seguinte modo:

$$(78) \quad Y \rightarrow SX^{257}$$

Nesta proposta de Di Sciullo e Williams, a reanálise consiste, pois, num processo de recategorização, ou seja, na atribuição de uma categoria sintáctica principal a uma categoria sintagmática, mas o modo de operação não é explicitado. Esta proposta coloca vários tipos de questões. Antes de mais, a regra (78) é excessivamente irrestrita, prevendo apenas que uma qualquer unidade sintagmática possa ser reanalisada como uma palavra, ainda que Di Sciullo e Williams considerem que o conjunto de expressões sintáticas reanalisáveis é restringido por requisitos sobre a interpretação das unidades lexicais. Com efeito, segundo estes autores, às unidades lexicais está associada uma referência genérica (que exclui referência temporal ou

pronominal), devendo a sua interpretação ser determinada sintacticamente. Ora, como é sabido, as expressões sintácticas que podem estar na base da formação de compostos são em número finito e reduzido, a sua forma é condicionada e não é óbvio que não possam conter referência temporal (cf. *abre-latas*). Assim, a regra (78) deveria ser substituída por tantas regras quantas as expressões sintácticas reanalisáveis. A segunda objecção é sugerida pela constatação, apresentada em 6.2.2., de que as expressões sintácticas reanalisáveis não são obrigatoriamente reanalisadas. Em alguns casos (cf. 62a), a reanálise é obrigatoriamente desencadeada pelo contexto sintáctico, noutros só é desencadeada pela interpretação semântica (cf. 62b), e, por último, noutros a reanálise é opcional (cf. 62c). Paralelamente, o conceito de reanálise apresentado por Di Sciullo e Williams (1987) não permite dar conta dos contrastes de visibilidade da estrutura sintáctica relativamente aos processos sintácticos e morfológicos, também descritos em 6.2.2.

Em alternativa, proporei que a reanálise não seja definida como uma regra de formação de palavras, mas sim como uma condição sobre as expressões sintácticas dominadas por categorias X^0 , que verifica a boa-formação da estrutura sintáctica, por um lado, e os traços categoriais do composto, por outro. Em Português, esta condição verifica apenas as construções onde as sequências [V Compl] e [V_{TC1} V_{TC2}] ocorrem como compostos. Em Eliseu e Villalva (1991) é apresentada uma descrição do tipo de expressões sintácticas que podem participar na formação de compostos [V Compl]: trata-se de uma projecção máxima de um núcleo verbal flexionado na terceira pessoa-singular do presente do indicativo, que integra ainda o núcleo (nominal) do seu objecto directo (cf. *abre-latas*), ou o núcleo de um complemento oblíquo (cf. *fala-barato*). Por outro lado, na subsecção anterior defendi que o facto de a flexão em número operar sobre a globalidade da sequência reanalisada em formas como *porta-voz/porta-vozes*, e de a modificação avaliativa só poder ser realizada por sufixos Z-avaliativos (cf. *abre-latazinho* vs *abre-latinhas*), mostra que este tipo de compostos não pode ser directamente reanalisado como uma palavra, mas sim como um radical atemático. Assim, a reanálise deste tipo de compostos consiste na verificação das estruturas em que ocorrem, de acordo com as condições assim formalizadas:

- (79) [[X]V_{Ind-pres, 3^asing} [[Y]_N]_{N^{max=OD}}]_{V^{max=RN}[-animado, -fem]}
 [[X]V_{Ind-pres, 3^asing} [[Y]_N]_{N^{max=OD}}]_{V^{max=RN}[+animado, ?fem]}
 [[X]V_{Ind-pres, 3^asing} [[Y]_{ADJ}]_{ADJ^{max=OBL}}]_{V^{max=RN}[-animado, -fem]}
 [[X]V_{Ind-pres, 3^asing} [[Y]_{ADJ}]_{ADJ^{max=OBL}}]_{V^{max=RN}[+animado, ?fem]}



O mesmo tipo de condições deve ser formulado para os compostos de coordenação verbal, ou seja, $[V_{TC1} V_{TC2}]$:

- (80) $[[[X]_{VInd-pres,3^a\ sing}]_{TC1} [[Y]_{V3Ind-pres,3^a\ sing}]_{TC2}]_{V^{max}=RN[-anim,-fem]}$
 $[[[X]_{VInd-pres,3^a\ sing}]_{TC1} [[Y]_{VInd-pres,3^a\ sing}]_{TC2}]_{V^{max}=RN[+anim, ?fem]}$

Este tipo de condições conjuga informação sobre a representação sintáctica e a representação morfológica e pressupõe que o 'módulo computacional opera em paralelo, seleccionando unidades X^0 no léxico, livremente e em qualquer momento' (cf. Chomsky 1993: 21-22). É possível admitir que condições idênticas verifiquem fenómenos de reanálise estritamente morfológicos, como a conversão (cf. 81a), ou, como referi em trabalho anterior (cf. Villalva 1992: 215), estritamente sintácticos, como as frases que ocorrem em posições estruturais típicas de constituintes nominais (cf. 81b).

- (81) a. *olhar* $V_{inf=N}$
partido $PP=N$
- b. $[Eles\ aprovarem\ a\ proposta]_{SCOMP=N^{max}}\ será\ difícil.$ ²⁵⁸
 $[Que\ eles\ aprovem\ a\ proposta]_{SCOMP=N^{max}}\ é\ difícil.$

Em suma, os compostos $[V\ Compl]$ e $[V_{TC1} V_{TC2}]$ podem ser descritos como formas geradas por um processo morfo-sintáctico de composição (no sentido em que a estrutura da base é sintáctica, mas a estrutura da palavra que a integra é morfológica), verificado pelas condições de reanálise referidas em (79) e (80). Considerando que essa estrutura sintáctica é dominada por uma categoria sintagmática (V^{max}), ela é morfológicamente opaca, mas, sendo também dominada por uma categoria lexical (N), ela torna-se sintacticamente opaca.

Quanto aos restantes tipos de compostos sintácticos do Português, defenderei, em seguida, que o processo de formação é totalmente diferente do anterior, e que a sua representação não é verificada por qualquer condição de reanálise. Considerem-se, em primeiro lugar, as formas do tipo $[N_{núcleo} N]$ (cf. *governo-sombra*), $[ADJ_{TC1} ADJ_{TC2}]$ (cf. *surdo-mudo*) e $[N_{TC1} N_{TC2}]$ (cf. *saia-casaco*). Trata-se, como já referi anteriormente, de estruturas de adjunção à direita, no primeiro caso, e de conjunção, nos dois últimos. Em qualquer destes casos, os constituintes envolvidos são unidades X^0 . Consequentemente, a categoria do nó que domina estas estruturas de adjunção e conjunção é também X^0 .

Este tipo de configurações de adjunção tem uma estrutura sintáctica, visível, por exemplo, na linearização dos constituintes (cf. 6.2.1.), mas, sendo dominada por uma categoria lexical, essa estrutura sintáctica é sintacticamente opaca. A opacidade sintáctica é, pois, uma característica comum aos compostos formados por reanálise e aos compostos formados por adjunção de categorias X^0 . A visibilidade da estrutura sintáctica relativamente aos processos morfológicos, que é distinta nestes dois casos, decorre do facto de, contrariamente aos primeiros, estes últimos não serem dominados por qualquer categoria sintagmática. Consequentemente, a estrutura sintáctica dos compostos formados por adjunção de categorias X^0 é morfológicamente transparente. Quanto aos compostos formados por conjunção, a sua estrutura sintáctica é também morfológicamente transparente, o que permite a ocorrência de flexão e a realização de contrastes de género em todos os seus constituintes. Note-se que a modificação avaliativa destas formas não invalida o que acabo de afirmar, mas mostra que nenhum dos constituintes é núcleo, dado que a única sequência bem-formada é aquela em que o sufixo Z-avaliativo tem escopo sobre todo o composto.

Considerem-se, por último, as formas do tipo [N SP], [ADJ N] e [N ADJ]. No primeiro caso, o modificador do núcleo nominal não é uma categoria X^0 , mas sim uma projecção máxima. Consequentemente, a sua estrutura não pode ser gerada por adjunção de categorias X^0 , como no caso anterior. Poder-se-ia admitir a hipótese de se tratar da adjunção de uma categoria X^{\max} a uma categoria X^0 . Neste caso, a forma resultante seria também de categoria X^0 . No entanto, como referi em 6.2.2., a estrutura sintáctica destas formas não é sintacticamente opaca, excepto nos casos em que sofrem lexicalização semântica. Assim, deve rejeitar-se esta hipótese e concluir-se que as sequências [N SP] que ocupam posições X^0 não são compostos sintácticos, mas sim projecções máximas de um núcleo nominal lexicalizadas. Nos restantes casos, ou seja, [ADJ N] e [N ADJ], a hipótese de formação por adjunção de categorias X^0 está disponível. No entanto, ela só se justifica nos casos em que há lexicalização, dado que a estrutura sintáctica dos restantes não é sintacticamente opaca. Consequentemente, pode, em alternativa, admitir-se que as sequências deste tipo que ocupam posições X^0 não são geradas por adjunção de categorias X^0 , mas sim, tal como no caso anterior, por lexicalização de projecções máximas de um núcleo nominal, cujo modificador é uma projecção máxima adjectival.

6.2.4. RESUMO

Nesta secção (cf. 6.2.), procurei demonstrar que algumas das expressões sintácticas que ocupam posições X^0 são geradas por uma instância de um processo de formação de palavras, que designei por composição sintáctica. Deste processo excluí todas as estruturas sintácticas que ocupam posições X^0 por lexicalização. A composição sintáctica, que pode operar por reanálise, por adjunção de X^0 a X^0 , ou por conjunção de X^0 s, é um processo condicionado por restrições sobre as formas de base e sobre as formas resultantes da sua intervenção, o que a distingue da lexicalização, que opera imprevisivelmente. A composição por reanálise actua sobre expressões sintácticas cujo núcleo ou cujos termos coordenados não pertencem à mesma categoria sintáctica do composto. Em Português, são instâncias de reanálise as estruturas $[V_{\text{Compl}}]_{V^{\text{max}}=\text{RN}}$ (cf. *porta-bagagem*) e $[V_{\text{TC1}} V_{\text{TC2}} (V_{\text{TCn}})]_{V^{\text{max}}=\text{RN}}$ (cf. *vaivém*). A realização da flexão (cf. *porta-bagagens*, *vaivéns*) e a sufixação avaliativa (cf. *porta-bagagenzinho*, *vaivenzinho*) demonstram que estas estruturas sintácticas são reanalisadas como radicais nominais atemáticos, e que são sintáctica e morfologicamente opacos.

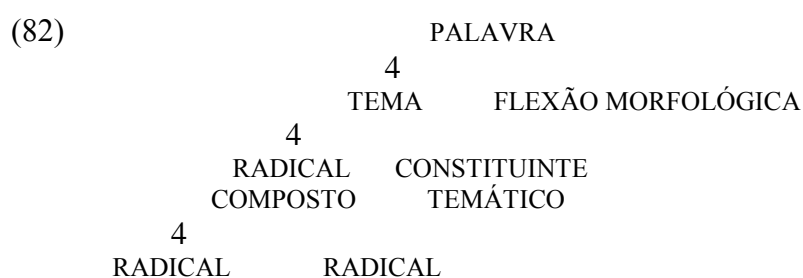
A composição por adjunção de X^0 a X^0 actua sobre expressões cujo núcleo sintáctico, pertencente à mesma categoria sintáctica do composto, coincide com o núcleo morfológico. Em Português, a estrutura $[N_{\text{núcleo}} N]$ é a única instância deste processo de composição (cf. *convidado-mistério*). Assim, a flexão (cf. *convidados-mistério*), os contrastes de género (cf. *convidada-mistério*) e a modificação avaliativa (cf. *convidadozinho-mistério*) desse constituinte núcleo tem escopo sobre todo o composto. A estrutura sintáctica destes compostos é, pois, morfologicamente transparente, mas sintacticamente opaca.

Por último, a composição por conjunção de X^0 s actua sobre expressões formadas por dois ou mais termos coordenados, que pertencem à mesma categoria sintáctica do composto. Em Português, $[\text{ADJ}_{\text{TC1}} \text{ADJ}_{\text{TC2}} (\text{ADJ}_{\text{TCn}})]_{\text{ADJ}}$ (cf. *surdo-mudo*) e $[\text{N}_{\text{TC1}} \text{N}_{\text{TC2}} (\text{N}_{\text{TCn}})]_{\text{N}}$ (cf. *autor-compositor*) são instâncias deste tipo de composição. Tal como no caso anterior, a estrutura sintáctica é sintacticamente opaca, mas morfologicamente transparente, pelo que a flexão (cf. *surdos-mudos*, *autores-compositores*) e a realização dos contrastes de género (cf. *surda-muda*, *autora-compositora*) afecta todos os constituintes. Note-se que a modificação avaliativa (que é realizada por adjunção de um sufixo a um núcleo), mostra que nenhum dos constituintes dos compostos sintácticos coordenados é caracterizável como núcleo, dado que ela não pode ocorrer em todos os constituintes (cf. **surdinho-mudinho*, **autorzinho-compositorzinho*), nem associada apenas a um deles tem escopo sobre todo o composto (cf.

**surdinho-mudo*, **autorzinho-compositor*). Neste quadro, sequências como *ministro da educação*, *curto circuito* ou *fita magnética* não são consideradas como compostos, mas sim como projecções máximas, que podem ou não ocorrer em posições X^0 , o que permite explicar a hesitação dos falantes quanto à sua classificação. A ocorrência em posição X^0 é provocada pela lexicalização semântica (cf. *cor de rosa*), que, por sua vez, tende a desencadear processos de lexicalização formal, que podem afectar o género (cf. [*cor* [+fem] *de rosa*]_[-fem]) ou a realização da flexão (cf. *cor de rosas*). Nestes casos, a estrutura sintáctica torna-se sintáctica e morfologicamente opaca, mas quando não há lexicalização, essa estrutura é transparente em qualquer destas dimensões.

6.3. SUMÁRIO

Em Villalva (1992) apresentei uma descrição dos compostos do Português que aqui retomo, embora com algumas alterações. O objectivo fundamental deste capítulo consiste, porém, na integração do tratamento dos compostos no modelo de análise morfológica adoptado para a afixação, e que expus nos capítulos anteriores. Assim, distingui a composição morfológica (cf. 6.1.) da composição sintáctica (cf. 6.2.), com base na categoria morfológica dos constituintes. Os compostos morfológicos, formados por concatenação de radicais têm, conseqüentemente, uma estrutura morfológica:



Quanto à composição sintáctica, trata-se de um processo morfo-sintáctico de formação de palavras, no sentido em que as formas resultantes têm uma estrutura sintáctica e uma estrutura morfológica, distintas quando a composição é gerada por reanálise (cf. 83a), e coincidentes quando resulta da adjunção de X^0 a X^0 (cf. 83b), ou da conjunção de X^0 s (cf. 83c).

(83) a.

$$\begin{array}{c}
 N \\
 \quad 2 \\
 TN \quad FM \\
 \quad g \\
 RN=V^{\max} \\
 \quad 2 \\
 V \quad SN
 \end{array}$$

$$\begin{array}{c}
 N \\
 \quad 2 \\
 TN \quad FM \\
 \quad g \\
 RN=V^{\max} \\
 \quad 2 \\
 v^{\max} \quad v^{\max}
 \end{array}$$

b.

$$\begin{array}{c}
 N \\
 \quad 2 \\
 N_{\text{núcleo}} \quad N
 \end{array}$$

c.

$$\begin{array}{c}
 ADJ \\
 \quad 2 \\
 ADJ_{TC1} \quad ADJ_{TC2}
 \end{array}$$

$$\begin{array}{c}
 N \\
 \quad 2 \\
 N_{TC1} \quad N_{TC2}
 \end{array}$$


7. CONCLUSÃO

As estruturas morfológicas constituem um domínio da análise linguística que, como há muito é sabido, estabelecem diversas conexões com múltiplos outros domínios. A minha preocupação fundamental, durante a elaboração deste trabalho, consistiu, porém, na identificação do que lhe é próprio e específico. Assim, procurei, antes de mais, descobrir que tipo de informação morfológica está presente na especificação das unidades lexicais. Nesse sentido, apresentei uma caracterização dessas unidades relativamente à sua subcategorização morfológica e à sua função morfológica.

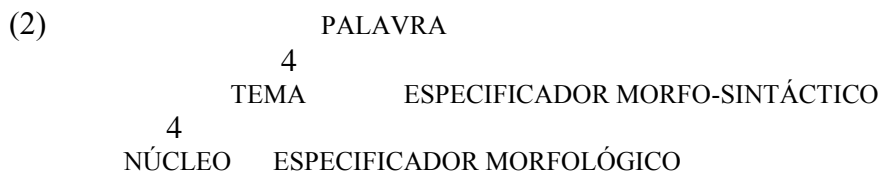
No primeiro caso, pude distinguir as unidades lexicais às quais não está associada qualquer estrutura de subcategorização morfológica, designando-as por variáveis lexicais, daquelas que, pelo contrário, subcategorizam obrigatoriamente outra unidade lexical e que designo por constantes lexicais. No segundo caso, considerei ser necessária a identificação das unidades lexicais como predicadores, especificadores morfológicos, especificadores morfo-sintáticos ou modificadores. Assim, estabeleci que as unidades lexicais, para além de todas as informações sintáticas e fonológicas que lhes são consensualmente atribuídas, devem receber as seguintes especificações:

- (1) a. **radicais**
variáveis lexicais, predicadores intransitivos
- b. **sufixos derivacionais**
constantes lexicais, predicadores transitivos
- c. **sufixos avaliativos, sufixos Z-avaliativos, prefixos**
constantes lexicais, modificadores
- d. **vogais temáticas, índices temáticos**
constantes lexicais, especificadores morfológicos



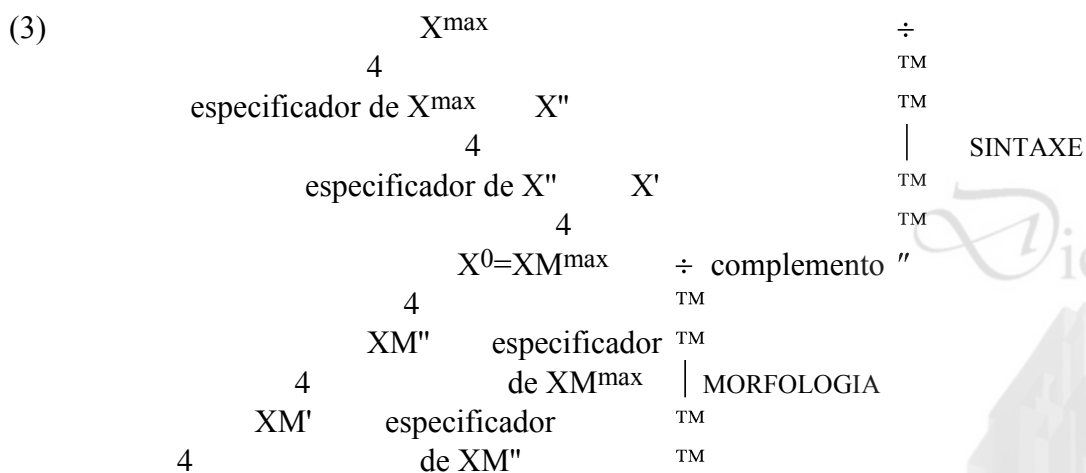
- e. **sufixos de flexão**
constantes lexicais, especificadores morfo-sintáticos

Com base nesta caracterização dos constituintes morfológicos, procurei identificar o algoritmo gerador das estruturas morfológicas, concluindo que as palavras são predicções construídas a partir de um núcleo (predicador), por especificação morfológica que gera uma unidade designada por tema, sobre a qual opera um processo de especificação morfo-sintática. Estas estruturas podem ser representadas do seguinte modo:



Nos casos em que o núcleo da estrutura é um predicador transitivo, a estrutura representada em (2) é expandida, de modo a integrar uma variável lexical ou uma projecção dessa variável lexical, cujas propriedades são idênticas às da projecção do predicador mais alto. Estas estruturas podem ainda expandir-se por adjunção de modificadores morfológicos cuja direccionalidade é determinada pela sua estrutura de subcategorização.

Como disse no início desta conclusão, ao observar as estruturas morfológicas pretendi, acima de tudo, encontrar o que lhes é particular. Não creio que o esforço tenha sido inútil, mas a proximidade entre o desenho dessas construções e o que caracteriza as estruturas sintáticas também se foi tornando evidente. Proximidade e não semelhança, pelo que a hipótese a que cheguei corresponde a um modelo em que as estruturas morfológicas e as estruturas sintáticas se vêem como reflexo, numa imagem em espelho.



complemento XM⁰ "

Não defendo esta hipótese como se faz a um filho. Gostava mais de a ver discutida e testada. Ela assenta quase exclusivamente na descrição de estruturas morfológicas do Português, e sendo plausível esperar que idênticas descrições de outras línguas românicas ou mesmo de línguas germânicas, como o Inglês e o Alemão, não sejam particularmente problemáticas, é o confronto com dados de outras línguas, e em particular de línguas de base não-indo-europeia, que melhor permitirá avaliar o seu grau de adequação.

Por outro lado, e assim concluo, a descrição das estruturas morfológicas do Português que aqui apresentei é parcial. Não se tratou de uma estratégia subtil para contornar problemas de análise, mas de uma consequência dos limites de tempo. Assim, trato de todas as estruturas de sufixação, embora a formação de advérbios em *-mente* não seja desenvolvida, e das estruturas de composição. Quanto à prefixação, parassíntese e conversão, espero poder integrá-las em futuros trabalhos.



NOTAS

¹ A crítica ao tratamento sintáctico da formação de palavras é apresentada, entre outros, por Jackendoff (1975: 658, 669, 670) e Scalise (1984: 11-14).

² Lees (1960), por exemplo, considera que os compostos nominais são gerados a partir de frases que explicitam as relações gramaticais mantidas implicitamente pelos seus constituintes. Assim, *manservant* derivaria de *servant who is a man* por uma complexa sequência de operações, de entre as quais o apagamento de *who is a*. Este tipo de operações viria a ser excluído pelo Princípio de Recuperabilidade das Transformações (cf. Chomsky 1965).

³ Note-se que a sufixação de *-eiro* a *cinza* e a *carta* gera formas com diferentes interpretações morfo-semânticas: *cinzeiro* é um 'nome de objecto', *carteiro* é um 'nome de agente'.

⁴ No quadro do tratamento sintáctico, a inexistência de formas como *cantação*, *engolição*, *regação*, por exemplo, não é compatível com a ocorrência de outras formas geradas pela sufixação em *-ção* (cf. *organização*, *deglutição*, *irrigação*).

⁵ A ordem de apresentação obedece à cronologia da produção destes trabalhos, que é distinta da cronologia da sua publicação. O trabalho de Williams (1981) conhece uma divulgação restrita (mas que inclui R. Lieber) desde 1979.

⁶ Scalise (1984: 32-34) sintetiza as principais críticas de que este modelo foi objecto.

⁷ A lexicalização de uma forma ocorre sempre que essa forma perde a sua estrutura interna ou a integridade dos seus constituintes, qualquer que seja o factor que desencadeia esse fenómeno.

⁸ Perlmutter (1988: 79) prefere o termo extralexical a pós-lexical, dado que este último adquiriu um significado específico no quadro da fonologia lexical (cf. Kiparsky 1982b).

⁹ Segundo Lapointe (1978: 8), a estrutura lexical é uma unidade pertencente a uma categoria lexical, que domina todos os seus constituintes. As regras que afectam a estrutura lexical são

regras que modificam traços e inserem ou suprimem qualquer porção do material que a estrutura domine.

¹⁰ Nos termos de Selkirk (1982), a estrutura-P é a estrutura da palavra e a estrutura-F é a estrutura da frase. Esta terminologia reflecte uma posição essencial da autora (cf. Selkirk 1982: 2), segundo a qual a estrutura da palavra e a estrutura da frase partilham as mesmas propriedades formais gerais e são geradas pelo mesmo tipo de sistema de regras, ainda que pertençam a sistemas autónomos e envolvam categorias diferentes, diferentemente combinadas.

¹¹ Esta condição é formulada por Botha (1984: 110) do seguinte modo: «The morphological representation assigned to a complex word must provide the labelled bracketing necessary for the specification of its semantic interpretation».

¹² Botha (1984: 142) afirma que «'good' phrase structure rules have been banned from morphology along with 'bad' syntactic transformations».

¹³ No capítulo 3 defenderei uma análise dos deverbais do Português, e que também se aplica ao Latim, em que o radical e o tema não são formas alternantes: o tema corresponde a uma projecção do radical.

¹⁴ Bochner (1984: 411) adopta a definição de Anderson (1982), segundo a qual a morfologia flexional compreende o que é relevante para a sintaxe.

¹⁵ A Hipótese de Ordenação por Níveis é retomada por Allen (1978). Esta autora integra a flexão e a composição, dando origem à chamada Hipótese Alargada de Ordenação por Níveis. Esta versão prevê não só a perifericidade dos afixos de Nível II relativamente aos afixos de Nível I, como ainda a inacessibilidade da derivação a bases compostas e flexionadas, e a da composição a palavras flexionadas. Esta hipótese pode ser esquematizada do seguinte modo:

- (i) Afixação +
 ?
 Regras cíclicas de acentuação
 ?
 Afixação #
 ?
 Composição
 ?



 Flexão regular

¹⁶ Nos exemplos (18) a (22), o negrito marca a sílaba tónica.

¹⁷ Cf. Aronoff (1976: 1) «Morphology treats words as signs: that is, not just as forms, but as meaningful forms. It is therefore concerned with words which are not simply signs, but which are made up of more elementary ones.»

¹⁸ Aronoff (1976: 1) retoma a definição sintáctica de palavra, proposta por Postal (1969), segundo a qual «the word, as a syntactic unit, corresponds to the *anaphoric island*, which is a syntactic string the internal elements of which cannot participate in anaphora.»

¹⁹ Como já referi, Aronoff (1976: 9) adopta a versão fraca da Hipótese Lexicalista «The strong lexicalist hypothesis of Jackendoff (1972) excludes all morphological phenomena from the syntax. This means that the syntax cannot relate *some* and *any*, or *ever* and *never*, and that inflection, if it is referred to in the syntax, must be handled by some sort of filter. The version of the *lexicalist hypothesis* which is more widely accepted than this one, but which to my knowledge has never been explicitly formulated in print, is that derivational morphology is never dealt with in the syntax, although inflection is, along with other such "morphological" matters as *Do Support*, *Affix Hopping*, *Clitic Rules*, i.e. all of "grammatical morphology".»

²⁰ Esta é, aliás, a motivação básica de Aronoff (1976: 69) «Despite the fact that my theory of morphology is not built on any phonological grounds, it has proven useful in solving a phonological puzzle of great particularity, that of abstract copied segments. It is the possibility of this sort of interaction which led me to investigate the entire area of morphology, in the hope that by discovering what was legitimately morphological we might be able to determine what legitimately belongs in other components of the grammar as well.»

²¹ Por exemplo, no caso de $V\#çãõ_N$, a paráfrase habitual é: 'acção ou processo de V'.

²² Williams (1981: 246) considera que as palavras formadas por afixação são estruturas binárias geradas por uma das seguintes regras de associação de um afixo a uma base:

- (i) X -> X af
X -> af X

²³ Os diacríticos especificam subclasses de unidades lexicais que permitem formular regras produtivas, ainda que sincronicamente a sua identificação estrutural nem sempre seja fácil de motivar. Exemplo destes diacríticos são os traços [\pm Latinismo], de Aronoff (1976), [\pm Erudito], de Dell e Selkirk (1978) e a informação sobre o nível dos afixos nos termos propostos por Siegel (1974, 1979).

²⁴ Lieber (1980: 99) considera que a convenção 4 recebe uma estipulação específica em cada língua, referindo que em Vietnamita os compostos têm núcleo à esquerda: *nhà thuong* 'instituição - estar ferido = hospital'.

²⁵ 'T' simboliza um qualquer traço.

²⁶ O símbolo 'u' representa um valor não-especificado (em Inglês, 'unspecified').

²⁷ As estruturas relacionadas são estruturas em que só o núcleo é distinto: X está relacionado com Y, se X pode ser obtido de Y por substituição do núcleo de Y, incluindo a substituição de \emptyset pelo núcleo de Y (cf. *economia / económico*).

²⁸ As estruturas de co-análise são estruturas que recebem duas análises, cada uma das quais é uma análise legítima, de acordo com o 'core'.

²⁹ Lieber (1992: 32) considera que a proposta de Di Sciullo e Williams (1987) é equivalente à de Selkirk (1982), e, conseqüentemente, objecto de idênticas críticas, mas esta autora não discute os compostos das línguas românicas.

³⁰ Lieber (1992: 60) assume que a atribuição de caso, contrariamente à marcação temática, se limita a projecções máximas.

³¹ Lieber (1992: 207) refere que Walinska de Hackebeil (1986) também considera que os conceitos de complemento e especificador são conceitos operacionais para a análise da estrutura interna das palavras, referindo que o prefixo *over-* 'sobre-' deve ser caracterizado como um especificador numa forma como *overestimate* 'sobrestimar'.

³² Neste exemplo, LOC e TEMA referem funções temáticas.

³³ A construção desta hipótese beneficiou de observações e sugestões de André Eliseu, a quem quero deixar expresso um agradecimento particular.

³⁴ Tradução portuguesa (Ullmann 1964, 1970: 57) da definição de Hockett (1958, 1968: 123).

³⁵ Nos termos de Stanckiewicz (1962: 9), «the complexity of relations between a basic term and its multiple derivatives, some of which underlie further, secondary or tertiary derivatives, cannot be solved through the confrontation of simple words or through the segmentation of the constituents of a derivative stem. Derivational analysis requires the identification of basic terms and the specification of the hierarchy and order of derivation».

³⁶ Hockett (1958, 1968: 123) apresenta a seguinte definição: «A morpheme is the smallest individually meaningful element in the utterance of a language».

³⁷ Aronoff (1976: xi) esclarece qual o conceito de morfema que utiliza (os sublinhados são da minha responsabilidade):

«I use the term *morpheme* in the American structuralist sense, which means that a morpheme must have a phonological substance and cannot be simply a unit of meaning. Entities such as PLURAL and PAST, which have many phonological realizations and which were problematic within earlier frameworks, are considered to be syntactic markers and not morphemes».

Em seguida, Aronoff (1976: 15) confronta a definição tradicional com a redefinição que propõe:

«The morpheme is traditionally defined as the minimal sign: an arbitrary constant union of sound and meaning. This definition must be adjusted to include such morphemes as *mit*, which have no constant meaning. Now, *mit* is clearly a constant phonetic string [...]. It is also arbitrarily linked to something. However it is linked not to a meaning but to a phonological rule, the rule which changes *t* to *s* before *+ion*, *+ive*, *+ory*, and *+or*, only in the morpheme *mit* (cf. *vomitory*, **vomissory*). The original definition of the morpheme has three aspects: constant form, arbitrary link, constant

meaning. In order to include *mit* in the class of morphemes, we need only broaden the third, that of constant meaning, to include a phonological operation as well. [...] That I include a meaning and a phonological rule in the same classe of entities, and speak of mere broadening in doing so, may strike some as odd. But I only wish to point, perhaps a little dramatically, to what is essential about a morpheme: not that it means, but rather merely that we be able to recognize it. A morpheme is a phonetic string which can be connected to a linguistic entity outside that string. What is important is not its meaning, but its arbitrariness. This is close to the position of Harris (1951).»

³⁸ Utilizo o conceito de **lexicalização** para referir unidades lexicais cuja estrutura formal ou semântica não permite uma interpretação composicional.

³⁹ Este quadro adapta aos dados do Português o que Aronoff (1976: 12) apresenta com dados do Inglês.

⁴⁰ Para simplificar a apresentação, utilizo a forma gráfica *-ção* para referir o sufixo que ocorre nas formas que registam essa grafia e a pronúncia [s] (cf. *organização*), nas que têm outras grafias mas a mesma pronúncia (cf. *perversão*, *correção*, *admissão*), e ainda naquelas em que o sufixo tem outra realização fonética e outras grafias (cf. *difusão*, *sugestão*, *união*). Note-se, no entanto, que o sufixo actualmente disponível em Português é o primeiro, que se associa a temas verbais (cf. *eucaliptização*).

⁴¹ A designação de nome-sujeito é utilizada em Eliseu e Villalva (1992: 122, 135-136), onde se refere que este tipo de nomes, tradicionalmente designados por 'agentivos', nem sempre estabelece uma relação de agente relativamente à forma derivante, mas, tal como sugerido por Booij (1986: 507), herda a função temática associada à posição de sujeito do predicado que contém a forma derivante: *atacar* -> *atacante* (agente), *sofrer* -> *sofredor* (experenciador), *ser convidado* -> *convidado* (tema).

⁴² Hüber (1933, 1986: 274) considera que o sufixo *-ança* selecciona radicais verbais (cf. *olvidança*), radicais adjectivais (cf. *alegrança*) e radicais nominais (cf. *aventurança*). A existência dos verbos *alegrar* e *aventurar*, que, segundo José Pedro Machado (1952, 1977), estão atestados em textos dos séculos XIII e XIV, respectivamente, mostra, contudo, que se trata, em todos estes casos, de um sufixo de nominalização deverbal.

⁴³ Segundo Pardal (1973, 1977), a formação de nomes como *confidência* a partir de palavras como *confidente* é idêntica à formação de *acrobacia* a partir de *acrobata*, ou de *heterodoxia* a partir de *heterodoxo*.

⁴⁴ Registo a categoria sintáctica atribuída pela 5ª edição do *Dicionário da Língua Portuguesa*, da Porto Editora, que passo a identificar pela sigla DPE.

⁴⁵ *Bloqueio* é a designação atribuída por Aronoff (1976: 43-45) a um fenómeno responsável pela não ocorrência de uma palavra em função da pré-existência de uma outra que é sinónima, e só não afecta as regras totalmente produtivas porque as palavras que geram não estão lexicalizadas. O **bloqueio** não é um princípio geral, mas sim a expressão de uma tendência de economia no léxico. Di Sciullo e Williams (1987) consideram que o bloqueio consiste em **evitar situações de sinonímia**, quer na morfologia, quer entre a morfologia e a sintaxe (cf. *pior* vs **mais mau*; *maior* vs **mais grande*), quer eventualmente na sintaxe, o que mais dificilmente se pode verificar, dado que dificilmente duas frases são sinónimas (cf. *uma simpática rapariga* vs *uma rapariga simpática*). Evitar situações de sinonímia não significa, no entanto, impedi-las, pelo que é possível encontrar casos de sinonímia absoluta (cf. *congelação/congelamento*; *chavinha/chavezinha*), ainda que a tendência seja para a especialização de significados. É neste sentido que recorro ao conceito de bloqueio.

⁴⁶ A forma *independe* é utilizada por falantes do Português do Brasil. Sandmann (1991: 99) afirma que «esse verbo não se encontra no *Aurélio*, mas já o ouvi».

⁴⁷ *Indeferir* é a única excepção que conheço.

⁴⁸ Pardal (1973, 1977) apresenta também uma restrição à regra de assibilação do /t/, por forma a excluir os casos em que a consoante é precedida por uma obstruinte contínua (cf. *modesto* -> *modéstia* / **modés[s]ia*).

⁴⁹ Argumentos de diferente natureza conduzem Allen Jr (1941: 39) a uma conclusão semelhante: «in such a word as Pt. *valentia*, the accentuation (*valentía*) indicates that the word has been formed by adding *-ía* to the adjective *valente*, and that the suffix *-entia* is not involved.»

⁵⁰ Segundo Allen Jr. (1941: 15), Grandgent (1907) afirma que, em Latim vulgar, «*-antia, -entia*, made from present participles + *-ia* (as *benevolentia, essentia, significantia*), were used to form abstract nouns from verbs: **credentia; fragantia; placentia; *sperantia*».

⁵¹ Registo a categoria sintáctica atribuída pelo DPE.

⁵² Registe-se a ocorrência da forma *talassoterápia*, indicada no DPE como menos correcta do que *talassoterapia*.

⁵³ Esta forma ocorre apenas como forma truncada de *anarquista* (cf. *monarca/*monarquista*).

⁵⁴ Note-se que, a par da palavra *desgraça*, a forma *desgrácia* é atestada no DPE com a marca de 'popular'.

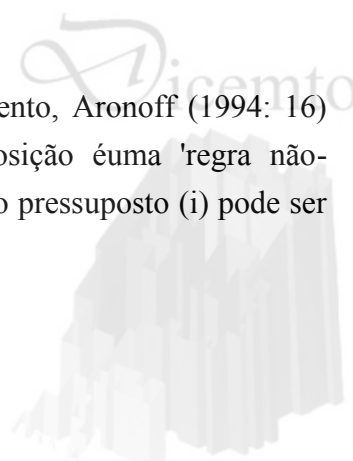
⁵⁵ «I will now present evidence that the word is a minimal sign, not merely for the purposes of the syntax. To do this, I will show that below the level of word we encounter morphemes which, while they must be assumed to be real linguistic elements, have no meaning which can be assigned independently of the individual words in which they occur.» (Aronoff 1976: 9-10)

⁵⁶ Aronoff (1976: 28-30, 87-98) discute um tipo de contra-exemplos à Hipótese de Base-Palavra, em que a sequência resultante da subtracção do afixo à forma derivada não corresponde a uma palavra existente (cf. **incise -> incisive* 'incisivo'). O autor assume, porém, que a base é uma outra forma derivada (neste exemplo, *incision* 'incisão'), cujo afixo é suprimido por uma regra de truncamento. Este tipo de contra-exemplos e a solução proposta por Aronoff (1976) serão retomados e discutidos em 3.4.

⁵⁷ Os compostos morfológicos serão discutidos em 6.1.

⁵⁸ Os compostos sintácticos serão discutidos em 6.2.

⁵⁹ Num trabalho recente, e de que só recentemente tive conhecimento, Aronoff (1994: 16) retoma, de algum modo esta questão, ao afirmar que a composição é uma 'regra não-morfológica de formação de lexemas'. Se esta afirmação for aceite, o pressuposto (i) pode ser



mantido, mas os argumentos apresentados (que não discutirei neste trabalho) não são convincentes.

⁶⁰ Aronoff (1994: 11) já admite que a base de um processo de formação de palavras possa ser «a (potential or actual) member of a major lexical category».

⁶¹ No capítulo 4 procurarei demonstrar que o conceito de palavra não-flexionada é, em si mesmo, um contra-senso, porque é ininterpretável: todas as palavras são formas flexionadas, e as formas não-flexionadas são radicais ou temas.

⁶² Aronoff (1976: 1) admite que outras áreas da linguística definam palavra com base em diferentes critérios:

«The notion *word* has long concerned students of language. Its definition is a long-standing problem in linguistics, and entire volumes have been devoted to the subject (e.g. Worth (1972)). A reasonably detailed procedure for isolating phonological words (units which may be considered as words for phonological purposes) is provided in Chomsky and Halle (1968: 366-370). Further refinements of this approach are discussed in Selkirk (1972). Syntactically, Postal (1969) puts forth a persuasive argument that the word, as a syntactic unit, corresponds to the *anaphoric island*, which is a syntactic string the internal elements of which cannot participate in anaphora. Though semantic definition of the notion is a traditional goal, it has not, to my knowledge, been achieved.»

⁶³ Aronoff (1994: 7) confirma a interpretação que aqui apresento, esclarecendo que «In Aronoff 1976 (henceforth WFGG) I used the term *word* in several senses and specifically noted in the preface that I would not use the term *lexeme*. This refusal led to a number of problems. For instance, one of the major points of WFGG was that morphology was what I termed *word-based*, by which I meant *lexeme-based*». Feito este esclarecimento, Aronoff (1994) limita-se a alterar o nome da Hipótese de Base-Palavra para Hipótese de Base-Lexema. Consequentemente, as observações que apresento relativamente à primeira aplicam-se também à segunda.

⁶⁴ Martinet (1960, 1978: 13, 121) define **lexema** como um **monema** que se situa no léxico e pertence a inventários ilimitados, por oposição a **morfema** que «aparece nas gramáticas» e que «nas posições consideradas alterna com um número relativamente restrito de outros

morfemas». Para este autor, o lexema é um radical que «figura tradicionalmente no léxico» acompanhado de um ou mais morfemas. Note-se que **monema** é, na tradição estruturalista europeia, o termo que identifica as «entidades significativas mínimas» (cf. Carvalho 1967, 1984: 484), equivalente de **morfema** no estruturalismo norte-americano. O termo monema recobre dois tipos de unidades - **morfemas** e **semantemas** - que, em paralelo com os **categoremias** e os **lexemas** (que identificam dois tipos de palavras), distinguem os «significantes de significação (meramente) gramatical» dos «significantes de significação objectiva» (cf. Carvalho 1967, 1984: 488).

⁶⁵ Aronoff (1994: 40) virá a reconhecer que «*citation form* is a metalinguistic notion not necessarily meant to be of significance in a theory of language».

⁶⁶ «When all inflectional affixes are stripped from a word, what is left is a *stem*. In some cases the stem itself occurs as a complete word, as in English *boys* [...]. In other cases the stem is a bound form. This is generally so in Latin: the nominative singular *amīcus* 'friend' and the nominative plural *amīcī* 'friends' share only *amīc-*»

⁶⁷ Hoekstra, Hulst e Moortgat (1980: 20), defendem que a Hipótese de Base-Palavra «is a relative claim subject to typological differences», dada a existência de línguas em que a base de um processo morfológico derivacional é uma forma flexionada (cf. Nida 1946; Moody 1978), e de línguas em que a base é um radical.

⁶⁸ **Índice temático** é a designação que atribuo ao constituinte a que a tradição gramatical dá geralmente o nome de terminação, desinência ou morfema de género.

⁶⁹ No capítulo 4 discutirei a relação entre o índice temático e a classe nominal e justificarei as classes nominais que aqui proponho.

⁷⁰ No domínio da composição (de que me ocuparei no capítulo 6), verifica-se que os constituintes podem ser radicais (cf. *franco-alemão*) ou palavras (cf. *sofá-cama*).

⁷¹ A posição que aqui assumo, quanto à prefixação, considerando que as formas de base são sempre palavras, deve ser entendida como uma hipótese de trabalho, dado que a análise destes processos não cabe no âmbito do presente estudo.

⁷² Nunes (1919, 1975: 277-280) refere que «como conjugação criadora, notam-se nela apenas os incoativos; afora estes verbos, nenhum outro produziu a sua fecundidade, que por isso foi bem fraca e cessou por completo na língua moderna». No entanto, mais adiante (cf. Nunes 1919, 1975: 383-384), o autor afirma que o sufixo «-cer [...] é próprio dos verbos *incoativos* e o único da segunda conjugação que ainda conserva vitalidade, ocorrendo frequentemente acompanhado de composição, como mostram os seguintes exemplos, nos quais figura, unido de preferência a radicais nominais, com a vogal figurativa da segunda conjugação: *a-noit-ecer*, *em-brut-ecer*, *em-pobr-ecer*, *escur-ecer*, *amanh-ecer*, *en-surd-ecer*, *en-velh-ecer*, *en-dur-ecer*, *verd-ecer*, *a-grand-ecer*, *a-bast-ecer*, *per-ecer*, *adorm-ecer*, *a-cont-ecer*, etc.»

Hüber (1933, 1986: 277) afirma que, no Português Antigo, o sufixo *-ecer* «originou grande quantidade de verbos novos», como *adormecer*, *agradecer*, *aparecer*, *empobrecer*, *enfraquecer* e *envelhecer*. A produtividade do sufixo *-ecer* no Português Europeu Contemporâneo está, pois, ainda por determinar.

⁷³ Nunes (1919, 1975: 277) admite, no entanto, que esses verbos tenham «sido refeitos ainda no Latim vulgar, segundo se deduz da sua existência, sob a última forma, nas variadas línguas românicas».

⁷⁴ Hüber (1933, 1986: 207) e Said Ali (1931, 1964: 155) notam que em Português antigo se registam ocorrências das duas formas.

⁷⁵ Segundo Williams (1938, 1961: 188), esta neutralização ocorre em Português Moderno. A vogal temática dos verbos da segunda conjugação passa, tal como a da terceira, a ser realizada como [i], substituindo o [u] que, em Latim Vulgar e em Português Antigo, participava na formação do participípio passado dos verbos provenientes das segunda e terceira conjugações latinas:

	Latim Clássico	Latim Vulgar	Português Antigo	Português Moderno
1 ^a C	-a <u>u</u> ctum	-a <u>u</u> ctum	-ado	-ado
2 ^a C	-e <u>u</u> ctum	-u <u>u</u> ctum	-udo	-ido
3 ^a C	-i <u>u</u> ctum	-u <u>u</u> ctum	-udo	-ido
4 ^a C	-i <u>u</u> ctum	-i <u>u</u> ctum	-ido	-ido

Não é clara a periodização estabelecida pelo autor, mas pode afirmar-se, com segurança, que no século XVI a forma *-ido* já tinha substituído *-udo* (cf. Williams 1938, 1961: 188-189).

Pardal (1973, 1977: 54, 197) sugere que a vogal temática da segunda conjugação é realizada como [i], no particípio passado, por operação de uma regra, cuja formulação reflete a aceitação de um processo de neutralização:

$$S \ V \ Y \ \rightarrow \ [+alto] / + \ ___ \ +]_{PP}$$

G-bxM

⁷⁶ Pardal (1973, 1977: 46) refere que, no presente do indicativo dos verbos da terceira conjugação, «la réalisation de la voyelle thématique dans les formes où elle ne porte pas l'accent est parallèle à celle de la voyelle thématique de la deuxième conjugaison».

⁷⁷ Williams (1938, 1961: 191) refere que «formas como *dormente*, *servente* são provavelmente sobrevivências de um período anterior ao advento da terminação *-inte*».

⁷⁸ Aronoff (1994: 7) reconhece que as regras de truncamento são questionáveis, afirmando que «what led me to truncation was my own confusion of lexemes with free forms». Como já referi, só tive conhecimento desse texto na fase final de elaboração deste trabalho.

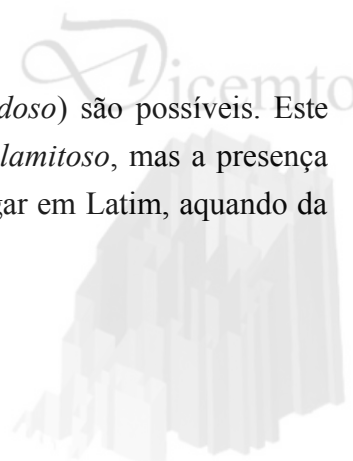
⁷⁹ O sublinhado é da minha responsabilidade.

⁸⁰ A forma *-aria* corresponde às formas *-eria* do Castelhana e do Italiano, e *-erie* em Francês. Segundo Said Ali (1931, 1964: 232- 233) é por influência destas línguas que, a partir do século XVI surgem, em Português, formas como *parceria*.

⁸¹ Cf. *operário* / *obreiro*, *solitário* / *solteiro*.

⁸² Cf. Rio-Torto (1986).

⁸³ Note-se, que em Castelhana, as duas formas (*bondadoso* e *bondoso*) são possíveis. Este processo de haplologia está também presente numa forma como *calamitoso*, mas a presença da consoante surda [t] demonstra que a sua intervenção terá tido lugar em Latim, aquando da sua formação a partir da forma *calamitate-*.



⁸⁴ O autor refere alguns exemplos do Castelhana, como *lunes* / **luneses*. Em Português há casos semelhantes como *lápiz* / **lápises*.

⁸⁵ Note-se que o DPE regista quer a forma *gratuidade*, quer *gratuitidade*. Neste caso, não é a última sílaba da base que é suprimida, mas sim a sílaba formada pela última consoante da base e pela primeira vogal do sufixo.

⁸⁶ A adjunção do prefixo *des-* ao verbo *estabilizar* pode ser realizada por diferentes falantes de diferentes modos: *desestabilizar*, *destabilizar*. Não é, no entanto, de crer que a segunda corresponda a uma forma sobre a qual tenha incidido um processo de haplologia, dado que a sequência não inclui duas consoantes iguais. Pode, alternativamente, admitir-se que a forma *destabilizar* é derivada da forma fonética do verbo base ([stabli'zar]). Este fenómeno não é, aliás, extensível a outras formas como *desesperar* (cf. **desperar*).

⁸⁷ O estudo da prefixação não cabe nos limites do presente trabalho. No entanto, algumas referências serão feitas nos capítulos 5 e 6.

⁸⁸ Neste trabalho discutirei a flexão de categorias principais (adjectivos, nomes e verbos), ou seja, de categorias cujos paradigmas flexionais podem ser testados por novas palavras.

⁸⁹ Entre outros trabalhos, Varrão é autor da obra *De Lingua Latina*, dedicada a Cícero e formada por vinte e cinco livros. Kent (1951: viii), que realizou a tradução inglesa dos fragmentos conhecidos, refere que, da totalidade, sobreviveram, ainda que com lacunas, os livros 5 a 10.

⁹⁰ A transcrição latina apresentada por Kent (1958: 386-388) é a seguinte:

«21. [...] Declinationum genera sunt duo, voluntarium et naturale; voluntarium est, quo ut cuiusque tulit voluntas declinavit. Sic tres cum emerunt Ephesi singulos servos, nonnunquam alius declinat nomen ab eo qui vendit Artemidorus, atque Artemam appellat, alius a regione quod ibi emit, ab Ion<i>a Iona, alius quod Ephesi Ephesium, sic alius ab alia aliqua re, ut visum est.

22. Contra naturalem declinationem dico, quae non a singulorum oritur voluntate, sed a com<m>uni consensu. Itaque omnes impositis nominibus eorum item

declinant casus atque eodem modo dicunt huius Artemidori et huius Ionis et huius Ephesi, sic in casibus aliis.»

⁹¹ A semelhança formal entre processos de flexão e de derivação não é exclusiva de línguas como o Português, em que a flexão é realizada por afixação. Anderson (1988: 28-29) afirma que nas línguas onde a flexão é realizada por ablaut, duplicação, subtração ou metátese, essas operações realizam igualmente processos derivacionais.

⁹² Veja-se, por exemplo, Carvalho (1967, 1984) ou Câmara (1971, 1984). Carvalho (1967, 1984: 532, 571, 598-600) considera que o contraste entre flexão e derivação é relevante, mas a sua fundamentação é exclusivamente de natureza semântica. Segundo este autor, a flexão trata da «variação formal e significativa no interior de uma palavra semântica pela qual a sua significação interna, constante, é determinada particularmente pelas diversas significações gramaticais periféricas que se associam àquela». Câmara (1971, 1984: 48-50), que é sensível à natureza morfo-sintática da flexão, sublinha essencialmente o seu carácter de obrigatoriedade: a flexão é um «mecanismo obrigatório e coerente que estabelece paradigmas exaustivos e de termos exclusivos entre si», enquanto que a derivação é um processo «fortuito e desconexo», responsável pela formação de novas palavras cuja utilização depende da «vontade do falante» e que não se constitui nos ditos paradigmas exaustivos e de termos mutuamente exclusivos.

⁹³ A perifericidade da flexão constitui, segundo Greenberg (1961, 1963: 73), um universal linguístico:

«Universal 28. If both the derivation and inflection follow the root, or they both precede the root, the derivation is always between the root and the inflection».

⁹⁴ Em 4.2. apresento os argumentos que permitem defender que os contrastes de género nos adjectivos e nos nomes, contrariamente aos de número, não são realizados por processos flexionais. Por outro lado, pode admitir-se que os nomes, tal como os pronomes pessoais, possuem uma especificação de pessoa, mas essa informação é redundante, dado que, contrariamente aos pronomes, o seu único valor possível é o da terceira pessoa.

⁹⁵ A flexão nominal será retomada e discutida em 4.2.



⁹⁶ Ainda que não seja foneticamente realizado, a grafia mantém frequentemente um "vestígio" da existência desse índice temático Ø (cf. *sede, mares*).

⁹⁷ Como é sabido, na flexão verbal do Português há dois conjuntos de formas cuja base não é o tema verbal: trata-se do futuro do presente (cf. *cantarei*) e do futuro do pretérito (cf. *cantaria*). Estas formas devem ser consideradas como compostos que integram o infinitivo de um verbo e formas (truncadas) do presente e do pretérito imperfeito de *haver*.

⁹⁸ Adopto a distinção entre paradigma flexional e paradigma derivacional caracterizada por Boer (1982: 57) nos seguintes termos:

«inflectional paradigms state relations within the lexical item and derivational paradigms relations between lexical items.»

Neste sentido, o paradigma flexional de uma unidade lexical (um tema adjectival, nominal ou verbal) contém o conjunto de formas flexionadas, no domínio de uma dada categoria (número) ou conjunto de categorias (tempo-modo-aspecto, pessoa-número) morfo-sintáctica(s).

⁹⁹ Note-se que estas propriedades são referidas por Varrão (cf. Kent 1958: 390, 464):

«23. [...] <in> declinatione voluntaria sit anomalia, in naturali magis analogia»

«35. [...] in voluntaris declinationibus inconstantia est, in naturalibus constantia»

¹⁰⁰ Ferreira (1991: 38-42) conta a história de uma criança que, querendo conhecer palavras, ouve os conselhos de vários autores e personagens de romance. Robin dos Bosques, por exemplo, recomenda o uso do dicionário, mas

«um homem baixo que tinha estado todo o tempo sentado a fumar [...] disse: "cuidado, os dicionários são uma armadilha, com aquelas palavras todas. [...] É que nem todas as palavras que estão no dicionário se podem usar."

"Pois não", disse o Coelho Branco, que nesse momento atravessava a sala apressadamente, com um monte de folhas de papel nas mãos. "Por exemplo, é conveniente evitar as seguintes formas verbais: dissuado, ponhamos, haverão, ajamos, peçamos, discirno, compila ..."

"E os substantivos", disse o grilo, "não te esqueças dos substantivos".

"Pois, como postura, concubinato, vitupério, catadura, predecessor, procela..." [...]

Perguntei ao grilo porque é que não se deviam usar estas palavras. Porque soam mal, custam a dizer, esclareceu-me ele. São feias, em suma.»

¹⁰¹ É o que se verifica nos seguintes casos, que recobrem diferentes contextos (final de sílaba, coincidente ou não com fronteira de morfema ou fronteira de palavra):

- (i) a. /s/ -> [S]
- | | | |
|---------------|--------------------|------------------|
| <i>raspar</i> | <i>desproteger</i> | <i>as portas</i> |
| <i>poste</i> | <i>destronar</i> | <i>as tiras</i> |
| <i>risco</i> | <i>descromar</i> | <i>as caras</i> |
| | <i>desfazer</i> | <i>as facas</i> |
- b. /s/ -> [J]
- | | | |
|---------------|---------------------|-------------------|
| | <i>desbaratar</i> | <i>as barbas</i> |
| <i>desdém</i> | <i>desdourar</i> | <i>as dúvidas</i> |
| <i>rasgo</i> | <i>desgravar</i> | <i>as golas</i> |
| <i>resma</i> | <i>desmoer</i> | <i>as mãos</i> |
| <i>cisne</i> | <i>desnivelar</i> | <i>as nódoas</i> |
| <i>oslo</i> | <i>desligar</i> | <i>as letras</i> |
| | <i>desvalorizar</i> | <i>as vacas</i> |

¹⁰² Os verbos não flexionam em **número**, mas, como já referi em pessoa-número. Com efeito, as formas verbais do singular e do plural não referem uma simples oposição de cardinalidade que contraste uma unidade (eg. *eu*) a um número superior de unidades (cf. *nós* ≠ *eu* + *eu* ...), semelhante, por exemplo, à que caracteriza os contrastes nominais de número. Por outro lado, o sufixo que realiza o plural de nomes e adjectivos é distinto dos sufixos que realizam, cumulativamente, as categorias de pessoa e número, nos verbos.

¹⁰³ Cf. Stanckiewicz (1962: 1-2).

¹⁰⁴ Tradicionalmente, a classe das palavras que «designam os seres e seus atributos» (cf. Said Ali 1931, 1964: 54) integra duas subclasses (adjectivos e substantivos) e opõe-se à classe dos verbos, que expressam «a noção predicativa» e denotam «acção ou estado» (cf. Said Ali 1931, 1964: 129). O tratamento conjunto de adjectivos e nomes é, de um modo geral, sustentado por argumentos de ordem morfológica, como a identidade de flexão em género e número, e por

argumentos de ordem morfo-sintáctica relacionados com a existência de um número não desprezável de palavras que podem ocorrer em posições típicas quer de nomes, quer de adjectivos: Óscar Lopes (1971: 55, 56, 80) cita formas como *alemão*, *gordo*, *magro*, *rico*, *valente* e *velho*, referindo também que «na função sintáctica de nome predicativo do sujeito, a diferença entre substantivos e adjectivos se neutraliza, ou torna pelo menos questionável em português: "*ele é forte*", "*ele é velho*", "*ele é homem*"».

¹⁰⁵ Tradicionalmente, a distinção entre adjectivos e nomes assenta em critérios semânticos, em função dos quais se afirma que os nomes «designam os entes» e os adjectivos «mostram as suas qualidades» (Nunes 1919, 1975), ou «atributos de dimensão, tamanho, cor, consistência, etc.» (Said Ali 1931, 1964: 54). São ainda critérios semânticos os que são utilizados para o estabelecimento de subclasses, como a dos substantivos concretos, «nomes de referência directa aos seres» (Said Ali 1931, 1964: 54) e abstractos, que representam atributos inerentes aos seres mas independentemente considerados (Said Ali 1931, 1964: 54), ou as de nomes próprios (de baptismo, patronímicos e geográficos) «com que se distingue algum indivíduo de entre outros congéneres desprezando os caracteres genéricos» (Said Ali 1931, 1964: 54) e comuns que se aplicam «não somente a um ser, mas a todos aqueles que tiverem os mesmos caracteres» (Said Ali 1931, 1964: 54), e que incluem os colectivos (gerais ou absolutos e parciais ou partitivos) e os numerais (cardinais e ordinais).

Esta caracterização clássica das subclasses nominais, nomeadamente nomes próprios e comuns, colectivos, concretos e abstractos, é criticada, de um ponto de vista também semântico, por Óscar Lopes (1971: 36-45, 73-76, 192-199), mas a sua discussão não cabe no âmbito deste trabalho. Assim, considerarei que, de um ponto de vista morfológico, a distinção entre adjectivos e nomes é justificada pela existência de afixos derivacionais que seleccionam bases e/ou formam palavras que têm exclusivamente a distribuição típica de uma dessas categorias: *-oso/a*, por exemplo, selecciona radicais nominais (cf. *cheiroso/a*, **beloso/a*), mas *-eza* selecciona radicais adjectivais (cf. *beleza*, **cheireza*).

¹⁰⁶ Não cabe no âmbito deste trabalho o estudo da «complexidade lógica da flexão singular-plural», assinalado por Lopes (1971: 70-77), que também refere a necessidade do seu entendimento para a compreensão de subclasses de nomes colectivos e abstractos, das relações entre adjectivo e nome, e dos graus dos adjectivos. Veja-se também Stanckiewicz (1962: 1).

¹⁰⁷ Tal facto está certamente na origem de uma pluralização rejeitada pela norma em palavras como *eiroses* ou *filhoses*. Segundo Said Ali (1931, 1964: 58), algumas destas formas (ex. *ourivezes*, *alferezes*) estão atestadas em textos de autores quinhentistas.

¹⁰⁸ Note-se que uma forma como *óculos* é interpretável quer como plural de *óculo* quer como uma palavra cuja forma singular é inexistente (**óculo*). No Português do Brasil, a forma *óculos* é utilizada por muitos falantes como sendo uma forma do singular. Esta recuperação da forma do singular não constitui, no entanto, um caso isolado: Said Ali (1931, 1964: 60) refere três palavras que foram utilizadas no plural com o valor semântico de colectivo indiviso (cf. *peitos*, *narizes* e *queixadas*), tendo esse uso sido abandonado.

¹⁰⁹ A este respeito, veja-se, por exemplo, o comportamento de um empréstimo como *curriculum* / *curricula* e a sua substituição pelo par *currículo* / *currículos*.

¹¹⁰ Note-se que a variação em número não é universalmente realizada por processos de flexão. Tal como Uhlenbeck (1978), Marle (1985: 37) restringe as instâncias de flexão aos processos que operam sobre traços de palavras que correspondem sistematicamente a traços de estrutura de frase. Consequentemente, Marle (1985) faz notar que a pluralização de nomes e a formação de comparativos, em Holandês, são processos derivacionais e não flexionais.

¹¹¹ Os adjectivos pertencentes à primeira declinação latina possuem formas específicas para o masculino, o feminino e o neutro (*-us*, *-a*, *-um*).

¹¹² Registe-se a afirmação de Boer (1982: 90) segundo a qual «membership of a declension is a property of lexical items».

¹¹³ Há excepções, como *mulherão*, em que o sufixo aumentativo determina uma mudança de género que não corresponde a qualquer mudança de sexo. Esta inadequação entre género gramatical e sexo da entidade referida pode, talvez, justificar a possibilidade de ocorrência da forma feminina sinónima (cf. *mulherona*). Outras excepções são as que se verificam em formas como *abutre-fêmea* (cf. 40a).

¹¹⁴ Há um pequeno conjunto de palavras, que inclui, entre outras, formas como *diabetes*, *personagem*, *sanduche* ou *sentinela*, que Cunha e Cintra (1984, 1991: 150) classificam como palavras de «género vacilante». Constatase, no entanto, que esta hesitação só se verifica no

contraste entre falantes, registando-se que há quem utilize a palavra *personagem* como nome feminino, outros utilizam-na como nome masculino, e outros ainda como um nome uniforme. Trata-se, pois, de um fenómeno distinto do que se verifica nos nomes uniformes.

¹¹⁵ Corbett (1991: 1) chama a atenção para o facto de nem todas as línguas favorecerem o valor masculino de género.

¹¹⁶ Lopes (1971: 67-68) afirma que «quando um nome comum varia em terminação quanto ao género, a forma gramaticalmente masculina assume, sobretudo no plural, dois significados diferentes, pois ora designa todo um conjunto de seres tanto do sexo masculino como do feminino, ora designa um seu subconjunto: o dos seres do masculino, exclusivamente. [...] esta ambiguidade de formas do masculino [...], particularmente reforçada pela concordância sintáctica ("homens e mulheres corajosos"), é que, em morfologia do português, torna aceitável que um nome seja nomeado [...], nas gramáticas e dicionários, pela forma do masculino singular [...] tal forma masculina singular vale como forma genérica não-marcada».

¹¹⁷ Note-se que Marle (1985: 215-217) considera que, em Holandês, o género é realizado por sufixação derivacional em casos como os seguintes:

- | | | | | |
|-----|--------------|--------------|----------------|---------------|
| (i) | <i>boer</i> | 'agricultor' | <i>boerin</i> | 'agricultora' |
| | <i>prins</i> | 'príncipe' | <i>prinses</i> | 'princesa' |

¹¹⁸ Said Ali (1931, 1964: 62) considera que a existência de mais do que uma forma para o feminino é consequência da inexistência de uma forma feminina num período anterior, ou seja, resulta de uma distinção tardia entre masculino e feminino. Esta distinção corresponde, no entanto, com alguma frequência a diferentes interpretações semânticas. Como é sabido, *embaixadora* designa uma entidade do sexo feminino que desempenha uma dada função diplomática, enquanto que *embaixatriz* designa o cônjuge feminino do *embaixador*.

¹¹⁹ Ver nota 27.

¹²⁰ A inexistência de classes temáticas em Inglês não implica a inexistência de outras subcategorias morfológicas. Note-se que, nos nomes, é necessário distinguir os que realizam o plural por adunção do sufixo *-s* (cf. *boy, boys*) dos que realizam essa flexão de outro modo (cf. *mouse, mice*). O mesmo se verifica na flexão verbal (cf. *work, worked, worked* vs *begin, began, begun*).

¹²¹ Note-se que Stanckiewicz (1962: 12-13) afirma que, em Russo, o género é uma categoria inerente dos nomes e uma categoria flexional dos adjectivos.

¹²² No Português Europeu Contemporâneo, encontram-se vestígios do valor neutro nos pronomes demonstrativos (cf. *isto, este, esta*), e de flexão casual nos pronomes pessoais (cf. *eu, me, mim*).

¹²³ Note-se que Corbett (1991: 68) afirma que «in those languages which have been studied in depth, the gender of at least 85 per cent of the nouns can be predicted from information required independently in the lexicon.»

¹²⁴ Corbett (1991: 63) refere que não há sistemas de atribuição de género exclusivamente formais, ou seja, o género tem sempre uma base semântica, mas há sistemas estritamente semânticos. Segundo Corbett (1991: 9), é o que se verifica numa língua como o Tamil (falada por cerca de 50 milhões de falantes, no sudeste da Índia e no Sri Lanka): nomes que designam seres racionais do sexo masculino pertencem ao género masculino, os que referem seres racionais do sexo feminino pertencem ao género feminino, e todos os restantes nomes, ou seja, todos os nomes que não designam seres racionais, têm género neutro. Mas este tipo de sistemas de género não é o mais frequente nas línguas do mundo (cf. Corbett 1991: 8). Pelo contrário, os sistemas formais de base semântica são os mais comuns.

¹²⁵ Corbett (1991: 64) considera que, nestes casos, os critérios que não são predominantes têm por função reforçar as regras principais e contribuir para a estabilidade dos sistemas.

¹²⁶ Ver nota 37.

¹²⁷ O princípio de ramificação binária é proposto por Lieber (1980: 82): «my system contains a single context-free rewrite rule which will generate unlabeled binary branching tree structures». Segundo esta autora, a restrição relativa à binaridade das estruturas morfológicas é motivada pela sua constatação da inexistência de afixos descontínuos, do tipo X...Y, que, associados a uma base Z, dariam origem a uma forma XZY, sem que XZ ou ZY fossem palavras existentes.

O Português confirma a inexistência de sufixos descontínuos no domínio da flexão (razão pela qual, neste caso, adopto o princípio de ramificação binária), mas, como referi em Villalva

(1994), a ocorrência de compostos como *afro-luso-brasileiro* parece indicar que nem todas as estruturas morfológicas são estruturas binárias (cf. capítulo 6).

¹²⁸ Os dados sobre aquisição da flexão no Português do Brasil, e em particular sobre o desenvolvimento dos marcadores de pessoa-número nos verbos, apresentados por Simões e Stoel-Gammon (1979) parecem indicar a relevância das relações de precedência entre os sufixos flexionais. Estas autoras identificam quatro fases distintas. Assim, as primeiras formas verbais utilizadas, qualquer que seja a pessoa gramatical do sujeito pretendido e qualquer que seja a referência temporal desejada, são as da segunda/terceira pessoa-singular (as autoras utilizam esta designação porque as formas verbais de segunda e terceira pessoas são idênticas na variante do Português do Brasil) do presente do indicativo, flexionadas de acordo com a conjugação a que o verbo pertence (exs. *gosta, bebe*). Em seguida, ocorre a distinção aspectual 'acabado / inacabado', através da oposição presente / pretérito perfeito do indicativo (exs. *gosta / gostou, bebe / bebeu*). Mais tarde, surge a distinção de pessoa-número no presente do indicativo (exs. *gosto / gosta, bebo / bebe*), e posteriormente no pretérito perfeito do indicativo, sendo de realçar a existência de uma fase intermédia durante a qual a flexão de primeira pessoa-singular do pretérito perfeito, tal como a do presente, não varia de acordo com a conjugação (exs. *gostei / gostou, bebei / bebeu* -> *gostei / gostou, bebi / bebeu*). Por último, estabelecem-se as distinções entre formas singulares e plurais. É ainda curiosa a sequência de formas que ocorrem na procura da primeira pessoa-singular do pretérito perfeito dos verbos irregulares, exemplificada por Simões e Stoel-Gammon (1979: 63) com o verbo *fazer*:

- (i) *fez* = 2ª / 3ª pessoa-singular de *fazer*
fazeu = 2ª / 3ª pessoa-singular dos verbos regulares da 2ªC (cf. *bebeu*)
fazei = 1ª pessoa-singular dos verbos regulares da 1ªC (cf. *cantei*)
fazi = primeira pessoa-singular dos verbos regulares da 2ªC (cf. *bebi*)
fiz

Em resumo, Simões e Stoel-Gammon (1979: 61, 66) afirmam que a aquisição de marcadores de tempo-modo-aspecto é anterior à de pessoa-número, sendo ambas precedidas pela distinção de conjugação. Estas constatações devem ser relacionadas com a ordem relativa que os diferentes marcadores de flexão verbal ocupam na estrutura dos verbos.

¹²⁹ Admito que esta hipótese de representação das estruturas de flexão seja adequada a todas as línguas em que este processo morfológico é realizado por flexão. A investigação que

desenvolvi, e que tem por âmbito as estruturas de sufixação do Português, permite formular essa hipótese, mas não permite confirmá-la. O mesmo se verifica relativamente a outras hipóteses de representação que adiante virei a propor.

¹³⁰ Ver nota 12.

¹³¹ A integração da sufixação avaliativa e Z-avaliativa na estrutura das palavras formadas por sufixação será tratada no capítulo 5.

¹³² Como referi no capítulo 2, Williams (1981) considera que a identificação do núcleo de uma palavra complexa está a cargo da Regra de Atribuição do Núcleo à Direita, contrariamente ao que se verifica em sintaxe, onde «the head of a phrase is immediately identifiable; it is the subphrase having all the same features, but one bar fewer». Esta regra é, como também já referi, inaceitável, dado que considera que qualquer constituinte que ocupe a última posição à direita é o núcleo das palavras complexas, determinando a sua categoria sintáctica, o que não se verifica no caso de esse constituinte ser um sufixo de flexão ou um sufixo avaliativo.

Posteriormente, Selkirk (1982: 20) propôs uma reformulação desta regra, segundo a qual o núcleo é o constituinte mais à direita portador de uma especificação quanto à categoria sintáctica, e que Di Sciullo e Williams (1987) retomam, introduzindo o conceito de núcleo relativizado.

Lieber (1992) apresenta uma crítica a todas estas propostas, concluindo que nenhuma permite dar conta de estruturas em que o núcleo corresponde ao constituinte da esquerda e que estão igualmente atestados em Português (cf. *acaule*, *anti-rugas*).

¹³³ A proposta que apresento é radicalmente diferente da proposta de Kayne (1993: 27-30). Segundo este autor, todas as palavras são estruturas de adjunção, cujo núcleo é o elemento terminal imediatamente dominado pela palavra. Com efeito, as soluções que adopta para a morfologia não me parecem sustentáveis. É, por exemplo, duvidosa a análise de Kayne (1993) segundo a qual, na forma *overturn* 'virar ao contrário', *turn* é o núcleo e *over* um adjunto, enquanto que, na forma *overturns*, o núcleo é o sufixo flexional (-s) e *overturn* é o seu adjunto. Com efeito, *overturn* e *overturns* são formas flexionadas do mesmo verbo, sendo pouco plausível que não tenham o mesmo núcleo. A discussão desta proposta não cabe, porém, no âmbito do presente trabalho.

¹³⁴ Lieber (1989: 111-112) considera que o cálculo da estrutura argumental das palavras morfológicamente complexas não está a cargo dos processos de percolação, mas sim, à semelhança de Toman (1987), de um mecanismo de herança. Por outro lado, Lieber (1989: 97, 100) defende que os traços diacríticos (como [±erudito]) e semânticos (como [±animado]) também não participam nos processos de percolação, não apresentando, contudo, qualquer proposta alternativa. A exclusão destes aspectos não impede, no entanto, a consideração das suas propostas no que diz respeito às propriedades morfo-sintácticas.

¹³⁵ Note-se que a categoria sintáctica não é uma categoria flexional mas é uma informação percolável.

¹³⁶ Note-se que Lieber (1989) utiliza o termo 'unmarked' como sinónimo de 'unspecified'.

¹³⁷ A literatura disponível sobre este assunto é extensa, particularmente no quadro da morfologia natural. Vejam-se, por exemplo, os trabalhos de Dressler, Mayerthaler, Panagl e Wurzel (1987) e Wurzel (1989).

¹³⁸ Nos nomes colectivos é necessário distinguir o valor do traço morfo-sintáctico de número, que pode ser singular (cf. *fruta, rebanho*) ou plural (cf. *frutas, rebanhos*), do valor de um traço morfo-semântico (por exemplo [±colectivo]) que codifique o facto de estes nomes referirem um conjunto de entidades.

¹³⁹ Ver nota 30.

¹⁴⁰ Em Português, a flexão verbal morfológica diz respeito às chamadas formas simples. Os tempos compostos, tal como as construções perifrásticas, são estruturas sintácticas.

¹⁴¹ Segundo Hall (1992: 178), a terceira pessoa-singular ocupa uma posição central no paradigma de flexão verbal do Indo-europeu. Este autor sugere que a ocorrência de uma redução fonológica (/rst/ -> /rt/) independentemente motivada (cf. Watkins 1962) é responsável pela seguinte modificação no paradigma verbal do Celta:

(i)	Indo-europeu	Pré-Celta	Celta
	* <i>bher - s - m</i>	* <i>ber - s - u</i>	<i>ber - t - u</i>
	* <i>bher - s - s</i>	* <i>ber - s - i</i>	<i>ber - t - i</i>
	* <i>bher - s - t</i>	* <i>ber - - t</i>	<i>ber - t -</i>



Note-se, no entanto, que em Inglês a forma da terceira pessoa-singular não se apresenta intuitivamente como a forma não-marcada (cf. (*I, you, we, they*) *sing* vs (*he, she, it*) *sings*).

¹⁴² Note-se que o pretérito mais-que-perfeito é escassamente utilizado no Português Europeu Contemporâneo.

¹⁴³ A hipótese que aqui apresento diz respeito aos verbos regulares da primeira conjugação, e exclui o futuro do pretérito e o futuro do presente que exigem um tratamento específico, dado serem formas compostas (veja-se a posição dos clíticos relativamente a estas formas: *cantá-lo-ei, cantar-lhe-ia*).

¹⁴⁴ Para simplificar a apresentação, a forma dos sufixos que aqui registo é a sua forma ortográfica.

¹⁴⁵ As formas de primeira pessoa-plural do presente e do pretérito perfeito do indicativo são idênticas nos verbos da segunda e terceira conjugações. A primeira conjugação (em alguns dialectos do Português Europeu) distingue as duas formas contrastando em altura a vogal temática.

¹⁴⁶ As formas de segunda pessoa-plural (*vocês*) e terceira pessoa-plural do pretérito perfeito e do pretérito mais-que-perfeito do indicativo são foneticamente ambíguas (cf. *cantaram*), mas estruturalmente distintas. No primeiro caso, a flexão em tempo-modo-aspecto e pessoa-número é realizada por um sufixo amálgama (cf. *ram*), no segundo, a flexão em tempo-modo-aspecto é realizada por um sufixo (cf. *ra*) e a flexão em pessoa-número é realizada por outro sufixo (cf. *-m*).

¹⁴⁷ A omissão de um dos traços é equivalente à sua especificação com todos os valores possíveis. Assim, [+N] = [+N, +V] + [+N, -V]. Ou seja, [+N] = adjectivos e nomes.

¹⁴⁸ A especificação das (ou de algumas das) formas participiais como [+V] é, pois, inadequada. [+V] não identifica uma quinta categoria de palavras, mas sim um conjunto de categorias (adjectivos e verbos). O que se pretende com esta categorização das formas participiais que ocorrem em construções passivas, é impedir a ocorrência quer de formas verbais, quer de adjectivos. Esta solução não assegura um tal requisito, mas há alternativas (cf. Villalva, em preparação).

¹⁴⁹ Por exemplo: as categorias [-N] são atribuidoras de caso.

¹⁵⁰ Por exemplo, na identificação das bases disponíveis para um dado processo de formação de palavras.

¹⁵¹ O **princípio de ramificação binária** é proposto por Lieber (1980: 82): «my system contains a single context-free rewrite rule which will generate unlabeled binary branching tree structures». Segundo esta autora, a restrição relativa à binaridade das estruturas morfológicas é motivada pela sua constatação da inexistência de afixos descontínuos, do tipo X...Y, que, associados a uma base Z, dariam origem a uma forma XZY, sem que XZ ou ZY fossem palavras existentes.

O Português confirma a inexistência de sufixos descontínuos no domínio da flexão (razão pela qual, neste caso, adopto o princípio de ramificação binária), mas, como referi em Villalva (1994), a ocorrência de compostos como *afro-luso-brasileiro* parece indiciar que nem todas as estruturas morfológicas são estruturas binárias (cf. capítulo 6).

¹⁵² Os dados sobre aquisição da flexão no Português do Brasil, e em particular sobre o desenvolvimento dos marcadores de pessoa-número nos verbos, apresentados por Simões e Stoel-Gammon (1979) parecem indiciar a relevância das relações de precedência entre os sufixos flexionais. Estas autoras identificam quatro fases distintas. Assim, as primeiras formas verbais utilizadas, qualquer que seja a pessoa gramatical do sujeito pretendido e qualquer que seja a referência temporal desejada, são as da segunda/terceira pessoa-singular (as autoras utilizam esta designação porque as formas verbais de segunda e terceira pessoas são idênticas na variante do Português do Brasil) do presente do indicativo, flexionadas de acordo com a conjugação a que o verbo pertence (exs. *gosta, bebe*). Em seguida, ocorre a distinção aspectual 'acabado / inacabado', através da oposição presente / pretérito perfeito do indicativo (exs. *gosta / gostou, bebe / bebeu*). Mais tarde, surge a distinção de pessoa-número no presente do indicativo (exs. *gosto / gosta, bebo / bebe*), e posteriormente no pretérito perfeito do indicativo, sendo de realçar a existência de uma fase intermédia durante a qual a flexão de primeira pessoa-singular do pretérito perfeito, tal como a do presente, não varia de acordo com a conjugação (exs. *gostei / gostou, bebei / bebeu* -> *gostei / gostou, bebi / bebeu*). Por último, estabelecem-se as distinções entre formas singulares e plurais. É ainda curiosa a sequência de formas que ocorrem na procura da primeira pessoa-singular do pretérito perfeito

dos verbos irregulares, exemplificada por Simões e Stoel-Gammon (1979: 63) com o verbo *fazer*:

- (i) *fez* = 2^a / 3^a pessoa-singular de *fazer*
fazeu = 2^a / 3^a pessoa-singular dos verbos regulares da 2^aC (cf. *bebeu*)
fazei = 1^a pessoa-singular dos verbos regulares da 1^aC (cf. *cantei*)
fazi = primeira pessoa-singular dos verbos regulares da 2^aC (cf. *bebi*)
fiz

Em resumo, Simões e Stoel-Gammon (1979: 61, 66) afirmam que a aquisição de marcadores de tempo-modo-aspecto é anterior à de pessoa-número, sendo ambas precedidas pela distinção de conjugação. Estas constatações devem ser relacionadas com a ordem relativa que os diferentes marcadores de flexão verbal ocupam na estrutura dos verbos.

¹⁵³ Admito que esta hipótese de representação das estruturas de flexão seja adequada a todas as línguas em que este processo morfológico é realizado por flexão. A investigação que desenvolvi, e que tem por âmbito as estruturas de sufixação do Português, permite formular essa hipótese, mas não permite confirmá-la. O mesmo se verifica relativamente a outras hipóteses de representação que adiante virei a propor.

¹⁵⁴ Ver nota 12.

¹⁵⁵ A integração da sufixação avaliativa e Z-avaliativa na estrutura das palavras formadas por sufixação será tratada no capítulo 5.

¹⁵⁶ Como referi no capítulo 2, Williams (1981) considera que a identificação do núcleo de uma palavra complexa está a cargo da **Regra de Atribuição do Núcleo à Direita**, contrariamente ao que se verifica em sintaxe, onde «the head of a phrase is immediately identifiable; it is the subphrase having all the same features, but one bar fewer». Esta regra é, como também já referi, inaceitável, dado que considera que qualquer constituinte que ocupe a última posição à direita é o núcleo das palavras complexas, determinando a sua categoria sintáctica, o que não se verifica no caso de esse constituinte ser um sufixo de flexão ou um sufixo avaliativo.

Posteriormente, Selkirk (1982: 20) propôs uma reformulação desta regra, segundo a qual o núcleo é o constituinte mais à direita portador de uma especificação quanto à categoria

sintáctica, e que Di Sciullo e Williams (1987) retomam, introduzindo o conceito de **núcleo relativizado**.

Lieber (1992) apresenta uma crítica a todas estas propostas, concluindo que nenhuma permite dar conta de estruturas em que o núcleo corresponde ao constituinte da esquerda e que estão igualmente atestados em Português (cf. *acaule*, *anti-rugas*).

¹⁵⁷ A proposta que apresento é radicalmente diferente da proposta de Kayne (1993: 27-30). Segundo este autor, todas as palavras são estruturas de adjunção, cujo núcleo é o elemento terminal imediatamente dominado pela palavra. Com efeito, as soluções que adopta para a morfologia não me parecem sustentáveis. É, por exemplo, duvidosa a análise de Kayne (1993) segundo a qual, na forma *overturn* 'virar ao contrário', *turn* é o núcleo e *over* um adjunto, enquanto que, na forma *overturns*, o núcleo é o sufixo flexional (-s) e *overturn* é o seu adjunto. Com efeito, *overturn* e *overturns* são formas flexionadas do mesmo verbo, sendo pouco plausível que não tenham o mesmo núcleo. A discussão desta proposta não cabe, porém, no âmbito do presente trabalho.

¹⁵⁸ Lieber (1989: 111-112) considera que o cálculo da estrutura argumental das palavras morfologicamente complexas não está a cargo dos processos de percolação, mas sim, à semelhança de Toman (1987), de um mecanismo de herança. Por outro lado, Lieber (1989: 97, 100) defende que os traços diacríticos (como [±erudito]) e semânticos (como [±animado]) também não participam nos processos de percolação, não apresentando, contudo, qualquer proposta alternativa. A exclusão destes aspectos não impede, no entanto, a consideração das suas propostas no que diz respeito às propriedades morfo-sintáticas.

¹⁵⁹ Note-se que a categoria sintáctica não é uma categoria flexional mas é uma informação percolável.

¹⁶⁰ Note-se que Lieber (1989) utiliza o termo 'unmarked' como sinónimo de 'unspecified'.

¹⁶¹ A literatura disponível sobre este assunto é extensa, particularmente no quadro da morfologia natural. Vejam-se, por exemplo, os trabalhos de Dressler, Mayerthaler, Panagl e Wurzel (1987) e Wurzel (1989).

¹⁶² Nos nomes colectivos é necessário distinguir o valor do traço morfo-sintáctico de número, que pode ser singular (cf. *fruta*, *rebanho*) ou plural (cf. *frutas*, *rebanhos*), do valor de um

traço morfo-semântico (por exemplo [\pm colectivo]) que codifique o facto de estes nomes referirem um conjunto de entidades.

¹⁶³ Ver nota 30.

¹⁶⁴ Em Português, a flexão verbal morfológica diz respeito às chamadas formas simples. Os tempos compostos, tal como as construções perifrásticas, são estruturas sintácticas.

¹⁶⁵ Segundo Hall (1992: 178), a terceira pessoa-singular ocupa uma posição central no paradigma de flexão verbal do Indo-europeu. Este autor sugere que a ocorrência de uma redução fonológica (/rst/ \rightarrow /rt/) independentemente motivada (cf. Watkins 1962) é responsável pela seguinte modificação no paradigma verbal do Celta:

(i)	Indo-europeu	Pré-Celta	Celta
	* <i>bher - s - m</i>	* <i>ber - s - u</i>	<i>ber - t - u</i>
	* <i>bher - s - s</i>	* <i>ber - s - i</i>	<i>ber - t - i</i>
	* <i>bher - s - t</i>	* <i>ber - - t</i>	<i>ber - t -</i>

Note-se, no entanto, que em Inglês a forma da terceira pessoa-singular não se apresenta intuitivamente como a forma não-marcada (cf. (*I, you, we, they*) *sing* vs (*he, she, it*) *sings*).

¹⁶⁶ Note-se que o pretérito mais-que-perfeito é escassamente utilizado no Português Europeu Contemporâneo.

¹⁶⁷ A hipótese que aqui apresento diz respeito aos verbos regulares da primeira conjugação, e exclui o futuro do pretérito e o futuro do presente que exigem um tratamento específico, dado serem formas compostas (veja-se a posição dos clíticos relativamente a estas formas: *cantá-lo-ei, cantar-lhe-ia*).

¹⁶⁸ Para simplificar a apresentação, a forma dos sufixos que aqui registo é a sua forma ortográfica.

¹⁶⁹ As formas de primeira pessoa-plural do presente e do pretérito perfeito do indicativo são idênticas nos verbos da segunda e terceira conjugações. A primeira conjugação (em alguns dialectos do Português Europeu) distingue as duas formas contrastando em altura a vogal temática.

¹⁷⁰ As formas de segunda pessoa-plural (*vocês*) e terceira pessoa-plural do pretérito perfeito e do pretérito mais-que-perfeito do indicativo são foneticamente ambíguas (cf. *cantaram*), mas estruturalmente distintas. No primeiro caso, a flexão em tempo-modo-aspecto e pessoa-número é realizada por um sufixo amálgama (cf. *ram*), no segundo, a flexão em tempo-modo-aspecto é realizada por um sufixo (cf. *ra*) e a flexão em pessoa-número é realizada por outro sufixo (cf. *-m*).

¹⁷¹ A omissão de um dos traços é equivalente à sua especificação com todos os valores possíveis. Assim, [+N] = [+N, +V] + [+N, -V]. Ou seja, [+N] = adjetivos e nomes.

¹⁷² A especificação das (ou de algumas das) formas participiais como [+V] é, pois, inadequada. [+V] não identifica uma quinta categoria de palavras, mas sim um conjunto de categorias (adjetivos e verbos). O que se pretende com esta categorização das formas participiais que ocorrem em construções passivas, é impedir a ocorrência quer de formas verbais, quer de adjetivos. Esta solução não assegura um tal requisito, mas há alternativas (cf. Villalva, em preparação).

¹⁷³ Por exemplo: as categorias [-N] são atribuidoras de caso.

¹⁷⁴ Por exemplo, na identificação das bases disponíveis para um dado processo de formação de palavras.

¹⁷⁵ Ainda que Wagner (1952: 460) considere que «das Portugiesische ist dafür bekannt, dass es von allen romanischen Sprachen den meisten Gebrauch von Diminutivsuffixen macht».

¹⁷⁶ Cf. Jaeggli (1980), Lang (1990).

¹⁷⁷ Cf. Cabré e Rigau (1986: 95).

¹⁷⁸ Cf. Scalise (1984: 131).

¹⁷⁹ Cf. Corbin (1987: 11).

¹⁸⁰ Cf. Katamba (1993:49).

¹⁸¹ Cf. Wurzel (1989: 179).



¹⁸² Cf. Dressler e Kiefer (1990: 75).

¹⁸³ Língua da Colômbia. Cf. Stump (1992: 11).

¹⁸⁴ *Ilhéu* pode ter duas interpretações: (i) 'pequena ilha'; (ii) 'natural ou proveniente de uma ilha'. Em (8c) refiro a primeira aceção.

¹⁸⁵ Scalise (1984) refere que os sufixos avaliativos alteram a interpretação semântica da base à qual se associam. Creio que, ao utilizar esse termo, o autor não pretende afirmar que os sufixos avaliativos substituem a interpretação semântica da base por uma nova interpretação semântica, mas sim que, preservando essa interpretação, a modificam. É nesse sentido que substituo 'alteram' por 'modificam' (cf. 5.2.).

¹⁸⁶ Cf. Skorge (1956: 59): «acontece ocasionalmente que *-inho* é pronunciado por mais de uma vez, sucessivamente, por exemplo, em *amorzinh-inh-inh-inh-inho* que ouvi dizer a uma avó da Guarda que pôde ver e abraçar a netinha depois de uma longa separação. No entanto, portugueses cultos consideram este modo de exprimir-se exagerado e só popular».

¹⁸⁷ Os aparentes contra-exemplos, ou seja, os casos em que um sufixo avaliativo precede um sufixo derivacional, são formas derivadas a partir de formas avaliativas lexicalizadas:

- (i) *caixilho* [caix] [ilh]_{SA} [ari]_{SD} [a]
padrinho [[a] [[padr] [inh]_{SA}]_N [ar]]_V

Stump (1992: 19-21) apresenta casos de derivação posterior à formação de avaliativos em Alemão, Zulu e Castelhana, para defender a inadequação da proposta de Scalise (1984). Considerando os exemplos do Castelhana, como *bandarillero* 'bandarilheiro' ou *barquillero* 'vendedor de barquinhos', cujas formas de base estão lexicalizadas (cf. *bandera* 'bandeira' -> *banderilla* 'bandarilha'; *barco* 'barco' -> *barquillo* 'barquilha=bolacha americana'), é duvidoso que a generalização de Scalise (1984) possa, de facto, ser posta em causa.

¹⁸⁸ Cf. Law (1989) «We assume that at zero-level, just as at higher-level projections, only three (grammatical) relations are possible in a given projection: Specifier-head, Head-argument (or equivalently Head-complement) and Adjunct-head relations».

¹⁸⁹ Cf. nota 1 do capítulo 4.

¹⁹⁰ Como, por exemplo, as construções comparativas.

¹⁹¹ Óscar Lopes (1971: 189) nota «que em "gatarrão" e "gatinho", por exemplo, o que se superlativa não é um elemento do conjunto substantivo dos gatos, mas uma sua qualidade virtualmente adjectival: o tamanho, o ser grande ou pequeno».

¹⁹² A designação destas formas como superlativo absoluto tem sido objecto de diversas críticas. Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1911-1913, 19???: 43) sugere superlativo elativo, um termo que segundo Trask (1993: 89) identifica «the form expressing greater degree» em línguas que dispõem apenas de dois graus de comparação para os adjectivos. Por outro lado, Óscar Lopes (1971: 186) sugere a sua correcção, considerando que se trata de um superlativo relativo «a um termo de comparação subentendido». A designação que adoptarei - superlativo intensivo - é a que foi proposta por Said Ali (1931, 1964: 82).

¹⁹³ A grafia utilizada nesta transcrição respeita integralmente a do original. Note-se que a grafia da palavra *hiperdraganzão* não é única (ocorrem também as grafias *hiper-draganzão* e *hiperdragonzão*), nem coerente com as grafias *portãozito*, *aldeõezitos*, *aldeõezecos*. É possível que esta oscilação e incoerência se devam à estranheza provocada pela sequência ...ãozão (cf. *hiperdragãozão*) resultante da adjunção do sufixo aumentativo -zão a uma palavra terminada em ...ão.

¹⁹⁴ Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1911-1913, 19???: 41) refere alguns exemplos de «substantivos-superlativados», como *coisíssima*, *narizíssimo* ou *pãozíssimo*, considerando tratar-se de «criação livre». Segundo esta autora, «os letrados juntam [-íssimo] exclusivamente a adjectivos».

¹⁹⁵ Lang (1990: 92-93) considera que «the pejorative *caudillo* derives from the negative import of the base *caudillo*», concluindo que «it is rash to semantically categorise these suffixes out of context».

¹⁹⁶ A propósito dos diminutivos em Alemão, Dressler e Kiefer (1990: 74) afirmam que «the precise connotative effect of an *erl-* diminutive is text-pragmatically determined».

¹⁹⁷ Lang (1990: 104) considera que, em Castelhana, há uma tendência «to produce lexicalisation of specialised meanings where the diminutive motivation becomes lost».

¹⁹⁸ José Joaquim Nunes (1919, 1975: 381) cita alguns exemplos de palavras que perderam «a primitiva significação de diminutivo», como *vasilha, atilho, costela, fivela, janela*.

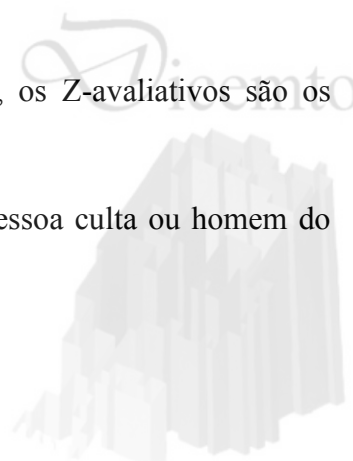
¹⁹⁹ Lang (1990: 100), considerando que em Castelhana há sufixos avaliativos que alteram o género da base, afirma que estes sufixos implicam «a much more marked change of meaning of the base» e ainda que «gender change is usually accompanied by change or specialisation of meaning beyond the strictly emotive diminutive or augmentative dimension». Por outro lado, Lang (1990) afirma que estes sufixos são menos produtivos do que aqueles que não provocam mudança de género. Pode, assim, concluir-se que o que defendi para o Português, ou seja, que estes sufixos são derivacionais e não avaliativos, também é válido para o Castelhana.

²⁰⁰ A aceitação regista-se, por exemplo, em Nunes (1919, 1975: 365). Este autor considera que «de se ter considerado erradamente o -z- como fazendo parte do sufixo proveio a existência de -zinho, -zarrão, ao lado de -inho e -arrão, como se vê por exemplo, em *flor-zinha, mulher-zinha* (a par de *flor-inha, mulher-inha*), *can-zarrão, doid-arrão, cor-zinha, so-zinho* e pop. *ruin-zão, mau-zão*, etc.». Por outras palavras, Nunes (1919, 1975) admite a criação destes novos sufixos, legitimando, assim, a consideração da sua existência no Português Contemporâneo.

²⁰¹ É possível que nem todas as palavras registadas em (40) sejam, de facto, atemáticas. Formas como *canção* são certamente palavras de tema Ø, o que é visível na forma do plural (cf. *canções*) ou em avaliativos como *cançoneta*. Provavelmente, formas deste tipo admitem as duas interpretações morfológicas: são formas de tema Ø para quem reconhece *cançoninha* como um diminutivo bem-formado, mas são formas atemáticas para os falantes que preferem a forma *conçãozinha*. Esta situação reflecte, talvez, uma mudança linguística em curso, decorrente, por hipótese, da neutralização que afectou as formas actualmente terminadas em -ão.

²⁰² Said Ali (1931, 1964: 55) considera que, quando facultativos, os Z-avaliativos são os preferidos pelos falantes.

²⁰³ Cf. Skorge (1956: 69): «importa ter em conta se quem fala é pessoa culta ou homem do povo».



Cf. Cunha e Cintra (1984, 1991: 93): «verifica-se uma preferência na linguagem culta pelas formações com *-zinho*, no evidente intuito de manter íntegra a pronúncia da palavra derivante; a linguagem popular, no entanto, simplificadora por excelência, tende para as formações com *-inho*».

²⁰⁴ Cf. Cunha e Cintra (1984, 1991: 93): «sente-se que muitas vezes a selecção está ligada ao ritmo da frase».

²⁰⁵ Skorge (1956: 66) afirma que «os substantivos terminados no ditongo nasal *-ão* (não no sufixo aumentativo!), quando são seguidos do sufixo diminutivo, ocorrem sempre com a terminação *-anito* (nunca **-aninho*)» no Alentejo e no Algarve.

²⁰⁶ Cf. Mendéz-Dosuna e Pensado (1990a).

²⁰⁷ Há, em Português, uma situação paralela a esta. Trata-se da nominalização com *-ez* ou *-eza*. Neste caso, o sufixo *-ez* selecciona preferencialmente bases com mais de três sílabas (cf. *estupidez*), enquanto que o sufixo *-eza* selecciona preferencialmente bases com menos de três sílabas (cf. *crueza*, *franqueza*). Na fronteira deste critério de preferência, os trissílabos são seleccionados tanto por *-ez* (cf. *acidez*, *altivez*), como por *-eza* (cf. *aspereza*, *esperteza*).

²⁰⁸ Cunha e Cintra (1984, 1991: 93) referem que «nao é fácil indicar as razões que comandam a escolha entre *-inho* e *-zinho*».

²⁰⁹ Os dados referidos em Lang (1990) mostram que a sufixação Z-avaliativa destas formas se mantém mais estável em Castelhana (cf. *mesecito* 'mesinho'), mas, em contrapartida, verifica-se uma neutralização dos índices temáticos da base, inexistente em Português:

(i)	<i>pueblo</i>	<i>pueblecito</i>	'aldeia'
	<i>pierna</i>	<i>piernecita</i>	'perna'
	<i>madre</i>	<i>madrecita</i>	'mãe'
	<i>flor</i>	<i>florecita</i>	'flor'

²¹⁰ Em alguns casos, também se verifica um equívoco entre análise morfológica e convenção ortográfica, que toma a inexistência de espaços em branco, ou a presença de um hífen, como critérios para a identificação de compostos. Esta confusão é assinalada, por exemplo, em Said Ali (1931, 1964: 259), afirmando o autor que «não há ortografia uniforme para as palavras

compostas; umas quer a convenção que se escrevam reunindo os termos em um só vocábulo; outras se representam interpondo o traço d'união; para outras finalmente é costume escrever os termos separadamente como se não houvesse composição alguma» (o sublinhado é da minha responsabilidade).

²¹¹ Said Ali (1931, 1964: 258), considerando que «muitas das actuais palavras compostas, antes de se fundirem semanticamente para representar uma ideia simples, tiveram um período de existência bastante longo em que não se distinguiam de outros grupos sintácticos», afirma que «ocorrem naturalmente combinações que se acham ou parecem achar-se na fase de transição, isto é, em via de se tornarem palavras compostas. Dificultam sobretudo a análise, não sendo de admirar que a seu respeito reine desacordo entre linguistas, classificando uns como verdadeiras palavras compostas o que a outros se afigura como meros grupos sintácticos do tipo comum» (o sublinhado é da minha responsabilidade).

²¹² Segundo Hüber (1933, 1986: 276), «o português antigo faz pouco uso da composição», referindo que as formas mais frequentes são casos de justaposição (exs. *dona-virgo*, *ricomen*, *malandante*), e registando ainda compostos formados por duas palavras ligadas «por meio de uma preposição» (ex. *fidalgo*). Note-se, no entanto, que Ieda Alves (1990: 41), num trabalho sobre neologismos no Português do Brasil, refere que «na imprensa contemporânea, a formação de palavras pelo mecanismo da composição apresenta-se de maneira bastante fecunda». Os exemplos citados - *político-galã*, *empurra-êmbolo*, *média-metragem*, (*hotel*) *cinco-estrelas*, *boca de urna*, *rítmico-harmónico*, *outono-inverno*, (*diálogo*) *governo-guerrilha*, (*relação*) *ídolo-fã*, *sambódromo*, *tropicologia*, *colarinho-branco*, *condomínio fechado*, entre outros - são, na generalidade, palavras atestadas também no Português Europeu, o que permite admitir uma também crescente produtividade do processo nesta variante do Português.

²¹³ A referência aos compostos lexicalizados, como um todo homogéneo, é demasiado simplista dado que nem todos exibem o mesmo tipo e o mesmo grau de lexicalização, como terei oportunidade de referir ao longo deste capítulo. No entanto, ela permite estabelecer o contraste que interessa considerar na descrição destas formas. Note-se que a lexicalização semântica de uma forma como *rainha-cláudia* impede que esta forma seja considerada na descrição da interpretação semântica dos compostos deste tipo, mas não obsta a que a sua

estrutura morfológica, idêntica à de formas não-lexicalizadas como *bomba-relógio*, seja analisada como uma instância de um processo regular de formação de palavras.

²¹⁴ A distinção tradicional entre tipos de compostos nunca identificou, com rigor, a categoria morfológica dos seus constituintes. Note-se que enquanto Vasconcelos (1911-1913, 19???: 41) e Nunes (1919, 1975: 388) consideram que a composição consiste na «união de duas ou mais palavras», Cunha e Cintra (1984, 1991: 106) afirmam que este processo consiste na concatenação «de dois ou mais radicais». Os termos palavra e radical são indevidamente utilizados de um modo aleatório.

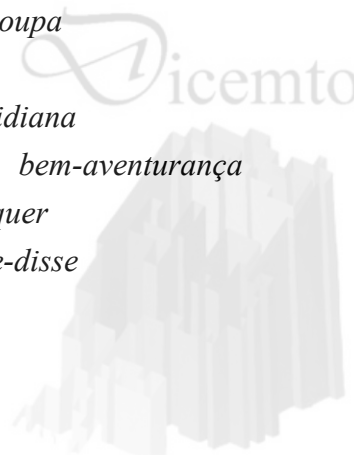
²¹⁵ Segundo Cunha e Cintra (1984, 1991: 107), determinado é o constituinte que «contém a ideia geral». Na terminologia que adopto é o equivalente de núcleo.

²¹⁶ Segundo Cunha e Cintra (1984, 1991: 107), determinante é o constituinte que «encerra a noção particular». Na terminologia que adopto é o equivalente de modificador ou complemento.

²¹⁷ Esta particularidade parece não ser específica do Português, nem mesmo das línguas românicas. Note-se que Oniga (1992: 105) refere que, em Latim, os compostos são mais frequentes no período arcaico e em textos legais, religiosos ou poéticos.

²¹⁸ Cunha e Cintra (1984, 1991: 107-108) identificam as seguintes combinações:

SUBSTANTIVO+SUBSTANTIVO	ex. <i>porco-espinho</i>
SUBSTANTIVO+ADJECTIVO	exs. <i>amor-perfeito, belas-artes</i>
SUBSTANTIVO+PREPOSIÇÃO+SUBSTANTIVO	ex. <i>chapéu-de-sol</i>
ADJECTIVO+ADJECTIVO	ex. <i>azul-marinho</i>
NUMERAL+SUBSTANTIVO	ex. <i>segunda-feira</i>
PRONOME+SUBSTANTIVO	ex. <i>Nosso-Senhor</i>
VERBO+SUBSTANTIVO	ex. <i>guarda-roupa</i>
VERBO+VERBO	ex. <i>vaivém</i>
ADVÉRBIO+ADJECTIVO	ex. <i>não-euclidiana</i>
ADVÉRBIO+VERBO (OU DEVERBAL)	exs. <i>maldizer, bem-aventurança</i>
OUTRAS COMBINAÇÕES	exs. <i>mal-me-quer</i> <i>disse-que-disse</i>



louva-a-deus
não-sei-que-diga (diabo)
não-te-esqueças de mim (miosótis)

²¹⁹ Não disponho de informação relativamente ao Grego Antigo. No entanto, Ralli (1992: 168-172) refere que, em Grego Moderno, alguns tipos de sintagmas nominais, exemplificados em (i), devem ser analisados como compostos:

- | | | |
|-----|-------------------------------|--|
| (i) | <i>atomikí vómva</i> | 'lit. atómica bomba = bomba atómica' |
| | <i>vúrtsa maljón</i> | 'lit. escova cabelo _{gen} = escova do cabelo' |
| | <i>léksi kliði</i> | 'palavra chave' |
| | <i>metafrastís ðierminéas</i> | 'tradutor intérprete' |

²²⁰ Este hibridismo é mal aceite pela gramática normativa (cf. Nunes 1919, 1975: 404), que tenta impor correcções geralmente ignoradas pela generalidade dos falantes (cf. *neolatino* vs *novilatino*). Este tipo de prescrição linguística, que defende a harmonização etimológica dos constituintes de compostos morfológicos, não tem qualquer fundamento do ponto de vista do sistema morfológico do Português Europeu Contemporâneo.

²²¹ Martinet (1960, 1978: 136-137), por exemplo, considera que estas palavras são formadas por recomposição, um processo distinto da derivação e da composição, «que supõe a combinação de elementos de estatuto diferente», dado que estes elementos importados das línguas clássicas se comportam como afixos.

²²² Casos como *anti-rugas* ou *acaule*, que não analisarei no presente trabalho, têm sido referidos como exemplos de que os prefixos podem determinar a categoria sintáctica da palavra. Há, no entanto, análises alternativas que sugerem o paralelo entre estas formas e as formas parassintéticas.

²²³ O tratamento da prefixação como um processo de composição é frequente também em relação a outras línguas. Entre outros, Selkirk (1982: 14-15) trata como compostos as formas do Inglês que integram uma preposição e um nome, um adjectivo ou um verbo (cf. *overdose*, *underprivileged*, *overdo*), e Clements (1992: 164) adopta idêntica posição relativamente a formas do Castelhana, como *entremezclar*).

²²⁴ Algumas das formas que ocorrem como constituintes de compostos morfológicos apresentam reduções fonéticas, mas a sua categoria morfológica não deixa de ser radical. É o que se verifica, por exemplo, em *tragicómico*, cujo primeiro constituinte é objecto de um processo de haplologia (cf. *tragico-marítimo*).

²²⁵ Cf. *apologizar*.

²²⁶ Cf. *apologal*, *apologético*.

²²⁷ Cf. *dialogal*.

²²⁸ Cf. *teologizar*.

²²⁹ A sua ocorrência não é impossível, mas sim desnecessária. Note-se que *Sul-América* é o nome de uma pastelaria em Lisboa, ou que *oftalmólogo* está registado no *DPE* como sinónimo de *oftalmologista*.

²³⁰ Spencer (1991: 415-416) considera que a formação de *transformational grammarian*, em Inglês, é o resultado de um processo paradigmático de formação de palavras, que assenta na relação existente entre unidades lexicais:

(i) *grammar* □ □ *grammarian*

 □

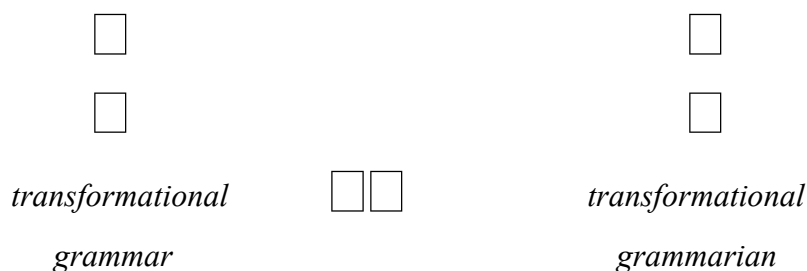
 □

transformational

grammar

Segundo este autor, dada a existência das unidades lexicais registadas em (i), e dadas as relações que mantêm entre si, *transformational grammarian* é formado por um processo de analogia proporcional, que não envolve nenhuma espécie de afixação ou de composição, mas apenas o estabelecimento de uma relação entre *grammarian* e *transformational grammar*, através de uma nova palavra:

(ii) *grammar* □ □ *grammarian*



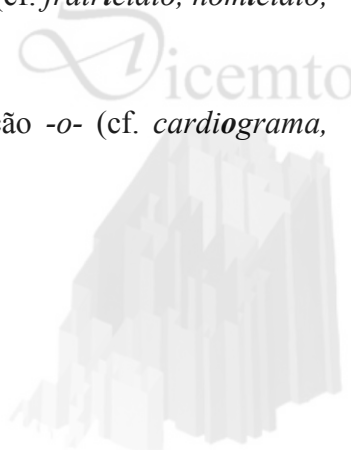
Note-se, no entanto, que a aplicação deste modelo ao exemplo correspondente, em Português, não permite obter uma forma gramatical. Com efeito, o nome relacionado com *gramática transformacional* é *transformacionalista*, do mesmo modo que *generativista* é o agente correspondente a *gramática generativa* (cf. **gramático generativo*). A inaceitabilidade de formas como **gramático transformacional* face à boa formação de *transformational grammarian* deve-se ao facto de, em Português, a interpretação agentiva só afectar o primeiro constituinte (*gramático*), enquanto que, em Inglês, ela afecta todo o composto (*transformational grammar*). A alternativa, em Português, consiste em associar um sufixo agentivo ao segundo constituinte (*transformacionalista*). É por esta razão que, relacionado com *arquitectura paisagística* ou com *medicina pediátrica*, estão os nomes *arquitecto paisagista*, *médico pediatra* e não **arquitecto paisagístico*, *médico pediátrico*. Assim, é possível admitir a existência de paradigmas de palavras morfologicamente relacionadas, mas a proposta de Spencer (1991) não é tão convincente.

²³¹ Note-se que Cunha e Cintra (1984, 1991: 109), afirmando que os radicais latinos terminam geralmente em *-i*, são obrigados a listar duas formas em *ferrí-* / *ferro-* (cf. *ferrífero*, *ferrovia*), *olei-* / *oleo-* (cf. *oleígeno*, *oleoduto*), *quadri-* / *quadru-* (cf. *quadrimotor*, *quadrúpede*).

²³² Noutros casos, o radical *metr* é precedido pela vogal de ligação *-o-* (cf. *barómetro*, *cronómetro*, *distanciómetro*, *potenciómetro*, *pluviómetro*).

²³³ Noutros casos, o radical *cid* é precedido pela vogal de ligação *-i-* (cf. *fratricídio*, *homicídio*, *regicídio*).

²³⁴ Noutros casos, o radical *gram* é precedido pela vogal de ligação *-o-* (cf. *cardiograma*, *ideograma*, *monograma*).



²³⁵ Note-se, por exemplo, que, portadoras de diferentes significações, as formas (de origem grega) *decalitro*, *decâmetro* coexistem com as formas (cuja origem é provavelmente latina) *decilitro*, *decímetro*.

²³⁶ Noutros caso, o radical *log* é precedido pela vogal de ligação *-o-* (cf. *filologia*, *mineralogia*, *tipologia*).

²³⁷ Noutros casos, o radical *graf* é precedido pelo vogal de ligação *-o-* (cf. *lexicografia*, *ortografia*, *tipografia*).

²³⁸ Noutros casos, o radical *card* é precedido pela vogal de ligação *-o-* (cf. *ectocardis*, *megalocardia*, *sinistrocardia*).

²³⁹ Note-se que as formas *taxologia* e *taxonomia*, igualmente presentes no *DPE*, são aí registadas como alternativas inadequadas. É possível que a inadequação resulte da supressão da vogal final do primeiro radical.

²⁴⁰ Esta hipótese é, de algum modo, sugerida por Nunes (1919, 1975: 401-403), ao referir que a formação dos compostos constituídos por palavras latinas, «junta dois substantivos ou um substantivo e adjectivo ou forma verbal, fazendo quase sempre terminar em *-i*, como geralmente já o fazia o Latim, que o encarava como um genitivo, o primeiro componente».

²⁴¹ Num pequeno número de casos, a vogal de ligação é *-i-* (cf. *agridoce*, *verdisseco*). É possível que a estrutura destas formas seja distinta da que integra a vogal *-o-*, ou seja, que, tal como em Latim, estes compostos sejam constituídos por um núcleo adjectival à direita, e por um modificador adjectival à esquerda.

²⁴² É possível que, em Português, a vogal de ligação venha a ser substituída pelo índice temático, dado que a posição que ocupam é estruturalmente a mesma (cf. 36). É o que parece verificar-se nos seguintes casos:

- (i) *norte-americano*
- sul-africano*
- sul-coreano*
- c-comando*



teta-marcação

Provavelmente, esta situação é resultante da influência de empréstimos, e ocorre geralmente quando o primeiro radical é uma forma de tema \emptyset ou atemática.

²⁴³ Cf. Spencer (1991: 319) «The standard assumption is that a true compound of two elements is stressed on the first constituent [...] while a phrase is stressed on the last (major) constituent. Hence, we have *bláckbird*, but *bláck bírd*.

²⁴⁴ *Afro* está registado no *DPE* como adjectivo, mas julgo que esta forma só ocorre integrada em compostos.

²⁴⁵ Trask (1993: 63) afirma que «in a typical coordinate structure, all of the conjoined constituents (the conjuncts) are of the same category, and the whole structure is an instance of the same category».

²⁴⁶ Segundo Trask (1993: 63), uma estrutura coordenada é uma «syntactic structure in which two or more constituents are joined ('conjoined') in such a way that each of them has an equal claim to be considered a head of that structure». Esta definição parece também adequar-se às estruturas morfológicas coordenadas.

²⁴⁷ Segundo Di Sciullo e Williams (1987: 49, 53), a opacidade sintáctica é uma propriedade dos átomos sintácticos, ou seja, das unidades linguísticas que a sintaxe não pode analisar nem processar. Paralelamente, pode entender-se que as unidades de categoria X^0 que a morfologia não pode analisar são morfológicamente opacas.

²⁴⁸ Said Ali (1931, 1964: 261) nota que a preposição está ausente em formas como *mestre-sala* ou *mestre-escola*, mas não o está, por exemplo, em formas como *mestre-de-armas*, *mestre-de-cerimónias*, *mestre-de-obras*. Nunes (1919, 1975: 233) afirma que a preposição *de* foi também omitida em compostos como *varapau*, *pontapé*, *madrepérola*, mas nestes casos a flexão plural opera diferentemente (cf. *varapaus*, *pontapés*, *madrepérolas*), «por haver desaparecido a consciência da sua justaposição».

²⁴⁹ Vázquez Cuesta e Luz (1971, 1980: 377) afirmam que o plural de *baixo-relevo* é *baixo-relevos*. Com efeito, estas autoras consideram que os compostos formados pela anteposição de um adjectivo a um nome pluralizam apenas à direita (ex. *grão-mestres*), registando as formas

quartas-feiras, *gentis-homens* e *más-línguas* como exceções. Trata-se de um equívoco: a generalização é feita a partir das formas que perderam a sua estrutura sintáctica, sendo as formas que a preservam consideradas exceções.

²⁵⁰ É curioso notar que Oniga (1992: 114) refere que no *Appendix Probi* é possível encontrar advertências quanto à má-formação de *aquiductus* ou *terrimotium*, por oposição às formas *aquae ductus* e *terrae motus*. O autor interpreta estas observações como indício da lexicalização destes compostos sintácticos, considerando que ela se torna visível nas línguas românicas. Note-se, no entanto, que a lexicalização em Latim parece implicar uma reinterpretação dos compostos sintácticos como compostos morfológicos, o que não se verifica nas formas lexicalizadas atestadas nas línguas românicas:

(i)	Catalão	<i>aqeducte</i>	-----
	Castelhano	<i>acueducto</i>	<i>terremoto</i>
	Francês	<i>aqueduc</i>	-----
	Italiano	<i>aqueduct</i>	<i>terremoto</i>
	Português	<i>aqueduto</i>	<i>terremoto / terramoto</i>

²⁵¹ Na presente discussão considerarei que a coordenação que ocorre em *este veículo vai e vem* é dominada por V^{\max} . Trata-se de uma mera estipulação que não tem consequências relativamente ao que pretendo demonstrar, ou seja, que *vaivém* e essa sequência têm uma distribuição sintáctica distinta.

²⁵² *Abre-latinhas* é um composto bem-formado se referir um 'instrumento que abre pequenas latas', mas não o é se o significado pretendido for 'pequeno abre-latas'.

²⁵³ Para alguns falantes, as formas *saiinha-casaco* e *saia-casaquinho* não têm a interpretação que aqui lhes atribuo, sendo antes diminutivos de *saia-casaco*, tão ou mais aceitáveis do que *saia-casacozinho*. A primeira forma (cf. *saiinha-casaco*) pode talvez ser justificada por uma interpretação do composto não como uma estrutura de coordenação, mas sim como uma estrutura de subordinação. Com efeito, estas sequências de nomes são frequentemente ambíguas, o que se verifica, em particular, nas hesitações quanto à flexão (cf. *couves-flores* vs *couves-flor*, *homens-rã* vs *homens-rãs*). Quanto à segunda forma (cf. *saia-casaquinho*), admito que resulte de uma lexicalização da forma de base, ou seja, do composto *saia-casaco*.

²⁵⁴ Uma outra hipótese de análise, que não desenvolverei no presente trabalho, consiste em admitir que o sufixo Z-avaliativo se associa ao constituinte da direita e está coindexado a uma categoria vazia à direita do primeiro constituinte (cf. i). Esta hipótese é sugerida pela coordenação de advérbios em *-mente* (cf. ii):

- (i) [[*saia* [v]_i] [*casaco*[*zinho*]_i]]
- (ii) [*clara* [v]_i] e [*expressiva*[*mente*]_i]

²⁵⁵ Note-se que uma forma como *autor-compositor* pode ser parafraseada do seguinte modo, de acordo com a condição ISA, segundo a qual o significado do composto está contido no significado do núcleo (cf. Allen 1978):

- (i) um *autor-compositor* é um autor que é compositor e um compositor que é autor.

²⁵⁶ Tal como as construções verbo+partícula, em Inglês, as construções de incorporação e as construções causativas. A discussão que apresento não considera estes tipos de construções, ainda que se possa admitir que a hipótese que apresentarei adiante permita integrá-las.

²⁵⁷ Nesta expressão, Y representa a categoria sintáctica da palavra gerada por reanálise e SX representa a categoria da expressão sintáctica reanalisada.

²⁵⁸ Exemplo de Raposo (1987: 95).

